POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL E URBANÍSTICA EM CONTEXTOS HABITACIONAIS MUNICIPAIS

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa e à Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor em Serviço Social

Por

Maria de Fátima da Silva Martins dos Santos

Programa Interuniversitário de Doutoramento em Serviço Social entre a FCH-UCP e FPCE-UC

Setembro 2023

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INTERVENÇÃO SOCIAL E URBANÍSTICA EM CONTEXTOS HABITACIONAIS MUNICIPAIS

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa e à Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Doutor em Serviço Social

Por

Maria de Fátima da Silva Martins dos Santos

Sob orientação do Professor Doutor Francisco Branco

Programa Interuniversitário de Doutoramento em Serviço Social entre a FCH-UCP e FPCE-UC

Setembro 2023

RESUMO

A presente investigação visa conhecer e analisar o itinerário das políticas de habitação social em Portugal e as iniciativas de intervenção social e urbanística que os municípios em Portugal, na atualidade, têm vindo a adotar como resposta às questões urbanas, sociais e étnicas inscritas nos processos de desqualificação social destes *habitat*.

Como referenciais analíticos, o estudo inspirou-se nas teorias das necessidades humanas e conceções sobre o direito à habitação.

Em termos de *design* metodológico, no âmbito do mapeamento das iniciativas e programas de intervenção social e urbanística em contexto de habitação social municipal em Portugal, foi adotada uma pesquisa documental com recurso à informação institucional dos 278 municípios do continente. No que respeita ao estudo das iniciativas, adotou-se uma amostragem teórica combinada com a amostragem por conveniência, por limitações de acesso ao campo, tendo sido utilizado como método de recolha de informação a entrevista a diretores, dirigentes e técnicos dos municípios e de associações da rede de parceiros, enquanto informadores privilegiados.

Como resultados, identificou-se um conjunto de medidas adotadas pelos municípios em resposta às questões e desafios que afetam estes *habitat*, designadamente: melhoria dos *standards* das habitações e implementação de medidas de conservação das habitações e espaços comuns; qualificação dos espaços exteriores e equipamentos urbanos; requalificação da imagem arquitetónica e estética dos *habitat* e relação com o território envolvente; criação de estruturas permanentes de participação dos moradores; criação de estruturas e modalidades de gestão de proximidade; participação dos moradores na gestão social da habitação e do bairro; desenvolvimento pessoal e social dos moradores e dinamização de atividades socioeducativas junto da população (crianças e jovens, idosos, desempregados); promoção do diálogo e convivência intercultural e do trabalho em parceria com processos de desenvolvimento integrado e participado.

Pela natureza amostral e carácter não avaliativo do estudo não foi possível analisar o impacto destas medidas de política pública na resposta às características estruturais destes agrupamentos humanos, sem prejuízo do seu propósito de melhoria da qualidade de vida dessas comunidades e a correção de desigualdades sociais que marcam a vida destes *habitat*.

Palavras-chave: Habitação Social; Questão Urbana e Social; Municípios; Programas de Reabilitação Urbana e Social.

ABSTRACT

This research aimed to understand and analyse the itinerary of social housing policies in Portugal and the social and urban intervention initiatives that municipalities in Portugal are currently adopting as a response to the urban, social, and ethnic issues that have led to the social disqualification of these *habitats*.

As analytical references, the study was inspired by theories of human needs and conceptions of the right to housing.

Considering methodological design, within the scope of mapping social and urban intervention initiatives and programmes in the context of municipal social housing in Portugal, documentary research was adopted using institutional information from the 278 municipalities on the mainland. Regarding the study of initiatives, a theoretical sample combined with convenience sampling was adopted, and the method used to gather information was interviews with directors, managers and professionals from municipalities and associations of the partnership network, as privileged informants.

The results identified a set of measures adopted by the municipalities in response to the issues and challenges affecting these *habitats*, namely: improving housing standards and implementing conservation measures for housing and communal spaces; upgrading outdoor spaces and urban facilities; improving the architectural and aesthetic image of the *habitats* and their relationship with the surrounding area; creating permanent structures for the participation of residents; creating different arrangements for neighbourhood management; involvement of residents in the social administration of the housing and the neighbourhood; personal and social development of residents and promotion of socio-educational activities among the population (children and young people, the elderly, the unemployed); promotion of intercultural dialogue and coexistence and partnership work in integrated and participatory development processes.

Due to the sample nature and non-evaluative character of the study, it was not possible to analyse the impact of these public policy measures on the response to the structural characteristics of these neighbourhoods, without prejudice to their purpose of improving the quality of life of these communities and correcting the social inequalities that mark the life of these *habitats*.

Keywords: Social Housing Neighbourhoods; Urban and Social Issues; Municipalities; Urban and Social Rehabilitation Programmes.

AGRADECIMENTOS

"A *gratidão é não só a maior das virtudes, mas a origem de todas as outras*." Cícero

O trabalho apresentado neste documento é fruto da colaboração, orientação, compreensão, apoio e incentivo de várias pessoas, a quem agradeço, por me auxiliaram neste caminho. Gostaria de referir que foram decisivas neste meu projeto de sonho e de crescimento, quando com elas dividi os meus anseios e dúvidas e recebi compreensão, disponibilidade e ensinamentos.

Foi um longo percurso de aprendizagem e tem para mim um significado muito especial, pelo que não posso deixar de expressar a minha gratidão e sincero reconhecimento:

Ao meu orientador, Professor Doutor Francisco Branco, por ser o meu guia principal em todo o percurso, pelo elevado rigor científico e visão crítica, em especial por todos os ensinamentos, aprendizagens e conhecimentos que me transmitiu;

Aos profissionais/técnicos/dirigentes dos municípios, das empresas municipais e das Associações, que lidam com os residentes nos bairros sociais, e aceitaram participar neste estudo, colaborando na disponibilização e partilha de informação que foi determinante para os resultados obtidos;

Aos colegas e Professores Assistentes Sociais, pela inspiração, comentários, conselhos e estímulos que me disponibilizaram ao longo deste percurso;

Aos colegas que tive o prazer de conhecer ao longo desta caminhada, especialmente à Alexandra Machado e a todos os outros que também ficam amigos para a vida, pelos momentos de reflexão, convívio e partilha;

À minha família, pela compreensão de muitos momentos adiados, pelo suporte afetivo e pela importância que têm na minha vida;

A todos, os meus sinceros agradecimentos!

Guardo-vos na minha memória e no meu coração!

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 1

CAPÍTULO 1 - A HABITAÇÃO COMO NECESSIDADE HUMANA E DIREITO SOCIAL 9

1.1. A Habitação como necessidade humana – Diferentes perspetivas 12
1.1.1. Teorias das necessidades humanas e habitação: um ensaio de síntese 43

1.2. A Habitação como um direito social – Diferentes conceções 47
1.2.1. O direito humano a uma habitação condigna 58
1.2.2. Itinerário da consagração da habitação como um direito social 62

CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS E EFETIVAÇÃO DO DIREITO À HABITAÇÃO 68

2.1. Itinerário das Políticas de Habitação em Portugal – Principais Marcos 70

2.2. A Habitação social como uma política pública em Portugal 83

2.3. Configurações e tendências da habitação social em Portugal e na Europa: uma perspetiva comparativa 93

CAPÍTULO 3 - DA HABITAÇÃO SOCIAL COMO SOLUÇÃO À HABITAÇÃO SOCIAL COMO PROBLEMA 103

3.1. A habitação social como problema 103

3.2 Políticas e iniciativas públicas como resposta ao problema da habitação social 107

CAPÍTULO 4 – ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E DESENHO DE INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA 114

4.1. Procedimentos de recolha de dados 114

4.2. Mapeamento das iniciativas municipais de intervenção social e urbanística em Bairros de Habitação Social em Portugal na atualidade 116

4.3. Seleção de projetos e iniciativas e acesso ao campo 118

4.4. Análise documental dos projetos e iniciativas selecionadas 129

4.5. Preparação e realização de entrevistas aos atores envolvidos nos projetos e iniciativas em estudo 129

4.6. Análise Qualitativa de Dados 130

CAPÍTULO 5 – CARATERIZAÇÃO E ANÁLISE DAS INICIATIVAS SOCIO URBANÍSTICAS EM BAIRROS DE HABITAÇÃO SOCIAL 133

5.1. Aveiro 134

5.2. Braga 160

5.3. Covilhã 189

5.4. Leiria 210
5.5. Mealhada 235
5.6. Nazaré 250
5.7. Porto 264
5.8. Santa Maria da Feira 287
5.9. São Brás de Alportel 307
CAPÍTULO 6 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 322
CONCLUSÃO 338
BIBLIOGRAFIA 345
APÊNDICES 350
Apêndice A 351
Apêndice B 354
Apêndice C 359
Apêndice D 362
Apêndice E 369
Apêndice F 479

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Hierarquia de necessidades de Maslow 14
Figura 2 - Teoria das Necessidades Humanas de Doyal e Gough..... 17
Figura 3 - Os cinco blocos de construção da Abordagem de Capacidade..... 27
Figura 4 - A Abordagem da Capacidade - Amartya Sen..... 29
Figura 5 – Dimensões das Necessidades Básicas - Erik Allardt 35
Figura 6 - Enfoque nas Capacidades - Martha Nussbaum. 39
Figura 7 - Bairro de Santiago - Aveiro..... 135
Figura 8 - Atividades dinamizadas no âmbito do projeto Formar pra' Habitar 141
Figura 9 - Experimenta Distrito de Madrid - Laboratório Cívico de Santiago 151
Figura 10 - Laboratório Cívico de Santiago - atividades promovidas..... 152
Figura 11 - Laboratório Cívico de Santiago – 33.º Encontro da Pastoral Social 153
Figura 12 - Laboratório Cívico de Santiago - Resultados 157
Figura 13 - Laboratório Cívico de Aveiro - Resultados 158
Figura 14 - Bairro Social das Enguardas - Braga 161
Figura 15 - Bairro Social de Santa Tecla - Braga..... 162
Figura 16 - Problemas Urbanísticos e Sociais Identificados no Bairro de Santa Tecla ... 163
Figura 17 - Bairro das Andorinhas - Braga 164
Figura 18 - Bairro do Picoto - Braga 165
Figura 19 - Projeto (Re)Escrever o Nosso Bairro 171
Figura 20 - Fórum sob o tema - Qual o futuro para os bairros sociais? 173
Figura 21 - Pintura de mural nas paredes da Escola Básica das Enguardas..... 177
Figura 22 - Programa Viva o Bairro..... 179
Figura 23 - Bairro das Nogueiras em Teixoso - Covilhã..... 191
Figura 24 - Bairro do Cabeço em Tortosendo - Covilhã 192
Figura 25 - Bairro Quinta da Alâmpada em Boidobra - Covilhã 193
Figura 26 - Projeto Tecer a DiverCidade 197
Figura 27 - Iniciativa "Clube T – Cidadão em Construção", CooLabora 201
Figura 28 - Oficina de Robótica promovida pela Beira Serra 201
Figura 29 - Intervenção no Bairro das Nogueiras no Teixoso..... 203
Figura 30 - Construção de um forno comunitário e de jardins de cheiros no Bairro das Nogueiras..... 204

Figura 31 - Bairro Social Cova das Faias - Leiria 211
Figura 32 - Mapa dos Bairros Sociais - Leiria 213
Figura 33 - Projeto Giro Ó Bairro 218
Figura 34 - Projeto Giros na Rua 221
Figura 35 - Projeto Redes na Quint@- E6G 222
Figura 36 - Projeto Sob o mesmo Céu 223
Figura 37 - Projeto D' El-Rei CLDS 4G 224
Figura 38 - Projeto"Morada Certa – Leiria Housing First" 225
Figura 39 - Projeto Daqui P'ra Cá 226
Figura 40 - Projeto Gira Comigo 227
Figura 41 - Bairro do Canedo - Mealhada 236
Figura 42 - Bairro Social da Póvoa da Mealhada 236
Figura 43 - Programa "SER + Família" 241
Figura 44 - Roda Viva - Loja Social 243
Figura 45 - Projeto Olhos Solidários 244
Figura 46 - Bairro de Habitação Social – Nazaré 251
Figura 47 - Gabinete de Gestão do Bairro - Atividades dinamizadas 260
Figura 48 - Atendimentos no Gabinete do Bairro "Mãe D'Água" - Nazaré 261
Figura 49 - Bairro Duque de Saldanha - Porto 269
Figura 50 - Bairro de S. João de Deus - Porto 270
Figura 51 - Estratégia Local de Habitação do Concelho de Santa Maria da Feira 293
Figura 52 - Projeto MIDAS 298
Figura 53 - Carrinha MIDAS Móvel 300
Figura 54 - Projeto Execução de Tapeçarias Simples 301
Figura 55 - Modelo de abordagem às situações problema e grupos sociais vulneráveis . 302
Figura 56 - Espaço Multiusos João Rosa Beatriz - São Brás de Alportel 309
Figura 57 - Projeto Bem Me Quer 313
Figura 58 - Projeto Raízes integrado no Programa Bairros Saudáveis 314
Figura 59 - Atividades do Projeto Raízes 316

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Matriz de Necessidades e Mecanismos de Satisfação - Max-Neef..... 22
Quadro 2 - Tipologia das Necessidades Básicas – Erik Allardt..... 33
Quadro 3 - Capacidades Humanas Centrais - Martha Nussbaum 37
Quadro 4 - Lista de Necessidades Humanas e Mecanismos de Satisfação - Costanza..... 40
Quadro 5 - Sistematização das Dimensões Envolvidas na Habitação Enquanto Necessidade Humana..... 46
Quadro 6 - Conceções de Habitação Social nos Estados Membros da UE..... 96
Quadro 7 - Grelha de Análise das Iniciativas e Projetos Sociourbanísticos 120
Quadro 8 - Sistema de Codificação das Entrevistas..... 131
Quadro 9 - Projeto Formar pr'Habitar..... 139

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Parque Habitacional do Município de Aveiro 134
Tabela 2 - Parque Habitacional do Município de Braga..... 160
Tabela 3 - Parque Habitacional do Município da Covilhã 189
Tabela 4 - Parque Habitacional do Município de Leiria 211
Tabela 5 - Parque Habitacional do Município de Mealhada 235
Tabela 6 - Parque Habitacional do Município da Nazaré..... 250
Tabela 7 - Atividades dinamizadas no Bairro Mãe D'Água 260
Tabela 8 - Parque Habitacional do Município do Porto 265
Tabela 9 – Evolução do Número de Fogos de Habitação Social - Porto..... 267
Tabela 10 - Parque Habitacional do Município de Santa Maria da Feira..... 287
Tabela 11 - Parque Habitacional do Município de São Brás de Alportel..... 307
Tabela 12 - Indicadores sociodemográficos dos municípios da amostra 322
Tabela 13 - Histórico de construção de habitação social nos municípios da amostra..... 325

SIGLAS

AMP - Área Metropolitana do Porto

CLAS - Conselho Local de Ação Social

CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social

CM - Câmara Municipal

CRP - Constituição da República Portuguesa

ELH - Estratégia Local de Habitação

FFH - Fundo de Fomento da Habitação

GAP - Gabinetes de Proximidade Local

GAS - Gabinete de Ação Social

GLAS - Gabinetes Locais de Ação Social

ICHS - Inquérito à Caracterização da Habitação Social

IGAPHE - Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana

INE - Instituto Nacional de Estatística

INH - Instituto Nacional de Habitação

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

MSHS - Município Sem Habitacional Social

NGPH - Nova Geração de Políticas de Habitação

ONU - Organização das Nações Unidas

PACD - Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas

PAICD - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas

PARU - Plano de Ação para a Regeneração Urbana

PDS - Plano de Desenvolvimento Social

PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

PEDUCA - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro

PER - Programa Especial de Realojamento

PIRPEC - Programa de Incentivo à Recuperação do Património Edificado Concelhio

PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação

SAAL - Serviço de Apoio Ambulatório Local

SAS - Serviço de Ação Social

UE - União Europeia

UF - União de Freguesias

INTRODUÇÃO

A presente investigação, intitulada **Políticas públicas de intervenção social e urbanística em contextos habitacionais municipais,** enquadra-se no âmbito do Doutoramento em Serviço Social do Programa Universitário em Serviço Social entre a Universidade de Coimbra e a Universidade Católica Portuguesa.

O estudo consiste no conhecimento das tendências e lógicas de ação nos bairros sociais e procura identificar as respostas que os municípios têm vindo a adotar como resposta às questões urbanas, sociais e étnicas emergentes nestes *habitat*.

A habitação ocupa um lugar central na vida das pessoas e com relação estreita com as outras dimensões da vida pessoal e social. Trata-se de um espaço existencial e emocional por excelência.

Os bairros sociais, em regra, não constituem uma escolha dos seus habitantes, mas sim a alternativa proporcionada pelas entidades responsáveis pela oferta pública de domínio da habitação. Os bairros sociais, alegadamente concebidos como uma forma de promover a satisfação de uma das necessidades humanas, acabam por constituir-se, muitas vezes, como fator de exclusão social pela articulação entre os processos e os fatores que definem a imagem pública dos bairros e o tipo de dinâmicas sociais locais. Assim , observa-se, com frequência, uma forte ligação entre a interiorização de uma imagem negativa e a perceção de dinâmicas de conflitualidade, gerando sentimentos de insegurança, práticas conflituais e atitudes de marginalização (Pinto e Gonçalves, 2000, p. 102).

Conforme Moisés (2012, p. 5) assinala, nos bairros sociais verifica-se uma visão estigmatizada e estereotipada por parte da população em geral, pois estes espaços são vistos como um problema, ignorando todo o capital humano e diversidade cultural dos residentes. De acordo com a autora, esta situação agrava-se em muitos casos devido à ausência de equipamentos sociais de lazer, cultura, recreio e de comércio. Assim, este tipo de habitação não satisfaz a desejada integração social e a ligação urbana, porque geralmente são construídos em zonas periféricas da cidade e afastados dos centros de vida social e económica (Pinto, 1994, p. 41).

A habitação Social é uma resposta produzida e apoiada pelo Estado (retirando esse bem social do mercado) para os grupos sociais em situação de desvantagem, que não têm acesso

ao mercado de habitação. A promoção do acesso à habitação aos grupos sociais mais desfavorecidos e o apoio ao arrendamento surgem como uma dimensão relevante no quadro das muitas tarefas que envolvem o Estado Social na providência e na regulação. Pato e Pereira (2013) adiantam que, independentemente da modalidade de habitação (pública ou privada) e das insuficiências daqueles que não têm capacidade financeira de aceder à habitação no mercado, é ao Estado que compete defender os princípios de equidade social e de sustentabilidade no acesso à habitação. Por outro lado, Guerra, Pinto e Moura (2001), defendem que o alojamento não é um bem como outro qualquer. O direito ao alojamento foi considerado como valor universal e um dos direitos do Homem e os Estados participantes comprometeram-se em tornar o acesso à habitação uma realidade para todos os cidadãos europeus. O acesso à habitação deve ser entendido como uma expressão fundamental do bem-estar humano e a sua discussão não pode continuar marginalizada (Antunes, 2018, p. 538).

A nível internacional, o direito à habitação foi objeto de consagração expressa pela primeira vez na Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948 na condição de direito humano e fundamental, nos termos do artigo XXV. Posteriormente, o direito à moradia foi objeto de reconhecimento pelo Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Económicos e Culturais (1966), conforme artigo 11.º. Também a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia (UE), de dezembro de 2000, faz referência expressa ao direito a uma assistência social e a uma ajuda à habitação destinadas a assegurar uma existência condigna a todos aqueles que não disponham de recursos suficientes.

Na Constituição da República Portuguesa (CRP), o direito à habitação é previsto expressamente no artigo 65.º, o qual prevê o direito de todos a uma habitação adequada, assim como uma série de incumbências ao Estado para assegurar tal direito social fundamental.

No plano internacional, é ainda importante mencionar três conferências promovidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a problemática dos acordos humanos. Da primeira conferência, realizada em 1976, em Vancouver, resultou a Agenda HABITAT I e os compromissos aí assumidos foram reiterados e desenvolvidos vinte anos depois na conferência HABITAT II, que teve lugar em Istambul, em junho de 1996. A terceira conferência HABITAT III teve lugar em Quito, Equador, em outubro de 2016. Enquanto

membro da ONU, Portugal participou em todas as conferências e, nesse âmbito, apresentou contributos e desenvolveu trabalhos concorrentes para o alcance dos compromissos assumidos. De referir que da reflexão da última conferência ficou acordado consubstanciar-se uma Nova Agenda Urbana para o século XXI, renovando o compromisso político em direção à habitação condigna e ao desenvolvimento urbano sustentável. No entanto, o acesso à habitação condigna continua a ser, em Portugal, um problema mal resolvido (Araújo, 2020). Daí que a aprovação de uma Lei de Bases da Habitação em 2019 se apresenta como um evento de extrema importância, na medida em que se articula com a orientação constitucional.

Assim, podemos referir que o direito à habitação não se limita à estrutura física de uma casa, englobando também as infraestruturas, nomeadamente os serviços de água, esgotos, recolha de lixo, meio ambiente saudável, adequação cultural, acesso a equipamentos de saúde, de educação, oportunidades de lazer, de forma a se permitir o desenvolvimento humano e económico do indivíduo e da sua família. Por um lado, é consensual a ideia de que é ao Estado que compete defender os princípios de equidade social e de sustentabilidade no acesso à habitação como direito consagrado em vários diplomas legais. Por outro, considerando que as cidades atuais acolhem grande parte da população pobre, a pobreza é uma realidade que ameaça a efetivação do direito à habitação, com maior dimensão nos bairros sociais.

Em Portugal, os municípios gerem a maior parte da habitação social, sendo a restante parte gerida por Institutos e empresas públicas, cooperativas e Misericórdias. Geralmente destina-se ao (re)alojamento de pessoas com baixos rendimentos, com prioridade para vítimas de violência doméstica, portadores de deficiência, famílias monoparentais, idosos, sem abrigo e vítimas de catástrofes.

A escolha do tema desta tese não é alheia ao facto de a investigadora exercer funções na Divisão de Desenvolvimento Social de uma Câmara Municipal (CM), nomeadamente no serviço de gestão do parque habitacional. Nesta qualidade o interesse em aprofundar conhecimento sobre a realidade em que intervém diariamente e, particularmente, a vontade de fazer mais e melhor pela defesa e concretização dos direitos sociais influenciaram a opção por este objeto teórico e empírico. O interesse na temática da habitação social surge como corolário de uma prática profissional na entidade municipal, organização que tem a seu cargo

a intervenção neste domínio. Esta atividade proporcionou à investigadora um contato próximo com os problemas de populações residentes em bairros de habitação social. O contato estreito com os problemas de pessoas socialmente desfavorecidas, a constatação de que a habitação é a base para uma vida digna, e os problemas apresentados pelas populações residentes nos Bairros de Habitação Social constituíram o ponto de partida na escolha do tema.

Tendo em conta a necessidade de distanciamento da investigadora do local onde exerce a prática profissional, o município onde exerce funções não foi considerado na amostra no presente estudo.

Os debates em torno das políticas de habitação são especialmente pertinentes no atual contexto de crise económica associada ao agravamento das necessidades sociais. Ainda que o atual parque habitacional social existente em Portugal seja parco comparativamente a outros países da UE (Pittini *et al.*, 2017). Estes alojamentos, enquanto unidades espaciais de promoção pública, correspondem a uma materialização física e territorial direta das políticas de habitação. Permitem, por isso, realizar uma reflexão quanto à lógica que está por trás da integração e, também, quanto ao modo como os valores, normas e contextos (sociais, ambientais, históricos, culturais) se refletem nos resultados e nas práticas efetivas dessas políticas (Carreiras, 2018, p. 69).

Trata-se de um tema atual, de relevância e pertinência científica, social e política onde se destaca o papel imprescindível das autarquias locais na efetivação do direito à habitação, na medida em que a sua relação de proximidade com os cidadãos e o território lhes permite obter uma mais clara noção dos desafios e recursos que devem ser mobilizados para implementar respostas mais eficazes e eficientes.

O acesso ao alojamento e a sua qualidade são não só um elemento-chave da justiça social, da sustentabilidade e do bem-estar de uma comunidade, manifestando o grau de coesão ou de divisão e de fragmentação social, mas também um bem económico essencial, quer para a iniciativa privada, quer para as exigências do erário público, sendo um sector que reflete o dinamismo económico e financeiro de uma sociedade (Guerra, 2008, p. 59). O direito à habitação está estritamente ligado à dignidade humana, à qualidade de vida e ao bem-estar social de pessoas, famílias, bairros, comunidades, cidades e países.

Por um lado, a definição de Serviço Social adotada pela Federação Internacional dos Assistentes Sociais amplia o alcance da profissão, atribuindo-lhe um propósito de mudança social e comprometendo-a com os princípios dos direitos humanos e justiça social (Amaro, 2015, p. 103). Por outro lado, temos a informação dos vários instrumentos nacionais e internacionais que refletem e reconhecem o direito a uma habitação entre os quais se destacam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a CRP, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE e a Carta Social Europeia. Não obstante, o acesso a uma habitação condigna deve compreender não só um domínio físico, ou seja, um espaço adequado às necessidades das famílias, mas também um domínio social, que permita a privacidade e o desenvolvimento das relações sociais.

Apesar da existência de estudos na área da habitação social e dos bairros sociais, não se regista um número significativo de investigações com o foco no estudo das políticas públicas de intervenção social e urbanística em contextos habitacionais municipais sem qualidade visando responder ao complexo nexo de questões urbanas, sociais e étnicas.

De acordo com (Gil, 1999, p. 51), um problema será relevante em termos científicos à medida que conduzir à obtenção de novos conhecimentos e, por essa razão, esta investigação pretende constituir um contributo para o desenvolvimento de políticas sociais no âmbito da habitação e da habitação social em particular.

Como refere Amaro (2015, p. 220) o profissional deve ter uma postura reflexiva e crítica para mobilizar os procedimentos e ferramentas após a análise detalhada de cada situação. Nesta linha, estabelecer a ligação entre a investigação e a prática profissional, assim como a inclusão da experiência de investigação na carreira profissional, é de suma importância, fomentando o espírito crítico e desenvolvimento de capacidades que valorizam as empresas e/ou entidades e serviços onde trabalham. Neste sentido, concorda-se com Dominelli (2004), que sustenta a importância dos profissionais se manterem atualizados quanto à produção de conhecimento, compreenderem em que medida a prática profissional pode contribuir para essa mesma investigação, assim como a noção da importância do seu papel na construção de conhecimento, pois, como refere Pereira (2005, p. 27) "sem investigação a intervenção torna-se cega e sem intervenção a investigação torna-se inútil".

Atualmente, os desafios que se colocam à política de habitação e reabilitação apontam para a necessidade de uma abordagem integrada ao nível das políticas setoriais, das escalas

territoriais e dos atores, o que implica uma mudança na forma tradicional de conceber e implementar a política de habitação destinada aos grupos sem condições de acesso ao mercado. Este trabalho visa contribuir para a disseminação de medidas mais inovadoras e eficazes para responder a este problema, de forma mais positiva e integrada.

As questões de investigação que serviram de base ao desenho do estudo constituíram o fio condutor de todo o processo e traduziram-se no seguinte:

- Qual o itinerário das políticas de habitação social em Portugal mormente em matéria de abordagens integradas e inovadoras de reconversão de bairros de habitação social?
- Quais as tendências e lógicas de ação presentes nas iniciativas de intervenção social e urbanística em contexto de Bairros de Habitação Social municipal em processo de desqualificação social?

Em termos de pesquisa empírica, uma primeira fase consistiu num mapeamento que permitisse identificar as iniciativas e programas de intervenção social e urbanística em contexto de habitação social municipal registadas no território de Portugal continental, abrangendo neste caso os 278 municípios do Continente. Esta tarefa, que se constituiu com o objetivo operativo intermédio, foi concretizada, fundamentalmente com recurso à informação institucional dos municípios portugueses. Procedeu-se deste modo à construção de uma base de dados com a sistematização da informação geral da política municipal de habitação, e informação disponível sobre iniciativas e programas de intervenção social e urbanística, desenvolvidas em contexto de habitação social.

Numa fase posterior, com vista à seleção de iniciativas e projetos a estudar e acesso ao campo foi efetuada uma primeira seleção dos municípios, tendo sido identificados 28 iniciativas/programas/projetos de intervenção social e urbanística. Tendo em vista proceder à seleção das iniciativas a ser objeto de um estudo mais aprofundado, foi realizada uma análise com base em categorias emergentes dos dados empíricos e que numa perspectiva comparativa foi possível relacionar com categorias analíticas sugeridas pela revisão da literatura, tendo sido ensaiada uma tipologia de classificação dessas iniciativas segundo a lógica da amostragem teórica ou criterial, segundo o critério de variação máxima, combinada o critério de conveniência, por razões de limitações no acesso ao campo.

Foram selecionados os projetos que evidenciavam maior diversidade das dimensões de intervenção junto das comunidades e residentes nos conjuntos de habitação social, sugerindo, à partida, maior potencial analítico, mesmo tratando-se de projetos e ações não decorrentes da exclusiva iniciativa dos municípios, mas dinamizados em parceria com entidades locais (associações culturais e/ou de desenvolvimento local) e Empresas Municipais, tendo sido selecionada uma amostra de 16 municípios.

Numa primeira abordagem ao estudo dos projetos e iniciativas selecionadas, procedeu-se ao levantamento e análise de fontes documentais, nomeadamente programas e projetos que consubstanciam as iniciativas em estudo, relatórios, planos de atividades, outras fontes documentais, nomeadamente notícias de divulgação de ações e atividades relacionadas com os projetos e iniciativas publicadas em sites de jornais, rádios e redes sociais. Procedeu-se igualmente à realização de entrevistas com pessoal dirigente e outros profissionais, entre os quais assistentes sociais e membros de organizações da rede de parceiros ou outros atores envolvidos, considerados informadores privilegiados.

A tese encontra-se estruturada em duas partes que integram seis capítulos, para além da introdução e da conclusão. Na introdução apresenta-se, de forma genérica, o tema da investigação, as questões que nortearam a investigação, os objetivos e a pertinência do estudo.

A primeira parte integra três capítulos, que fundamentam teórica e conceptualmente. No primeiro capítulo apresentamos a habitação como necessidade humana e direito social ideias-chave que orientam este ponto. Apesar de não existir uma definição única de habitação social em toda a Europa. Em alguns países, a habitação social é formalmente disponível para todas as famílias (por exemplo, Áustria e Suécia), mas na maioria dos países é dirigida à população mais carenciada e que não consegue, pelos seus próprios meios, satisfazer a suas necessidades habitacionais (por exemplo, Holanda e Inglaterra) (Whitehead e Scanlon, 2007). Desenvolvemos o conceito de cidadania, a perspetiva dos direitos humanos e dos direitos sociais como fatores essenciais do desenvolvimento destacando os contributos de Marshall como autor pioneiro e de referência neste tema. Seguidamente, apresentamos uma análise sintética das perspetivas teóricas e conceções de vários autores que se debruçam sobre a problemática das necessidades humanas, procurando enquadrar em particular o modo

como estes especialistas concetualizam a habitação no quadro das diferentes necessidades humanas.

No segundo capítulo efetua-se uma análise das Políticas Públicas de habitação como uma das várias dimensões das políticas sociais que abrande outros domínios e a efetivação do direito à habitação. Para entender as políticas sociais de habitação em Portugal, as suas alterações, mudanças e concretizações apresentamos uma breve análise de períodos distintos salientando os Principais Marcos do Itinerário das Políticas de Habitação em Portugal.

No terceiro capítulo partimos da habitação social como solução para a habitação social como um problema. Abordamos a problemática dos Bairros de Habitação Social enquanto espaços de interação social e cultural associados a fenómenos de pobreza e exclusão social, ensaiando, igualmente, uma apresentação e análise das políticas e iniciativas públicas como resposta ao problema da habitação social, enunciando programas governamentais e iniciativas para responder aos problemas emergentes nos Bairros de Habitação Social.

A segunda parte, de natureza empírica, integra dois capítulos que descrevem os procedimentos metodológicos e os resultados obtidos. O quarto capítulo inclui uma breve reflexão de modo a fundamentar a estratégia de investigação seguida. Segue-se o plano de investigação e a descrição dos instrumentos e técnicas utilizadas na recolha de informação.

No capítulo cinco trata-se da apresentação, descrição, caraterização detalhada das iniciativas sociourbanísticas em nove municípios com recurso a excertos das entrevistas aos profissionais e análise documental.

O sexto e último capítulo consiste na análise e dos resultados. É efetuada uma análise comparativa, evidenciando as dimensões comuns e divergentes e discutem-se os resultados relativos às iniciativas nos Bairros de Habitação Social que integraram a amostra.

Por fim, a conclusão procede a uma síntese do itinerário de pesquisa desenvolvido.

CAPÍTULO 1 - A HABITAÇÃO COMO NECESSIDADE HUMANA E DIREITO SOCIAL

A habitação remete-nos em primeiro lugar para o espaço doméstico onde o ser humano vive, que proporciona abrigo contra as condições climáticas e que funciona também como refúgio. O espaço doméstico garante privacidade e intimidade pela construção de um lugar interior protegido e confortável e estabelece a relação entre os espaços público e privado. Por conseguinte, a noção de conforto também constitui uma valorização do espaço doméstico (Lameira e Rocha, 2019, p. 122).

De facto, a habitação é vista como um espaço de privacidade e onde a parte mais significativa da vida pessoal dos indivíduos se desenrola. É o espaço da família que serve também como local de repouso. A 'Casa' consiste numa unidade de habitação geralmente destinada a uma única família. Para a definição deste espaço doméstico influenciam fatores como a estrutura familiar e a respetiva trajetória evolutiva, o modo de vida ou as funções de cada espaço (Lameira e Rocha, 2019, p. 103).

Freitas refere-se à habitação como território polissémico, por tratar-se de um objeto instrumental transversal a várias políticas, ao mesmo tempo que é essencial e central à configuração do bem-estar e qualidade de vida das populações e das cidades, desempenhando, assim, diversos papéis e múltiplas dimensões (Freitas *et al.*, 2012, p. 8). No mesmo sentido, Hesterberg e Stiffler (2015a, p. 47) sustentam que "Shelter is one of the necessary preconditions, which facilitates the successful execution of almost all other human endeavours", mas "A home is more than a shelter satisfying a basic human need" (Allen *et al.*, 2004, p. 15).

A casa assume um significado de património que confere *status* social de classe e é um elemento fundamental para o desenvolvimento da identidade dos residentes (Antunes, 2018, p. 11). No mesmo sentido, Freitas refere que as pessoas precisam de um espaço que condiciona efetivamente a forma interior como organizam a sua vida, como se sentem e como se relacionam umas com as outras. Se temos que enfrentar uma série de contingências nas deslocações que fazemos e onde trabalhamos, que aquilo que encontramos quando voltamos a casa estruture a nossa forma de estar connosco e com os outros (Freitas, 2005).

A habitação é um direito fundamental e, entre outros direitos básicos, faz parte de um conjunto de garantias consagradas para que todos possam ver assegurado um nível mínimo de condições de vida para subsistir (Ferreira *et al.*, 2019, p. 191).

Neste sentido, tratando-se de garantias consagradas, o que é Habitação Social? Ora como (Antunes, 2018, p. 13) assinala o conceito de habitação social é heterogéneo, não existindo uma definição clara.

Lameira e Rocha (2019, p. 131) referem que esta expressão é usada correntemente para designar a habitação construída para as classes desfavorecidas com apoios estatais, municipais, associativos, filantrópicos, etc. com um objetivo social, em oposição à expressão habitação económica que favorece a observação da situação económica dos seus moradores e também o preço controlado da construção. Contudo, segundo os autores, este conceito não deve confundir-se com a expressão "casas baratas", construção de baixo custo, que, a longo prazo, pode revelar-se cara, pelo elevado custo de manutenção. O termo remete-nos, de facto, para um modo particular de ocupação e de localização no espaço urbano e destina-se a famílias com condições económicas e sociais específicas. Estas habitações são construídas com fins sociais e não lucrativos.

Outro conceito semelhante é o de habitação de promoção pública. Trata-se da promoção de habitação comparticipada, parcial ou totalmente, pelo Estado, central ou local (municipal), suportada por uma moldura legal que define o seu enquadramento e objetivos políticos, as suas características tipo-morfológicas, modelo de gestão e sistema de atribuição das casas aos seus habitantes (Lameira e Rocha, 2019, p. 128).

A habitação apoiada pelo Estado é, na formulação de Agarez (2018), um dos pilares do modelo civilizacional de raiz ocidental, na sua feição contemporânea (Agarez, 2018, p. 11). Mas, como Hesterberg & Stiffler (2015) assinalam, the "european definition of social housing differs: some relates to ownership, others on the construction of the housing, the rent levels in comparison to market prices, the funding or subsidy stream, or the purpose of the housing" (Hesterberg e Stiffler, 2015a, p. 36). No mesmo sentido, Whitehead & Scanlon sublinham igualmente que:

> In a number of the countries included in this survey there is no single formal definition of social housing. Definitions may relate to ownership - notably non-profit organisations and local authorities (e.g. the Netherlands and Sweden); who constructs the dwellings (e.g. Austria and France); whether or not rents are below market levels (e.g., Ireland and

> England); the relevant funding and/or subsidy stream (e.g. France and Germany); and most importantly, in almost all of the countries included, the purpose for which the housing is provided. In some countries social housing is formally available to all households (e.g. Austria and Sweden) but in most it is actually directed at those who cannot serve their own housing needs (e.g. Netherlands and England). (Whitehead e Scanlon, 2007, p. 8)

Em Portugal, no decorrer do tempo, foram-se formulando alguns conceitos próximos como por exemplo, casas económicas, habitação a custos controlados e, mais recentemente, habitação de interesse social.

O acesso ao alojamento e a sua qualidade são não só um elemento-chave da justiça social, da sustentabilidade e do bem-estar de uma comunidade, manifestando o grau de coesão ou de divisão e de fragmentação social, mas também um bem económico essencial, quer para a iniciativa privada, quer para as exigências do erário público, porque reflete o dinamismo económico e financeiro de uma sociedade (Guerra, 2008). O direito à habitação está estritamente ligado à dignidade humana, à qualidade de vida e ao bem-estar social de pessoas, famílias, bairros, comunidades, cidades e países. Não obstante, o acesso a uma habitação condigna deve compreender não só uma dimensão física, ou seja, um espaço adequado às necessidades das famílias, mas também um domínio social, que permita a privacidade e o desenvolvimento das relações sociais.

Pato e Pereira (2013) argumentam que, independentemente da modalidade de habitação (pública ou privada) e das insuficiências daqueles que não têm capacidade financeira de aceder à habitação no mercado, é ao Estado que compete defender os princípios de equidade social e de sustentabilidade no acesso à habitação. (Matos, 1994)

O acesso à habitação deve, assim, ser entendido como uma expressão fundamental do bem-estar humano e a sua discussão não pode continuar marginalizada (Antunes, 2018, p. 538).

1.1. A Habitação como necessidade humana – Diferentes perspetivas

O termo necessidade, amplamente utilizado em diferentes perspetivas teóricas nas ciências sociais e humanas, bem como no discurso público e político, apresenta-se, contudo, como sublinham Teresa Costa Pinto *et al.* (2010, p. 25), pouco preciso e pouco consensual.

A análise daquilo que se considera constituir uma necessidade orienta-se, progressivamente, quer para a consideração de elementos de natureza não material nas componentes da dignidade, felicidade e qualidade de vida humana, quer para a emergência de novos riscos e problemáticas sociais (Teresa Costa Pinto *et al.*, 2010, p. 25).

De acordo com a Declaração de Cocoyoc as necessidades básicas incluiriam um conjunto de elementos associados à proteção e sobrevivência do ser humano – comida, abrigo, vestuário, saúde – ao qual seria importante agregar outras dimensões capazes de gerar uma efetiva inclusão dos indivíduos em sociedade (Teresa Costa Pinto *et al.*, 2010, p. 28).

No âmbito deste estudo, as necessidades básicas podem ser consideradas todas aquelas a que o ser humano deve ter acesso para viver com dignidade, suprindo as suas necessidades fisiológicas e mentais que são consideradas objetivas e universais. Passam pelo acesso a alimentos, roupa, saúde, casa e segurança. De acordo com o art.º 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

> toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade.

Neste plano, destaca-se a importância da habitação condigna, universalmente considerada uma das necessidades básicas do ser humano. Neste sentido, apresentamos uma análise sintética das perspetivas teóricas e conceções que se debruçam sobre a problemática das necessidades humanas, designadamente de Abraham Maslow (1970), Len Doyal & Ian Gough (1991), Manfred Max-Neef (1993), Amartya Sen (1993), Erik Allardt (1993), Martha Nussbaum (2000) e Robert Costanza (2006), procurando enquadrar em particular o modo como estes especialistas concetualizam a habitação no quadro das diferentes necessidades humanas.

Cada um dos autores destaca, com maior ou menor ênfase, as questões da habitação. Ainda que a concetualização das necessidades seja apresentada de forma diferente, todos abordam a questão da habitação como uma necessidade.

Teoria das necessidades humanas em Maslow

Os diversos tipos de necessidades apresentam-se como foco central na Teoria da Hierarquia das Necessidades de Abraham Maslow, uma das abordagens clássicas e mais conhecidas das necessidades básicas segundo (Doyal e Gough, 1991, p. 36).

No entender de Maslow, os seres humanos vivem em busca da satisfação de determinadas necessidades e é possível distingui-las entre dois tipos fundamentais – primárias e secundárias. As primeiras, diretamente relacionadas com a preservação e conservação pessoal, reportam às necessidades fisiológicas - alimentação, ar, água, sono, vestuário e sexo. As secundárias dizem respeito à segurança e estão relacionadas com - proteção, defesa, habitação e emprego (Ferreira *et al.*, 2001, pp. 261-262).

Para Maslow (1954), no quadro da sua teoria da motivação, qualquer ser humano possui necessidades comuns que motivam o seu comportamento e a vida humana nunca será digna, a não ser que as suas maiores aspirações sejam levadas em consideração (Maslow, 1970, pp. xii-xiii).

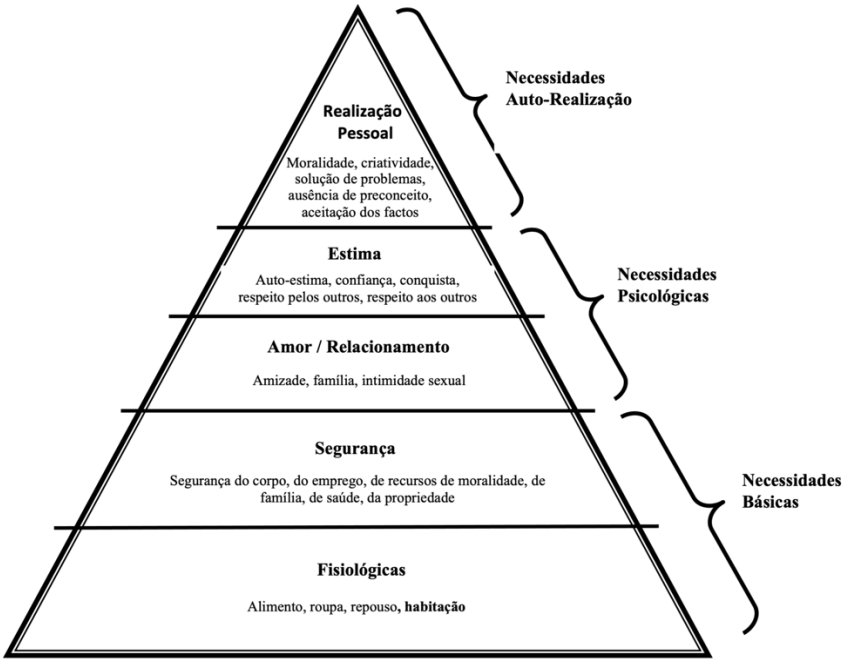
As necessidades que geralmente são tomadas como ponto de partida para a motivação são as fisiológicas (Maslow, 1970, p. 35). Para atingir necessidades superiores, os seres humanos têm que começar pelo fundo da pirâmide na qual se situam as necessidades fisiológicas. Assim, segundo este autor, para que se possa almejar o patamar seguinte de necessidades, o patamar imediatamente inferior deve ter sido minimamente alcançado. Nas necessidades ao nível mais básico incluem-se as necessidades fisiológicas, como a nutrição, a hidratação, a higiene pessoal e envolvente, a atividade física regular, etc.

Se todas estas necessidades estão insatisfeitas e o organismo é dominado pelas necessidades fisiológicas, todas as outras se podem tornar simplesmente inexistentes. Todas as capacidades são colocadas na satisfação da fome e a organização dessas capacidades é quase inteiramente determinada pelo único propósito de satisfazer a fome (Maslow, 1970, p. 36). Para o homem faminto, não existem outros interesses senão a comida (Maslow, 1970, p. 37).

Assim, como um homem saciado não sente mais fome, um homem seguro não se sente mais em perigo (Maslow, 1970, p. 41).

Conforme se pode verificar na figura seguinte, segundo Maslow, o mecanismo subjacente à motivação para a ação humana orienta-se pela satisfação gradual de necessidades hierarquicamente relacionadas e gradativamente mais complexas.

Figura 1 - Hierarquia de necessidades de Maslow



Fonte: Elaboração própria com base em Maslow (1943)

Assim, o autor identificou cinco níveis de necessidades. Os dois primeiros foram identificados como necessidades primárias, figurando na base as fisiológicas, logo seguidas das necessidades de segurança. Os restantes três níveis foram identificados como necessidades secundárias, figurando num terceiro nível as necessidades de afeto e sentimento de pertença a grupos na sociedade, seguidas das necessidades de autoestima e, no último nível, as necessidades de autorrealização (Maslow, 1970, pp. 38-58).

As necessidades fisiológicas são aquelas que influenciam o comportamento dos indivíduos, os quais se assumem "totalmente orientados" para responder à necessidade de comer, beber ou dormir, por exemplo (Ferreira *et al.*, 2001, pp. 261-262). Trata-se das necessidades básicas que precisam ser satisfeitas para manter o corpo saudável e garantir a sobrevivência,

onde se inclui a disponibilidade de abrigo (habitação). Maslow acredita que, sem essas necessidades saciadas, o indivíduo não se preocupa com os níveis seguintes da pirâmide.

Atingindo um nível mínimo de satisfação num determinado patamar de necessidades, novos padrões de necessidade emergem, com capacidade para influenciar novos comportamentos. De acordo com a gradação da teoria do autor, após a satisfação das necessidades fisiológicas, sucede que a necessidade de segurança adquire um poder motivacional mais forte, o qual se vai transferindo para outros níveis, sempre que os anteriores estão controlados (Ferreira *et al.*, 2001, pp. 262-263).

Para Maslow a necessidade de segurança engloba mais do que a presença de um abrigo e é mais forte do que as necessidades sociais e afetivas, porque domina o organismo em várias formas demonstráveis quando ambas as necessidades são frustradas (Maslow, 1970, p. 97).

A necessidade de segurança está vinculada às necessidades do indivíduo se sentir seguro, livre de perigo, protegido contra danos físicos e emocionais, além da necessidade de segurança no emprego, na religião, ou seja, é a procura de proteção para o corpo e para o espírito. Isso significa que quando o indivíduo possui uma residência (habitação) que lhe dá segurança a si e aos familiares e amigos, a tendência é sentir-se mais seguro, tranquilo e motivado, para realizar as atividades mais básicas do dia-a-dia, nomeadamente manter um trabalho estável. De facto, a habitação é vista como o lugar que proporciona o abrigo, o repouso, a privacidade e o lugar onde parte significativa da vida pessoal se desenvolve. É, igualmente um espaço relevante na vida da(s) família(s) e remete-nos para uma dimensão mais afetiva, pessoal e íntima. Corresponde à necessidade de nos sentirmos seguros, perante algum tipo de perigo (violência, catástrofes naturais). Quando esta necessidade não está satisfeita geralmente surgem sentimentos de insegurança e instabilidade, mal-estar que só são ultrapassados quando a situação que causa insegurança cessa. Só deste modo é que o sujeito pode satisfazer a sua necessidade de segurança e motivação para patamares mais elevados de necessidades.

Assim, para Maslow, as necessidades básicas deveriam ser consideradas direitos naturais (Maslow, 1970, p. xiii).

Teoria das necessidades humanas em Doyal e Gough

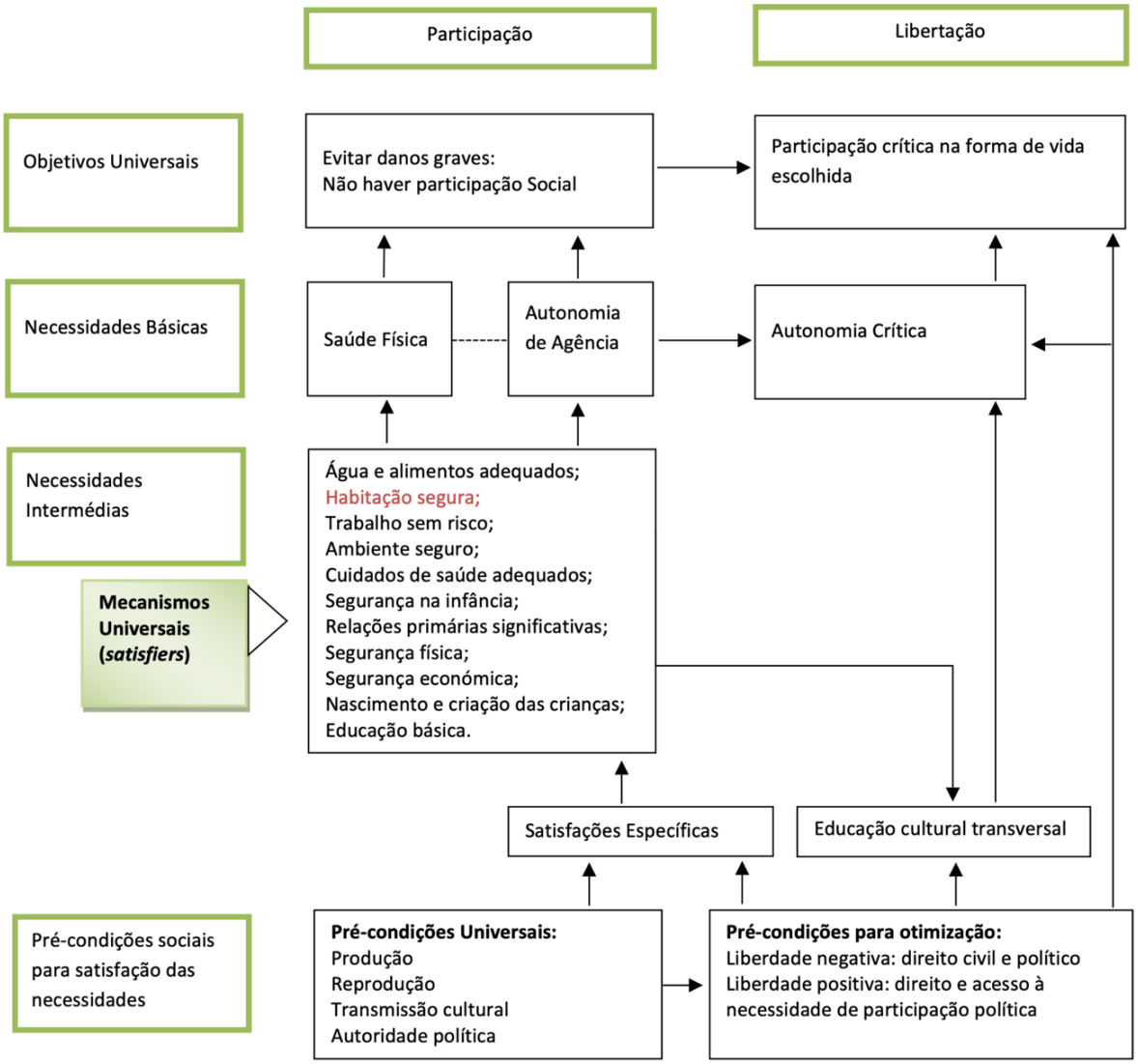
Len Doyal e Ian Gough na sua obra intitulada de Teoria das Necessidades Humanas (1991) sustentam que para satisfazer as necessidades básicas é preciso contar com uma série de características universais de bens e serviços, atividades e relações. É esse conjunto de características/propriedades que os autores designam de necessidades intermédias as quais contribuem positivamente para que o indivíduo, em todas as culturas, alcance um nível ótimo de saúde e autonomia.

A partir dessas necessidades os autores desenvolveram um conjunto de indicadores que permite analisar o grau de satisfação das necessidades de um país ou de uma região. Concebem a autonomia e a saúde como duas necessidades básicas que contêm o caráter objetivo e universal, ainda que muitos bens e serviços para satisfazer essas necessidades sejam culturalmente variáveis. Por exemplo, as necessidades de alimentos e abrigo aplicam-se a todos os povos, mas existem diversas formas de confecionar os alimentos e diferentes formatos de habitação (Doyal e Gough, 1991, p. 155).

Para os objetos, atividades e relacionamentos que satisfazem as necessidades básicas os autores adotam o conceito de *satisfiers* - mecanismos de satisfação. As necessidades básicas, então, são sempre universais, mas os seus mecanismos de satisfação são frequentemente relativos. (Doyal e Gough, 1991, p. 155).

Para evitar a subjetividade, os autores afirmam que uma pessoa sofre um dano quando está impedida de participar plenamente na sociedade a que pertence. Assim, a satisfação das necessidades básicas é uma pré-condição necessária, que possibilita a ação. Conforme se ilustra na figura seguinte, existem pré-condições sociais que estes autores consideram fundamentais para um determinado nível de vida, ou seja, aqueles que veem satisfeitas essas necessidades são os que alcançam participação e libertação.

Figura 2 - Teoria das Necessidades Humanas de Doyal e Gough



Fonte: Elaboração própria com base em Doyal & Gough (1991)

Os autores associam o desenvolvimento de uma vida digna ao atendimento das necessidades humanas comuns a todos os indivíduos, em qualquer parte. Conforme referido, identificam como necessidades básicas universais a saúde física e a autonomia. A primeira é essencial para a capacidade de agir e participar e a segunda refere-se à capacidade de fazer escolhas e à forma como se deve proceder ao fazê-las. Ao distinguir autonomia de agência de autonomia crítica, reconhecem-se diferenças culturais dentro de uma estrutura universalista, mas ao apresentar características universais mais satisfatórias e ao reconhecer a compreensão coletiva, fornece-se uma estrutura mais rica para conceber, medir e melhorar o bem-estar humano (Gough, 2002, p. 18).

Doyal e Gough defendem que todos os indivíduos possuem necessidades de alimentação e habitação (moradia, abrigo), mas que estas não são satisfeitas da mesma forma para todos. Existem vários tipos de abrigo, capazes de atender às necessidades humanas, de acordo com as especificidades de cada indivíduo. Os autores assumem que a satisfação das necessidades básicas pode ser relativa e varia de acordo com fatores como a cultura, a localização geográfica e sociedade onde estão inseridos (Doyal e Gough, 1991, p. 156).

Mecanismos de satisfação universais são propriedades de bens, serviços, atividades e relações que melhoram a saúde física e a autonomia humana em todas as culturas. Por exemplo, as calorias necessárias diariamente para um grupo específico de pessoas, constitui uma característica de relevância transcultural. Da mesma forma, abrigo e proteção são características que todas as habitações têm em comum (embora em graus muito variados) (Doyal e Gough, 1991, p. 157).

A participação, para estes autores, torna possível a libertação humana de quaisquer formas de opressão, incluindo a pobreza. Por outro lado, a autonomia é entendida como a capacidade de eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e pô-los em prática sem opressão e com responsabilidade. A saúde é a necessidade básica, que se não atendida pode levar ao impedimento da vida, ou seja, trata-se de uma pré-condição para viver. Como necessidades e como básicas, constitui-se em pressupostos ou precondições para alcançar objetivos universais de participação social.

As necessidades intermédias propostas por Doyal e Gough (1991, pp. 157-158), conforme se pode observar na figura anterior, prendem-se com a satisfação das seguintes situações/condições:

- nutrição adequada em comida e água;
- **alojamento adequado e protetor;**
- um trabalho não ocasional;
- um ambiente físico seguro;
- proteção de saúde adequada;
- segurança na infância;
- relações primárias significativas;
- segurança física;

- segurança económica;
- seguro controle de natalidade e proteção infantil;
- educação básica.

Assim, na conceção dos autores, depois da alimentação e da água, a habitação é concebida como uma necessidade intermédia que deve ser satisfeita, por exemplo, para evitar a doença. Reportando-se a esta dimensão sublinham a sua relatividade cultural dada a ampla variação social do que é considerado uma habitação. Recorrendo a outras abordagens no âmbito do alojamento e habitação, argumentam que o conceito de favela é impregnado de valores do Norte e que os padrões ocidentais determinam políticas bastante inadequadas para atender às necessidades de habitação do Terceiro Mundo. Aludem, ainda, ao facto da ONU declarar que os padrões de habitação deveriam ser guiados pelas próprias organizações climáticas, económicas, técnicas e sociais das nações.

Existem três características universais, comuns a todas as pessoas, que caso não sejam satisfeitas colocam entraves à saúde física ou mental.

Primeiro, uma habitação deve oferecer proteção razoável contra as mudanças climáticas. Deve igualmente proteger da exposição de pragas e de doenças e por último deve ser capaz de suportar as oscilações do clima, estar dotada de saneamento básico e em climas mais frios, aquecimento e isolamento adequados (Doyal e Gough, 1991, p. 196). Sem estas condições/requisitos não se pode considerar uma habitação adequada.

Em segundo lugar, há evidências abundantes de que a inexistência de saneamento contribui para a contaminação bacteriana da água e que um dos parasitas mais debilitantes das doenças do subdesenvolvimento – a esquistossomose - é causado pela urina de pessoas infetadas. Por outro lado, a doença também pode ser transmitida através das fezes humanas, pelo que os resíduos infetados não tratados criam um atrativo para moscas que podem transportar e depositar os micróbios diretamente nos alimentos ou nos olhos provocando uma doença que afeta milhões de pessoas e frequentemente leva à cegueira parcial ou total.

Terceiro, habitações superlotadas também pode comprometer a saúde dos seus ocupantes, quer pela falta de privacidade, quer pela privação física e psicológica. A superlotação está associada em todo o mundo à pobreza, à discriminação racial e a outros fatores que afetam a saúde. O peso da evidência observada em diferentes sociedades sugere que a superlotação

contribui, para, entre outras coisas, doenças respiratórias, desenvolvimento físico e cognitivo lento em crianças, *stress* e depressão em adultos, sendo que todos estes fatores prejudicam a autonomia e contribuem para doenças físicas (Doyal e Gough, 1991, p. 197).

Na verdade, muitas pessoas não dispõem de uma habitação em conformidade com os padrões de higiene e conforto dignos. Para além da função de abrigo, proteção e segurança há uma diversidade de outras funções para as quais a habitação concorre de forma significativa, como a reprodução da família, a construção da personalidade individual, o convívio e socialização, o ócio e lazer, a comunicação.

Nos países mais desenvolvidos, embora existam problemas, a tendência é uma melhoria acentuada no espaço e nas comodidades desde a Segunda Guerra Mundial. Um estudo sueco refere que quando houver acesso universal a água canalizada, drenagem de esgotos, casas de banho e aquecimento, deixa de ser possível medir a distribuição e mudança no padrão de habitação com esses indicadores.

Todas as pessoas abrangidas por estas situações estão impedidas de participar plenamente na sociedade onde vivem por não terem as necessidades básicas satisfeitas, limitando, segundo os autores, as suas condições de participação e libertação.

Considerar que os seres humanos podem ser seriamente prejudicados por circunstâncias sociais instáveis e considerar que as mesmas podem dar origem a um profundo sofrimento, exige, segundo os autores, a prévia suposição de que "existem alguns requisitos que todos os seres humanos têm em comum, e que conduzem a níveis inaceitáveis de sofrimento quando não satisfeitos" (Doyal e Gough, 1991, p. 12).

A habitação enquanto mecanismo de satisfação universal pode variar de acordo com a cultura, a localização geográfica ou a sociedade de pertença, mas a função de proteção, de abrigo e de segurança é universal. Caso não cumpra estas funções as necessidades básicas não estão satisfeitas.

De facto, como salientam os autores, para evitar ficar fisicamente doente, as pessoas devem viver num ambiente saudável e ter acesso a uma variedade de bens e serviços de quantidade e qualidade suficientes o que pressupõe a existência de habitação adequada/condigna. Trata-

se de uma necessidade básica, da qual depende a satisfação de outras necessidades que quando não satisfeitas geram carências que podem comprometer a própria vida.

A Teoria das Necessidades Humanas em Max-Neef

Uma outra proposta de concetualização sobre as necessidades humanas é da autoria do economista chileno Manfred Max-Neef.

A taxonomia das necessidades humanas fundamentais e a forma como essas necessidades podem ser satisfeitas são desenvolvidas por Max-Neef na sua obra sobre Desenvolvimento em Escala Humana, publicada pela primeira vez em 1986.

No entender do autor, a qualidade de vida depende das possibilidades que as pessoas têm, para satisfazer adequadamente as necessidades humanas fundamentais (Max-Neef, 1993, p. 40) e uma falha comum na literatura existente e nos debates acerca das necessidades humanas é que não é explicada ou é completamente ignorada a diferença fundamental entre o que são propriamente as necessidades e o que são os mecanismos de satisfação, sendo essa distinção indispensável (Max-Neef, 1993, p. 41). A pessoa é um ser de necessidades múltiplas e interdependentes, pelo que estas devem ser entendidas como um sistema em que as mesmas se relacionam e interagem, sendo todas as necessidades humanas fundamentais inter-relacionadas e interativas. Simultaneidades, complementaridades e compensações são caraterísticas da dinâmica do processo de satisfação das necessidades (Max-Neef, 1993, p. 41).

As necessidades humanas fundamentais são não só universais, como também estão interligadas à evolução da espécie humana, sendo possível distinguir entre necessidades, mecanismos de satisfação e bens económicos. Os mecanismos de satisfação são formas individuais ou coletivas de ser, ter, fazer e estar, com o objetivo de alcançar a satisfação das necessidades (Max-Neef, 1993, p. 56). Já os bens económicos compreendem todo o conjunto de bens e serviços que podem alterar a capacidade de um mecanismo de satisfação e, assim, alterar o limite de satisfação das necessidades num sentido positivo ou negativo. Esta interligação é permanente e dinâmica de acordo com a argumentação de Max-Neef (1993, pp. 56-57).

As necessidades humanas podem agregar-se de acordo com vários critérios em duas categorias: axiológicas[1] e existenciais [2]. Esta combinação permite uma classificação que inclui, por um lado, as necessidades relacionadas com Ser, Ter, Fazer e Estar[3] e por outro lado, as necessidades de Subsistência, Proteção, Afeto, Compreensão, Participação, Lazer, Criação, Identidade e Liberdade (Max-Neef, 1993, p. 57). Conforme se observa no **Quadro 1** - Matriz de Necessidades e Mecanismos de Satisfação - Max-Neef, ambas as categorias podem ser combinadas.

Quadro 1 - Matriz de Necessidades e Mecanismos de Satisfação - Max-Neef

Necessidades	**Ser** (Being)	**Ter** (Having)	**Fazer** (Doing)	**Estar** (Interacting)
Subsistência	• Saúde Física • Saúde Mental • Equilíbrio • *Solidariedade** • Humor • Adaptabilidade/Adaptação	• Alimentação • Abrigo/Habitação • Trabalho	• Alimentar • Procriar • Descansar • Trabalhar	• Ambiente de vida • Contexto social
Proteção	• Cuidado • Adaptabilidade/Adaptação • Autonomia • Equilíbrio • Solidariedade	• Sistema de seguros • Poupanças • Segurança Social • Sistemas de Saúde • Direitos • Família • Trabalho	• Cooperar • Prevenir • Planificar • Cuidar • Curar • Defender	• Espaço vital • Ambiente social Morada
Afeto	• Autoestima • Solidariedade • Respeito • Tolerância • Generosidade • Recetividade • Paixão • Vontade • Sensualidade • Humor	• Amizades • Casais* • Família • Animais domésticos • Plantas • Jardins	• Fazer amor • Acariciar • Expressar emoções • Partilhar • Cuidar • Cultivar • Apreciar	• Privacidade • Intimidade • Lar • Espaços de encontro

[1] As necessidades axiológicas estão relacionadas com os valores humanos.
[2] De acordo com o autor as necessidades existenciais estão relacionadas com a existência humana.
[3] Adotou-se a tradução do próprio autor, na versão espanhola, para o termo original *interacting*.

Necessidades	**Ser** (Being)	**Ter** (Having)	**Fazer (**Doing)	**Estar (**Interacting)
Compreensão	• Consciência crítica • Recetividade • Curiosidade • Admiração • Disciplina • Intuição • Racionalidade	• Literatura • Professores • Método • Políticas educacionais • Políticas de comunicação	• Investigar • Estudar • Experimentar • Educar • Analisar • Meditar • Interpretar	• Contextos de interação formativa: • Escolas, Universidades, • Academias, Grupos, • Comunidades, Família
Participação	• Adaptabilidade • Recetividade • Solidariedade • Disposição • Convicção • Entrega • Respeito • Paixão • Humor	• Direitos • Responsabilidades • Obrigações • Papéis/Funções • Trabalho	• Afiliar-se • Cooperar • Propor • Partilhar • Discordar • Obedecer • Dialogar • Concordar • Expressar opiniões	• Contextos de interação participativa: Cooperativas, Associações, Igrejas, • Comunidades, Vizinhanças, Família
Lazer	• Curiosidade • Recetividade • Imaginação • Despreocupação • Humor • Tranquilidade • Sensualidade	• Jogos • Espetáculos • Clubes • Festas • Calma/Paz de espírito	• Divagar • Abstrair-se • Sonhar • Ansiar • Fantasiar • Evocar • Relaxar-se • Divertir-se • Jogar	• Privacidade, • Intimidade • Espaços de encontro • Tempo livre • Ambientes • Paisagens
Criação	• Paixão • Vontade • Intuição • Imaginação • Audácia • Racionalidade • Autonomia • Criatividade • Curiosidade	• Aptidões • Competências • Método • Trabalho	• Trabalhar • Inventar • Construir • Compor • Conceber • Desenhar • Interpretar	• Contextos de produção e de *feedback*/retorno • *Workshops* • Ateneus • Grupos • Audiências • Espaços de expressão • Liberdade temporal
Identidade	• Pertença • Coerência • Diferença • Autoestima • Assertividade	• Símbolos • Linguagem • Hábitos • Costumes • Grupos de referência	• Comprometer-se • Integrar-se • Confundir-se • Definir-se • Conhecer-se	• Ritmos sociais • Ambientes do quotidiano • Contextos de pertença

Necessidades	**Ser** (Being)	**Ter** (Having)	**Fazer** (Doing)	**Estar** (Interacting)
		• Sexualidade • Valores • Normas • Papéis • Memória histórica • Trabalho	• Reconhecer-se • Atualizar-se • Crescer	• Fases de maturação
Liberdade	• Autonomia • Autoestima • Vontade • Paixão • Assertividade • Abertura • Determinação • Audácia • Rebeldia • Tolerância	• Igualdade de direitos	• Discordar • Escolher • Diferenciar-se • Arriscar • Conhecer-se • Assumir-se • Desobedecer • Meditar*	• Plasticidade espácio-temporal

* integra a versão espanhola, mas não na inglesa; ** integra a versão inglesa, mas não na espanhola

Fonte: Elaboração própria com base (Max-Neef, 1993)

Ser reporta-se a atributos, pessoais/individuais ou coletivos, que se expressam em substantivos. **Ter**, instituições, normas, mecanismos, ferramentas (não no sentido material), leis, etc. que podem ser expressas numa ou mais palavras. **Fazer** consubstancia-se em ações, pessoais/individuais ou coletivas, que se expressam em verbos. **Estar** é relativo a espaços/locais e ambientes relacionados com tempo e espaço (Max-Neef, 1993, p. 59). Assim, a matriz visa examinar necessidades e mecanismos de satisfação para o desenvolvimento (*Human Scale Development*). Os mecanismos de satisfação estão incluídos na matriz, no cruzamento das necessidades existenciais e necessidades axiológicas. Max-Neef enfatiza que o conjunto de necessidades descrito não é absoluto ou completo, mas apenas um exemplo que pode ser útil para análise.

No sentido de clarificar os conceitos de necessidades e mecanismos de satisfação, o autor refere que a prevenção da saúde é um mecanismo da necessidade de proteção. Não existe correspondência individual (biunívoca) entre necessidades e mecanismos de satisfação, ou seja, um mecanismo de satisfação pode contribuir simultaneamente para a satisfação de diversas necessidades ou o inverso. Nem sequer estas relações são fixas, pois podem variar segundo o tempo, lugar e circunstâncias.

Quando esta matriz de mecanismos de satisfação é criada tendo em conta indivíduos ou grupos de diferentes culturas e em diferentes momentos da história, ela pode diferir consideravelmente. "As necessidades humanas fundamentais são as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos" (Max-Neef, 1993, p. 42), o que muda através do tempo e das culturas é a maneira e os meios utilizados para satisfação das necessidades.
Cada sistema económico, social e político adota diferentes estilos para satisfação das mesmas necessidades fundamentais e o que está culturalmente determinado não são as necessidades, mas sim os desejos das mesmas. Cada necessidade pode ser satisfeita a diferentes níveis, com intensidades díspares e em três contextos: em relação com o próprio, em relação ao grupo social e em relação ao meio ambiente. A qualidade e a intensidade, quer dos níveis, quer dos contextos mencionados, dependerão do tempo, lugar e circunstâncias (Max-Neef, 1993, pp. 42-43).

Assim, ainda que os meios utilizados para satisfação das necessidades possam variar de acordo com a cultura ou período da história, qualquer necessidade humana fundamental que não é satisfeita de forma adequada leva à pobreza humana. Qualquer indivíduo, cuja condição seja "caraterizada por privação sustentada ou crónica de recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para o gozo de um adequado padrão de vida e outros direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais"[4] vive em condição de pobreza. Este termo associado à habitação refere-se a pessoas que vivem em condições severas de privação habitacional, ou seja, os que sobrevivem em casas sobrelotadas, sem água canalizada, sem saneamento básico, em casas degradadas, sem luz natural e com níveis elevados de humidade. Neste contexto, um dos exemplos identificados pelo autor é a pobreza de vida (devido a abrigo insuficiente), configurando uma pobreza de subsistência. E a pobreza gera patologias, individuais e coletivas. As pessoas que vivem nestas circunstâncias estão privadas das condições necessárias para ter acesso a uma vida digna. A pobreza absoluta ou extrema designa uma situação em que as pessoas não veem satisfeitas as necessidades básicas à sua sobrevivência e a falta de habitação condigna insere-se nesta definição.

[4] Comissão sobre Direitos Sociais, Económicos e Culturais, das Nações Unidas (2001).

Para Max-Neff, com exceção da necessidade de meios de subsistência, não existe uma hierarquia no sistema e também não se pode dizer que uma necessidade é ou não satisfeita, mas sim que as necessidades são satisfeitas em maior ou menor grau.

De acordo com esta proposta, quer a alimentação, quer o abrigo, não devem considerar-se como necessidades, mas sim como mecanismos de satisfação das necessidades de subsistência (Max-Neef, 1993, p. 41). Na perspetiva de Max-Neef, uma casa (abrigo, habitação) pode ser o mecanismo para satisfazer a necessidade de proteção, mas também a de uma estrutura familiar. Quando a necessidade de habitação não está satisfeita provoca efeitos colaterais, ou seja, a insatisfação de outras necessidades. Estes elementos paradoxais parecem estar preferencialmente ligados à necessidade de proteção. Essa necessidade pode provocar comportamentos humanos anómalos, na medida em que a insatisfação é acompanhada de medo (Max-Neef, 1993, p. 60).

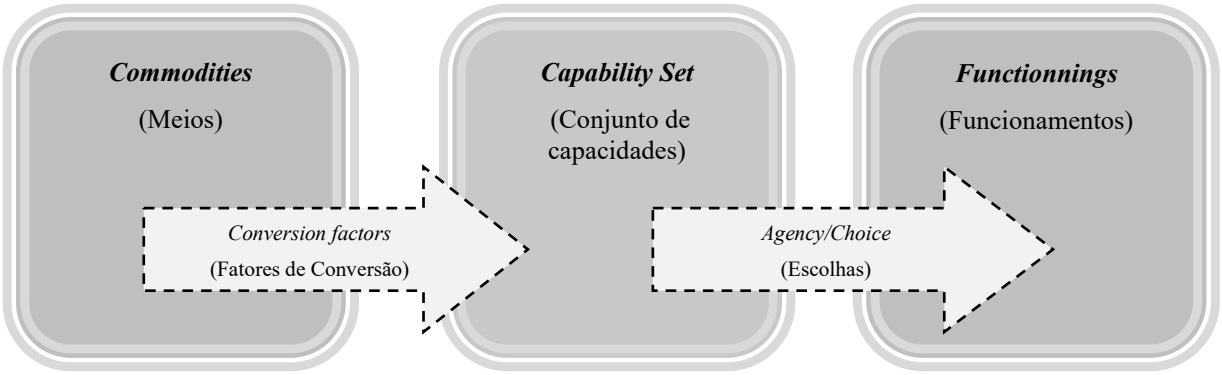
Ter uma habitação condigna é a base, um mecanismo de satisfação fundamental, a nível da subsistência. A habitação é o núcleo principal da vida quotidiana. É o lugar onde cada família vive e cresce, onde as pessoas se vestem e se alimentam, o lugar destinado à construção de relações de intimidade, de vínculos afetivos, um reservatório de lembranças que, a qualquer momento, um detalhe, um cheiro, um objeto, um olhar, é rapidamente recordada e se apresenta- de acordo com o significado atribuído. É o lugar onde o indivíduo se situa face a outro, com vontade de viver em comum e no ordenamento das suas diferentes atividades, servindo também de refúgio, abrigo e proteção.

É o significado de conforto ao longo dos séculos, chegando ao que hoje se entende como ambiente e privacidade, de intimidade e de vida familiar na consciência humana. O bem-estar doméstico é uma necessidade humana fundamental, que está profundamente enraizada e que precisa de ser satisfeita, o que permite uma sensação de ambiente aconchegante, marcado pelos vestígios da vivência. Assim, a habitação é a base para exercer todas estas funções vitais e quando esta necessidade não está satisfeita todas as outras necessidades ficam comprometidas.

Teoria das necessidades humanas em Amartya Sen – *Capability Approach*

Ao contrário de outros autores, Sen não desenvolveu uma teoria sobre necessidades humanas universais, propondo, em alternativa, a capability approach, ou abordagem das capacidades. Conforme se ilustra na figura 3, a abordagem concentra-se diretamente na qualidade de vida que os indivíduos são realmente capazes de alcançar e é estruturada em torno de cinco conceitos centrais.

Figura 3 - Os cinco blocos de construção da Abordagem de Capacidade



Fonte: Elaboração própria com base em Goerne (2010)

Commodities – os meios (recursos) de que os indivíduos podem dispor, como por exemplo bens materiais ou habilidades.

Capability Set – o conjunto de capacidades que revelam o que as pessoas realmente "podem fazer e podem ser". Para Sen e Motta (2018, p. 76) a capacidade/*capability* consiste nas combinações alternativas de funcionamentos às quais uma pessoa tem acesso e cuja realização é exequível para ela. As capacidades indicam até que ponto uma pessoa tem oportunidades reais ou habilidades para escolher opções de vida.

Functionnings - o que uma pessoa pode fazer ou os diversos modos de estar. Esta perspetiva baseia-se na visão de que os indivíduos são todos diferentes existindo condições pessoais, ambientais e sociais que estão na origem dessa diversidade, pelo que requerem meios diferentes para alcançar os mesmos funcionamentos. Assim, os bens materiais que um indivíduo possa ter não permitem tirar conclusões sobre o seu estado de bem estar (Goerne, 2010, p. 7).

Assim, um *functionning/*funcionamento é uma conquista, uma realização, enquanto uma capacidade é uma habilidade. Ter capacidades implica ter liberdade para alcançar funcionamentos. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (estilos de vida diversos) que a pessoa tem motivos para valorizar. Indica a liberdade da pessoa, isto é, as suas oportunidades reais, para levar um ou outro tipo de vida. Sen (1993, p. 33) afirma que "a capacidade de uma pessoa depende de uma variedade de fatores, incluindo características pessoais e arranjos sociais".

Este conceito, que tem raízes aristotélicas, reflete as várias coisas que uma pessoa pode considerar importante fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio (Sen e Motta, 2018, p. 76).

A potencial transformação de meios em funcionamentos é mediada pelas estruturas sociais existentes e na *capability approach* essas estruturas são designadas por fatores de conversão e em algumas situações por escolhas.

Os *Conversion Factors* formam as condições (externas) especiais, ambientais e sociais de cada indivíduo. As competências adquiridas só são úteis se acompanhadas pelas respetivas estruturas do mercado que ajudam a transformar essas competências em resultados. São os fatores de conversão que determinam "o que" e "como" os bens e/ou mercadorias pode ser transformado (Goerne, 2010, p. 8).

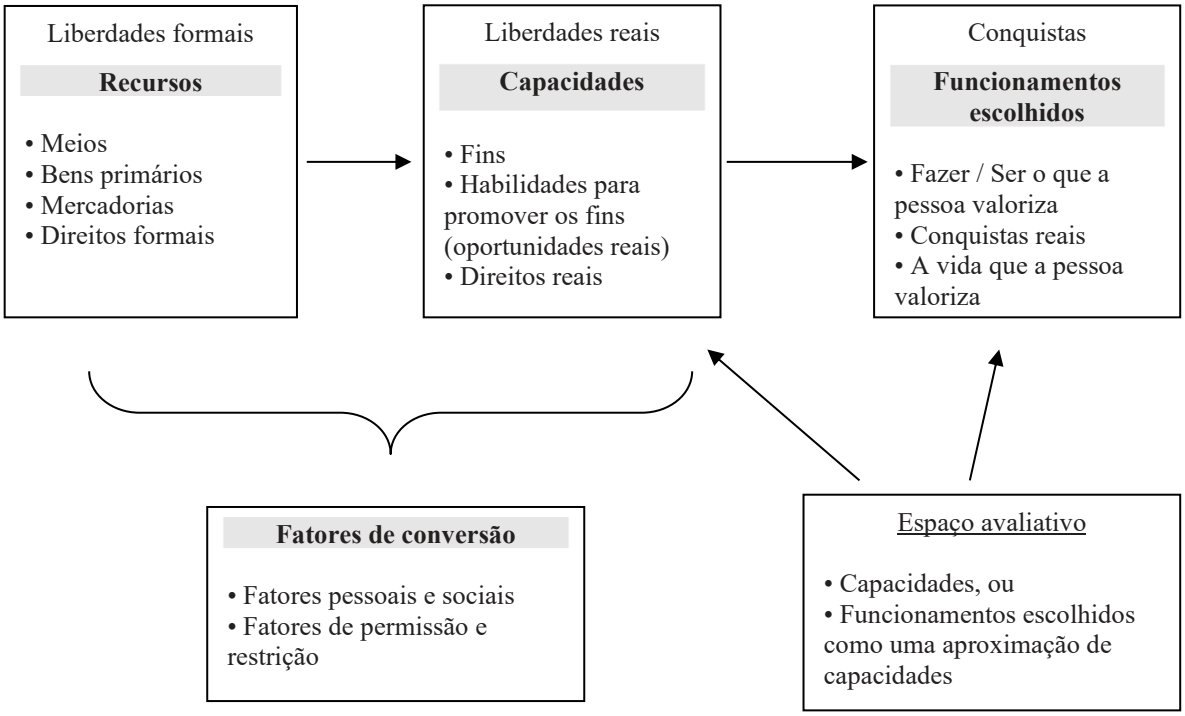
Agency/Choice refere-se às limitações/restrições internas, como a falta de desejo de atingir certos funcionamentos. Os indivíduos que vivem em situação de privação frequentemente têm expetativas e aspirações muito baixas (Goerne, 2010, p. 8).

A particularidade e o contributo teórico desta abordagem foi o de desviar o foco das necessidades, ou do resultado da sua satisfação, para as capacidades. Deste ponto de vista, uma pessoa terá uma vida bem-sucedida, ou uma vida digna, se tiver oportunidades e capacidades para alcançar combinações de "funcionamentos" com valor - aquilo que uma pessoa é capaz de ser ou fazer, com autonomia, na sociedade em que vive (Sen, 1993, p. 31).

No entender de Sen (2000), tão importante quanto ter as necessidades básicas atendidas, é dispor de condições – meios para funcionar (*functionnings*) e um conjunto de habilidades (*capability set*) – que permitam obter a satisfação de tais necessidades. Partindo desse pressuposto, o autor contesta a abordagem da insuficiência económica, preferindo a da inadequação, já que o montante ou patamar em questão vai variar consoante as características pessoais e outras circunstâncias, tais como o ciclo de vida, a conjuntura económica etc. O valor dos funcionamentos reais traduz-se no modo de avaliar como a pessoa valoriza as opções que tem (Sen, 2000, p. 157).

A figura seguinte evidencia os principais conceitos na abordagem da capacidade e os seus relacionamentos, através de um diagrama simplificado.

Figura 4 - A Abordagem da Capacidade - Amartya Sen



Fonte: Elaboração própria com base em (Kimhur, 2020)

Com base em Sen, a qualidade de vida pode ser avaliada pela capacidade para alcançar os *funcionings* ("funcionamentos"), como estar bem nutrido, ter saúde, habitação adequada, bem como integração social e autorrespeito, possibilitando a melhoria da qualidade de vida. Ao utilizar o termo *capability* pretende-se uma análise sobre as privações políticas e sociais dos indivíduos – se uma pessoa está livre de doenças significa que ela pode obter vida mais

longa, pode trabalhar para auferir rendimento, é livre para se mover, etc. Contudo, esta abordagem não pode ser entendida apenas pelas realizações dos indivíduos, mas pelo conjunto de oportunidades reais das quais as pessoas dispõem para viver. Por outras palavras, para este autor, a avaliação da qualidade de vida que se concentra apenas nos meios, sem considerar o que as pessoas podem fazer com eles, é insuficiente.

A pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas e não avaliada apenas em critérios económicos, que são os critérios tradicionais de identificação da pobreza (Sen e Motta, 2018, p. 88).

O autor coloca em plano secundário a importância de fatores como rendimento, capital e posse de recursos físicos, destacando o papel das capacidades e das habilidades que os indivíduos precisam de ter para poder fazer as escolhas e alcançar uma vida plena de bem-estar. As liberdades individuais substantivas são consideradas essenciais.

Os fins e os meios do desenvolvimento impõem que a liberdade seja colocada no centro. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. A perspetiva de que a liberdade é central em relação aos fins e aos meios do desenvolvimento merece toda a nossa atenção (Sen, 2000, p. 71).

Para Amartya Sen, a possibilidade de viver muito tempo e desfrutar de uma boa vida ao longo da existência são coisas que os seres humanos valorizam e desejam intensamente. Reconhece que essas capacidades básicas, como educação, saúde, nutrição e abrigo até níveis minimamente adequados, não esgotam os recursos da abordagem de capacidade. Entende que podem ser particularmente úteis na avaliação da extensão e natureza da pobreza nos países em desenvolvimento, mas permitem apenas avaliar o desempenho da vida das pessoas em termos básicos.

No que diz respeito à aplicação desta abordagem, Kimhur (2020) refere que as discussões sobre política habitacional, nas últimas décadas, têm vindo a perder dimensões humanas e sociais, restringindo a habitação a uma "mercadoria" e um meio para acumular riqueza, desligando-a da sua função social. Acrescenta a autora que no domínio da habitação existem poucas pesquisas que apliquem a abordagem de Sen.

A habitação foi discutida como uma capacidade central e evidente que permite expandir outras capacidades, como por exemplo relacionadas com a educação e a saúde (Kimhur, 2020, p. 8) colocando-a como "pedra angular do estado bem-estar" (Malpass, 2008), citado por (Kimhur, 2020). Neste sentido, as condições da habitação podem ser elementos importantes (meios) que permitem às pessoas expandir ou aceder a outras oportunidades. Além das condições habitacionais também a localização geográfica pode dificultar ou impedir o acesso a outras oportunidades.

Uma habitação adequada pode contribuir para que os indivíduos tenham oportunidades económicas, bem-estar físico e mental, segurança e *status* (Kimhur, 2020, p. 8), ou seja, nesta abordagem, a habitação é um recurso que a pessoa pode utilizar para expandir outras capacidades, dependendo das circunstâncias e de outros tipos de recursos disponíveis.

Com base em Sen, as pessoas que sofrem privações persistentes podem ser avaliadas erradamente como tendo bem-estar, porque tendem a limitar ou ajustar os seus desejos e expectativas ao que é aparentemente viável para elas, focando-se na necessidade absoluta de sobrevivência. Por exemplo, se um jovem reside numa casa com muito boas condições de habitabilidade, mas se precisa 3/4 horas por dia para se deslocar para o emprego, terá muito menos ocasiões para investir o seu tempo livre no desenvolvimento de competências e habilidades, o que resultará em menos oportunidades em conseguir um emprego melhor. Neste caso concreto, a política habitacional reduz a capacidade de alcançar bem-estar.

As informações para a elaboração da política habitacional têm-se concentrado na habitação como um recurso e não no que ela gera, ou nas capacidades (oportunidades) que são necessárias para que um indivíduo alcance um funcionamento relevante para a habitação. A autora revela que muitas pesquisas recentes concluíram que a habitação gera resultados sociais em relação à saúde, educação e meio ambiente, mas que essas descobertas foram pouco integradas na elaboração da política habitacional. Neste entendimento, a autora questiona até que ponto as políticas nesta matéria atendem às necessidades das pessoas e se o objetivo final dessas mesmas políticas tem sido adequado para o efetivo e real desenvolvimento humano (Kimhur, 2020, p. 8).

Na elaboração das políticas de habitação e no desenvolvimento da sua agenda, a abordagem da capacidade pode ser aplicada como uma estrutura básica para a definição de objetivos

sociais e éticos, reorientando o foco da política de habitação de preocupações económicas para humanas o que tornará a sociedade mais justa (Kimhur, 2020, p. 15).

Os fatores de conversão devem estar na base da política habitacional e da sua abordagem avaliativa (Kimhur, 2020, p. 10) na medida em que estão relacionados com as circunstâncias em que as pessoas vivem. É através desta conversão que as oportunidades se traduzem em capacidades.

Capacidades relevantes para a habitação são o que a política precisa ter como objetivo principal, em vez do foco incidir exclusivamente na habitação (Kimhur, 2020, p. 12). A questão fundamental das capacidades relevantes para a habitação seria quais as condições, habilidades, oportunidades ou capacidades de que uma pessoa precisa para expandir as suas liberdades para escolher uma função de habitação relevante e que tenha motivos para valorizar.

As capacidades multidimensionais que uma pessoa precisa para alcançar um funcionamento relevante para a habitação precisam ser consideradas e para alcançar um funcionamento, uma pessoa ou família precisa de vários recursos. Nesta sequência, (Kimhur, 2020, pp. 12-13) apresenta alguns exemplos de recursos relevantes para a habitação:

- capacidade de garantir um lugar seguro para viver;
- capacidade de garantir um lugar estável para viver;
- capacidade de viver num ambiente saudável;
- capacidade de viver a uma distância adequada para ter oportunidades de geração de rendimento
- capacidade de fazer parte da comunidade de forma proactiva;
- capacidade de desfrutar da igualdade de género;
- capacidade de desfrutar de direitos associados aos inquilinos;
- capacidade de obter uma renda adequada após a dedução do custo da habitação;
- capacidade de tomar uma decisão informada no próprio processo de habitação
- capacidade de utilizar as informações sobre opções e políticas de habitação;
- capacidade de fazer parte do processo de tomada de decisão no (re) desenvolvimento habitacional.

Uma vantagem adicional da abordagem da capacidade é que ela é interdisciplinar. Além do planeamento, direitos, economia e ciências sociais e humanas ela atravessa outros domínios de bem-estar como educação, saúde, pensões e emprego. Estas diversas disciplinas podem colaborar para uma melhor política de habitação (Kimhur, 2020, p. 17).

Se a política de habitação não funcionar não possibilita às pessoas com menos recursos aceder ao direito formal de ter acesso a habitação, ou seja, muitas pessoas não alcançam os fins, logo não há satisfação da necessidade de habitação ou esta ocorre de forma deficitária, como se verifica com frequência nos bairros sociais.

Teoria das necessidades humanas em Erik Allardt

Erik Allardt, sociólogo finlandês, reflete sobre as dimensões e indicadores de aferição de necessidade e refere-se às condições materiais necessárias para sobreviver e evitar a miséria. Concentra o seu trabalho na procura da satisfação das necessidades e não na satisfação dos recursos. A abordagem das necessidades básicas é mais complicada e mais ambígua do que a abordagem de recursos. Permite, no entanto, uma consideração mais completa das condições necessárias para o desenvolvimento humano (Allardt, 1993, p. 89). A tipologia proposta pelo autor prevê a diferenciação analítica entre três níveis de necessidades, sem hierarquia organizada: materiais, socioafetivas e de desenvolvimento pessoal (*having, loving* e *being*), e respetivas formas de satisfação (Teresa Costa Pinto *et al.*, 2010, p. 38).

Conforme se pode verificar no **Quadro 2** a tipologia apresentada por Allardt abrange um conjunto de indicadores objetivos e subjetivos, que permite a avaliação do nível de bem-estar de uma sociedade.

Quadro 2 - Tipologia das Necessidades Básicas – Erik Allardt

	Necessidades	**Indicadores**	
		Objetivos	Subjetivos
Ter	Associadas às condições necessárias para assegurar a sobrevivência	Nível de vida e condições ambientais (recursos económicos e **condições de habitação**, emprego, saúde, educação, qualidade do ar, água, solos)	Sentimentos subjetivos de insatisfação/satisfação com as condições de vida
Amar	Relacionamento e construção de identidades pessoais e sociais	Relações com outras pessoas (tipo de relações de amizade, de trabalho e parentesco, níveis de participação na comunidade local, etc)	Sentimentos de infelicidade/felicidade nas relações sociais

Ser	Integração na sociedade e viver em harmonia com a natureza	Relação das pessoas com a sociedade e natureza (grau de participação nas atividades políticas e vida comunitária, oportunidades de realização no trabalho ou de desfrutar da natureza, etc)	Sentimentos subjetivos de isolamento/desenvolvimento pessoal

Fonte: Elaboração própria com base em Allardt (1993, pp. 93-94)

Na conceção do autor, as necessidades humanas podem ser avaliadas por indicadores objetivos e subjetivos. Os primeiros são baseados em observações externas, como por exemplo o espaço disponível por pessoa dentro de uma habitação, o número de amigos, a quantidade de atividade política, as oportunidades de apreciar a natureza etc. Os indicadores subjetivos estão relacionados com as atitudes sobre o ambiente físico e devem ser formulados em termos de insatisfação/satisfação, assim como em perguntas sobre as relações e atitudes das pessoas em termos de felicidade/infelicidade. (Allardt, 1993, p. 93).

Para este autor, a abordagem das necessidades básicas concentra-se em condições sem as quais os seres humanos são incapazes de sobreviver, evitar a miséria, relacionar-se com outras pessoas e evitar a alienação. **Ter**, **Amar** e **Ser** são palavras-chave para as condições necessárias e centrais do desenvolvimento e da existência humana.

Ter significa aferir o nível de vida e as condições necessárias para assegurar a sobrevivência: recursos económicos, condições de habitação, emprego, saúde, educação, qualidade do ar, água, solos, etc.

Amar significa a necessidade de se relacionar com outras pessoas e formar identidades sociais. O nível de satisfação da necessidade pode ser avaliado por medidas que indicam contatos com a comunidade local; apegos à família e parentes; padrões ativos de amizade; ligações e contatos com colegas de associação e organização e relações com colegas de trabalho (Allardt, 1993, p. 91).

Ser representa a necessidade de integração na sociedade e de viver em harmonia com a natureza. O lado positivo do *Ser* pode ser caracterizado como crescimento pessoal, enquanto o aspeto negativo representa alienação. Os indicadores medem, por exemplo, até que ponto uma pessoa pode participar de decisões e atividades que influenciam a sua vida: atividades políticas; oportunidades para realizar atividades de lazer; oportunidades para uma vida profissional significativa e oportunidades de apreciar a natureza, através da contemplação ou de atividades como caminhadas, jardinagem e pesca (Allardt, 1993, p. 91).

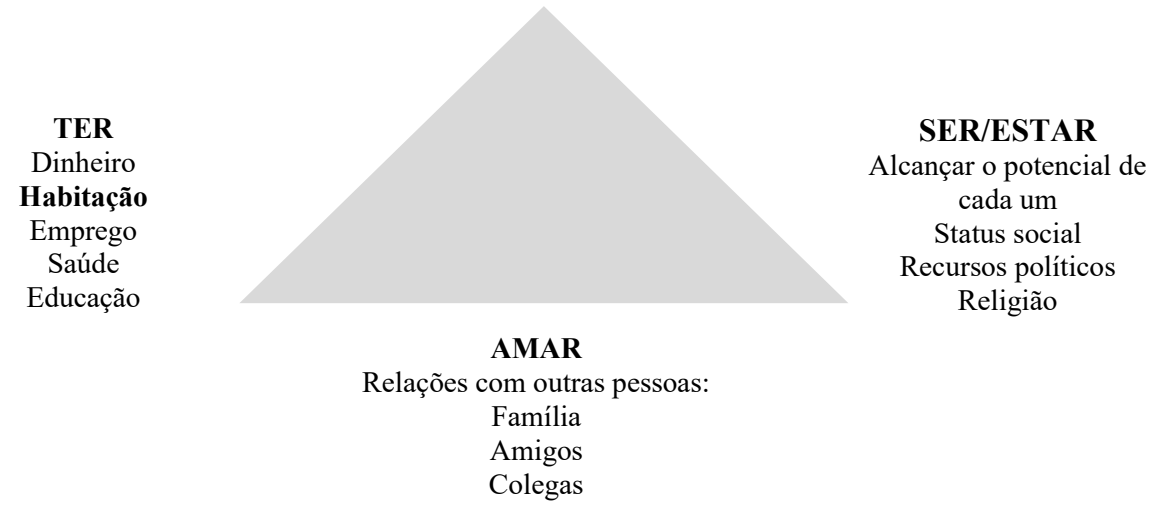
Allardt, no âmbito de pesquisas para aferir o nível de vida na Suécia e de um estudo comparativo de bem-estar nos países escandinavos, utilizou os seguintes indicadores:

- recursos económicos: rendimento e riqueza;
- condições de habitação: medidas pelo espaço disponível e pelas comodidades;
- emprego: geralmente descrito em termos de ocorrência ou ausência de desemprego;
- condições de trabalho: ruído e temperatura no local de trabalho, rotina de trabalho físico, medidas de stress;
- saúde: vários sintomas (ou ausência) de dor e doença, assistência médica;
- educação: anos de educação formal (Allardt, 1993, p. 89).

Na sua investigação, o autor constatou que quando as condições materiais se tornam realmente más, a solidariedade e os relacionamentos amorosos também tendem a sofrer. Se o ambiente físico se deteriorar claramente, se, por exemplo, não tiverem abrigo adequado, as pessoas podem perder algumas de suas habilidades de companheirismo, solidariedade e amor (Allardt, 1993, p. 91).

Conforme se pode verificar na figura seguinte as condições de habitabilidade são um elemento particularmente relevante no que toca às necessidades físicas e de recursos, associadas à manutenção da sobrevivência física dos indivíduos e ao evitar da privação.

Figura 5 – Dimensões das Necessidades Básicas - Erik Allardt



Fonte: Elaboração própria com base em Allardt, 1993, pp. 88-94

Segundo o autor, os indicadores objetivos e subjetivos que permitem a avaliação do nível de bem-estar de uma sociedade devem ser elencados a partir de três dimensões: (1) **Ter** referindo-se aos recursos económicos; condições de **habitação**; emprego; condições físicas de trabalho; saúde; educação. (2) **Amar** como necessidade de se relacionar com outras pessoas e formar identidades sociais; contatos com a comunidade local; apego à família e aos parentes; amizade; reações e contatos com companheiros membros de associações e organizações; relações com companheiros de trabalho. (3) **Ser** como necessidade de integração na sociedade, viver em harmonia com a natureza; participação nas decisões e atividades coletivas que influenciam a vida dos indivíduos; atividades políticas, de lazer e vida profissional significativa (Allardt, 1993, pp. 92-93).

Ao medir os padrões de habitação, por exemplo, deve-se confiar em medidas objetivas do espaço disponível e do número de eletrodomésticos da família ou deve-se perguntar se os entrevistados estão ou não satisfeitos com suas condições de moradia? Ao avaliar a qualidade do ar, deve-se confiar apenas em medidas externas objetivas do grau de poluição ou deve-se também tentar medir a satisfação subjetiva das pessoas com o ar que respiram? As pessoas podem estar cientes do facto de que vivem em ambientes de risco, mas, no entanto, podem julgar os riscos aceitáveis (Allardt, 1993, p. 92). Com esta explicação o autor pretende demonstrar/justificar a importância de aplicar indicadores objetivos e subjetivos.

Teoria das necessidades humanas em Martha Nussbaum

A teoria de Martha Nussbaum sobre o crescimento económico e o desenvolvimento humano utiliza, à semelhança de Sen, o conceito de *capability*[5]. A autora argumenta que é importante estar desperto para o que cada pessoa é realmente capaz de ser e fazer, ou melhor, que oportunidades lhe são concedidas para poder ser e fazer. As referidas capacitações detêm importância central na vida dos seres humanos, na medida em que "*elas garantem a existência de um espaço para o exercício da liberdade humana*" (Nussbaum, 2012, p. 45).

Nussbaum distingue três tipos de capacitações: capacitações básicas, capacitações internas e capacitações combinadas (Nussbaum, 2000, pp. 84-85). As primeiras são faculdades inatas da pessoa, que se treinam e desenvolvem através da interação com o meio onde a pessoa está

[5] A tradução da palavra *capabilities* para a língua portuguesa apresenta dois termos: capacitações ou capacidades. Neste trabalho adotamos o termo capacidades.

inserida. As segundas são as características da pessoa e para as desenvolver são necessárias condições favoráveis, ou seja, necessitamos de condições externas para desenvolver capacitações internas. As capacitações combinadas resultam da combinação das anteriores, isto é, dizem respeito às opções de que a pessoa dispõe para escolher e agir numa situação política, económica e social concreta. Esta combinação é muito importante, pois se uma pessoa possuir capacitação interna e não lhe forem dadas condições externas favoráveis fica impedida de agir. A sociedade deve desenvolver capacidades internas entre os seus membros e condições favoráveis para a expansão de capacidades combinadas.

Conforme apresentamos no Quadro seguinte, a autora considera dez capacidades humanas que definem todos os níveis a ter em conta na vida de uma pessoa para que possa usufruir de dignidade humana.

Quadro 3 - Capacidades Humanas Centrais - Martha Nussbaum

Vida	Ser capaz de viver até ao fim uma vida humana de duração normal: não morrer prematuramente ou antes que a vida se torne tão limitada que não valha a pena viver.
Saúde Física	Ser capaz de ter uma boa saúde, incluindo saúde reprodutiva; estar adequadamente nutrido; **dispor de habitação adequada**.
Integridade Física	Ser capaz de se movimentar livremente pelos lugares, isto é, ter capacidade para estar seguro contra a violência, incluindo violência sexual, abuso sexual de crianças e violência doméstica; ter oportunidades para obter satisfação sexual e exercer a escolha em matéria de reprodução.
Sentidos, Imaginação e Pensamento	Ser capaz de usar os sentidos, imaginar, pensar e raciocinar – e fazer estas coisas de uma forma "verdadeiramente humana", uma forma informada e cultivada por uma educação adequada, mas não se limitando à alfabetização e formação básica. Ser capaz de usar a imaginação e o pensamento em ligação com a vivência e produção de trabalhos e eventos auto-expressivos de sua própria escolha, religiosos, literários, musicais, etc. Ser capaz de usar a própria mente de forma protegida por garantias de liberdade de expressão relativamente quer ao discurso político, quer ao discurso artístico e liberdade de exercício da religião. Ser capaz de procurar o sentido último da vida de forma independente. Ser capaz de ter experiências agradáveis e de evitar dor não necessária.
Emoções	Ser capaz de ter ligações a coisas e pessoas fora de nós mesmos; amar aqueles que nos amam e cuidam de nós e sofrer pela sua ausência; em geral, amar, sofrer, experimentar saudade, gratidão e fúria justificada. Não ter o desenvolvimento emocional lesado por medo ou ansiedade esmagadores.
Razão Prática	Ser capaz de formar uma conceção de bem e envolver-se em reflexão crítica sobre o planeamento da sua própria vida (isto requer a proteção da liberdade de consciência).

Afiliação	A. Ser capaz de viver com e em relação com (para) os outros, reconhecer e demonstrar preocupação por outros seres humanos, envolver-se em várias formas de interação social; ser capaz de imaginar a situação do outro e ter compaixão por essa situação; ter capacidade tanto para a justiça como para a amizade. (Proteger esta capacidade significa proteger instituições que constituem e alimentam estas formas de afiliação e também a liberdade de reunião e de discurso político). B. Dispor das bases sociais para o autorrespeito e não humilhação; poder ser tratado como um ser humano digno cujo valor é igual ao dos outros. Isto implica, no mínimo, proteção contra a discriminação com base na raça, sexo, orientação sexual, religião, casta, etnicidade ou nacionalidade. No trabalho, poder trabalhar como um ser humano, exercendo razão prática e estabelecendo relações dotadas de sentido de reconhecimento mútuo com outros trabalhadores.
Outras espécies	Ser capaz de viver com preocupação por e em relação com os animais, as plantas e o mundo natural.
Diversão	Divertir-se, ser capaz de rir, brincar e desfrutar de atividades recreativas.
Controlo sobre o ambiente político e material	A. Político: Ser capaz de participar efetivamente em escolhas políticas que governam a sua própria vida; ter o direito de participação política e proteção de liberdade de expressão e associação. B. Material: Ser capaz de ter propriedade (quer terra, quer bens móveis), não apenas formalmente, mas em termos de oportunidade real; e ter direitos de propriedade em igualdade de condições com os outros; ter direito a procurar emprego em igualdade de condições com os outros; estar livre de buscas e apreensões indevidas.

Fonte: Elaboração própria com base em (Nussbaum, 2000, pp. 78-80)

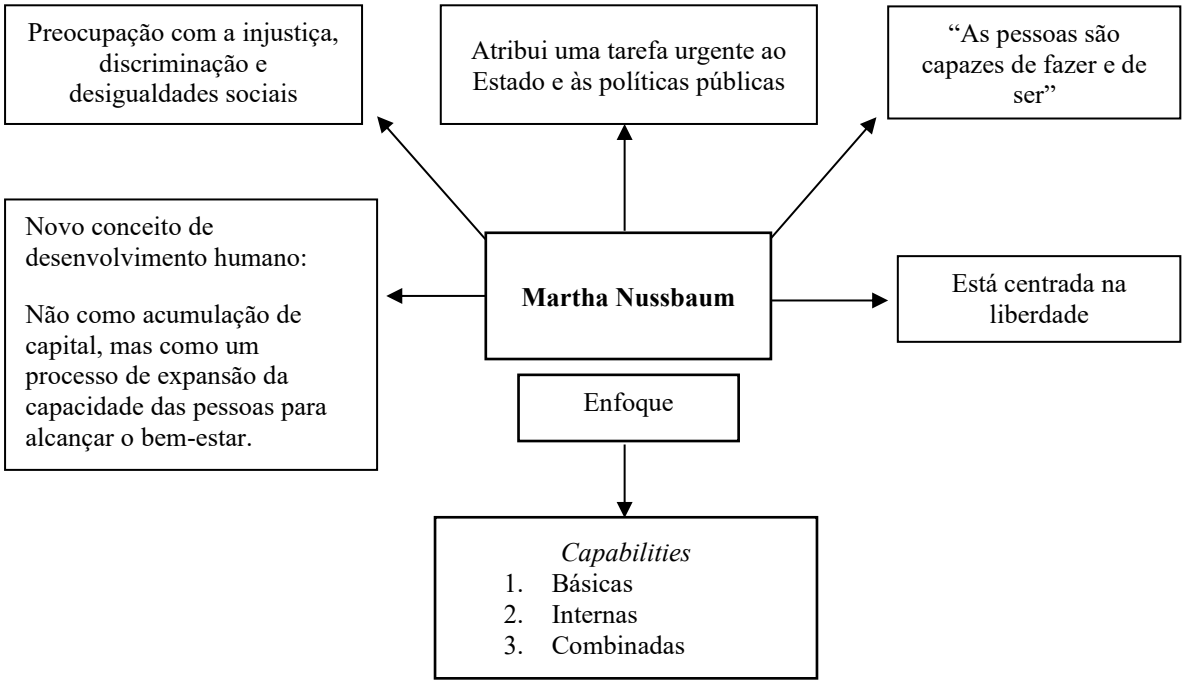
De acordo com Nussbaum (2000, p. 71) estas dez capacitações humanas centrais constituem o mínimo para assegurar uma vida digna. Todas são essenciais para a vida do indivíduo e devem estar interligadas para que se possam realizar. Todas são de importância central e todas têm qualidade distinta, ou seja, cada uma tem importância singular no desenvolvimento humano. Se as pessoas estiverem sistematicamente abaixo do limiar de qualquer de uma dessas áreas centrais, isso deve ser visto como uma situação injusta com necessidade de atenção urgente, mesmo que em outras áreas tal não se verifique.

A ideia por detrás desta abordagem é de que estas funções são centrais na vida humana, de tal forma que pode ser entendida como uma marca da presença ou ausência de vida humana. No entender da autora, uma vida pode ser tão empobrecida que não chegar a ter dignidade do ser humano (Nussbaum, 2000, p. 72).

A ideia central é a do indivíduo como um ser humano livre e digno, que molda a sua própria vida em cooperação e reciprocidade com os outros. Uma vida que é realmente digna é aquela que é moldada por poderes humanos de razão prática e sociabilidade (Nussbaum, 2000, p. 72). A lista das capacidades centrais não é uma teoria completa da justiça, indicando a base para determinar um mínimo social decente numa variedade de áreas (Nussbaum, 2000, p. 75).

Conforme apresentamos na figura abaixo, a autora centra a sua abordagem nas *capabilities* que detêm importância central na vida dos seres humanos.

Figura 6 - Enfoque nas Capacidades - Martha Nussbaum.



Fonte: Elaboração própria com base em (Nussbaum, 2012) e (Nussbaum, 2000)

A autora aborda a questão – ter um abrigo adequado – como uma área central e um patamar mínimo abaixo do qual considera não existirem condições para uma vida digna. A ideia contém, portanto, uma referência a um conceito de valor ou dignidade humana (Nussbaum, 2000, p. 73).

Teoria das necessidades humanas em Costanza

Para Robert Costanza e coautores, qualidade de vida é a medida em que as necessidades humanas objetivas são atendidas em relação às perceções pessoais ou grupais de bem-estar subjetivo. Trata-se de necessidades básicas de subsistência, reprodução, segurança, afeto, etc. Este conceito resulta da avaliação das respostas de indivíduos ou grupos a perguntas sobre felicidade, satisfação com a vida, utilidade ou bem-estar (Costanza *et al.*, 2007, pp. 268-269). Estes autores integraram as abordagens de Max-Neef e Nussbaum juntando-lhe as

categorias de transcendência e reprodução e alterando as categorias de proteção e tempos livres para segurança e lazer.

Quadro 4 - Lista de Necessidades Humanas e Mecanismos de Satisfação - Costanza

Necessidades Humanas	Mecanismos de satisfação	Tipos de entradas
Subsistência	Comida, abrigo, serviços vitais (ar e água limpos, etc.) Cuidados de saúde, descanso	Capital construído
Reprodução	Nutrir crianças, mulheres grávidas Transmissão da cultura Trabalho doméstico	Capital natural Tempo do capital humano
Segurança	Regras de conduta previsíveis aplicadas Segurança relativamente à violência em casa e em público Segurança da subsistência no futuro Manter a distância nos limiares ecológicos críticos Administração da natureza para garantir subsistência no futuro Cuidar de doentes e idosos	Capital social Tempo de capital construído Capital natural
Afeição	"Ser capaz de ter apego a coisas e pessoas fora de nós mesmos; amar aqueles que amam e cuidam de nós, sofrer pela sua ausência" Nussbaum Solidariedade, respeito, tolerância, generosidade, paixão, recetividade	Tempo Capital social
Compreensão	Acesso á informação Intuição e racionalidade	Capital natural Capital humano Tempo de capital construído
Participação	Agir de forma significativa no mundo Contribuir e ter algum controlo sobre a vida política, comunitária e social Ser ouvido Emprego significativo Cidadania	Capital social Capital humano Tempo de capital natural
Lazer	Recriar, relaxar, tranquilidade, acesso à natureza, viajar	Capital natural Capital construído Capital social Capital humano
Espiritualidade	Envolver-se em experiências transcendentes Acesso á natureza Participação numa comunidade de fé	Capital humano Capital social Capital natural Tempo
Criatividade/ Expressão emocional	Jogar, imaginar, inventar e expressão artística	Tempo de capital humano Capital natural
Identidade	Status, reconhecimento, sentimento de pertença, diferenciação, sentido do lugar	Capital social
Liberdade	"Ser capaz de viver a própria vida e de mais ninguém. Isso significa ter certas garantias e não interferência em certas opções que são especialmente pessoais e definitivas, como escolhas relacionadas a casamento, filhos, expressão sexual, expressão e emprego" (Nussbaum) Mobilidade	Capital natural Capital social Capital natural

Fonte: Elaboração própria com base em (Costanza *et al.*, 2007, p. 270)

Partindo da contribuição de várias disciplinas, apresentam uma definição integrada de qualidade de vida que combina necessidades humanas com bem-estar ou felicidade subjetiva. O conceito de qualidade de vida é entendido como multidimensional, contendo elementos objetivos e subjetivos de interação, relacionando-o com as oportunidades oferecidas para atender às necessidades humanas nas formas de capital construído, humano, social e natural (além do tempo) e às opções de políticas disponíveis para aprimorar essas oportunidades. As implicações políticas incluem estratégias para investir em *oportunidades* para maximizar a melhoria da qualidade de vida nas escalas individual, comunitária e nacional (Costanza *et al.*, 2007, pp. 268-269). De acordo com Costanza *et al.* (2007, p. 274), a qualidade de vida melhora de acordo com as capacidades para atender às necessidades humanas e com a perceção dos indivíduos quanto ao grau em que essas necessidades são atendidas.

Conforme se pode verificar no Quadro 4 - Lista de Necessidades Humanas e Mecanismos de Satisfação - Costanza

para operacionalizar o atendimento das necessidades humanas, os autores elencam os mecanismos de satisfação direta, que podem ser usados para cada uma das onze necessidades humanas.

Assim, os autores propõem uma lista de necessidades humanas a serem usadas como base para gerar um conjunto de indicadores para a qualidade de vida e conceções de necessidades básicas.
Qualidade de vida é a medida em que as necessidades humanas objetivas são realizadas em relação às perceções pessoais ou de um grupo. As necessidades humanas são necessidades básicas para subsistência, reprodução, segurança, afeto, etc. (Costanza *et al.*, 2007, p. 269).

Além da categoria “subsistência” onde incluem a alimentação, a habitação/abrigo, os cuidados de saúde, o descanso e outros serviços vitais, apresentam a categoria - "reprodução", separada da categoria de subsistência de Max-Neef, baseando-se no conceito de reprodução social. No entender dos autores, "subsistência" refere-se à população atual, enquanto “reprodução” se refere às gerações futuras. Para estes autores a segurança é uma necessidade humana muito importante. Não para sugerir que a subsistência e a reprodução não sejam integradas num nível básico, mas para enfatizar a importância do aspeto da

reprodução na subsistência. De facto, um indivíduo que não dispõe de habitação adequada não terá condições de segurança, de constituir família ou de manter cuidados de higiene. No seu entender, são necessidades suficientemente distintas para justificar categorias separadas. Além disso, o reconhecimento da importância da reprodução tem implicações políticas significativas, particularmente em relação às mulheres e ao seu papel na sociedade (Costanza *et al.*, 2007, pp. 270-271).

Outra das alterações propostas é a substituição da categoria de "proteção" de Max-Neef para "segurança" e de "ociosidade" para "lazer". Essas duas mudanças foram destinadas a comunicar melhor o conceito subjacente. Por exemplo, "ociosidade" tem conotações negativas em muitas culturas. Os autores incluíram igualmente a categoria "espiritualidade" no sentido de integrar a maneira como os seres humanos sentem a transcendência ou conexão com um sistema ou energia maior. Esse senso de conexão pode ou não ter afiliações religiosas.

Os autores admitem que algumas das necessidades que propõem estão sobrepostas e que algumas são conflituantes, como é o caso da subsistência que está intimamente relacionada com a reprodução. Não existem medidas completamente objetivas, porque a qualidade de vida é, por sua própria natureza, um conceito subjetivo e, inevitavelmente, haverá divergências entre indivíduos diferentes (Costanza *et al.*, 2007, p. 271).

Neste contexto, o papel das políticas públicas é o de criar oportunidades para que as necessidades humanas sejam atendidas, entendendo que existem diversas formas de responder a cada necessidade específica.

A capacidade dos humanos de satisfazer as suas necessidades básicas advém das oportunidades disponíveis e construídas a partir de capital social, humano, construído e natural (e tempo). Política e cultura ajudam a alocar os quatro tipos de capital como um meio para alcançar essas oportunidades:

- capital social - redes e normas que facilitam a ação cooperativa;
- capital humano - conhecimento e informação armazenados no cérebro, bem como o nosso trabalho;
- capital construído - bens manufaturados, ferramentas, equipamentos, edifícios;

- capital natural - bens e serviços renováveis e não renováveis fornecidos pelos ecossistemas. (Costanza *et al.*, 2007, p. 271).

Assim, o capital construído é a principal forma de satisfazer a necessidade de subsistência (por exemplo, por via do **abrigo**), mas o capital natural também é o principal mecanismo de satisfação da subsistência (por exemplo, por via, do ar e da água puros) bem como o capital humano e social (por exemplo, por via da assistência médica). Da mesma forma, a necessidade de participação pode ser satisfeita pelo envolvimento na vida social (capital social) ou pelo uso significativo dos talentos (capital humano) (Costanza *et al.*, 2007, p. 274). Além disso, o conteúdo das próprias necessidades é dinâmico, devido à sobreposição e interação entre categorias de necessidade. Por exemplo, as necessidades de segurança podem mudar ao longo da vida, ou em resposta a uma mudança de estado na forma como outras necessidades são atendidas (Costanza *et al.*, 2007, pp. 271-272). No fundo, o que estes autores sustentam é que para cada necessidade humana, deve ser feito um esforço para investir no tipo de capital que gerará maior número de oportunidades.

1.1.1. Teorias das necessidades humanas e habitação: um ensaio de síntese

As propostas de conceptualização das necessidades humanas aqui apresentadas revelam a existência de diferenças significativas quer quanto ao seu carácter essencial, quer quanto às dimensões em que se estruturam, quer ainda quanto aos mecanismos e processos de alcançar a sua satisfação. No entanto, apesar de claras diferenças registadas, desde logo quanto à questão da existência ou não de uma hierarquia entre diferentes tipos e níveis de necessidades humanas, a habitação é considerada em todas as propostas, sem prejuízo da das diferenças registadas na sua inscrição no elenco das necessidades e nos mecanismos de satisfação.

De acordo com Maslow (1954, 1970) a habitação apresenta-se como uma das necessidades básicas cuja satisfação, de acordo com a visão hierárquica do autor, é uma condição essencial à concretização de outros níveis de necessidades que contribuem, em sucessivos patamares, para a realização e desenvolvimento dos seres humanos. Na abordagem de Doyal e Gough (1991) a habitação inscreve-se no conjunto das necessidades intermédias que concorrem para a satisfação das necessidades básicas - saúde e autonomia de agência, fundamentais à realização das aspirações humanas universais de participação e libertação. Nesta conceptualização, a habitação é entendida como alojamento adequado e protetor, capaz de

proporcionar saneamento básico, conforto térmico face às variações climáticas e privacidade, relaciona-se, direta ou indiretamente, com a maioria das demais necessidades intermédias consideradas pelos autores. Doyal e Gough (1991) sublinham, ainda, que os mecanismos de satisfação das necessidades básicas podem variar de acordo com os contextos sociais, socioculturais e geográficos, o que se revela particularmente relevante no que respeita à habitação.

Max-Neff apresenta a habitação como uma necessidade de subsistência, sublinhando que, sendo a pessoa um ser de necessidades múltiplas e interdependentes, esta deve ser entendida como um sistema em que as mesmas se relacionam e interagem (Max-Neef, 1993, p. 41). De facto, todas as necessidades apresentadas pelo autor dependem ou relacionam-se com a habitação. Na perspetiva deste autor, a habitação surge designadamente associada às necessidades de proteção, de afeição, de compreensão, participação e lazer (Max-Neef, 1993, p. 41). Quando a necessidade de habitação não está satisfeita provoca efeitos colaterais, ou seja, a insatisfação de outras necessidades. Estes elementos paradoxais parecem estar preferencialmente ligados à necessidade de proteção cuja não efetividade pode provocar comportamentos humanos anómalos, na medida em que a insatisfação é acompanhada de retração e insegurança (Max-Neef, 1993, p. 60).

Sen (2000), valoriza o conjunto de habilidades e capacidades ao alcance de cada indivíduo, conjunto esse que lhe permite escolher livremente o modo de vida. Tal como Gough dá destaque à autonomia, Sen enfatiza a liberdade. Um e outro, portanto, distanciam-se de uma abordagem meramente quantitativa do entendimento do que são carências. Um patamar de rendimento pode revelar-se inadequado, não porque se situa abaixo de uma linha de pobreza, fixada com base em parâmetros exógenos, mas porque está abaixo do que é adequado para mobilizar um conjunto específico de habilidades (*capabilities*) compatíveis com as necessidades da uma determinada pessoa. No entender deste autor, tão importante quanto ter as necessidades básicas atendidas, é dispor de condições – meios para funcionar – e um conjunto de habilidades que permitam obter a satisfação de tais necessidades. Assim, para Sen, uma habitação adequada, uma boa nutrição e um bom estado de saúde, bem como a integração social e o autorrespeito são "funcionamentos" que possibilitam a melhoria da qualidade de vida.

Martha Nussbaum, numa abordagem que se aproxima nos seus pressupostos de Sen, identifica dez capacidades humanas de importância central em qualquer vida humana. A autora inclui a habitação na dimensão da saúde física e afirma que para que uma vida seja digna, os seres humanos devem poder superar o nível mínimo de satisfação das referidas necessidades. Todas são essenciais para a vida do indivíduo e devem estar interligadas para que se possam realizar. Se as pessoas estiverem sistematicamente abaixo do limiar mínimo em qualquer uma dessas áreas centrais, isso deve ser visto como uma situação injusta e trágica, com necessidade de atenção urgente (Nussbaum, 2000, p. 71).

A tipologia proposta por Erik Allardt abrange um conjunto de indicadores objetivos e subjetivos que permitem a avaliação do nível de bem-estar de uma sociedade. Para este autor, a abordagem das necessidades básicas concentra-se em condições sem as quais os seres humanos são incapazes de sobreviver, evitar a miséria, relacionar-se com outras pessoas e evitar a alienação. Ter, amar e ser são dimensões-chave para as condições necessárias e centrais do desenvolvimento e da existência humana. O autor inclui a necessidade de habitação na dimensão ter. Nas suas investigações, Allardt constatou que se o ambiente físico se deteriorar de forma manifesta, e que se, por exemplo, não dispuserem de abrigo adequado, as pessoas podem perder algumas de suas habilidades de companheirismo, solidariedade e amor (Allardt, 1993, p. 91). Neste sentido Allardt apresenta uma conceção próxima de Max-Neef quanto à interdependência entre as necessidades, ainda que numa proposta mais condensada quanto ao leque das necessidades humanas.

A concetualização de Costanza situa-se na articulação e desenvolvimento das propostas de Max-Neef e Nussbaum. De acordo com Costanza *et al.* (2007, p. 274), a qualidade de vida melhora de acordo com as habilidades para atender às necessidades humanas e com a nossa perceção de quão bem essas necessidades são atendidas. Para operacionalizar a medição do atendimento das necessidades humanas, os autores indicam um conjunto de indicadores relativos aos mecanismos de satisfação direta, que podem ser usados para cada uma das onze necessidades humanas e apresentam a habitação/abrigo como uma necessidade de subsistência que se articula em termos de interdependência com outras necessidades humanas.

Quadro 5 - Sistematização das Dimensões Envolvidas na Habitação Enquanto Necessidade Humana

Autores	O papel da habitação na satisfação das necessidades humanas
Maslow (1970)	A habitação como uma necessidade básica e primária figurando na base da pirâmide. Estabelece hierarquia considerando que sem as necessidades básicas satisfeitas, o individuo não se preocupa com os níveis seguintes.
Doyal & Gough (1991)	Habitação como uma necessidade intermédia e pré-condição para alcançar a satisfação de outras necessidades básicas (saúde e autonomia) que quando não satisfeitas podem comprometer a própria vida.
Max-Neef (1993)	As necessidades humanas são universais e podem agregar-se em axiológicas e existenciais. Os mecanismos de satisfação são formas de ser, ter, fazer e estar com o objetivo de alcançar a satisfação das necessidades. Ter uma habitação é um mecanismo de satisfação da necessidade de subsistência. Quando a necessidade da habitação não está satisfeita provoca efeitos colaterais ligados à necessidade de proteção.
Sen (1993)	A habitação é considerada uma capacidade central que permite expandir outras capacidades, como por exemplo as relacionadas com a educação e a saúde colocando a habitação como "pedra angular do estado bem-estar". Além das condições habitacionais também a localização geográfica pode dificultar ou impedir o acesso a outras oportunidades. Uma habitação adequada pode contribuir para que os indivíduos tenham oportunidades económicas, bem-estar físico e mental, segurança e reconhecimento social
Allardt (1993)	Estabelece três níveis de necessidades centrais para o desenvolvimento e existência humana: ter, amar e ser, sem hierarquia organizada e um conjunto de indicadores objetivos e subjetivos. Ter uma habitação é um indicador objetivo associado às condições necessárias para assegurar a sobrevivência. As condições de habitabilidade associadas também ao evitar da privação, ao companheirismo, solidariedade e amor.
Nussbaum (2000)	Apresenta e descreve dez capacitações humanas que constituem o ponto central da teoria. Cada uma tem uma importância singular no desenvolvimento humano. Habitação como uma área central. Uma pessoa que não disponha de habitação adequada não tem dignidade humana.
Costanza et al. (2006)	A qualidade de vida combina necessidades humanas com bem-estar ou felicidade subjetiva. A habitação como mecanismo de satisfação para colmatar a necessidade de subsistência (população atual) de reprodução (gerações futuras) e associada a condições de segurança. Para cada necessidade deve ser feito um esforço para investir no tipo de capital que gerará maior número de oportunidades. O capital construído é a principal forma de satisfazer a necessidade de subsistência.

Fonte: Elaboração própria

A necessidade humana de habitação é, como vimos, reconhecida em todas as abordagens teóricas referenciadas no **Quadro 5**. Ainda que a sua satisfação possa variar em função dos contextos sociais e culturais nos quais se incluem os sistemas políticos, dadas as suas características enquanto bem económico e social, a realização desta necessidade humana está em muitas circunstâncias dependente do reconhecimento pelas sociedades da habitação como um direito social. É sobre esta dimensão que nos debruçamos no subcapítulo seguinte.

1.2. A Habitação como um direito social – Diferentes conceções

No subcapítulo anterior foi abordada a habitação como uma necessidade básica associada à proteção e sobrevivência humana. Contudo, a realização desta necessidade humana está em muitas circunstâncias dependente do reconhecimento pelas sociedades da habitação como um direito social.

O conceito de cidadania tem sido alvo de amplos debates e apelos públicos à sua valorização, ligada, no essencial, à participação política, enquanto elemento fulcral da vida comunitária. Neste sentido, aludimos à conceptualização de uma cidadania assente na igualdade e na dignificação da pessoa humana. Como afirma King (2003), cidadania é o status daqueles que são membros plenos de uma comunidade e que por isso são iguais em termos de direitos e deveres (King, 2003, p. 30). Neste sentido, os direitos de cidadania social representam um conjunto de programas e serviços que visam melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. A função do Estado Social é garantir certas prerrogativas relacionadas com condições mínimas de bem-estar social e económico que possibilitem aos cidadãos usufruir plenamente do exercício dos direitos civis e políticos. O princípio norteador dos direitos sociais é o argumento de que as desigualdades sociais e económicas não se podem traduzir em outras desigualdades, nomeadamente ao não acesso dos direitos civis e políticos. Portanto, reconhecer a existência de necessidades humanas como necessidades sociais, com valores, finalidades e sujeitos definidos, tem sido um passo importante na construção da cidadania.

Decorre também da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que à dignidade básica da pessoa humana estão associados direitos e deveres fundamentais e irrenunciáveis, cujo elenco lhe confere expressão concreta. Todos os cidadãos têm o direito civilizacional de participar no padrão de vida que se tornou comum na comunidade de pertença e a que todos devem aspirar a ter acesso. Essa referência continua a ter atualidade nos padrões de necessidades humanas que as políticas sociais proporcionam (ou deveriam proporcionar) às pessoas.

Ainda a este respeito, o projeto de Tratado que institui uma Constituição para a Europa[6], logo no seu artigo 2º estabelece o seguinte: "A União funda-se nos valores do respeito pela

[6] Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, assinado em Roma, a 29 de outubro de 2004, e publicado no Jornal Oficial da UE em 16 de dezembro de 2004 (Série C, n.º 310).

dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito, e do respeito pelos direitos humanos. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade caracterizada pelo pluralismo, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a não discriminação". O mesmo documento dedica o II Título aos direitos fundamentais e da Cidadania da União, referindo o seguinte: "Possui a cidadania da União todo o nacional de um Estado-Membro. A cidadania da União acresce à cidadania nacional, não a substituindo". Na Parte II do projeto de Constituição, esclarece também que "a dignidade do ser humano é inviolável e deve ser respeitada e protegida".

Assim, a questão da cidadania alicerça-se num sólido corpo doutrinário de ordem civilizacional presente na maioria dos ordenamentos nacionais de sistemas políticos democráticos.

Segundo Thomas Marshall[7] [1950] o conceito de cidadania compreende três grupos de direitos. De acordo com a perspetiva do autor, este conjunto de direitos e obrigações foram sendo consagrados, progressivamente, respetivamente direitos civis, direitos políticos e direitos sociais.

Os direitos civis tiveram origem no século XVIII e exprimem os fundamentos necessários à liberdade individual, onde se incluem, por exemplo, a liberdade de circulação, de pensamento e fé, a liberdade de imprensa, o direito à propriedade e a contratos válidos e o direito à justiça (Marshall, 1967, p. 63).

Os direitos políticos foram conquistados no século XIX por uma parte significativa da população dos países ocidentais. Aqui estão incluídos o direito de voto e de participação política como membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor de tal organismo (Marshall, 1967, p. 63).

A terceira geração de direitos teorizada por Marshall integra os direitos sociais, que se traduzem, na sua visão, no direito a um mínimo de bem-estar económico e de segurança, no direito de participar por completo na herança social e a levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais ligadas a estes

[7] Thomas Humphrey Marshall (1893-1981) foi um sociólogo britânico, conhecido principalmente pelos seus ensaios, entre os quais se destaca *Citizenship and Social Class*, publicado em 1950, no qual apresenta o conceito de direitos sociais, sustentando que a cidadania só é plena se for dotada de todos os três tipos de direito, estando esta condição ligada à classe social.

direitos que visam assegurar mínimos de subsistência e segurança permitem aos indivíduos usufruir dos padrões de vida a que pertencem (Marshall, 1967, pp. 63-64). Este autor foi pioneiro na formulação deste modelo teórico e a terceira geração de direitos veio regular a relação entre as pessoas e esbater as desigualdades.

Marshall afirmou que, nos países ocidentais, a cidadania moderna constituiu-se por etapas e foi no século XX que os direitos sociais atingiram um plano de igualdade com os outros dois elementos de cidadania:

> "Quando os três elementos da cidadania se distanciaram uns dos outros, logo passaram a parecer elementos estranhos entre si. O divórcio entre eles era tão completo que, é possível, sem distorcer os factos históricos, atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente - os direitos civis, no século XVIII, os políticos ao XIX e os sociais ao XX. Estes períodos, é evidente, devem ser tratados com uma elasticidade razoável, e há algum entrelaçamento, especialmente entre os dois últimos" (Marshall, 1967, p. 66).

Até ao início do século XX, altura em que os direitos sociais se começaram a efetivar, o desenvolvimento de cidadania exerceu pouca influência direta sobre a desigualdade social. A ampliação dos direitos sociais constitui-se num papel decisivo na relação com o sistema de desigualdade. Tais direitos foram uma nova conquista que permitiria cumprir a promessa de igualdade entre todos os cidadãos (Marshall, 1967, p. 68).

De facto, até aos dias de hoje, no que diz respeito ao direito à habitação, ele não passou de uma promessa cumprida de forma incompleta, mantendo-se a desigualdade e privação de setores significativos da população no acesso a uma habitação que partilhe o padrão presente nas respetivas sociedades. A habitação é a base da estabilidade e segurança de uma pessoa ou família. Dispor de uma habitação condigna é considerada, universalmente, uma das necessidades básicas do ser humano, mas, passadas várias décadas, muitos cidadãos ainda não têm acesso a uma habitação digna.

Outro investigador que apresenta uma proposta de teorização dos direitos é Peter King (2000). Aludindo a outros autores, refere que os direitos são relações sociais (correlativos aos deveres) e que geralmente são discutidos em termos universais. O autor distingue as categorias de direitos positivos e negativos; direitos de primeira, segunda e terceira geração e a divisão entre direitos relativos e universais (King, 2000, p. 29).

Quanto à primeira categoria, o autor afirma que os diretos positivos implicam a necessidade de ações por parte de alguma entidade ou indivíduo, enquanto que os direitos negativos implicam a necessidade de prevenir a sua coerção. Conforme aludimos no capítulo anterior, a habitação é uma necessidade básica e quando não satisfeita compromete muitas outras necessidades, podendo, até, colocar em causa a saúde ou a própria vida. Neste aspeto o Estado tem duas funções: garantir que os indivíduos possam exercer os seus direitos e também a responsabilidade de os cumprir.

Em relação à habitação King considera que a negligência desses direitos criou a exclusão social, prejudicando alguns grupos e indivíduos desfavorecidos. King (2000, p. 30) refere que a habitação pode atuar como "filosofia motriz" para alcançar a cidadania. De facto, a cidadania como *status* pessoal dos membros de uma comunidade estrutura-se a partir de medidas que proporcionem bem-estar associado a direitos e obrigações. Assim, o direito à habitação acarreta a obrigação do Estado construir habitação, equipamentos e serviços de saúde, escolares, de lazer, culturais e ambientais, possibilitando, assim, aos cidadãos o gozo de outros direitos, principalmente sociais e políticos.

Neste sentido, o direito à habitação enquanto direito social assegura e potencializa alguns direitos civis e políticos. E a sua não materialização, ou materialização de modo insuficiente, influencia a eficácia dos direitos civis e políticos, como é igualmente destacado por Marshall quando assinala a implicação da limitação dos direitos sociais no exercício dos direitos civis e políticos.

No que respeita aos direitos negativos, estes podem ser vistos como restrição à ação de outros para permitir que um indivíduo cumpra os seus próprios fins. De acordo com esta visão, uma pessoa tem o direito de desfrutar dos benefícios da vida e ser livre da coerção de outros, incluindo do Estado. Na questão da habitação, segundo King (2000, p. 30), o Estado, por não ser neutro em relação aos cidadãos, coage alguns indivíduos para benefício de outros. Na verdade, ainda hoje, o Estado não consegue assegurar a habitação digna para muitos cidadãos que vivem na rua, em barracas, ou habitações precárias sem o mínimo de condições de habitabilidade.

Na abordagem de King (2000) os direitos de primeira geração são as liberdades e privilégios tradicionais, como liberdade de expressão e tolerância religiosa. Os direitos de segunda

geração podem ser definidos como reivindicações socioeconómicas, como o direito à educação e à habitação. Os direitos de terceira geração estão relacionados com a comunidade ou grupos e podem incluir direito de autodeterminação ou de língua minoritária e só podem ser desfrutados coletivamente (King, 2000, p. 31). Há, na elaboração do autor, uma relação próxima com a perspetiva de Marshall sobre os direitos civis, sociais e políticos, podendo associar-se os civis aos direitos de primeira geração, os sociais aos de segunda geração e os políticos aos de terceira geração. Mas enquanto Marshall se referia aos direitos como uma personificação da cidadania dentro de um Estado, os direitos de terceira geração estendem-se para além de um Estado e incluem questões ambientais, estados emergentes e nações em busca da independência. A noção de direitos de segunda geração tem ligação mais direta com a habitação, na medida em que existe uma necessidade essencial não satisfeita.

Por fim, no que respeita à distinção entre os direitos relativos, e por isso determinados cultural e historicamente, e os direitos universais, e, portanto, generalizadamente aplicáveis, a posição universalista expressa-se em termos gerais e aplica-se a todas as situações – todos os seres humanos precisam de autonomia pessoal para funcionar adequadamente. A posição relativista ou culturalista afirma que não pode haver reivindicações de justiça além da comunidade a que se pertence, porque os direitos são determinados pelas condições dessa sociedade e não podem ser generalizados (King, 2000, p. 32). O direito à habitação é construído e se não for institucionalizado, ou seja, se os recursos não forem alocados para a sua concretização, simplesmente não há direito.

Num outro artigo, o mesmo autor refere-se à habitação como um direito de liberdade (King, 2003, p. 662). Direitos são o que os indivíduos possuem pelo simples fato de serem humanos e como tal, argumenta o autor, a escassez não é condição suficiente para a tomada de decisão na política habitacional.

De facto, a obrigação geral do Estado para com a sociedade é das mais sérias que tem de enfrentar. Os instrumentos legislativos e constitucionais concederam, de modo inequívoco, a expetativa legítima de um lar adequado para cada família viver. Ao lidar com reivindicações individuais as entidades adotam uma escala prioritária de necessidades. Surge, então, um elemento de oportunidade para algumas famílias e outras ficam a aguardar, mesmo que as condições sejam indignas, o que gera e acentua a desigualdade (Marshall, 1967, p. 97).

O Estado não tem conseguido assegurar a universalidade do direito a habitação e no entender de King (2003) um dos principais problemas da política de habitação é a sua prioridade política relativamente baixa, quando comparada com áreas como a saúde, educação e transportes.

Um direito é uma reivindicação socioeconómica acerca de um recurso escasso. O direito à habitação é uma condição elementar para o crescimento/progresso humano (King, 2003, p. 661). O autor refere-se ao direito à habitação como uma proteção à liberdade individual, tal como o direito à vida. Refere que estes direitos são considerados indissociáveis e universais, no sentido em que não há um limite de liberdade ou autonomia e não dependem de garantias institucionais.

Uma habitação condigna é a base da estabilidade e segurança de uma pessoa ou família. O centro da sua vida social, emocional e, por vezes, económica. A habitação é um direito humano e dispor de uma habitação condigna é considerado, universalmente, uma das necessidades básicas do ser humano[8].

O direito à habitação deve ser entendido no sentido de liberdade - estar em algum lugar - como pré requisito para outros direitos (King, 2000, p. 31).

Neste sentido, o direito à habitação pode ser considerado um dos mais significativos na medida em que atua como alicerce para todos os outros. Um direito fundamental do qual outras atividades dependem. Aludindo à teoria das necessidades humanas de Nussbaum, o autor refere-se a funções de ordem superior que levam a um direito total à habitação.

Um discurso baseado em direitos de liberdade apresenta os meios para discutir a habitação em estruturas políticas e níveis de desenvolvimento económico diferentes, porque se concentra em características comuns a toda a população, enfatizando aqueles elementos básicos que a maioria tem como garantidos, mas que são impossíveis de realizar, sem acesso à habitação.

O argumento dos direitos de liberdade classifica o direito à habitação a par dos direitos de propriedade, que por sua vez se equiparam aos que protegem a vida e que são considerados

[8] Adaptado de vários relatórios da ONU, disponível em: https://ddesenvolvimento.com/portfolio/habitacao/ acedido em 28/12/2020.

direitos elementares de liberdade (King, 2003, p. 670). Ao classificar a habitação como um direito de liberdade, a sua importância emocional e política não pode ser negada, pelo que não há distinção qualitativa entre possuir ou alugar uma habitação. Finalmente, o autor equipara o problema social da falta de habitação com a falta de liberdade face à qual a pessoa é incapaz de realizar as funções básicas que tornam a vida possível. Esse argumento desvaloriza questões de recursos e prioridades e destaca valores morais, em algo básico e elementar para a vida humana e do qual dependem outras funções humanas básicas (King, 2003, p. 671).

A habitação está relacionada com os direitos humanos, na medida em que um lugar seguro para viver representa a dignidade, a saúde física e mental e a qualidade de vida do ser humano. A fim de realizar uma série de funções básicas de ordem superior, as pessoas devem ter um lugar para "estar" e seria perverso que esse lugar não fosse uma casa (King 2003) citado por (Fitzpatrick *et al.*, 2014, p. 451).

Fitzpatrick *et al.* (2014) destacam a complexidade do conceito de direitos aplicados na política da habitação e a importância da sua clareza. Para estes autores há dois tipos de direitos que são fundamentais para a discussão do direito à habitação: os **direitos naturais**, que são vistos como inalienáveis e mantidos por todos os seres humanos com base em normas ou princípios inatos e os **direitos socialmente construídos**, que dependem de normas, costumes ou crenças socialmente partilhadas dentro de uma comunidade ou cultura (Fitzpatrick *et al.*, 2014, pp. 448-449). O modo como a origem dos direitos é entendida tem fortes implicações na sua aplicação, ou seja, se os direitos são vistos como naturais está-se mais próximo de tratá-los como universais e inegociáveis do que se forem vistos como construídos num determinado contexto social. Embora o direito à habitação possa ser omnipresente, na medida em que todos os cidadãos o possuem em abstrato, na prática a provisão/acesso legal difere de Estado para Estado, bem como ao longo do tempo. No entanto, o direito à habitação é sempre uma necessidade universal que não deveria estar dependente de circunstâncias e recursos.

As questões sobre o direito à habitação são de relevância primordial e devem implicar a cidadania plena (Fitzpatrick *et al.*, 2014, p. 447), porque a habitação é um bem essencial à vida do ser humano, "*continua a ser um elemento fundamental da qualidade de vida de uma*

comunidade e a manifestação dos fundamentos da cidadania que permite a todos e a cada um sentir-se membro de uma comunidade nacional" (Guerra, 2008, p. 59).

Uma outra dimensão relevante no debate sobre a habitação enquanto direito social diz respeito à forma da sua efetivação. Neste âmbito, um dos autores mais referenciados na literatura é Bengtsson, que desenvolveu a teoria de bem-estar social que engloba a questão da habitação. Bengtsson (2001) argumenta que a habitação é um bem de mercado e um bem público, mas embora a relação entre o Estado e o mercado esteja no centro do debate político e científico sobre a habitação, os investigadores raramente confrontam explicitamente o que é comum nas sociedades modernas de bem-estar, ou seja, o facto de ser ao mesmo tempo um bem individual e um bem público que exige o envolvimento do Estado (Bengtsson, 2001, pp. 256-257).

Bengtsson analisa a efetividade do direito à habitação por parte das comunidades e particularmente pela ação do Estado, sob a perspetiva da dicotomia entre política de habitação seletiva e universal. No que diz respeito à política habitacional seletiva, é esta orientada para as famílias de menores recursos. Numa política universal de habitação o direito à habitação é entendido como um direito social no sentido de Marshall, ou seja, uma obrigação do Estado para todos os cidadãos. Numa política habitacional de tipo seletivo, implica alguns direitos mínimos legais para as famílias mais desfavorecidas economicamente. Numa política universal de habitação, o direito à moradia é visto como um direito social no sentido Marshalliano e uma obrigação do Estado para com a sociedade como um todo (Bengtsson, 2001, p. 273).

Este autor também menciona que poucos argumentariam que a habitação não é uma necessidade básica para o bem-estar das pessoas (como vimos no capítulo anterior trata-se de matéria consensual no que respeita á teoria das necessidades humanas), mas no que diz respeita à regulamentação do mercado as opiniões divergem. Os que defendem a intervenção do Estado referem as peculiaridades da habitação - é complexa e indivisível, é heterogénea, difícil de substituir por outra, espacialmente fixa e única, pelo menos em termos de localização. Devido a todas estas particularidades, os que defendem a intervenção estatal questionam se compradores e vendedores, inquilinos e proprietários podem interagir, em termos iguais, no mercado imobiliário.

Por outro lado, as implicações dessas particularidades raramente são consideradas graves, de forma que a habitação, deva ser completamente retirada do mercado. As necessidades de habitação politicamente definidas poderiam ser melhor atendidas num mercado corrigido pelo Estado e não por meio da alocação direta de habitação pelo Estado (Bengtsson, 2001, p. 258).

No entender de Bengtsson, a ideia de cidadania e direitos de Marshall não é normativa, mas uma tentativa de descrever o desenvolvimento histórico da sociedade moderna. Numa política seletiva, o direito à habitação é um direito civil que pode ser imposto por lei, enquanto que numa política universal de habitação trata-se de um direito social, prescrevendo que um padrão aceitável de habitação é condição necessária para a plena adesão à comunidade (Bengtsson, 2001, p. 265). Essa interpretação é inserida numa política de corretivos universais do Estado para o mercado. Mais concretamente, a habitação como um direito social deve ser interpretada no sentido de que todos os cidadãos devem ser capazes de resolver a sua questão sobre a habitação por meio de transações voluntárias no mercado (Bengtsson, 2001, p. 265). De qualquer forma, mesmo que não seja através de alocação direta, compete ao Estado adotar e desenvolver, medidas para que todos os cidadãos sejam capazes de aceder a uma habitação condigna.

Numa política habitacional universal o papel do Estado é ajustar o mercado imobiliário em geral, para que as necessidades de todos os tipos de famílias possam ser atendidas no respetivo mercado. Por outro lado, uma política seletiva é direcionada aos que são considerados necessitados. Quanto mais a habitação for vista como um direito legal para as famílias pobres, mais a política habitacional será de alocação seletiva (Bengtsson, 2001, p. 271).

Parece-nos que uma política de tipo universal é a que melhor consubstancia o direito à habitação, por ser dirigida a todos os cidadãos, indo ao encontro da relevância da habitação no quadro das necessidades humanas e da consagração do direito à habitação nos instrumentos e pactos nacionais e internacionais referidos que o consagram. Por outro lado, uma política de lógica seletiva é aferida à condição económica e social sendo tratada como "uma habitação especializada para pobres". Portugal não adotou uma política de tipo universal estando presente na política habitacional nacional a lógica seletiva dirigida aos

grupos sociais mais desfavorecidos, mas à qual nem todos os pobres têm acesso e cujas características questionam a sua qualidade.

Bengtsson (2001) argumenta que o direito à habitação é uma preocupação que aponta para as políticas públicas de habitação e de bem estar social e que o seu significado deve ser definido socialmente e entendido no contexto nacional específico de provisão de habitação, tratando-se de um conceito que integra um conjunto de princípios que constituem uma política nacional de habitação.

Goodchild (2003, p. 87) aponta a contribuição de Bengtsson como de grande relevância acerca de políticas de habitação, argumentando que a distinção entre direito universal e seletivo é a extensão do argumento apresentado por Marshall na década de 1940. Assim, na linha de argumentação do autor, o direito à habitação pode ser examinado de três formas:

1. como princípio, ou seja, interpretado à luz da lei;
2. como um processo de institucionalização, ou seja, com implicações para o papel do Estado e da política habitacional;
3. como um exercício operacional, ou seja, a provisão de habitação social para pessoas e famílias em dificuldade (Goodchild, 2003, p. 87).

Neste contexto, à luz da lei, não resta dúvida trata-se de um direito universal. Já no que diz respeito ao papel do Estado, as políticas de habitação não têm assegurado esse mesmo direito, nem através da habitação social, nem outra qualquer política que assegure o acesso de todos os cidadãos a uma habitação adequada, verificando-se que muitas famílias, mesmo que integradas no mercado de trabalho, sentem dificuldade em aceder a uma habitação, porque os valores praticados são incompatíveis com os rendimentos auferidos.
De acordo com Goodchild (2003, p. 96) o direito à habitação é um direito universal, porque promove a inclusão social e a integração dos indivíduos na sociedade e, da mesma forma, é um direito seletivo, na medida em que é controlado por regras administrativas e julgamentos sobre se os candidatos demonstram responsabilidade pessoal nas suas vidas e merecimento para aceder a uma habitação. Neste sentido, afirma o autor, princípios universais num Estado de bem-estar seletivo podem coexistir e interagir um com o outro, na mesma sociedade.

Como aludimos anteriormente, Fitzpatrick *et al.* (2014) referem-se a direitos naturais e direitos socialmente construídos e afirmam que a forma como é percebida a origem dos

direitos também interfere na sua aplicação. Neste contexto, os direitos naturais são vistos como inalienáveis e mantidos por todos os seres humanos. Os direitos socialmente construídos dependem de normas, costumes ou crenças, socialmente partilhados numa comunidade ou cultura (Fitzpatrick *et al.*, 2014, p. 448).

Relacionando a habitação enquanto uma necessidade humana e também como um direito social, Fitzpatrick et al. (2014) sugerem uma "terceira via" na abordagem das capacidades humanas centrais de Martha Nussbaum que podem constituir uma base para defender o direito à habitação, pois, como referimos no capítulo anterior, Nussbaum considera uma lista de dez capacidades centrais ou funções essenciais que todos os seres humanos valorizam e precisam para viver uma vida digna. Os autores estabelecem uma relação entre os direitos de cidadania da teoria de Marshall e distinguem entre direitos legais para a habitação (direitos formais para uma habitação de determinado padrão) e direitos programáticos à habitação (o que os indivíduos de determinada sociedade podem legitimamente esperar).

As principais críticas dos direitos humanos à falta de habitação, destacam o valor económico, contestando a falta de coerência de aplicabilidade e também a extensão em que tais direitos, necessariamente abstratos, podem implicar uma transferência importante e inadequada de discricionariedade na formulação de políticas da esfera política para a jurídica (Fitzpatrick *et al.*, 2014, p. 461).

De acordo com as perspetivas abordadas, procuramos realizar uma síntese das dimensões envolvidas na habitação enquanto direito social.

O direito ao alojamento foi considerado como valor universal e um dos direitos do Homem e os Estados participantes comprometeram-se a tornar o acesso à habitação uma realidade para todos os cidadãos europeus.

A habitação como um direito de liberdade - estar em algum lugar - como pré-requisito para outros direitos é defendida por King (2000) para quem os direitos são o que os indivíduos possuem pelo simples fato de serem humanos. A distinção entre os direitos relativos (determinados cultural e historicamente) e os direitos universais para (King 2000) é criticada por Martha Nussbaum, que, como vimos no capítulo anterior, identifica uma série de direitos que são universais e baseados no que autora apelida de capacidades funcionais humanas centrais. A habitação é referida como um meio de garantia da saúde corporal e integridade

e, de acordo com a autora, podemos usar esses recursos para estabelecer direitos universais a partir dos quais entidades/órgãos como as Nações Unidas podem determinar a legitimidade das ações dos governos. Esta é uma ambição de Nussbaum que também tem semelhanças com a perspetiva das necessidades universais desenvolvida por Doyal e Gough, como referimos no capítulo anterior.

A posição relativista ou culturalista de King, que afirma que não pode haver reivindicações de justiça além da comunidade a que se pertence, porque os direitos são determinados pelas condições dessa sociedade e não podem ser generalizados, contrasta com a posição de Nussbaum, Doyal e Gough, que se lhe referem em termos universais.

Como muitos autores vêm insistindo, os direitos sociais e económicos estão relacionados com que se pode chamar de "mínimo existencial", correspondente a valores como a liberdade e a justiça, relacionados com as necessidades humanas básicas. A habitação é uma dessas necessidades básicas, que, quando não assegurada, pode colocar em causa a concretização de uma vida decente e digna.

A habitação como um direito social é, como vimos, reconhecida em todas as abordagens teóricas referenciadas e ainda que a justificação para o seu reconhecimento enquanto tal possa variar em função de cada perspetiva, nas quais se inclui a obrigação/intervenção do Estado, trata-se de um direito constitucionalmente reconhecido há várias décadas. Apesar desta constatação, o acesso universal a este direito está em muitas circunstâncias comprometido, ou seja, apesar do seu reconhecimento, as políticas públicas em matéria de habitação têm sido incapazes de promover o acesso a uma habitação condigna para todos os cidadãos. É sobre esta dimensão que nos debruçamos no ponto seguinte.

1.2.1. O direito humano a uma habitação condigna

Dispor de uma habitação condigna é universalmente considerada uma das necessidades básicas do ser humano (ONU, 2002, p. 6). Todos os cidadãos de todos os Estados, por muito pobres que sejam, têm o direito de esperar que os seus governos se preocupem com as suas necessidades de alojamento, e reconheçam a obrigação fundamental de proteger e de melhorar as casas e os bairros onde vivem.

Com a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, o direito a uma habitação condigna passou a integrar o conjunto dos direitos humanos universalmente aplicáveis e reconhecidos. Posteriormente, este direito foi reafirmado num vasto conjunto de outros instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos, consagrados a grupos distintos da sociedade. Trata-se de diferentes textos/documentos que foram adotados e proclamados pelas Nações Unidas, reconhecendo explicitamente o direito a uma habitação condigna (cf. Apêndice A).

O reconhecimento jurídico generalizado do direito a uma habitação condigna assume enorme importância. Porém, na prática, é necessário formular as medidas específicas que os governos devem adotar para transformar estas disposições jurídicas em realidades concretas para os beneficiários. Pensa-se, muitas vezes erroneamente, em matéria de direitos como o direito a uma habitação condigna, que os governos podem cumprir a sua obrigação através da mera atribuição a este sector de fundos públicos suficientes e subsequente afetação de recursos financeiros. Ora, o direito à habitação e, na verdade, todos os direitos económicos, sociais e culturais, impõem aos Estados um conjunto de obrigações mais vasto e mais complexo.

Na opinião do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, o direito à habitação não deve entender-se em sentido restrito. Não se trata de proporcionar um simples teto a servir de abrigo ou de considerar o direito à habitação exclusivamente como um bem. Pelo contrário, deve ser visto como o direito a um lugar onde seja possível viver em segurança, em paz e com dignidade. A "dignidade inerente à pessoa humana" exige que a expressão "habitação" seja interpretada de modo a ter em conta diversas considerações e, principalmente, o facto de que o direito à habitação deve ser assegurado a todos sem discriminação alguma com base nos rendimentos ou no acesso a outros recursos económicos. Segundo o disposto no n.º 1 do artigo 11.º, não deve ser entendido como visando uma "habitação" *tout court*, mas uma habitação condigna.

A noção de habitação condigna é definida na Estratégia Global para o Abrigo como compreendendo: intimidade suficiente, espaço adequado, segurança adequada, iluminação e ventilação suficientes, infraestruturas básicas adequadas e localização adequada relativamente ao local de trabalho e aos serviços essenciais – tudo isto a um custo razoável para os beneficiários (ONU, 2002, p. 52).

O conceito de adequação é particularmente significativo no domínio do direito à habitação, pois serve para evidenciar um certo número de fatores que devem ser tidos em conta a fim de determinar se uma forma de abrigo pode considerar-se "uma habitação condigna". A adequação é determinada pelos seguintes fatores sociais, económicos, culturais, climáticos, ecológicos e outros, que devem ser considerados para este fim, independentemente do contexto:

- segurança legal da ocupação;
- disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infraestruturas;
- acessibilidade;
- habitabilidade;
- facilidade de acesso;
- localização;
- respeito pelo meio cultural (ONU, 2002, pp. 52-56).

Um dos obstáculos ao exercício do direito à habitação tem sido a falta de uma definição universalmente reconhecida. Foram adotadas diversas medidas tendentes a melhorar as abordagens jurídicas desta questão, das quais destacamos a observação geral n.º 4 do Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, relativa ao direito a uma Habitação Condigna, que define este direito através da associação de elementos concretos que, no seu conjunto, constituem as garantias fundamentais que, no direito internacional, todas as pessoas podem juridicamente invocar. Esses elementos são os seguintes:

1. Segurança legal da ocupação - Todas as pessoas têm direito a um certo grau de segurança que garanta a proteção legal contra as expulsões forçadas, a agressão e outras ameaças. Os Governos devem, consequentemente, adotar medidas imediatas a fim de conferir segurança legal da ocupação às famílias que ainda não beneficiam desta proteção. Tais medidas devem ser adotadas após consulta genuína, efetuada junto das pessoas e grupos afetados.

2. Disponibilidade de serviços, materiais e infraestruturas - Todos os titulares do direito a uma habitação condigna devem ter acesso permanente aos recursos naturais e comuns, água potável, energia para cozinhar, aquecimento e iluminação, instalações sanitárias e de limpeza, meios de conservação de alimentos, sistemas de recolha e tratamento de lixo, esgotos e serviços de emergência.

3. Acessibilidade - Os custos da habitação suportados pelas pessoas ou agregados familiares devem situar-se a um nível que não ameace ou comprometa a satisfação de outras necessidades essenciais. Devem ser concedidos subsídios àqueles que não dispõem de meios económicos suficientes para ter uma habitação adequada, e os arrendatários devem ser protegidos contra rendas excessivas ou aumentos de rendas abusivos. Nas sociedades onde os materiais de construção são essencialmente materiais naturais, os Estados devem tomar medidas tendentes a assegurar a disponibilidade dos mesmos.

4. Habitabilidade - Uma habitação condigna deve ser habitável. Por outras palavras, deve propiciar o espaço adequado e proteger do frio, da humidade, do calor, da chuva, do vento ou outros perigos para a saúde, dos riscos devidos a problemas estruturais e de vectores de doença. A segurança física dos ocupantes deve ser igualmente garantida.

5. Facilidade de acesso - Uma habitação condigna deve ser acessível aos que a ela têm direito. Os grupos desfavorecidos devem ter pleno acesso, permanentemente, aos recursos adequados, em matéria de habitação. Assim, os grupos desfavorecidos, nomeadamente pessoas idosas, crianças, portadores de deficiências, doentes terminais, seropositivos, doentes crónicos, doentes mentais, vítimas de catástrofes naturais, pessoas que vivem em zonas sujeitas a catástrofes naturais e outros grupos devem beneficiar de uma certa prioridade no que se refere à habitação. Na elaboração e aplicação de legislação relativa à habitação, há que ter em conta as necessidades especiais destes grupos.

6. Localização - Uma habitação condigna deve situar-se num local onde existam possibilidades de emprego, serviços de saúde, escolas, centros de cuidados infantis e outras estruturas sociais. As habitações não devem ser construídas em lugares poluídos, nem na proximidade imediata de fontes de poluição que ameacem o direito à saúde dos seus ocupantes.

7. Respeito do ambiente cultural - A arquitetura, os materiais de construção utilizados e as políticas subjacentes devem permitir a expressão da identidade e diversidade culturais. Nas atividades de construção ou de modernização da habitação, é necessário garantir que as dimensões culturais da habitação não são sacrificadas.

Este vasto conjunto de elementos constitutivos do direito a uma habitação condigna dá-nos uma ideia da sua complexidade. Também mostra as várias áreas a considerar pelos Estados

que estão juridicamente obrigados a assegurar a realização dos direitos à habitação por parte da sua população. Qualquer pessoa, agregado familiar, grupo ou comunidade que vive numa situação em que aqueles elementos não se encontram todos reunidos, pode razoavelmente alegar que não goza do direito a uma habitação condigna, tal como este é enunciado nos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos (ONU, 2002).

O facto de a habitação ser inacessível a muitas famílias, sobretudo às mais desfavorecidas, é a negação dos direitos humanos, porque transgride os direitos fundamentais explanados em vários diplomas e entidades nacionais e internacionais, conforme analisamos no ponto seguinte.

1.2.2. Itinerário da consagração da habitação como um direito social

São vários os diplomas nacionais e internacionais que refletem e reconhecem o direito a uma habitação, entre os quais se destacam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE, a Carta Social Europeia e a CRP.

A nível internacional, o direito à habitação foi objeto de previsão expressa pela primeira vez na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU (1948) na condição de direito humano e fundamental, nos termos do artigo XXV[9]. Posteriormente, o mesmo direito foi objeto de reconhecimento expresso pelo Pacto Internacional dos Direitos Sociais, Económicos e Culturais (1966), conforme artigo 11[10]. Também a Carta de Direitos Fundamentais da UE, aprovada no Conselho Europeu de Nice, França, em 7 de dezembro de 2000, faz referência expressa ao direito a uma assistência social e a uma ajuda à habitação destinadas a assegurar uma existência condigna a todos aqueles que não disponham de recursos suficientes[11].

[9] Artigo XXV: "todos têm direito ao repouso e ao lazer, bem como a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, e serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice, ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle."

[10] Artigo 11: "Os Estados signatários do presente pacto reconhecem o direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para sua família, inclusive alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como a uma contínua melhoria de suas condições de vida."

[11] Artigo 34: "A fim de lutar contra a exclusão social e a pobreza, a União reconhece e respeita o direito a uma assistência social e a uma ajuda à habitação destinadas a assegurar uma existência condigna a todos aqueles que não disponham de recursos suficientes, de acordo com o direito comunitário e as legislações e práticas nacionais."

Com efeito, a Declaração de Viena (1993) vai mais além, ao assinalar que ao lado dos direitos políticos e civis, onde memoráveis progressos têm sido verificados, os direitos humanos também incluem os direitos sociais e a satisfação das necessidades fundamentais. A Conferência Mundial sobre Direitos Humanos apela aos Estados para que se abstenham de tomar qualquer medida unilateral, que não esteja em conformidade com o Direito Internacional e com a Carta das Nações Unidas e que crie obstáculos às relações comerciais entre Estados e obste à plena realização dos Direitos Humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nos instrumentos internacionais de Direitos Humanos, em especial no direito de todos a um nível de vida adequado à sua saúde e bem-estar, incluindo a alimentação e os cuidados médicos, **a habitação** e os necessários serviços sociais (em: www.dhnet.org.br).

Mais concretamente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, no artigo 25.º, consagra o seguinte:

> *"toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao* ***alojamento****, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade".*

Nesse sentido, salientamos que a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todos os direitos humanos têm caráter universal, são interdependentes e indivisíveis, o que significa que o não respeito a um direito compromete os esforços relativos aos outros.

Na Carta Social Europeia, que foi revista em 1996 e ratificada pela Resolução da Assembleia da República n.º 64-A/2001, também são vários os artigos que referem o direito à habitação. As partes reconhecem como objetivo de uma política que prosseguirão por todos os meios úteis, nos planos nacional e internacional, a realização de condições próprias a assegurar o exercício efetivo dos direitos e princípios elencados.

No artigo 23.º, que se refere ao direito das pessoas idosas, as partes comprometem-se a tomar ou a promover, quer diretamente quer em cooperação com organizações públicas ou privadas, medidas apropriadas que visem, designadamente, permitir às pessoas idosas escolher livremente o seu modo de vida e levar uma existência independente no seu ambiente habitual, enquanto o desejarem e tal for possível, mediante a disponibilização de habitações

apropriadas às suas necessidades e estado de saúde ou de ajudas adequadas com vista ao arranjo da habitação.

Também no artigo 30.º, com vista a assegurar o exercício efetivo do direito à proteção contra a pobreza e a exclusão social, as partes assumem o seguinte compromisso: a) tomar medidas, no quadro de uma abordagem global e coordenada, para promover o acesso efetivo, designadamente, ao emprego, à habitação, à formação, ao ensino, à cultura, à assistência social e médica das pessoas que se encontrem ou corram o risco de se encontrar em situação de exclusão social ou de pobreza, e da sua família; b) reexaminar essas medidas com vista à sua adaptação, se necessário.

Por fim, no artigo 31.º, com vista a assegurar o exercício efetivo do direito à habitação, as partes comprometem-se a tomar medidas destinadas ao seguinte: 1) favorecer o acesso à habitação de nível suficiente; 2) prevenir e reduzir o estado de sem-abrigo, com vista à sua eliminação progressiva; 3) tornar o preço da habitação acessível às pessoas que não disponham de recursos suficientes.

Reforçamos que o direito à habitação está consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e também na Carta Social Europeia, estando Portugal vinculado a ambas.

No plano internacional, é ainda importante mencionar três conferências promovidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas sobre a problemática dos acordos humanos. Da primeira conferência realizada em 1976 em Vancouver resultou a Agenda HABITAT I[12] e os compromissos aí assumidos foram reiterados e desenvolvidos vinte anos depois na conferência HABITAT II[13], que teve lugar em Istambul, em junho de 1996. A terceira conferência HABITAT III[14] teve lugar em Quito, Equador, em outubro de 2016.

---

[12] A Declaração de Vancouver assegurou a moradia adequada como um direito básico da pessoa humana.

[13] A Declaração de Istambul, além de ter reafirmado o direito à moradia como direito fundamental de realização progressiva, mediante remissão expressa aos pactos internacionais anteriores, fez uma minuciosa previsão do conteúdo e extensão do direito à moradia (artigo 43), bem como das responsabilidades gerais e específicas dos Estados signatários para a sua realização.

[14] Com a declaração de Quito reconheceu-se a importância das cidades para o crescimento, bem como as oportunidades para o desenvolvimento decorrentes do processo de urbanização, o papel das autoridades locais e o interesse dos processos participatórios. Debateu-se um conjunto de problemas e desafios que se colocam aos Estados Membros em matéria de habitação e desenvolvimento urbano sustentável e identificaram-se políticas e estratégias que possam contribuir para a resolução desses problemas e que, simultaneamente, ofereçam respostas aos novos desafios relacionados com iniquidades, a distribuição da riqueza, a pobreza urbana, urbanização espontânea, etc.

Enquanto membro da ONU, Portugal participou em todas as conferências e, nesse âmbito, apresentou contributos e desenvolveu trabalhos concorrentes para o alcance dos compromissos assumidos. De referir que da reflexão da última conferência resultou uma Nova Agenda Urbana para o século XXI, renovando o compromisso político em direção à habitação condigna e ao desenvolvimento urbano sustentável. Pretende-se igualmente avaliar as realizações entretanto efetuadas e abordar os novos desafios que nestas matérias se colocam (http://habitatiii.dgterritorio.pt).

No caso de Portugal, a CRP também prevê expressamente este direito. No referido documento, que fundamenta e rege os princípios e a organização do Estado Português, o direito à habitação é previsto expressamente no artigo 65º, o qual prevê o direito de todos a uma habitação adequada, assim como uma série de incumbências ao Estado para assegurar tal direito social fundamental[15]. Faz parte dos direitos sociais, juntamente com o direito à segurança social, à saúde e ao ambiente, enquanto o direito à educação e à cultura integram os direitos culturais. Mas foi preciso esperar 43 anos, e chegar à XXI legislatura, para a Assembleia da República discutir e aprovar, pela primeira vez, uma Lei de Bases que define os princípios basilares que vão permitir a consagração desse direito.

A CRP determina que é ao Estado, em primeiro lugar, que cabe a garantia das condições e dos meios necessários "para que a cidadania possa traduzir-se numa real possibilidade de acesso à habitação". Uma das formas de garantir esse direito é através da promoção pela Administração Pública de habitação apoiada (habitação social ou a preços controlados), dirigida especialmente à população mais desfavorecida, que, de outro modo, não consegue assegurar/aceder a um alojamento condigno.

[15] Artigo 65º: Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. 2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado: a) programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; b) promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais; c) estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada; d) incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução. 3. O Estado adotará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria. 4. O Estado, as regiões autónomas e as autarquias locais definem as regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, designadamente através de instrumentos de planeamento, no quadro das leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo, e procedem às expropriações dos solos que se revelem necessárias à satisfação de fins de utilidade pública urbanística.

A Lei constitucional também determina que cabe ao Estado o papel incentivador da construção privada, do acesso à habitação própria e do acesso à habitação arrendada (aditamento na revisão constitucional de 1997). A CRP prevê ainda, a intervenção do Estado no apoio e incentivo às comunidades locais, promovendo a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução, estimulando a construção privada e o acesso à habitação própria, dentro de uma política geral de habitação que deve estabelecer, para os agregados familiares de fracos recursos, um sistema de renda compatível com o seu rendimento.

Quanto às autarquias locais, é da sua competência e seu dever colaborar com o Estado na promoção da construção de habitações económicas e sociais (artigo 65°, n° 2 alínea b).

Contrariamente ao que aconteceu noutros países europeus, a produção do alojamento em Portugal foi claramente assumida pela iniciativa privada, e a regulamentação do Estado não foi no sentido de implementar medidas capazes de proporcionar o acesso a habitação para todos os cidadãos.

Como referimos anteriormente, no caso de Portugal, a CRP não só prevê expressamente este direito, como também determina que a habitação possua uma dimensão adequada e condições de higiene e conforto capazes de preservar a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Podemos, então, constatar que não é por ausência do reconhecimento da habitação como uma necessidade humana e um direito social nas convenções internacionais e ordenamento jurídico dos estados que a habitação condigna não é uma realidade efetiva para todos os cidadãos. Portugal subescreveu todas as convenções referidas, nas quais, de forma inequívoca, a habitação é reconhecida como um direito, no entanto, o Estado português não tem promovido medidas capazes de incluir o reconhecimento deste direito como prioridade política.

Assim, podemos referir que o direito à habitação não se limita à estrutura física de uma casa, englobando também as infraestruturas, nomeadamente os serviços de água, esgotos, recolha de lixo, meio ambiente saudável, adequação cultural, acesso a equipamentos de saúde, de educação, oportunidades de lazer, de forma a permitir o desenvolvimento humano e económico do indivíduo e da sua família.

A falta de uma habitação condigna apresenta um caráter indivisível e interdependente de todos os direitos humanos. A eficácia de qualquer direito não pode ser considerada. Assim, as pessoas mais vulneráveis, que não têm acesso aos direitos económicos e sociais, como a educação, saúde, moradia etc., também não podem exercer efetivamente os direitos civis e políticos, estando, além disso, frequentemente excluídas dos mecanismos legais para exigir seus direitos fundamentais. É ao Estado que compete defender e promover o acesso à habitação, como um direito consagrado em vários diplomas legais.

Conforme referimos, existem duas interpretações alternativas para o Estado ajudar a melhorar as condições de habitação dos seus cidadãos dependendo das opções seguidas em termos de política habitacional. A análise das políticas de habitação que têm vindo a ser desenvolvidas em resposta (ou não) ao desígnio da habitação enquanto necessidade humana e direito social é o assunto que nos debruçamos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2 - POLÍTICAS PÚBLICAS E EFETIVAÇÃO DO DIREITO À HABITAÇÃO

Uma das funções principais das políticas públicas é a de contribuir para a concretização dos direitos sociais. O conceito de necessidades humanas e a sua correspondência com o estatuto de cidadania exigem ao Estado a resposta a essas necessidades humanas. Se analisarmos o processo de formação e desenvolvimento das políticas públicas veremos que na base de cada uma delas encontram-se necessidades humanas que foram problematizadas na esfera pública e se transformaram em questão de direito ao serem reconhecidas como problemas de interesse coletivo na vida das comunidades.

A habitação social é uma resposta produzida e apoiada pelo Estado (retirando esse bem social do mercado) para os grupos sociais em situação de desvantagem social e económica sem acesso ao mercado de habitação. A promoção do acesso à habitação aos grupos sociais mais desfavorecidos e o apoio ao arrendamento surgem como dimensões relevantes no quadro das muitas tarefas que envolvem o Estado Social na providência e regulação de bens e serviços sociais.

Pato e Pereira (2013) argumentam que, independentemente da modalidade de habitação (pública ou privada) e das insuficiências daqueles que não têm capacidade financeira de aceder à habitação no mercado, é ao Estado que compete defender os princípios de equidade social e de sustentabilidade no acesso à habitação. Por outro lado, Guerra, Pinto e Moura (2001) sustentam que o alojamento não é um bem como outro qualquer. O direito ao alojamento foi considerado como valor universal e um dos direitos do Homem e os Estados subscritores da Declaração Universal dos Direitos Humanos comprometem-se tornar o acesso à habitação uma realidade para todos os cidadãos, devendo este ser entendido como uma expressão fundamental do bem-estar humano e cuja discussão não pode continuar marginalizada (Antunes, 2018, p. 538).

Conforme aludimos no capítulo anterior, no entender de Bengtsson (2001, p. 261) existem no essencial duas conceções alternativas que o Estado pode adotar para melhorar as condições de habitação dos seus cidadãos. Uma é alocar habitações específicas para famílias que não conseguem aceder ao mercado livre – política seletiva de habitação. Outra é o Estado intervir no funcionamento do mercado em geral, a fim de melhor atender às necessidades de habitação de todas as famílias – política universal de habitação.

Na primeira orientação, o direito à habitação indica que se espera que o Estado distribua habitação a famílias de menores recursos que não conseguem aceder por si próprias ao mercado imobiliário. A segunda estratégia indica que se espera que o Estado intervenha na "correção nas falhas do mercado" imobiliário em geral, de modo a que o seu funcionamento possa prover a habitação para todos os tipos de famílias, independentemente da sua condição económica. Neste contexto, para se entender o significado de direito à habitação numa comunidade específica, é necessário compreender a lógica geral da política habitacional do Estado em questão. No ponto de vista do autor uma lógica seletiva de bem-estar indica um conceito mais legalista de direitos enquanto que uma lógica universal implica um conceito mais social (Bengtsson, 2001, p. 262).

Bengtsson (2001) refere que o direito à habitação é um "marcador de preocupação" político, apontando a habitação como uma área central para a política de bem-estar social. O significado específico desse marcador pode ser entendido apenas em termos de como a relação entre o Estado, cidadãos e provisão de habitação é de facto percebida num discurso nacional sobre habitação (Bengtsson, 2001, p. 256). As políticas habitacionais na maioria dos países ocidentais são melhor entendidas como ações públicas corretivas do mercado imobiliário, o que significa que o mercado se apresenta como o principal mecanismo de distribuição de fogos habitacionais e a intervenção estatal assume a forma de corretivo que define o cenário económico e institucional desses contratos de mercado. Na argumentação do autor, a base normativa desse modo de provisão é que a habitação é vista não apenas como um elemento importante do bem-estar dos cidadãos, mas também, e acima de tudo, como um bem de mercado, sobre o qual as preferências do consumidor devem prevalecer. Portanto, e em contraste com outros elementos de bem-estar, as necessidades politicamente definidas no âmbito da habitação não podem ser atendidas pela alocação direta do Estado, mas apenas pela correção dos mecanismos do mercado (Bengtsson, 2001, p. 257).

Vilaça (2001) refere que, em Portugal, o problema da habitação sempre foi tratado como o parente pobre da política pública. Para este autor, a questão da habitação permanece no esquecimento das políticas públicas, pela falta de financiamento e pela ausência de políticas, estratégias e planeamento. Refere-se a estratégias ausentes e a uma promoção pública de habitação e gestão inexistentes (Vilaça, 2001). Assim, neste capítulo procuramos, num primeiro momento, assinalar os principais marcos do itinerário das políticas de habitação em

Portugal, colocando, num segundo momento, o foco na habitação social como uma política pública em Portugal para, num terceiro momento, ensaiarmos uma breve análise das tendências da política de habitação social em Portugal face à dinâmica observada no contexto europeu.

2.1. Itinerário das Políticas de Habitação em Portugal – Principais Marcos

A história das políticas públicas de habitação em Portugal conta com mais de cem anos, considerando o primeiro diploma que estabeleceu as condições de incentivo, pelo Estado, à construção de Casas Económicas (Agarez, 2018, p. 11).

O período de 1880 a 1940 correspondeu a três épocas distintas: até 1910 às últimas décadas da Monarquia Constitucional, o Regime Republicano de 1910 a 1926 e o Estado Novo. Os diferentes regimes políticos e as respetivas condições económicas e sociais tiveram implicações nas estratégias de habitação formuladas em cada período. Este tempo, quer em Portugal, quer na maior parte dos países europeus, correspondeu à consciência plena dos problemas habitacionais nas cidades e à necessidade de elaborar estratégias para resolver o problema da habitação das famílias mais desfavorecidas (Teixeira, 1992, p. 65).

A partir dos meados do século XIX, um lento processo de industrialização provocou a concentração em Lisboa da mão-de-obra operária estando, assim, na base de alojamento sem condições, com as populações mais desfavorecidas a viverem albergadas em palácios arruinados e a maioria das vezes em condições insalubres. Foi neste contexto que as próprias empresas industriais ou de construtores-promotores começaram a interessar-se pela situação, com a construção de pátios e vilas operárias, não só como forma de alojar e fixar a mão-de-obra para as indústrias emergentes mas também, provavelmente, como área de investimento e negócio (Pereira, 1994, p. 510).

O Inquérito Industrial de 1881 revelou a miséria das condições de habitação do operariado nos principais centros industriais do país, com relevo para Lisboa, Porto, Covilhã e Setúbal. "*O crescente afluxo de populações a estes centros, provocado por um surto industrial, não encontrou correspondência nas condições de habitação para este aumento demográfico*" e as vilas operárias construídas atrás dos prédios constituíram uma forma de alojamento especializado (Pereira, 1994, p. 509).

No Porto, em 1850, as duas principais formas de alojamento eram a sobreocupação de edifícios velhos e a construção de "ilhas" que consistiam em fileiras de pequenas casas de um único piso. Geralmente não tinham água canalizada e os sanitários eram comuns. A razão que justifica esta construção era de natureza económica e estava relacionada com os baixos salários dos operários e o facto de requer menor investimento e também menos recursos. Em Lisboa, o desenvolvimento industrial era maior e o nível dos salários também era mais elevado o que levou à estruturação de um mercado de habitação operária mais sofisticado. Próximo das zonas industriais onde, nas décadas anteriores, começaram a construir-se as "vilas" (grupos de pequenos edifícios construídos em volta de um espaço comum) geralmente numa rua privada (Teixeira, 1992), construíram-se os "pátios", que consistiam em pequenas casas construídas no interior de um quarteirão, viradas para um espaço comum. Estes dois tipos de habitação estavam de acordo com as reduzidas capacidades de investimento dos seus promotores, que eram pequenos comerciantes e que viam este investimento das suas poupanças como seguro e lucrativo.

Estas formas de habitação foram evoluindo para pequenos bairros integrados na cidade e em 1880 os promotores privados iniciam a construção de um grande número de edifícios de habitação multifamiliares, destinados às classes trabalhadoras e aos estratos mais pobres das classes médias (Teixeira, 1992, p. 70). Quer em Lisboa, quer no Porto, existiam distinções subtis entre estas formas de habitação, cada uma delas com o seu estatuto social próprio. Em Lisboa, era muito diferente viver num "pátio", numa "vila" ou num prédio e no Porto viver numa "ilha" era um inegável sinal de pobreza. Em 1901 foi construída a primeira "colónia operária" na Foz do Douro, a que se seguiram outras na zona do Porto. Eram construídas em forma de banda, com um ou dois pisos e as condições eram um pouco melhores que uma "ilha". Assim, a maior parte das casas construídas por industriais ou por filantropia no século XIX adotaram os seguintes modelos: "ilhas", "pátios" e "vilas", com mais ou menos qualidade, dependendo dos recursos do promotor e dos objetivos da iniciativa (Teixeira, 1992).

Até ao final do Século XIX nem o governo, nem as câmaras municipais entendiam que a construção da habitação de baixo custo fosse da sua responsabilidade (Teixeira, 1992, p. 74). Inicialmente, esta ideia era também assumida pelo governo republicano que tinha apenas como preocupação incentivar a construção por parte de promotores privados. No entanto, a

crescente vaga de movimentos sociais dos operários incluindo greves, levaram a que a habitação se tornasse uma questão política importante. Na década de 1910, a CM do Porto teve uma ação pioneira na construção de habitação municipal em Portugal. Inspirada no modelo das "colónias operárias", promoveu a construção de quatro bairros para as classes trabalhadoras, num total de 312 habitações. Em sentido contrário, a CM de Lisboa, apesar dos problemas habitacionais na cidade, não promoveu qualquer iniciativa entre 1910 e 1926 (Teixeira, 1992, p. 77).

A urbanização de Portugal nos séculos XX e XXI decorre muito significativamente do lançamento e concretização, ou fracasso, de iniciativas públicas concretizadas pelo Estado, pelos municípios, por outras entidades de âmbito público, com ou sem participação privada, dirigidas ao alojamento de populações dos diversos estratos da sociedade e especialmente dos com menores recursos.

De acordo com Agarez (2018) terá sido a aguda crise de emprego em Portugal, consequência da Primeira Grande Guerra, que forçou o governo de Sidónio Pais a aprovar, em 24 de abril de 1918, o primeiro instrumento legislativo especificamente dedicado ao incentivo da construção de "Casas Económicas[16]" (Agarez, 2018, p. 17).

Nesta época, os reformadores defendiam a construção de blocos de habitação multifamiliares, em zonas centrais das cidades e o plano tinha em consideração as diferenças culturais e tradições de habitação entre Lisboa e o Porto[17]. Dado o desinteresse manifestado pelos investidores privados em participar nestas iniciativas de construção de habitação para classes trabalhadoras, os bairros foram construídos diretamente pelo Estado (Teixeira, 1992, p. 78).

Dez anos depois, em 1928, o Governo português, com Salazar como Ministro das Finanças, procurou novamente envolver a promoção privada na promoção habitacional. Os decretos então publicados ofereciam facilidades e incentivos à fixação de rendas, expropriações, fiscalidade e crédito à construção de casas económicas, insistindo na possibilidade de

[16] Para o legislador eram consideradas casas económicas as que se destinavam ao alojamento das classes menos abastadas, tais como as famílias de operários, artistas, empregados públicos ou particulares e que satisfizessem as condições de salubridade e preço definidos.
[17] Enquanto que em Lisboa os Bairros do Arco de Cego e da Ajuda incluíam alguns blocos de habitação, o Bairro de Sidónio Pais, no Porto, consistia apenas em habitações unifamiliares (Teixeira, 1992).

canalização, para este fim, do património de instituições de assistência, mutualidade e beneficência (Agarez, 2018, p. 19).

Em 1933, o Estado Novo instituiu no país um regime autoritário marcado pelo conservadorismo moral e ação política de crescente atividade de regulação estatal, que se fez sentir nos planos urbanístico e habitacional. Inicialmente, o Estado Novo não tinha como objetivo ser proprietário de habitações e a figura de "Propriedade Resolúvel" introduzida em 1933, que previa o pagamento mensal de amortizações pelos moradores adquirentes, foi pedra basilar nas políticas públicas até 1945 (Agarez, 2018, p. 22). Assim,

> "[a]*té ao final dos anos 50, o imobilismo fazia com que as carências habitacionais emergissem de forma mais quantitativa do que qualitativa. Salazar prosseguia uma política de não-industrialização e não-urbanização do país".* (Guerra, 2011, p. 55)

A política habitacional do Estado Novo era sobretudo dirigida às classes médias, a sua principal base de apoio, embora o discurso oficial fosse orientado para as classes trabalhadoras (Teixeira, 1992, p. 79).

A partir dos anos 40 a construção de habitação pelo Estado aumentou substancialmente (Teixeira, 1992), mas sem conseguir acompanhar as carências habitacionais das grandes cidades. O resultado desta opção resultou no grande desenvolvimento dos bairros de barracas nas décadas de 1940/1950 e dos bairros clandestinos em redor das principais cidades, nos anos 1960 e 1970.

De acordo com Santos *et al.* (2014, p. 10) a intervenção pública no setor da habitação, até aos anos cinquenta do século passado, revelou-se fragmentada, minimalista e marginal. As iniciativas de promoção de alojamentos centravam-se quase exclusivamente na promoção direta de habitação social, no quadro de uma política de integração social e familiar que consubstanciava as funções políticas e simbólicas do regime ditatorial, não se inscrevendo, portanto, nem numa estratégia de urbanismo, nem numa política social assente na necessidade de garantir a satisfação de necessidades habitacionais e de bem-estar. Pelo contrário, a intervenção do Estado Novo na esfera da habitação traduz uma estratégia consentânea com a contenção dos processos de industrialização e urbanização, respondendo essencialmente às carências mais gritantes, que se registavam nos principais centros urbanos do país.

Nos anos da década de 1960, o país confrontou-se com a necessidade de criar as suas próprias políticas públicas de bem-estar, ainda que alguns dos integrantes do governo português questionassem os princípios do *Welfare State* (Barreto *et al.*, 2010, p. 628). Neste período, um novo contingente populacional passou a habitar as áreas metropolitanas em decorrência do êxodo rural, das dinâmicas migratórias e da falta de infraestruturas para lidar com a integração destas pessoas. O Estado Novo mostrava ineficiência para lidar com esses problemas, em parte, pelas características inerentes ao regime ditatorial, como ausência de liberdades civis, maior centralização do Estado, inércia, empecilhos a reformas políticas e gastos excessivos com as guerras e a administração coloniais.

As primeiras tentativas de formulação de uma política de habitação coerente começam a surgir, apenas no final da década de sessenta, com a criação do Fundo de Fomento de Habitação (FFH), que expressa o propósito de organizar a intervenção pública no setor, centralizando-a numa única estrutura administrativa. Em simultâneo, foram adotadas outras reformas orientadas para a criação das condições para uma ação mais ampla e concertada em matéria de habitação e gestão do uso do solo, capaz de sustentar uma renovada e mais intensa intervenção do Estado no crescimento e planeamento urbano. É o caso da criação, em 1972, da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo.

O FFH, em particular, viria, de facto, a desempenhar um papel central nas políticas do setor, gerindo os processos de promoção e financiamento da provisão pública direta de habitação e de estímulo ao investimento privado (Santos *et al.*, 2014). A intensificação da pressão populacional, sentida sobretudo a partir de finais dos anos sessenta, com os fluxos migratórios do campo para os principais centros urbanos e a migração oriunda das ex-colónias (a partir de meados da década de setenta), causou enormes carências urbanas, não só ao nível habitacional, mas também ao nível da rede de equipamentos sociais e de infraestruturas. De facto, nesta altura, as condições de ocupação e habitabilidade dos centros urbanos degradaram-se ainda mais, assistindo-se frequentemente a fenómenos de sobrelotação do parque habitacional existente e ao desenvolvimento de um mercado paralelo de habitação, constituído a partir de loteamentos ilegais e da construção clandestina nos grandes centros urbanos, em particular em Lisboa (Santos *et al.*, 2014).

O período de 1974 a 1976 caracterizou-se por uma tentativa da intervenção do Estado, em termos de legislação, na produção direta de habitação e ainda, na diversificação dos apoios

e programas de produção interna, mas cujos resultados práticos só assumem visibilidade a partir de 1977 (Guerra *et al.*, 2001).

No período que se segue à revolução do 25 de Abril de 1974, o problema da habitação foi alvo de reivindicações por parte da população, sobretudo nas maiores cidades do país. As fortes pressões demográficas após a revolução levam o governo a lançar iniciativas para permitir um acesso mais fácil ao mercado privado de arrendamento, mas sobretudo em regime de propriedade. De acordo com Serra (2002), essas iniciativas estatais foram desenvolvidas em diferentes sentidos e obedeciam a lógicas nem sempre coincidentes, e que muitas vezes se sobrepunham (Guerra, 2011, p. 56).

Nesta época ocorreram muitas ações populares e manifestações que reivindicavam melhores condições de vida. Entre abril de 1974 e julho de 1976 foram criadas 166 organizações comunitárias só na cidade de Lisboa, entre comités de ocupantes de casas devolutas, comissões de moradores, de inquilinos, entre outros (Antunes, 2019). Foi neste contexto que o governo percebeu que tinha que ser encarado o problema da instalação da população, previsivelmente de origens modestas, o que exigiria a disponibilização de espaços habitacionais em regime social, pois os de mercado livre não lhes seriam facilmente acessíveis. Os Planos de Fomento já tinham identificado falhas em matéria habitacional pública, assim como as limitações do sector privado na produção social de habitação.

No período de 1977 a 1985, a economia portuguesa atravessou algumas crises profundas. No entanto, até 1985, houve uma intensificação da intervenção pública direta e indireta na construção de habitação social decorrente dos vários programas na altura em curso, sofrendo uma queda a partir de 85.

Algumas das explicações para a quebra do número de fogos concluídos para habitação social e o aumento do número de fogos construídos pelo sector privado podem ser encontradas na diminuição da intervenção Estatal e na desarticulação entre as várias entidades públicas que as promovem, como também no aumento do número de bancos comerciais a conceder créditos a longo prazo para aquisição de casa própria (Guerra *et al.*, 2001).

Com a extinção do FFH, no início dos anos oitenta, e as intervenções do Fundo Monetário Internacional em 1979 e em 1983, os processos em curso foram afetados, sendo, no entanto, retomados em 1984, com a criação do Instituto Nacional de Habitação (INH) e com a

reativação dos financiamentos, decorrente da diversificação das instituições bancárias habilitadas a conceder crédito às cooperativas de habitação. No final da década de oitenta, um plano governamental de fomento à construção de habitação a custos controlados criou importantes expectativas neste setor, mas não foram desenvolvidas as medidas políticas indispensáveis ao seu cumprimento. Esta situação, que caracterizou a entrada do sector cooperativo nos anos noventa, foi agravada pela ausência de um diálogo eficaz entre o governo e os parceiros sociais dos sectores da construção e da habitação. Consequentemente, as cooperativas de habitação começaram a ter grandes dificuldades no desenvolvimento da sua ação, mais propriamente no âmbito da oferta residencial para grupos sociais mais desfavorecidos. Assim, os anos noventa representaram, para o sector cooperativo, um período de refluxo nas expectativas de consolidação e crescimento (Serra, 2002), com uma quebra visível na promoção de habitação a partir de 1992.

A criação do INH previa três potenciais grupos de clientes/promotores para os quais existiam alguns programas de financiamento: os municípios, através da promoção direta municipal; as cooperativas de habitação, no âmbito da promoção habitacional cooperativa; e as empresas privadas de construção, no âmbito dos contratos de desenvolvimento para a habitação (Agarez, 2018).

A partir de 1986 e até 1993 registou-se uma maior dinamização da iniciativa privada, devido a um maior favorecimento da aquisição de habitação. Neste período foram promovidos a habitação a custos controlados, o arrendamento e a poupança, nomeadamente através das contas poupança-habitação. De facto, neste período o Estado estimulou a aquisição de casa própria através da bonificação de juros, tendo reduzida expressão o financiamento e provisão direta de iniciativa pública (Allegra, 2019) e (Serra, 2002).

Um diploma relevante no que diz respeito às Políticas de Habitação em Portugal foi o Decreto-Lei n.º 88/87, que criou o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), na sequência da extinção do FFH. Conforme referido no preâmbulo do referido diploma *"a dimensão do património do ex-FFH afigura-se já excessiva. Torna-se altamente recomendável proceder à alienação de um número significativo de habitações, de modo a reduzir em muitos milhares o mencionado stock de 42 500 fogos"*. Assim, uma das atribuições fundamentais deste instituto era o desinvestimento de parte do património habitacional e a afetação das receitas emergentes à

redução da sua dívida, sendo-lhe ainda atribuídas outras competências, como a gestão, conservação e alienação do parque habitacional, equipamentos e solos, o apoio técnico a autarquias locais e outras instituições promotoras de habitação social, no domínio da gestão e conservação do parque habitacional, e ao Governo, na definição das políticas de arrendamento social (Agarez, 2018, pp. 352-353).

Na década de 1990, com o acréscimo das dinâmicas migratórias provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, a crise habitacional e a insegurança urbana em Portugal agravaram-se, registando-se, neste contexto, um esforço de investimento público na habitação. Assim, em 1993, foi lançado, entre outros programas, o Programa Especial de Realojamento (PER), assim como sistemas de apoio ao arrendamento (Serra, 2002). O PER foi um programa habitacional que tem sido considerado como uma iniciativa exemplar em termos de promoção direta, face às situações mais expressivas de carência de alojamento. Foi promovido pelo Estado Central e desenvolvido em cooperação com os municípios integrantes das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. Desde o início foi assumido com carácter de urgência, tendo como objetivo principal a erradicação de barracas (em número ainda muito significativo nessa época) e o realojamento dos moradores em casas construídas a custos controlados, em regime de arrendamento.

Em 2004, no âmbito da reabilitação surgiu o Programa de Financiamento para Acesso à Habitação (PROHABITA)[18], que pretendia ser o novo programa habitacional de referência, substituindo e atualizando os modelos de realojamento anteriores[19]. Elegendo inicialmente como objetivo principal "*a resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares no território nacional*" (DL n.º 135/2004 de 3 de junho), o programa seria revisto em 2007, tendo em vista acrescentar incluir a requalificação de bairros sociais degradados ou desprovidos de equipamentos. Este alargamento veio privilegiar a reabilitação em detrimento da construção nova e o apoio à requalificação de bairros sociais degradados ou desprovidos de equipamentos. A assunção dos compromissos do programa ficaria, contudo, dependente das dotações orçamentais disponíveis para o efeito, a inscrever

[18] O Decreto-Lei nº135/2004, de 3 de junho criou o PROHABITA que regula a concessão de financiamento para a resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional, é um importante instrumento de apoio aos municípios para prosseguirem boas políticas habitacionais.
[19] Incluindo os Acordos de Colaboração de 1987, o PER de 1993, ou o PER Famílias de 1996.

no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, por sua vez dependente do Quadro Comunitário de Apoio (Santos *et al.*, 2014).

No que diz respeito às políticas públicas de habitação, Portugal assistiu nos últimos quarenta anos a uma transformação, quantitativa e qualitativa, nas formas de provisão de habitação. Durante décadas, as carências assumiram uma expressão particularmente visível nos inúmeros bairros de lata e bairros clandestinos que se expandiram sobretudo na periferia das grandes cidades. Estas carências foram alimentadas pelo crescimento demográfico, pelo êxodo rural e pelas migrações internas, que concentraram gradualmente a população no litoral do país, densificando as suas redes urbanas (Santos *et al.*, 2014, p. 5). Hoje, o retrato do setor é diferente, pois os bairros de lata são em menor número (intervenção do PER) e a maioria da população tornou-se proprietária da sua habitação (através do crédito bonificado). Ainda assim, a degradação de boa parte do parque habitacional (social e privado) continua a afetar os segmentos mais vulneráveis da sociedade portuguesa.

O ano de 2002 foi também um marco na história da política de habitação em Portugal, na medida em que pôs fim aos regimes de crédito à habitação bonificado e jovem bonificado. Durante 26 anos, milhares de famílias puderam adquirir uma habitação própria e permanente, através destas medidas de política de habitação, que permitiram empréstimos com baixas taxas de juros, concedidos pelo setor bancário (Agarez, 2018, p. 354). De facto, os apoios à habitação nestes 46 anos de democracia foram concedidos através do "apoio à pessoa", ou seja, na bonificação de juros no crédito à habitação, que aglutinaram cerca de 75% do esforço financeiro do Estado português neste domínio (Antunes, 2018, p. 540).

Foi nesse mesmo ano, 2002, que surgiu a fusão dos dois institutos e se procedeu à transferência para o INH (criado em 1984) de uma significativa parte das atribuições e competências do IGAPHE (criado em 1987), bem como do seu património não edificado, reforçando outras competências, nomeadamente nos domínios da reabilitação do parque habitacional, público e privado, e no desenvolvimento do mercado do arrendamento urbano.

No Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de outubro, ficou consagrado que o INH seria objeto de reestruturação e redenominado Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), integrando nele as atribuições do IGAPHE. Desde então, o IHRU, I.P., é a entidade pública promotora da política nacional de habitação.

O Novo Regime do Arrendamento Urbano foi criado em 2006 com a aprovação da Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, sofrendo alterações em 2012, 2014 e 2017. Teve como objetivo dinamizar o mercado de arrendamento e estabeleceu um regime especial de atualização de rendas antigas. Criou um subsídio de renda para agregados familiares de baixos rendimentos e para arrendatários com mais de 65 anos. Concedeu, também, uma maior liberdade à denúncia do contrato por parte dos senhorios e constituiu as comissões arbitrais municipais. "*Foi um dos maiores impulsionadores na transformação da política de habitação, depois de 2002, levando a uma das maiores mudanças no arrendamento ao atualizar as rendas que se mantiveram congeladas durante muitas décadas"* (Agarez, 2018, p. 494).

É neste contexto, e sob a responsabilidade do IHRU, que em 2007 é lançado o Plano Estratégico de Habitação, dotado de uma visão pioneira e integradora que previa a aposta do Estado na reabilitação do parque habitacional, nas parcerias público-privadas e na dinamização do mercado de arrendamento. Às autarquias era atribuído um papel crucial e previa-se a articulação com o ordenamento do território. No entanto, a eclosão da crise financeira de 2008-2009 e o consequente período de austeridade (2011-2015) tornou as dotações orçamentais para as políticas de habitação muito escassas, ao mesmo tempo que as condições de vida económica e social se tornavam mais difíceis para a população, sobretudo a mais carenciada.

De facto, apesar de muitas das propostas contidas neste plano serem positivas, o objetivo do mesmo plano não foi alcançado e *"está patente a retração do Estado e a redução da política de habitação a um conjunto de medidas de lógica assistencialista"* (Neves, 2018). Terminado o ciclo de concessão de apoios à aquisição de casa própria, através dos regimes de crédito bonificado criados para o efeito e da concessão de benefícios fiscais, a política de habitação limitou-se à resolução dos problemas habitacionais de alguns dos cidadãos mais carenciados, centrando-se sobretudo na reabilitação e incentivo ao arrendamento.

A este respeito, referindo-se a um estudo apresentado em 2015 sobre as dotações do Orçamento do Estado executadas no período 1987-2011, Antunes (2019) refere que

> *"foi reconhecido que dos 9,6 mil milhões de euros investidos em políticas de habitação, 73,3% foram destinados para apoios à pessoa, nomeadamente para bonificações de juros no crédito à habitação, sendo que apenas 16,1% foram aplicados em programas de promoção direta e 0,1% em programas de promoção indireta. Tendo sido este o momento mais importante de construção*

> *habitacional no nosso país, pode-se concluir que nos últimos 45 anos a "estratégia" habitacional consubstanciou-se na bonificação de juros no crédito à habitação, que aglutinou o esforço financeiro e colocou em segundo plano as restantes opções, como a promoção indireta ou a promoção direta de habitação social"* (Antunes, 2019).

Uma das medidas de promoção direta, o Programa Porta 65 Jovem, aprovado em 2007, foi uma atualização do Incentivo ao Arrendamento Jovem, criado em 1992. Teve como objetivos, para além de promover a autonomia dos jovens, dinamizar o mercado do arrendamento, revitalizar espaços degradados e ainda combater o despovoamento em lugares com perda demográfica (Decreto-Lei n.º 308/2007, de 3 de setembro). Inicialmente, o Programa destinava-se a jovens entre os 18 e os 30 anos, que recebiam apoio financeiro durante 12 meses, renovável até 36 meses. Com a alteração da legislação, em 2017, o Programa passou a abranger jovens até aos 35 anos e o apoio passou a poder ser renovado até 60 meses. De acordo com o IHRU, desde o início do Programa (2007), o Porta 65 Jovem teve uma dotação orçamental total de 195,8 milhões de euros e apoiou 123 499 jovens. Depois de 2011 a dotação orçamental do Programa diminuiu.

Sendo certo que o setor da construção já se encontrava em dificuldades com a estagnação económica e o fim dos apoios públicos à compra de habitação própria, a crise agravou a situação destes sectores, sobretudo a partir de 2011 com o pedido de ajuda externo à Troika, composta pelo Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional. As políticas de austeridade prosseguidas desde então produziram níveis historicamente elevados de desemprego, uma acentuada quebra do rendimento das famílias e o aumento generalizado do custo de vida, colocando a descoberto a vulnerabilidade das famílias portuguesas face à instabilidade económica e financeira do país. O crédito malparado nos bancos disparou, o acesso ao crédito hipotecário tornou-se mais restritivo e o mercado imobiliário paralisou (Santos *et al.*, 2014).

O retrocesso económico e social a que o país assistiu nos últimos anos condiciona a compra de casa própria, com e sem recurso ao crédito hipotecário, o que pode tornar o arrendamento numa opção mais atrativa, pelo que a habitação poderá tornar-se um bem de mais difícil acesso, colocando em risco a população mais idosa e desfavorecida, que beneficiava de rendas fixadas administrativamente.

Foi neste contexto, que o governo reconheceu a necessidade de uma nova ação pública neste domínio e em 13 de julho de 2017 reintroduziu a Secretaria de Estado para a Habitação, com o objetivo de colocar a habitação como área prioritária de intervenção nas políticas sociais, orientada, também, para a classe média e promovendo a sua oferta com rendas acessíveis (Giovanni, 2018).

No plano político, parece existir uma intenção de resposta ao problema da habitação. Foi efetuado o *levantamento nacional das necessidades de realojamento habitacional*, apresentado em fevereiro de 2018 pelo IRUH. O Governo afirmou que a meta era erradicar as situações habitacionais indignas em Portugal até 2024, mencionando que foram identificadas cerca de 26.000 famílias em situação habitacional claramente insatisfatória. Por outro lado, o IHRU estimou que o investimento necessário para responder às necessidades identificadas naquele levantamento rondava os 1.700 milhões de euros. Neste contexto, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018, de 2 de maio, veio estabelecer o sentido estratégico, objetivos e instrumentos de atuação para uma Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH)[20]. O referido diploma começa por referir que a habitação é um bem essencial à vida das pessoas e um direito fundamental constitucionalmente consagrado e o discurso governamental surge no sentido da resolução dos problemas estruturais que se têm colocado ao avanço do direito à habitação, em Portugal (Mendes, 2020, p. 79).

De acordo com o mesmo documento, apesar da redução quantitativa de carências habitacionais, o governo reconhece que há problemas de natureza estrutural que persistem, nomeadamente: *"o acesso à habitação por parte da população; o equilíbrio entre os vários segmentos de ofertas habitacionais e na funcionalidade global do sistema e a qualificação do edificado e coesão sócio-territorial"*.

Fica claro, no referido documento, que a nova estratégia para a política de habitação vem introduzir uma nova filosofia, reorientando-se de uma política assente na construção de novos alojamentos e no apoio à aquisição de habitação para uma política que privilegia a reabilitação e o arrendamento.

[20] Disponível em: https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=95621259-fdd4-4099-82f3-2ff17c522882

A Lei 83/2019 aprovada em 5 de julho estabelece **a primeira lei de bases do direito à habitação** e as incumbências e tarefas fundamentais do Estado na efetiva garantia desse direito a todos os cidadãos, nos termos da CRP.

"O Estado é o garante do direito à habitação", lê-se no referido diploma, indicando que *"todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar"*. Além da efetiva garantia desse direito a todos os cidadãos, estabelece a função social da habitação (artigo 4.º), em que "*os imóveis ou frações habitacionais detidas por entidades públicas ou privadas participam, de acordo com a lei, na prossecução do objetivo nacional de garantir a todos o direito a uma habitação condigna".*

No entender de Helena Roseta[21], trata-se de um "momento histórico" que concretiza o que significa ter direito à habitação e os mecanismos para defendê-lo. Ficou definido no referido diploma que o Estado deve promover o uso das habitações públicas que estejam devolutas, incentivado também o uso das habitações privadas que estejam na mesma situação, sobretudo em zonas centrais. Deverá, também, colocar imóveis públicos em programas destinados ao arrendamento, fomentando o acesso à habitação com rendas compatíveis com os rendimentos das famílias.

Conforme referimos anteriormente, a política de habitação serviu, em tempos, para colmatar os problemas das famílias mais carenciadas (erradicação das barracas, por exemplo), porém atualmente, o problema estende-se à classe média que não consegue praticar preços de mercado inflacionados por estrangeiros e turistas.

Na opinião de Freitas, o mercado precisa de desenvolver outras soluções, porque já não são só os que habitam (ou habitavam) em barracas, mas também muitas outras pessoas que vivem sem condições de habitabilidade, porque têm uma enorme dificuldade de acesso ao mercado e até em manter a sua habitação. As estatísticas mostram que Portugal tem muito mais casas que famílias, mas existe também uma crescente procura habitacional em que não é possível encontrar uma resposta devido à fragilidade de opções. É nesta linha de

[21] Licenciada em Arquitetura, deputada à Assembleia da República para a XIII legislatura (2015-2019). Exerceu, neste âmbito, as funções de coordenadora do Grupo de Trabalho para a Habitação, tendo apresentado a demissão em outubro de 2018, na sequência do adiamento da votação das propostas emanadas do grupo de trabalho relativas à matéria da habitação.

argumentação que Freitas sustenta que a solução não passa por acabar com a designada habitação social, ou, preferencialmente, Parque Habitacional de Arrendamento Público, que é uma solução de arrendamento que é gerida por entidades públicas, tal como podemos ter um parque Habitacional de Arrendamento Privado (Freitas, 2005).

2.2. A Habitação social como uma política pública em Portugal

Como assinalámos anteriormente, de acordo com Agarez (2018), o primeiro diploma que estabeleceu condições de incentivo, pelo Estado, à habitação foi a construção de casas económicas.

No final do século XIX o urbanismo e a questão da habitação eram interpretados à luz dos problemas sanitários (Gros, 1982, p. 10). Uma das primeiras leis neste âmbito surge em 1864 no sentido de limitar a altura dos prédios, pela necessidade de um controlo sanitário. O desenvolvimento industrial tinha provocado um grande afluxo de população aos grandes centros fazendo surgir, com nova acuidade, os problemas da urbanização e do alojamento. O Porto é cada vez mais insalubre, não tem água, nem esgotos e as classes pobres vegetam, enfiadas nos alvéolos húmidos e tenebrosos, sem ar e sem luz, abandonados à vergonhosa especulação que as explora sordidamente através da miserável edificação das ilhas. Dos textos, podemos concluir que as ilhas eram corredores estreitíssimos, com casas de ambos os lados, na sua maioria térreas e sem nenhumas condições de salubridade. Ricardo Jorge refere: apilham camadas de gente em cubículos, antros de imundice disseminados por toda a cidade, são habitações lôbregas e insalubérrimas onde vivem aproximadamente 50 mil moradores (Gros, 1982, p. 56).

Gros (1982) refere igualmente que a lei orgânica de 1868 e o código administrativo de 1876 especificavam um pouco mais as obrigações municipais neste domínio, mas na prática não se verificavam grandes alterações. Bento Carqueija, em 1900, escreveu o seguinte: "cuidar da habitação do operário representa, além de um grande dever humanitário, um valioso serviço social". Em 1901 o regulamento da saúde institui um sistema de vistorias sobre a possibilidade de expropriar e destruir casas dos bairros insalubres e propõe a criação de um cadastro sanitário das casas de habitação. No mesmo sentido, outras leis foram sendo

publicadas[22], mas as condições de insalubridade continuavam a aumentar *"o que mostrava claramente a ineficácia dos regulamentos publicados"*(Gros, 1982, p. 11).

De facto, na época havia grande preocupação com as casas onde residiam os pobres: *"casas infetadas, população que vai sendo dizimada, dia a dia por epidemias que produzem mortalidade horrorosa",* pugnavam o reconhecimento da necessidade de enfrentar o problema da habitação, mas o Estado rejeitava intervenções, por considerá-las perigosamente "socialistas". Predominavam as intervenções privadas que, por um lado, visam atrair e fixar mão de obra, e, por outro lado, visam maximizar o lucro. Se em 1907, na cidade do Porto foram iniciados os primeiros trabalhos de sanidade, construção de canalizações e de esgotos, em 1925, apenas 25 prédios estavam ligados a essa rede de esgotos, ao que se seguiu uma década de poucos avanços nessa matéria (Gros, 1982, pp. 10-11).

Na época ofereciam-se vantagens (fiscais e outras) aos particulares, cooperativas, sociedades anónimas de habitações económicas, associações de socorros mútuos, instituições de assistência ou previdência, câmaras municipais e instituições do Estado que tomassem a iniciativa da realização de conjuntos habitacionais sob condições de salubridade bem definidas e preço locativo máximo (Agarez, 2018, p. 17). No entanto, a política das cassas económicas de 1928 estava muito longe de investimentos a fundo perdido (Gros, 1982, p. 111).

No mesmo sentido, Lameira e Rocha (2019) referem que a resposta (ou a tentativa de resposta) à questão da habitação para pessoas desfavorecidas integrou um conjunto de programas habitacionais implementados em Portugal entre 1910 e 1974 para responder às necessidades das famílias de menores recursos (cf. Apêndice B). Existiram também algumas iniciativas de construção de habitação, ainda que sem enquadramento legislativo, relacionadas com certas instituições, como os Caminhos-de-ferro e as forças de segurança portuguesas, ou de iniciativa privada relacionadas com a promoção filantrópica. São exemplos os Bairros promovidos pela Guarda Nacional Republicana para alojamento de

[22] Em 1912, pela terceira vez, uma lei autoriza os municípios a realizar expropriações, por zonas, de maneira a adquirir, em boas condições, os prédios insalubres (Gros, 1982).

funcionários e os Bairros operários destinados a funcionários da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses (Lameira e Rocha, 2019).

Na cidade do Porto, no sentido de combater a insalubridade, foi nos anos 30 que a Câmara tomou mão dos trabalhos, por conta dos proprietários, o que resultou em alguns avanços, mas num quadro de estreita segregação social e espacial (Gros, 1982, p. 11).

Na obra – O alojamento social sob o Fascismo – Gros (1982) apresenta vários excertos e relatos de políticos e pensadores da época, que se referiam à habitação como uma necessidade humana e um elemento de reprodução da força do trabalho. *"A habitação não é um bem como qualquer outro, pois corresponde a uma necessidade objetiva das classes sociais, mesmo das mais desfavorecidas"; "a casa de habitação é o abrigo, tão indispensável como a alimentação ou o vestuário"; "a casa deveria ser o lugar de repouso e reconstituição das forças antes e depois do trabalho, para que o trabalhador gozasse de saúde e pudesse produzir".* Também *"a casa é igualmente o abrigo necessário à sua produção fisiológica no quadro da própria família"; "A habitação cómoda e saudável é uma condição indispensável do bem-estar da população, da sua atividade, do seu valor, físico moral e económico, enfim, do seu futuro".* A casa representa um enorme valor de educação moral e a capacidade física e intelectual para o trabalho está relacionada com o conforto da casa. A questão da habitação é determinante, *"de capital importância,"* para a saúde. *Como pode viver razoavelmente e ter saúde, quem é obrigado a alojar-se em pátios, ilhas, bairros imundos, sem ar e sem luz?* (Gros, 1982, pp. 14-18).

Apesar das circunstâncias miseráveis em que as pessoas viviam, e do facto da legislação da época refletir o problema da habitação de 1914 a 1930, as condições de habitação não se modificaram (Gros, 1982, p. 78). O regime instituído em 1926 não trouxe de imediato qualquer inovação em matéria de política de habitação (Gros, 1982, p. 106).

A publicação do Decreto-Lei n.º 23052 de 23 de setembro de 1933, autoriza o Governo a promover a construção de casas económicas, em colaboração com as câmaras municipais, corporações administrativas e organismos do Estado. Em teoria, esta constituiu a primeira iniciativa alargada e sistemática de construção de habitação pelo Estado, tornando-se no eixo central da política de habitação do regime. Criou um parque edificado residencial público que passou a ser gerido pelo Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e tinha como

propósito central a prossecução de uma política de apoio à habitação com fins económicos e sociais (Agarez, 2018, p. 21).

Outra iniciativa complementar, que decorreu de 1938 a 1945, foi a implementação do programa das "Casas Desmontáveis", destinado a populações muito desfavorecidas, afetadas por processos de demolição, sobretudo em Lisboa, Porto e Coimbra (Agarez, 2018, p. 85).

Estas medidas pretendiam abrigar as pessoas que viviam em casebres de reduzidíssimas dimensões (ilhas) e que abrigavam famílias inteiras, numa acumulação e promiscuidade espantosas. As paredes mal rebocadas, os telhados de telha velha, pequenas janelas com vidros partidos, tudo sujo e malcuidado, ou seja, com tais condições, não há saúde pública possível.

As Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo foi também um programa de habitação suportado através da Lei 2092, de 9 de Abril de 1958, na qual se promulgaram "as bases da cooperação das instituições de previdência, das Casas do Povo e suas Federações no fomento da habitação" (Lameira e Rocha, 2019).

De salientar que a política repressiva e seletiva que caraterizou o regime de Salazar, excluía o acesso à habitação de desempregados e mães solteiras por serem julgadas indignas de beneficiar de casas económicas. Nos anos 50/60 o Estado deixa de financiar diretamente através de receitas orçamentais, os investimentos destinados à construção de casas económicas (Gros, 1982, p. 126).

A intervenção direta do Estado nas políticas de habitação social começou a ser mais visível a partir de 1969 com a criação do FFH, que teve a seu cargo a promoção direta de habitação, procurando responder aos problemas que os grandes centros urbanos registavam, em particular Lisboa, onde se verificava uma rápida expansão do fenómeno das "barracas" e dos "clandestinos" (Guerra, 2011, p. 56).

No entanto, apesar das medidas referidas e das realizações significativas, estas ficavam muito aquém das necessidades e não evitavam a proliferação de barracas e construção clandestina sem as mínimas condições de habitabilidade. A este respeito Nuno Portas refere que o regime autoritário deposto em 1974 nunca tinha promovido uma política social nem tão pouco uma política de habitação (Portas, 2014).

Em 1974, as ilhas continuavam a existir e os bairros camarários eram o novo aspeto da crise (Gros, 1982, p. 87), a cozinha é um "nico", as retretes são pequenas e colocadas à beira da cozinha. A humidade escorre pelas paredes, ouvem-se as conversas de um lado ao outro, não há privacidade nenhuma. De acordo com o Jornal do Bairro do Acácio datado de 1974 *"existem neste bairro de lata, ou melhor, nesta colmeia humana, cerca de 52 barracas sem esgotos ou outras condições sanitárias"*. A CM do Porto e a delegação de saúde não querem saber. Sucedem-se inquéritos e mais inquéritos dos higienistas, médicos, especialistas da planificação urbana, mas o balanço é quase sempre o mesmo. Uma situação perigosa excessiva que necessita de soluções e medidas firmes e radicais. Mas o eco destas constatações manifestava incapacidade em ultrapassar a crise e tudo não passava de promessas. Entretanto, os novos bairros não tardavam a tornar-se em novos "*ghettos*", tanto quanto ao valor das suas construções, quanto às suas caraterísticas propriamente urbanas (Gros, 1982, pp. 88-90).

Até Abril de 1974, o regime não criou condições para a elaboração de uma política coerente de habitação, quando muito, face aos movimentos reivindicativos, repetiam-se os discursos de promessas sobre a preocupante amplitude da crise de habitação dos grandes centros urbanos (Gros, 1982, p. 154).

No período imediato à revolução de 25 de Abril de 1974 ocorreram dezenas de ações populares, mobilizações sociais e manifestações que reivindicavam melhores condições de vida e que pretendiam trazer o problema da habitação para a ordem do dia (Cerezales, 2003; Bandeirinha, 2007; Pinto, 2008; 2013; Acciaiuoli, 2015). O exemplo mais expressivo destas ações ficou plasmado na ocupação de casas devolutas, o que se traduziu num dos fenómenos urbanos mais singulares desta época (Antunes, 2019, p. 9).

O mesmo autor afirma que, entre abril de 1974 e julho de 1976, foram também criadas 166 organizações comunitárias só na cidade de Lisboa, e que foi neste ambiente de participação ativa das comunidades locais que se criaram as condições ideais para a implementação de políticas de habitação que instigassem a participação direta da população. Depois da revolução de 1974, o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) foi a primeira política pública de habitação social em Portugal e ainda hoje é reconhecido como uma das medidas habitacionais mais vanguardistas decretadas no nosso país (Antunes, 2018).

Com o intuito de dar resposta às populações que se encontravam alojadas em situações precárias, o SAAL constitui-se enquanto serviço descentralizado. Através do suporte processual e técnico, prestado pelas brigadas que atuavam nos bairros degradados, foram-se construindo novas casas e novas infraestruturas, possibilitando melhores condições habitacionais às populações mais carenciadas (Agarez, 2018). O SAAL pretendia contribuir para a diminuição do número de bairros de habitações precárias, tendo rompido com diversos paradigmas das intervenções do Estado Novo e a sua metodologia rejeitava os processos tipicamente *top-down* e privilegiava uma abordagem *bottom-up*, que pretendia fomentar a governação de proximidade e a participação da população. Para tal, foram essenciais as brigadas ambulatórias que dependiam do FFH e eram compostas por equipas multidisciplinares[23] (Antunes, 2019).

Apesar dos elogios sobre as suas virtudes metodológicos e conceptuais admitidas nas décadas seguintes, o SAAL teve uma evolução conturbada e acabou por ser paralisado ainda em 1976, o que afetou a construção e a finalização de vários projetos alinhavados (Antunes, 2019, pp. 12-14). A este respeito, Nuno Portas afirma que o SAAL foi uma experiência inédita, complexa, frutífera e pioneira no contexto europeu, que propunha a constituição de brigadas técnicas lideradas por arquitetos que, em colaboração com as populações, tinham como objetivo enfrentar as prementes necessidades habitacionais de comunidades desfavorecidas em todo o país. Do levantamento das condições de vida ao apoio às comissões de moradores, do projeto arquitetónico ao acompanhamento dos processos de expropriação dos terrenos, as brigadas reinventaram a prática da arquitetura, projetando com os moradores e não para eles[24]. Quarenta anos passados sobre o início do SAAL, a sua marca continua a definir a malha espacial e social das cidades e dos bairros intervencionados e a convidar à reflexão sobre processos coletivos geradores de transformação social. Para muitas comunidades, o SAAL representou um importante passo no sentido de uma habitação condigna (Portas, 2014).

[23] As brigadas entravam em diálogo direto com as comissões de moradores, organizando-se em sessões de esclarecimento as tipologias habitacionais a serem construídas no novo bairro, de forma que estivessem de acordo com as expectativas da população que, em muitas situações, era convidada a participar na construção das casas e do bairro, num modelo de autoconstrução.

[24] Ativo até outubro de 1976, o SAAL concluiria nos seus vinte e seis meses de existência cerca de 170 projetos que envolveram mais de 40.000 famílias de Norte a Sul, incluindo os distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Lisboa, Santarém, Setúbal e Porto.

Nesta época, o FFH criou ainda alguns programas com vista ao apoio de todos aqueles que viviam em situações degradadas de alojamento, para a construção de habitações condignas, nomeadamente: o Impulso ao Cooperativismo Habitacional; a criação de um novo programa de apoio às Autarquias para a construção de habitação social; o novo regime de contratos de desenvolvimento para a habitação, financiando a promoção privada de habitação de custos controlados e o Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas. A maioria destes programas e intervenções, postos em prática nestes dois anos, com grande preocupação pelas questões sociais e urbanas, só assume visibilidade a partir de 1977 (Guerra *et al.*, 2001). De facto, o período de maior intervenção do Estado no domínio da promoção direta de habitação ocorreu entre 1974 e 1976, refletindo a vontade de implementar uma política de habitação que não se limitasse à resolução de carências de alojamento. Tratava-se de constituir um setor público de promoção habitacional direta e uma efetiva ação reguladora do Estado sobre as dinâmicas do mercado habitacional.

Outro aspeto a destacar neste período e que foi fundamental é a consagração constitucional do direito à habitação, conforme aludimos no capítulo anterior. A CRP foi basilar ao consagrar o direito à habitação, na linha da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No âmbito da revisão constitucional de 2001, o Art.º 65 foi alterado para "Habitação e Urbanismo" e o seu conteúdo reflete, atualmente, uma redação que incorpora questões como a habitação, o urbanismo e o ordenamento do território.

Essas alterações foram importantes, mas não de forma necessariamente vinculativa, clarificando como e quando o Estado deve atuar, como ocorre noutros direitos constitucionais. Além deste aspeto, são ainda de salientar as preocupações com a rede de transportes e de equipamentos sociais, assim como a necessidade de apoiar especificamente as "iniciativas das comunidades locais" (i. e., associações e comissões de moradores), a "autoconstrução", as "cooperativas de habitação" e, também, "políticas tendentes a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar"(Antunes, 2018).

A partir da década de oitenta registou-se um crescimento do protagonismo do poder local na promoção pública de habitação. Aliás, no quadro das políticas de promoção direta, esse é um dos dados mais significativos: a extinção progressiva dos grandes programas de habitação social, concebidos e promovidos pelo Estado Central, e o incremento das iniciativas locais de promoção de habitação social, em consonância com as dinâmicas de

descentralização do sector através da criação de serviços municipais de habitação, que assim assumiram progressivamente os poderes da Administração Central em termos de gestão, conservação e distribuição dos fogos de promoção pública (Santos *et al.*, 2014).

Dos programas que tiveram, nesta altura, maior impacto na sociedade portuguesa, destaca-se, efetivamente o já referido SAAL, que tinha como objetivo apoiar, numa lógica participativa, iniciativas dirigidas às populações mal alojadas que viviam em áreas degradadas, muitas delas no centro das maiores aglomerações urbanas do país (Nunes e Serra, 2003).

Até 1985, houve uma intensificação da intervenção pública direta e indireta na construção de habitação social. Construíram-se 44.511 fogos sociais, o que perfaz uma média de 5.560 fogos/ano. O maior número de construções ocorreu nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal e Faro, mas é de referir que, no ano de 1983, todos os distritos do país viram concluídas muitas construções de habitação social, provenientes dos vários programas na altura em curso. A primeira metade da década de 80 é de forte construção por parte do sector público, sofrendo uma queda a partir de 85.

Acresce, ainda, que as habitações construídas ao abrigo de programas de promoção indireta direcionaram-se sobretudo à classe média, com capacidade para aceder ao crédito à habitação, o que significa que as famílias destinatárias destes programas não foram necessariamente as mais carenciadas. Este facto fez com que poucas cooperativas de habitação ou empresas privadas tenham permanecido proprietárias das habitações construídas com apoios públicos. Pelo contrário, a quase totalidade desse parque habitacional foi vendido após a construção, pelo que, atualmente, a habitação social portuguesa é esmagadoramente de domínio público (Antunes, 2019).

Outro programa bastante marcante na história da habitação pública em Portugal foi o PER. De acordo com Antunes, este revelou-se como o programa mais importante da história da habitação pública portuguesa na medida em que pretendia claramente erradicar as barracas (bairros de lata) enquanto situações de indignidade humana (Antunes, 2019).

Em termos de construção, o PER permitiu a edificação, entre 1994 e 2005, de mais de 31 mil fogos (Guerra *et al.*, 2008), devendo ser assinalada a sua relevância, apesar de tudo, em termos de promoção de habitação social na segunda metade da década de noventa. Só entre

1996 e 1999 foram contratualizados cerca de 65% dos cerca de 35 mil fogos que perfazem o valor global de contratualizações (Santos *et al.*, 2014).

O PER foi um programa nacional que previa a demolição dos bairros de lata nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e realojamento das famílias que aí moravam. As intervenções foram desenvolvidas pelas Autarquias, mas passadas mais de duas décadas ainda não está concluído (Neves, 2018). Os mesmos autores afirmam que em agosto de 2016 o Provedor da Justiça recomendou ao Governo uma rápida revisão do PER considerando-o manifestamente desatualizado e a necessitar, urgentemente, de medidas corretivas.

Os bairros construídos no âmbito do PER:

> *"foram alvo de grande debate técnico, político e académico ainda no seu início (Guerra, 1994, 1999; Freitas, 1994, 1998; Pinto, 1994), assim como mais recentemente (Cachado, 2013; Serpa et al., 2018), com vários alertas para a excessiva concentração e homogeneidade social dos bairros construídos, assim como para a escassez de espaços públicos de qualidade, de equipamentos coletivos, de rede de transporte adequada, apoio social à população, entre muitos outros"* (Antunes, 2019).

A partir de 2002, a intervenção no âmbito da habitação social destinou-se a concluir alguns dos processos de realojamento social, tendo sido poucos os novos realojamentos sociais, ao contrário do que surgiu nas décadas anteriores (Agarez, 2018, p. 496).

Conforme salientado por (Matos *et al.*, 2020) a promoção pública de habitação desde 1974 até à atualidade, tem sido concretizada, essencialmente, através de Programas de Realojamento ou de Reabilitação, financiados pelo IHRU (cf. Apêndice C).

De acordo com Vilaça (2001) a criação de sucessivos programas de construção de alojamentos com fins sociais (habitações económicas, casas de renda económica, casas para famílias pobres, casas de renda limitada, casas para pescadores, casas do serviço social das forças armadas e muitos outros), envolvida por discussões ideológicas sobre as fontes de financiamento, os contornos do papel do Estado e de outras instituições, não respondeu às carências que, progressivamente, se iam acumulando. Para este autor, a questão da habitação permanece no esquecimento das políticas públicas, pela falta de financiamento e pela ausência de políticas, estratégias e planeamento (Vilaça, 2001). Baptista refere-se à habitação como *problema social e como problema sociológico* e acrescenta que a relevância da questão habitacional comporta várias subdivisões das quais a mais sujeita à visibilidade dos *media* parece ser a da habitação de iniciativa ou com participação pública (normalmente

designada como habitação social). E isto acontece porque estamos a lidar com populações que vivem no limiar da insolvência económica e de uma perfilada exclusão social. Há, pois, aqui um óbvio palco de discussão aberto em volta da temática da cidadania, resultante do pressuposto próprio das sociedades democráticas contemporâneas da necessidade de garantir os direitos sociais (Baptista, 2001).

A habitação social é de extrema importância no combate à pobreza e exclusão social e os fogos destinados a este regime revelam-se insuficientes para responder às famílias cujos rendimentos não lhes permite aceder a uma habitação condigna no mercado livre (IHRU, 2015). O parque da habitação pública corresponde a 118 mil fogos, cerca de 2% do parque habitacional nacional, que proporciona uma habitação a cerca de 113 mil famílias, o que corresponde aproximadamente a 270 mil indivíduos, ou seja, 2,5% da população portuguesa (Antunes, 2019).

De facto, muitas famílias não conseguem aceder a uma habitação adequada no mercado, sem que tal implique uma sobrecarga sobre o seu orçamento familiar, sendo esta a maior despesa do orçamento familiar. As carências de habitação em Portugal abrangem uma grande percentagem da população e são politicamente pouco valorizadas. A manutenção de altos níveis de pobreza e a instabilidade laboral atual geram situações de forte dramaticidade social que os *media* divulgam sempre como situações individuais e não como problema social a necessitar de intervenção rápida, pragmática e inovadora, aproveitando os atuais excedentes do mercado imobiliário (Guerra, 2011).

Durante várias décadas, as políticas de habitação orientadas para responder aos agregados familiares com graves carências habitacionais assentaram, essencialmente, na oferta habitacional concentrada em áreas urbanas específicas – os denominados "bairros sociais". Em muitos casos, este modelo contribuiu para fenómenos de periferização e homogeneidade social, tendo como resultado a segregação territorial e a continuidade ou, em certos casos, agravamento de dinâmicas de exclusão social. Um sinal indicativo deste ciclo é o facto de muitos dos moradores destes bairros, para os quais a carência habitacional foi, teoricamente, resolvida, permanecerem, décadas depois do realojamento, em situações de pobreza, desemprego, entre outras vulnerabilidades económicas e sociais.

Se por um lado existe a preocupação de minimizar as carências habitacionais quantitativas, por outro lado, torna-se essencial criar as condições para que os referidos bairros passem a

ser parte integrante e integrada das áreas urbanas onde se inserem. É urgente que os seus moradores possam beneficiar de uma melhoria que vá além da questão habitacional, e abranja de forma global as suas condições de vida. Para este fim, assume especial importância a implementação de intervenções com base em modelos de governança multinível e participativos e que promovam respostas integradas, ao nível das diferentes políticas setoriais (urbanas, transportes, educação, emprego, ação social, saúde, entre outras).

2.3. Configurações e tendências da habitação social em Portugal e na Europa: uma perspetiva comparativa

Whitehead e Scanlon (2007) apresentam-nos uma visão geral do setor de habitação social na Europa, permitindo relacionar os principais atributos e tendências observadas nos países da Europa Ocidental, nos quais a habitação é entendida como um elemento da política social.

Não existe uma conceção unificada de habitação social na Europa. Em alguns países, este tipo de habitação é amplamente acessível a todas as famílias (e.g. Áustria e Suécia), mas na maioria dos países é dirigida à população mais carenciada e que não consegue, pelos seus próprios meios, satisfazer a suas necessidades habitacionais (e.g. Holanda e Inglaterra) (Whitehead e Scanlon, 2007).

Portugal, apesar de a CRP considerar a habitação como um direito universal, também se insere no conjunto dos países que destina a habitação social às famílias mais desfavorecidas, ainda que uma parte significativa destas famílias não tenha efetivamente acesso a uma habitação de promoção pública. Ao mesmo tempo, os padrões de propriedade da habitação nos países da Europa do Sul contrastam com o observado noutras regiões da UE. Os baixos níveis de provisão de habitação social e os altos níveis de aquisição de casa própria são caraterísticas que definem o sistema de habitação dos países do sul da Europa (Allen *et al.*, 2004).

Conforme sintetizado no Apêndice D existem quatro dimensões que caraterizam e diferenciam os modelos e políticas de habitação social na UE: i) o tipo de ocupação; ii) as entidades com competência de promoção da habitação habitacionais; iii) os beneficiários (dimensão relativa aos critérios de elegibilidade e de prioridade); iv) os modelos de financiamento.

No que diz respeito ao tipo de ocupação e à sua distribuição geográfica nos Estados Membros da UE, o arrendamento está presente em todos os países, exceto na Grécia, ao passo que a habitação própria não está presente nos países do Norte da Europa nem na maioria dos países de Leste. A propriedade partilhada (em que os inquilinos adquirem uma parte da habitação e pagam uma renda pelo restante) tem sido o modelo cada vez mais adotado, por exemplo, no Reino Unido. Alguns países (Chipre, Grécia e Espanha) disponibilizam habitação social (habitação de baixo custo) para venda (Braga e Palvarini, 2013, p. 10).

Quanto às modalidades de promoção, a habitação social envolve várias entidades: autoridades locais, empresas públicas; associações e empresas sem fins lucrativos ou lucro limitado; cooperativas e, em alguns casos, investidores privados com fins lucrativos. As organizações privadas e sem fins lucrativos, em articulação com o setor público que regula e programa a provisão da habitação, têm vindo a envolver-se mais devido aos subsídios e ajudas financeiras. As Cooperativas também desempenham um papel importante em alguns países, nomeadamente na Austrália, Bélgica, Estónia, Alemanha, Hungria, Itália, Polónia, Portugal, Espanha e Suécia. Na Dinamarca e na Holanda a provisão de habitação social é uma função do setor privado sem fins lucrativos. Assim, as modalidades de gestão da habitação social são muito diversificadas e vão desde a gestão direta pela autoridade pública até à contratualização de serviços a uma empresa contratada temporariamente, sendo o modo mais comum exercido por organismos dedicados à habitação e mandatados pelo Estado.

Relativamente aos potenciais beneficiários de habitação social também se regista uma variação geográfica significativa. Em alguns países trata-se de um serviço universal, dirigido a todos os cidadãos em que o setor público desempenha o papel de regulador do mercado. Noutros países é direcionado apenas para as famílias que não apresentam condições para aceder ao mercado de arrendamento privado. O valor dos rendimentos são o critério mais utilizados para a elegibilidade para uma habitação social e em muitos casos a população alvo inclui especificamente as famílias mais vulneráveis. Em países como a Áustria, a França e a Alemanha o valor máximo de renda é definido de forma a abranger mais beneficiários, enquanto noutros países, com por exemplo a Itália, os níveis são muito baixos. São ainda utilizados outros critérios de elegibilidade, tais como condições da habitação, sobreocupação ou coabitação forçada e a prioridade concedida por exemplo grupos que incluem idosos, jovens, portadores de deficiência, famílias numerosa e refugiados (Braga e Palvarini, 2013, p. 11).

Por fim, os modelos de financiamento também assumem formas alternativas nos diferentes países membros da UE. Em alguns países o setor é maioritariamente financiado por recursos públicos, enquanto outros países recorrem a crédito no mercado financeiro. Os projetos de habitação são financiados de diferentes formas em quase todos os países membros da UE, incluindo empréstimos bancários, hipotecas, subvenções e empréstimos públicos, fundos privados de organizações de habitação e contribuições de inquilinos. Além destes, os municípios podem contribuir com financiamento ou ceder terrenos para construção de habitação social. Em geral o setor público apoia o setor da habitação com subsídios, empréstimos públicos, bonificações de juros e garantias apoiadas pelo governo. Em alguns países a habitação social é cedida diretamente pelas autoridades locais e os encargos financeiros podem ser total ou parcialmente suportados pelo orçamento municipal devido a transferências do orçamento nacional. Em países como Áustria, Itália e Luxemburgo é ainda de salientar a oferta de terrenos públicos para construção de habitação social (Braga e Palvarini, 2013, p. 11).

De acordo com as quatro dimensões acima analisadas e apesar das diferenças específicas de cada país, existem três elementos comuns do que constitui a habitação social nos Estados-Membros da UE: i. a missão de interesse geral; ii. o objetivo de aumentar a oferta de habitação acessível; iii. os grupos alvo definidos em termos de rendimentos ou presença de vulnerabilidades (Braga e Palvarini, 2013, pp. 8-9).

O sistema habitacional de cada país apresenta um caráter distintivo, refletindo as circunstâncias históricas locais. Neste sentido a revisão de literatura aponta duas perspectivas históricas da habitação social: abordagem de convergência e abordagem de divergência. A primeira sugere que, atualmente, há uma tendência para os sistemas de habitação social, com economias baseadas no mercado, assumirem um papel residual de rede de segurança, sustentando o mercado do proprietário-ocupante como dominante. Por outro lado, as abordagens da divergência sugerem que cada país encontrará o seu próprio caminho e que o peso da explicação não está no impacto local do capitalismo global, mas nas estruturas e práticas culturais profundamente enraizadas. (Scanlon *et al.*, 2014).

Um dos defensores da escola de convergência foi Harloe que referiu dois modelos predominantes de habitação social: o de massa e o residual. O modelo residual baseia-se na provisão minimalista para os menos abastados como um serviço de rede básica de segurança.

Por outro lado, o modelo de massa, implica um melhor padrão de provisão abrangendo "uma faixa de grupos de renda baixa e média, não apenas ou principalmente os pobres" (Harloe, 1995: 72, citado por (Scanlon *et al.*, 2014).

Autores como Edgar et al. (2002), Whitehead (2003) e Whitehead e Scanlon (2007) chegaram a conclusões que são consistentes com a visão expressa por Harloe sobre a tendência dos últimos trinta anos: desde meados da década de 1970, a mudança para uma versão contemporânea do modelo restrito e residual de provisão de habitação social, voltada para os pobres, tornou-se evidente em vários países: EUA, Reino Unido, França, Alemanha, Dinamarca e Holanda. País após país, o período foi marcado por um padrão comum - cortes profundos em novos investimentos; políticas de descentralização e tentativas dos governos de reduzir a sua responsabilidade política e financeira pelo setor (Harloe, 1995: 498, citado por (Scanlon *et al.*, 2014).

Ghekiere (2007), tendo por base o nível de intervenção no mercado imobiliário e a magnitude das missões que têm atribuído à habitação social, considera poder distinguir-se **três conceções de Habitação Social na Europa:** i. uma conceção residual: concebida para apoiar uma procura social limitada dos mais desfavorecidos e excluídos; ii. uma conceção generalista: também orientada para uma resposta social, mas estendida a todas as famílias com recursos limitados, contribuindo para influenciar o nível global da oferta de habitação, em especial em termos de quantidade e de preço; iii. uma conceção universal: que visa permitir que todas as famílias encontrem alojamento quer através de uma oferta complementar à do mercado, quer especialmente por uma regulação de todo o mercado imobiliário.

O Quadro seguinte apresenta as conceções e outras caraterísticas de habitação social nos Estados Membros da UE.

Quadro 6 - Conceções de Habitação Social nos Estados Membros da UE

Conceção Residual	Conceção Generalista	Conceção Universal
Social • Agregados familiares desfavorecidos • Grupos excluídos	**Social** • Agregados familiares desfavorecidos • Grupos excluídos • Agregados familiares de baixos recursos	**Global** • Qualquer agregado familiar
Missão		

Responder à exclusão do mercado imobiliário	Responder aos que têm dificuldades no acesso ao mercado imobiliário	Facilitar a todos, o acesso a uma habitação decente
Características do mercado de habitação		
• Forte predominância da adesão para a propriedade • Escassez do arrendamento privado que é desregulado	• Prevalência da adesão para a propriedade • Existência de um setor de arrendamento privado • Predominância do sector privado no mercado de arrendamento	• Fraca a adesão para a propriedade • Existência de um sector de arrendamento privado regulado • Predominância do sector social no mercado de arrendamento
Política de rendas		
• Rendas com base nos rendimentos • Assistência social para famílias	• Rendas fixas ou com base nos rendimentos • Ajudas pessoais para habitação (com base nos rendimentos)	• Rendas em função do custo • Ajudas pessoais (apoio) para habitação • Garantia de pagamento da renda aos mais desfavorecidos
Segurança de ocupação		
Arrendamento de duração indeterminada (sem termo) [1] para habitação social		
Classificação dos Estados-Membros		
Bulgária Chipre Estónia Hungria Irlanda Malta Letónia Lituânia Roménia Reino Unido [2] → Eslováquia	← Alemanha Áustria ← Bélgica Espanha (adesão) Finlândia → França → Grécia (adesão social/trabalhadores) Itália ← Luxemburgo ← Polónia Portugal República Checa Eslovénia	← Dinamarca Países Baixos Suécia

Legenda: Sentido da evolução recente: → →

Notas: 1. À exceção dos novos regimes de habitação social nos novos países membros ou onde o arrendamento é muito reduzido; 2. Apesar de um parque de habitação social significativo, existe o especializado que é orientado para pessoas em dificuldade.

Fonte: Elaboração própria, com base em Ghekiere (2007)

De acordo com esta perspetiva, o modelo europeu de habitação social pode ser classificado como universalista, generalista ou residual. O modelo universalista considera a habitação uma responsabilidade pública primária, mantendo o objetivo de proporcionar a toda a população uma habitação digna de qualidade e a preço acessível. Dos países que adotam este

modelo, a Suécia tem optado por empresas municipais de habitação, enquanto a Holanda e a Dinamarca optam por organizações sem fins lucrativos. Este modelo visa garantir a heterogeneidade social como forma de evitar a formação de guetos nas zonas urbanas e aumentar a coesão social (Braga e Palvarini, 2013, p. 12).

O modelo generalista considera que o mercado é o responsável pela alocação de recursos habitacionais para os indivíduos e, portanto, o seu propósito é satisfazer apenas a procura de habitação não atendida pelo mercado. Pode ainda considerar-se a existência de um modelo generalista quando a habitação é atribuída de acordo com o nível de rendimentos. Neste modelo o valor da renda da habitação tem um valor fixo. O modelo residual corresponde à orientação que privilegia a condição de vulnerabilidade na atribuição de habitação.

Estas diferentes conceções de habitação social, conjugadas e em parte resultantes de uma tradição histórica na área da intervenção pública na habitação, levaram à criação de parques de arrendamento social de dimensões muito variadas, conforme já referido. A repartição das competências no domínio da habitação entre as diferentes autoridades públicas também varia de um Estado-membro para outro. Há, no entanto, um forte movimento de descentralização das políticas de habitação das autoridades centrais em benefício das autoridades regionais e locais (Ghekiere, 2007).

Em toda a UE, a habitação social representa cerca de 32 % de todas as habitações, sendo a ocupação por proprietários a maior parcela. Isto levou à afirmação de que a Europa é agora uma "união de proprietários de casas" (Doling e Ford, 2007: 113, citado por (Scanlon *et al.*, 2014). Em países como a Áustria, Dinamarca, Inglaterra, França, Alemanha, Hungria, Irlanda, Países Baixos e Suécia, a percentagem de habitação social varia entre os 35% na Holanda e os 4% (após a privatização em massa) na Hungria. Na maioria dos países essa percentagem diminuiu nos últimos dez anos, assim como a disponibilidade de habitação social não acompanhou o ritmo geral (Whitehead e Scanlon, 2007). A França tem o maior parque de habitação social, com quase 4,25 milhões de alojamentos. A Inglaterra está em segundo lugar, mesmo após o declínio significativo, resultante da privatização (Whitehead e Scanlon, 2007).

No que diz respeito à Europa do Sul, Espanha, Itália e Grécia têm os menores fogos de habitação social de arrendamento na UE. O que distingue os quatro países da Europa do Sul

dos restantes, com altas taxas de habitação própria, é que todos eles têm um pequeno setor social de arrendamento. Em contraste, países da Europa do Norte, como Escandinávia, Alemanha e Holanda implementaram políticas baseadas numa alta proporção de habitação social de arrendamento (Allen *et al.*, 2004, p. 24).

Em todos os países, a procura por este tipo de habitação é alta, com longas listas de espera, pelo menos nas principais áreas urbanas. Whitehead e Scanlon (2007) atribuem este facto ao aumento dos preços da habitação, na maior parte da Europa, o que torna a aquisição mais difícil. Também o aumento das migrações, que tende a exercer pressão adicional sobre o setor do arrendamento privado e o agravamento da distribuição de rendimentos em muitos países, são apontados como causas para a crescente procura de habitação social.

No que diz respeito ao peso da despesa pública em políticas de habitação, os diversos países europeus investem de uma forma díspar. Deste ponto de vista as políticas de habitação podem ser agrupadas em quatro conjuntos de países:

i. nos Países Baixos, na Suécia e no Reino Unido prevalece uma intervenção do Estado, com investimento superior a 3% do PIB em políticas habitacionais;

ii. na Áustria, Dinamarca, França e Alemanha permanecem extensos setores de alojamento privado para arrendamento, de modo que a despesa pública com a habitação situa-se entre 1 e 2% do PIB;

iii. a Irlanda, a Itália, a Bélgica, a Finlândia e o Luxemburgo possuem um setor de habitação social relativamente diminuto, de modo que o investimento público com a política de habitação encontra-se circunscrito a aproximadamente 1% do PIB;

iv. por sua vez, Portugal, Espanha e Grécia possuem um setor mínimo de habitação social, situando-se o investimento público com a política de habitação abaixo de 1% do PIB (Parliament, 1996)[25].

[25] Em Portugal, no ano de 2015, existiam aproximadamente 120.000 alojamentos de caráter social, o que corresponde a pouco mais de 2% do parque habitacional total (INE, 2016), uma percentagem muito reduzida. Pittini *et al.* (2017) acrescentam que em Portugal 74% da habitação é ocupada por proprietários, o arrendamento privado representa 17%, o arrendamento social 2%, sendo que 7% correspondem a outras formas de utilização da habitação. A habitação social representa 3,3% do parque habitacional nacional. Disponível em: https://www.housingeurope.eu/resource-119/social-housing-in-europe

Hesterberg e Stiffler (2015b) referem, ainda, que não obstante as diferenças entre os vários países europeus, muitas das tendências e tensões são comuns e os debates atuais relacionados com a habitação na Europa incluem:

- necessidade de expansão da oferta de habitação, nomeadamente, habitação social;
- preocupações com a segregação, coesão social e imigração;
- perspetiva política da habitação social como bem inferior, ou seja, com alta concentração de criminalidade e comportamentos anti-sociais;
- destinatários da habitação social: moradores locais, ou migrantes;
- localização da habitação social;
- ênfase na criação de comunidades de posse mista (propriedade privada ao lado da habitação social) para melhorar o acesso dos destinatários aos serviços;
- papel da habitação social na intervenção junto de grupos mais vulneráveis [26];
- mecanismos de financiamento sustentáveis para melhorar a manutenção, regeneração e outros serviços prestados à habitação social (Hesterberg e Stiffler, 2015b, p. 37).

Os referidos autores terminam o seu relatório sobre a *UE em 2020 e a Questão da Habitação Social - uma avaliação crítica das políticas da UE Relativo à Habitação Social,* referindo que a habitação é uma das pré-condições necessárias à vida e que facilita o sucesso e execução de quase todos os outros empreendimentos humanos. Por isso consideram fundamental que a habitação de qualidade e acessível deve ganhar destaque nas políticas sociais da UE (Hesterberg e Stiffler, 2015b, p. 48).

Em Portugal, os municípios (ou as empresas municipais) gerem a maior parte da habitação social, sendo a restante parte gerida pelo IRUH, outros institutos e empresas públicas, cooperativas e Misericórdias. Geralmente esta modalidade de habitação destina-se ao (re)alojamento de pessoas com baixos rendimentos, com prioridade para vítimas de violência doméstica, portadores de deficiência, famílias monoparentais, idosos, pessoas sem abrigo e vítimas de catástrofes.

[26] A habitação para população com necessidades especiais ocupa uma percentagem crescente de novas construções em muitos países, de que são exemplos significativos a Dinamarca e a Holanda (Whitehead e Scanlon, 2007).

Atualmente, em alguns países, como é o caso de Portugal, o padrão residencial das minorias está a tornar-se uma questão política e a concentração de grupos particulares é vista como problemática. Há um crescente reconhecimento da tensão entre a disponibilidade de habitação social para residentes locais de longa data e para imigrantes com poucos laços locais (Whitehead e Scanlon, 2007).

De um modo geral, as tensões em toda a Europa são semelhantes e a ênfase é colocada em parcerias e comunidades mistas com preocupações específicas sobre a segregação e a posição das famílias vulneráveis. Enquanto há um crescente compromisso com a habitação social na retórica política, poucos países identificam novos fluxos de financiamento para assegurar o investimento necessário para a necessidade de habitação.

De facto, as políticas de habitação diferem nos diferentes países da Europa, e de acordo com o princípio da subsidiariedade, a UE não tem competências para legislar em matéria de habitação. Por outro lado, e embora a habitação conste da Carta dos Direitos Fundamentais da UE como um pilar europeu dos Direitos Sociais, conforme aludimos anteriormente, os textos da UE não reconhecem plenamente o direito à habitação condigna, uma vez que o mesmo não se torna operacional, ou seja, os cidadãos não têm pleno direito a uma moradia digna e a preços acessíveis (Oro e Roseta, 2020).

Em Portugal, em relação à habitação social, é apontada a intenção de aumentar o seu peso de 2% para 5%, ou seja, não se destinar apenas às famílias mais carenciadas, mas também àquelas com rendimentos intermédios que não conseguem aceder a uma habitação condigna no mercado. De acordo com Agarez (2018, p. 506). *"A intenção é passar de um modelo residual para um modelo generalista de habitação social"* no propósito de convergência com a UE, mediante um alargamento substancial do âmbito dos beneficiários da política de habitação e da dimensão do parque habitacional com apoio público. Mais concretamente, pretende-se passar de um modelo dirigido essencialmente para uma população mais desfavorecida (classificado como "Orientação Residual"), para um modelo que tem como universo potencial de beneficiários todos os agregados familiares sem acesso ao mercado, incluindo, por esta via, a população de rendimentos intermédios que não consegue aceder a uma habitação adequada no mercado, sem que tal implique uma sobrecarga sobre o seu orçamento familiar ("Orientação Generalista").

No entanto, se por um lado é importante o Estado aumentar a quantidade do parque habitacional, por outro lado, não menos importante, deve zelar pela qualidade. As políticas sociais de habitação que têm sido seguidas, nomeadamente a opção por construir grandes empreendimentos - bairros sociais - tem fomentado outro tipo de problemas relacionados com a integração e desenvolvimento social desses conjuntos habitacionais. Supostamente, a mudança para uma habitação social tem um impacto positivo na vida das pessoas realojadas, na medida em que de uma casa degradada ou situação precária passa a residir numa habitação com melhores condições. Mas, o que se tem verificado é que essa mudança não tem sido eficaz e tem conduzido a contextos habitacionais municipais sem qualidade.

CAPÍTULO 3 - DA HABITAÇÃO SOCIAL COMO SOLUÇÃO À HABITAÇÃO SOCIAL COMO PROBLEMA

A habitação social, enquanto modalidade de resposta a necessidades insatisfeitas em matéria de habitação por parte de grupos sociais sem capacidade de acesso ao mercado de habitação, tem originado muitos problemas. A literatura refere que o (re)alojamento de pessoas nesses bairros tem dado origem a outro tipo de problemas – segregação urbana e social, conflitos étnico-culturais e exclusão social, designadamente. Estas políticas, que visam resolver/colmatar uma necessidade básica humana e garantir um direito social, só em parte são resolvidas, originando outro tipo de problemas.

Nas sociedades democráticas a ação do Estado não é simplesmente uma forma de providência, mas deverá contemplar igualmente um exercício de cidadania e um meio de inserção dos grupos mais desprivilegiados, sem que tal implique numa acentuação, quer objetiva, quer subjetiva, da experiência de exclusão vivida pelos atores, devendo, para tal, reforçar o conjunto de laços sociais que caracterizam e definem essa mesma inserção (Augusto, 2000).

3.1. A habitação social como problema

Além das preocupações com a satisfação das necessidades humanas e o acesso à habitação como um direito, à construção, atribuição e gestão de Bairros de Habitação Social juntam-se outras dimensões, que se prendem com a integração e desenvolvimento social desses conjuntos populacionais. Cientistas sociais que se dedicaram ao estudo destas comunidades humanas há muito que vêm chamando a atenção para a necessidade das iniciativas de promoção de habitação social serem pensadas como programas de desenvolvimento social e não apenas como programas de construção de habitação.

Guerra (1994) assinalava que a habitação social está relacionada com a pobreza e com a marginalidade, uma vez que "*habitar nesses bairros é arriscar uma imagem de ser marginal, delinquente, indesejável*". Este facto verifica-se devido à população que integra estas comunidades pertencer a estratos socioeconómicos de menores recursos, baixas habilitações literárias e qualificações profissionais, e também, ainda que em proporções diversas, a minorias étnicas. No mesmo sentido, Augusto (2000) refere que a habitação social não tem contribuído para uma lógica nem de integração nem de inserção urbana dos grupos mais

desfavorecidos. A construção destes espaços surge geralmente de forma descontínua em relação ao crescimento urbano, criando sentimentos de segregação e de exclusão. A guetização é, em muitas situações, a principal consequência de todo este processo (Guerra, 1994). Para além de excluídos, ao converter os atores sociais em meros recetores de bens e serviços, os residentes estão afastados dos processos de decisão, isto é, desinseridos (Augusto, 2000).

Conforme referimos anteriormente, o PER, em 1993, foi uma resposta à escassez de habitação nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. No entanto já nessa altura eram conhecidos os problemas sociais criados pelos grandes empreendimentos de habitação coletiva geralmente construídos nas periferias das cidades[27], pois como Ferreira (1994, p. 8) assinalou desde a época em que se iniciou o realojamento massificado nos grandes empreendimentos de habitação coletiva que *"a tendência foi para a constituição de «guetos» sociais e a rápida degradação física e vivencial dos novos bairros"*. De acordo com o mesmo autor, *"os bairros de realojamento social sempre têm constituído problema"* pelo que se colocava a seguinte interrogação: *"valerá a pena o pesado esforço financeiro e institucional da construção de bairros sociais, rapidamente transformados em guetos onde as populações melhoram de abrigo, mas veem agravados os problemas económicos, familiares e de relações de vizinhança?"* e alertava*: "não podemos continuar a trabalhar e a investir para criar problemas, em vez de os solucionar"* (Ferreira, 1994, pp. 8-9).

Na época, a literatura caracterizava estes agrupamentos humanos como bairros estigmatizados, segregados dos serviços e da comunidade urbana, identificando como causas as condições sociais e económicas das populações aí (re)alojadas (famílias numerosas, atingidas pelo desemprego ou trabalho precário, particularmente vulneráveis ao comércio da droga e todos os fenómenos da exclusão social, com baixo nível de instrução, profissões desqualificadas), o modelo de *habitat* construído (uniformidade da arquitetura, materiais desvalorizados e escassez ou ausência de espaços públicos, equipamentos e infraestruturas) e ainda a gestão dos processos de conceção, construção, realojamento e administração dos bairros (processos burocratizados e tecnocráticos, desfasados das realidades e sem o envolvimento da população a realojar). No que diz respeito às propostas e medidas a adotar

[27] Sarcelles nos arredores de Paris, e na Itália nos anos 50/70, em Portugal os bairros camarários do Porto (anos 60) e mais tarde em Lisboa, os bairros de Chelas e Horta Nova são exemplos de situações e problemas sociais em bairros de realojamento (Ferreira, 1994).

para atenuar os problemas e melhorar as condições e vivências das famílias era então sustentada a necessidade de *"uma política social de habitação em vez da habitação social que temos tido"*, ou seja, seria preciso atuar de forma global e integrada em múltiplas vertentes, porque o realojamento por si só acarreta/cria outro tipo de problemas (Ferreira, 1994, pp. 9-10).

No mesmo sentido, Pinto e Gonçalves (2000) referem-se a estudos anteriores que indagavam já as razões pelas quais a população realojada em bairros sociais parecia demonstrar uma incapacidade intrínseca de alteração substantiva dos modos de vida, com completa ausência de projetos de mobilidade social, ao mesmo tempo que alimentava imagens e estigmas sociais tão graves acerca do seu local de residência como os que provavelmente tinha interiorizado no local onde anteriormente vivia. No referido estudo, as autoras interrogavam-se sobre o seguinte:

> *"como se explica que, uma vez concretizado o sonho mais acalentado das histórias de vida destas famílias, o ter uma casa, se reproduzam, muitas vezes se reforcem, as imagens negativas, os conflitos e os níveis de violência, se represente de forma mais negativa o seu espaço habitacional ao ponto de este agir como verdadeiro dispositivo de estigmatização, induzindo sentimentos e situações reais de exclusão social e segregação urbana?"* (Pinto e Gonçalves, 2000, p. 102).

O estudo em questão concluiu que existe de uma forte ligação entre a interiorização de uma imagem negativa e a perceção de dinâmicas de conflitualidade, gerando sentimentos de insegurança, práticas conflituais e atitudes de marginalização. Por outro lado, demonstrou, que:

> *"a interiorização de uma imagem negativa acerca do seu local de residência se repercute também na construção de uma identidade negativa, conduzindo a que o bairro atue enquanto verdadeiro dispositivo de estigmatização, acabando por se converter num contexto de exclusão social e urbana"*. (Pinto e Gonçalves, 2000, p. 111).

Assim, quer as representações sobre a imagem pública destes bairros, quer a conflitualidade ou a insegurança de que são alvo, convertem estes *"habitats em dispositivos estigmatizados e estigmatizantes que fortemente comprometem a constituição de identidades positivas"* (Pinto e Gonçalves, 2000, p. 111).

Nesta espiral de estigmatização podemos encontrar a chave de descodificação das complexas relações entre a estruturação de uma imagem pública negativa, as dinâmicas de conflitualidade percebidas e vividas e os sentimentos de insegurança associados, ou mesmo

decorrentes de tais dinâmicas. De facto, estas três dimensões cruzam-se nas representações e avaliações destes sujeitos com efeitos negativos sobre as práticas de apropriação dos espaços do bairro, a formação de referentes identitários e a capacidade de perspetivar projetos de vida capazes de diluir o vínculo de precariedade e de exclusão sociais (Pinto e Gonçalves, 2000). Pinto (1994) num estudo intitulado "o gosto pela casa e o desgosto pelo bairro" que teve como objetivo analisar se o realojamento em bairros sociais[28] se traduzia na melhoria efetiva das condições de vida e bem-estar dessas populações, concluiu que os residentes enfatizavam o gosto pela casa, mas o desgosto pelo bairro.

Para os autores que vimos referenciando os bairros sociais apresentam caraterísticas que os tornam espaços tipificados e que levam à estigmatização de viver num bairro social. Estes espaços, para além de desenvolverem um processo de exclusão pelo *habitat*, geralmente ficam associados a comportamentos desviantes, ou seja, dão lugar a uma "dupla exclusão". De um modo geral, os bairros sociais são, para além de espaços segregados e estigmatizados, lugares caracterizados por uma escassez de espaços de lazer e de sociabilidade. A habitação social acaba, portanto, por demonstrar uma dupla incapacidade, quer na construção de um espaço relacional, quer nas possibilidades de uma apropriação social deste espaço (Augusto, 2000).

A falta de intervenção social, em matéria de habitação, tem vindo a demonstrar a ausência de uma política de inclusão social verdadeiramente eficiente, que supere a visão e intervenção redutora, circunscrita à atribuição de uma habitação social, e que vise, por sua vez, o fomento da coesão social, a melhoria da qualidade de vida e da inclusão social dos moradores, bem como a participação cívica dos mesmos na preservação e manutenção dos espaços e na promoção de relações de vizinhança pacíficas, para que mutuamente possam cooperar e promover a mudança social e o desenvolvimento comunitário.

O papel da habitação como fator de integração social ficou comprometido quando nos processos de realojamento, após a construção de conjuntos de habitação social que ocorreram nas últimas décadas, se procedia a uma gestão administrativa, descurando-se a necessidade de uma intervenção social abrangente em termos socioeconómicos, culturais e urbanísticos. Assim, os graves problemas de exclusão social que, atualmente, caracterizam

[28] O estudo da autora reporta-se aos bairros da Horta Nova, Padre Cruz e zona N1 de Chelas.

os Bairros de Habitação Social parecem estar associados à ausência de uma verdadeira política social de habitação. De facto, em muitos casos estas respostas têm dado origem a *guetos*, ou seja, as políticas públicas em matéria de habitação em vez de serem uma solução têm dado origem a problemas, conduzindo à conceptualização destes contextos sociais como "*áreas urbanas desfavorecidas"; "bairros críticos"; "áreas urbanas deprimidas"; "populações desfavorecidas"; contexto de desvantagem social* - várias terminologias para uma mesma questão urbana e social.

Partir do pressuposto de que para uma população pobre basta um serviço pobre contribui não só para o empobrecimento generalizado de serviços congéneres ou do mesmo setor, mas sobretudo constitui-se na referência do atendimento público à pobreza (Rodrigues, 1999, p. 49).

A questão do realojamento é um problema social e os programas devem ser enquadrados em políticas urbanas pertinentes e incluir o conhecimento e a participação daqueles para quem se destinam os imóveis que são, naturalmente, os principais interessados (Guerra, 1994, pp. 11-12).

Em síntese, as iniciativas das políticas públicas concretizadas pelos programas de habitação social não têm respondido aos problemas emergentes, revelando-se como o que (Giuiliani, 2006) designa de situações sem qualidade, quando os códigos, as normas, as regras de regulação são invalidadas pelas situações concretas. Trata-se de situações socialmente desqualificantes e degradantes, "experiências negativas" na aceção de Goffman, (1991 [1974]: 370). No mesmo sentido (Butler e Noisette, 1983, p. 7) sustentam que a existência de um *habitat* especializado para populações pobres conduz a que "*le logement social n'est pas une réponse aux problèmes du logement, mais qu'il constitue l'un de ces problèms*".

3.2 Políticas e iniciativas públicas como resposta ao problema da habitação social

Se como Agarez (2018, p. 505) sublinha *"*[o] foco da intervenção das políticas públicas tem destacado os aspetos físicos da habitação, como o edificado, em detrimento das pessoas*"*, nas últimas décadas têm vindo a ser desenvolvidos alguns programas com o objetivo de responder aos problemas sociais, culturais e urbanos que afetam os bairros de habitação social.

A UE não tem estabilizado uma política de habitação comum, área da responsabilidade dos Estados membros, pese embora tenha produzido orientações sobre o assunto, bem como desenvolvidos alguns programas. Não tendo adotado uma política específica para as cidades no que respeita ao alojamento, a UE manifesta preocupações com a degradação de algumas zonas, o que se tem traduzido em várias iniciativas nas quais se incluem o lançamento de programas específicos de intervenção urbana que visam, igualmente, a intervenção urbanística e social em bairros de habitação social, de que são exemplos os programas URBAN I (1994 e 2000) e URBAN II (2001 e 2006) (Guerra, 2008, p. 54). Estes programas tiveram como objetivo promover o desenho e implementação de modelos inovadores para a regeneração económica e social das áreas urbanas deprimidas. A metodologia de intervenção centrada nas práticas de trabalho em parceria ficou consolidada e influenciou o modelo de gestão adotado na Iniciativa "Bairros Críticos"[29] que se destinava à qualificação de áreas urbanas que apresentavam "fatores de vulnerabilidade crítica, através de intervenções socioterritoriais integradas". Esta iniciativa teve um carácter experimental, porque não se estendeu a outros bairros, mas a experiência resultante das práticas nos três bairros inspira hoje outras intervenções formuladas à escala municipal (Afonso et al., 2013, citado por (Pato e Pereira, 2013). Este modelo criou as "Equipas Locais de Projeto" com a possibilidade de reforçar as condições para uma ação multidimensional (urbana, social, cultural…) e descentralizada (em partilha de recursos e decisões com as populações das áreas intervencionadas) (Pato e Pereira, 2013, pp. 9-12). Tratava-se de uma medida governamental que visava requalificar espaços urbanos que:

> "*pela concentração de problemas sociais, pelo desfavorecimento e menor capacitação das suas populações, pela concentração de grupos mais vulneráveis às diferentes formas de discriminação, pelo estigma social que lhes anda associado e pelo bloqueio de oportunidades (...) constituem o mais urgente desafio em termos de promoção da cidadania e da coesão social (...)*" (Resolução de Ministros nº 143/2005 de 2 de agosto).

A par deste modelo de planeamento e gestão de intervenções de reconversão descentralizadas observa-se igualmente, segundo Pato e Pereira (2013), o desenvolvimento

[29] Com o objetivo de desenvolver uma solução de qualificação de territórios urbanos que apresentavam fatores de vulnerabilidade crítica incidiu-se, de forma experimental, em três territórios: Cova da Moura (Amadora), Lagarteiro (Porto) e Vale da Amoreira (Moita). Esta iniciativa assentou em parcerias institucionais e locais, envolvendo 8 Ministérios (Presidência; Ambiente do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional; Trabalho e Segurança Social; Administração Interna; Saúde; Educação; Cultura e Justiça) e mais de 90 entidades públicas e organizações/associações locais, num modelo de gestão inovador.

de um outro modelo de gestão apoiada na supervisão à distância. Nesta lógica de intervenção e gestão em contextos urbanos e sociais críticos, segundo as autoras, na sequência da consolidação das parcerias locais, a conjuntura económica atual contribui para consolidar uma tendência de retirada das estruturas locais municipais dos bairros, tendência ligada ao processo de alienação de habitações em curso (Pato e Pereira, 2013, p. 12). A saída das estruturas locais significa também aumento da distância entre as estruturas de poder e as populações. No caso dos bairros sociais, os municípios concorrem a projetos de intervenção, mas mesmo quando logram obter financiamento para as operações de requalificação tendem a suportar-se nos parceiros locais. Esta supervisão exercida processa-se sobretudo à distância, sem contribuir para a redefinição de fronteiras, nos meios e nos interesses, assim como para a proteção contra as ações de curto alcance. Nos municípios inquiridos por estas autoras, os dados empíricos apontam para uma articulação com entidades externas dominada pela lógica da ação social. A delegação da liderança da gestão de proximidade no terceiro setor ou em entidades desconcentradas do Estado, mantém a relação entre município e moradores muito circunscrita às questões do edificado e à gestão das relações de vizinhança. Nos casos analisados, a entidade responsável pela gestão da habitação social realiza uma reunião anual com os moradores dos condomínios de prédios predominantemente municipais, promovendo outras reuniões cada vez que se "ativa" um programa específico de reabilitação ou de intervenção em espaço público imediato (Pato e Pereira, 2013, p. 13).

O Programa Bairros de Intervenção Prioritária /Zonas de Intervenção Prioritárias (BIP/ZIP) da CM de Lisboa, com base em Gabinetes de Apoio aos Bairros de Intervenção Prioritária[30] situa-se na primeira orientação. Esta iniciativa surge na continuidade da iniciativa Bairros Críticos de 2005, e o modelo de gestão coloca no centro as parcerias institucionais, que à semelhança das "Equipas Locais de Projeto" funcionam como estrutura de coordenação municipal[31]. O modelo vê nestas equipas a possibilidade de reforçar as condições para uma ação multidimensional (urbana, social, cultural…) e descentralizada (em partilha de decisões e de recursos com as populações das áreas intervencionadas) (Pato e Pereira, 2013).

[30] Estes gabinetes têm financiamento comunitário no quadro de operações de Regeneração e Requalificação Urbana (Afonso et al, 2013).

[31] O conceito "Bairro Crítico" para o programa BIP/ZIP envolve uma componente social, uma componente urbanística e parcerias entre a administração pública e a sociedade civil para as desejáveis operações de regeneração.

Entre 2011 e 2021, foram aprovados 392 projetos que, numa rede de parceiros com 647 entidades distintas e 2436 atividades, visaram resolver/minimizar os problemas sociais existentes nos bairros sociais. Atualmente, estes projetos estão também direcionados para o apoio às populações mais afetadas pela crise pandémica[32].

A Carta dos BIP/ZIP de Lisboa[33], aprovada pela Assembleia Municipal através da deliberação 15/AML/2011 tem os seguintes objetivos:

- melhorar a vida no bairro;
- promover competências e empreendedorismo;
- reabilitar e requalificar os espaços;
- promover a inclusão e a prevenção;
- promover a dinamização comunitária e a cidadania.

Como objetivos específicos pretende-se a promoção do desenvolvimento local, fomentando a cidadania ativa, a capacidade de auto-organização e a procura coletiva de soluções, através da participação da população na melhoria das suas condições de vida; contribuir para uma efetiva melhoria destes territórios e comunidades, de forma a permitir e reforçar a sua integração na cidade, sem discriminações no acesso aos bens e serviços que são devidos a todas as pessoas e criar um clima favorável ao desenvolvimento pessoal e à capacidade de iniciativa local.

Outra iniciativa pública com propósitos idênticos é o Programa Bairros Saudáveis. De natureza participativa, visa a melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis, nomeadamente nos bairros sociais. É um programa de pequena escala, através do apoio a pequenos projetos apresentados por associações, coletividades, organizações não governamentais, movimentos cívicos e organizações de moradores, em articulação com as autarquias, as autoridades de saúde ou demais entidades públicas. Visa sobretudo dar algum poder, no sentido de "poder fazer", a comunidades residentes e pessoas ou organizações intervenientes em territórios vulneráveis. O Programa financia, projetos

[32] Disponível em: https://bipzip.lisboa.pt/conhece-os-bipzip/programa-bipzip/index.htm
[33] Ver os bairros abrangidos em http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1296662615D3bGB5er5Wi19HJ6.pdf

apresentados por parcerias locais[34], através de procedimento concursal e que contemplem os seguintes objetivos: i) promover iniciativas de desenvolvimento local e de capacitação das comunidades locais, dando apoio material e institucional à auto-organização da população e à sua participação na melhoria das respetivas condições de vida e dos determinantes em saúde; ii) promover o desenho e a gestão participados na construção e requalificação de espaços públicos e/ou comuns mais seguros, inclusivos e saudáveis, que valorizem o desenvolvimento humano e a sustentabilidade ambiental; iii) eliminar barreiras ou fatores de discriminação, contribuindo para uma imagem positiva das diferentes comunidades que partilham o espaço local e combatendo informações falsas ou estigmatizantes (Oro e Roseta, 2020).

Trata-se de um programa que permitiu a realização de 16.344 ações de promoção da saúde nas mais diversas valências, nomeadamente diabetes e saúde alimentar e mental. Possibilitou ainda a concretização de 682 intervenções de melhoria do espaço público e promoção ambiental (limpeza, remoção de produtos tóxicos, equipamento e criação de hortas) e de 2.089 ações de educação ambiental.

Em matéria de habitação, o programa permitiu fazer pequenas intervenções em 677 habitações melhorando as condições de habitabilidade de 2.470 pessoas. Além disso, foi melhorada a acessibilidade a 164 pessoas com mobilidade reduzida, bem como o acesso a redes de água, saneamento ou energia a 121 habitações.

Nas palavras da coordenadora nacional, Helena Roseta, apesar de ser criado em plena pandemia teve um resultado bastante positivo verificando-se uma taxa de execução de 98%, tendo sido apoiadas 145 mil pessoas de norte a sul do país com um orçamento de 10 milhões de euros. "Conseguimos mostrar que, independentemente de haver programas e projetos com muito dinheiro público e até europeu em curso, pequenos programas como este, com 10 milhões de euros, podem ter impactos locais extremamente importantes" [35].

[34] A dotação do programa foi de 10 milhões de euros (2020-2021) e devido à pandemia a data de conclusão, na redação da Resolução do Conselho de Ministros 35-A/2023, de 27 de abril, é 30 de junho de 2023.

[35] Disponível em: Programa Bairros Saudáveis

O Programa Escolhas[36] é promovido pelo Alto Comissariado para as Migrações e tem como missão promover a integração social, a igualdade de oportunidades na educação e no emprego, o combate à discriminação social, a participação cívica e o reforço da coesão social e destina-se a todas as crianças e jovens, particularmente as provenientes de contextos com vulnerabilidade socioeconómica. Está estruturado em três áreas de intervenção:

(i) Educação, Inclusão digital, Formação e Qualificação;

(ii) Emprego e Empreendedorismo;

(iii) Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania.

O Programa foi criado em 2001 e na atual e 8.ª geração, foram financiados 105 projetos[37], em 68 municípios do território nacional, mobilizando mais de 900 entidades parceiras entre municípios, juntas de freguesia, agrupamentos de escolas, comissões de proteção de crianças e jovens em risco, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, associações de imigrantes, e instituições particulares de solidariedade social, entre outros[38].

Estas iniciativas são exemplos daquilo que tem vindo a ser realizado nesta área, mas que em muitas circunstâncias se trata de experiências piloto, que não se prologam no tempo, e das quais poucos resultados se conhecem. Aos constrangimentos financeiros acrescem [...] as dificuldades em intervir na alteração das condições de governança, associadas ao défice de enraizamento de uma cultura de democraticidade e o défice de modernidade na gestão e administração pública e privada (Rodrigues, 2005, citada por (Pato e Pereira, 2013).

Perante problemas urbanísticos e sociais reportados aos bairros sociais, normalmente com forte visibilidade mediática, os municípios respondem, realizando um movimento de maior presença no terreno e de aproximação às populações e parceiros, mas de forma descontinuada. As respostas de "caráter urgente" tendem a associar sobretudo a polícia e a ação social localizada, incidindo sobretudo sobre os sintomas e não sobre as causas (Pato e Pereira, 2013, p. 13).

---

[36] É um programa governamental de âmbito nacional, criado em 2001, tutelado atualmente pela Secretaria de Estado da Igualdade e Migrações.

[37] Nesta geração existem projetos em todos os distritos e Regiões Autónomas, exceto em Viana do Castelo e em todas as capitais de distrito, exceto Aveiro e Viana do Castelo. Na NUT Norte foram aprovados 30 projetos; NUT Centro - 19 projetos; NUT Lisboa – 38 projetos; NUT Alentejo – 11 projetos; NUT Algarve – 4 projetos e Regiões Autónomas – 3 projetos.

[38] Disponível em: http://www.programaescolhas.pt

Neste modelo de intervenção, a gestão do parque habitacional social surge como um subsistema do grande domínio da política de habitação local, enquanto a intervenção social se faz através de outros departamentos do organismo municipal (ação social, cultura, saúde e educação). Os bairros continuam a não ser prioridade política no plano operativo e a maior parte dos municípios revela práticas dissonantes no tempo e no espaço, sobretudo em contextos de urgência.

Moretti, reportando-se à experiência italiana, dá conta das ações de mediação social desenvolvidas nos Bairros de Habitação Social que têm como objetivo gerir questões relacionadas com a habitação, assim como prevenir e lidar com conflitos através do reforço das relações de vizinhança (Moretti, 2017). Esta intervenção foi realizada em alguns municípios no centro de Itália, na qual, ao longo dos últimos 20 anos, as áreas urbanas com maior concentração de habitação social são caracterizadas por múltiplos aspetos de desvantagem: habitação e alojamento inadequados, altos níveis de conflitos entre vizinhos e recursos e serviços insuficientes (Moretti, 2017). A autora reporta-se a problemas semelhantes aos que se verificam em Portugal, no que diz respeito à habitação, pelo que a mediação e o trabalho comunitário são "ferramentas" que muito podem contribuir para a resolução desses problemas, conforme foi verificado nos resultados apresentados.

Os programas e iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidos com o objetivo de responder aos problemas sociais, culturais e urbanos que afetam os Bairros de Habitação Social são, como se assinalou, o objeto do presente estudo, visando mapear e analisar de forma mais aprofundada iniciativas desenvolvidas com o intuito de responder de forma mais positiva e integrada aos problemas da habitação em Portugal.

CAPÍTULO 4 – ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E DESENHO DE INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Procede-se neste capítulo à apresentação da estratégia metodológica e desenho da investigação empírica.

A pesquisa consiste num processo de investigação que recorre a procedimentos científicos para encontrar respostas para um problema/questão, ou seja, é compreendida como um conjunto de ações que pretendem alcançar novas descobertas e estudos em determinada área. A pesquisa é definida como um procedimento racional e sistemático, cujo objetivo é proporcionar respostas para os problemas identificados (Gil, 1999). A investigação desenvolve-se por um processo constituído por várias fases, desde a formulação do problema até à apresentação e discussão dos resultados. Nesse sentido, podemos afirmar que a investigação tem como intencionalidade indagar algo a partir de uma problemática vivenciada e identificada no contexto social, tendo como objetivo responder às questões de investigação e à preocupação de produzir novos conhecimentos que possibilitem compreender/transformar a real condição do que se está a estudar.

Centrando a nossa atenção nas características do estudo desenvolvido, considerámos que a estratégia de investigação mais ajustada era de natureza qualitativa, pois é aquela que permite ao investigador envolver-se no processo de recolha de dados, no sentido de apreender o significado atribuído pelos participantes no estudo e compreender a sua perspetiva, utilizando a análise indutiva dos dados e descrevendo-os de forma significante, contextualizada e fiel à forma como foram recolhidos (Bogdan e Biklen, 1994).

4.1. Procedimentos de recolha de dados

A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, enfatiza mais o processo do que o produto e preocupa-se em retratar a perspetiva dos participantes. Bogdan & Biklen (1994) identificaram cinco características principais da investigação qualitativa:

1 - a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal;
2 - os dados recolhidos são na sua essência descritivos;
3 - os investigadores qualitativos interessam-se mais pelos processos do que pelos resultados. Não recolhem dados com o objetivo de confirmar ou infirmar hipóteses construídas

previamente; ao invés disso, as abstrações são construídas à medida que os dados particulares que foram recolhidos se vão agrupando;

4 - os investigadores qualitativos tendem a analisar os dados de forma indutiva;

5 - é dada especial importância ao ponto de vista dos participantes, ou seja, o significado é de importância vital na abordagem qualitativa (Bogdan e Biklen, 1994, pp. 47-50).

Todavia, salvaguardam que nem todas as investigações qualitativas têm de possuir todas as características e com igual eloquência. De acordo com (Flick, 2009a):

> "A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida, a crescente "individualização das formas de vida e padrões biográficos" e a dissolução de "velhas" desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida." (Flick, 2009a, p. 21)

Existem vários tipos e subtipos de desenhos de investigação qualitativa (Gómez, 2021, p. 10). Mas, como refere (Blaikie, 2000) a estratégia indutiva tem como finalidade estabelecer generalizações sobre padrões ou regularidades que existem nos dados obtidos, para serem usadas como padrões explicativos. Ao optar por uma estratégia de investigação do tipo indutivo não se pretende concretizar a explicação de um problema, mas antes compreender e interpretar a realidade em estudo, partindo de situações concretas e reais. Como (Blaikie, 2000) assinala, a estratégia indutiva inicia-se pela recolha de dados, seguindo-se a análise dos mesmos e o ensaio de generalizações que podem ser usados para explicar aspetos da vida social.

Nesta investigação procuramos mobilizar diversos métodos e procedimentos de recolha de informação, no sentido de estudar o mais profundamente possível a questão das intervenções e incitativas sociais e urbanísticas em Bairros de Habitação Social de gestão municipal. Adota-se, assim, um desenho de investigação empírica seguindo a lógica dos estudos de caso pela combinação entre a análise documental e entrevistas a atores institucionais, profissionais e informadores relevantes, ainda que não envolva o recurso a todo o conjunto de protocolos de observação típicos dos estudos de caso na sua aceção clássica (Yin, 1994).

Como procedimentos de recolha e análise de dados, o método de pesquisa utilizado, numa primeira abordagem, passou pela recolha e análise em profundidade das fontes documentais produzidas pelos municípios e disponível nos sites institucionais, nomeadamente folhetos de divulgação e relatórios de gestão e de avaliação de atividades, diagnósticos sociais, planos estratégicos de desenvolvimento social e urbano, notas de imprensa, relatórios dos resultados

de projetos ou atividades e outros documentos considerados relevantes e, numa segunda fase, como referido, pela realização de entrevistas.

4.2. Mapeamento das iniciativas municipais de intervenção social e urbanística em Bairros de Habitação Social em Portugal na atualidade

Numa primeira fase, a investigação empírica consistiu num mapeamento que permitisse identificar as iniciativas e programas de intervenção social e urbanística em contexto de habitação social municipal registadas no território de Portugal continental, abrangendo neste caso os 278 municípios do Continente.

Numa abordagem exploratória foram consultados os sites da Associação Nacional de Municípios, do IHRU, da Secretaria de Estado da Habitação e realizados alguns contatos pessoais com informadores privilegiados com participação em projetos neste domínio da habitação social.

Posteriormente, esta tarefa foi concretizada, fundamentalmente com recurso à informação institucional dos municípios portugueses. Procedeu-se deste modo à construção de uma base de dados com a sistematização da informação geral da política municipal de habitação, e informação disponível sobre iniciativas e programas de intervenção social e urbanística, desenvolvidas em contexto de habitação social. A base de dados resultante desta fase consta do Apêndice E (Base de Dados Política Municipal de Habitação e Habitação Social).

Nesta fase, complementarmente, realizou-se ainda uma pesquisa visando apurar a existência de informação relacionada com o Parque de Habitação Social Municipal. A ausência de referências relativa ao Parque de Habitação Social Municipal nos *sites* institucionais dos municípios, foi registada em 135 casos ("informação institucional do município sem referência ao parque de habitação social municipal" - SRPHS).

Numa segunda fase, após o mapeamento inicial dos 278 municípios de Portugal continental, procedeu-se a um cruzamento da informação apurada com os resultados da quarta edição do Inquérito à Caracterização da Habitação Social (ICHS) do Instituto Nacional de Estatística (INE), relativo ao ano 2015[39]. Esta operação permitiu identificar um conjunto de 38

[39] O INE realizou a quarta edição do ICHS em 2015. Esta edição do Inquérito incorporou, pela primeira vez, a informação das Misericórdias respeitante a 1290 fogos (1,1% do total). Os resultados apurados revelaram a

municípios sem registo de fogos de habitação social, e que estão identificados na base de dada elaborada com a referência "MSHS - Município Sem Habitacional Social" [40].

Nesta fase, foram também excluídos os municípios nos quais, apesar da existência de habitação social municipal, não foi possível apurar a existência de intervenções sociourbanísticas, ou devido ao facto de se tratar de iniciativas não sedeadas em bairros de habitação social.

Numa terceira fase foi efetuado um levantamento dos projetos aprovados no âmbito do Programa Bairros Saudáveis, criado pela Resolução do Conselho de Ministros 52-A/2020, de 1 de julho. Conforme referido capítulo 3, trata-se de um programa público (não municipal), de natureza participativa, para melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis. É um programa de apoio a projetos apresentados por associações, coletividades, organizações não governamentais, movimentos cívicos e organizações de moradores, em articulação com as autarquias, as autoridades de saúde ou demais entidades públicas, visando, sobretudo, estimular as comunidades residentes e pessoas ou organizações intervenientes em territórios vulneráveis para uma mobilização coletiva de melhoria do seu *habitat*. Dos 246 projetos aprovados para financiamento[41], em 83 casos não foi possível apurar com rigor se foram sediados em bairros de habitação social, porque na identificação do local de intervenção foi mencionada a Freguesia e não o local exato. Ainda assim, em vários casos é possível deduzir que se trata de aglomerados de pessoas a viver em situação de grande vulnerabilidade. Exemplo no concelho de Águeda, o projeto intitulado "Balneários/WC Comunitários" em que o local de identificação é a Freguesia Trofa, Segadães e Lamas do Vouga.

---

existência de cerca de 120 mil fogos de habitação social pertencentes aos municípios e a outras entidades proprietárias e gestoras de habitação social.
Principais resultados do ICHS: existiam em Portugal 120 mil fogos de habitação social inseridos em 26,2 mil edifícios; existiam 1157 fogos de habitação social por 100 mil habitantes; a habitação social representava 2% do parque habitacional total (fogos); a renda média mensal foi de 56€. Os contratos celebrados em 2015 (ao abrigo do novo regime de arrendamento apoiado) apresentam valores de renda médios mensais (113€) superiores aos dos restantes regimes; registaram-se 19,8 mil pedidos de habitação social.

[40] Alandroal, Alcoutim, Amares, Arraiolos, Avis, Belmonte, Boticas, Celorico de Basto, Estremoz, Ferreira do Alentejo, Idanha-a-Nova, Marvão, Mêda, Mira, Miranda do Corvo, Monchique, Mora, Oleiros, Pampilhosa da Serra, Paredes de Coura, Penamacor, Penedono, Penela, Portel, Proença-a-Nova, Resende, Sabugal, São Pedro do Sul, Sernancelhe, Serpa, Sertã, Sobral de Monte Agraço, Tábua, Viana do Alentejo, Vidigueira, Vila Nova de Foz Côa, Vila Nova de Poiares, Vila Velha de Ródão.

[41] 71 situam-se na Região Norte, 35 na Região Centro, 96 na Região de Lisboa e Vale do Tejo, 27 na Região do Alentejo e 17 na Região do Algarve.

As ações inscritas nos eixos de intervenção social e/ou urbanística correspondem a 236 projetos, ou seja, apenas 10 projetos se distribuem por outros eixos[42], o que evidencia as vulnerabilidades/dificuldades nas referidas dimensões. Estes 246 projetos estão distribuídos por 89 concelhos, a maior parte dos quais com vários projetos aprovados. Esta informação foi integrada na base de dados geral.

Estes projetos foram realizados por parcerias locais, que envolveram a participação de entidades promotoras e parceiras, num total de 1515 entidades. Deste total, 655 são associações e entidades privadas não lucrativas da economia social, 371 são autarquias, 108 são entidades do Sistema Nacional de Saúde, 136 outras entidades públicas, na maioria escolas, e 245 entidades informais (grupos e voluntários individuais). As entidades promotoras foram 249, todas do setor da economia social.

4.3. Seleção de projetos e iniciativas e acesso ao campo

Numa fase posterior, com vista à seleção de iniciativas e projetos a estudar e acesso ao campo foi efetuada uma primeira seleção dos municípios, tendo sido identificados 28 iniciativas/programas/projetos de intervenção social e urbanística. Neste processo de seleção foram definidos como critérios de exclusão: i. a inexistência de informação precisa sobre a natureza dos projetos e/ou sobre o seu desenvolvimento no contexto de bairros de habitação social; ii. projetos que se limitavam à existência de gabinetes locais de atendimento; iii. os projetos tendo como destinatários grupos específicos da população (e.g.: idosos) e sem referência a bairro social.

Nesta primeira seleção, foram identificadas, maioritariamente, iniciativas e projetos de caráter social com objetivo de intervenção social junto da população residente nos empreendimentos de habitação social. São iniciativas que pretendem, essencialmente, minimizar fenómenos de pobreza e de exclusão social e promover a mudança social com vista à capacitação e emancipação das pessoas residentes nos bairros sociais. De referir que algumas destas iniciativas e projetos mencionam como objetivos a melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida. Alguns estão ainda relacionados com a gestão

[42] 1 – ambiental e urbanístico; 1 – económico; 3 - saúde; 1 – saúde e ambiente; 2 - saúde, económico, ambiente e urbanístico; 1 – saúde e urbanístico; 1 – social e económico.

habitacional e projetos com recurso a diversas práticas artísticas, bem como projetos lúdico-pedagógicos, maioritariamente dirigidos a crianças e jovens.

Tendo em vista proceder à seleção das iniciativas a ser objeto de um estudo mais aprofundado, foi realizada uma análise a 28 iniciativas (cf. **Quadro 7**), com base em categorias emergentes dos dados empíricos e que numa perspectiva comparativa foi possível relacionar com categorias analíticas sugeridas pela revisão da literatura, tendo sido ensaiada uma tipologia de classificação dessas iniciativas segundo a lógica da amostragem teórica ou criterial, segundo o critério de variação máxima e de conveniência de acordo com Patton (2002) citado por (Flick, 2009b, p. 122).

Quadro 7 - Grelha de Análise das Iniciativas e Projetos Sociourbanísticos

Distrito/ Concelho	Entidade(s) promotora(s)	Tipo de intervenção	Grupos-alvo	Território de intervenção	Nome do projeto/objetivos
Aveiro/ Aveiro	CM de Aveiro	Conjunto de ações subordinadas a temáticas diversificadas, como a saúde, segurança, relações de vizinhança, família, gestão doméstica, economato e a horticultura a par de um conjunto de obras de reabilitação no sentido da adequação das habitações às reais necessidades dos inquilinos, da valorização do parque de habitação social, provendo os fogos de melhores condições de habitabilidade.	Moradores dos bairros sociais	Transversal aos Bairros de Habitação Social Nas obras de reabilitação foram abrangidos fogos do município nas urbanizações de Santiago, Cacia, Eixo e Cova do Ouro e Novo Empreendimento do Caião	Formar Pr'Habitar - objetivo a otimização dos recursos das famílias, o desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas competências sociais e pessoais, bem como a prevenção de comportamentos de risco.
Aveiro/ Mealhada	CM da Mealhada (articulação com recursos locais, do ponto de vista de materiais, equipamentos, instalações e ao nível da diversidade de técnicos)	Projeto de intervenção comunitária – Uma ação que se pretende sistemática, contínua e sustentada Ações de Sensibilização e de Prevenção	Residentes dos bairros sociais do concelho e famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade social e económica	. Bairros sociais do concelho	Gente do Meu Bairro - Pretende dar continuidade ao processo de reabilitação social, desenvolvendo ações de intervenção comunitária dirigidas aos seus residentes. O Programa SER + Família surge da necessidade de uma intervenção especificamente direcionada para a família, em situação de risco e/ou vulnerabilidade social e económica.
Aveiro/ Santa Maria da Feira	CM de Santa Maria da Feira - Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida (em parceria com o Centro de Assistência Social para a 3ª Idade e Infância de Sanguedo e a Cooperativa Casa dos Choupos)	Desenvolvimento de ações imateriais de inclusão social, promovendo uma abordagem para a inclusão ativa através da arte e da capacitação para a empregabilidade e para estimular os saberes endógenos da comunidade. O projeto MIDAS centra-se em 3 eixos de Intervenção: Inclusão pela Arte, Empregabilidade e Capacitação da Comunidade de Etnia Cigana. Gestão integrada das componentes sociais, jurídico-financeiras, de manutenção e conservação. Intervenção descentralizada e de proximidade, preconizada pela dinamização de 21 GAP.	Comunidades desfavorecidas identificadas no PEDU/ Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD) Os GAP prestam um serviço de atendimento/acompanhamento social à população residente e não residente no parque habitacional	Parque habitacional do município Canedo, Sanguedo, Comunidade da Baralha (acampamento cigano em Sanguedo), Fiães (Almeida Garrett) e de Lourosa (Cadinha)	Projeto MIDAS - Mudança para a Inclusão e Desenvolvimento Artístico e Social, que tem a duração de 36 meses. Objetivo: promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação. Gestão integrada que promovam a sustentabilidade social, económica e construtiva do parque habitacional de arrendamento social. Tendo por principal objetivo a promoção da inserção social e comunitária das famílias inquilinas. Gabinetes de Proximidade- Privilegiam uma política social de intervenção descentralizada e de proximidade por forma a contribuir para a inclusão económica e social dos grupos mais desfavorecidos.

Distrito/ Concelho	Entidade(s) promotora(s)	Tipo de intervenção	Grupos-alvo	Território de intervenção	Nome do projeto/objetivos
Braga/ Braga	CM de Braga	Projeto de intervenção comunitária com vista à integração social. Atividades artísticas e culturais, de âmbito interventivo	Habitantes dos bairros sociais (com uma maior incidência nas crianças e jovens)	Bairros sociais de Braga	(Re)Escrever o nosso bairro Objetivo: combater os estigmas e equívocos associados à imagem dos bairros sociais, propõe-se a criação de um reconhecer realidades e modos de vida dos bairros, expondo-os para a cidade de Braga; desenvolver mecanismos de mediação entre os habitantes e agentes locais, identificando problemáticas e potencialidades existentes; de capacitação artística como a fotografia e a construção de maquetas. Atividades artísticas participativas e multidisciplinares: "Diz-me Tu": Histórias Sócio-Espaciais; "Os monumentos do meu bairro": Oficina de Fotografia; "Construir o meu bairro": Oficina de Maquetas Colectivas; "Sons do meu Bairro": Oficina de Paisagens Sonoras; "Documentar o meu Bairro": Oficina de Vídeo; e "Transcrever Summer Lab": Práticas Sócio-Espaciais Brag@Brinca projeto com o objetivo de combater o analfabetismo, o absentismo escolar e as baixas qualificações e também incentivar a permanência na escola, promover a integração social das crianças e jovens de etnia cigana na sociedade maioritária, promover a cidadania e a participação cívica dos jovens na vida pública e ainda a aquisição de novos conhecimentos e diferentes saberes.
Braga/ Fafe	CM de Fafe (Equipa de Mediação Intercultural)	Intervenção multidisciplinar que pretende criar uma rede de trabalho que atue no sentido da criação de práticas integradas favoráveis à integração da comunidade cigana	Crianças e jovens comunidade cigana	Bairro da Cumieira	'Projeto Ei! – Educação para a Inclusão' e "Trilhos Interculturais". Estes projetos potenciam a integração social da população carenciada e o combate às suas principais vulnerabilidades, nomeadamente a pobreza e o desemprego. O objetivo é potenciar um trabalho com toda a comunidade desenvolvendo as suas capacidades contribuindo para o acesso à educação, sucesso escolar e prosseguimento dos estudos entre as crianças e jovens e facilitar o acesso aos serviços institucionais diversos, através de estratégias de mediação da sensibilização dos respetivos profissionais e desconstrução de preconceitos e estereótipos.
Castelo Branco/ Covilhã	CM da Covilhã e restantes parceiros do Programa Escolhas	Intervenção comunitária integrada (articulação com o Projeto do Programa Escolhas)	Bairros sociais	Bairros sociais das Freguesias de Tortosendo, Teixoso e Boidobra	Os GLAS funcionam em articulação com a intervenção que estes projetos desenvolvem nos bairros sociais. "Talentos E6G" promovido e gerido pela Beira Serra e na Freguesia do Tortosendo: "Ser Mais E6G" promovido pelo Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto e gerido pela Coolabora, CRL.

Distrito/ Concelho	Entidade(s) promotora(s)	Tipo de intervenção	Grupos-alvo	Território de intervenção	Nome do projeto/objetivos
Coimbra/ Coimbra	CM de Coimbra e restantes parceiros do Programa Escolhas	Inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos mais vulneráveis	Destinatários diretos: crianças e jovens entre os 6 e os 24 anos de idade	Intervenção nos bairros sociais na cidade de Coimbra, mais precisamente no Bairro da Rosa, Bairro do Ingote - União das Freguesias de Eiras e S. Paulo de Frades e no parque habitacional do campo do Bolão	Projeto Trampolim – E6G Objetivos: diminuir comportamentos de risco e promover estilos de vida saudáveis; fomentar a valorização e o interesse pela escola; contribuir para a transição na vida através da capacitação e/ou certificação de competências. Visa também a minimização das situações de pobreza, promoção da segurança alimentar, integração social e ocupação dos tempos-livres e requalificação do espaço urbano.
Faro/ Albufeira	CM de Albufeira	Gestão da Habitação social Intervenção comunitária	Inquilinos de habitação social	Bairro de habitação social	Administração dos Condóminos efetuada pelos moradores com apoio dos técnicos: reuniões de condomínios com os residentes de habitação social: que possibilitam a definição de regras sobre direitos e deveres dos moradores, bem como no que respeita ao envolvimento, ao nível da responsabilização dos moradores e das relações entre eles.
Faro/ Lagoa	CM de Lagoa	Atividades Lúdico-Pedagógicas- pretende aumentar o nível de autonomia das crianças e jovens. No período de férias escolares, o GIS passará mais tempo nos Bairros Municipais e possibilitará idas ao exterior (e.g., visitas, caminhadas, etc.).	Residentes nos bairros municipais.	Bairros municipais	Gabinete de Apoio ao Morador- Uma vez por semana, num período de 2 horas, os munícipes residentes nos Bairros Municipais terão a oportunidade de agilizar assuntos que dizem respeito aos apoios disponibilizados pela Unidade de Ação Social e Saúde. O GIS desenvolve em cada bairro atividades de cariz lúdico e pedagógico de forma organizada, planeada e estruturada.
Faro/ Loulé	CM de Loulé	Gestão Social	Inquilinos de habitação social		Ações/atividades de âmbito social: constituição de condomínios; elaboração de regulamentos de arrendamento e gestão habitacional; identificação e resolução de situações de sobrelotação e sublocação; promoção de programas de apoio ao nível de economia doméstica, higiene, alimentação, relações de vizinhança, entre outros.
Faro/ São Brás Alportel	CM de São Brás Alportel (em parceria)	Projeto de animação e de intervenção comunitária no Espaço Multiusos João Rosa Beatriz, localizado no Bairro Social	População residente no bairro social e na sua zona de influência, mas está aberto a toda a comunidade	Bairro social e zona de influência	Bem Me Quer - projeto contempla um conjunto diversificado de atividades facilitadoras do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos participantes, promover a ocupação dos seus tempos livres e combater o isolamento social. Esta iniciativa integra diversas atividades (como a Ginástica, as artes, as histórias e os contos, a culinária, os passeios, as sessões de informação, entre outras ações.

Distrito/ Concelho	Entidade(s) promotora(s)	Tipo de intervenção	Grupos-alvo	Território de intervenção	Nome do projeto/objetivos
Faro/ Silves	CM de Silves (esta iniciativa envolve cerca de vinte entidades locais)	Intervenção comunitária que pretende o envolvimento da população residente e visa a inclusão social através do Projeto de intervenção "O Bairro é Meu"	Residentes dos bairros sociais	bairros sociais	O Bairro é Meu! - O objetivo desta iniciativa é que sejam os próprios moradores a desenvolverem melhores condições de vida, e ainda se pretende "desconstruir" ideias estereotipadas, de modo a superar o estigma associado aos bairros sociais e combater a marginalização dos seus moradores. Visa promover a inclusão social dos residentes dos bairros sociais; celebrar a igualdade de oportunidades e o conhecimento dos seus residentes; lutar avidamente contra práticas e costumes de risco; entregar aos seus o que é seu.
Leiria/ Leiria	CM de Leiria (em parceria com a Associação INPULSAR – Associação para o Desenvolvimento Comunitário)	Projetos de intervenção local que passa por promover a inclusão social de crianças/jovens e suas famílias através de uma estratégia de intervenção social, assente em quatro eixos (apoio social a crianças; apoio ao processo escolar; integração social de jovens em risco; apoio a famílias), que potencie a emancipação dos próprios beneficiários.	Crianças/jovens e famílias residentes no bairro social	Bairro social	Giró Bairro -Projeto que tem como objetivos criar e desenvolver competências pessoais, parentais e sociais-relacionais; desenvolver rotinas e métodos de estudo; combater o abandono e insucesso escolar; facilitar a inserção social e laboral; contribuir para o fortalecimento da autoestima; fomentar a relacionamento interpessoal e interfamiliar dos residentes no bairro. Trovatore - Os Roma do Lis - projeto de natureza cultural e artística que utiliza a música como uma via para a socialização, promovendo a educação, a aquisição de competências e desenvolvimento de estratégias facilitadoras da integração social da comunidade residente em bairros de habitação social, em especial crianças e jovens.
Leiria/ Nazaré	CM da Nazaré (Gabinete de Gestão Municipal dos Bairros de Habitação Social)	Intervenção comunitária Espaço informal de partilha e reflexão, entre os moradores do Bairro Social	Moradores do bairro social	Bairro social	O Bairro à Conversa - espaço informal de partilha e reflexão, entre os moradores do Bairro Social, onde se procura encorajar os seus residentes a identificar e a refletir sobre os aspetos da sua experiência pessoal e comunitária, promover o diálogo crítico e o conhecimento sobre a comunidade onde estão inseridos e ajudá-los a desenvolver e a reconhecer as suas competências, como contributo para a promoção de uma identidade mais positiva.
Leiria/ Peniche	CM de Peniche	Gestão dos bairros sociais Acompanhamento ao realojamento e apoio à integração social das famílias	Inquilinos dos bairros sociais (famílias)	Bairros de habitação social	Gestão Social dos Bairros – Visa o acompanhamento ao realojamento e o apoio à integração social das famílias. São realizadas as seguintes ações: gestão social e patrimonial de toda a habitação social; execução de processos de realojamento, elaboração de planos de inserção e acompanhamento às famílias a realojadas; cálculos para definição e atualização das rendas das habitações sociais; atendimento e acompanhamento aos inquilinos, no âmbito das carências habitacionais e de outros problemas sociais diagnosticados; articulação e colaboração com outros serviços camarários e outras instituições, para sinalização e/ou resolução dos problemas identificados; articulação com redes de suporte primárias do e/ou com outros elementos da comunidade; visitas Domiciliárias; apoio psicossocial; informação sobre direitos e recursos e participação na gestão de condomínios.

Distrito/ Concelho	Entidade(s) promotora(s)	Tipo de intervenção	Grupos-alvo	Território de intervenção	Nome do projeto/objetivos
Leiria/ Pombal	Associação de Desenvolvimento e Iniciativas Locais de Pombal e restantes parceiros do Programa Escolhas	Intervenção comunitária integrada que envolve as áreas da gestão da habitação social, educação, saúde e ação social	Comunidade cigana residente nas áreas da gestão da habitação social	Áreas da gestão da habitação social	Projeto 3i's – Intervir, inovar e Incluir o projeto incide especialmente na promoção da escolarização e participação cívica dos membros da comunidade cigana através da promoção de oportunidades que reforcem as capacidades e os interesses de cada um.
Lisboa/ Lisboa		Intervenção comunitária BIP/ZIP - Bairros de Intervenção Prioritária e Zonas de Intervenção Prioritária	Residentes nos BIP/ZIP - Bairros de Intervenção Prioritária e Zonas de Intervenção Prioritária	Bairros de Intervenção Prioritária e Zonas de Intervenção Prioritária	Desporto Mexe Comigo- Este programa visa a inclusão social da população infantil e juvenil de Lisboa considerada em risco de exclusão social, preferencialmente residentes em Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária, através de um conjunto de atividades desportivas como modalidades coletivas, individuais, adaptadas e educação física.
Lisboa/ Odivelas	CM de Odivelas (Gabinetes de Intervenção Social)	Atendimento social de proximidade que se caracteriza pelo acompanhamento e intervenção	Famílias carenciadas que vivem no concelho de Odivelas, incluindo as recenseadas no PER	Bairros sociais	Os Gabinetes de Intervenção Social visam proporcionar e assegurar maior rapidez e eficácia no acompanhamento social das famílias carenciadas que vivem no concelho de Odivelas, incluindo as recenseadas no PER.
Lisboa/ Oeiras	CM de Oeiras	Intervenção social e desportiva	Crianças e jovens com mais de 7 anos de idade residentes no Bairro dos Navegadores, na freguesia de Porto Salvo	Bairro dos Navegadores, na freguesia de Porto Salvo	"Oeiras tem Kick" Projeto que visa contribuir para potenciar o sucesso dos alunos, reduzir o abandono escolar e constituir uma rede de apoio e interajuda que envolve as famílias, os atletas e a comunidade. Possibilidade de praticar Kickboxing nos tempos livres, não escolares.
Lisboa/ Torres Vedras	CM de Torres Vedras (diversos setores) financiamento assegurado pela CM	Intervenção comunitária de ação multidisciplinar em articulação com a requalificação de cinco blocos habitacionais	Moradores da habitação social do Bairro da Boavista/Olheiros	Bairro da Boavista/Olheiros	+ Boavista - Projeto implementado entre 2012 e 2014 que teve como objetivos: promover a participação ativa dos residentes na requalificação e manutenção dos edifícios, melhorando a qualidade de vida da população residente; assegurar a manutenção destes melhoramentos, implementando a criação de um condomínio organizado, gerido pelos próprios moradores; fomentar o desenvolvimento de um relacionamento mais forte entre vizinhos e um maior envolvimento pessoal e responsável nas tarefas de gestão do espaço.

Distrito/ Concelho	Entidade(s) promotora(s)	Tipo de intervenção	Grupos-alvo	Território de intervenção	Nome do projeto/objetivos
Lisboa/ Vila Franca de Xira	CM de Vila Franca de Xira (Divisão de Desenvolvimento Social)	Intervenção integrada que envolve as áreas da habitação, organização dos moradores/dinamização associativa, acompanhamento social às famílias, animação socioeducativa, dinamização sociocultural, educação, saúde, ambiente e integração socioprofissional Projeto a desenvolver com o apoio técnico especializado, na área das ciências sociais, por uma equipa multidisciplinar, durante 36 meses	População que reside e frequenta o Bairro Municipal do PER, da Quinta da Piedade	Bairros camarários, Bairro do PER, da Quinta da Piedade, na Póvoa de Santa Iria e da comunidade em geral	"ART FOR ALL – Inclusão pela Arte" – o projeto pretende promover a inclusão social através da arte. Abrange 13 atividades, gratuitas, que envolvem ações de capacitação, atividades de apoio à inclusão social (Oficinas Artístico-Culturais), campanhas de sensibilização, informação divulgação e promoção (cidadania ativa, bairro dos afetos, tertúlias da saúde, não sejas um peão na relação e igualdade em ponto pequeno), conceção de produtos, ferramentas e/ou materiais, seminários, workshops, ações de divulgação (Seminário do Bairro e Assembleia do Bairro). Gabinetes de Intervenção Local e Centros Comunitários - O objetivo é contribuir para melhorar a qualidade de vida das populações, através de uma intervenção integrada.
Porto/ Matosinhos	CM de Matosinhos	Intervenção comunitária (apoio ao sucesso educativo)	6.600 alunos moradores em bairros sociais de Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia (famílias com carências habitacionais ou problemas sociais)	Bairros do Concelho	MatosinhosHabit – o projeto engloba os apoios prestados à população mais vulnerável no acesso à habitação. O objetivo é proporcionar aos munícipes com carências habitacionais ou problemas sociais uma melhor integração na sociedade.
Porto/ Porto	CM do Porto e Empresa Municipal Domus Social	Gestão e mediação através dos seguintes Programas: Casa Como Nova: Programa de auto manutenção que procura envolver os inquilinos municipais no esforço de conservação do interior das habitações que lhes estão concessionadas, assegurando-lhes o acesso a materiais de maior procura a preços cerca de 75% mais baixos do que o preço de mercado. Porto. Importa-se - Este projeto procura ir ao encontro dos idosos em situação de isolamento que vivem nos bairros municipais do Porto. O conhecimento profundo da realidade desta população serve de base a um trabalho, realizado em rede, que transforma as políticas sociais, nomeadamente na área da habitação.	Inquilinos dos prédios municipais	Prédios municipais	ConDomus - projeto social que visa incrementar a participação dos moradores e a sua implicação na gestão dos espaços comuns; melhorar o uso e fruição das zonas comuns e espaços exteriores envolventes aos edifícios de habitação municipal; potenciar a conservação e manutenção do edifício municipal, prevenindo a sua deterioração e aumentar o grau de satisfação, comodidade e segurança dos inquilinos residentes em habitação municipal. O projeto subentende a implementação de um modelo de gestão e administração dos espaços comuns nos prédios municipais, com a participação dos inquilinos, modelo esse que pressupõe, não só a execução de um serviço de limpeza das zonas comuns, mas também e sobretudo, a gestão do espaço no seu todo. Como forma de consolidar o modelo descrito, é nomeado um interlocutor privilegiado, que fará a mediação entre os inquilinos municipais e a empresa municipal.

Distrito/ Concelho	Entidade(s) promotora(s)	Tipo de intervenção	Grupos-alvo	Território de intervenção	Nome do projeto/objetivos
Porto/ Valongo	CM de Valongo (em parceria com o Centro Social e Paroquial de Alfena, o Centro Social de Ermesinde e o Centro Social e Paroquial de Sobrado)	Ações de capacitação, sensibilização e workshops temáticos	Residentes em sete bairros sociais.	Sete bairros sociais.	O Meu Bairro Não Tem Paredes – o projeto tem como objetivo promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação.
Vila Nova de Gaia	CM de Vila Nova de Gaia (GAIURB, Empresa Municipal – Urbanismo e Habitação)	Projeto de intervenção psicossocial e comunitária através dos 28 Gabinetes de Apoio Social dinamizados por uma equipa de técnicos altamente qualificados, especializados na intervenção e acompanhamento social das famílias realojadas	Famílias realojadas	Parque habitacional social de Gaia. Em 2019 o Meu Bairro, Minha Rua foi implementado no Quarteirão da Biblioteca Municipal e chega agora ao Quarteirão de Quebrantões.	Meu Bairro, Minha Rua (28 gabinetes) - Projeto que visa contribuir para a criação de uma nova forma de viver em comunidade, através de um trabalho muito próximo das pessoas, das famílias e das instituições, procurando garantir que as suas preocupações sejam sinónimo de um processo de revitalização permanente e participado por todos. Este projeto integra duas áreas de intervenção que, embora distintas, são inevitavelmente indissociáveis: a área de natureza material, que engloba pequenas obras nos espaços públicos e a área de natureza relacional, que promove a coesão social e visa a criação de vínculos de confiança entre os cidadãos e as instituições.
Setúbal/ Almada	CM de Almada	Projeto de intervenção psicossocial e comunitária	Residentes nos Bairros de Habitação Social municipal	Bairros de habitação social Espaços exteriores do bairro de habitação social da Madame Faber na Trafaria	Habitar é Conservar - Projeto que visa a qualificação dos espaços exteriores do bairro de habitação social da Madame Faber na Trafaria de modo a: 1 - melhorar e qualificar espaços públicos nos territórios, criando condições para o desenvolvimento de atividades de animação sociocultural de cariz desportivo; 2 - melhorar a qualidade de vida urbana nos airros de habitação social, promovendo intervenções nos espaços exteriores que possam contribuir para a regeneração física e social das comunidades alojadas nestes bairros. A Minha Casa - Pretende-se promover a qualidade do espaço público divulgando e intervindo nas três componentes da requalificação urbana:1 - Regeneração urbana com o objetivo de intervir em edifícios em mau estado de conservação; 2- Áreas de Reabilitação Urbana; 3 - Conservação Urbana.

Distrito/ Concelho	Entidade(s) promotora(s)	Tipo de intervenção	Grupos-alvo	Território de intervenção	Nome do projeto/objetivos
Setúbal/ Montijo	CM do Montijo	Projeto de intervenção psicossocial e comunitária	Crianças e jovens, em situação de maior vulnerabilidade	Bairro da Caneira	Projeto Kont'@rte – E8G – o projeto promove e dinamiza atividades de valorização escolar, pessoal e social, integradas em 2 medidas estratégicas: Medida I – educação, inclusão digital, formação e qualificação: atividades de promoção da melhoria dos resultados escolares; atividades de promoção da corresponsabilização do/a(s) encarregado/a(s) de educação no processo educativo do/a(s) seus educandos/os(s) e atividades de promoção de competências digitais. Medida II - dinamização comunitária, saúde, participação e cidadania: atividades de promoção de hábitos de saúde e/ou estilos de vida saudáveis; atividades de promoção de competências de cidadania e atividades de promoção de competências artísticas e/ou culturais.
Vila Real/ Peso da Régua	CM do Peso da Régua e Programa CLDS	Projetos de intervenção comunitária que pretendem o envolvimento da população residente	Moradores do Bairro das Alagoas e do Bairro da Azenha	Bairro das Alagoas e Bairro da Azenha	Edifício Multiusos das Associações do Bairro das Alagoas – visa a realização de iniciativas de índole cívica, social, cultural e recreativa. CLDS 3G Peso da Régua - o projeto assentou na criação de condomínios informais. No Bairro da Azenha (bairro piloto desta intervenção) os moradores organizaram-se por entrada e, conjuntamente, definiram estratégias de limpeza e manutenção.

Fonte: Elaboração própria

Foram selecionados os projetos que evidenciavam maior diversidade das dimensões de intervenção junto das comunidades e residentes nos conjuntos de habitação social, sugerindo, à partida, maior potencial analítico, mesmo tratando-se de projetos e ações não decorrentes da exclusiva iniciativa dos municípios, mas dinamizados em parceria com entidades locais (associações culturais e/ou de desenvolvimento local) e Empresas Municipais. Assim, foi selecionada uma amostra de 16 municípios. Neste processo de seleção foram definidos como critérios de exclusão: i. o período de desenvolvimento dos projetos, não se considerando aqueles que tiveram lugar num período muito delimitado de tempo e/ou muito anterior ao período de realização do presente estudo e sem terem tido continuidade no tempo[43]; ii. os projetos cujos destinatários eram apenas faixas etárias especificas (crianças e jovens)[44], iii. os projetos que se limitavam a ações de gestão social ou administração de condóminos[45], iiii. os projetos que, pelo seu enquadramento em programas específicos (e.g.: BIP/ZIP, CLDS, Escolhas[46]) são objeto de monitorização e avaliação própria.

Estabelecido o contacto com os 16 municípios selecionados ao longo do período dedicado ao trabalho de campo, visando constituir uma amostra o mais ampla possível, alguns dos municípios, apesar da diversidade de diligências, não apresentaram disponibilidade para colaborar no estudo e noutras situações o contacto estabelecido permitiu apurar que os projetos previamente identificados não tinham lugar em bairros de habitação social, ficando, deste modo, a amostra final constituída por nove municípios a serem objeto de estudo mais aprofundado, respetivamente Aveiro, Braga, Covilhã, Leiria, Mealhada, Nazaré, Porto, Santa Maria da Feira e São Brás de Alportel.

[43] A título de exemplo refira-se o Projeto "+ Boavista" - Projeto implementado entre 2012 e 2014. Este projeto consistiu num programa de ação multidisciplinar, desenvolvido por diversos setores da CM de Torres Vedras, que levou a cabo um levantamento pormenorizado do edificado e das suas principais necessidades e uma recolha de informações junto dos moradores em habitação social localizada no Bairro da Boavista Olheiros.
[44] Situação registada nos concelhos de Fafe, Lagoa, Oeiras.
[45] A título de exemplo refira-se o caso de Albufeira em que o projeto incidia na Administração dos Condóminos efetuada pelos moradores com apoio dos técnicos: reuniões de condomínios com os residentes de habitação social: que possibilitam a definição de regras sobre direitos e deveres dos moradores, bem como no que respeita ao envolvimento, ao nível da responsabilização dos moradores e das relações entre eles.
[46] Situação registada em Lisboa, Peso da Régua e Pombal.

4.4. Análise documental dos projetos e iniciativas selecionadas

Numa primeira abordagem ao estudo dos projetos e iniciativas selecionadas, procedeu-se ao levantamento e análise de fontes documentais, nomeadamente programas e projetos que consubstanciam as iniciativas em estudo, relatórios, planos de atividades, outras fontes documentais, nomeadamente notícias de divulgação de ações e atividades relacionadas com os projetos e iniciativas publicadas em sites de jornais, rádios e redes sociais.

Além das fontes documentais de diversos tipos, anteriormente referidas, também foi solicitada documentação adicional no primeiro contato de pedido de colaboração nesta investigação.

A análise realizada, numa primeira abordagem, passou pela leitura, elaboração de sinopses das fontes documentais e notas reflexivas (Flick, 2009a, p. 25).

4.5. Preparação e realização de entrevistas aos atores envolvidos nos projetos e iniciativas em estudo

Um dos procedimentos de recolha de informação foi a entrevista com pessoal dirigentes e outros profissionais, entre os quais assistentes sociais e membros de organizações da rede de parceiros ou outros atores envolvidos, considerados informadores privilegiados. Para o acesso ao campo, atendendo às dimensões de análise e aos objetivos da investigação, foram elaborados os guiões para apoio nas entrevistas[47] aos atores envolvidos nas iniciativas em estudo (cf. Apêndice F). As entrevistas tiveram como objetivo complementar a recolha de informação substantiva sobre projetos e iniciativas em estudo, o esclarecimento de dúvidas suscitadas aquando da análise das fontes documentais, bem como o ponto de vista dos atores, designadamente sobre as lógicas e estratégias de ação de presentes, avaliação e perspetivas futuras na política municipal de habitação social. Em todas as entrevistas foi obtido o consentimento informado e autorização de gravação.

As entrevistas qualitativas podem variar quanto ao grau da sua estruturação. Mas atendendo ao problema e ao objetivo do estudo foi utilizada uma entrevista semi-estruturada, ou semi-diretiva, para obter dados sobre aspetos mais particulares (Bogdan e Biklen, 1994). Muitos

[47] A construção dos guiões de entrevista foi adaptada a cada caso tendo em consideração os dados e informações recolhidos no Mapeamento e não descurou o consentimento informado a apresentar aos diferentes atores a entrevistar.

autores consideram a entrevista como técnica por excelência na investigação social. Ela permite ao pesquisador extrair grande quantidade de dados e informações, apresentando-se como a técnica mais indicada, atendendo ao cunho descritivo e interpretativo do estudo. A entrevista semi-diretiva é aquela que permite obter dados com *"(...) um controlo mínimo do processo de memorização e uma liberdade de expressão máxima, deixada ao narrador"* (Poirier *et al.*, 1999) e também pela complexidade da problemática em estudo. Assim, a entrevista pode definir-se como um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação natural. A entrevista é uma fonte de informação acerca de aspetos não observáveis, que permite obter um conhecimento mais profundo de uma dada situação. É um modo de obter informação das perspetivas dos seres humanos a respeito de um assunto ou fenómeno. O êxito de uma entrevista depende de muitos fatores, sendo de referir a sua preparação, a qualidade do entrevistador e o carácter do entrevistado. (Poirier *et al.*, 1999) consideram que, no decurso da entrevista, a atitude *do investigador deve ser de escuta atenta, de empatia e de exploração, sem qualquer a priori.*

Foram realizadas 12 entrevistas com os atores envolvidos: pessoal dirigente e outros profissionais, dirigentes de associações e outras organizações da rede de parceiros com intervenção nos bairros.

4.6. Análise Qualitativa de Dados

Após a transcrição e leitura, na íntegra, de todas as entrevistas realizadas, foi utlizado o software MAXQDA para codificação e organização da informação e posterior codificação e análise. A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de informação e pode integrar-se nos diferentes níveis de investigação empírica e pressupõe a dinamização de um conjunto de procedimentos que permitam assegurar a sua fidedignidade e validade (Vala, 2014, pp. 104-109). A par da codificação das entrevistas procedeu-se, de forma integrada, à codificação das fontes documentais, quer numa perspectiva de complementaridade e ampliação dos dados empíricos, quer, simultaneamente, na perspetiva da sua triangulação (Flick, 2005: 231).

Quadro 8 - Sistema de Codificação das Entrevistas

Sistema de Codificação
A. Parque habitação social e distribuição territorial
B. Âmbito de intervenção municipal na habitação
Histórico da iniciativa
Políticas de habitação e intervenção social e urbanística
Problemas diagnosticados
Enquadramento organizacional
Financiamento
C. Principais domínios e eixos de intervenção
D. Lógicas de ação e estratégias de intervenção
Trabalho em parceria
Participação
Outras
E. Avaliação e monotorização
F. Perspetivas quanto às políticas habitação e intervenção social e urbanística

Fonte: Elaboração própria com base no Software MAXQDA

Esta tarefa pressupõe um carácter descritivo, no sentido de relatar a informação recolhida e um cunho interpretativo. Nesta perspectiva, como refere (Vala, 2014, p. 104), a análise de conteúdo permite inferências sobre a fonte e a situação em que esta produziu o material objeto de análise. O material sujeito à análise de conteúdo "*é concebido como o resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir um modelo capaz de permitir inferências sobre uma ou várias dessas condições de produção"*. Trata-se de desconstruir o discurso e reescrevê-lo através de um processo de localização-atribuição de traços de significação (Vala, 2014, pp. 104-105).

A análise de conteúdo das entrevistas implica procedimentos ou fases, que embora variem consoante os autores, registam unanimidade na distinção de três etapas essenciais para a sua operacionalização: a pré-análise, a exploração e tratamento de dados e a interpretação, tendo presente que esta última fase constitui o cerne da investigação qualitativa (Flick, 2009a, p. 179).

Consideraram-se, igualmente, as notas de campo, registadas em contexto das entrevistas e contactos diretos com alguns dos contextos estudados, objetivando a experiência e pensamento e reflexão ocorrido no decurso de recolha dos dados (Bogdan & Biklen, 1994, p.150).

O trabalho de análise considerou igualmente a triangulação de dados enquanto procedimento que permite ao investigador deter uma maior credibilidade e validade na sua pesquisa a partir das informações recolhidas e provenientes das diversas técnicas e instrumentos, pois como Flick (2005: 231) menciona "[a] triangulação pode ser um processo de sustentar melhor o conhecimento obtido com os métodos qualitativos, ou seja, ampliar e completar a produção do conhecimento". (p. 231).

CAPÍTULO 5 – CARATERIZAÇÃO E ANÁLISE DAS INICIATIVAS SOCIO URBANÍSTICAS EM BAIRROS DE HABITAÇÃO SOCIAL

De acordo com o objeto de estudo este capítulo visa a apresentação, descrição, caraterização e análise detalhada das iniciativas sociourbanísticas em Bairros de Habitação Social nos municípios de Aveiro, Braga, Covilhã, Leiria, Mealhada, Nazaré, Porto, Santa Maria da Feira e São Brás de Alportel.

Aos municípios cumpre programar e executar as respetivas políticas municipais de habitação, identificando as carências habitacionais, quantitativas e qualitativas, bem como as suas dinâmicas de evolução, com vista a assegurar respostas apropriadas no âmbito das políticas municipais ou intermunicipais ou, ainda, no quadro de programas nacionais.

Assim, com base nas entrevistas realizadas aos profissionais/responsáveis municipais, na consulta e análise de relatórios de atividades, de projetos e outros documentos considerados relevantes, tais como Estratégia Local de Habitação (ELH), Planos estratégicos, redes sociais dos municípios ou de entidades parceiras dos mesmos, apresentamos o estudo qualitativo, abordando em cada iniciativa as seguintes dimensões:

- parque habitacional e distribuição territorial, com indicação da localização (freguesia/bairro ou lugar) onde se situa e número de fogos geridos pelo respetivo município, entidade parceira ou EM;
- âmbito de intervenção municipal na habitação (orientação geral da política de habitação e intervenção social e urbanística, tipo de intervenção, problemas diagnosticados, enquadramento organizacional e financiamento);
- domínios e eixos de intervenção sociourbanística nos Bairros de Habitação Social (descrição das iniciativas, dos programas e projetos dinamizados nos respetivos concelhos;
- lógicas de ação e estratégias de intervenção (trabalho em parceria e participação);
- avaliação e monitorização;
- perspetivas quanto às políticas de habitação e intervenção social e urbanística.

Nos subcapítulos seguintes apresentam-se as iniciativas e projetos dinamizados nos bairros sociais dos nove concelhos que constituem a amostra do estudo.

5.1. Aveiro

5.1.1. Parque habitacional e distribuição territorial

O concelho de Aveiro localiza-se na Região do Centro (NUT II) e do Baixo Vouga (NUT III), está subdividido em 10 freguesias ou União de Freguesias (UF) e conta com uma população de 80 954 habitantes (Censos 2021). De acordo com informação disponível[48], o património habitacional do município é composto por um conjunto de 586 fogos, disseminados por várias freguesias:

Tabela 1- Parque Habitacional do Município de Aveiro

Freguesia/União de Freguesias	Bairro / Lugar	Nº de Fogos
Freguesia de Esgueira	Bairro Social da Bela Vista	7
	Bairro Social do Paço	2
	Urbanização de Mataduços	10
	Pré-fabricado Agras do Norte	2
	Urbanização de Taboeira	10
Freguesia de Santa Joana	Bairro Social da Cova do Ouro	5
	Bairro Social do Caião	7
	Novo Empreendimento do Caião	9
	Bairro Social da Quinta do Griné	5
União das Freguesias de Eixo e Eirol	Urbanização de Eixo	20
	Bairro Social de Eixo	5
	Urbanização de Eirol	5
Freguesia de São Jacinto	Urbanização de São Jacinto	25
	Bairro Social de São Jacinto	1
União das Freguesias de Glória e Vera-Cruz	Bairro Social de Santiago	4
	Bairro Social da Misericórdia	5
	Urbanização de Santiago	433
Freguesia de Aradas	Urbanização da Quinta do Canha	5
Freguesia de Oliveirinha	Urbanização de Quintãs	6
Freguesia de Cacia	Urbanização de Cacia	20
	Total	**586**

Fonte: www.cm-aveiro.pt/servicos/habitacao-social/patrimonio

[48] Disponível em: www.cm-aveiro.pt/servicos/habitacao-social/patrimonio

Conforme podemos verificar na tabela anterior, e de acordo com a Chefe da Divisão de Ação Social e Saúde da CM de Aveiro (Entrevista CM Aveiro, Pos. 17), estas 586 habitações estão inseridas em 20 bairros, distribuídos por 8 das 10 freguesias do concelho, atribuídas em regime de arrendamento apoiado.

A maior concentração de habitações sociais observa-se na UF de Glória e Vera Cruz (442 fogos), onde estão implantados o Bairro e a Urbanização de Santiago[49] e o Bairro da Misericórdia. Conforme se pode verificar na figura seguinte o Bairro de Santiago é conjunto de grande dimensão composto por trinta e cinco edifícios multifamiliares em banda de quatro pisos, com fogos T2, T3 e T4, e frações não habitacionais no piso térreo, formando quarteirões abertos[50]. Quando foi construído, no âmbito de um grande plano de promoção de habitação pública estatal, a localização era periférica, mas com o crescimento foi integrado no núcleo urbano da cidade de Aveiro. Atualmente, trata-se uma área urbana onde coexistem habitações municipais, do IHRU, bem como habitação privada, sendo a maioria dos prédios de propriedade mista.

Figura 7 - Bairro de Santiago - Aveiro

Fonte: Mota, José Carlos, (2019). Comunicação – "Santiago, num bairro (periférico) de uma cidade". Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Território – Universidade de Aveiro

[49] Com a revisão do III Plano de Fomento para o período de 1971/73, da responsabilidade de Ex Fundo Fomento Habitação – FFH, Aveiro foi selecionado como área de intervenção prioritária em termos de habitação social, tendo dado origem ao PIAS – Plano Integrado Aveiro Santiago. A edificação do Bairro de Santiago – PIAS, com início em 1983, pelo FFH, surgiu para dar resposta a um conjunto de necessidades habitacionais que, em certa medida, emergiram da concentração populacional resultante do alargamento da rede viária e surto migratório (campo-cidade/interior-litoral), bem como pela criação de alguns equipamentos ligados à área da educação, do desporto e da juventude a partir de meados da década de 70. Assim, foram-se concentrando famílias em Aveiro, cuja precariedade dos alojamentos intensificaram a existência de "ilhas" e "pátios" para além das já existentes na cidade (cf. PAICD, pp.17).

[50] Disponível em: www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=30864

Na Urbanização de Santiago, a CM de Aveiro é a proprietária maioritária em todos os blocos (cf. PAICD, p.16).
Os fogos dos empreendimentos de habitação social do Bairro do Caião e do Bairro Social da Quinta do Griné pertencem, na grande maioria, ao IHRU. Estes empreendimentos têm uma dimensão relativamente grande, no entanto, a CM de Aveiro é proprietária de um número de habitações reduzido (7 e 5, respetivamente).

No ano de 2015, os empreendimentos de HS no concelho eram constituídos por um total de 1 127 fogos, número que integrava as habitações propriedade do município (595) e do IHRU (516), atribuídas em regime de arrendamento apoiado. Os restantes imóveis respeitavam a propriedade privada (239), resultante da respetiva aquisição por moradores ou decorrentes de processos de expropriação (cf. PAICD, p.8).

De acordo com a informação prestada pela Chefe da Divisão de Acão Social e Saúde da CM de Aveiro (Entrevista CM Aveiro, Pos. 19), o número de habitações municipais tem vindo a diminuir ligeiramente[51], fruto da política de atribuição em regime de propriedade resolúvel e da alienação de imóveis.

Alguns dos bairros localizam-se nas zonas mais centrais da cidade, como o Bairro de Santiago. Outros situam-se em zonas mais periféricas, normalmente constituídos por 10-20 habitações, que têm na sua origem o propósito de responder às necessidades habitacionais de cada freguesia (Entrevista CM Aveiro, Pos. 17).

A partir de 2009, o ano da construção do empreendimento de habitação social mais recente, a CM de Aveiro dispõe de outras opções no quadro da política municipal de habitação, como habitações multifamiliares e unifamiliares, que além de dispersas por outras áreas geográficas, resultaram de programas diferentes, nomeadamente em regime de propriedade resolúvel, através dos quais os arrendatários puderam tornar-se proprietários da sua habitação, com o pagamento de prestações mensais.

O período de maior investimento na construção de Bairros de Habitação Social ocorreu na década de 80 e 90, da responsabilidade do IHRU, com a construção e gestão de empreendimentos em Santiago, Griné e Caião. Desde esse período, a promoção de habitação

[51] Cf. PAICD, pp.8 disponível em:
www.cm-aveiro.pt/cmaveiro/uploads/writer_file/document/132/06___paicd_e_anexos.pdf

social em Aveiro sofreu uma acentuada quebra, tendo sido construídos mais um bloco e uma urbanização, em 2004/2005.

A CM de Aveiro, designadamente desde 2017, desenvolve um conjunto de ações de intervenção sociourbanística em Bairros de Habitação Social de propriedade e gestão municipal. Estas ações inscrevem-se no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano da Cidade de Aveiro (PEDUCA) que integra três planos de ação, respetivamente o Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU), o Plano Municipal de Mobilidade Urbana Sustentável e o já referido PAICD.

É no âmbito do PAICD que a CM de Aveiro tem vindo a desenvolver "operações com vista a promover a regeneração física, económica e social, e a melhoria da sua integração, das comunidades que vivem em bairros sociais em zonas urbanas" (Folheto PEDUCA Aveiro, p. 4). O financiamento do PEDUCA é assegurado numa parte pela autarquia e na restante pelos fundos comunitários, sendo dirigida sobretudo aos "prédios que eram na totalidade da Câmara ou em que a Câmara tinha mais de 90% dos fogos. A reabilitação que temos agora em curso chega aos restantes prédios onde somos proprietário maioritário, mas onde temos mais casas particulares" (Entrevista CM Aveiro, Pos. 27).

5.1.2. Âmbito de intervenção municipal na habitação

Em matéria de habitação a CM de Aveiro assume diretamente a gestão dos fogos propriedade da autarquia e nos bairros sociais tem vindo a desenvolver uma política integrada que articula várias dimensões. O PAICD prevê intervenções de natureza social, física e de dinamização económica nas seguintes tipologias de áreas de intervenção: i. Bairros Sociais – conjuntos urbanos destinados ao arrendamento no regime de renda apoiada; ii. Núcleos de Construção Precária – conjuntos de construções precárias, arrendadas, inacabadas ou imóveis sem condições de habitabilidade e destinadas à demolição; iii. Áreas Urbanas Antigas - conjuntos urbanos construídos há mais de 30 anos.

No que se refere às intervenções de reabilitação do edificado destinado a habitação social (tipologia A) o PAICD abrangeu, na sua primeira a fase, a "requalificação dos blocos habitacionais através da intervenção nas partes comuns e infraestruturas, melhorando as condições de habitabilidade, o conforto térmico, acústico e as condições de acessibilidade" (Folheto PEDUCA Aveiro, p. 10). Incluindo, igualmente, a qualificação dos espaços

públicos dos bairros. Foram abrangidos no seu conjunto 300 fogos do Bairro de Santiago, do Bairro do Griné e do Bairro do Caião.

A justificação para a seleção destes territórios prende-se, essencialmente, com a dimensão do respetivo parque habitacional, bem como com as caraterísticas e fragilidades das respetivas comunidades, sendo imperativa a conciliação de medidas que promovam a revitalização do edificado em conjunto com a capacitação dos indivíduos (PAICD, p.16).

A CM de Aveiro lidera e executa este processo, tendo alguns parceiros importantes, com destaque para a Universidade de Aveiro e para o IHRU, que executou as obras de requalificação dos bairros sociais do Griné e do Caião (Folheto PEDUCA Aveiro, p. 3). No que diz respeito às obras no Bairro de Santiago destaca-se a melhoria da relação entre a Cidade e o Campus da Universidade de Aveiro.

Tratando-se de áreas com relevante dimensão e densidade populacional, estes territórios apresentam um caráter homogéneo ao nível das suas fragilidades e necessidades e cuja expressividade carateriza as respetivas comunidades como económica e socialmente vulneráveis (PAICD, p. 35).

No geral, a estratégia de intervenção definida no PAICD, além da melhoria das condições de habitabilidade, da qualificação dos espaços públicos e de utilização coletiva, traduz-se na capacitação das comunidades, mediante o seu envolvimento em ações de natureza social. Assim, a par das operações de requalificação urbana, a CM de Aveiro, no âmbito da intervenção na habitação social municipal, tem vindo igualmente a desenvolver projetos de intervenção social de base comunitária, designadamente o projeto "*Formar pr'Habitar*", enquadrado no Departamento de Educação, Cultura e Ação Social da CM de Aveiro.

Projeto Formar pr'Habitar

Este projeto integra um conjunto de ações temáticas diversificadas e dinamizadas com os moradores, no âmbito da saúde, da segurança, das relações de vizinhança, da família, da gestão doméstica, economato e da horticultura, tendo por objetivo a otimização dos recursos

das famílias, o desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas competências sociais e pessoais, bem como a prevenção de comportamentos de risco[52].

O Quadro **9**seguinte apresenta informação detalhada sobre o programa, nomeadamente no que diz respeito aos objetivos e conteúdos programáticos.

Quadro 9 - Projeto Formar pr'Habitar

Atividade	Formato	Objetivos / Conteúdos programáticos
Info Viver em Aveiro	Cartaz de edição mensal	Divulgar junto dos moradores informação útil sobre questões inerentes à habitação/prédio bem como sobre atividades desenvolvidas pela Autarquia direcionadas aos cidadãos aveirenses.
Atividades dirigidas à população Sénior	Ateliers *Workshops* Sessões informativas	Envolvimento da população sénior residente em habitação social em atividades diversas implementadas pelo Município, tendo em vista a promoção do envelhecimento ativo e a prevenção de situações de isolamento.
Concurso "O meu Quintal"	Concurso	Implicar e sensibilizar os moradores das habitações sociais unifamiliares para a organização, manutenção e limpeza dos seus quintais. Em formato de concurso, é um desafio e uma oportunidade para as famílias (re)descobrirem o prazer do contacto com a natureza e requalificar os quintais das habitações investindo num espaço privilegiado para o convívio familiar. Critérios de Avaliação: Limpeza, organização e conservação do quintal; Ornamentação do quintal; Participação dos moradores.
Sessão (in) formativa sobre Procura Ativa de Emprego	Sessões formativas e informativas	Saber os comportamentos e atitudes a adotar, Conhecer as formas de procura de emprego, Consultar sites e outros locais com ofertas de emprego, Saber o que é um curriculum, Identificar que informação deve conter, Identificar que tipos de curriculum existem, Redigir o seu próprio curriculum, Saber o que é uma carta de apresentação e candidatura, Fazer uma candidatura espontânea, Definir uma entrevista de emprego, Saber como se preparar para a entrevista, Saber avaliar a entrevista, Saber como agir quando receber uma proposta de emprego.
Programa Bandeira Azul	Sessões formativas e informativas Conversas/Debates	**"**O Homem e os Ecossistemas: agricultura e alimentação sustentáveis" **-** Realização de duas conversas, inseridas no tema do ano "Recuperação dos Ecossistemas" e com enfoque na agricultura e alimentação sustentáveis, dinamizadas em formato de debate reflexivo e participativo e dirigidas à comunidade em geral. "Na tua pele, a tua saúde" - Ações de sensibilização/informação sobre cuidados a ter com a exposição solar versando, também, os respetivos benefícios, tendo como pressuposto a promoção da literacia em saúde, enquanto estratégia para o desenvolvimento de competências cognitivas e sociais promotoras de comportamentos e estilos de vida saudáveis.
Dia Europeu de Combate ao Tráfico de Seres Humanos	Ação de sensibilização e informação	Prevenir, sensibilizar e informar grupos estratégicos e públicos mais vulneráveis para o TSH, em particular para a exploração laboral, bem como responsabilizar e alertar para os seus deveres cívicos enquanto crime público.
Concurso "Melhor Gestão de Bloco"	Concurso	Promover a participação ativa e implicação dos moradores na gestão dos espaços comuns das habitações, ao nível da organização e conservação, fortalecer relações de vizinhança, convivência entre os moradores e o aumento da sua motivação e participação na gestão do bloco. Critérios de Avaliação: Limpeza, organização do prédio; Participação dos moradores; Assiduidade nas reuniões de Bloco.

[52] Disponível em: www.cm-aveiro.pt/servicos/habitacao-social/projeto-formar-pr-habitar

Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres	Ação de sensibilização	Chamar a atenção para a problemática da violência contra as mulheres, com recurso a metodologias ativas e participativas, de caráter reflexivo, promotoras da tomada de consciência sobre o problema e da mudança de comportamentos e atitudes sobre o papel e os direitos da mulher. Alertar para a violência contra as mulheres, nomeadamente abuso ou assédio sexual, maus-tratos físicos e psicológicos e sensibilizar para que haja cada vez menos casos de violência doméstica.
Dia Europeu da Alimentação e Cozinha Saudáveis	Ação de sensibilização e *workshop* culinário	Combater o desperdício alimentar doméstico Realização de sessão de sensibilização prévia sobre formas de evitar o desperdício alimentar doméstico, a qual é complementada com workshop culinário.

Fonte: CMA, 02/2022

Trata-se, na verdade, de um programa de atividades e ações de âmbito social, educativo e cultural, que tem um **histórico** na gestão municipal no domínio da habitação social. De acordo com o depoimento da Chefe da Divisão de Acão Social e Saúde da CM de Aveiro este projeto vem na continuidade de um programa anterior (Programa Integrar), orientado para a valorização de bairros, que incluía várias ações e atividades.

> Fomos sempre fazendo e tendo intervenção social com a comunidade em pequenos projetos, em pequenas iniciativas próximas daquilo que é o Formar para Habitar. Algumas ações são as mesmas, outras são renovadas e outras são absolutamente novas. Com a reabilitação não pudemos deixar de querer integrar a (dimensão) da intervenção social [...] e continuar a fazer aquilo que temos feito e investir nas pessoas, porque património humano também é importante, tanto quanto património edificado. (Entrevista CM Aveiro, Pos. 21)

O desenho do projeto radica, segundo a Chefe da Divisão de Acão Social e Saúde da CM de Aveiro, no conhecimento das necessidades e fragilidades identificadas junto dos habitantes dos bairros sociais, através do processo de acompanhamento de proximidade que é desenvolvido pelos profissionais da CM de Aveiro, apoiado num plano anual de visitas domiciliárias.

> "[A]ndamos sempre muito próximo dos bairros, das casas e das pessoas. E, decorrente desta intervenção, fomos percebendo que fazia sentido intervir em algumas áreas e fomos delineando projetos que pudessem servir àquilo que nós achamos que são as fragilidades dos nossos inquilinos e também possam ir de encontro aos interesses deles. E foi assim que surgiu o 'Formar para Habitar'. Foi daí que surgiu a ideia, com as fragilidades reconhecidas que temos nas questões de violência doméstica, do alcoolismo, do emprego precário, da baixa escolaridade e delineámos estas ações [...] com o objetivo que sejam sempre dinâmicas, que não sejam estanques, que não fiquem por aqui, que vão mudando. (Entrevista CM Aveiro, Pos. 21)

Trata-se de um programa dinâmico, de atividades e ações de âmbito social, educativo e cultural em que são abordadas variadas temáticas, conforme evidenciamos nas ilustrações abaixo apresentadas.

Figura 8 - Atividades dinamizadas no âmbito do projeto Formar pra' Habitar

Fonte: www.cm-aveiro.pt/servicos/habitacao-social/projeto-formar-pr-habitar

5.1.3. Domínios e eixos de intervenção sociourbanística nos bairros de habitação social

O município tem orientado a sua atuação para a priorização das comunidades desfavorecidas enquanto objeto de intervenção e considerando algumas das problemáticas plasmadas no Diagnóstico Social de Aveiro, realizado no âmbito da Rede Social, designadamente os problemas de saúde (alcoolismo, toxicodependência, obesidade infantil), condutas desviantes, elevada dependência de apoios sociais associada a baixos rendimentos e qualificações, fraco envolvimento e coresponsabilização comunitária na preservação do património e que se traduz na degradação dos espaços físicos comuns e na existência de conflitos familiares e de vizinhança, solidão e isolamento e consequente marginalização pela comunidade envolvente. Estes territórios caraterizam-se, ainda, por fenómenos de pobreza e de exclusão social associados ao elevado número de famílias em acompanhamento social e beneficiárias da medida de política social do rendimento social de inserção, como ao elevado número de agregados familiares de imigrantes e de minorias étnicas, essencialmente, famílias provenientes das ex-colónias e de etnia cigana (PAICD, p.36).

A atribuição de habitação, apesar de representar o primeiro passo para a melhoria da qualidade de vida e estabilização da situação habitacional e financeira das famílias, deixa evidenciar, no entanto, a necessidade de complementarmente se desenvolver uma intervenção sistemática e abrangente, designadamente no que reporta às áreas de educação, formação, saúde, emprego, entre outras.

A Intervenção Social e de Apoio ao Emprego é um dos Eixos Estratégicos de Atuação[53] que engloba medidas de natureza social, distribuídas por várias tipologias de intervenção que visam a integração da população, o combate ao insucesso e abandono escolar, a formação profissional de jovens NEET (jovens até aos 29 anos que não estudam, não trabalham e não estão a frequentar formação profissional), a ocupação de tempos livres, a formação e a inclusão de desempregados de longa duração e a dinamização de ações de integração de imigrantes e comunidades ciganas (PAICD, p.40). De referir que foram consideradas diversas medidas com enquadramento em outros programas e projetos, nomeadamente as

[53] A estratégia de intervenção inclui medidas de natureza social, física e de dinamização económica, que se enquadram em dois Eixos Estratégicos de Atuação: Intervenções no Edificado e Espaço Público e Intervenção Social e de Apoio ao Emprego (PAICD, pp 40).

contempladas no âmbito do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) do concelho e CLDS[54], no sentido de potenciar e articular as respostas e intervenções já existentes e previstas no território com vista à maximização de esforços e recursos.

As ações para a intervenção de natureza social[55] pretendem abranger várias temáticas e destinatários (público-alvo) e estão associadas a processos de participação das comunidades, enquanto estratégia de envolvimento comunitário e de fomento de dinâmicas socioeconómicas de proximidade.

Na perspetiva da Chefe da Divisão de Acão Social e Saúde da CM de Aveiro trata-se de um trabalho em permanência, abrangendo a questão do emprego e da multiculturalidade, da intervenção com a população sénior e outros problemas sociais como a violência doméstica e o tráfico de seres humanos:

> as ações dedicadas aos séniores têm muito a ver com lazer, com o envelhecimento ativo, estão abertas à comunidade, ou seja, juntamo-nos a outras iniciativas da cidade onde levamos os nossos idosos ou pensionistas, pessoas que possam estar em situação de maior isolamento (...). No caso da questão da violência doméstica, é um assunto ao qual nunca podemos fugir, não que tenhamos um grande número de situações, mas temos as suficientes. A questão da alimentação é outra situação à qual não podemos fugir, temos este problema e não é um problema exclusivamente da habitação social. O combate ao tráfico de seres humanos, claro está que, devido aos empregos precários, à dificuldade em arranjar empregos melhor remunerados, às vezes, acabam por ser uma alavanca para colocar as pessoas em situação de vulnerabilidade e de se exporem a situações que desconhecem e eventualmente a situações de tráfico humano, daí que as ações sirvam para deixar as pessoas alerta para algumas questões e para que sempre que queiram ir trabalhar para fora passem pelos sítios certos, recorram a informação que existe sobre aquilo que pretendem fazer ou onde pretendem ir ou com quem pretendem ir, e curiosamente as pessoas estão sempre muito recetivas a este tipo de informação. (Entrevista CM Aveiro, Pos. 41)

A promoção da qualidade de vida da população residente nestes territórios só poderá ocorrer em paralelo com uma intervenção física capaz de acompanhar as necessidades básicas e essenciais à vivência social e comunitária e de potenciar a alteração comportamental dos indivíduos, designadamente ao nível da preservação do seu património material e comum a todos os cidadãos (PAICD, p.39).

---

[54] O Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS) de 3.ª Geração foi uma candidatura apresentada pela Cáritas Diocesana de Aveiro, para o horizonte temporal 2016 a 2018.

[55] Educar para habitar; O Bairro(com)Vida; Espaç´idade; Saltit´arte; Roteiro vocacional e profissional; Programa municipal de combate ao abandono, absentismo e insucesso escolar; Resposta psicoeducativa; Ganh´arte; Programa integrado de OTL; + Emprego; Empregar +; Formação para emprego e Interculturalidades.

Efetivamente, a CM de Aveiro foi a entidade responsável e parece existir uma intervenção clara ao nível das infraestruturas do edificado e no espaço envolvente. As medidas de natureza social e as dinâmicas de intervenção do Bairro de Santiago vão muito além do trabalho do município e são materializadas através dos projetos dinamizados não só pela CM de Aveiro, mas também em parceria com outras entidades.

5.1.4. Lógicas de ação e estratégias de intervenção

A lógica de intervenção privilegia a dimensão da proximidade e favorece o intercâmbio de conhecimentos das várias entidades parceiras que permitem o reforço da capacidade da resposta a cada caso concreto.

A estratégia de intervenção no Bairro de Santiago incorpora o vasto trabalho de terreno da Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) Florinhas do Vouga e o conhecimento resultante das muitas iniciativas realizadas ao longo dos anos. A diversidade de respostas e a promoção/incentivo de participação dos moradores na organização e envolvimento na gestão social da habitação e do bairro permite um modelo assente na metodologia participativa.

Na leitura da Chefe da Divisão de Acão Social e Saúde da CM de Aveiro, a dimensão da proximidade emerge como uma das orientações-chave da gestão social nos bairros.

> intervir ao nível da Habitação Social implica ter uma relação de proximidade com as pessoas, que legitime a nossa intervenção. Não podemos chegar lá, como fiscais de linha, impor regras e dizer "é assim, é assado". Às vezes também temos de ir a esses extremos, claro está, mas só faz sentido quando as pessoas nos reconhecem essa legitimidade. Esta legitimidade é tão mais fácil de conseguir quando conhecemos as pessoas há muitos anos, as famílias, o seu percurso desde o realojamento ao percurso dos filhos. Aí vamos acompanhando e tentando integrar ou resolver algumas questões que vão surgindo, mas mantemos uma relação próxima, que eu acho que é essencial para conseguirmos delinear o que fazer com elas nas coisas mais diretas e óbvias. [...] Isso só é possível quando temos esta relação. Só é possível de forma eficaz fazermos isto quando temos esta proximidade. (Entrevista CM Aveiro, Pos. 10)

Esta intervenção desenvolve-se segundo um modelo de acompanhamento dos moradores assente em equipas de base territorial.

> Temos os bairros divididos por equipas, os prédios maiores por equipas específicas, que vão rodando, mas que mantêm sempre os laços de algum dos elementos, e isso tem-nos demonstrado até aqui ser uma intervenção frutífera com as pessoas. (Entrevista CM Aveiro, Pos. 11)

E, também, na promoção de participação dos moradores na organização e envolvimento na gestão social da habitação e do bairro com a figura do "gestor de prédio".

> ao nível da gestão dos prédios, fazemos reuniões de moradores, todos os anos, com todos os moradores. E temos a eleição, pelos próprios, da figura do gestor do prédio, que é o interlocutor privilegiado entre nós e os inquilinos, para alguma questão relacionada com os espaços comuns, com a vizinhança. (...) [Ainda que] nem sempre é fácil ter gestores de prédio com a devida proatividade como gostaríamos em todos os prédios ou sem demasiada proatividade, nalguns casos também. (Entrevista CM Aveiro, Pos. 13)

Nas palavras da Chefe da Divisão de Acão Social e Saúde da CM de Aveiro, a pandemia veio alterar o normal desenvolvimento do plano, nomeadamente no que respeita aos concursos nos prédios, ao concurso do quintal e às iniciativas para a população sénior, atividades que tiveram um abrandamento significativo.

> No caso dos concursos em prédio, os concursos decorrem de um trabalho feito ao longo do ano. Nós fazemos as reuniões de moradores, em todos os prédios e lançamos o desafio aquando da reunião, temos depois o gestor do prédio e vamos namorando esta situação com eles, explicando, desafiando a participar e perceber quais são as maiores dificuldades. Depois culmina com a avaliação prédio a prédio, da limpeza, da organização, do embelezamento do prédio [e atribuição de prémios] (...)
>
> Apesar de termos em carteira, não pudemos fazer a mesma coisa com o "concurso do quintal". A questão das atividades da população idosa, que depende também do que venha a acontecer na cidade. A ideia seria criar ações permanentes, pelo menos, quinzenais, mas ainda estamos aqui a arrancar algumas das questões. (...). Nós procuramos ir rodando pelos bairros, mas, por exemplo, as sessões que fazemos, tentamos levar moradores misturando bairros, por exemplo, não fazemos grupos grandes nas ações de formação, porque nos permitem maior proximidade com as pessoas, maior conhecimento e chegar melhor às pessoas. Preferimos repetir ações de sensibilização com menos pessoas do que fazer uma para mais pessoas. (...). (Entrevista CM Aveiro, Pos. 47)

Este tipo de iniciativas assenta no modelo participativo que valoriza e integra as ideias dos moradores no planeamento e desenvolvimento de boas práticas.

> No caso dos concursos do Meu Quintal ou Melhor Gestão do Bloco, (...) damos, às vezes, pequenas formações antes de iniciar o concurso, do tipo de pequenas coisas que podem cultivar, quando é que depois têm a flor, quando é que têm a alface e as pessoas têm-se empenhado a melhorar o seu quintal. (...) A gestão do bloco tem a ver também com alguns handicaps e algumas dificuldades que temos na limpeza do prédio, nos barulhos, na participação dos inquilinos e através do concurso, e neste caso é bastante visível o empenho dos inquilinos que querem que o seu seja o melhor prédio. (Entrevista CM Aveiro, Pos. 41)

Além das atividades referidas, e sobretudo ao nível das intervenções de carácter social e de dinamização económica, foram desenvolvidas outras ações previstas na candidatura ao

CLDS de 3.ª Geração, apresentada pela Cáritas Diocesana de Aveiro, para o horizonte temporal 2016 a 2018, e sobre as quais não foi previsto qualquer investimento (PAICD, p. 40).

É premissa do PAICD, o respeito pela continuidade da intervenção como uma mais-valia para as comunidades locais, prevendo-se a concertação de intervenções de natureza social, física e económica, nomeadamente, no âmbito do PDS, do CLDS, do Programa de Desenvolvimento Local de Base Comunitária e Escolhas 5G – EntreSendas, envolvendo uma diversidade de parcerias, nomeadamente Bombeiros Voluntários; Quercus; Juntas de Freguesia; Equipas do Protocolo do Rendimento Social Inserção; Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes; Mediadores das comunidades ciganas; Associações de imigrantes; Florinhas do Vouga; Polícia de Segurança Pública; Projeto Alternativas; Empresas Locais; Aveiro em Transição; 4iS - Plataforma para a Inovação Social; entidades públicas e privadas; associações culturais e artísticas; Instituto do Emprego e Formação Profissional; Agrupamentos de Escolas; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; Escolas Profissionais; Gabinete de Inserção Profissional; Associações locais; Universidade de Aveiro; entre outras (PAICD, p. 41-48).

A intervenção social nos Bairros de Habitação Social em Aveiro, e designadamente no bairro de Santiago, vai muito além do trabalho do município, registando-se uma intervenção ampla e diversificada por parte de outras entidades. Em dois dos grandes bairros existem IPSS sedeadas nesses territórios que funcionam muito bem e que têm uma intervenção também muito próxima das pessoas (Entrevista CM Aveiro Pos. 45).

No caso do Bairro de Santiago, a ação das Florinhas do Vouga, Instituição Diocesana de Superior Interesse Social, quase se confunde com a história do maior bairro social de Aveiro, Santiago. "Começámos a ir para lá logo no início para acolher as pessoas e ajudá-las. Muitas pessoas traziam consigo muitas problemáticas associadas, que não passavam apenas pela falta de dinheiro", recorda o padre João Gonçalves, Presidente da instituição[56].

A IPSS Aveirense desenvolve a sua intervenção, mais concretamente na freguesia da Glória, onde se situa o Bairro de Santiago, dando também resposta, sempre que necessário, às

[56] Disponível em: www.publico.pt/2017/07/23/local/noticia/o-maior-bairro-social-de-aveiro-e-cada-vez-mais-parte-da-cidade-1779904

solicitações das freguesias limítrofes e outras, algumas delas fora do concelho. No desenvolvimento da sua atividade mantém com o Centro Distrital da Segurança Social de Aveiro Acordos de Cooperação nas áreas da Infância e Juventude; População Idosa; Família e Comunidade e Toxicodependência. É entidade aderente do Núcleo Local de Inserção no âmbito do Rendimento Social de Inserção, parceira do Conselho Local de Ação Social (CLAS), assumindo com os diferentes organismos e instituições uma parceria ativa.

De acordo com a diretora técnica da IPSS, as Florinhas do Vouga foram fundadas em 1940, é das IPSS mais antigas de Aveiro. Trata-se de uma instituição diocesana que desde a origem do Bairro de Santiago mantém uma intervenção a nível social. Nas palavras da diretora técnica a missão das Florinhas do Vouga sempre foi, desde a sua criação, a Ação Social e a nossa missão última é efetivamente o combate à exclusão social e a promoção da integração social das pessoas mais desfavorecidas (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 5).

No que diz respeito aos marcos históricos da IPSS, a diretora técnica salienta os laços com a comunidade, com particular destaque para o voluntariado.

> Inicialmente começou com a intervenção das visitadoras da paróquia, e depois quando eu entrei na instituição, há cerca de 28 anos, é que começou a haver uma intervenção mais técnica. Desde o início se sentiu a necessidade de ir para o Bairro e quando houve os primeiros realojamentos foi efetivamente a paróquia que tinha esse grupo de senhoras, que eram as visitadoras e que iam, no fundo, preparar e ajudar as pessoas a viverem em apartamentos. Muitas não sabiam utilizar uma casa de banho, e foram estas visitadoras que ensinaram as pessoas a fazê-lo. Neste momento, isto é uma realidade que já não existe, mas o viver em prédios com muitas famílias, todas elas diferentes, também tem que ser ensinado, as pessoas têm que aprender a respeitar o próximo e isto é um trabalho que não é de um dia para o outro. (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 19)

No entender da diretora técnica, a instituição contribuiu decisivamente para o desenvolvimento do Bairro de Santiago a vários níveis, nomeadamente no que diz respeito à sua integração na malha urbana.

> Quando o Bairro foi construído, chamava-se àquela zona a cidade satélite porque efetivamente o bairro não era dentro da cidade, o bairro foi construído numa zona de campos de cultivo. Neste momento já não é cidade satélite, o Bairro de Santiago faz parte da cidade de Aveiro e temos trabalhado muito para que a própria população do Bairro se sinta dentro da cidade e que a cidade sinta o bairro como parte da cidade. (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 9)

Ainda relativamente ao historial, e de acordo com informação recolhida no site institucional, o desenvolvimento das respostas sociais decorreu até agosto de 2008, em equipamentos dispersos na freguesia, o que levou a Instituição a construir um edifício de raiz na freguesia da Glória, espaço onde passou a ter condições para concentrar parte das respostas que desenvolvia (nomeadamente Estabelecimento de Educação Pré-Escolar, CATL – Centros de Atividades de Tempos Livres e SAD), assumir novas respostas (Creche), dar continuidade ao trabalho desenvolvido e garantir uma melhoria substancial na qualidade dos serviços prestados.

> Fomos crescendo, e neste momento temos várias respostas sociais sediadas em Santiago: o Pré-escolar, a Creche e o CATL, na área da educação. Na ação social temos uma Equipa de Intervenção Direta, que trabalha a nível das toxicodependências, que faz a sensibilização para o tratamento e a reinserção social, o Projeto Giros e ainda o Balneário, Lavandaria e Vestiário. Depois temos um Centro Comunitário que está neste momento a sofrer algumas alterações, porque contemplava quatro respostas sociais, sendo que uma delas passou para as autarquias, agora com a transferência de competências, que é o serviço de atendimento e o acompanhamento social. As outras três respostas são o Refeitório Social, o Centro de Dia/Centro de Atividades Inter-geracional que é um espaço recreativo e cultural e um Espaço Formativo Capacitação e Arte - Meninarte/Atelier Juvenil. Para além destas, temos ainda uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e um Serviço de Apoio Domiciliário. (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 5)

Por outro lado, a presença de famílias numerosas, sem rendimentos de trabalho, quase que limitadas a rendimentos provenientes de prestações sociais, com diversas manifestações de vulnerabilidade social, levaram a Instituição a procurar outras soluções e sinergias capazes de otimizar os recursos existentes e dar resposta à emergência social. São disso exemplos a integração no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, enquanto entidade mediadora; a ação Mercearia e Companhia, que apoia mensalmente cerca de 200 famílias em géneros alimentares, vestuário e outros bens e ainda a "Ceia com Calor", que distribui diariamente um suplemento alimentar aos sem-abrigo de Aveiro[57].

Em termos globais, a Instituição tem adotado uma atitude colaborativa e de cooperação, evidenciada nas palavras da diretora técnica:

> (…) decorrente da transferência de competências para as Autarquias, o Centro comunitário que abrangia exclusivamente o Bairro de Santiago, agora com a revisão de acordo, a Segurança Social propôs-nos, e com alguma razão, que o centro comunitário tivesse uma abrangência concelhia. (Entrevista Florinhas do Vouga)

[57] Disponível em: www.florinhasdovouga.pt

De igual forma, tem assumido uma estratégia de combate à pobreza e exclusão social e também a efetiva prevenção, promoção e inclusão dos mais vulneráveis.

Outra das estratégias utilizadas é a intervenção pela arte como ferramenta de inclusão, em que a instituição procura parceiros para desenvolver ações atrativas para a população.

> Um dos principais papéis do nosso centro comunitário é proporcionar à população do bairro o acesso à cultura. Nós temos várias parcerias e para esta área em concreto, temos uma parceria muito importante com a Escola Artística do Conservatório de Música de Aveiro Calouste Gulbenkian em que desenvolvemos o projeto D'ARTE. (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 23)

Na verdade, este projeto pretende criar redes de interesses e competências para envolver, unir e aproximar comunidades (grupos transversais), combinando práticas artísticas comunitárias integradas num processo coletivo e criativo que promova diferentes níveis de participação e inspire a identidade humana capaz de fomentar o empoderamento e a coesão social, de forma a provocar a democratização cultural de Aveiro. Trata-se de um projeto artístico a ser desenvolvido "na, para, com" e pela comunidade. Visa promover as artes, nomeadamente as artes plásticas, a música (canto e instrumentos) e o teatro, em prol do desenvolvimento humano e do sentido de pertença e identidade social, centrando-se na desmistificação e inclusão no Bairro Social de Santiago que será o palco do produto artístico – uma Ópera de Rua – desenvolvido através de práticas artísticas comunitárias[58].

> Este projeto conta com a participação de colaboradores e utentes das várias respostas sociais da Instituição e desde 2016 que têm sido dinamizadas oficinas de práticas artísticas comunitárias em que desenvolvemos vários eventos (…) todos os anos levamos a cabo um presépio vivo, que envolve toda a comunidade do Bairro de Santiago e todas as coletividades de Aveiro. (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 23)

A resposta mais recente da instituição são os apartamentos partilhados, com capacidade para dez utentes. Destes, dois são no bairro de Santiago e foram cedidos pela CM de Aveiro. Estamos a trabalhar com eles competências para que comecem a ser eles próprios a fazer as refeições no apartamento (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 11). Trata-se, efetivamente, de uma instituição com presença efetiva no Bairro de Santiago e que tem assumido uma estratégia de prevenção, promoção e inclusão da população. De salientar que,

[58] Disponível em: www.florinhasdovouga.pt/?page_id=529

apesar do número de fogos de habitação social no bairro, a maioria dos beneficiários não são inquilinos da CM de Aveiro, só em situações muito específicas.

> Por exemplo, uma família que não conseguiu pagar a luz ou o gás, enquanto não se consegue resolver a situação, tem acesso a poder ir buscar as refeições. Outras situações de pessoas idosas que já não conseguem confecionar as refeições e que não têm outra resposta, também damos a possibilidade de poderem ir buscar as suas refeições para não porem em risco a sua própria vida. (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 13)

A diretora técnica destaca as potencialidades do trabalho em parceria que fomenta a proximidade de atores, promove a autonomização, a capacitação e inclusão dos participantes nos diversos projetos.

> Nós envolvemos muitas parcerias, com muitas entidades (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 43) (…) Dos Bairros Saudáveis temos o projeto - *Mulheres em Construção*, que vai acabar brevemente. Foi destinado a mulheres do bairro e vamos ficar com um banco de materiais que depois as pessoas do bairro poderão ir buscar para poderem fazer pequenos arranjos de eletricidade, de canalização (…) as mulheres ajudaram a recuperar um espaço e foram capacitadas para poderem nas suas casas arranjar alguma coisa. Temos ainda outro projeto no âmbito dos Bairros Saudáveis, que é o projeto "*Da Terra à Mesa - um sal(to) que nos tempera"* que foi promovido pela EAPN – Rede Europeia Anti Pobreza e estava relacionado com a economia circular e os pequenos produtores e daí saiu uma plataforma para fazer a compra direta aos agricultores, que está neste momento a ser implementada. (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 45)

De referir que o objetivo deste projeto foi dinamizar sinergias locais para promover a saúde dos cidadãos mais vulneráveis e a saúde da comunidade, usando as respostas de apoio alimentar e a atividade física no espaço público como instrumento para promover a literacia para a saúde e fomentar sistemas alimentares locais mais sustentáveis e justos[59]. A população-alvo destes projetos foi indicada pelas Florinhas do Vouga, e fomos nós que selecionámos as pessoas. (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 45)

Outra dinâmica gerada no contexto do Bairro de Santiago, no momento em que se desenvolviam as atividades do PEDUCA, foi o **Laboratório Cívico de Santiago**[60], promovido e desenvolvido por um grupo de cidadãos e investigadores da Universidade de

[59] Disponível em: https://jornal.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/00000602/index.htm

[60] Os laboratórios cidadãos têm vindo a surgir em várias cidades europeias em resposta à necessidade de se aprofundar a democracia participativa e de envolver as comunidades locais na construção de soluções experimentais para alguns problemas do seu quotidiano. Estes laboratórios visam prototipar soluções para problemas urbanos através da experimentação orientada por mediadores, num quadro de envolvimento de cidadãos e de atores locais, para posterior replicação em resultado das aprendizagens.

Aveiro em parceira com a IPSS Florinhas do Vouga. Esta ação foi inspirada na experiência do "Experimenta Distrito" de Madrid, seguindo a mesma estrutura metodológica, visando criar um espaço temporário onde os cidadãos participantes tiveram a oportunidade de partilhar problemas e cocriar formas colaborativas de dar respostas a esses problemas.

Figura 9 - Experimenta Distrito de Madrid - Laboratório Cívico de Santiago

Fonte: Mota, José Carlos, (2019). Comunicação – "Santiago, num bairro (periférico) de uma cidade". Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Território – Universidade de Aveiro

O projeto foi desenvolvido durante três meses, através de quatro fases: 1) diagnóstico, quando as potencialidades, os problemas, atores e instituições locais foram identificados; 2) chamadas públicas, quando foi organizada e divulgada uma chamada pública para projetos de curto prazo que pudessem ser implementados no bairro, sendo posteriormente selecionados dez projetos, os quais atrairam diversos colaboradores para a organização e implementação dos mesmos; 3) sessões colaborativas, quando foram realizados seis encontros presenciais com a participação dos propositores, colaboradores e mediadores de cada projeto, com o objetivo de cocriar estratégias para implementar cada proposta no bairro; e 4) exposição dos resultados, quando foi auto-organizada pelos participantes uma celebração festiva de todo o processo através da exposição pública dos resultados de cada projeto concretizado no bairro[61].

[61] Disponível em: https://laboratorio3p.web.ua.pt/index.php/projetos/colaboracoes/labcivico

Figura 10 - Laboratório Cívico de Santiago - atividades promovidas

Fonte: Mota, José Carlos, (2019). Comunicação – "Santiago, num bairro (periférico) de uma cidade". Departamento de Ciências Sociais, Política e Território – Universidade de Aveiro

Trata-se de uma iniciativa inovadora em Portugal, inspirada no exemplo promovido pelo MediaLab-Prado em vários bairros de Madrid[62] e divulgada pela comunidade científica da Universidade de Aveiro, nomeadamente através da conferência com o título *"Diálogo sobre*

[62] Disponível em: www.publico.pt/2019/03/13/local/noticia/bairro-aveiro-laboratorio-participacao-civica-1865299

inovação cívica e participação comunitária: o caso do Laboratório Cívico de Santiago"[63] e a apresentação no 33.º Encontro da Pastoral Social, através da comunicação – "*Trazer as Periferias para o Centro, Santiago, num Bairro (Periférico) de uma cidade"*[64] proferida pelo Professor José Carlos Mota do Departamento de Ciências Políticas e do Território da Universidade de Aveiro.

Figura 11 - Laboratório Cívico de Santiago – 33.º Encontro da Pastoral Social

Fonte: Mota, José Carlos, (2019). Comunicação – "Santiago, num bairro (periférico) de uma cidade" - Universidade de Aveiro

Na verdade, trata-se de uma iniciativa que gerou muitas dinâmicas[65] de desenvolvimento comunitário e nas palavras da Diretora Técnica da IPSS Florinhas do Vouga:

> foi uma experiência fabulosa em que aprendemos muito (…) um espaço de escuta de necessidades e anseios coletivos (...), mas apenas com a duração de um ano letivo (…). Foram 10 ações e algumas delas mantêm-se como é o caso do projeto DARTE e as ações relacionadas com as novas tecnologias, que têm continuidade no Espaço Meninarte. (Entrevista 2 IPSS Florinhas do Vouga, Pos. 4)

Apesar das muitas dinâmicas e parcerias presentes no Bairro de Santiago, quando questionámos a diretora técnica acerca da relação que as Florinhas do Vouga têm tido com a CM, na construção dos projetos conjuntos, nomeadamente o projeto Formar pra' habitar, constata-se que não existe uma articulação/parceria efetiva.

> Infelizmente, não somos chamados. (…) [T]enho que dizer a verdade, nós temo-nos debatido ao longo dos anos e temos dado a conhecer este nosso ponto de vista. Há realojamentos no Bairro de Santiago que são cíclicos, abre-se concursos e há 10/20 famílias que de repente são realojadas na urbanização de Santiago. E caem-nos nos serviços sem nós sabermos sequer que elas foram realojadas, e muitas vezes vêm de zonas problemáticas e com situações que necessitam de acompanhamento dos nossos

[63] Disponível em: www.ua.pt/pt/noticias/0/61270
[64] Disponível em: www.paroquias-sintra.pt/eventos/33o-encontro-da-pastoral-social
[65] Essas dinâmicas podem ser consultadas em: www.facebook.com/labcivicosantiago/

> serviços e nós só temos conhecimentos por eles, quando nos procuram. (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 19)

Neste sentido, apesar do PAICD ter como objetivo integrar e mobilizar os recursos das várias entidades e instituições da comunidade, a IPSS Florinhas do Vouga é uma entidade com história no Bairro de Santiago no domínio da intervenção social e cultural, como se referiu anteriormente, mas igualmente evidenciado no âmbito do Diagnóstico Social e no PDS 2022-2024 de Aveiro[66], inclusive com participação em grupos de trabalho do CLAS de Aveiro. Mas, de acordo com a sua diretora técnica, esta entidade não tem sido considerada pela CM uma parceria privilegiada em termos de articulação e ação concertada.

5.1.5. Avaliação e monitorização

O PAICD tinha previsto a sua concretização no espaço de cinco anos, com término de execução a 31 de dezembro de 2020 (PAICD; pp.62). No entanto, a pandemia COVID-19 provocou algumas alterações e atrasos na concretização das atividades e dinâmicas dos projetos.

> o COVID trouxe algumas mudanças graves aqui nas nossas dinâmicas e as obras do PEDUCA terminaram só em 2021, e daí para cá não há documentação, não há avaliação sobre os resultados. Embora nós tenhamos sempre uma avaliação não quantitativa, mas do contacto que vamos tendo com as pessoas ao nível do conforto e da satisfação com as habitações é óbvio que houve uma evolução muito positiva. São habitações que tinham 30 anos (…) estas obras permitiram renovar as coberturas, renovar as canalizações e algumas obras que têm efeitos no interior da habitação como a renovação das fachadas e a substituição das janelas. Estas modificações têm repercussões diretas na qualidade de vida das pessoas, que têm mostrado bastante satisfação com isso, sem dúvida. Aliás, era uma batalha que vínhamos tendo, era uma necessidade reconhecida por nós e pelos inquilinos. Foi um caminho que se foi trilhando, não foi uma coisa espontânea. (Entrevista CM Aveiro Pos. 25)

No que diz respeito ao projeto Formar pra' Habitar, devido aos constrangimentos inerentes à situação pandémica vivenciada em 2020 e 2021, a implementação deste projeto limitou-se à realização das ações que não implicavam interação direta com o público, não sendo, por conseguinte, possível a disponibilização de relatórios e/ou avaliações (CM Aveiro, 10-02-2022). Ainda assim, foi possível apurar alguns aspetos:

> só há poucos anos é que conseguimos sensibilizar o poder local para que o espaço verde do Bairro e, portanto, o parque da sustentabilidade tivesse continuidade até ao final do Bairro, e neste momento está todo requalificado. Há um espaço verde muito bonito e

[66] Disponível em: www.cm-aveiro.pt/cmaveiro/uploads/writer_file/document/2089/ds_pds_vclasa.pdf

> que quem passeia por ali não parece um bairro. (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 9)

> Por vezes existem conflitos entre vizinhos que se tivesse havido uma preparação prévia para a integração daquela família, naquele contexto e naquele prédio, as coisas seriam diferentes, e nós às vezes somos apanhados assim um bocadinho, e temos que ir a correr, tentar resolver o problema. (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 19)

Quando questionada sobre que aspetos poderiam ser melhorados neste tipo de iniciativas de intervenção e gestão sociourbanística dos bairros de habitação social, a Diretora Técnica da IPSS refere o seguinte:

> as pessoas estão muito contentes com as obras de reabilitação, as casas ficaram mais quentes, têm menos ruído, portanto, em termos de eficiência energética melhoraram consideravelmente, mas ninguém, eu acho que ninguém, foi ouvido se gostaria das janelas verdes, amarelas ou azuis ou se gostava que a cozinha fosse branca ou castanha, portanto eu acho que as pessoas deveriam ser ouvidas também na fase de planeamento (…). Nós tentamos que as atividades estejam adequadas às necessidades dos moradores do Bairro, tentamos, antes de as levar a cabo, ouvir e auscultar a população e ver se realmente vamos ao encontro das suas expectativas. (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 41)

Relativamente à avaliação das atividades da resposta Centro Comunitário, nomeadamente as que dizem respeito à dinamização comunitária, intergeracional e de apoio alimentar, "nem sempre a instituição conseguiu responder de forma completa às necessidades dos idosos. Começámos o ano ainda com muitas incertezas e muitas restrições (…) só a partir de abril conseguimos voltar a ter alguma normalidade, construindo novos hábitos e rotinas que os nossos idosos aceitaram sempre bem, pois o mais importante para eles era regressarem ao CD/CAI e poderem ter alguma interação, convívio e dinâmica nas suas vidas. Conseguimos trabalhar todos os domínios importantes para um envelhecimento ativo, saudável e feliz. Foi importante perceber as suas novas necessidades, vontades e expetativas em relação aos nossos serviços. Fomos propondo as ações em grupo e insistindo nas ações individuais no domínio da estimulação cognitiva, que foi um dos mais afetados ao longo deste isolamento. Acerca da interação com outras gerações continua a ser um aspeto a melhorar sabendo que este ano não tínhamos condições para realizar ações intergeracionais conseguimos de forma online e escrita contactar com as crianças do projeto "Agora Escreve-me!", tivemos ainda algumas chamadas de vídeo com jovens e voluntários que já não víamos há muito tempo (Relatório de Atividades do ano 2021, enviado, via email, na sequência da entrevista).

Com a pandemia, o Plano de Atividades do Meninarte/Atelier Juvenil foi alterado, levando: i) à suspensão temporária de algumas ações coletivas (durante o confinamento), ao reforço

da colaboração com outras atividades, nomeadamente com o Centro de Atividades Intergeracional (a Assistente Social do Meninarte prestou apoio psicossocial regular às pessoas idosas que tinham menos suporte familiar enquanto o Centro de Atividades Intergeracional esteve encerrado, sendo que todo o trabalho foi devidamente articulado com a Animadora do CAI) e na Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (a Animadora do Meninarte esteve a dar apoio aos utentes da ERPI durante o primeiro trimestre do ano); ii) ao surgimento de novas ações, tais como a aposta na literacia digital, a realização de mais ações ocupacionais, a qualificação de adultos em parceria com o Centro Qualifica, o reforço do acompanhamento psicossocial a pessoas idosas em situação de isolamento, levando à realização de mais visitas domiciliárias. iii) a manter as parcerias e alargar a nossa colaboração a novas iniciativas. Todavia, não foi possível realizar os Campos de Férias da Páscoa e do Verão que, apesar de terem sido programados, foram cancelados pelo facto de não conseguirmos cumprir as normas de segurança impostas pela Direção Geral de Saúde (Relatório de Atividades do ano 2021, enviado, via email, na sequência da entrevista).

Quanto à iniciativa Laboratório Cívico de Santiago a avaliação é amplamente positiva quer pelos promotores, quer pelos voluntários e participantes envolvidos. Conforme referido pela Diretora Técnica da IPSS Florinhas do Vouga, *"foi uma experiência fabulosa em que aprendemos muito" (...) "Foram 10 ações e algumas delas mantêm-se"*. No espaço temporário onde os cidadãos participantes tiveram a oportunidade de partilhar problemas e cocriar formas colaborativas de dar respostas às dificuldades identificadas (no bairro) foram apresentadas e debatidas ideias para melhorar o bairro e o bem-estar dos moradores. Efetivamente, a iniciativa permitiu que se gerassem dinâmicas muito interessantes, por via de metodologia participativa, conforme figuras abaixo apresentadas.

Figura 12 - Laboratório Cívico de Santiago - Resultados

Fonte: Mota, José Carlos, (2019). Comunicação – "Santiago, num bairro (periférico) de uma cidade". Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Território – Universidade de Aveiro

Figura 13 - Laboratório Cívico de Aveiro - Resultados

Fonte: Mota, José Carlos, (2019). Comunicação – "Santiago, num bairro (periférico) de uma cidade". Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Território – Universidade de Aveiro

5.1.6. Perspetivas quanto às políticas de habitação e intervenção social e urbanística

O posicionamento dos profissionais entrevistados relativamente às perspetivas das políticas de habitação e intervenção social e urbanística evidencia algumas preocupações e sublinha aspetos relacionados com a visão sistémica da realidade e o planeamento das políticas de habitação.

> Ao olhar para a construção de habitação social, deve estar presente a questão da localização dos empreendimentos a construir, não os fazer distantes de tudo, mas sim

> próximo. Do meu ponto de vista, não os fazer demasiado grandes, permitir que as pessoas se possam sentir integradas no meio à volta e olhar para a habitação social enquanto senhorios como um desafio permanente, porque ao nível da reabilitação eu acho que há problemas gravíssimos a nível nacional. (Entrevista CM Aveiro Pos. 35)

A questão das metodologias participativas, no sentido de empoderar o cidadão para contribuir para a transformação da sua realidade social, foi evidenciada pela diretora técnica da IPSS Florinhas do Vouga:

> Eu acho que deve haver um envolvimento no planeamento de todo o tipo de ações, ou seja, o cidadão deve ser envolvido não só já na fase de apresentação de determinadas melhorias de infraestruturas, mas sim deve estar no planeamento, deve estar desde o início. (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 47)

A Chefe de divisão sublinha, também, a preocupação com a importância do processo constante no que diz respeito a obras de conservação, reabilitação e manutenção do edificado:

> Temos muita habitação social degradada e a precisar de uma retoma. Claro que estes movimentos da reabilitação, como aconteceu aqui, no Bairro de Santiago, também estão a acontecer noutros municípios, mas não chega ter casas, temos de ter casas com condições boas, suficientemente boas para as pessoas. Não podemos esquecer-nos que fazemos reabilitação agora e não podemos repeti-la só daqui a 30 anos, daqui a alguns anos temos que voltar a olhar para o que é preciso melhorar, isto enquanto senhorios. (Entrevista CM Aveiro Pos. 35)

Quanto à diversidade de respostas habitacionais para melhor adequação às necessidades que surgem, e outras medidas políticas de intervenção futuras, ambas as dirigentes manifestam um sentimento de esperança:

> Espero que venhamos a conseguir outro tipo de respostas habitacionais. Eu acho que trabalhar ao nível da habitação social é um enorme desafio. A casa é o pilar de uma família. Podemos fazer muitas coisas, mas a casa normalmente é o primeiro passo para podermos fazer coisas efetivas, e acho que a habitação deve ser olhada com essa importância, sempre (…) agora penso que haja uma tendência a diversificar a oferta de resposta habitacional. Também há uma tendência em responsabilizar mais o inquilino sobre as suas possibilidades. Esta proximidade que temos com as pessoas também nos permite ir explorando algumas questões da autonomia (…) penso que venha a haver atribuição de habitações a custos controlados para compra, a renda acessível, que não temos ainda, mas que poderá vir a acontecer, e de resto vamos ver o que é que os nossos políticos decidirão. (Entrevista CM Aveiro Pos. 33)

A questão da proximidade é uma vertente primordial para a ação das Florinhas do Vouga e o facto de recentemente ter sido celebrado um protocolo com o município para assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social no Bairro de Santiago, aumenta o leque de respostas que a instituição pode prestar aos moradores:

> Eu tenho esperança que agora, com esta questão do atendimento e acompanhamento social ter passado para as autarquias, que vai melhorar bastante, porque as minhas colegas e a equipa que está neste momento a trabalhar com a autarquia diz que tem sido muito proveitoso e que têm sentido um grande apoio da autarquia nesta resposta social, portanto nós temos esperança que as coisas melhorem consideravelmente e que haja um maior intercâmbio de ideias (…). (Entrevista IPSS Florinhas do Vouga - Aveiro, Pos. 19)

5.2. Braga

5.2.1. Parque habitacional e distribuição territorial

O concelho de Braga situa-se na Região Norte (NUT II) e Cávado (NUT III) abrangendo uma área de 183,2 km^2. A população residente é, de acordo com os Censos de 2021, de 193 324 habitantes. Do ponto de vista administrativo, o referido concelho é a capital do distrito de Braga e integra 37 freguesias. É de destacar também que Braga assume-se como um importante centro comercial, industrial, universitário e turístico.

Tabela 2 - Parque Habitacional do Município de Braga

Freguesia/União de Freguesias	Bairro / Lugar	Nº de Fogos
Freguesia de São Vicente	Bairro Social Andorinhas	130
Freguesia de São Victor	Bairro Social Enguardas	82
	Bairro Social Santa Tecla	177
União das Freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto	Complexo Habitacional Picoto	50
Várias	Habitações dispersas	133
	Total	**572**

Fonte: www.bragahabit.com

O parque habitacional municipal de Braga encontra-se sob a gestão da Empresa Municipal BragaHabit, cuja missão abrange a reabilitação urbana e para a gestão dos apoios sociais destinados à habitação, bem como dos serviços socioeducativos relacionados com as refeições escolares e com a ocupação de tempos livres. Neste sentido, esta empresa tem

como principal missão e eixos orientadores atenuar as dificuldades socioeconómicas dos munícipes e promover a inclusão social dos cidadãos (BragaHabit, 2023).

Atualmente, sob a alçada da gestão da BragaHabit encontra-se um total de 735 fogos. Destas habitações 521 são propriedade da BragaHabit, 51 são propriedade da CM de Braga e 163 são propriedade privada em regime de subarrendamento (Plano de Atividades Anual e Plurianual 2022-2025, p.23). Conforme podemos verificar na tabela anterior, a maior concentração de habitações sociais observa-se na Freguesia de São Victor onde estão implantados o Bairro Social das Enguardas e o Bairro Social de Santa Tecla, num total de 259 fogos.

O Bairro Social das Enguardas foi construído nos anos de 1976 e 1978 e possui habitações sociais de tipologia T2, T3 e T4, estando algumas sob a gestão da Empresa Municipal BragaHabit e outras do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Figura 14 - Bairro Social das Enguardas - Braga

Fonte: www.cm-braga.pt/pt/0201/home/noticias/item/item-1-7126

Trata-se de um quarteirão que resultou da junção dos Bairros e os moradores foram como que agrupados em três realidades: os antigos moradores do Bairro Carandá (que foi demolido), os moradores que usufruíram de habitação social da Previdência e os moradores de etnia cigana, que foram alojados nos prédios mais recuados do Bairro, o que originou uma espécie de guetização e promoveu a exclusão social" (Bairros Saudáveis 2020, + Vida (Saúde, Educação, Cultura e Desporto no Bairro das Enguardas)[67].

O Bairro Social de Santa Tecla foi construído, em 1979, pelo Fundo de Fomento da Habitação (FFH), de modo a realojar os moradores do Bairro Operário de Santa Tecla e erradicar as barracas e os alojamentos ilegais das Lajes e do Fujacal. Este bairro é constituído por quatro blocos habitacionais, num total de 181 fogos de tipologias T2, T3 e T4, constituindo o bairro social de Braga de maior dimensão (Espaço de Arquitetura, 2019, p.1) e habitado por população maioritariamente de etnia cigana (339 em 450 habitantes) (fonte: ELH Braga).

Figura 15 - Bairro Social de Santa Tecla - Braga

Fonte: https://correiodominho.pt/noticias/camara-de-braga-legitimada-para-intervir-no-bairro-de-santa-tecla/102627

[67] Disponível em: https://candidaturas.bairrossaudaveis.gov.pt/candidatura/index.htm?pp=1;n=575

Este Bairro Social tem sido alvo de alguns estudos académicos que têm identificado problemas Urbanísticos e Sociais como é o exemplo da investigadora Andreia Ribeiro da Universidade do Minho na tese de mestrado intitulada - *Possibilidades de reabilitação urbana em bairros sociais. Estudo de caso: Bairro Social de Santa Tecla, Braga*.

Figura 16 - Problemas Urbanísticos e Sociais Identificados no Bairro de Santa Tecla

Problemas Urbanísticos	Problemas Sociais
• Materiais de construção de baixa qualidade; • Degradação evidente; • Ausência de parques infantis; • Ausência de espaços comerciais; • Falta de espaços verdes; • Níveis elevados de lixo; • Baixa manutenção das habitações; • Ausência de infraestruturas de caráter cultural.	• Afastamento entre os grupos sociais; • Tráfico; • Toxicodependência; • Criminalidade; • Ruído; • Baixo nível de escolaridade; • Profissões muito deficitárias.

Fonte: Repositorium Universidade Minho_Dissertação_Andreia Ribeiro.pdf

Outro empreendimento que concentra um número significativo de pessoas é o Bairro Social das Andorinhas situado na freguesia de São Vicente. Foi construído pelo IGAPHE entre 1983 e 1986. Este bairro social possui um parque habitacional de 33 prédios, num total de 237 fogos (a maior parte públicos, sob a gestão da BragaHabit e os restantes de propriedade privada), de tipologia T2, T3 e T4. Foi edificado com o objetivo de conferir resposta ao crescimento demográfico verificado na década de 1980, de modo a realojar as pessoas que residiam em espaços precários da cidade de Braga, em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica, nomeadamente nas zonas das Palhotas, Parreiras e Sé (Martins, 2017, p.65).

Figura 17 - Bairro das Andorinhas - Braga

Fonte: https://bragatv.pt/braga-bairro-das-andorinhas-vence-candidatura-ao-programa-bairros-saudaveis/

O Bairro das Andorinhas encontra-se fora da malha urbana da cidade de Braga, uma vez que a via circular urbana representa uma barreira física entre o Bairro e o centro da cidade. A travessia desta circular é realizada através de passagens submersas a esta via de circulação principal, o que torna estes territórios mal iluminados e alimenta o estigma e a representação social do bairro como um local de risco. Para além disso, este bairro carece de serviços na sua proximidade (Martins, 2017, p. 67). No seu estudo esta autora concluiu que as principais áreas da cidade de Braga reconhecidas pelos seus habitantes como sendo problemáticas, coincidem com os bairros sociais da cidade, o que evidencia a imagem negativa que se desenvolveu sobre estes lugares e acerca dos moradores que neles residem. De acordo com a referida investigadora o bairro social das Andorinhas é percecionado pelos residentes da cidade de Braga como um espaço que não se encontra convenientemente integrado na cidade, o que resulta do facto de não ser muito frequentado pela restante população.

Outro empreendimento no concelho é o Complexo Habitacional do Picoto que foi edificado entre os anos de 1997 e 1998 na encosta do monte do Picoto, com o intuito de realojar especificamente a comunidade cigana que residia em barracas, sediadas no Parque da Ponte, na cidade de Braga. Este complexo encontra-se situado nos subúrbios, afastado e isolado da restante malha urbana da cidade e é constituído por 50 fogos habitacionais de tipologias T2 e T3 (Pereira e Ferreira, 2018). De referir que o número de fogos se mantém atualmente e é exclusivamente propriedade da BragaHabit.

Figura 18 - Bairro do Picoto - Braga

Fonte: Diário do Minho, 2018

As famílias residentes no bairro do Picoto, todas de origem cigana, deparam-se com infiltrações de água no interior das casas e o espaço público também se encontra muito degradado. Esta situação, assumida pelo município "edifícios muito degradados, sendo considerados indignos para acolher pessoas" (…) "o bairro do Picoto está em adiantado estado de degradação, mas a sua reabilitação só pode avançar com apoio do 1.º Direito" (…) "estamos a estudar qual a melhor forma de financiamento e iremos avançar com o projeto arquitetónico, de forma que possa arrancar em 2024", refere o Presidente da CM de Braga. Na mesma notícia é ainda referido que a maioria das habitações será para requalificar, pelo

que não existirá a necessidade de realojamento dos moradores, a não ser, eventualmente, durante as obras[68].

Ainda em regime de renda apoiada, o município dispõe de 133 fogos dispersos pela cidade. No total, a BragaHabit, através dos seus regimes de apoio á habitação, que mencionamos no ponto seguinte, assegura o acesso a 1300 famílias o que corresponde a cerca de 3,5 mil cidadãos (Plano de Atividades Anual e Plurianual 2022-2025, p.5).

"Os bairros sociais são lugares convencionalmente negligenciados e desvinculados das estruturas sociais das cidades contemporâneas, associados a uma conotação negativa que tem vindo a crescer ao longo do tempo e que se reflete em sentimentos generalizados de perigo, medo e exclusão por parte da sociedade corrente. Braga é uma cidade que segue este exemplo relativamente a três bairros sociais específicos: o Bairro Social das Enguardas, o Bairro Social de Santa Tecla e o Complexo Habitacional do Picoto. Estes três bairros lidam com uma série de problemáticas, rumores e preconceitos que impedem a possibilidade de uma melhor integração dos seus habitantes nas estruturas existentes de Braga" (Pereira e Ferreira, 2018).

Esta informação corrobora a ideia dos problemas referidos em sede de entrevista (guetização, exclusão social, estigma…), que envolvem várias dimensões e que se estendem também ao Bairro das Andorinhas, ou seja, nos quatro aglomerados populacionais de pessoas em situação grande vulnerabilidade social e económica, os bairros sociais de Braga.

5.2.2. Âmbito de intervenção municipal na habitação

Em matéria de habitação, o município de Braga, através da Empresa Municipal BragaHabit, além da responsabilidade de gerir o parque habitacional municipal (cerca de 600 fogos), aos quais se juntam mais 186 fogos em regime de subarrendamento, presta apoio direto ao arrendamento e disponibiliza as residências partilhadas, no sentido de promover o acesso dos indivíduos ao alojamento e promover a sua autonomia e integração social.

No âmbito da gestão dos Bairros de Habitação Social o município de Braga tem vindo a desenvolver uma política integrada que articula as dimensões mais específicas da gestão habitacional e urbanística e a intervenção no domínio social atendendo, deste modo, à

[68] Disponível em: https://ominho.pt/camara-de-braga-estuda-recuperacao-do-bairro-do-picoto/

multiplicidade de dimensões envolvidas nestes *habitat*. São exemplos significativos desta orientação os Projetos *"(Re)Escrever o Nosso Bairro"* e o projeto *"Brag@Brinca"*.

(Re)Escrever o Nosso Bairro foi um projeto promovido e coordenado pelo município de Braga, que agrupou um conjunto de iniciativas no sentido de promover a inclusão de comunidades residentes no Bairro Social das Enguardas, no Bairro Social de Santa Tecla e no Complexo Habitacional do Picoto. Este projeto decorreu entre 2017 e 2020, no contexto da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) e do PAICD.

O projeto Brag@Brinca consistiu num conjunto de atividades lúdico-pedagógicas nos domínios da inclusão digital, da educação ambiental, da educação para a saúde, do apoio às atividades escolares, através de um percurso itinerante realizado por um pequeno autocarro, equipado com serviços de multimédia, livros, jogos pedagógicos, entre outros recursos, visando apoiar as crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade social nestes bairros sociais: Bairro Santa Tecla, Bairro das Andorinhas, Bairro das Enguardas e Complexo Habitacional do Picoto.

Para além das iniciativas de intervenção social e urbanística concretizadas nos vários projetos sociais desenvolvidos nos bairros, existe um outro conjunto de apoios, no domínio da habitação, concretizados através da BragaHabit de acordo com o *"Regulamento de Apoio à Habitação do Município de Braga"*, através de quatro regimes de apoio:

1) O Arrendamento apoiado consiste na atribuição de um fogo de propriedade municipal a uma família carenciada, cuja renda é calculada em função dos rendimentos do agregado familiar nos termos do Regulamento.
2) O Subarrendamento apoiado segue com proximidade o arrendamento apoiado, mas é concretizado através de um fogo que a empresa arrenda no mercado e que depois subarrenda às famílias de baixos rendimentos.
3) O Regime de Apoio Direto ao Arrendamento consiste na atribuição de um subsídio financeiro que ajuda as famílias a suportar a renda paga no mercado livre, diminuindo-se-lhes o esforço financeiro destinado à habitação.
4) O Regime de Residência Partilhada destina-se a pessoas de baixos rendimentos que vivam isoladas e consiste na concessão de direito ao uso de um quarto individual e

ao usufruto das partes comuns, numa habitação partilhada com cidadãos em circunstâncias sociais semelhantes[69].

De acordo com a Diretora de Departamento de Ação Social da BragaHabit, algumas das medidas de apoio, tendo em consideração a atual especulação imobiliária, afiguram algum desajustamento:

> Temos a habitação social, o apoio à renda, que é o RADA, temos o subarrendamento, (...) quando se expropriaram algumas zonas, e houve necessidade de realojar as famílias e utilizar o subarrendamento, em que a BragaHabit faz um contrato de arrendamento com o senhorio e sub-aluga a uma família, o que neste momento não é muito bom, porque tendo em conta as rendas de mercado os senhorios estão todos a rescindir contatos connosco e estamos a ter uma dificuldade muito grande em realojar as famílias. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 8)

Relativamente à medida de residências partilhadas, e de acordo com a dirigente entrevistada, o município possui treze (13) e outras protocoladas com instituições sociais, que constituem também uma estratégia de intervenção com a população em situação de maior vulnerabilidade social e que visa um acompanhamento mais próximo dos cidadãos.

> Temos as residências partilhadas que é uma habitação, por exemplo um T3, em que colocamos três pessoas, uma em cada quarto e têm de partilhar o resto da casa. Temos 13 (…) e também temos protocoladas três residências com a Cruz Vermelha para um Centro de Acolhimento, que está a abarrotar e que, entretanto, abriu o Centro de Emergência Social. Temos uma protocolada com a Cáritas, ou seja, nós cedemos a casa e eles gerem e acompanham as pessoas e as casas em si (…). Temos também protocolada com a Casa de Saúde Bom Jesus, uma residência partilhada, que é a nível da Psiquiatria e que complementa os apartamentos de transição que eles têm. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 8)

Outra iniciativa de âmbito local que o município acolheu é o projeto europeu "*ROOF*" que visa a integração de pessoas em situação de sem-abrigo, através de soluções habitacionais inovadoras. Braga é uma das nove cidades europeias que integra o projeto ROOF - Ending Homelessness, apoiado no âmbito da rede URBACT e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional[70].

[69] Disponível em: www.cm-braga.pt/pt/1101/viver/accao-social/intervencao-social/atencao-individual-e-familiar/item/item-1-4723
[70] Disponível em: www.bragahabit.com/projeto-roof

Relativamente ao enquadramento organizacional, a Empresa Municipal BragaHabit para além da Administração, conta, entre outros, com o Departamento de Apoio Social que dirige a Divisão de Apoio à Habitação e a Divisão de Apoio à Educação.

Complementarmente aos vários projetos dinamizados e aos apoios à habitação acima referenciados, em que a Empresa Municipal BragaHabit presta acompanhamento, o encaminhamento dos indivíduos para outras entidades/instituições especializadas (nos domínios da saúde, da alimentação, da formação e do emprego, entre outras) é uma prática adotada, de acordo com as suas necessidades e especificidades diagnosticadas.

A elaboração da "Estratégia Braga 21" teve como fundamento uma identificação das principais necessidades e preocupações identificadas como problemas no concelho de Braga, de modo a posteriormente serem desenvolvidos projetos que visassem a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Deste modo, a elaboração da estratégia para o concelho de Braga envolveu o trabalho em rede com diversos parceiros da designada Rede Social, que assumiram o compromisso de impulsionar a coesão territorial e o desenvolvimento inclusivo para o concelho (BragaHabit, 2023).

O plano de atividades e orçamento da BragaHabit para o ano de 2023-2026 incide em cinco eixos estratégicos principais: requalificação da habitação do concelho, ampliação dos apoios, promoção do *habitat* junto dos munícipes, aposta na sustentabilidade e gestão rigorosa e transparente (BragaHabit, 2023).

A intervenção social do município de Braga, embora não se encontre regida por competências próprias, atribuídas pela administração central, desenvolve-se no âmbito da promoção do desenvolvimento social local (BragaHabit, 2023). Deste modo, esta empresa municipal dedica-se a desenvolver diversos projetos sociais, desde projetos em que a própria entidade é a promotora, àqueles em que a mesma participa como colaboradora institucional ou como parceira ativa, estando sempre conectada a programas de intervenção social. No que concerne à intervenção social em bairros sociais, esta empresa tem promovido diversas iniciativas e projetos com crianças e jovens que residem nestes espaços do município de Braga, tendo por base o empreendedorismo social (BragaHabit, 2023).

Quanto ao financiamento para a concretização dos projetos e apoios *"a entidade que concorre é a Câmara, mas depois quem desenvolve somos nós, porque somos nós que gerimos a habitação"* (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 38).

Alguns dos projetos dinamizados e que expomos no ponto seguinte são alvo de candidaturas aos fundos da UE, como são exemplo o Projeto MAPA (Movimento Arte Pública Alternativo) que foi cofinanciado no âmbito do Programa Operacional Norte 2020, Portugal 2020 e do Fundo Social Europeu e o Projeto Bike Atitude, apoiado pelo Portugal Inovação Social, que está a ser implementado nos Bairros das Andorinhas, Enguardas e Picoto (BragaHabit, 2023).

5.2.3. Domínios e eixos de intervenção sociourbanística nos bairros de habitação social

A intervenção da CM de Braga tem-se orientado para o envolvimento dos cidadãos-munícipes na vida da cidade, fomentando o espírito de pertença e a responsabilidade pela preservação dos espaços onde residem. Neste âmbito, o município reconhece, como de extrema relevância, aliar a dimensão habitacional às dimensões de intervenção social, educacional e sociocultural. Uma das intervenções municipais que ilustra esta orientação é a intervenção no Bairro Social das Enguardas, em parceria com a Associação de Famílias do Centro Social de Enguardas[71], o SC Leões das Enguardas - na promoção da inclusão social dos munícipes através da prática desportiva e da promoção de um estilo de vida saudável e Associação Académica da Universidade do Minho[72] na vertente da educação. Neste sentido, o Presidente da CM de Braga considera que "[m]ais do que gerir um parque habitacional, temos de ser agentes catalisadores da mudança"[73]. Neste sentido, assumem-se como principais eixos e domínios de intervenção social da BragaHabit nos bairros sociais a educação, o desporto, a multiculturalidade e a saúde e bem-estar, através do desenvolvimento de diversos projetos sociais abaixo descritos.

Projeto (Re)Escrever o Nosso Bairro

Como referido anteriormente (Re)Escrever o Nosso Bairro foi um projeto promovido e coordenado pelo município de Braga, que agrupou um conjunto de iniciativas no sentido de promover uma efetiva inclusão de comunidades residentes em três bairros sociais em Braga: Bairro Social das Enguardas, Bairro Social de Santa Tecla e Complexo Habitacional do Picoto. Este projeto decorreu entre 2017 e 2020, no contexto da implementação do PEDU e do PAICD. A iniciativa contou com inúmeras parcerias, entre as quais se destaca a Fundação

[71] De referir que a sede da Associação está inserida no Bairro Social - Enguardas Bloco 1-2-R/C, Braga, 4710.
[72] Disponível em: www.aaum.pt/
[73] Disponível em: https://vmtv.sapo.pt/projectos-de-inovacao-social-marcam-a-diferenca-nos-bairros-de-braga/

Bomfim, através do trabalho do Conservatório Bomfim. De acordo com a referida Fundação, o objetivo foi não apenas dar uma nova vida a estes bairros, com a renovação das infraestruturas, como também colmatar falhas de integração social, de emprego e de capacitação de lideranças locais com um conjunto de atividades definidas nesta operação. Estas atividades acabam por se definir enquanto propostas integradoras para a inclusão ativa, com programas inovadores de experimentação social e de animação territorial, pedagógicos, sociais e artísticos, que incitam o empreendedorismo e emprego nestas comunidades[74].

Figura 19 - Projeto (Re)Escrever o Nosso Bairro

Fonte: https://bomfim.org/projeto-reescrever-o-nosso-bairro/

A ação "Transcrever: Ações Participativas nos bairros sociais de Braga", integrada no projeto (Re)Escrever o Nosso Bairro, foi uma iniciativa que assumiu um papel extremamente relevante na interação com os habitantes dos bairros sociais de Braga e na partilha de boas práticas com a comunidade internacional. Trata-se de um produto do Projeto, mais concretamente de uma publicação que compila a investigação teórico-prática desenvolvida

[74] Disponível em: https://bomfim.org/projeto-reescrever-o-nosso-bairro

ao longo de um ano (2017/2018), criada e organizada pelos Space Transcribers[75], e promovida pelo município de Braga. O livro está organizado em

> *"cinco capítulos que correspondem à cronologia segundo a qual o projeto se desenvolveu, procurando aliar duas componentes relevantes que traduzem o processo de trabalho: uma mais visual, refletida no lado documental das práticas desenvolvidas nos bairros e de imagens/mapas criados e reproduzidos para novas interpretações; e outra mais teórica/empírica, que enquadra e reflete sobre as experiências vividas in situ"* (Pereira e Ferreira, 2018, p. 13).

As reuniões de trabalho envolveram uma equipa internacional de 30 estudantes, assim como profissionais e académicos especialistas de diversas áreas disciplinares que debateram e tornaram visíveis as complexidades e realidades existentes em três bairros sociais da cidade de Braga, através da elaboração de trabalhos práticos, de modo a produzir novas narrativas e possibilidades de atuação sobre estes espaços.

Foram também dinamizadas diversas atividades e oficinas (de fotografia, vídeo e som) que deram origem a exposições e também a um fórum/debate com diversos convidados e intervenientes dos bairros sociais de Braga (moradores, representantes das associações locais e comissão de moradores, membros da BragaHabit e representantes do município), para se reunirem à volta de uma mesa de modo a debater as problemáticas inerentes a cada um destes bairros. Este fórum foi moderado pelos Space Transcribers sob o tema *"Qual o futuro para os bairros sociais?"* no dia 28 de abril de 2018 na Casa Esperança em Braga e seguiu cinco questões previamente estabelecidas por este grupo (Pereira e Ferreira, 2018, p. 225).

As atividades relacionadas com o "Transcrever" permitiram reconhecer as complexas realidades e modos de vida dos bairros, auxiliando o desenvolvimento de mecanismos de mediação entre os habitantes e agentes locais, identificando problemáticas e potencialidades existentes e capacitando os moradores destes complexos habitacionais.

[75] Space Transcribers é "uma plataforma internacional crítica e uma rede interdisciplinar de arquitetos, urbanistas e artistas, que questiona as problemáticas do ambiente construído contemporâneo, focando-se na sua representação e no seu imaginário coletivo." Ver mais em: https://anothercollective.pt/space-transcribers/

Figura 20 - Fórum sob o tema - Qual o futuro para os bairros sociais?

Fonte: Pereira & Ferreira, 2018, p. 226

Este trabalho foi efetuado tendo sempre por base um envolvimento das pessoas, atuando em duas frentes fundamentais: a reabilitação física dos bairros e a aproximação da cidade à comunidade residente.

> Neste sentido, a Diretora do Departamento de Ação Social da BragaHabit destacou as atividades realizadas nos bairros, no âmbito do projeto (Re)Escrever o nosso Bairro e o papel crucial das Associações de Moradores na organização destas ações comunitárias, onde juntamente com as populações foram realizados convívios, momentos de lazer, entrevistas aos moradores, nomeadamente às mulheres de etnia cigana com vista à aproximação aos moradores e à convivência multicultural, para além de outras atividades. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 5)

Efetivamente, trata-se de um projeto/de uma intervenção sociourbanística de grande qualidade e de uma publicação muito interessante que evidencia o esforço por parte do município em receber uma equipa de reputados profissionais e especialistas que, juntamente com estudantes e a sociedade civil, debateram as complexidades e realidades existentes nos três bairros sociais mais populosos da cidade de Braga.

Projeto Brag@Brinca

Este projeto, direcionado para a vertente da educação, tinha como principais objetivos combater o analfabetismo, o absentismo escolar e as baixas qualificações e também incentivar a permanência na escola, promover a integração social das crianças e jovens de etnia cigana na sociedade maioritária, promover a cidadania e a participação cívica dos jovens na vida pública e ainda a aquisição de novos conhecimentos e diferentes saberes[76].

Relativamente ao histórico desta iniciativa, a Diretora do Departamento de Ação Social refere que foi a partir do ano de 2004 que passou a existir mais intervenção social com o Projeto Brag@Brinca. No entanto, este projeto não surtiu os efeitos desejados, uma vez que não se conseguiu que os jovens frequentassem o autocarro nos tempos livres e em complemento com o horário escolar:

> Em 2004 iniciámos o projeto Bragabrinca que consiste num autocarro que desenvolvia atividades lúdicas, mas sempre ligadas à educação (…) nos bairros sociais, em Santa Tecla, nas Enguardas, no Picoto e nas Andorinhas. O autocarro deslocava-se aos locais, tinha computadores, as crianças podiam aceder para jogar, para pesquisar coisas para a escola, tinham também jogos, desenhos para pintar, dependendo da idade das crianças que nos apareciam (…). Depois começámos a perceber que eles podiam estar a faltar à escola para ir para o autocarro, porque preferiam frequentar aquele espaço que é muito mais agradável e ainda por cima estava à porta de casa. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 3)

Na base deste projeto estava o propósito de desenvolver ações multidimensionais e integradas que potenciassem a identidade e pertença:

> "[Quando]começaram as obras de reabilitação dos espaços físicos nas Enguardas e em Santa Tecla, nós sabíamos que em paralelo, teríamos que ter um projeto para trabalhar as pessoas (…), a criação de um grupo de jovens para trabalhar o sentimento de pertença. Tentar perceber o que é que eles, depois das obras, podem desenvolver no bairro para a proteção e conservação dos espaços comuns (..). Em Santa Tecla tentou-se, com crianças, tentou-se com jovens, tentou-se com adultos e não conseguimos fazer nada, porque é uma população mais difícil. São várias comunidades dentro de uma comunidade e nunca tinham tempo. Marcavam-se horas e não apareciam e depois criou-se um grupo [...] A nossa ideia era criar uma Associação Juvenil, mas que fosse uma Associação de Moradores, e não se conseguiu conciliar, porque depois os jovens atingem uma determinada idade, começam a ter outras prioridades e não dispensavam o tempo deles para coisas sérias. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 6)

Este tipo de projetos é determinante para consolidar todas as intervenções no espaço físico. A dimensão da integração dos bairros na comunidade, a valorização dos residentes e a

[76] Disponível em: www.bragabrinca.bragahabit.pt/

consciencialização de zelar pelo espaço são fundamentais para que se consiga uma efetiva inclusão nas comunidades residentes (Pereira e Ferreira, 2018, p. 1). Por outro lado, envolve atividades atrativas para crianças e jovens, uma vez que recorrem a atividades lúdicas que envolvem equipamentos e recursos que lhes despertam interesse e motivação.

Um dos problemas identificados pela Diretora do Departamento de Ação Social da BragaHabit e que requer muita sensibilidade e tempo disponível, reporta-se às obras de reabilitação, sobretudo quando se afigura necessário os residentes terem de sair temporariamente da casa:

> Com as obras que temos no bairro é obrigatório trabalharmos em parceria, porque existem as mobilidades das famílias. Nós temos de tirar as famílias das casas e pô-las noutras casas, noutras entradas, com outras famílias. É o drama, é o drama sempre que vamos iniciar uma obra, numa nova entrada, uma coisa que poderia demorar uma semana, demora sempre um mês e atrasa-nos sempre tudo, é muito complicado. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 26)

Com o intuito de ultrapassar essa dificuldade, a dirigente entrevistada referiu que há alguns anos atrás tinham o grupo dos líderes, que era um grupo dos Jovens Ativos que prestava alguma ajuda e foi promovida uma formação sobre História e Cultura Cigana, "para e com" os ciganos, *"e eu aproveitei e fiz também a formação para perceber alguns comportamentos deles. Fiquei a perceber imensa coisa e entendo, mas depois existe a lei do país (...) e nós não conseguimos dar resposta a tudo* (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 32).

> "Nós queríamos ter alguém no bairro, a quem nós pudéssemos recorrer em caso de necessidade, (…) mas eles (etnia cigana) têm uma logística interna (…) e temos de ter em atenção as famílias contrárias, não as podemos colocar juntas com outras, porque vai correr mal. É muito difícil para nós, conseguir lidar, porque uma família que chegue e diga "eu tenho de sair do bairro porque eu não posso estar no bairro", nós não temos casas disponíveis para conflitos familiares. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 32)

Outro dos problemas apresentado pela BragaHabit reporta-se à preservação e conservação das habitações e espaços comuns.

> Notámos que passado pouco tempo alguns prédios já estavam quase iguais ao que estavam antes da obra, e é um bocado frustrante, mas aí também a Associação de Moradores não consegue muito chegar, porque para além de se darem todos bem, não conseguem impor algumas regras que se calhar se impõe no resto do bairro, é um trabalho mais minucioso e terá de ter aqui também a nossa intervenção, mas entretanto também se meteu o COVID, que nos afastou dos locais, foi mau, foi mau. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 22)

Efetivamente, uma boa parte da entrevista realizada com a responsável da Ação Social da BragaHabit reportou-se à problemática da integração social da etnia cigana. Ficou claro que as tradições e os costumes ainda continuam bem enraizadas e presentes nos bairros sociais de Braga, sendo um povo predominantemente orgulhoso das suas raízes e cultura.

> "eles têm algumas caraterísticas que acabam por estragar um bocadinho a convivência com os vizinhos; eles têm sempre razão; eles podem sempre fazer tudo, não respeitam os horários. É óbvio que estou a falar de uma maneira geral, não posso generalizar, mas a maior parte, não é, não têm, não têm… vivem para eles e quem estiver à volta tem de se adaptar e não pode ser assim. Não sei muito bem também o que é que podemos fazer para mudar o comportamento humano. Também não é muito fácil, não é, porque não é só eles, nós também temos aqui famílias que se comportam assim e não são de etnia cigana. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 44)

Este projeto também se afigurou muito importante para sensibilizar os moradores para a importância do ensino pré-escolar e até minimizar a não frequência das crianças nos infantários. Era uma preocupação o facto de as crianças (con)viverem com os adultos e terem comportamentos pouco adequados (…) *"quando se faz visitas aos bairros nota-se que as crianças estão na rua, infantários para eles, não confiam. Agora é que já começam a ceder um bocadinho, mas até aos 6 anos as crianças acabavam por estar ali sem fazer nada, nem aprender nada* (…) (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 12).

O facto de as crianças não integrarem qualquer estabelecimento de ensino antes dos 6/7 anos era uma preocupação e o projeto pretendia desenvolver atividades lúdicas e de inclusão:

> Aprendem na rua, não é? e depois com as problemáticas do bairro, a nível de tráfico de droga e o contacto destes miúdos com esta realidade é desde que nascem e era para acabar um bocadinho com o não terem nada para fazer e ocupá-los com coisas mais relacionadas com a educação, já que não iam para o infantário, pelo menos ali podiam aprender a pintar, coisas básicas, (…) aprender a contar, ler uma história, jogos, que também não tinham em casa. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 12)

A promoção do sucesso escolar constitui um dos principais pilares e apostas do município de Braga, de modo que a BragaHabit também está associada aos apoios socioeducativos, precisamente por considerar que os mesmos são basilares e o garante de princípios de cidadania, inclusão e igualdade social, nomeadamente das gerações mais novas (Bragahabit, 2022b). Neste sentido, também a dimensão da educação está interrelacionada com a dimensão habitacional, uma vez que intervir de forma precoce a este nível pode contribuir para que os jovens destes bairros sociais alcancem um futuro melhor, contribuindo para a

sua inclusão social. Nesta linha, a BragaHabit assegura apoios sociais e educativos a mais de 12 estabelecimentos de ensino do concelho (BragaHabit, 2023).

Projeto M.A.P.A (Movimento Arte Pública Alternativo)

Como exemplo de boa prática no território, destaca-se o projeto M.A.P.A (Movimento Arte Pública Alternativo) que abrangeu 120 jovens das Enguardas, com idades entre os 12 e os 25 anos. Este constitui um projeto de inovação social que se encontra a decorrer no Bairro das Enguardas e que tem permitido aos moradores jovens a oportunidade de desenvolverem competências e conhecimentos, através da dimensão artística e da cultura, mediante metodologias participativas que pretendem ajudar estes jovens a construir um rumo e um percurso positivo. Esta iniciativa conta com a Associação de Moradores do Bairro das Enguardas e a Junta de Freguesia de S. Victor, enquanto parceiros. Foi criado com o propósito de estimular os jovens residentes no Bairro para uma consciência mais coletiva, cooperante e produtiva e conta com o coletivo artístico "A Casa ao Lado" para dinamização de workshops, que auxiliaram na realização de pinturas murais, conforme ilustra a figura seguinte.

Figura 21 - Pintura de mural nas paredes da Escola Básica das Enguardas

Fonte: https://bragatv.pt/projeto-m-a-p-a-da-cor-a-escola-basica-das-enguardas-em-braga/

De referir que o MAPA[77] pretende desenhar e revelar caminhos que possibilitem a estruturação de dinâmicas de inclusão social através de processos participativos e comunitários de produção e fruição artísticas e culturais. A operação ATLAS resulta de uma candidatura ao NORTE-07-4230-FSE-000078 – CULTURA PARA TODOS, sendo cofinanciada no âmbito do Programa Operacional Norte 2020, Portugal 2020 e do Fundo Social Europeu[78].

Projeto "Bike Attitude"

A dimensão do desporto é explorada através de projetos como o Bike Attitude, apoiado pelo programa *Portugal Inovação Social* que está a ser implementado nos Bairros das Andorinhas, Enguardas e Picoto, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida e da saúde dos moradores destas zonas, mediante a prática de desporto. Ao mesmo tempo visa promover a inclusão social das crianças e jovens, de modo a agir precocemente, através da prevenção e da intervenção, para que possam ter um futuro mais próspero e para que adquiram competências importantes para a sua vida futura e desenvolvimento pessoal, de modo a promover um sentimento de valorização nestes jovens e a proporcionar-lhes experiências de êxito, importantes para delinear objetivos para o seu percurso de vida (Bragahabit, 2023).

Ainda no domínio do desporto, também o projeto implementado pela Associação Parretas Team, um dos campeões do Orçamento Participativo "Tu Decides" de 2017, visava a construção de uma rede de suporte para crianças e jovens, através da prática desportiva do boxe, de modo a contribuir para o combate do insucesso escolar e da exclusão social (Bragahabit, 2023).

Programa "Viva o Bairro"

O programa Viva o Bairro resulta de uma parceria da BragaHabit com o município de Braga e é dinamizado pelo *Human Power Hub* em conjunto com as Associações de Moradores do município. Este programa constitui a iniciativa de intervenção social mais recente (2022) e atua junto das comunidades com vista à identificação das suas necessidades, em territórios identificados como prioritários. Neste sentido, o seu principal objetivo consiste em conferir

[77] Designação escolhida para uma das ações da operação ATLAS.
[78] Disponível em: https://bragatv.pt/projeto-m-a-p-a-da-cor-a-escola-basica-das-enguardas-em-braga/

resposta às necessidades salientadas pelos próprios moradores, dando-se primazia à intervenção nos domínios da Cidadania, da Educação, do Emprego, da Exclusão Social, da Solidariedade Comunitária, do Desporto, da Saúde e do Bem-Estar (Bragahabit, 2023).

As normas que regularam a implementação da primeira edição - 2022/2023 do Programa Viva o Bairro, foram aprovadas pelo executivo municipal em 26 julho de 2022[79]. Nessa primeira edição foram aprovados dez projetos de melhoria e/ou requalificação propostos por associações de moradores ou outras entidades com intervenção local, que foram financiados a 100% e até ao montante máximo de 20 mil euros, no valor global de cerca de 170 mil euros[80].

Figura 22 - Programa Viva o Bairro

Fonte: www.cm-braga.pt

[79] As regras do Programa Viva o Bairro podem ser consultadas em: www.bragahabit.com/_files/ugd/71f667_46bdd698b0ae4344ba137a6707b86c4c.pdf

[80] Os projetos financiados são os seguintes: 'O Ringue da Amizade', da Associação Pegadas do Brincar (20 mil euros); 'Da Rua para o Ringue', da Associação Parretas Team (19.660 euros); 'Sénior Feliz, Saudável e Seguro', da Associação de Moradores do Bairro Social das Enguardas (20 mil euros); 'Viva às Andorinhas', da Associação de Moradores das Andorinhas (20 mil euros); 'Academia Tecl@rt', da Delegação de Braga da Cruz Vermelha (20 mil euros); 'Festival Internacional de Ilusionismo', da Associação de Moradores de Montélios e S. Frutuoso (20 mil euros); 'Todos ao Forum', da Associação de Moradores do Aldeamento Bracara Augusta (11.750 euros); 'Cativar', da Associação Juvenil 'A Bogalha' (17.388,86 euros); 'Escola de Música e Cidadania Picoto', da Agência do Bem/Fundação Bomfim (20 mil euros); e 'Turma do Bairro', da Organização Portuguesa de Ajuda Humanitária (20 mil euros).

Esta iniciativa local de habitação procura responder às necessidades identificadas pelas comunidades em função dos seus contextos. Apoia diretamente as redes locais nos territórios prioritários, privilegiando as áreas da cidadania, educação, emprego, exclusão social, solidariedade comunitária, desporto, saúde e bem-estar e tem como objetivo promover o desenvolvimento local, fomentando a cidadania ativa, a capacidade de auto-organização e a procura coletiva de soluções, através da participação da população na melhoria das suas condições de vida[81].

Os protocolos relativos à primeira edição do Viva o Bairro foram assinados em dezembro de 2022 e, segundo o presidente da CM de Braga, esta iniciativa potencia a interlocução entre os moradores e o universo municipal e a participação dos próprios na formulação das políticas municipais, o que se revela fundamental para estimular a cidadania ativa e responsabilizar os cidadãos pelos destinos do território e das suas comunidades. De acordo com a mesma fonte, este envolvimento direto dos moradores é enriquecedor e promove uma lógica de co-responsabilização pelos destinos das comunidades. Para além disso, com o contributo dos moradores conseguimos ainda uma maior proximidade e entendimento daquilo que são as necessidades de cada zona da cidade[82] (Bragahabit, 2023).
Efetivamente, trata-se de um projeto que evidencia o esforço da parte do município em envolver os munícipes na procura de soluções e respostas para os problemas do território.

Programa Bairros Saudáveis

Do Programa Bairros Saudáveis 2020 destaca-se o projeto *Crescer Comum*, promovido pela Cruz Vermelha Portuguesa e dinamizado no Bairro Social de Santa Tecla, e o projeto *AS - Andorinhas Saudável* dinamizado no Bairro Social das Andorinhas, que comtempla a criação do espaço AS, um espaço de relevância comunitária[83].

O projeto Crescer Comum contempla três eixos de intervenção (saúde, social e ambiental) e surgiu na sequência do processo de requalificação urbana, em virtude do estado de degradação em que se encontrava e da necessidade de criar iniciativas que visassem consciencializar os moradores para a preservação dos espaços públicos e o respeito dos

[81] Disponível em: www.cm-braga.pt
[82] Disponível em: www.cm-braga.pt/pt/0201/comunicacao/noticias/item/item-1-15115
https://portocanal.sapo.pt/noticia/317794
[83] Disponível em: www.bragahabit.com/projetos-sociais

espaços comuns e zonas envolventes do bairro, corrigir comportamentos desadequados enquanto moradores que coabitam o mesmo espaço, sujeito a regras e cumprimento de obrigações relativamente a hábitos de higiene e de reciclagem (Bairros Saudáveis, 2020).

Neste sentido, uma vez que o Bairro de Santa Tecla é habitado, na sua maioria, por residentes de etnia cigana, os objetivos principais do projeto passam por promover o empoderamento de dez jovens de etnia cigana, de modo a contribuir para o seu desenvolvimento e autonomia através da promoção de competências no sentido de provocar a mudança social; desenvolver competências associativas e providenciar-lhes as ferramentas necessárias ao desenvolvimento das competências fundamentais à gestão e organização de uma associação. O projeto pretende também que estes jovens possam gerar um ambiente salutar e hábitos de vida mais saudáveis, a nível biopsicossocial (sono, alimentação, nutrição, consumos aditivos…), de modo a promover um crescimento e desenvolvimento saudável das novas gerações e incutir hábitos e práticas mais equilibradas. Sobre a pandemia gerada pelo Covid-19 também foram promovidas práticas de prevenção e de mitigação do vírus, no município de Braga, uma vez que foi sinalizado como um dos concelhos com maior incidência do coronavírus (Bairros Saudáveis, 2020).

O projeto AS - Andorinhas Saudável é um projeto de serviço à comunidade que visa a melhoria das condições de vida dos moradores do Bairro das Andorinhas em Braga, através de um conjunto de atividades que respondem a necessidades dos residentes. Contempla, também, a criação do *Espaço AS*, um espaço de relevância comunitária através de dois eixos de intervenção (saúde e social). De acordo com o coordenador do projeto, trata-se de uma iniciativa dinâmica e transformadora para o bairro, conferindo uma ação inovadora para a sua Associação de Moradores. Terá impacto no combate à exclusão social dos mais jovens e ao isolamento dos idosos. O *Espaço AS* será um espaço comunitário destinado à promoção de atividades de intervenção e de estímulo do bem-estar mental, da autonomia, da participação social e da estimulação cognitiva dos moradores do bairro. Será, ainda, executado um programa de promoção da atividade física para criar hábitos de caminhar, correr, ginástica ao ar livre, dança, e introduzir a prática de exercício nas rotinas dos seus habitantes. E contará, ainda, com uma ação de sinalização e avaliação das situações de

isolamento, criando uma rotina de visitas, por uma equipa multidisciplinar, direcionada para atividades de saúde, ocupação, acompanhamento e aconselhamento psicossocial[84].

Programa Escolhas

No âmbito do Programa Escolhas - 8ª geração, foram apoiados no concelho de Braga dois projetos: Projeto Geração Tecla e Projeto "B!Equal".

O projeto Geração Tecla tem como objetivo principal a criação, implementação e avaliação de uma ação integrada de combate ao absentismo e à promoção de competências escolares de crianças e jovens da comunidade cigana residente no Bairro Social de Santa Tecla. Pretende-se, com a Geração Tecla, uma efetiva inclusão social e escolar, a igualdade de oportunidades e a dinamização cultural. O projeto procura a complementaridade, a articulação de recursos e a co-responsabilização de todos os parceiros envolvidos. E visa, também, o desenvolvimento de ações interventivas e preventivas de inclusão social e escolar[85].

O projeto B!Equal tem como objetivo principal a promoção e a inclusão social das crianças e jovens de minorias étnicas, descendentes de imigrantes e outros em risco de exclusão social. Abrange os residentes da Praceta Padre Sena de Freitas, Monte de São Gregório, Ferreiros e zonas envolventes, incluindo os bairros.

De acordo com a dirigente entrevistada, os projetos do Programa Bairros Saudáveis e do Programa Escolhas são um complemento e uma mais-valia,

> *"por exemplo, em Santa Tecla criámos um espaço cultural, que possivelmente vamos ceder a alguma instituição, ou seja, vamos ter um espaço no bairro para dinamizar atividades com os moradores, o que é bom, porque é no bairro, e eles não têm de se deslocar."* (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 14)

5.2.4. Lógicas de ação e estratégias de intervenção

A estratégia de intervenção nos bairros sociais do município de Braga incorpora o trabalho diário e contínuo de muitos parceiros, junto dos moradores, através dos projetos sociais

[84] Disponível em: www.bragahabit.com/projeto-as-andorinhas-saudaveis
[85] Disponível em: www.bragahabit.com/projeto-geracao-tecla

dinamizados em várias frentes e domínios, tendo sempre como principal objetivo a inclusão social dos residentes.

A diversidade de projetos e o envolvimento dos moradores nas ações dinamizadas no bairro remete para a lógica de proximidade e de geração de confiança. O facto dos autocarros do projeto Brag@Brinca estarem sediados nos bairros, junto da comunidade e das famílias e se encontrarem sob a supervisão de adultos do próprio bairro, são disso exemplo. Neste sentido, o autocarro é entendido como num espaço que as próprias famílias consideram "inofensivo" e que confiam, como um espaço seguro para as suas crianças e adolescentes, estratégia esta que também contribui para que as famílias estejam mais recetivas e adiram mais facilmente a que os seus jovens frequentem o espaço.

Neste contexto, a Diretora do Departamento de Ação Social da BragaHabit destacou as atividades realizadas nos próprios bairros, no âmbito dos diversos projetos e o papel crucial das Associações de Moradores na organização das ações comunitárias:

> A Associação de Moradores ajuda imenso a desenvolver atividades nos bairros (…) eles fizeram entrevistas às mulheres de etnia cigana, inicialmente connosco, mas depois sem nós, porque a nossa presença podia estar ali a privar de alguma informação fluir. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 5)

Para além disso, no que diz respeito a estratégias de intervenção, a BragaHabit recorre também ao envolvimento de "informadores informais" que transmitem os problemas e necessidades identificadas, sugestões de melhoria e as dinâmicas quotidianas nos bairros, de modo a que os profissionais possam ter um maior conhecimento da realidade e da vida social nos bairros.

> É assim, nós temos informadores informais (…) e vamos conseguindo perceber o que se passa em todos os bairros, porque há sempre alguém que nos informa, (…) e vamos conseguindo, quando vêm cá ao atendimento e nas visitas que nós fazemos também nos vão dizendo. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 32)

Efetivamente as visitas domiciliárias constituem um instrumento crucial para poder ser observada e apreendida a realidade dos bairros, para os profissionais estabelecerem uma relação de confiança e, acima de tudo, de cooperação mútua, com vista à promoção do desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos e de uma boa convivência nestes espaços.

Por outro lado, também os patriarcas assumem um papel muito importante ao nível de estratégias de intervenção social com as comunidades ciganas, atuando como líderes, mediadores e atenuadores dos conflitos internos ao bairro e como promotores da mudança

social, através do diálogo e cooperação com os profissionais que intervém nestes locais. "Tínhamos um patriarca em Santa Tecla, tínhamos dois até, entretanto esses faleceram, mas sim, a esses recorremos, quando precisamos de alguma coisa, e eles ajudam-nos." (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 32)

Como foi mencionado pela Diretora entrevistada, também o trabalho em rede assume extrema importância como estratégia de intervenção social com os moradores destes bairros, nomeadamente a colaboração que existe com as diversas instituições do concelho, como Centros de Saúde, a Segurança Social, a Cruz Vermelha, a Cáritas, as Associações de Moradores, o Centro de Emprego, entre outras.

> Neste momento, a nível de projetos, só temos a decorrer os Bairros Saudáveis e os dos Programas Escolhas [envolvendo vários parceiros e trabalho em rede], que é relacionado com a educação, depois temos é o trabalho diário com as equipas do RSI, com os Centros de Saúde, também fazemos algumas visitas em conjunto. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 14)

Neste sentido, o município procura no trabalho em rede com as instituições locais e com as organizações não lucrativas o suporte para esta intervenção, de modo a promover o acesso a equipamentos, a respostas e aos recursos sociais. Com efeito, a intervenção social empenha-se na crescente qualidade e adequação das respostas do município às necessidades da população, de modo a promover a coesão social do território e o suporte aos cidadãos e famílias que se encontram em situação de maior fragilidade social, com vista à sua capacitação, bem como das próprias organizações que atuam no território.

Uma das estruturas dos Bairros de Habitação Social é a Assembleia de Moradores que se assume como um espaço em que se partilham e coexistem ideias e oportunidades de debate e de discussão, com vista à melhoria da intervenção realizada nos bairros de habitação municipal de Braga. Neste sentido, esta Assembleia envolve reuniões mensais entre a direção da Empresa Municipal BragaHabit e os representantes das comunidades de residentes de nove bairros do concelho: Bairro das Enguardas, Bairro das Andorinhas, Bairro de Santa Tecla, Bairro do Picoto, Bairro Montélios, Bairro Bracara Augusta, Bairro Nogueira da Silva, Bairro da Alegria e o Bairro das Parretas (Bragahabit, 2023).

Neste sentido, a Assembleia de Moradores acaba por ser uma estratégia de intervenção que vai desde a identificação das necessidades até ao encontro de soluções para os problemas diagnosticados:

> fizemos agora o Protocolo com a Associação de Moradores para uma residência partilhada, em que será a Associação de Moradores a gerir, portanto, nós cedemos a casa e eles vão colocar lá as pessoas (…). Achei muito interessante, a necessidade surgiu deles e agora eles vão resolver, eles pensavam que íamos ser nós a gerir, mas não (…) também para começar a fazer coisas diferentes, vamos ver como é que vai correr, mas as Associações são muito importantes. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 20)

Outra estrutura criada em abril de 2022 e onde estão representadas as Associações de Moradores é o Conselho Municipal de Habitação. Surgiu com a necessidade de implementar instrumentos para uma gestão eficaz da política de habitação municipal e assume-se como uma instância de participação com fins consultivos, procurando dar voz a todos os parceiros sociais do sector da habitação. Além disso, contribui para a revisão regular e participada da ELH[86], visando uma melhor adequação entre as políticas municipais e os seus destinatários e a cooperação institucional entre os vários agentes.

Relativamente aos objetivos do Conselho Local de Habitação de Braga, destacam-se os seguintes:

- envolver os parceiros sociais que atuam neste setor, tais como: Associações de moradores, Cooperativas, Membros da Assembleia Municipal das diversas forças políticas representadas naquele órgão e Organizações cívicas;
- promover a transparência e a participação efetiva no desenho e concretização das políticas e medidas que o município deve desenvolver para dar resposta ao direito à habitação (conforme consagrado no artigo 65.º da CRP);
- realizar debates que visem a promoção da participação das comunidades locais e das populações em iniciativas tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais;
- emitir pareceres e recomendações sobre projetos, iniciativas e políticas de habitação para a cidade que lhe sejam submetidas[87].

Efetivamente, este órgão, ao envolver os parceiros sociais que atuam no setor da habitação, nomeadamente as associações de moradores, cooperativas, deputados municipais das diversas forças políticas representadas na Assembleia Municipal, organizações cívicas, entre

[86] A ELH de Braga foi aprovada no ano de 2021.
[87] Disponível em: www.bragahabit.com/conselho-local-de-habitacao

outros, promove a transparência e evidencia as metodologias participativas no desenho e concretização de medidas e políticas de habitação para o município de Braga.

Podemos afirmar que estamos perante uma boa prática, que pretende ativar mecanismos que garantam melhores políticas de habitação que concretizem efetivamente o direito à habitação.

5.2.5. Avaliação e monitorização

No que se refere à monitorização do Programa Bairros Saudáveis a decorrer em muitas cidades do país, e também no município de Braga, esta encontra-se sob a responsabilidade da equipa de coordenação nacional, que conta também com o suporte das equipas de coordenação regional e das entidades promotoras dos projetos financiados, que procura averiguar a situação do programa em cada uma das fases, *on going*, ao longo de todo o processo, de modo a assegurar uma análise rigorosa e correta da avaliação da necessidade de incluir medidas alternativas/retificações. Este processo da monitorização é multidimensional, isto é, incide em diferentes domínios de execução, nos relatórios de contas referentes a cada projeto e na informação estatística, cartográfica e sociográfica gerada no contexto do Programa[88]. As dimensões que importam neste processo constituem a monitorização temporal, territorial, física e financeira.

Neste sentido, a avaliação dos projetos e do Programa mencionado destina-se a avaliar os impactos deste, de três modos: autoavaliação, realizada particularmente para as atividades que constam nos relatórios de contas; a avaliação participativa, de modo a avaliar os resultados obtidos e os pontos de melhoria a incluir para reajustamento; avaliação independente que consiste na avaliação de contributos para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que conta com o auxílio da plataforma *ODSlocal*; e avaliação geral final do programa, tendo em conta toda a informação que foi trabalhada e produzida durante a monitorização e com a colaboração da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (Bairros Saudáveis, 2022).

Relativamente aos restantes projetos que foram sendo implementados no concelho, a dirigente da BragaHabit entrevistada referiu que a avaliação e monitorização dos mesmos é

[88] Disponível em: https://candidaturas.bairrossaudaveis.gov.pt/candidatura/index.htm?pp=1;n=575

realizada pela própria CM, uma vez que, na sua maioria, dizem respeito a projetos do próprio município. O (Re)Escrever o nosso Bairro é a Câmara (…) não sei se terá existido algum sistema de avaliação e de conclusões, mas os projetos, geralmente, a ser financiados, têm de ter uma conclusão no mínimo, não é… Mas será pela Câmara, sim (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 40).

De acordo com o Plano de atividades e orçamento para 2022 da BragaHabit, através dos seus regimes de apoio à habitação, a Empresa Municipal assegura o acesso à habitação a mais de 1300 famílias, correspondente a mais de 3,5 mil cidadãos[89].

Conforme referido anteriormente, em matéria de habitação, o município de Braga, através da Empresa Municipal BragaHabit, além da gestão dos cerca de 600 fogos que integram o parque habitacional municipal, aos quais se juntam mais 186 fogos em regime de subarrendamento, presta apoio direto ao arrendamento e disponibiliza as residências partilhadas (treze por administração direta e três através de protocolos com outras entidades), no sentido de promover o acesso dos indivíduos ao alojamento e promover a sua autonomia e integração social.

5.2.6. Perspetivas quanto às políticas de habitação e intervenção social e urbanística

Relativamente às perspetivas futuras face à habitação social e reportando ao município de Braga, a dirigente entrevistada da BragaHabit não acredita que a construção de novos bairros seja uma probabilidade, precisamente, pela aposta e eixo estratégico da CM de Braga em reabilitar o parque habitacional. Assim, o investimento do município, em contexto de habitação social, espera-se igualmente que recaia na reabilitação dos edifícios e atribuição de condições físicas e estéticas, que visem a promoção da inclusão social dos moradores no esbater do estigma existente relativamente aos bairros sociais e na diminuir as "barreiras" que o mesmo gera entre os moradores destes bairros e a restante população.

> …construção de novos bairros não sei se vai acontecer, podemos se calhar mobilizar algumas famílias (...); quer dizer, não sou eu que mando, mas… pode ser, mas construção de novos bairros acho que ninguém é a favor, portanto, não irá ser feito, mas os que existem, é tentar um bocadinho mudar o olhar sobre o bairro e o olhar negativo… (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 48)

[89] Disponível em: www.bragahabit.com/_files/ugd/71f667_6b60018c070740b59609a0cc36a84670.pdf

No que concerne às perspetivas relativamente às estratégias de intervenção com a comunidade cigana, a Diretora do Departamento de Ação Social considera que aglomerar todas as famílias no mesmo espaço não constitui a melhor solução, uma vez que contribui para a sua segregação e "guetização", apresentando-se como uma alternativa a constituição de pequenos condomínios e de diversos aglomerados de condomínios de pequena dimensão, de modo a facilitar a sua inclusão social e adaptação ao restante tecido social e urbano. "(…) [E]u sou a favor de mini condomínios. Nem os separar a todos, nem os juntar a todos, mas se calhar aqui zonas na cidade, tanto que os nossos bairros são todos na cidade, uns ali em baixo, outros ali em cima, é tudo um bocadinho central" (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 48).

Neste sentido, a profissional também sublinha que considera que se existir uma alteração de comportamentos e uma melhor conservação e manutenção dos próprios espaços em que se inserem os bairros, o mesmo pode contribuir não só para uma representação social mais positiva dos mesmos e, consequentemente, ajudar a mitigar a estigmatização de que estes espaços são alvo, como poderá contribuir para um maior bem-estar e qualidade de vida das populações aí residentes.

> Se efetivamente eles conservarem o espaço agora, após as obras... O aspeto está completamente diferente, está muito bonito, muito bonito. Basta pintar uma fachada que fica logo diferente, mas mesmo a nível de espaços públicos também vai ter alterações, se eles conservarem, eu acredito que o conceito da sociedade para com o bairro vá mudar… (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 48)

Na leitura da dirigente entrevistada a responsabilização e as regras para cuidar dos espaços comuns interfere tanto na qualidade do espaço quanto na convivência diária. No seu entender, o melhor caminho deve apostar em consciencialização e motivação, porque quando cada um faz a sua parte, os vizinhos sentem-se motivados para preservar e cuidar das áreas comuns. Trata-se de tarefas que exigem dedicação e responsabilidades para que seja possível criar um ambiente harmonioso, seguro e agradável.

> O cuidar dos espaços comuns, porque se nós passarmos num bairro, (…) se estiver conservado, nem nos apercebemos que é um bairro social e se, efetivamente, nós conseguirmos que eles (…) conservem o espaço, após as obras, fica tudo muito bonito, mesmo a nível de espaços públicos. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 48)

No que diz respeito à estratégia e orientação política da habitação para o futuro, a dirigente entrevistada não acredita na construção de novos bairros:

> A construção de novos bairros acho que ninguém é a favor, portanto, não irá ser feito, mas os que existem, é tentar um bocadinho mudar o olhar sobre o bairro e o olhar negativo. (…) eu acredito que o conceito da sociedade para com o bairro vá mudar, claro que não é para o ano, nem daqui a dois anos se calhar daqui a dez… podemos ter alguma alteração, espero que sim. (Entrevista EM BragaHabit - Braga, Pos. 48)

5.3. Covilhã

5.3.1. Parque habitacional e distribuição territorial

O concelho da Covilhã situa-se na região das Beiras e Serra Estrela (NUT III), Beira Baixa, distrito de Castelo Branco, no centro de Portugal, na encosta sudoeste da Serra da Estrela, com uma área de 555 km^2, onde residem 46 455 habitantes (Censos 2021). A cidade da Covilhã ocupa uma posição central no eixo de desenvolvimento marcado pelos polos mais importantes da região (Guarda – Covilhã – Castelo Branco) e constitui um centro estruturante e polarizador de uma vasta rede, de localidades, distribuída pelas 21 freguesias/uniões de freguesia existentes, constituindo o centro populacional do concelho, onde ocorrem as principais atividades socioeconómicas e culturais.

O parque habitacional do município agrega vários conjuntos de habitações, num total de 719 fogos:

Tabela 3 - Parque Habitacional do Município da Covilhã

Freguesia/União de Freguesias	Bairro / Lugar	Nº de Fogos
Boidobra	Bairro Quinta da Alâmpada	192
União das Freguesias de Covilhã e Canhoso	Covilhã – Bº Penedos Altos	10
	Covilhã – Rua Cidade do Fundão	34
	Covilhã – Bº Património/Pe. Américo	12
	Covilhã Dispersas	24
	Covilhã – Pré Fabricadas	10
	Covilhã – Rua 1º de maio	36
	Covilhã – Rua Mateus Fernandes/Bº Rodrigo/Bº Estação	36
	Covilhã – Rua Pinhal do Gaiteiro	12

Freguesia/União de Freguesias	Bairro / Lugar	Nº de Fogos
União das Freguesias de Teixoso e Sarzedo	Teixoso - Bairro das Nogueiras	135
Tortosendo	Bairro do Cabeço	148
	Rua Boavida CB	6
	Rua Nova do Souto	40
União das Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho	Vila do Carvalho - Sítio do Pouso	24
	Total	**719**

Fonte: Elaboração própria com base em Documento Orientações Estratégicas – Políticas de Habitação, CM Covilhã, 2018

De acordo com a tabela anterior, o parque habitacional do município da Covilhã agrega vários conjuntos de habitações (14 bairros) que constituem um universo de 719 fogos municipais. De referir que o município possui um PDM - Plano Diretor Municipal, encontrando-se atualmente em revisão, tendo desenvolvido outros PMOT - Planos Municipais de Ordenamento do Território e um conjunto de documentos estratégicos relativamente ao ordenamento e reabilitação urbana.

De acordo com a Chefe de Divisão responsável pela ação social e habitação do município, estes recursos habitacionais têm como objetivo promover soluções adequadas para os cidadãos que possuem carências habitacionais:

> Nós temos cerca de 800 fogos, que estão distribuídos maioritariamente por três bairros sociais, ... Estes, digamos que são mesmo bairros sociais e foram construídos para esse efeito e são os maiores … Boidobra, Teixoso e Tortosendo. Contudo, também temos neste bloco habitacional a Vila do Carvalho, ao fim ao cabo estas freguesias fazem parte da malha urbana mais alargada, não são freguesias urbanas, mas são semiurbanas, estão mesmo à porta da Covilhã. E depois temos também casas concentradas na Covilhã e também no bairro do património. Também existem uns blocos habitacionais que antigamente eram dos serviços sociais da Câmara, que, entretanto, a Câmara ficou com essas casas e também fez alguns blocos habitacionais na zona norte da cidade. E, portanto, espalha-se um pouco por estes territórios o nosso edificado em termos de habitação social. (Entrevista CM Covilhã, Pos. 9)

De acordo com a ELH[90], deste universo, 690 fogos constituem a bolsa de habitação social do município da Covilhã. Esta bolsa é composta, maioritariamente, por habitações de

[90] Disponível em: www.cm-covilha.pt/db/documentos/1175.1.1659429361.pdf

tipologia T2 (46,4% e 320 fogos) e T3 (35,7% e 246 fogos). Cerca de 38% das habitações (259 fogos) encontram-se em razoável estado de conservação, cerca de 34% apresentam um estado de conservação bom (232 fogos) e 12% dos fogos estão em mau estado de conservação (83 fogos). Existem, ainda, 116 fogos para os quais não existe informação sobre o seu estado de conservação (cerca de 17% do universo total de fogos). Em relação ao estado de ocupação, identificam-se 44 fogos livres na bolsa de habitação social municipal, distribuídos pelas freguesias de Boidobra e de Tortosendo e pelas UF de Covilhã e Canhoso, de Cantar-Galo e Vila do Carvalho e de Teixoso e Sarzedo. Estes fogos livres são compostos maioritariamente por habitações de tipologia T2 (68,2% e 30 fogos) e T3 (22,7% e 10 fogos). Identificam-se, ainda, como livres, 2 fogos de tipologia T4, 1 fogo de tipologia T1 e 1 fogo de tipologia não identificada (9,1% do universo de fogos municipais livres). Complementarmente, indicaram-se seis imóveis, propriedade dos parceiros envolvidos, que, atualmente, não fazem parte da oferta habitacional, mas que podem ser avaliados para vir a integrar a oferta de habitação apoiada no Concelho, se for considerada indicada a sua reconversão funcional e/ou reabilitação (documento estratégico, cedido pelo município).

De acordo a CM da Covilhã, o parque habitacional, nos últimos tempos, não tem aumentado e os três bairros mais populosos foram construídos em 1998, 2000, 2002 (Entrevista CM Covilhã, Pos. 11). Os principais bairros sociais do concelho da Covilhã situam-se, então, na freguesia de Teixoso, Tortosendo e Boidobra.

A Freguesia de Teixoso é uma vila com uma área de 35,6 Km^2 e cerca de 4360 habitantes, situando-se a 5,4 Km da cidade da Covilhã, sede de concelho.

Figura 23 - Bairro das Nogueiras em Teixoso - Covilhã

Fonte: Jornal Notícias da Covilhã (11/05/2021)

A Urbanização das Nogueiras é um Bairro Social situado na Freguesia de Teixoso, composto por 135 habitações distribuídas por 16 blocos. Destes fogos, 64 correspondem à primeira fase de construção (do bloco 9 ao 16) e situam-se à entrada do Bairro, enquanto 71 fogos correspondem à segunda fase de construção (do bloco 1 ao 8) e encontram-se situados ao fundo do Bairro. Estes últimos têm elevadores no interior dos prédios que são constituídos por 4 andares, enquanto que, os 61, constituídos por 3 andares não possuem elevadores (Campos, 2013, p. 59).

Já a Freguesia de Tortosendo é uma Vila com uma área de 17,8 Km^2 e cerca de 5624 habitantes e situa-se a 5,2 Km da sede do Concelho.

Figura 24 - Bairro do Cabeço em Tortosendo - Covilhã

Fonte: Campos (2013)

O Bairro social do Cabeço no Tortosendo (figura 23) é composto por 148 fogos em conjunto de edifícios de três andares. Situa-se, como o próprio nome indica, no Cabeço do Tortosendo, na parte mais alta desta Freguesia e numa zona periférica da vila do Tortosendo. Conforme se pode observar, a zona carece de espaços verdes e zonas de lazer.

Figura 25 - Bairro Quinta da Alâmpada em Boidobra - Covilhã

Fonte: https://radio-covilha.pt/2021/03/politica/camara-garante-que-intervencao-na-habitacao-social-abrange-todas-as-casas/

A freguesia de Boidobra ocupa uma área de 16,26 Km^2 e é habitada por 3246 residentes. Dista quatro quilómetros da sede do concelho, sendo atualmente a quinta maior freguesia em população do Concelho da Covilhã.

O Bairro social do Cabeço no Tortosendo foi construído pela CM da Covilhã e terminado em 2005, ano em que começou a ser habitado. O Bairro das Nogueiras, na Freguesia de Teixoso, foi construído pela CM da Covilhã por duas fases: 64 fogos foram terminados em 2002 e 71 fogos terminados em 2003. No entanto, os 64 fogos terminados em 2002 só foram habitados no início do ano de 2003, porque havia partes inacabadas. Os 71 fogos começaram a ser habitados em outubro do mesmo ano (Campos, 2013).

Conforme referido anteriormente, atualmente, a CM da Covilhã faz a gestão de 719 fogos, sendo que um dos objetivos da autarquia é que os seus munícipes, nomeadamente os que apresentam uma maior carência económica, tenham uma boa qualidade de vida, apostando, deste modo, numa intervenção cada vez mais diversificada e ampla. Na verdade, em 2016 houve esta preocupação em fazer este tipo de acompanhamento (Entrevista CM Covilhã, Pos. 11).

É neste sentido e tendo em vista a reorganização e modernização do Serviço de Ação Social (SAS) e habitação que foram criados os GLAS - Gabinetes Locais de Ação Social, uma rede

de gabinetes de atendimento nos bairros sociais de forma a aproximar a autarquia dos seus inquilinos dos bairros sociais de Tortosendo, Teixoso e Boidobra.

5.3.2. Âmbito de intervenção municipal na habitação

Em matéria de habitação, o município da Covilhã, além da responsabilidade de gerir o parque habitacional municipal (cerca de 700 fogos), aposta numa política de proximidade no sentido de promover a autonomia e integração social dos munícipes/inquilinos em situação de maior vulnerabilidade. Ciente de que uma habitação digna é central para a vivência humana não se centra apenas à atribuição de alojamentos com boas condições de habitabilidade, mas também por um acompanhamento das famílias, que possuem problemas de outra natureza.

Situações como o desemprego, desigualdades sociais, carência económica e outras vulnerabilidades sociais estão presentes na população que vive nestes bairros sociais, assombrando substancialmente o seu quotidiano. Acresce a estas diferentes formas de vulnerabilidade social e económica o carácter periférico destes bairros, limitando, de forma significativa, a sua inserção urbanística e social e o acesso a bens e serviços diversos. Complexidade explicitada pela Chefe de Divisão da CM da Covilhã e que esteve na base da reorientação da política municipal neste domínio:

> percebemos que havia dívidas na habitação social muito elevadas, sobretudo nos bairros onde temos ciganos (…) ora, uma pessoa sozinha, que receba 144€ a pagar uma renda de 50€, que era a mínima, de facto, era um bocadinho incomportável (…) a maior parte dos nossos RSI são de moradores dos bairros sociais, não que seja exclusivo, mas é a maior parte, e na verdade conseguimos perceber que sozinhos não iriamos conseguir fazer coisíssima nenhuma com um volume tão grande de trabalho, porque só a parte logística da gestão habitacional já não é nada fácil, quanto mais esta questão da intervenção social e, portanto, estamos aqui a socorrer-nos também das parcerias e começamos a implementar uma metodologia. (Entrevista CM Covilhã, Pos. 13)

GLAS – Gabinetes Locais de Ação Social

É nesta realidade que surgem os GLAS nos bairros sociais de Tortosendo, Teixoso e Boidobra, cujo objetivo principal é, de acordo com a informação recolhida no site da CM da Covilhã[91], o "atendimento e acompanhamento dos inquilinos de habitação social e suas famílias em situação de maior vulnerabilidade e risco social, bem como a realização de ações de sensibilização e de esclarecimento junto de públicos-alvo específicos". De acordo com a

[91] Disponível em: www.cm-covilha.pt/?cix=840&tab=792&curr=817&lang=1

Chefe de Divisão responsável pela ação social e habitação, e através de uma investigação no terreno, percebeu-se que a falta de condições económicas era um verdadeiro problema destes bairros e que havia a necessidade de um verdadeiro acompanhamento de proximidade: "Conseguimos perceber que as condições económicas eram um problema, alguns casos de pessoas sozinhas que também recusavam apoio e nós tivemos alguns casos que, enfim, não tiveram o melhor destino, não tinham a capacidade de se gerir" (Entrevista CM Covilhã, Pos. 13).

De acordo com a CM da Covilhã, o serviço de habitação social tem como missão a promoção da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, tendo em conta que uma habitação digna é central para a vivência humana, contribuindo para a diminuição da exclusão social. Esta melhoria não se resume apenas à atribuição de alojamentos com boas condições de habitabilidade, mas também por um acompanhamento das famílias, que possuem problemas de outra natureza. Deste modo, o serviço de habitação social, juntamente com o SAS da autarquia, tem feito esforços no sentido de minimizar situações em que se observem privações a nível alimentar, educacional, de saúde, entre outros, de forma a melhorar a qualidade de vida daqueles que vivem nos bairros sociais[92].

Suportados pelo paradigma da proximidade, estes serviços pretendem consciencializar a população no sentido de promover processos de mudança, que tem como finalidade a inclusão social destes cidadãos, através da participação social e desenvolvimento de relações positivas com a vizinhança.

Nos bairros sociais intervencionados foi, então, identificada a necessidade de criar serviços e estruturas que dessem apoio aos habitantes dos bairros sociais, principalmente aos habitantes que se encontravam deslocados, numa lógica de proximidade, como nos refere o representante da Beira Serra, uma das entidades envolvidas no projeto:

> (…) faltavam raízes, faltavam serviços, faltavam estruturas de apoio que nos permitissem fazer o enquadramento destas … muitas vezes de algumas problemáticas sociais e que fizessem esse enquadramento, no fundo foi isso (…) foi, portanto, a necessidade de acolhimento, digamos assim, das pessoas, desta sua nova realidade, na sua nova freguesia, efetivamente para não tornar os bairros sociais focos de problemas, que às vezes são, não é… (Entrevista Assoc. Beira Serra - Covilhã, Pos. 7)

[92] Disponível em: www.cm-covilha.pt/?cix=840&tab=792&curr=817&lang=1

Os GLAS surgem, ainda, da participação do município da Covilhã nos consórcios do programa Escolhas "Talentos E6G", tendo em vista o combate à exclusão social nas Freguesias da Boidobra e Teixoso, promovido e gerido pela Beira Serra e no programa "Ser Mais E6G" na Freguesia do Tortosendo, promovido pelo Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto e gerido pela CooLabora. Os GLAS funcionam, então, em articulação com estes projetos nos referidos bairros sociais, num exercício de cooperação e cidadania.

Relativamente ao histórico e aos problemas diagnosticados que estiveram na base da criação/implementação dos GLAS, a CM da Covilhã assinala, a par da vulnerabilidade económica dos habitantes e da sua diversidade étnica e cultural, o "desligamento" dos serviços municipais responsáveis das necessidades e problemas que afetam a população destes bairros e apenas focadas na sua gestão administrativa.

> Quando vim para o serviço também percebemos que havia dívidas na habitação social muito elevadas, sobretudo nos bairros onde nós temos "ciganos" (…). Conseguimos perceber também que muitas situações de pessoas que tinham RSI de 188€ que é o caso também agora, não é, e se tiverem habitação social durante 3 anos vai ser descontado naquele RSI e vão ter 144€. Ora, uma pessoa sozinha, que realmente receba 144€ a pagar uma renda de 50€, que era mínima, de facto, era um bocadinho incomportável. E logo desde aqui, conseguimos perceber que havia aqui qualquer coisa que não estava bem. (…) A seguir veio o SAAS, que no fundo é um braço da segurança social, tentar sempre fazer visitas domiciliárias em conjunto, pronto, para que nós também nos fossemos apercebendo das problemáticas, porque na verdade havia aqui um desligamento grande. Nós íamos para as ruas em que nos perguntavam se tinham dívidas, não tinham dívidas e pronto, ficávamos por ali. E conseguimos perceber que realmente podia-se fazer alguma coisa mais, sobretudo nos casos mais problemáticos. Conseguimos perceber que as condições económicas eram um problema, alguns casos de pessoas sozinhas que também recusavam apoio e nós tivemos alguns casos que enfim, não tiveram o melhor destino, não tinham a capacidade de se gerir. (Entrevista CM Covilhã, Pos. 13)

Relativamente ao enquadramento organizacional, a Chefe de Divisão de Ação Social e Saúde refere o seguinte:

> nós estamos integrados no departamento de Ação Social, Cultura, Educação e Desporto e depois este departamento é dividido em quatro divisões, em que a nossa é a de Ação Social e Saúde (Entrevista CM Covilhã, Pos. 3). Depois há dois serviços: serviço de saúde, ação social, igualdade e parceiras solidárias e serviço de gestão de arrendamentos do parque habitacional social. (Entrevista CM Covilhã, Pos. 5)

De referir que esta informação está de acordo com o organograma da CM da Covilhã publicado na página institucional do município[93].

[93] Disponível em: http://download.cm-covilha.pt/pdf/rh/OrganogramaCMC.pdf

Quanto ao financiamento para o funcionamento dos GLAS, a dirigente entrevistada refere o seguinte:

> Os espaços na verdade são nossos, estão cedidos às entidades, é sustentável sim. Mesmo que depois acabem os projetos, espero que não, porque são uma mais-valia em termos de recursos financeiros para as atividades, mas também em recursos humanos acho que é de facto fantástico. A CM também financia. (Entrevista CM Covilhã, Pos. 19)

> (...) dois aspetos importantes: candidatura em 2015 para a eficiência energética que conseguimos para o bairro da Boidobra e para o bairro do Tortosendo, foi muito bom. (Entrevista CM Covilhã, Pos. 27)

Outros Projetos de Intervenção

Regista-se, então, uma reorientação da política de gestão social dos bairros sociais do concelho da Covilhã através não só da criação dos GLAS, como referido, mas do desenvolvimento de um conjunto de projetos concebidos tendo em conta as problemáticas sociais identificadas. O projeto Tecer a DiverCidade é um desses projetos desenvolvidos em parceria pela CM da Covilhã, a Cooperativa de Intervenção Social CooLabora, no Bairro Social do Tortosendo, e da Beira Serra – Associação de Desenvolvimento, no Bairro Social de Teixoso e Boidobra.

Figura 26 - Projeto Tecer a DiverCidade

Fonte: www.cm-covilha.pt/?cix=1179&tab=792&curr=817&lang=1

De acordo com a informação recolhida junto de responsáveis das associações parceiras da CM da Covilhã, assim como da análise de documentos do projeto, pode-se referir que este projeto visa assegurar mecanismos e estratégias de intervenção com o potencial de fomentar o respeito pela diversidade, assim como o diálogo intercultural e a inclusão e integração social. Como já foi referido anteriormente, desenvolve-se na cidade da Covilhã e nas

freguesias de Boidobra, Teixoso e Tortosendo, onde reside um grande número de população migrante e de famílias de etnia cigana.

A premissa central deste projeto é a de que todo o ser humano, independentemente da sua cor, sexo, idade, religião ou por qualquer outra circunstância, tem o direito de gozar os seus direitos, devendo ser tratado identicamente e sem qualquer tipo de discriminação. Deste modo, os **objetivos gerais** do projeto são os seguintes[94]:

- criação de pontes relacionais, sociais e educativas entre as comunidades ciganas/imigrantes, a sociedade maioritária e as instituições sociais;
- promoção da integração e inclusão social das comunidades ciganas e imigrantes;
- promoção do diálogo intercultural e inclusivo.

No que concerne aos **objetivos específicos**[95], o projeto Tecer a DiverCidade inclui:

- valorizar a diversidade cultural;
- potenciar a escolarização das crianças e dos jovens dessas comunidades;
- valorizar a escola e o percurso escolar educativo no desenvolvimento pessoal e social;
- assegurar o acompanhamento e a orientação das crianças e dos jovens das comunidades ciganas na escola e na integração no meio escolar;
- garantir o acesso igualitário às oportunidades;
- facilitar a relação e a comunicação entre os intervenientes da sociedade;
- identificar as forças e a fragilidades das diferentes comunidades ciganas;
- promover o envolvimento entre as comunidades ciganas e migrantes e a sociedade maioritária;
- reduzir estigma social e a discriminação associados às comunidades ciganas;
- promover os valores europeus como a tolerância, o respeito e a diversidade;
- assumir as prioridades europeias para a integração social das comunidades ciganas;
- promover a prevenção e gestão dos conflitos Intra e intercomunidades;

[94] CM da Covilhã (2021). Projeto Tecer a DiverCidade, consultado em: www.cm-covilha.pt/db/documentos/1179.1.1662540805.pdf
[95] CM da Covilhã (2021). Projeto Tecer a DiverCidade, consultado em: www.cm-covilha.pt/db/documentos/1179.1.1662540805.pdf

- Promover a participação cívica.

Ainda dentro dos objetivos do presente projeto, apresentam-se como **objetivos estratégicos**:

- criação de sinergias territoriais locais;
- desenvolvimento de parcerias para futuras colaborações no mesmo âmbito de atuação;
- criação de mecanismos e estratégias municipais para a integração das comunidades ciganas;
- promoção do diálogo municipal e intermunicipal para a resolução de problemas comuns como é o caso dos problemas habitacionais.

O desenho do projeto radica, então, na criação de pontes relacionais, sociais e educativas entre as comunidades ciganas/migrantes, a comunidade maioritária e as instituições sociais; a promoção da integração e inclusão social das comunidades ciganas e migrantes e a promoção do diálogo intercultural e inclusivo.

O projeto "Quero ser mais – E8G" é desenvolvido pela CooLabora no bairro do Tortosendo, promovido pelo agrupamento de escolas Frei Heitor Pinto. A sua intervenção tem como foco o combate a problemas como o absentismo, o abandono escolar, a integração de alunos de minorias étnicas, o desenvolvimento de competências parentais por parte das famílias e, ainda, os problemas de exclusão social da população dos bairros sociais do Tortosendo.

O projeto "Trajetos – E8G" desenvolve-se no concelho da Covilhã, em contexto escolar, no Agrupamento Pêro da Covilhã, Agrupamento a Lã e a Neve e Agrupamento de Escolas do Teixoso e em contexto de intervenção comunitária nos bairros sociais, Alâmpada e Nogueiras. Os destinatários são crianças e jovens dos 6 aos 25 anos, familiares e profissionais de educação. A ação é direcionada em particular aos alunos de 1º e 2º ciclo, destacando-se crianças e jovens ciganos que apresentam problemas de absentismo e consequentemente insucesso escolar.

5.3.3. Domínios e eixos de intervenção sociourbanística nos bairros de habitação social

O município tem orientado a sua intervenção, assumindo vários domínios de intervenção nos Bairros de habitação social.

De acordo com a análise das entrevistas e a análise documental podem identificar-se quatro principais eixos de intervenção dos projetos Tecer a DiverCidade: i) Educação; ii) Habitação; iii) Saúde e iv) Emprego.

i. Educação

Este projeto tem um importante foco na educação das crianças, jovens e também dos adultos. Problemas como o abandono escolar, o absentismo, a integração de minorias étnicas, assim como a falta de competências parentais, são combatidos através de várias estratégias de intervenção. Como refere a representante entrevistada da CooLabora:

> (…) a primeira medida é medida de educação. E a de educação tem metas de sucesso escolar, diminuição do absentismo escolar, que como trabalhamos também com uma comunidade cigana, residente nos bairros, também temos esta problemática, e trabalhamos ainda a coresponsabilização dos pais pelos percursos escolares, portanto, nesta primeira medida do sucesso escolar trabalhamos nestas três metas, nestes três objetivos específicos e temos um conjunto de atividades para responder a estas metas e estes objetivos, que vão desde apoio ao estudo, acesso à escola virtual, através do centro de inclusão digital, temos formação TIC, temos aventura na cultura, temos aprendizagem acompanhada, mesmo para apoiar as crianças a estudar e mais umas quantas… (Entrevista Assoc Coolabora - Covilhã, Pos. 14)

Além destas medidas é também fomentando um processo de mediação entre os pais das crianças e a escola, para que aqueles sejam envolvidos em todo o processo de ensino/aprendizagem dos seus filhos, tornando-os mais conscientes da importância da sua educação dos seus filhos para um futuro melhor, ajudando a definir planos de estudos para as crianças de acordo com as necessidades individuais de cada um, onde a família pode e deve estar envolvida, como refere a representante entrevistada da CooLabora:

> Depois, ainda nessa medida, temos a mediação familiar que é fazer com que os pais, de alguma maneira, consigam perceber melhor o que é que se passa na escola com as crianças e fazemos esta articulação pais-escola e, mesmo às vezes, em relação às faltas, também chamar à atenção não só da importância da escola, mas o que é que pode daí advir quando faltam em demasia à escola… Portanto, tornar, no fundo, mais consciente de tudo isto e fazê-los aproximarem-se da escola e corresponder aos pedidos da escola, de ir saber do seu educando e também, portanto, procurar às vezes definir até planos de estudo para as crianças. (Entrevista Assoc CooLabora - Covilhã, Pos. 14)

Nas figuras seguintes, é possível verificar uma das muitas iniciativas de educação desenvolvidas no âmbito do projeto Tecer DiverCidade, nomeadamente, o Clube T – Cidadão em Construção, inserido no "Quero ser Mais E8G" projeto financiado pelo Programa Escolhas que visa promover a inclusão:

Figura 27 - Iniciativa "Clube T – Cidadão em Construção", CooLabora

Fonte: Página do Facebook CooLabora

Figura 28 - Oficina de Robótica promovida pela Beira Serra

Fonte: Facebook da Beira Serra

As iniciativas promovidas pela Beira Serra incluem outras dimensões, nomeadamente, a oficina de robótica.

ii. Habitação

A intervenção social junto da população residente nos fogos de habitação social visa, essencialmente, promover processos de mudança social com vista à capacitação e emancipação das pessoas. Na sequência desta intervenção, a mudança social pode ocorrer num contexto individual, familiar ou comunitário (Orientações estratégicas Pol Hab Covilhã, Pos. 110).

Estando no bairro social, a questão da habitação é uma das principais áreas de intervenção, tanto da Beira Serra como da CooLabora. Estas organizações desempenham um papel muito importante na parte burocrática, contribuindo para que haja um desenvolvimento de competências e da cidadania, através do conhecimento dos seus direitos e da promoção do cumprimento das suas obrigações, nomeadamente, dos planos prestacionais relacionados com os pagamentos das casas onde habitam. É transmitida a noção de poupança e de controlo das finanças domésticas, sendo que quanto mais os pagamentos estiverem em ordem, mais intervenções positivas são feitas nas habitações.

Também são tratadas outras questões práticas considerando sempre as necessidades de cada família e de que forma as habitações se podem adequar ao bem-estar de todos, como por exemplo, tratar problemas de sobrelotação, permutas para pessoas com baixa mobilidade, atribuição de novas casas, entre outras questões relacionadas com a habitação social:

> [tratamos de] assuntos de ordem burocrática, mas que no fundo é trabalhar competências e cidadania, é perceber a que é que têm direito, a que é que não têm direito, quais são os seus deveres e procuramos sempre que, por exemplo, quando há planos prestacionais, que cumpram com os planos prestacionais, fazemos esta ligação com a Habitação Social para que também a Habitação Social esteja mais próxima destas pessoas, para que percebam a realidade que cada um vive, portanto fazemos muitas vezes relatórios para espelhar as dificuldades das famílias, casos de sobrelotação de casas que precisam mesmo que seja dada prioridade para permutas ou para, no fundo, dar a um novo casal, atribuir uma nova casa, permutas de pessoas doentes que estão em cima e precisam de vir para um rés-do-chão, coisas desta natureza. Mas também temos vindo a fazer o que acaba por ser muito positivo, que é quando há estes pedidos de permuta que percebam que se tiverem planos prestacionais em dia, que se durante seis meses conseguirem, e propusemos isto mesmo à Câmara, em vez de não atribuírem nunca, quero dizer tapar os olhos que havia um problema na comunidade, pelo menos vamos dar aqui um tempo para que as pessoas mostrem que estão de boa-fé e que vão mesmo pagar e então sim, findo x tempo, que vocês definirem, podemos atribuir uma casa. Assim que as pessoas percebam que isso está a acontecer, o que vai acontecer é que mais vão querer pagar para poder ou ter a casa arranjada ou mudar de casa ou atribuições para filhos que, entretanto, casaram. (Entrevista Assoc Coolabora - Covilhã, Pos. 14)

O representante da Beira Serra refere que no âmbito da habitação social se está perante uma nova fase, muito por causa dos preços altos do centro da cidade. Cada vez mais existe procura de casas em freguesias fora da cidade da Covilhã por parte dos estudantes da Universidade da Beira Interior, sendo que o projeto trabalha em parceria com esta Instituição de Ensino. Também existe a procura por parte de trabalhadores têxteis, por ficarem mais perto dos seus locais de trabalho, assim como existe a procura de trabalhadores sazonais que vão trabalhar na agricultura:

> (…) por exemplo, muitos estudantes procuram também habitação, por exemplo, nestes locais, começa a existir também esta nova fase, mesmo nas freguesias começam a ser procuradas, muito recentemente, procuram habitação, portanto, não estão no centro da cidade, estão desviadas do centro da cidade estas duas freguesias, Boidobra e Teixoso e, portanto, a habitação é um bocadinho mais barata e são procuradas também para isso, trabalhadores têxteis, por exemplo ou trabalhadores sazonais da agricultura. (Entrevista Assoc Beira Serra - Covilhã, Pos. 14)

iii. Saúde

No âmbito da saúde destaca-se o programa **Bairros Saudáveis**, um programa público que visa a melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis. Na Covilhã desenvolveu-se, então, o projeto Saudinha que tem como objetivo a promoção da saúde e bem-estar através da promoção de informação sobre saúde e da melhoria dos espaços comuns exteriores, dotando-os de condições para a convivialidade, lazer, prática de desporto e sentido de comunidade.

Estes projetos visam promover a coesão social, a melhoria do *habitat*, das condições ambientais e da qualidade de vida da população residente nos Bairros. Através de pequenas intervenções em alguns equipamentos comunitários ou no âmbito da melhoria dos espaços comuns e áreas envolventes, é possível contribuir para um bairro mais agradável. É disso exemplo a intervenção no Bairro das Nogueiras no Teixoso conforme ilustra a figura seguinte.

Figura 29 - Intervenção no Bairro das Nogueiras no Teixoso

Fonte: Facebook da Associação Beira Serra

Ao mesmo tempo, é promovido o espírito de entreajuda e de vizinhança e a criação de paisagens verdes e vivas de forma a quebrar o estigma associado aos bairros sociais e a favorecer a saúde mental e física de todos aqueles que se encontram numa posição mais vulnerável ao nível social e económico.

Uma das iniciativas que melhor exemplifica esta promoção foi a construção de um forno comunitário e de jardins de cheiros em canteiros elevados na Urbanização das Nogueiras no Teixoso. A construção destes equipamentos permitiu a organização de atividades intergeracionais, a confeção de um pão com menos sal e farinhas processadas, a realização de grelhados e a utilização das ervas aromáticas para reduzir o consumo de sal.

Figura 30 - Construção de um forno comunitário e de jardins de cheiros no Bairro das Nogueiras

Fonte: Facebook da Associação Beira Serra

No âmbito dos Bairros Saudáveis destacam-se ainda as seguintes atividades:

- Oficinas Viva o Bairro - espaços semanais de construção em comunidade, orientados por profissionais para a criação dos espaços verdes, a construção de *parklets*, do jardim sensorial, campo multiusos/jogos tradicionais;

- Ajudadas - criação de espaços para aprendizagem de boas práticas agroecológicas na criação e manutenção de espaços verdes;
- Tertúlias ComUnidade - um espaço de partilha de ideias e de debate entre a comunidade e equipa do projeto para definição do desenho da intervenção e análise das propostas de melhoria;
- PraticaMente - um espaço de oficinas para construção de equipamentos desportivos;
- Craques da rua - um espaço de aprendizagem das regras de jogo e testagem dos jogos de rua com o apoio de professores/as e treinadores/as de várias modalidades e com as pessoas mais velhas que ajudarão a recuperar jogos tradicionais de rua;
- Saúde Consciente - sessões de informação e workshops práticos sobre diversas áreas da saúde,
- Alto Bairro - momentos de celebração nos finais das etapas, com jogos desportivos, jogos colaborativos, torneios, manifestações culturais e Tertúlias ComUnidade[96].

iv. Emprego

O último domínio de intervenção prende-se com o emprego. Neste sentido, a Beira Serra presta os seguintes Serviços de Apoio à Empregabilidade e Formação Profissional através de:

- Oficina de Orientação;
- Bolsa de Emprego;
- Gabinete Social - acompanhamento e apoio nas questões ligadas à empregabilidade e à formação profissional, encaminhamento para emprego e/ou formação profissional jovens e adultos moradores do bairro.

Efetivamente, a CM da Covilhã, enquanto entidade responsável pela política de gestão social dos bairros sociais do concelho, apostou na criação dos GLAS. As medidas de natureza social e as dinâmicas de intervenção dos Bairros vão muito além do trabalho do município e são materializadas através dos projetos dinamizados não só pela autarquia, mas também em parceria com a cooperativa de intervenção social CooLabora, no Bairro

[96] Disponível em: https://candidaturas.bairrossaudaveis.gov.pt/candidatura/index.htm?pp=1;n=422

Social do Tortosendo, e da BEIRA SERRA – Associação de Desenvolvimento, no Bairro Social de Teixoso e Boidobra.

5.3.4. Lógicas de ação e estratégias de intervenção

A estratégia de intervenção nos bairros sociais do município incorpora o trabalho diário e contínuo das entidades parceiras junto dos moradores. O projeto Tecer a DiverCidade apoia-se muito na constituição de parcerias, não só com a Segurança Social, mas também com IPSS locais, de modo a colmatar situações pontuais a nível de alimentação, vestuário e pagamento de algumas contas, o que constitui um exemplo dessa orientação. Como refere a responsável pela ação social e habitação social da CM da Covilhã:

> Tentámos parceria não só com a Segurança Social mas também com as IPSS locais para tentar fazer um trabalho diferente para isto também contribuir, e desculpe estar a misturar aqui um bocadinho as coisas, mas, na altura quando nos candidatámos ao programa alimentar, ao POAPMC, nós fizemos uma parceria com 8 entidades, uma delas é a Câmara de Belmonte porque o território também era de Belmonte, portanto tirando a Câmara de Belmonte, nós trabalhamos com sete IPSS, não com a Santa Casa da Misericórdia, mas com a Mutualista, por exemplo, e isso acho que também foi uma mais-valia porque, pronto, não restringe todas aqui na proximidade da Covilhã, mas também foi uma mais-valia esta abertura da Câmara com a IPSS, obviamente que depois na era COVID também fizemos reuniões semanais com todas a IPSS para irmos monitorizando as situações, mas já começámos também a ter esta relação com a IPSS locais no sentido de uma situação ou outra, podermos colaborar numa higienização de uma casa ou de um apoio diferente e começou a haver uma abertura para trabalhar mais em parceria, porque, na verdade, isto é tudo muito badalado nas redes sociais e por fora, mas não é fácil trabalhar em parceria, mas é muito mais fácil, sem dúvida, quando conseguimos e, portanto, acho que depois este alargado de situações foi bom e tem-se mostrado uma mais-valia, sim. Além de que as entidades também estão no território em permanência, mais do que nós, e muitas vezes conhecem os mesmos problemas e a qualquer altura estão á distância de um telefonema, de um email, reportam situações de obras por exemplo, situações de carência, situações de apoio pontual alimentar ou de uma despesa de água, de luz, e, portanto, esta articulação tornou-se muito fácil. (Entrevista CM Covilhã, Pos. 13)

> Nós temos a felicidade de ter 2 programas escolhas no nosso território. E, de facto, já há muito tempo que o "trajetos", que é da Beira Serra, intervém no bairro da Boidobra e do Teixoso, e também o "quero ser mais", que é da COLABORA, que intervém no Tortosendo. No Tortosendo também temos dois bairros distintos e que também é lá a zona de intervenção do programa (…) portanto, no fundo, é tentar aqui aproveitar as sinergias dos projetos escolhas quer num lado quer no outro. (Entrevista CM Covilhã, Pos. 7)

Neste contexto, a dirigente entrevistada revela que o trabalho desenvolvido pelas associações parceiras é bem mais antigo que o da própria CM: é bem verdade que o município apenas

faz parte do consórcio desde 2015 ou 2016, eles já vão na 8ª geração, e, portanto, nós só desde a 6.ª é que fazemos parte integrante apesar de eles já existirem desde sempre (Entrevista CM Covilhã, Pos. 7). Em termos de dinâmicas também temos atendimentos bi-semanais aos moradores de habitação social e também a todos os que se candidatam a habitação social, também fazemos entrevista, e se tiver a ver com as condições habitacionais fazemos visita domiciliária (Entrevista CM Covilhã, Pos. 9).

A CooLabora é uma cooperativa de intervenção social criada em 2008 com a missão de contribuir para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e do território, através de estratégias inovadoras e solidárias de promoção da igualdade de oportunidades, de aprofundamento da democracia e da participação cívica, da aprendizagem colaborativa e da coesão social. Está estruturada em torno de três eixos principais: 1) Promoção da igualdade entre mulheres e homens e combate à violência doméstica e contra as mulheres; 2) Apoio específico a pessoas em situação de particular vulnerabilidade e 3) Promoção de iniciativas alicerçadas na experimentação de alternativas societais[97].

A BEIRA SERRA – Associação de Desenvolvimento, constituída a 3 de novembro de 1994, é uma organização sem fins lucrativos que nasce a partir da união de juntas de freguesias, sindicatos e organizações sociais da região da Cova da Beira em prol de um sonho comum – trabalhar o desenvolvimento social do território e das suas comunidades. No início, focalizou as suas ações no desenvolvimento rural e na animação comunitária. Ao longo dos anos as áreas de desenvolvimento e as populações atendidas foram sendo alargadas, adaptando-se às suas necessidades e contextos sociais. Implementa projetos na área social, económica, cultural e ambiental tendo como propósito uma sociedade justa e equitativa[98].

De forma mais específica, a Beira da Serra, no Gabinete de Intervenção Local, desenvolve as seguintes atividades:

- **Acompanhamento Individual** através de (i) Mediação Familiar - acompanhamento de negociação a famílias que apresentam desestruturação, com o objetivo de criar vínculo entre a família, a escola e instituições; (ii) Apoio ao Estudo – apoio a jovens

[97] Disponível em: https://coolabora.pt
[98] Disponível em: https://www.beiraserra.pt

nas suas tarefas escolares com a utilização do recurso didático *Escola Virtual* e voluntários;

- **Acompanhamento em Grupo** através da dinamização de iniciativas comunitárias de (iii) Cidadania Ativa; (iv) Tutor de Bairro – iniciativas de voluntariado para a melhoria das condições do seu bairro;
- **Serviços de Apoio à Empregabilidade e Formação Profissional** através de: (v) Oficina de Orientação; (vi) Bolsa de Emprego; (vii) Gabinete Social - acompanhamento e apoio nas questões ligadas à empregabilidade e à formação profissional, encaminhamento para emprego e/ou formação profissional jovens e adultos moradores do bairro;
- **Serviços Culturais** através de (viii) exposições, visitas e tertúlias entre e com os moradores;
- **Atividades Promotoras da Igualdade de Oportunidades e da Inclusão Digital** através de: (ix) Acesso às TIC; (x) Formação Certificada em TIC.

(GIL - Brochura de Divulg Beira Serra, P. 4).

5.3.5. Avaliação e monitorização

Em termos de avaliação e monitorização, pelo discurso dos nossos entrevistados, pode-se dizer que é privilegiada a metodologia quantitativa, através da análise de informação estatística das atividades realizadas, como é o caso do atendimento. No entanto, muitas vezes esta avaliação é negligenciada. Uma avaliação do trabalho iria permitir conhecer os pontos fortes e os pontos a ser melhorados, permitindo o desenvolvimento de um trabalho com melhor qualidade. Nas palavras da representante do município lê-se que:

> Nós temos uns levantamentos estatísticos, o número de pessoas que atendemos, as problemáticas, isso temos, mas não fazemos como deveria ser feito, confesso-lhe que não. Temos de facto o registo dos processos que acompanhamos, isso temos, e o número de atendimentos que fazemos, em termos estatísticos. Às vezes esquecemo-nos um bocadinho dessa parte, estou sempre a dizer que é importante para avaliarmos o nosso trabalho, às vezes não sabemos onde é que perdemos o tempo e pronto, na verdade isso é muito importante. Mas na verdadeira aceção do que me pergunta, não. Em termos de teoria levada á prática não, tentamos minimamente ter os processos em acompanhamento, o número de visitas, e de atendimentos. (Entrevista CM Covilhã, Pos. 21)

Os resultados são apresentados à CM por cada uma das associações, em reuniões organizadas para o efeito. É feita, também, a avaliação das necessidades tendo em conta o

desenrolar dos vários projetos desenvolvidos, considerando soluções e barreiras que vão sendo ultrapassadas.

> Com a CM, nós fazemos sempre, ou seja, apresentamos também estes dados na Rede Social, em reuniões com a própria CM e com o Gabinete, vamos fazendo aqui, também, em vários projetos, onde depois a CM é parceira, vamos fazendo esta avaliação das necessidades de encontrar soluções, muitas vezes, daí partem depois ideias para outros projetos que vão surgindo para colmatar as falhas existentes, é um pouco por aí, sim. (Entrevista Assoc Beira Serra - Covilhã, Pos. 19)

5.3.6. Perspetivas quanto às Políticas de Habitação e Intervenção Social e Urbanística

Nas palavras dos nossos entrevistados a CM da Covilhã está no caminho certo no que concerne à resolução de alguns problemas estruturais das habitações, melhorando de forma significativa a qualidade das habitações, contribuindo amplamente para o direito a uma habitação digna por parte dos seus munícipes. Como diz a representante da CooLabora "As pessoas não é por serem pobres que não devem ter espaços que lhes permitam ter acesso a vidas saudáveis". O representante da Beira Serra refere, no mesmo sentido, que:

> (…) a Câmara da Covilhã acabou por resolver, nos últimos tempos, uma parte significativa para já, era a questão das condições estruturais das habitações, portanto isto mesmo em termos de património, foram feitos projetos de eficiência energética e que melhoraram significativamente a qualidade das habitações, as condições infra-estruturais, pronto, melhoraram significativamente as habitações, porque mesmo assim já não estavam no estado de dignidade que as pessoas precisavam. (Entrevista Assoc Beira Serra - Covilhã, Pos. 21)

Uma das questões que mais preocupação suscita é o facto de parte habitacional municipal da Covilhã possuir algumas casas que se encontram fechadas, constituindo a sua recuperação um contributo para aqueles que precisam de uma habitação. "Uma outra questão que nos preocupa é que existem ainda algumas casas fechadas, que era importante recuperá-las e, no fundo, colocá-las à disposição de quem precisa" (Entrevista Assoc Beira Serra - Covilhã, Pos. 23).

Esta preocupação vai ao encontro do depoimento da Chefe de Divisão de Ação Social e Saúde da CM:

> Ainda não conseguimos resolver tudo, mas tem sido feito esse trabalho que estava muito esquecido (…) temos de arranjar financiamento para conservar as nossas habitações sociais. Aqui apercebemo-nos de dois momentos que nós tivemos intervenção mais direta nos bairros, de vistorias, análise de problemáticas, e por aí fora… Infiltrações, não estavam em condições, e portanto ás vezes é um bocadinho difícil para nós, porque temos de fazer o trabalho social, mas vem sempre o trabalho da obra, obviamente que é

> connosco, mas não depende de nós, e as pessoas preocupavam-se mais em relatar essa situação do que propriamente das outras (…) ainda que falte muita coisa, entre a gestão de condomínios que também estão a ser alterados, temos de trabalhar nessa questão, na parte cívica, na parte de gestão de conflitos, acho que isso também é uma das coisas que estamos a falhar, digamos assim. Não temos ainda uma política para esse efeito. (Entrevista CM Covilhã, Pos. 27)

A questão da equipa de trabalho é referida pela representante do município, realçando a importância de as pessoas estarem no sítio certo a trabalhar e não a acumular funções, destacando que para este tipo de trabalho a equipa deve ser multidisciplinar. Nas suas palavras:

> Nós não podemos ter um técnico para cada pessoa, é evidente que é impossível, mas tem de haver sensibilidade da parte política para que haja pessoas que possam fazer este tipo de trabalhos. Não é um trabalho para toda a gente. Há muitas pessoas que gostam do trabalho de secretária, outras que gostam mais de trabalho comunitário, não acho que seja trabalho para toda a gente, mas por isso é que existem formações especificas para isso. Coloca as pessoas certas nos sítios certos. Uma equipa multidisciplinar que não temos, e penso que é muito importante esta sensibilização, cada um no seu lugar. (Entrevista CM Covilhã, Pos. 24)

Por fim, há que apostar cada vez mais no desenvolvimento do associativismo, para que os cidadãos que moram nos bairros sejam autónomos e autossuficientes, criando mecanismos próprios de acordo com as suas necessidades e adequados às situações individuais:

> Depois, essa outra perspetiva futura que é a organização associativa das pessoas que moram aí, no fundo, para poderem ter mecanismos para tratar delas próprias, digamos assim, reivindicativos, melhoria das suas condições sociais, culturais, que pudessem também elevar o nível de vida das populações destes bairros. (Entrevista Assoc Beira Serra - Covilhã, Pos. 24)

5.4. Leiria

5.4.1. Parque habitacional e distribuição territorial

O concelho de Leiria insere-se na Região Centro (NUT II), e em conjunto com os concelhos de Pombal, Batalha, Porto de Mós e Marinha Grande constitui a sub-região de Pinhal Litoral (NUTIII). Conta com uma população residente de 128 603 (Censos 2021) e uma densidade populacional de 227 habitantes por km^2, estando administrativamente subdividido em 18 Freguesias/UF.

Tabela 4 - Parque Habitacional do Município de Leiria

Freguesia/União de Freguesias	Bairro/Lugar	Nº de Fogos
União das Freguesias de Marrazes e Barosa	Bairro Social de Barosa / Barosa	4
	Bairro das Almoinhas e CDH / Marrazes	18
	Bairro Social Dr. Francisco Sá Carneiro	9
União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes	Bairro Social da Integração	18
	Bairro, Rua de Sto. António	1
	Bairro Salazar - Telheiro	1
	Bairro, Rua João XXIII	1
	Bairro Social de Casal da Cortiça / Barreira	4
Freguesia de Coimbrão	Bairro, Praia de Pedrogão	1
Freguesia de Maceira	Bairro Social Maceira	5
União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira	Bairro Social de Monte Redondo	3
União das Freguesias de Souto da Carpalhosa e Ortigosa	Bairro Social de Ortigosa	3
União das Freguesias de Parceiros e Azoia	Bairro Social de Parceiros	5
União das Freguesias de Santa Eufémia e Boa Vista	Bairro Social da Cova das Faias	38
	Total	**111**

Fonte: www.cm-leiria.pt/cmleiria/uploads/writer_file/document/6950/estrategia_local_de_habitacao_de_leiria.pdf

Conforme podemos verificar na tabela anterior, o município de Leiria possui 111 fogos de habitação social, inseridos em 14 bairros e distribuídos por 8 das 18 freguesias do concelho. Em termos de tipologia dos fogos de habitação social, 84,7% correspondem à tipologia T2 (94 fogos), 8,1% à tipologia T3 (9 fogos), 4,5% à tipologia T4 (5 fogos), 1,8% à tipologia T1 (2 fogos) e 0,9% à tipologia T0 (1 fogo). O valor médio das rendas varia entre os 4,77€ e os 164,01€, não se verificando, atualmente, a existência de fogos de habitação social vagos. A maior parte das habitações encontra-se em bom estado de conservação, fruto das intervenções recentes de reabilitação no âmbito do PAICD, integrado no PEDU do concelho de Leiria. Contudo, importa salientar a necessidade de obras de reabilitação em 35 fogos de habitação social propriedade do município (Estratégia_Local_Habitacão_Leiria, P. 41).

A maior concentração de habitações sociais observa-se na UF de Santa Eufémia e Boa Vista (38 fogos), onde está implantado o Bairro Social da Cova das Faias.

Figura 31 - Bairro Social Cova das Faias - Leiria

Fonte: www.google.com/search?rlz=1C1GCEA_enPT952PT953&q=bairro+social+cova+das+faias

Trata-se de um empreendimento onde está instalada a Associação de Desenvolvimento **InPulsar** e de acordo com a Coordenadora do projeto *"Giro Ó Bairro"* as habitações integram dois quartos, uma casa de banho, uma cozinha e uma sala. Todas têm um pátio, a maior parte dos moradores fechou o pátio para criar mais divisões (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 47).

De referir que "Neste bairro social, os moradores não são só da comunidade cigana, mas estamos a falar (…) entre 90 a 95% de comunidade cigana" (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 24).

Conforme se pode verificar na figura abaixo, no concelho de Leiria, os fogos destinados a habitação social estão dispersos por dez locais, com a seguinte distribuição territorial:

Figura 32 - Mapa dos Bairros Sociais - Leiria

Fonte: www.cm-leiria.pt/areas-de-atividade/desenvolvimento-social-e-saude/habitacao-social

O Bairro da Cova das Faias é um Bairro Social situado na UF de Santa Eufémia e Boa Vista e caracteriza-se por ter sido construído em duas fases: 1986-1987, com a construção de apenas 9 habitações e 1993, com a construção de 29 habitações[99]. Na leitura da InPulsar:

> este bairro é muito especial, porque estamos fechados, estamos muito isolados e a realidade deles, por muito que nós tentemos abrir-lhes a porta para a rua, para a cidade e tentamos muitas vezes trazer as coisas para cá, eles ainda têm uma postura muito fechada. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 30)

Para além da oferta de habitação social propriedade do município, existem mais 204 fogos disponibilizados por outras entidades do concelho de Leiria, nomeadamente: Conferência de São Vicente Paulo (Pousos), Centro Social Paroquial Paulo VI, Ordem Terceira de S.

[99] Disponível em: www.cm-leiria.pt/cmleiria/uploads/writer_file/document/5955/9_9_8_bairro_social_da_cova_das_faias_estudos_e_projetos_empreitadas_habitacao_social.pdf

Francisco e NHC Social - Cooperativa de Solidariedade, CRL (Estratégia_Local_de_Habitacão_de_Leiria, P. 43).

5.4.2. Âmbito de intervenção municipal na habitação

Em matéria de habitação social, o município de Leiria tem a seu cargo a gestão direta do parque habitacional. A maior concentração de fogos afetos a este regime insere-se no Bairro Social da Cova das Faias onde o município desenvolve um trabalho articulado com a **Associação InPulsar** no sentido de fomentar a inter-relação do bairro/comunidade local, suscitando uma aproximação crescente de ambas as partes e uma desconstrução de preconceitos.

São exemplo desta orientação no domínio social e educacional o Projeto "Giro Ó Bairro", através do qual são desenvolvidas atividades de carater lúdico-pedagógicas, de apoio ao estudo; de promoção da cidadania; desportivas (futebol); cursos de formação e atendimento social e familiar. Como fator de inovação, o projeto utiliza a música como instrumento facilitador e promotor da inclusão social, através da aprendizagem de um instrumento e da formação de uma orquestra, o que exige cooperação, trabalho de equipa e entreajuda[100].

O Giro Ó Bairro visa a intervenção comunitária no Bairro Social Cova das Faias, direcionado maioritariamente para famílias de comunidade cigana na cidade de Leiria. Iniciou, em 2013 com o apoio da CM de Leiria e, a partir de 2017, o Projeto passou a ser financiado pelo Programa Parcerias para o Impacto – Portugal Inovação Social, com o objetivo de promover a inclusão social de crianças, jovens e famílias através de uma estratégia de mediação comunitária.

No que diz respeito ao enquadramento organizacional, a InPulsar - Associação para o Desenvolvimento Comunitário é uma IPSS, formalmente constituída em 2012, com a missão de contribuir para a inclusão social e económica de populações em situação de vulnerabilidade e exclusão social, numa perspetiva de proximidade e de envolvimento das populações, centrando a sua intervenção no indivíduo e nas capacidades da própria comunidade. Os objetivos principais da InPulsar são: apoio a crianças e jovens; apoio à

[100] Disponível em: https://inovacaosocial.portugal2020.pt/project/giro-o-bairro/

família; apoio à integração social e comunitária. No sentido de concentrar esforços de atuação no âmbito da exclusão e/ou vulnerabilidade social privilegia a ação social (em matéria de família, educação e empregabilidade); a promoção da mobilização de uma cidadania responsável e do voluntariado ativo; e ainda a incidência política e a sensibilização. "*O processo de intervenção, em que nos diferenciamos, baseia-se na metodologia de investigação-ação participativa, que assenta numa intervenção em rede sustentada na observação, reflexão, planeamento e avaliação dos vários intervenientes. Pretendemos a emancipação, a autonomia e a inserção dos beneficiários na comunidade local. Fomentamos a capacitação e o empowerment*"[101]. Dos contatos efetuados no âmbito desta investigação foi possível apurar que esta associação foi fundada por cinco profissionais da área social que, após a constatação de várias problemáticas nos bairros sociais de Leiria e a consequente falta de respostas sociais para intervir junto dos grupos mais vulneráveis, reconheceram a necessidade atuar. A sede da Associação estabeleceu-se no Bairro Cova das Faias por ser um local amplamente desfavorecido, degradado e associado ao tráfico e consumo de drogas.

Relativamente aos **problemas diagnosticados,** este bairro *"caracteriza-se por um acentuado nível de criminalidade e tráfico de estupefacientes e pela persistência de elevada taxa de abandono escolar, quando comparada com os outros bairros sociais. Uma das causas destes fenómenos pode assentar na difícil acessibilidade e insuficiência de transportes públicos entre o bairro e o restante concelho, dificultando o acesso aos direitos sociais básicos e colocando barreiras à integração da comunidade na sociedade*[102]."

Na leitura da coordenadora do projeto Giro Ó Bairro, as problemáticas deste bairro estão relacionadas com fatores de segregação territorial e exclusão social da comunidade cigana:

> falamos de absentismo escolar, de abandono escolar, do desemprego, da baixa escolaridade, da desocupação e atividades precárias, da ausência de competências básicas, como a literacia digital e não digital, a discriminação, o preconceito, dificuldades de acesso a vários serviços, como a saúde, por exemplo (…) e esta dificuldade vem da baixa escolaridade, dos baixos níveis de qualificação, da precária rede de contacto com a restante cidade, da própria desvalorização da sua cultura, da ausência de oportunidades, do isolamento geográfico, que aqui neste bairro é muito

[101] Disponível em: www.inpulsar.pt/
[102] Disponível em: www.cm-leiria.pt/cmleiria/uploads/writer_file/document/5955/9_9_8_bairro_social_da_cova_das_faias__estudos_e_projetos__empreitadas____habitacao_social.pdf

> flagrante… porque os moradores vivem numa área periférica da cidade, onde o acesso à cidade, para quem não tem transporte próprio é muito reduzido, o acesso ao mercado de trabalho é muito complicado. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 16)

A vertente da educação é, de facto, uma aposta da Associação, no sentido de através dela conseguir melhorar outras dimensões. A iliteracia e baixas habilitações constituem uma grande barreira/entrave ao desenvolvimento social e económico: nós ainda temos um elevado número de analfabetismo (…) um grande número de moradores que não sabem ler, que nem o próprio nome conseguem escrever, portanto, isso cria aqui um grande muro para muita coisa que eles necessitam (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 21).

No que diz respeito a questões estruturais, têm sido identificados problemas graves de humidades e infiltrações, muito embora as casas tenham sido alvo de reparações em 2019:

> eles esperam que tudo o que envolve a habitação seja da responsabilidade da CM (…) muitas vezes eles vêm-nos pedir para ajudarmos a fazer um requerimento "aí a Câmara tem que vir aqui resolver isto, porque a minha casa está assim, está assado…" e nós entendemos que não deve ser a Câmara a tratar disso, porque se eles estragaram uma torneira por mau uso, não deve ser a Câmara a reparar. Mas por outro lado, eles também não têm fundo de maneio para poderem resolver essas pequenas coisas, têm uma telha que partiu, as casas estão todas cheias de humidade, são precisos materiais (…) as paredes estão completamente negras da humidade e durante o inverno temos casas em que chove lá dentro, inclusive nos casquilhos das lâmpadas que estão no teto (…) há aqui uma questão, é da responsabilidade da Câmara, ou é da responsabilidade dos moradores? Isto às vezes é um bocadinho duvidoso, porque, na verdade, há moradores que não estimam a casa como deveriam (…) e passam as estações e vem novamente o inverno e o problema não foi resolvido e eles queixam-se, a meu ver, com alguma razão, porque temos crianças com problemas respiratórios, temos adultos com doenças graves, que não podem de nenhuma forma estar a lidar diretamente com humidades e com bolores, mas é essa a realidade (..) que começa a ser muito preocupante. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 43)

Quanto ao financiamento para as atividades e de acordo com a coordenadora do Projeto, o Giro Ó Bairro iniciou em maio de 2013, com o apoio da CM de Leiria e em 2017 passou a ser financiado pelo Programa Parcerias para o Impacto, da Inovação Social até setembro de 2020 (…) e quando terminou esse financiamento, continuou a CM a financiar a continuidade do Projeto (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 10).

O período com "início em 2016 e conclusão em 15/03/2019, foi um custo de 222 milhões de euros" (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 50).

Esta informação vai ao encontro da disponível na página *Portugal Inovação Social* (portugal2020.pt) onde é referido que o Projeto Giro Ó Bairro se destina a promover a inclusão social de crianças, jovens e famílias do Bairro Social Cova das Faias (Leiria),

designadamente famílias ciganas, com recurso a metodologias participativas, criativas e de inclusão pela arte[103].

Esta iniciativa, a partir de setembro de 2020, passou a ser financiada apenas pelo município de Leiria (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 19). Neste momento, é o único financiador que nós temos, é a CM, em que temos acordado um valor anual e, além disso, a cedência das instalações, incluindo todas as despesas inerentes, água, luz, internet. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 4). De referir que o valor anual referido é efetuado transversalmente a outras entidades/instituições da área social do concelho de Leiria e consta na página institucional da CM de Leiria, nas subvenções públicas 2022[104]. A profissional entrevistada adianta ainda, que quando surge a necessidade de apoio para deslocações ou utilização de espaços públicos para realização das atividades, o município também disponibiliza esses meios.

A intervenção da CM de Leiria, no âmbito do desenvolvimento social norteia-se pelos seguintes objetivos: Gabinete de Ação Social (GAS), que foi criado em fevereiro de 2010 para prestar toda a informação acerca dos serviços e apoios a disponibilizar pelo município de Leiria e divulgar outros recursos de apoio social existentes no concelho. Este Gabinete destina-se a atender, esclarecer, encaminhar e/ou promover respostas às situações problema apresentadas pelos munícipes em situação de vulnerabilidade ou comunidade em geral[105].

5.4.3. Domínios e eixos de intervenção sociourbanística nos bairros de habitação social

A intervenção da CM de Leiria tem-se orientado para o envolvimento e integração dos cidadãos-munícipes através da mediação comunitária. Neste âmbito, o município reconhece como de extrema relevância aliar a dimensão habitacional às dimensões de intervenção social, educacional e sociocultural. Uma das intervenções municipais que ilustra esta orientação é a do Bairro Cova das Faias, em parceria com a Associação de Desenvolvimento InPulsar. Neste sentido, assumem-se como principais eixos e domínios de intervenção social da InPulsar no bairro social Cova das Faias, **a educação, seguindo-se também o desporto,**

[103] Disponível em: https://inovacaosocial.portugal2020.pt/project/giro-o-bairro
[104] Disponível em: www.cm-leiria.pt/cmleiria/uploads/document/file/32302/subvencoes_publicas_2022.pdf
[105] Disponível em: www.cm-leiria.pt/areas-de-atividade/desenvolvimento-social-e-saude

a multiculturalidade e a cidadania, através do desenvolvimento de diversos projetos sociais abaixo descritos.

Projeto Giro Ó Bairro

Figura 33 - Projeto Giro Ó Bairro

Fonte: www.inpulsar.pt/?post_causes=giro-o-bairro

O projeto Giro Ó Bairro, teve início em maio de 2013 e tem o objetivo de promover a inclusão social de crianças jovens e famílias do Bairro Social Cova da Faias, através de uma estratégia de mediação comunitária. Em termos gerais o projeto pretende aumentar a inclusão da comunidade cigana deste bairro, através do desenvolvimento de oficinas para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e o reforço da cidadania inclusiva, bem como aumentar o sucesso escolar e uma maior co-responsabilização dos encarregados de educação no processo educativo. Na leitura da Coordenadora do Projeto:

> somos basicamente um elo de ligação entre as famílias e as escolas, porque, muitas vezes, esta comunidade despromove-se das suas responsabilidades enquanto pais e atribui-as só à escola e nós tentamos fazer o papel contrário, que é atribuir essa responsabilidade aos pais e criar esta ponte mais próxima com as escolas, porque há muitos pais que nunca vão à escola dos seus filhos e então tentamos fazer isso, de uma forma muito presente, ao longo de todo o ano letivo e temos aqui alguns programas, algumas atividades de promoção de competências pessoais, sociais e de grupo. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 18)

Um dos maiores desafios dos profissionais é que os residentes do Bairro se relacionem com a restante população a fim de promover um bom funcionamento da comunidade local, para que seja possível alcançar uma desconstrução de preconceitos. Pretende-se que os indivíduos participem nas atividades de capacitação e sejam assíduos, para promover também a criação de rotinas e responsabilidades. Relacionado com o projeto, existe um apoio e

acompanhamento escolar para as crianças e jovens do Bairro Social Cova das Faias, em que usufruem de auxílio por partes dos técnicos para colmatar as dificuldades de aprendizagem e facilitar situações relacionadas com o manuseamento da plataforma das refeições escolares, material escolar e outros apoios. O acompanhamento psicossocial das famílias é realizado em contexto de gabinete e a articulação com outras entidades é ativado sempre que necessário.

No **apoio ao processo escolar**, é realizado um trabalho diário de acompanhamento individualizado aos trabalhos de casa e ao processo escolar, sempre de acordo com as orientações dadas pelos professores, assim como o desenvolvimento de fichas de trabalho nos períodos não letivos. É também efetuado um trabalho de articulação com escolas e reuniões periódicas com as mesmas para compreender e auxiliar o desenvolvimento das crianças acompanhadas. Complementando esta intervenção, são desenvolvidas atividades específicas de desenvolvimento motor e cognitivo, visitas a locais de reconhecido interesse cultural e eventos de comemoração de datas específicas.

Como fator de inovação, o projeto desenvolve a atividade *"Giro_Orquestra"*, através de uma estratégia de inclusão social que utiliza a música como instrumento facilitador e promotor dessa aproximação. Através da aprendizagem de um instrumento musical e da formação de uma orquestra potencia-se o desenvolvimento de várias competências como a cooperação, trabalho de equipa e entreajuda. Trata-se de uma atividade desenvolvida uma vez por semana no Orfeão de Leiria, onde se pretende que as crianças e os jovens participantes adquiram competências artísticas e, simultaneamente, alcancem outras competências sociais e pessoais (ex.: trabalho em equipa, concentração, entre outras) que promovam a sua inclusão.

Os participantes começam por ter contato com instrumentos base (pandeireta, maracas, triângulo, reco-reco, clavas), com o objetivo de proporcionar competências básicas musicais e o treino do ritmo ao longo do projeto, integram aulas de música e de aprendizagem de um instrumento musical: saxofone, trompete, clarinete, bombardino, percussão e xilofone. Como complemento à atividade Giro_Orquestra, é ainda disponibilizado um horário específico durante três dias semanais para proporcionar treino musical para que os jovens possam ensaiar e praticar as aprendizagens adquiridas nas aulas do Orfeão de Leiria.

As sessões de treino de emoções decorrem uma vez por semana nos períodos letivos, promovidas pelo parceiro Associação da Escola das emoções, e têm como objetivo a promoção de competências como a adaptabilidade, autorregulação, comunicação, pensamento criativo, resiliência e resolução de problemas.

Seguindo uma ótica de resposta às necessidades dos participantes, são também disponibilizados, nas instalações do projeto, cursos de formação em parceria com a Escola Tecnológica e Profissional de Sicó[106] para os desempregados de longa duração nas instalações do projeto.

Em articulação com a vertente desportiva são também desenvolvidas um conjunto de atividades de treino de competências sociais e emocionais e oficinas da criatividade e manualidades, para promover uma aproximação à comunidade em geral e combater o sedentarismo. A oficina de criatividade, desenvolvida três a quatro vezes por semana, tem como objetivo a implementação prática de ideias e pedidos das próprias crianças, jovens e adultos como participantes ativos do projeto. Esta atividade incide na área dos trabalhos manuais, aprendizagem de diferentes técnicas, assinalando épocas festivas, decoração da sede do projeto e melhoramento do espaço envolvente e pretende estimular e potenciar o desenvolvimento pessoal e as competências sociais, a criatividade, a motricidade e a responsabilidade.

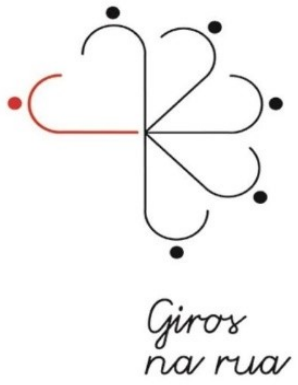
Em síntese, o Giro Ó Bairro aposta em elementos diferenciadores, como o envolvimento e a participação dos intervenientes, a mediação, o envolvimento das famílias e assume-se como uma resposta inovadora, por cruzar a intervenção com a comunidade cigana e estilos musicais considerados eruditos[107]."

Além do Giro Ó Bairro existem outros projetos dinamizados pela InPulsar nos bairros sociais de Leiria. Esta Associação, em todos os seus projetos, tem uma intervenção ao nível das famílias em contexto de desfavorecimento e exclusão social, atuando no plano assistencial e também preventivo.

[106] Ver mais em: www.etpsico.pt
[107] Disponível em: www.inpulsar.pt/?post_causes=giro-o-bairro

O projeto "*Giros na Rua*" teve início em abril de 2014 e consiste num Gabinete de Apoio e Equipa de Rua para contributo e melhoria de algumas condições básicas. É um projeto financiado pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, no âmbito do Programa Operacional de Respostas Integradas na região de Leiria, tendo como foco a redução de riscos e minimização de danos. Atua a nível da saúde e exclusão social, procurando a defesa dos direitos das pessoas, tentando colmatar as suas necessidades e auxiliando na sua integração na comunidade.

Figura 34 - Projeto Giros na Rua



Fonte: www.inpulsar.pt/?post_causes=giros-na-rua

Trata-se de um projeto que intervém no espaço público onde o consumo de drogas é vivido como um problema social, nomeadamente no Bairro Cova das Faias, identificado como território prioritário de intervenção no eixo de Redução de Riscos e Minimização de Danos. Procura, através de uma unidade móvel e de uma unidade fixa, oferecer uma resposta de proximidade, junto de indivíduos em situação de vulnerabilidade social, nomeadamente pessoas em situação de sem abrigo, utilizadores de substâncias psicoativas e problemas ligados ao álcool, trabalhadores do sexo e arrumadores de carros e assegurar o acesso a direitos básicos de forma a garantir a diminuição de comportamentos de risco.

Como fatores de inovação assentes numa estratégia de garantia dos direitos humanos e emancipação dos próprios beneficiários, salientam-se a inclusão de pares na equipa técnica; a inclusão de voluntários nas equipas de rua; a participação da população-alvo em iniciativas culturais, desportivas e em eventos na cidade e ainda a dinamização de seminários, tertúlias e exposições envolvendo a população-alvo, a comunidade científica e técnicos da área social.

Este é um projeto que continua em vigor e que, serviu de modelo, quando surgiu a necessidade de uma intervenção no bairro multicultural da Quinta da Alçada, onde se verificou a urgência de realizar intervenção com enfoque nas questões de mediação comunitária e a promoção da inclusão dos indivíduos provenientes de meios marcadamente desfavorecidos. No entanto, houve a necessidade de pensar a intervenção de uma forma inovadora e envolvendo todos os intervenientes na tomada de decisões, surgindo assim o projeto *"Redes na Quint@"*.

O projeto Redes na Quint@ - E6G surgiu quando foi aprovada uma candidatura ao Programa Escolhas de 6.ª Geração, iniciando-se em abril de 2016 na Urbanização da Quinta do Alçada (Marrazes), tendo a duração sido até dezembro de 2018. A InPulsar foi a entidade promotora e gestora do projeto. De janeiro a março de 2019 a CM de Leiria assegurou o financiamento do projeto, garantindo a sua continuidade. De abril de 2019 a dezembro de 2020 o projeto foi novamente financiado pelo Programa Escolhas, na sua 7.ª Geração. À semelhança da geração anterior, de janeiro a março de 2021, o município de Leiria foi responsável pelo financiamento do projeto de forma a não interromper os trabalhos. A partir de abril de 2021 o projeto é financiado pelo Programa Escolhas, na sua 8.ª Geração, passando a designar-se Redes na Quint@ - E8G.

Figura 35 - Projeto Redes na Quint@- E6G

Fonte: www.inpulsar.pt/?post_causes=experiencia-5

O objetivo do projeto é promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos desfavorecidos, para isto, o mesmo desenvolve inúmeras

atividades no bairro da Quinta do Alçada, onde se encontra. Tem como intuito principal alcançar o sucesso escolar, assim como chamar a atenção dos encarregados de educação para a importância de serem responsáveis no processo educativo dos seus educandos. Pretende ainda que estas crianças e jovens possam adquirir competências pessoais, profissionais e sociais, desenvolver os participantes em atividades artísticas e desportivas, de forma a aumentar a participação comunitária e o diálogo intercultural.

"Sob o mesmo Céu" foi um projeto apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian através da iniciativa PARTIS – Práticas Artísticas para a Inclusão Social e promovido pela InPulsar - Associação para o Desenvolvimento Comunitário. Com a duração de 3 anos, teve início em janeiro de 2019 e término em dezembro de 2021. Os destinatários foram 40 crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 7 e os 15 anos de idade, residentes na Urbanização Quinta do Alçada, UF de Marrazes e Barosa, Leiria.

Figura 36 - Projeto Sob o mesmo Céu

Fonte: www.inpulsar.pt/?post_causes=sob-o-mesmo-ceu

Foi um projeto focado na comunidade que visava ampliar políticas de desenvolvimento social e de atuação no espaço público, procurando repensar espaços como lugares de encontro, de integração entre as pessoas, de formação e de construção de cidadania. Neste tipo de intervenção, as práticas artísticas multidisciplinares, como arquitetura, audiovisual e artes plásticas, surgem como veículo de combate aos problemas sociais identificados no território de intervenção.

O Projeto *"D´El-Rei 4G"* surgiu do convite da CM de Leiria à InPulsar, na sequência da aprovação do CLDS de 4.ª Geração para Leiria. O Projeto teve início em março de 2020 e o seu términus em março de 2023. Promovido pela InPulsar e financiado pelo Programa Operacional Inclusão Social e Emprego foi um projeto de promoção da inclusão social de grupos populacionais que revelavam maiores níveis de fragilidade social num determinado território, mobilizando para o efeito a ação integrada de diferentes agentes e recursos localmente disponíveis na UF de Marrazes e Barosa, UF de Parceiros e Azoia e freguesia de Maceira.

Figura 37 - Projeto D' El-Rei CLDS 4G

Fonte: www.inpulsar.pt/?post_causes=clds-del-rei-4g

Carateriza-se pela intervenção assente numa perspetiva diferenciadora em três eixos: intervenção familiar e parental, preventiva da pobreza infantil; promoção do envelhecimento ativo e apoio à população idosa; auxílio e intervenção emergencial às populações inseridas em territórios afetados por calamidade. Pretendeu, com esta intervenção, a criação de valor para a comunidade, contribuindo para o aumento da coesão social. No seu plano são descritas treze atividades, que incluem oficinas artísticas; oficinas intergeracionas, gabinete 4G, apoio psicossocial, conferências, sessões de parentalidade, workshops, entre outros. As atividades foram desenvolvidas e promovidas em articulação com todas as entidades do CLAS.

O projeto Morada Certa – Leiria Housing First é inspirado no modelo *Housing First*, destinado a pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo crónico, que já passaram por vários tipos de respostas que não funcionaram. Este projeto teve início em 2019 com o apoio do município de Leiria, com um projeto piloto dirigido a três pessoas em situação de

sem abrigo. Face aos resultados dessa primeira fase, em 2020, foi possível iniciar o processo de disseminação e alargamento desta resposta para quinze pessoas na situação de sem abrigo, primeiro com o apoio do Grupo Lusiaves, uma empresa privada, que iniciou um apoio inédito de financiamento de projetos desta natureza, e seguidamente com a assinatura de um protocolo para a constituição de Equipas Técnicas de Suporte e Acompanhamento a Utentes em Contexto Habitacional *Housing First*.

Figura 38 - Projeto"Morada Certa – Leiria Housing First"

MORADA CERTA

LEIRIA HOUSING FIRST

Fonte: www.inpulsar.pt/?post_causes=morada-certa-projeto-em-vigor

O Morada Certa – Leiria Housing First oferece apoio na escolha, obtenção e manutenção de uma casa individual, digna, permanente e integrada na comunidade. Visa a promoção do acesso direto a uma habitação individualizada, estável e dispersa pela cidade, assim como a garantia de um conjunto de serviços de suporte na comunidade a pessoas em situação de sem abrigo. Adota uma abordagem que combina a integração numa casa e o apoio e acompanhamento contínuo de uma equipa técnica. As habitações são dispersas pela cidade, o que obriga as pessoas a criar novos laços e outras redes de socialização, que serão predominantes para a sua autonomia e integração social. Conta com o apoio da união das freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes e é financiado pela CM de Leiria, pela Lusiaves e pelo Instituto da Segurança Social, contudo, os participantes têm de contribuir com 30% dos rendimentos que auferem mensalmente.

Para além do acesso a uma habitação, o projeto garante um conjunto diversificado de serviços de suporte, flexíveis e individualizados, nos seguintes domínios: gestão e manutenção da casa (organização doméstica, confeção de refeições, compras); organização

da vida quotidiana (gestão do dinheiro; fontes de rendimento, atividades); obtenção de documentação e proteção social (prestações sociais); mediação nas relações familiares, de vizinhança e com a justiça; apoio na utilização dos serviços de saúde (saúde física e mental); desenvolvimento de projetos escolares, de formação profissional ou de emprego e desenvolvimento de atividades na comunidade e de cidadania.

O projeto Daqui P'ra Cá iniciou as suas atividades em fevereiro de 2014 e concluiu em fevereiro de 2015. A InPulsar foi a entidade promotora e gestora do projeto, financiado pelo Programa PARTIS – Fundação Calouste Gulbenkian.

Figura 39 - Projeto Daqui P'ra Cá

Fonte: www.inpulsar.pt/?post_causes=projeto-daqui-pra-ca

Foi um projeto de intervenção local realizado na cidade de Leiria e que promoveu a inclusão social de crianças dos 8 aos 13 anos de diferentes contextos sociais. Crianças do Bairro Social Cova das Faias, situado na periferia da cidade, onde a maioria é de etnia cigana, interagem com crianças da mesma faixa etária da Escola de Dança Clara Leão. Durante o projeto as crianças usufruíram de experiências de dança, teatro, fotografia e vídeo. Paralelamente à dimensão artística, o projeto desenvolveu uma dimensão social através de um programa de treino de competências e ajustamento psicológico.

"Gira Comigo" foi também um projeto promovido pela InPulsar que iniciou em junho de 2021 e teve o seu término em dezembro de 2022. O público-alvo foram 40 crianças, jovens e adultos, residentes no Bairro Social Cova das Faias. Foi um projeto complementar ao Giro Ó Bairro, sendo financiado pelo programa Cidadãos Ativ@s (Activ Citizens Fund).

A Fundação Calouste Gulbenkian, em consórcio com a Fundação Bissaya Barreto, foi selecionada para gerir este programa em Portugal, financiado pela Islândia, Liechtenstein e Noruega, enquanto componente dos EEA Grants especificamente destinada a apoiar as Organizações Não Governamentais.

Figura 40 - Projeto Gira Comigo

Fonte: www.inpulsar.pt/?post_causes=giracomigo-projeto-em-vigor

O Gira Comigo visava promover a inclusão social das crianças, jovens e adultos ciganos/as, através de oficinas para o desenvolvimento de competências sócio emocionais, a mobilização de saberes e costumes da cultura cigana e a dinamização de espaços de participação cívica, de forma a aumentar o seu sucesso escolar e profissional, fomentar uma maior participação na comunidade maioritária e reduzir o estigma associado às comunidades ciganas através das **seguintes componentes:**

- desenvolver competências escolares, emocionais e digitais;
- empoderar saberes (oficina de construção de caixas flamencas, oficinas criativas; oficinas sobre história e cultura cigana);
- capacitar para a cidadania inclusiva (melhoria da imagem do bairro; aumento da participação ativa; ações dirigidas à comunidade).

Assim, o foco do projeto centrou-se no grupo das crianças, jovens e adultos, com especial incidência nos grupos mais vulneráveis, como as crianças e jovens em risco e/ou em abandono escolar, os jovens e adultos desocupados e os desempregados de longa duração.

De acordo com o Plano de atividades da InPulsar, "o seu focus incide sobre as populações mais vulneráveis, bem como na criação de novas respostas sociais e sustentabilidade na sua organização, fazendo a diferença junto das pessoas mais vulneráveis".

No entanto, a grande aposta da InPulsar é na vertente da educação:

> neste momento, o Giro Ó Bairro apenas atua neste grande campo da escola, de forma a promover o sucesso escolar, a tentar que o abandono escolar diminua (…) fazemos atendimentos psicossociais com os adultos, em que fazemos a ponte com todos os serviços, que os nossos moradores necessitam, a CM, saúde, escola, segurança social, tribunais …luz, todas as necessidades que eles têm é connosco que eles vêm ter, portanto temos aqui um papel muito ativo de os fazer chegar a todas as entidades que eles necessitam para resolver as suas questões e as suas problemáticas, estamos aqui a tentar, desta forma, a inclusão social que é o grande objetivo deste projeto. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 19)

No caso deste bairro não existe a multiculturalidade, pois a maioria da população (95%) é de etnia cigana. O que se tem pretendido é a valorização na comunidade da sua própria cultura, aceitando-a, bem como ensinando o respeito pelas outras culturas, uma aprendizagem de lado a lado.

> Um dos grandes focos que temos é o apoio ao processo escolar, o apoio às crianças, às famílias e à escola para promover o sucesso escolar, para diminuir o absentismo e o afastamento da escola (…) esta comunidade despromove-se muito das suas responsabilidades enquanto pais (…) e temos alguns programas, algumas atividades de promoção de competências pessoais, sociais e de grupo. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 18)

No entanto, a dimensão da cultura e da multiculturalidade também são bastante trabalhadas, porque quando as crianças e jovens vão à escola convivem com outras, oriundas de nações distintas e cultura muito diferentes, "o Agrupamento de Escolas Correia Mateus e é uma escola multicultural, que tem brasileiros, ucranianos, russos, asiáticos" (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 26).

A vertente da reciclagem e da sustentabilidade também não são esquecidas e a consciência sobre o consumo e o reaproveitamento de materiais, através da separação do lixo para uma recolha seletiva é uma temática bastante atual e pertinente:

> temos o nosso canto da reciclagem e eles já sabem, eles aqui dentro cumprem as regras, eles sabem que o lixo que vai para o azul, vai para o amarelo, vai para o lixo orgânico, eles sabem fazer, quando passam da porta para fora, o lixo vai para o chão, se nós estivermos presentes, a coisa ainda (…) e eles fazem, mas se não estivermos, esta cultura ainda não existe neles, quer dizer, existem exceções, mas no geral ainda não cumprem (…) havemos de lá chegar, estamos a começar nas crianças e é esse o futuro. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 34)

Por outro lado, existe a preocupação de atuar junto destas populações socialmente vulneráveis através de estratégias e metodologias participativas e inovadoras.

> O Projeto Gira Comigo visa dar-lhes algumas ferramentas para ocuparem o tempo, principalmente às mulheres e nós temos oficinas de artes criativas e tem sido um bocadinho difícil integrá-las nisso, porque elas têm sempre muito que fazer em casa, fechadas, mas depois quando vêm, quando se entregam, é muito positivo e elas gostam e depois querem mais, isto para dizer que às vezes é difícil elas darem o primeiro passo, mas quando dão, o resultado é sempre muito positivo. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 32)

Efetivamente a CM de Leiria, enquanto entidade responsável pela política de gestão social dos bairros sociais do concelho, dinamiza variados projetos sob diversas temáticas. No que diz respeito ao Bairro Cova das Faias, as medidas de natureza social e as dinâmicas de intervenção são materializadas pela InPulsar - Associação para o Desenvolvimento Comunitário.

5.4.4. Lógicas de ação e estratégias de intervenção

A lógica da intervenção neste bairro tem como objetivo concreto colmatar as dificuldades atuais por via da educação. Existe uma clara aposta na alfabetização desta população e nos outros eixos relacionados com a educação. Havendo uma aprendizagem nesta área, os problemas diretamente relacionados, como as dificuldades em obter emprego e tratar das burocracias do dia-a-dia, são facilitadas, criando também uma melhor adaptação ao meio envolvente. A estratégia de intervenção centra-se nas gerações mais novas, no sentido de procurar ir alterando os comportamentos dos adultos, focando-se muito numa alta taxa de alfabetização.

> Basicamente poderemos resumir desta forma: os objetivos da InPulsar são, através da educação das gerações mais novas, tentar modificar, tentar alterar os comportamentos dos adultos, que agora também têm dificuldade de integrar o mercado de trabalho porque não têm habilitações, portanto, incidem sobretudo nisto e parece-me que, de facto, a educação é a base disto tudo e portanto, parece-me que é uma abordagem muito, muito interessante. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 20-21)

É aposta desta associação promover atividades que, através da arte e da música, captem a sua atenção, para depois poderem intervir ao nível da educação, indo ao encontro da questão das estratégias adotadas. Neste contexto, a profissional entrevistada enumera exemplos práticos do apoio prestado, que se traduz em atividades de ATL, onde ajudam as crianças na idade escolar, através das plataformas digitais, que obrigam os pais a terem um conhecimento digital que antes não existia, e muitos deles ainda não conseguem acompanhar. Este apoio, nomeadamente durante a pandemia, foi fundamental para evitar um número maior de abandono escolar de muitas destas crianças, que desta forma conseguiram

acompanhar as aulas on-line. Estas atividades são utilizadas como estratégia de intervenção social que pretende a emancipação dos destinatários.

> há muitos pais que se desresponsabilizam do seu papel como pais na escola e, muitas das vezes, nem sequer sabem o que é que um aluno precisa de ter para almoçar na escola e, hoje em dia, isto é tudo digital, eles trabalham com a *INOVAR*, com o SIGA, com o MEGA para os Manuais escolar, com o Portal das Matrículas são as Plataformas (…) eu não é preciso ir à escola tratar de nada, posso fazer tudo em casa, no computador, mas esta realidade não é positiva para todos, porque grande parte dos pais dos nossos meninos não sabe ler, nem pegar num computador para ir a uma plataforma ver as faltas do seu filho ou justificar uma falta, isso é completamente inconcebível. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 36)

A estratégia de intervenção no Bairro Social Cova das Faias incorpora o trabalho contínuo de **parcerias** e consórcio de Gestão que envolve várias entidades públicas, instituições e associações, autarquias e empresas privadas[108] e atua junto dos moradores através dos projetos sociais dinamizados. Conforme já referido anteriormente, os projetos englobam atividades de apoio ao estudo e promoção do sucesso escolar; atividades de promoção da música; na área dos trabalhos manuais, de promoção de bem-estar e de estilos de vida saudáveis e atividades de promoção de competências familiares que visam o envolvimento dos encarregados de educação e das famílias no processo escolar das crianças envolvidas. A maioria das atividades funciona em contexto de bairro, numa habitação social cedida pela CM de Leiria, sendo que as aulas de música funcionam no orfeão de Leiria.

Geralmente as atividades propostas pelos técnicos são aceites e os moradores do bairro aderem e participam:

> nós temos uma relação muito próxima com todos os moradores aqui, temos uma relação muito boa, muito positiva (…) tudo o que nós tentamos implementar aqui no nosso projeto, sempre em prol do bem-estar deles e da evolução e da inclusão, normalmente acaba por ser aceite por eles. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 30)

O apoio ao arrendamento pode também ser considerado como estratégia para evitar ações de despejo e constituir -se como alternativa à habitação social, na medida em que ajuda temporariamente a reorganização socioeconómica do agregado familiar e promove as

[108] CM de Leiria, Centro de Respostas Integradas de Leiria, Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência, Freguesias e União das Freguesias do concelho, ACES Pinhal Litoral, Instituto Politécnico de Leiria, Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal (Núcleo de Leiria), Refood – Núcleo de Leiria, Agrupamentos de Escolas do concelho, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Leiria, ARS Centro – Unidade de Cuidados na Comunidade Arnaldo Sampaio, Orfeão de Leiria, Grupo Lusiaves Escola das Emoções, Ribaltambição – Associação para a igualdade de Géneros nas Comunidades Ciganas, entre outras.

condições de habitabilidade e tipologia adequada à dimensão do agregado familiar. Neste sentido, a CM de Leiria implementou o Regulamento do Programa de Comparticipação ao Arrendamento do Município de Leiria[109].

5.4.5. Avaliação e monitorização

No que diz respeito à avaliação e monotorização do projeto Giro Ó Bairro, conforme relatórios de progresso[110] elaborados na altura em que o financiamento era no âmbito do Programa de Parcerias para o Impacto, foi possível apurar que "ao longo dos 3 anos a iniciativa integrou um conjunto de 202 participantes diretos envolvidos nas diversas atividades do projeto (114 adultos e 88 crianças).

Conforme referido anteriormente, a iniciativa Giro Ó Bairro alicerçou-se em três fases (o bairro – a ponte – a comunidade) que contribuem para a crescente inter-relação do bairro/ comunidade local, suscitando uma aproximação crescente e de desconstrução de preconceitos. Nos primeiros seis meses de projeto, que correspondem à primeira fase "o bairro" – o objetivo passou por trabalhar "o grupo" e o sentido de comunidade. Nesta fase, a intervenção centrou-se na promoção da participação nas atividades, estabelecimento de regras, rotinas e desenvolvimento das capacidades psicomotoras. Após esta primeira fase de envolvimento dos participantes nas atividades com o contacto com as diferentes regras e rotinas do projeto, deu-se início à segunda fase, "a ponte", com um aumento dos contactos com a comunidade escolar, aumento do número de participantes da atividade Giro_Orquestra e respetivos instrumentos e participação em eventos da cidade de Leiria.

Numa terceira fase, "a comunidade", foi possível envolver os participantes mais ativamente nos eventos da cidade, com participações e respetiva comunicação do trabalho realizado para a comunidade de Leiria. O Projeto acabou por ser condicionado na sua reta final, devido à situação do Covid-19. Ainda assim, foi possível realizar duas apresentações em outubro de 2020, uma apresentação final no Orfeão de Leiria, que contou com a participação dos alunos e das suas famílias, e uma apresentação final no Bairro Social Cova das Faias, com os

[109] Disponível em: Diário da República, 2.ª série — N.º 174 — 9 de setembro de 2016 - www.cm-leiria.pt/cmleiria/uploads/writer_file/document/5796/regulamento_arrendamento_cml.pdf
[110] Comunicação enviada em 07/07/2022 pela Coordenadora Geral da InPulsar.

familiares diretos e indiretos dos participantes e outros elementos do Orfeão de Leiria e outras instituições[111].

No decorrer da entrevista, a Coordenadora, em termos de avaliação e monotorização, apontou o relatório acima identificado, elaborado para prestar contas à entidade financiadora e acrescentou o seguinte:

> nós temos um Relatório Anual, que é o PRO Leiria, que vem da CM, em que nós temos de especificar os objetivos e as atividades que desenvolvemos, o número de crianças a abranger nas atividades, quantas crianças estão inscritas na escola, nós temos um dossier com registos escolares, onde temos um separador para cada aluno, com o nome do diretor de turma, o ano em que está e temos as avaliações. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 36)

5.4.6. Perspetivas quanto às Políticas de habitação e intervenção social e urbanística

O principal bairro municipal - Bairro Cova das Faias - está localizado na periferia da cidade de Leiria, o que dificulta a integração e inserção dos seus habitantes, gerando desigualdades territoriais e sociais no acesso a emprego, formação e outras dimensões determinantes para a verdadeira inclusão e autonomização.

De acordo com a entrevistada coloca-se a necessidade de rever a gestão das habitações, no que diz respeito aos espaços comuns. A profissional refere que dentro de portas os moradores são bastante asseados, mas, na rua, teimam em acumular lixo, deixando a responsabilidade para os outros.

> Um exemplo: quando chegámos de manhã estava aí uma equipa grande a limpar o bairro, mas eles ainda têm um bocadinho… uma falta de educação neste campo, do espaço comum, do espaço público, dentro de portas eles são muito higiénicos, têm tudo muito limpo, tudo muito arrumado, mas fora de portas não funciona assim e nós já tentámos de várias formas intervir nesse campo, quer na reciclagem, no tratamento do lixo, mas eles ainda se opõem um bocadinho a isso (…) desvalorizam um bocadinho o papel deles "vai haver alguém que limpa, não tenho de ser eu", infelizmente ainda é assim. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 34)

No que diz respeito ao projeto Giro Ó Bairro, no relatório final[112], "em termos futuros, pretendemos dar continuidade ao trabalho desenvolvido em termos de desenvolvimento de competências socioemocionais, respeitando e envolvendo a comunidade local, os seus

[111] Relatório de Progresso - "Informação Anual de Execução – 2020" / "Saldo Final" - Implementação do Plano de Desenvolvimento da IIES – "Giro Ó Bairro" - Projeto n.º POISE-03-4639-FSE-000043.
[112] Comunicação enviada em 07/07/2022 pela Coordenadora Geral da InPulsar.

objetivos e gostos pessoais (…) Após o término do projeto, já garantimos a continuidade de uma criança nas aulas de música do Orfeão de Leiria, e estamos a diligenciar a integração de uma segunda criança. O que possibilitará o desenvolvimento das competências adquiridas a longo prazo. O reforço do sentimento de pertença ao bairro, a promoção da identidade do bairro, serão legados não físicos que irão certamente permanecer e refletir-se nas relações comunitárias. De igual modo, as competências sócioemocionais nas crianças bem como as aprendizagens e experiências nas diversas práticas artísticas que tiveram em contacto, ficarão enquanto experiências promotoras de cidadania e de *soft-skills*, tão fundamentais nos dias de hoje."

De acordo com o relatório de avaliação do Projeto Giro Ó Bairro perspetiva-se a necessidade de dar continuidade ao mesmo. É necessário manter as fontes de financiamento e atrair outras para manter as mesmas linhas deste projeto, bem como para manter os recursos humanos que são essenciais para o desenvolvimento de proximidade deste trabalho.

> nós sabemos as necessidades deste bairro e as problemáticas e sabemos que não podemos abandonar este projeto, é dos primeiros projetos da InPulsar, é um bocado o menino de ouro da Associação, temos conseguido ao longo dos anos mantê-lo, neste momento a nível de financiamento temos a CM e temos o Gira Comigo, que tem um plano de financiamento paralelo para determinadas atividades que vai terminar no final do ano, portanto, o próximo passo é fazer uma nova candidatura, porque nós só com o financiamento da CM não conseguimos por exemplo, ter recursos humanos e isto sem recursos humanos não funciona. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 39)

Identificou-se, também, a carência de habitações, já que muitos dos T2 têm já duas gerações de famílias, que não se autonomizam pela falta de habitação social.

> a família vai crescendo (..) e a verdade é que já temos mais famílias do que casas, ou seja, já temos famílias a dobrar numa casa, numa casa já temos dois agregados familiares, porque a filha mais velha já casou, já tem filhos e continua ali na casa, quando não era suposto, na cultura deles, a filha casa tem que sair, mas temos aqui famílias que ainda mantém, porque não têm casas (…) há longas listas de espera para a habitação social. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 47)

Na leitura da profissional entrevistada o facto de muitos bairros sociais estarem situados nas periferias das cidades não será a melhor medida a adotar pelos municípios:

> na nossa opinião e com a experiência que nós temos aqui, não nos parece que seja a opção mais correta a adotar pelos municípios, porque estamos a fechar uma comunidade, cigana e não cigana, estamos a limitá-los a todas as oportunidades que existem na cidade, porque é na zona urbana que elas existem (…) e eles vivem aqui num gueto, basicamente. Esta guetização que existe neste bairro, e em muitos outros, cria-lhes uma barreira de oportunidades e de inclusão muito grande (…) não me parece que

> esta política de criar um bairro fechado, isolado, na periferia da cidade, seja o melhor, não lhe sei dizer (…) não consigo perceber quais são os critérios para que isso aconteça. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 24)

A InPulsar salienta a importância da continuação da intervenção junto da população de etnia cigana, não só no Bairro Cova das Faias, mas no sentido mais abrangente:

> o Projeto Mediar para Intervir também trabalha com as comunidades ciganas e temos uma parceria, nós agimos aqui no Bairro Social Cova das Faias, mas eles querem abranger toda a comunidade cigana da região de Leiria, o que seria muito importante. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 6)

A Coordenadora entrevistada acrescentou o seguinte:

> Se não existir uma entidade que venha e que traga e que lhes diga e que lhes mostre aquilo que se passa lá fora, eles acabam por se limitar única e exclusivamente àquilo que se passa dentro do bairro (…) no nosso caso são duas estradas, isto é, uma rua que faz um "T", invertido, e há muitos moradores que só conhecem esta realidade e isso não nos parece que seja uma forma de inclusão social, daí nós estarmos aqui a tentar agir e tentar levá-los para fora e tentar trazer realidades que lhes tragam coisas positivas, tudo o que for reforços e atividades positivas acho que é de trazer para aqui, porque muitos deles a única realidade que conhecem, realmente, é esta e não me parece que esta política de criar um bairro fechado, isolado, na periferia da cidade (…) não percebo quais são os critérios para um município criar habitação social apenas num beco, na periferia, longe de tudo. (Entrevista Assoc InPulsar - Leiria, Pos. 24)

De acordo com a ELH de Leiria, estima-se que as soluções habitacionais no âmbito do Programa 1.º Direito à Habitação, correspondam a um:

- investimento municipal na ordem dos 10,7 milhões de euros, dos quais cerca de 6,5 milhões correspondem a soluções habitacionais por via da construção, 3,5 milhões por via da reabilitação e 0,7 milhões por via do arrendamento para subarrendamento;
- investimento por parte de outras entidades beneficiárias na ordem dos 26 milhões de euros, no âmbito da medida que visa a reabilitação de 204 fogos de habitação social propriedade destas entidades;
- investimento por parte dos proprietários privados/beneficiários diretos na ordem dos 230 mil euros, no âmbito da medida 3.2 (Estratégia_Local_de_Habitaçao_de_Leiria, P. 87).

5.5. Mealhada

5.5.1. Parque habitacional e distribuição territorial

O concelho da Mealhada, no distrito de Aveiro, localiza-se na Região Centro (NUT II) e no Oeste (NUT III) e é limitado a norte por Anadia, a este por Mortágua (distrito de Viseu) e Penacova (distrito de Coimbra), a sul por Coimbra (distrito de Coimbra) e a Oeste por Cantanhede (distrito de Coimbra). Abrange uma área de 110,70 km^2 subdividida por seis Freguesias/UF: Barcouço, Casal Comba, Luso, Pampilhosa, Vacariça e UF da Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes. Conta com uma população residente de 19 348 (Censos 2021).

Tabela 5 - Parque Habitacional do Município de Mealhada

Freguesia/União de Freguesias	Bairro / Lugar	Nº de Fogos
União das Freguesias de Barcouço, Casal Comba, Luso e Pampilhosa	Bairro Social do Canedo / Pampilhosa	24
União das Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes	Bairro Social da Póvoa / Mealhada	14
	Total	**38**

Fonte: www.cm-mealhada.pt/menu/368/habitacao_social

Conforme podemos verificar na tabela anterior, e de acordo com a Chefe do Setor de Ação Social da CM da Mealhada, os fogos geridos pelo município estão inseridos em dois bairros:

> Um dos bairros, que é o Bairro Social da Póvoa, aqui da Mealhada, temos catorze fogos, mas só oito estão ocupados, porque ao todo no bairro são vinte e quatro, mas propriedade da Câmara são só catorze. No Bairro Social do Canedo, que é outro bairro, temos vinte e quatro. (Entrevista CM Mealhada, Pos. 4)

Em ambos os casos são "casas geminadas" e de propriedade mista, ou seja, nem todos os fogos são propriedade do município (Entrevista CM Mealhada, Pos. 6).

De acordo com a profissional entrevistada, no concelho da Mealhada existe *"um outro bairro social que não é da Câmara, é pertença de uma Fabriqueira da Igreja e estamos a tentar que esse bairro também seja nosso, para essas casas também poderem ser reabilitadas"* (Entrevista CM Mealhada, Pos. 15).

Figura 41 - Bairro do Canedo - Mealhada

Fonte: https://jornal-mealhadamoderna.blogspot.com/2009/11/meio-milhao-de-euros-para-requalificar.html

Figura 42 - Bairro Social da Póvoa da Mealhada

Fonte: www.noticiasdeaveiro.pt/reabilitacao-do-bairro-social-da-povoa-da-mealhada/

No que diz respeito ao número de bairros, esta informação está de acordo com o referido na Carta Social do concelho, elaborada em 2015: "no município da Mealhada é possível observar a presença de dois bairros sociais designadamente o Bairro Social do Canedo e o Bairro social da Póvoa/Mealhada, conforme ilustram as figuras anteriores. Acresce ainda o bairro Comendador Melo Pimenta, localizado na freguesia do Luso, da responsabilidade da

Igreja de Luso, que, embora não se enquadrando como habitação social, apresenta rendas de baixo valor". Relativamente ao número de fogos e de residentes nos dois bairros geridos pelo município, podemos concluir que, passados cerca de sete anos, no Bairro Social do Canedo o número de fogos mantém-se e o número de residentes diminuiu de 78 para 73 pessoas. No Bairro social da Póvoa/Mealhada, o número de fogos aumentou (mais 4 fogos) e número de pessoas diminuiu (menos oito pessoas) (Carta Social Mealhada, P. 151).

Quanto à sus história, o Bairro Social da Póvoa foi construído em 1982 (com atribuição das habitações a partir de 1983), no âmbito das políticas públicas de habitação, promovidas pela Administração Central (em parceria com os municípios), através do extinto Instituto Nacional da Habitação. Na Mealhada foram construídos dois bairros: o da Póvoa e o do Canedo, tendo este último tido obras de reabilitação nas 24 habitações existentes, em 2010[113]. Esta informação data de outubro de 2020 e surge no âmbito da obra de reabilitação e beneficiação energética **do Bairro Social da Póvoa.**

5.5.2. Âmbito de intervenção municipal na habitação

A orientação geral da política de habitação e intervenção social e urbanística do município da Mealhada, nos últimos anos, tem assentado essencialmente em duas grandes linhas estratégicas de ação: i. reabilitação e requalificação dos bairros municipais e espaços envolventes; ii. divulgação e informação aos munícipes do Programa de Incentivo à Recuperação do Património Edificado Concelhio (PIRPEC) de âmbito municipal de apoio à reabilitação e de programas nacionais de arrendamento e reabilitação.

A intervenção ao nível do parque de habitação social está inserida no Pelouro de Ação Social da CM da Mealhada e na página institucional pode ler-se que o município tem procurado intervir no âmbito da gestão e requalificação do parque de habitação social do concelho, tendo como objetivo principal resolver e/ou atenuar situações de carência habitacional e, consequentemente, dignificar as condições de vida das pessoas com menores recursos[114].

Nas palavras da profissional entrevistada, "estes moradores são acompanhados pelo município desde a existência destas casas". No caso do Bairro Social do Canedo, tratou-se

[113] Disponível em: www.noticiasdeaveiro.pt/reabilitacao-do-bairro-social-da-povoa-da-mealhada/
[114] Disponível em: www.cm-mealhada.pt/menu/368/habitacao_social

de uma candidatura do município para a habitação social e as pessoas que foram alojadas (…) era gente desenraizada, este bairro fica numa aldeia, um bocadinho deslocalizado do centro mais urbano e, portanto, houve sempre necessidade de ir acompanhando estas pessoas, de estar próximo (Entrevista CM Mealhada, Pos. 9-10). Neste sentido, com o intuito de dar continuidade ao processo de reabilitação social, o município desenvolveu um conjunto de ações de intervenção comunitária dirigidas aos residentes, apelando a uma maior participação de todos na vida coletiva dos Bairros. São exemplo dessa orientação o Projeto de Intervenção Comunitária - "Gente do Meu Bairro" e Programa SER + Família.

Conforme referido anteriormente, em matéria de habitação, o município além de gerir o parque de habitação social desde 2004, tem direcionado a sua ação para operações de reabilitação e requalificação dos dois bairros municipais e dos espaços envolventes, e para a divulgação e informação aos munícipes do PIRPEC e de programas nacionais de arrendamento e reabilitação (Carta Social Mealhada, p. 151, e página institucional CM da Mealhada).

Um dos problemas relatados pela Chefe do Setor Social é a escassez de habitações para famílias unipessoais e o aumento dos preços no mercado imobiliário, o que acarreta o problema de sobrelotação.

> temos muita falta de habitação, é escassa e cara (…) sentimos muita dificuldade em encontrar casas pequeninas, T1's e temos muitos agregados isolados com necessidade de casa dessa tipologia e que depois não conseguem pagar as rendas do mercado livre. Depois temos outras situações que são as de sobrelotação, temos muita gente a viver em casa dos pais (…) filhos que não saem da casa dos pais e depois levam as namoradas porque não se conseguem autonomizar. (Entrevista CM Mealhada, Pos. 47)

Quando perguntámos o que esteve na base da adoção deste tipo de iniciativas e quais os problemas que foram diagnosticados, a profissional entrevistada afirma o seguinte:

> o que esteve na base foi a necessidade de lhes incutir o sentimento de pertença, incutir que - eu vivo nesta casa que é propriedade da Câmara, e ela tem de ser estimada, eu sou arrendatário e tenho de contribuir, porque não vivo isolado, vivo nesta comunidade, portanto, a relação de pertença e a relação de vizinhança também. (Entrevista CM Mealhada, Pos. 24)

Relativamente às políticas de habitação e intervenção social a profissional entrevistada admite a necessidade e a importância de obras de reabilitação para proporcionar melhores

condições de habitabilidade aos residentes e também a ocupação dos fogos que se encontram devolutos.

> o Bairro Social do Canedo está sem qualquer tipo de manutenção há dez anos (…) e essa reestruturação que se fez há dez anos, acho que prejudicou até mais as casas do que as favoreceu, porque tem muitas infiltrações, por isso é que há alguns fogos que estão vazios, porque não têm condições de habitabilidade, portanto, aquilo tem de ser tudo reformulado (…). Ainda temos a ELH por aprovar, mas vamos aproveitar o 1.º Direito para fazer isso, para depois aí começarmos a pensar numa dinâmica nova. (Entrevista CM Mealhada, Pos. 15)

Outra possibilidade referida e que também aguarda pela aprovação da ELH é a reabilitação de um antigo Bairro Ferroviário que se encontra devoluto:

> Não é património municipal ainda, mas a Pampilhosa tem um Bairro Ferroviário e onde havia umas casinhas que estão devolutas e estamos a aguardar que sejam passadas para nós e aí dará para fazer alguns T1e T2, para poder dar resposta a estes pedidos que vamos tendo (…). Temos também algumas casas que adquirimos e que vamos utilizar para esse fim. (Entrevista CM Mealhada, Pos. 49)

Relativamente ao enquadramento organizacional a habitação social está integrada no Setor de Ação Social e Saúde, sendo que esta designação foi alterada em 21 de junho de 2022[115] "até essa data a designação era Setor de Ação Social" (Entrevista CM da Mealhada, Pos. 60). A confirmar esta informação, e conforme se pode ler no site institucional, o modelo da estrutura orgânica é o seguinte: *O Município / CM / Divisões e Serviços /* ***Setor de Ação Social e Saúde***.

Quanto ao financiamento dos projetos, a profissional entrevistada afirma que os mesmos são desenvolvidos "pelos Técnicos de Ação Social do município (Entrevista CM Mealhada, Pos. 41-42).

De referir que na página institucional da CM da Mealhada existe um separador indicativo para os projetos cofinanciados, mas não há qualquer referência a projetos da área social.

5.5.3. Domínios e eixos de intervenção sociourbanística nos bairros de habitação social

[115] Alteração da estrutura orgânica municipal, publicada em Diário da República, 2.ª série, parte H em 21 de junho de 2022.

O município tem orientado a sua atuação para ações de natureza social que abarcam várias temáticas e estão associadas a processos de participação das pessoas, enquanto estratégia integrada de envolvimento comunitário e de proximidade.

> quando fazemos o acompanhamento de uma família, fazemos do todo (…) a nível de problemas financeiros, de problemas de saúde, a nível de emprego, de baixos rendimentos, a nível de pensões, (…) se vão à escola, comunicação com o Centro de Saúde, com a GNR, a CPCJ. Portanto, nós não podemos dizer que estes eixos são individuais, porque não é só trabalhar o arrendatário, o primeiro nome que vem no contrato de arrendamento, mas sim todo o agregado (…) temos situações de agregados que são flutuantes que entram e saem, depois temos a questão de sensibilização dos direitos e deveres (…) que têm de ser trabalhados constantemente, porque eles acabam no fundo por pensar - pago uma renda, a casa é minha e não tenho de dar explicações, faço o que eu quiser, não é bem assim, portanto são todos informados e têm o Regulamento Municipal (…). É um trabalho constante dos técnicos, porque um processo de habitação social de um agregado familiar pode ter outros serviços, como por exemplo, apoio financeiro, loja social, acompanhamento ao nível da saúde, integração em equipamento social. (Entrevista CM Mealhada, Pos. 30)

Estes diferentes domínios de intervenção têm como objetivo minimizar situações mais problemáticas, tais como a falta de emprego e consequentes dificuldades financeiras. Nas palavras da profissional entrevistada os moradores:

> têm acompanhamento também, não só em termos técnico, mas através dos projetos de ação social (…) alguns deles são beneficiários da loja social, em termos de ação social podemos dizer, face a dificuldades económicas tem o fundo extraordinário de intervenção social, vem colmatar aqui alguma situação que esteja em dívida, ou de bens que seja necessário adquirir (…) existem também atividades pontuais que se fazem em ambos os bairros, das partes comuns, de integrá-los e da gestão do condomínio porque como é mista (…). (Entrevista CM Mealhada, Pos. 10)

Neste sentido, a Cidadania Responsável, a Responsabilidade Familiar e Parental, as Relações de Vizinhança e a Resolução de Conflitos assumem-se como principais eixos de intervenção do projeto abaixo descrito.

Projeto de Intervenção Comunitária - Gente do Meu Bairro

No âmbito das atividades do Setor de Ação Social da CM e na sequência da reabilitação física do Bairro Social do Canedo, foi iniciado em setembro de 2013 o Projeto de Intervenção Comunitária - Gente do Meu Bairro que pretendia dar continuidade ao processo de reabilitação social, desenvolvendo ações de intervenção comunitária. Um dos objetivos era criar uma comissão de moradores capaz de promover o exercício da cidadania, através da promoção de atitudes, hábitos e comportamentos que facilitem a boa convivência e um maior

envolvimento de todos na vida do Bairro. Pretendia-se que essa comissão se assumisse como mediadora privilegiada entre moradores e a CM para a resolução de problemas e necessidades diagnosticadas. No que diz respeito a atividades, o projeto englobava a dinamização de sessões de sensibilização/informação, preparadas e dinamizadas pelo Setor de Ação Social, com a exploração de temáticas como Cidadania Responsável, Responsabilidade Familiar e Parental, Relações de Vizinhança, Resolução de Conflitos, entre outros temas considerados relevantes[116].

Além deste projeto, cujos resultados são apresentados posteriormente, o município desenvolve outros projetos no âmbito da Ação Social, através de um trabalho de articulação interinstitucional e do aproveitamento dos recursos, no sentido de dar respostas mais adequadas às situações concretas. Os projetos que a seguir se apresentam visam responder a problemas específicos e são também direcionados aos moradores dos bairros sociais.

Atendimento, Acompanhamento e Encaminhamento

O atendimento individual ou familiar constitui uma das áreas de intervenção básica do SAS - Setor de Ação Social. Ao nível de recursos humanos, o Gabinete do SAS é constituído por três técnicas/o superiores de serviço social e uma técnica superior de psicologia, uma assistente técnica.

Programa SER + Família

A iniciativa SER + Família surge da necessidade de uma intervenção especificamente direcionada para a família, em situação de risco e/ou vulnerabilidade social e económica.

Figura 43 - Programa "SER + Família"

Fonte: www.cm-mealhada.pt/menu/536/projeto_ser_+_fami%C2%ADlia

[116] Comunicação enviada pela Adjunta do Presidente CM da Mealhada em 13 julho 2022.

O Programa pretende uma ação sistemática, contínua e sustentada norteada pelos seguintes objetivos: 1) Promover a intervenção direcionada para a família, em contexto individual ou de grupo, garantindo um espaço seguro e de confiança para a reflexão e a intervenção sobre práticas parentais e outras questões da esfera familiar; 2) Desenvolver competências pessoais e sociais no exercício da parentalidade, enquanto processo dinâmico em permanente atualização, reconhecendo e valorizando o papel fundamental dos pais na educação e no desenvolvimento dos filhos, a especificidade de cada família, bem como a diversidade de contextos socioculturais, permitindo, assim, identificar fatores de risco e fatores de proteção; 3) Promover redes formais e informais de apoio à família, de forma a garantir o acesso a respostas concertadas e adequadas às suas características e necessidades específicas [117].

As atividades do projeto SER + família englobam sessões, ações e consultas, que consistem em capacitar os indivíduos através de formação para ajudar a cuidar da casa, em termos de gestão financeira, a nível de procura de emprego, orientação em termos de resolução de problemas de saúde e questões escolares. É efetuada uma análise integrada de todas as suas necessidades do agregado familiar, que depois se estrutura no âmbito dos seguintes eixos de intervenção:

- apoio familiar e aconselhamento parental;
- intervenção familiar;
- apoio psicológico;
- apoio psicossocial;
- formação profissional;
- intervenção comunitária, através de ações de sensibilização e prevenção dirigidas à comunidade em geral ou a grupos específicos, nomeadamente residentes dos bairros sociais do concelho[118].

Fundo Extraordinário de Intervenção Social

Outra medida complementar que abrange muitos residentes dos bairros é o apoio financeiro.

[117] Disponível em: www.cm-mealhada.pt/menu/536/projeto_ser_+_fami%C3%82%C2%ADlia

[118] Disponível em: www.cm-mealhada.pt/menu/536/projeto_ser_+_fami%C3%82%C2%ADlia

O Fundo Extraordinário assume-se como um fator de desenvolvimento social, promovendo a resolução de problemas que afetam os munícipes, procurando resolver e/ou atenuar os fenómenos de pobreza, exclusão social e, consequentemente, dignificar as condições de vida das pessoas e famílias com menores recursos. Trata-se de apoios sociais concedidos pela CM a agregados familiares socialmente desfavorecidos, residentes no concelho de Mealhada, visando satisfazer necessidades nas áreas da saúde, habitação e outras eventuais situações de emergência, decorrentes da falta de recursos económicos.

Roda Viva - Loja Social

A Roda Viva - Loja Social do município de Mealhada é uma resposta social inovadora, dinamizada pelo GAS e pretende constituir-se como um espaço de partilha e solidariedade para com os munícipes mais carenciados.

Figura 44 - Roda Viva - Loja Social

Fonte: www.cm-mealhada.pt/public/imgs/conteudos/rodasocial.jpg

Tem como objetivo básico suprir as necessidades imediatas das famílias carenciadas do concelho, através da doação, por particulares ou empresas, de produtos (roupa, calçado, têxteis, livros, brinquedos, móveis, eletrodomésticos, e muitos outros materiais), novos ou usados que já não necessitem. Pretende-se, assim, fomentar a participação dos munícipes na resolução dos problemas sociais da comunidade local, garantindo-lhes que o seu contributo será entregue a quem realmente necessita. sendo que[119].

[119] Disponível em: www.cm-mealhada.pt/menu/530/loja_social_roda_viva

Projeto de Apoio Habitacional a Estratos Sociais Economicamente Carenciados

Projeto de apoio à execução de obras, destinadas à melhoria das condições de habitabilidade de agregados familiares em situação de comprovada carência económica, residentes no Concelho de Mealhada. O apoio referido destina-se à realização e/ou acompanhamento de obras de reconstrução, conservação, alteração ou ampliação em habitações, podendo ser concretizado através da elaboração de projetos de arquitetura e de especialidade e outros elementos técnicos necessários ao licenciamento ou autorização ou encargos com mão de obra ou fornecimento de materiais formas e dentro de limites definidos.

"Olhos Solidários"

Olhos Solidários é um projeto de cariz social, que tem como objetivo ajudar a colmatar as necessidades de saúde visual dos munícipes mais carenciados do concelho da Mealhada. O projeto consiste na recolha, junto da comunidade, de armações de óculos já usadas, que serão depois selecionadas, higienizadas e reparadas, para serem reaproveitadas por quem mais precisa. Para além da mentora do projeto e da CM, juntaram-se a esta iniciativa a ACES Baixo Mondego - Unidade de Cuidados na Comunidade Bairradina e a algumas óticas locais[120].

Figura 45 - Projeto Olhos Solidários

Fonte: www.cm-mealhada.pt/public/imgs/conteudos/olhosolidarioslogo.jpg

As atividades decorrentes dos projetos e iniciativas referidos são dirigidas principalmente às famílias mais vulneráveis e "alguns dos residentes do Bairro Comendador Melo Pimenta, no

[120] Disponível em: www.cm-mealhada.pt/menu/650/olhos_solidarios

Luso (propriedade da Fábrica da Igreja), também são apoiados pelo nosso serviço nas outras áreas de intervenção, apesar de não serem nossos arrendatários (Entrevista CM Mealhada, Pos. 18). As questões relacionadas com condomínios também foram apoiadas em termos de formação, para orientação dos arrendatários, tendo em conta as questões emergentes do dia-a-dia.

Além destas ações é efetuado um acompanhamento de proximidade e sistemático dos moradores do bairro no âmbito do acompanhamento social/ familiar, apoio à população sénior, apoio psicológico e serviço de nutrição, entre outros, que são os serviços disponíveis no Setor de Ação Social e Saúde deste município.

5.5.4. Lógicas de ação e estratégias de intervenção

As lógicas de ação estão associadas a processos de participação das comunidades e envolvimento comunitário, enquanto estratégias de intervenção.

A construção e implementação de uma estratégia de desenvolvimento social que articule e integre as decisões através das quais se formalizam compromissos e estratégias de mudança, social e territorial, numa configuração participada sobre o futuro desejável e conducente à melhoria da qualidade de vida dos munícipes constitui o principal desígnio do PDS da Mealhada (Plano de Ação Estratégico - Mealhada, P. 75)
A lógica de intervenção privilegia a dimensão do atendimento e da proximidade e favorece o intercâmbio de conhecimentos das várias entidades parceiras, que permitem o reforço da capacidade da resposta a cada caso concreto.

A estratégia de intervenção no Bairro Social da Póvoa e do Canedo inclui vários projetos de ação social, nomeadamente uma loja social, para fazer face às dificuldades económicas dos seus moradores. A loja social acaba por ser também uma estratégia de intervenção, já que consegue apoiar com diferentes tipos de produtos básicos e de primeira necessidade, além do serviço de Psicologia e de Nutrição, que complementa a estratégia de atuação.

> eles vêm à Loja Social, têm o Regulamento, em que vêm buscar os bens: roupa, produtos de higiene pessoal e doméstica, alimentação, calçado (..) e quando algum dos arrendatários esteja impossibilitado de vir à Loja Social, por problemas de saúde ou algum imprevisto, nós vamos a casa (…) e também temos a parte do serviço de Psicologia e do serviço de Nutrição, ou seja, vamos introduzindo serviços novos para

> que se consiga melhorar e para que o projeto de vida das pessoas seja mais enriquecedor. (Entrevista CM Mealhada, Pos. 32)

A profissional entrevistada salienta a questão da proximidade como essencial no acompanhamento destas famílias. A comunicação, quer do serviço, dos profissionais em contacto com os bairros, quer dos utentes junto ao serviço, acaba por permitir alguma sensibilização e sentimento de pertença ao bairro. A visita do inquilino para pagar a renda é vista como uma oportunidade de fazer a avaliação e proposta de intervenção.

> Nós temos uma estratégia única para chegar aos inquilinos, que mais não seja quando é preciso renovar a documentação e aí, sim, é sempre um momento de estar, de procurar, de fazer perguntas, de demonstrar disponibilidade (…) nestes contactos que se vão tendo, com este tipo de famílias, mesmo quando são entregues os bens ou até no pagamento da renda, vai-se sempre mostrando quais são os serviços que a Câmara tem ao seu dispor, os serviços que a comunidade, portanto, todos estes pequenos encontros são importantes (…). Os nossos utentes de bairros sociais não podem pagar a renda por Multibanco ou transferência bancária, é uma questão que, pronto, que tem de ser resolvida, porque há alguns utentes que até gastam mais de comboio a vir aqui à Mealhada do que o valor da renda, mas o que é efetivo é que esta vinda deles cá é uma possibilidade de intervenção, de ir fazendo alguma avaliação. (Entrevista CM Mealhada, Pos. 40)

No que diz respeito a parcerias, a rede de serviços e equipamentos sociais é uma realidade que resulta do esforço e envolvimento de entidades de diversas naturezas, no sentido de fazer face às dificuldades geradas pelas dinâmicas sociais, localizadas nas zonas consideradas pelas próprias como prioritárias para a intervenção social (Plano de Ação Estratégico - Mealhada, P. 74).

Na opinião da Adjunta do Presidente da CM da Mealhada, um dos grandes desafios dos bairros sociais é o estar presente permanentemente, mas, na verdade, não existem recursos humanos suficientes para tal. Neste sentido, para tentar resolver e minimizar as situações estabeleceram parcerias com o Centro Comunitário do Canedo - ADELO, sito na Pampilhosa, que faz a intervenção comunitária:

> articulamos muito bem em conjunto, relativamente a outras necessidades, como o Programa Alimentar ou apoios financeiros, eles apoiam em ajudas, o que não conseguem, nós vemos e apoiamos, portanto, existe aqui uma articulação, o trabalho em rede é essencial, porque sozinhos não conseguimos chegar ao fim (…) da parte da Câmara, o que nós também trabalhamos bem, é em termos da Rede Social, portanto, se existe alguma situação, de algum arrendatário que não seja dentro da nossa área ou que não esteja dentro das nossas competências, nós articulamos com essa entidade mais próxima ou mais específica. (Entrevista CM Mealhada, Pos. 22)

O estudo da localização e caracterização das diversas entidades gestoras a intervir em território municipal, permitiu concluir que são 14 as entidades gestoras que desempenham um papel ativo no apoio social. No entanto, uma determinada entidade pode estar fisicamente localizada numa freguesia e, simultaneamente, estender o seu apoio a outras freguesias através da edificação de equipamentos para esse fim. Deste modo, e considerando a análise à freguesia, é possível observar que dezanove entidades gestoras prestam apoio no município (Plano de Ação Estratégico - Mealhada, P. 74).

A análise da natureza jurídica das entidades gestoras no município permite concluir que a rede solidária tem representação neste território municipal através de sete entidades públicas sem fins lucrativos e treze entidades privadas sem fins lucrativos. Relativamente à distribuição das diferentes entidades gestoras por freguesia destacam-se a freguesia do Luso, com quatro entidades gestoras, seguida das freguesias de Casal Comba, Mealhada e Pampilhosa, com três entidades gestoras. Em sentido inverso é de destacar a freguesia de Barcouço, em que apenas uma entidade gestora presta apoio social. (Plano de Ação Estratégico - Mealhada, P. 74).

Ainda como estratégia de intervenção, foi criado o projeto Gentes da Nossa Terra, direcionado para o Bairro Social do Canedo, que teve como objetivo geral dar autonomia às pessoas e dar-lhes um sentimento de pertença. Estava previsto que os moradores, fazendo uso do espaço envolvente, criassem pequenas hortas e em conjunto fizessem o desenvolvimento deste projeto, envolvendo-se e criando laços entre eles (Entrevista CM Mealhada, Pos. 45). Havia também atividades pontuais, como a celebração do São Martinho, do Natal e outras atividades de voluntariado. Nestes momentos, a sua participação gerava um contributo generalizado para a melhoria do espaço onde habitam, como, por exemplo, a limpeza do espaço comum e das ervas daninhas "quando havia as atividades de voluntariado, em que eles também participavam, eram sempre atividades que lhes permitiam que eles também contribuíssem para o espaço onde vivem" (Entrevista CM Mealhada, Pos. 21).

Outro depoimento que evidencia a questão da participação é o seguinte: qualquer ação que a Câmara tome, relativamente aos proprietários, é sempre discutido com ambos (Entrevista CM Mealhada, Pos. 10).

5.5.5. Avaliação e monitorização

No que diz respeito a atividades, o projeto Gente do Meu Bairro englobava a dinamização de sessões de sensibilização/informação, preparadas e dinamizadas pelo Setor de Ação Social, com a exploração de temáticas como Cidadania Responsável, Responsabilidade Familiar e Parental, Relações de Vizinhança, Resolução de Conflitos, entre outros temas considerados relevantes.

Relativamente à avaliação, apesar de toda a relevância deste projeto, foram apenas realizadas as seguintes ações:

- uma 1.ª Sessão Temática, na qual participaram dezassete moradores daquele bairro, tendo sido abordado nessa sessão a necessidade de criação da Comissão de Moradores e qual a missão da mesma;
- ações de sensibilização para o envolvimento dos moradores nos cuidados com o espaço envolvente às casas, limpeza, pequemos jardins e hortas.

De acordo com a CM da Mealhada o que permite a sustentabilidade do projeto é a articulação com o conjunto de recursos locais existentes, não só do ponto de vista de materiais, equipamentos e instalações, mas também ao nível da diversidade de técnicos de formação específica para a abordagem de temáticas inerentes à família e à parentalidade. Esta é a estratégia que permite assegurar resultados efetivos a curto, médio e longo prazo[121].

5.5.6. Perspetivas quanto às Políticas de habitação e intervenção social e urbanística

O posicionamento das duas profissionais entrevistadas relativamente às perspetivas das políticas de habitação e intervenção social e urbanística baseia-se muito na integração social destas populações. Defendem a não existência de bairros específicos de habitação social, "eu gostaria muito mais que se pudesse apostar em apartamentos espalhados", porque assim "os problemas ficam todos muito focalizados num local" (Entrevista CM Mealhada, Pos. 26). Se estiverem dispersos, os bons exemplos dos vizinhos podem ser, assim, mais facilmente adquiridos: "se todos ao nosso lado atirarem o lixo pela janela fora, eu também

[121] Comunicação enviada pela Adjunta do Presidente CM da Mealhada em 13 julho 2022.

atirarei o lixo pela janela fora, porque nós aprendemos muito com o exemplo e com o que vimos" (Entrevista CM Mealhada, Pos. 28).

Outro dos objetivos futuros da responsável pela gestão da habitação social passa por adquirir o Bairro Comendador Melo Pimenta, no Luso, pertença da Fábrica da Igreja, na freguesia de Pampilhosa, aproveitando os financiamentos do 1.º Direito, recuperando os fogos que estão devolutos, para fazer face à falta de habitação no concelho e criar uma nova dinâmica nesse bairro. Desta forma, essas habitações passam a estar disponíveis em regime de renda apoiada, sendo um maior contributo e ajuda para quem está a necessitar dessa resposta. "Eu penso que esta nossa perspetiva depois da aprovação da ELH há possibilidade de se poder fazer aí alguma coisa diferente e avançar nesse sentido" (Entrevista CM Mealhada, Pos. 47).

Porém, as profissionais entrevistadas apontam a necessidade de continuar a trabalhar não só a parte estrutural, da habitação, mas também a parte social, com todas as outras valências já expostas. Pretendem também criar, dinamizar e potenciar a Associação de Moradores para que os inquilinos assumam a importância e a necessidade de preservar e estimar as habitações que lhes são entregues:

> Futuramente, eu espero mesmo que consigamos dar melhores condições de habitabilidade às pessoas que vivem no Bairro Social do Canedo e, de alguma forma, tentar resolver algumas coisas do outro bairro, que não é nosso, mas que existe, que tem gente a viver lá. Eu acho que nesta fase, se nós conseguirmos pôr isto a funcionar, como deve ser, conseguimos depois trazer as pessoas para outro tipo de atividades, para voltar a reativar o projeto «Gente da Nossa Terra», como ele estava na sua génese, de pôr ali as pessoas a cuidarem do que é o seu espaço. (Entrevista CM Mealhada, Pos. 45)

Mais concretamente, quanto às perspetivas das políticas de habitação, o posicionamento da profissional entrevistada aponta para o Estado central e para outro tipo de respostas: *"eu estou a falar, principalmente, de quem tem poder de decisão, começar a olhar para a questão da habitação de uma maneira diferente, para nós autarquias, também conseguirmos dar essa resposta"* (Entrevista CM Mealhada, Pos. 53):

> eu gostaria muito que pudéssemos apoiar com rendas mais acessíveis, só que isto é incomportável para uma autarquia, andar a comprar casa aqui, casa acolá e espacinho ali, espacinho acolá, para que seja possível isto. Gostaria muito de podermos pensar em apoiar algumas famílias, de forma a que elas conseguissem encontrar alojamento (…) mas com apoio na renda, aqui ainda não é possível, espero que se consiga caminhar para lá. (Entrevista CM Mealhada, Pos. 28)

Uma pesquisa depois da realização da entrevista permite apurar que a CM da Mealhada

aprovou em reunião de Executivo Municipal[122], em 22 de agosto de 2022, a ELH, que aponta para um investimento de 68 milhões de euros. De referir que a notícia vai ao encontro dos anseios mencionados pelas profissionais entrevistadas: "os objetivos passam por tornar o mercado de habitação acessível, atrair e fixar pessoas e criar habitação condigna a todos os agregados familiares" (…) "intervencionar, de forma a eliminar os principais problemas detetados: a precariedade, a insalubridade e insegurança, a sobrelotação e a inadequação. O Bairro Social do Canedo, na freguesia da Pampilhosa, o Bairro Ferroviário, na Pampilhosa e o Bairro Melo Pimenta, no Luso" (…) pretendem proporcionar "o acesso à habitação a preços acessíveis" (…) "Estão ainda identificadas áreas de recuperação habitacional, municipal e privadas, na Pedrulha, na Silvã, na Vimieira, na Pampilhosa, Luso e na Mealhada[123]".

5.6. Nazaré

5.6.1. Parque habitacional e distribuição territorial

O concelho de Nazaré, do distrito de Leiria, localiza-se na Região Centro (NUT II) e no Oeste (NUT III). No total abrange uma área de 82,5 km^2 e é constituído por três freguesias: Famalicão, Nazaré e Valado dos Frades. Conta com uma população residente de 14 881 pessoas (Censos 2021).

Tabela 6 - Parque Habitacional do Município da Nazaré

Freguesia/União de Freguesias	Bairro / Lugar	Nº de Fogos
Nazaré	Bairro Municipal Mãe d' Água / Zona do Rio Novo	84

Fonte: Elaboração própria

Conforme podemos verificar na tabela anterior, e de acordo com a responsável do GAS do município[124], a CM da Nazaré é proprietária de um Bairro Municipal - Mãe D'Água -, com

[122] De referir que o documento seguiu para aprovação da Assembleia Municipal da Mealhada.
[123] ELH aprovada para construção e recuperação de habitação acessível - Município da Mealhada (cm-mealhada.pt)
[124] Comunicação escrita da responsável do GAS, 20/07/2022.

habitações em regime de arrendamento apoiado, que se situa na zona do Rio Novo, na freguesia da Nazaré. O Bairro Municipal é composto por catorze lotes, com seis fogos habitacionais cada, o que perfaz um total de oitenta e quatro fogos habitacionais. Neste momento, encontram-se ocupados setenta e oito fogos habitacionais. "Quanto à localização, o bairro está inserido na malha urbana, numa "zona residencial que nestes últimos vinte anos tem crescido bastante, que é na zona do Rio Novo, [e onde] existe muita habitação à volta". (Entrevista CM Nazaré, Pos. 14).

Figura 46 - Bairro de Habitação Social – Nazaré

Fonte: Estratégia_Local_de_Habitacão_de_Nazaré, p. 41

De acordo com a mesma fonte de informação, estes setenta e oito agregados familiares, que correspondem a duzentas e vinte pessoas, são maioritariamente famílias unipessoais e monoparentais.

Trata-se de um empreendimento gerido pela CM e nas palavras da responsável pelo GAS "somos os gestores daquele empreendimento, somos o senhorio (...) daquelas setenta e oito famílias que neste momento residem lá e há muita intervenção que é feita com eles" (Entrevista CM Nazaré, Pos. 6).

Quanto à origem e história, o Bairro foi construído em duas fases, isto é, em 1997, foram construídos cinco blocos habitacionais e numa 2ª fase, mais nove blocos habitacionais, concluídos em 2009 (Estratégia_Local_de_Habitacão_de_Nazaré, P. 41). Esta informação foi complementada pela profissional entrevistada, ao afirmar o seguinte itinerário:

> o primeiro realojamento foi feito em 1999. Teve a ver com algumas zonas de barracas e uma candidatura que foi feita ao INH, neste momento Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. Na altura, foi aquela que se chamou a primeira fase do Bairro, foram realojados trinta agregados familiares que viviam numa zona de barracas, chamado Moinho de Vento - entraram em setembro de 1999. Depois, a segunda fase demorou dez anos a ser entregue, foi em abril de 2009, entraram cinquenta e quatro agregados familiares, foi também para terminar aquilo que havia sido começado e que estava na fase de candidatura ao IHRU, mas desta vez foi para retirar agregados familiares de uma zona que se denomina por Pátio Pinoca, que era um aglomerado de barracas, com condições indignas. Depois outras famílias que viviam em sobrelotação e também em outras zonas mais dispersas aqui da freguesia da Nazaré que também viviam em situações indignas e foi assim que se ocuparam os oitenta e quatro fogos, que são a lotação do Bairro. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 8)

5.6.2. Âmbito de intervenção municipal na habitação

Em matéria de habitação social, o município da Nazaré tem a seu cargo a gestão direta do parque habitacional que, conforme referido anteriormente, é constituído pelo Bairro Municipal Mãe d' Água, localizado na Zona do Rio Novo.

No âmbito da gestão do parque habitacional, o município da Nazaré disponibiliza fogos em regime de renda apoiada. As habitações são atribuídas por concurso, mediante um aviso de abertura com a informação relevante para os interessados.

> Neste momento temos cinco fogos que estão vazios, que vão ser reabilitados, entretanto para novo concurso. Desde 2009, já abrimos pelo menos três concursos, porque há pessoas que não se adaptam, outras que melhoram a sua condição de vida, ou por falecimento, e deixam os fogos vazios, e vão-se fazendo concursos para esse fim. Nós não temos entrega de habitação social por inscrição ou atribuição direta, temos por concurso público. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 8)

Para uma melhor operacionalização, no bairro existe um Gabinete de Gestão do próprio Bairro[125] que, de acordo com o Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de

[125] Projeto de Regulamento aprovado em reunião de Câmara de 31/01/2017, disponível em: www.cm-nazare.pt/cmnazare/uploads/document/file/2371/238___regulamento_municipal_de_atribuico_e_gesto_de_habitaces_de_arrendamento_apoiado_do_municipio_da_nazare___final.pdf.

Habitações de Arrendamento Apoiado do Município da Nazaré está configurado como um serviço com as seguintes competências:

Artigo 51.º

1- Este Gabinete constitui-se como um serviço de proximidade, assegurado pela equipa multidisciplinar do Gabinete de Planeamento e Análise da Intervenção Social, e tem como principal objetivo intervir junto dos indivíduos/famílias, residentes no Bairro de habitação social, confrontados com situações de exclusão, marginalidade, dependências e pobreza persistente.
2- Consideram-se competências deste Serviço:
   a) cumprir com o disposto no presente Regulamento;
   b) minimizar os fatores de risco;
   c) gerir/dirimir os conflitos inerentes à dinâmica entre moradores;
   d) articular com os diversos fatores da CM, com vista à resolução das problemáticas identificadas;
   e) assegurar/acompanhar a implementação dos projetos em desenvolvimento ou a desenvolver no Bairro de habitação social ou com a população residente.

No que diz respeito à **estrutura organizacional**, os serviços da CM da Nazaré, compreendem Unidades e Subunidades Orgânicas, sendo que o GAS está sob a dependência direta do Presidente de Câmara. O Regulamento Orgânico e Funcional da CM da Nazaré[126], no seu artigo 27.º, refere-se a este Gabinete como uma resposta estruturada no apoio à população do concelho, promovendo o atendimento psicossocial aos munícipes, de modo a garantir o acompanhamento, a orientação e encaminhamento eficazes para a resolução das suas vulnerabilidades, validados por estudos de caracterização socioeconómica. Tendo como objetivo potenciar o desenvolvimento socioeconómico do concelho, este Gabinete tem as seguintes atribuições:

[126] Regulamento Orgânico e Funcional da CM da Nazaré - Regulamento n.º 1186/2022 publicado na Pág. 77 do Diário da República, 2.ª série, em 22 de dezembro de 2022.

a) evidenciar os problemas psicossociais associados à exclusão social e definir planos de intervenção adequados às problemáticas dos indivíduos/famílias, ou à sua prevenção;

b) apoiar e dirigir a população para instituições e/ou serviços que melhor se adaptam à problemática do indivíduo e/ou família;

c) intervir no Bairro de habitação social e habitações camarárias, junto de famílias/indivíduos confrontados com situações de exclusão, marginalidade e pobreza persistentes;

d) monitorizar as situações de carência habitacional;

e) aumentar o conhecimento da realidade socioeconómica do concelho e reajustar as respostas, no sentido de melhorar a qualidade de vida da população;

f) dinamizar/otimizar os recursos humanos e materiais, de forma a apoiar a comunidade e proporcionar uma melhor qualidade de vida à população do concelho;

g) garantir o acesso de todos aos recursos, direitos e serviços básicos necessários à participação na sociedade com vista ao combate da pobreza e da exclusão social das pessoas e dos grupos mais vulneráveis;

h) assegurar o bom funcionamento dos programas e/ou projetos desenvolvidos e/ou a dinamizar, por este Gabinete, e das parcerias onde este se faz e/ou fará representar;

i) elaborar candidaturas a programas e medidas que contribuam para o desenvolvimento socioeconómico do concelho.

Relativamente aos **problemas diagnosticados,** que estão na base do planeamento das atividades a desenvolver, a responsável municipal entrevistada, afirma o seguinte:

> a população que foi para o bairro vem de agregados familiares que nunca investiram no processo educativo dos filhos, ligado ao setor da pesca, mas do mais baixo setor da pesca, os ajudantes que andavam ali de volta dos barcos, com empregos muito precários, também economias paralelas e pouco legais (…) temos a questão da droga também, (…) são pessoas com muito pouca capacidade e estrutura para ser resiliente e ver dias melhores à frente. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 18)

> as baixas expetativas face ao futuro são uma das problemáticas maiores e que se calhar é o maior obstáculo que nós encontramos, como é que nós fazemos ver a uma certa comunidade, que dias melhores virão, quando tudo aquilo que está para trás e o que está no dia de hoje lhes prova que não, por muito que batalhem há sempre uma contrariedade, esse é o maior obstáculo e a maior problemática que se identifica. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 18)

É neste contexto que a equipa multidisciplinar, através do gabinete de gestão do bairro, procura intervir junto dos indivíduos/famílias, residentes no bairro de habitação social, procurando minimizar situações de exclusão, marginalidade, dependências e pobreza persistente.

De acordo com a entrevistada, a população do bairro,

> tem sido alvo de muita intervenção, desde essa primeira fase de realojamento em 1999. Porque na altura a Nazaré teve em desenvolvimento um programa de luta contra a pobreza (…) destinado às famílias que estavam na altura no Moinho de Vento num aglomerado de barracas, e que depois foram realojadas no bairro. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 16)

> Efetivamente, existe naquela população a baixa escolaridade, mas é uma questão cultural também, porque não nos podemos esquecer que vivemos numa comunidade piscatória, apesar de hoje em dia a Nazaré ter virado o foco muito para a questão do surf e das ondas gigantes (…) e a economia familiar gravitar entre os serviços e negócios ligados à parte do turismo, com muito turismo de habitação a surgir. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 18)

O projeto O Bairro à Conversa é exemplo dessa orientação focada na proximidade com os moradores.

5.6.3. Domínios e eixos de intervenção sociourbanística nos bairros de habitação social

A CM da Nazaré tem orientado a sua intervenção assumindo como principais eixos e domínios de intervenção no bairro de habitação social a comunicação e as artes de expressão "como forma de inclusão", direcionando ações e atividades para as faixas etárias correspondentes a crianças e jovens ou séniores.

De acordo com o GAS da CM da Nazaré, "o Gabinete de Gestão do bairro de habitação social, dinamiza, dois ateliês, um para a população com mais de 65+ e outro para as crianças e jovens (uma tarde por semana)". (informação enviada via e-mail em 20/07/2022).

> A Nazaré só é obrigada a trabalhar o eixo da família, mas também escolheu a parte dos idosos, escolheu por opção. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 6)

> Temos também a decorrer lá atividades para os idosos e para as crianças na tentativa de promover o convívio e também ir percebendo algumas fragilidades que vão existindo. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 16)

Neste sentido, assumem-se como principais eixos a intervenção familiar e parental, a capacitação de públicos vulneráveis, a promoção do envelhecimento ativo e o apoio à população idosa.

Projeto - O Bairro à Conversa

Esta iniciativa estava inserida no Plano de Ação do CLDS 3G - Projeto Onda de Oportunidades, sendo que as atividades decorreram no último semestre de 2017. A CM da Nazaré, sendo parceira do projeto, colaborou com a disponibilização de espaço, criação de material de divulgação, convite aos inquilinos e acompanhamento das atividades dinamizadas pelas técnicas do CLDS. (informação enviada via email 14-07-2022)

Quanto ao histórico desta iniciativa, conforme referido na página institucional do município, em 23 junho 2017, o Gabinete de Gestão do Bairro de habitação social deu início à atividade O Bairro à Conversa, com o objetivo de intervir junto dos indivíduos e famílias em situação de exclusão, marginalidade e pobreza persistentes. A Vereadora com o pelouro da Ação Social refere a importância destas ações para "estar mais próxima da população e melhor compreender as suas necessidades e expetativas". Trata-se de um espaço informal de partilha e reflexão entre os moradores do Bairro Social, onde se procura encorajar os seus moradores a identificar e a refletir sobre aspetos da sua experiência pessoal e comunitária, promover o diálogo crítico e o conhecimento sobre a comunidade onde estão inseridos, ajudá-los a ativar e a reconhecer as suas competências e recursos, como contributo para a promoção de uma identidade mais positiva. Esta atividade, dinamizada pela equipa multidisciplinar do Gabinete de Planeamento e Análise a Intervenção Social, da CM da Nazaré, que trabalha em estreita articulação com a equipa do Projeto "Onda de Oportunidades", do CLDS 3G, cujo Eixo 3 "Capacitação da Comunidade e das Instituições" tem como uma das populações alvo os moradores do bairro de habitação social [127].

Nas palavras da responsável do GAS

> o Bairro à Conversa foi uma intervenção que se fez no bairro social, porque o CLDS, que tem a competência de fazer os planos de ação, devidamente legislados, são os Núcleos Executivos da Rede Social. E há o eixo de intervenção comunitária no CLDS e nós tendo aqui um bairro e sendo uma população que necessita de intervenção, então criámos, na altura, algumas ações que mexessem com a população do bairro. "O Bairro à conversa" foi uma delas, entre outras, de acordo com as problemáticas que se foram identificando, as temáticas e as conversas. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 6)
>
> [E] esta intervenção também vem decorrente de uma outra, que decorreu no bairro de habitação social, de 2007 a 2010. Foi o Plano de Intervenção Focalizado (…) que

[127] Disponível em: www.cm-nazare.pt/autarquia/noticias/arquivo-de-noticias/noticia/o-bairro-a-conversa-no-bairro-de-habitacao-social-da-nazare

> acompanhou as famílias realojadas na segunda fase, entregue em 2009, e este projeto terminou em 2010. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 16)

No que diz respeito ao bairro, ao longo da entrevista, a responsável pelo GAS evita utilizar o termo habitação social:

> aquilo que temos é um núcleo de habitações em regime de arrendamento apoiado, que é assim que devemos dizer, tirando a carga 'do habitação social', porque a designação que as coisas têm podem ser fatores positivos ou negativos, e se nós fizermos sempre pela questão do negativo, também não podemos obter a mudança que nós desejamos, não é? Esta população sempre foi alvo de intervenção (…) sempre viveu do chamado e antigo assistencialismo, porque aquilo que se fazia antigamente na intervenção social era assistencialismo. Neste momento o que se tenta fazer é o empoderamento destas famílias, permitir que tenham acesso a recursos para fazer face à sua situação de vulnerabilidade. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 16)

A gestão e preservação das zonas comuns e o cumprimento das regras de boa vizinhança são também uma preocupação

> Neste momento, nós fizemos um conjunto, de cinco ou seis atividades nos espaços comuns (…) esta população tende a adotar muitos cães, muitos animais de estimação e nós fizemos uma campanha em conjunto com o veterinário Municipal. Quem ia tinha um voucher para ir ao veterinário municipal tratar da vacinação dos seus animais, da questão do chip, e ter tudo devidamente organizado. A criação do manual de boas práticas também. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 16)

No que diz respeito ao tema "Violência Doméstica" os casos existem e a estratégia adotada passa por uma resposta integrada num território mais alargado. De acordo com a profissional entrevistada:

> Nós fazemos parte da rede integrada de violência doméstica do distrito de Leiria, que é um dos parceiros a quem recorremos quando temos algumas situações de violência doméstica, porque nós não temos gabinete de apoio à vítima, porque já havia no município de Alcobaça e é relativamente perto e sabemos que os gabinetes quando estão identificados com certas e determinadas áreas, dificilmente as pessoas acorrem a eles, por vergonha, por medo de estigmatização, por n fatores e isso temos que respeitar, portanto nós nunca criámos. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 38)

> O gabinete intermunicipal de apoio à vítima foi um projeto que nós acolhemos com os municípios do Oeste (…) a violência doméstica e a violência de género existem e existe muita violência e muito escondida, porque as pessoas ainda acham que é assunto do outro. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 18)

Além das atividades referidas, e sobretudo ao nível do diagnóstico social e das intervenções mais transversais, de carácter social e de gestão económica e saúde, foram desenvolvidas ações no âmbito do alcoolismo, da toxicodependência, da literacia alimentar, entre outras temáticas consideradas relevantes.

> Falámos de nutrição também, pela questão da má alimentação e das más escolhas que se fazem e tentar também ensinar que muitas vezes ter pouco dinheiro não significa que

> nos alimentemos mal, é uma questão das escolhas que fazemos (…) com as histórias de vida das pessoas também se percebe aquilo que eles não dizem em contexto de entrevistas e de inquéritos, muitas vezes nas conversas informais que se vão tendo consegue-se perceber o que é que está por trás e perceber aquilo que está no passado que os faz hoje em dia ter certos e determinados comportamentos e atitudes que não são muito fáceis de mudar. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 18)
>
> Também temos a questão ligada ao álcool, (Entrevista CM Nazaré, Pos. 18) e no sentido de apoiar os indivíduos dependentes de droga e álcool "conseguimos criar aqui uma consulta de atendimento e tratamento de toxicodependentes do concelho da Nazaré, porque tínhamos efetivamente um problema com a toxicodependência. São pessoas com muito pouca capacidade e estrutura para ser resiliente e ver dias melhores à frente." (Entrevista CM Nazaré, Pos. 18) [...]
>
> Nós aqui temos comunidade cigana, mas esta população de etnia cigana é nazarena, a maior parte já nasceu aqui, portanto são nazarenos, como temos população jeová, temos população católica, pronto, temos também de etnia cigana mas não temos uma comunidade que tenha que ficar à margem, porque a maior parte deles são nazarenos e apesar de os termos também que perceber com as suas idiossincrasias e especificidades de cada cultura, mas são nazarenos, por isso eu não digo que temos uma comunidade cigana, temos comunidade nazarena que tem origem de etnia cigana. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 40)

Outras atividades no bairro

O Bairro de Habitação Municipal Mãe D'Água festejou, no dia 31 de outubro de 2021, o Halloween com as crianças. As técnicas do GAS da CM com a colaboração de residentes, organizaram um momento especial, com pinturas faciais e desenhos alusivos ao evento, destinado a dinamizar este bairro da vila. Esta foi a primeira das várias iniciativas que o município pretende concretizar no parque habitacional onde residiam, à data, cinquenta e oito crianças, dos três aos dezoito anos.

De acordo com a Vereadora da CM, com o pelouro da ação social na área da inclusão o objetivo é trabalhar "com todos, para todos", usando a comunicação e as artes de expressão "como forma de inclusão", aproximando as pessoas, pois os "os bairros têm casas e as casas têm pessoas, e aqui podem-se fazer mais coisas do que apenas viver". Dos oitenta e seis apartamentos que compõem este bairro municipal, oitenta e três acolhem famílias com dificuldades económicas, que aqui chegam com a esperança de se capacitarem de recursos financeiros suficientes para um dia, procurarem alternativas de habitabilidade e socialização[128].

[128] Disponível em: www.cm-nazare.pt/autarquia/noticias/noticia/bairro-de-habitacao-municipal-festeja-halloween-com-criancas

5.6.4. Lógicas de ação e estratégias de intervenção

A lógica de intervenção privilegia a dimensão do atendimento, da proximidade e favorece o intercâmbio de conhecimentos das várias entidades parceiras que permitem o reforço da capacidade da resposta às necessidades identificadas.

A estratégia de intervenção no Bairro Mãe D'Água incorpora o trabalho de terreno da equipa do CLDS, dinamizando atividades sob várias temáticas e tendo como destinatários, diversas faixas etárias da população residente.

Na leitura da responsável do GAS da CM da Nazaré a dimensão do atendimento emerge como uma das orientações-chave da gestão social do bairro.

> Temos, neste momento, dia de atendimento ao inquilino, com as colegas de Serviço Social que estão lá presentes. Temos também a decorrer lá atividades para os idosos e para as crianças na tentativa de promover o convívio e também ir percebendo algumas fragilidades que vão existindo ali naquelas famílias, naquelas pessoas e ir combatendo algumas coisas. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 16)

Na leitura da entrevistada, a necessidade de uma intervenção multidisciplinar concertada, integrada e articulada entre o município e os vários parceiros é premente e determinante para o sucesso da intervenção. Neste âmbito a CM da Nazaré ainda tem um longo trabalho a desenvolver.

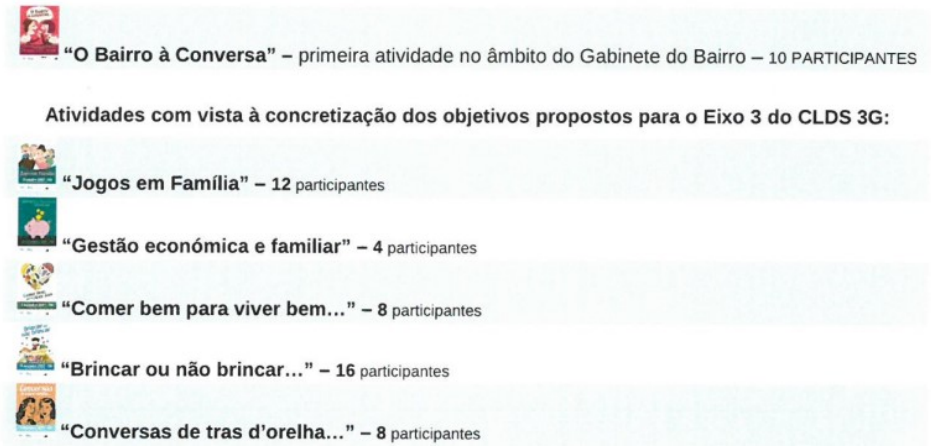
> Aos gabinetes de ação social dos municípios o que é que nos compete? Compete-nos a nós ter esta visão holística, uma forma de tentar mobilizar todos os parceiros sociais que vamos tendo, tentar batalhar numa coisa que é fundamental para a intervenção social, que é uma intervenção concertada e integrada (…) claro que o município está sempre cá, mas o ideal seria que todos (…) construíssemos um jardim comunitário, porque ninguém na intervenção perde identidade, ganha-se, e quem tem que ganhar acima de tudo é a população para a qual nós estamos a intervir. Enquanto nós não mudarmos este chip, acho que estamos todos mal e ainda temos um longo caminho a percorrer, mas é como diz a canção, enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 38)

5.6.5. Avaliação e monitorização

Relativamente à avaliação das atividades da iniciativa O Bairro à Conversa, que consta do relatório de atividade do então Gabinete de Planeamento e Análise da Intervenção Social

referente a 2017[129], podemos constatar na figura seguinte que foram dinamizadas várias atividades em torno de várias temáticas.

Figura 47 - Gabinete de Gestão do Bairro - Atividades dinamizadas



Fonte: Relatório de atividade do Gabinete de Planeamento e Análise da Intervenção Social 2017, pp. 6

Quanto ao último trimestre do ano de 2017, foram também realizadas várias atividades temáticas que envolveram um número significativo de residentes do Bairro.

Tabela 7 - Atividades dinamizadas no Bairro Mãe D'Água

	OUTUBRO – 22 PRESENÇAS	NOVEMBRO – 47 PRESENÇAS	DEZEMBRO – 84 PRESENÇAS
ATIVIDADES	**Desenho de uma criança**: entender melhor o outro, trabalhar as diferenças individuais; **Caixa surpresa:** controlo da ansiedade; **Regras de Convivência**: respeito pelo outro, capacidade de escuta; **Igualdade de género:** expectativas sociais quanto ao género, os estereótipos de género; **Jogos tradicionais Halloween:** identificação dos medos, autoconhecimento, superação dos medos, confiança, recorte e pinturas de figuras alusivas ao tema	**O meu Bairro:** pintura dos números de cada Lote; **A árvore dos frutos** – identificação dos aspectos positivos e negativos do Bairro; **Direitos e deveres das crianças**: conhecer e refletir sobre os direitos da criança, refletir sobre o papel das crianças na sociedade; proposta de ações que visem o bem comum, o respeito mútuo e a solidariedade; **Reciclagem**: preparação de materiais para reciclagem, com vista à elaboração de presents para o Natal; **Dia da Ciência**: Plantação de feijão; **Apoio às atividades escolares.**	**Dia da Deficiência**; Reciclagem: coceção de coroas de Natal; **Carta ao Pai Natal**; **Reciclagem**: coceção de árvore de Natal com rolos de papel; Boneco de Neve; **Peddy Papper no Bairro**; **Jogos**: Biboqué, pena e Bolas de Malabarismo; Um História: Leitura do Livro **"O Pássaro da Alma";** Preparação do dia de Reis: **"As Janeiras";** **Tarde de Cinema.**

Fonte: Relatório de atividade do Gabinete de Planeamento e Análise da Intervenção Social 2017, pp. 6

[129] Comunicação escrita da responsável do GAS, 14/07/2022.

No que diz respeito a visitas domiciliárias e a atendimentos realizados pelos técnicos do Gabinete de Planeamento e Análise da Intervenção Social do Bairro de habitação social foi ainda possível apurar a atividade mencionada na figura seguinte:

Figura 48 - Atendimentos no Gabinete do Bairro "Mãe D'Água" - Nazaré

Visitas Domiciliárias realizadas no âmbito da requalificação dos fogos a concurso	13
Atendimentos no Gabinete do Bairro	45
Visitas domiciliárias realizadas	29
Pareceres/informações	49
Rendas:	6
Pedido para reajuste da renda	
N.º de Planos de Pagamento em acompanhamento	28
N.º de Planos de Pagamento celebrados em 2017	5
N.º de Planos de Pagamento reformulados	23
Situações Resolvidas	4
Valor em dívida recuperado de 03.01. 2017 a 29.12.2017	**€6524,29** (mais 599,33€ que em 2016)
Medidata – Sistema de processamento de rendas (em vigor desde o mês de outubro):	
Formação pelo técnico da Medidata a 2 técnicas do GPAIS	3
Inserção de dados na Plataforma	77 Agregados
Gestão da Informação (realizado mensalmente)	77 Agregados
Processamento das Rendas (mensalmente)	77 Agregados

Fonte: Relatório de atividade do Gabinete de Planeamento e Análise da Intervenção Social 2017, pp. 4

Ainda no mesmo ano de 2017, na informação de execução do CLDS 3G 2017, pode ler-se que foram realizados Fóruns e Serões enquadrados nas atividades Oportunidades no Feminino e Bairro de Oportunidades. De salientar que os destinatários foram os residentes no Bairro e as temáticas abordadas foram as seguintes:

Violência no Namoro: a sessão foi dinamizada e procurou, junto de jovens residentes no bairro, explicitar as quatro tipologias de violência associados ao namoro: física; psicológica; sexual e social. Estiveram presentes sete jovens que, através de momentos de discussão sobre o tema, identificaram comportamentos associados à violência no namoro e tiveram conhecimento dos recursos disponíveis para efetuar uma denúncia.

Ação "Bairro de Oportunidades" deu-se continuidade à realização de Serões no Bairro Social da Nazaré. "O Bairro à Conversa" com o Serão "Jogos em Família", onde se auscultou a população e se procurou, com a participação de pais e filhos, fomentar a importância da brincadeira no seio da família. Decorreu no espaço exterior do bairro com diversas dinâmicas e jogos de rua, estiveram presentes dez moradores do bairro, dois técnicos do CLDS, dois técnicos do Gabinete do Bairro e a vereadora da Ação Social da CM da Nazaré.

A 19.10.2017 e a 26.10.2017 tiveram lugar o III e IV Serões subordinados ao tema "Gestão Económica Familiar". Primeiramente em sala, os participantes tiveram oportunidade de conhecer estratégias práticas para uma administração orientada do seu orçamento familiar. No segundo momento, as compras no supermercado constituíram um exercício prático que pretendeu capacitar os participantes para a organização das suas compras com vista à maior poupança possível. Participaram quatro residentes, duas técnicas do CLDS e duas técnicas do Gabinete do Bairro.

O V Serão, "Comer bem para Viver bem", a 02.11.2017, foi dinamizado por uma nutricionista que elucidou os participantes sobre a importância de uma dieta equilibrada e ajustada a cada caso ou a cada problema de saúde, alertando para a importância de uma alimentação saudável. A sessão terminou com a degustação de um lanche "saudável", tendo sido distribuído aos participantes as respetivas receitas. Estiveram presentes oito moradores, duas técnicas do projeto e três técnicas da CM da Nazaré.

A quinze de novembro, realizou -se o VI Serão, "Brincar ou não brincar" dirigido a crianças do Bairro. As atividades decorreram ao ar livre com diversos jogos e atividades em grupo, procurando estimular-se competências sociais, relacionais e cognitivas nas crianças através da brincadeira. No final, foi feito um brainstorming a partir do conceito "Brincar ". Participaram quinze crianças e jovens residentes no Bairro de habitação social, dois técnicos do Projeto e três técnicas do GAS da CM da Nazaré.

Em parceria com o Gabinete lntermunicipal de Apoio à Vítima, foi dinamizado, a 16.11.2017, o VII Serão, "Bem me quer, Mal me quer", para jovens residentes com vista à sensibilização e alerta sobre problemática da violência no namoro. Foram identificados os vários tipos de violência, nomeadamente a violência no namoro. Estiveram sete jovens na sessão, três técnicas da CM da Nazaré e duas técnicas do CLDS 3G.

A 02.12.2017 realizou -se o VIII Serão, "Conversas de trás d'orelha", que pretendeu criar um momento de proximidade com a população do bairro através de uma conversa informal realizada à volta de uma mesa com um lanchinho (chá e bolinhos). Foram lançados alguns itens/tópicos, criando uma pequena dinâmica com o objetivo de discussão de alguns temas. Estiveram presentes cinco moradoras, duas técnicas do Projeto e três técnicas da CM da Nazaré.

O IX Serão, a 14.12.17, "SER ... Mulher ... Homem ... Família ... Ser Pessoa ...", surge da necessidade auscultada pelos técnicos de trabalhar o tema da violência doméstica no Bairro. Dinamizada pelo Gabinete lntermunicipal de Apoio à Vítima, esta ação contou ainda com o apoio da equipa do Rendimento Social de Inserção na sinalização de alguns casos. O serão pretendeu sensibilizar, informar e consciencializar os participantes para a problemática da violência doméstica, promovendo uma cultura de não-violência. Participaram onze moradores. Para além da técnica do Gabinete lntermunicipal de Apoio à Vítima, estiveram presentes três técnicas da CM da Nazaré e duas técnicas do Projeto. Todos os serões foram organizados em parceria com o Gabinete de Gestão do Bairro de habitação social da CM da Nazaré que, para além da disponibilização de um apartamento num bloco residencial no Bairro para as atividades a desenvolver pelo Projeto, se responsabilizou pela mobilização da população, através de convites dirigidos pessoalmente a cada morador, para cada ação realizada. Foram registadas sessenta e seis presenças que correspondem a quarenta e sete destinatários diretos[130].

5.6.6. Perspetivas quanto às Políticas de habitação e intervenção social e urbanística

O posicionamento da profissional entrevistada relativamente às perspetivas das políticas de habitação e intervenção social e urbanística evidencia algumas preocupações e sublinha aspetos relacionados com a decisão política e componente técnica.

> os decisores políticos também não podem estar sempre a dizer que sim ou 'nim', não é, porque o técnico se diz não, diz não com algum fundamento e o político tem que ouvir, mas é assim o técnico não tem que de quatro em quatro anos estar sujeito ao escrutínio público, portanto, nós temos que, técnicos municipais também temos que saber aqui reconhecer qual é o nosso papel e reconhecer qual é o papel político, no meio destes dois, nós temos que encontrar a nossa linha de atuação e nós impormos também aquilo que achamos considerar ser o mais benéfico para a intervenção e para nós obtermos os resultados que todos esperam, pessoas e decisores políticos também esperam ver e gastar se calhar menos dinheiro com o bairro. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 20)

> os superiores devem estar abertos e recetivos àquilo que são os técnicos, são eles que todos os dias estão aqui, os técnicos também têm de ter uma atitude crítica face ao trabalho que implementam e também dar indicações aos políticos daquilo que deve ser a política pública local, que têm que implementar, mas também os técnicos têm que ter coragem de dizer aos políticos que o 'nim' nem sempre resulta. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 24)

[130] Fonte: Relatório de execução CLDS 3G 2017.

Quanto às políticas de habitação e mais concretamente à construção de fogos para famílias carenciadas, a entrevistada refere o seguinte:

> não concordo muito porque, para já, da maneira como são construídos, porque encara-se os bairros como depósitos de pessoas e elas vão para lá porque têm quatro paredes (…) o ideal era existirem casas dispersas, espalhadas por toda a comunidade deste território e que não fossem aglomerados de prédios com famílias multiproblemáticas, multidesafiadas, mais multidesafiadas do que multiproblemáticas, porque mais do que ter muitas problemáticas, elas têm muitos desafios e se calhar poucos recursos para fazer face a estes desafios que habitualmente têm, por isso multidesafiadas é o melhor termo para falarmos da população mais vulnerável, com quem nós lidamos todos os dias. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 40)
>
> a ELH, à qual já fizemos candidatura vai permitir também que estas famílias mais necessitadas e cujo rendimento não lhes permite ter um crédito à habitação, também agora acho que já nem a classe média consegue ter um crédito à habitação, quanto mais as famílias multidesafiadas. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 40)

No que diz respeito a perspetivas futuras relativamente às Políticas de habitação e intervenção social e urbanística, a ELH da Nazaré obteve financiamento por parte do IHRU, o que nas palavras do atual Presidente do município significa "retirar famílias de condições de habitação indigna"[131]. De acordo com a mesma fonte, o plano, aprovado há dois anos, tem agora condições para avançar e dar resposta a noventa e quatro famílias que se encontram sem condições de habitabilidade, sendo que o objetivo do município é estender a resposta a cento e cinquenta agregados, isto porque as candidaturas vão sendo realizadas de forma faseada.

5.7. Porto

5.7.1. Parque habitacional e distribuição territorial

A cidade do Porto localiza-se no grande Porto (NUTIII) na Região Norte (NUT II). Conta com uma população residente de 231 800 (Censos 2021) e uma densidade populacional de 5.165 habitantes por km^2. O município está, administrativamente, subdividido em sete Freguesias/UF[132].

[131] Jornal de Leiria, 26 NOV 2022.
[132] Disponível em: www.cm-porto.pt/municipio/freguesias

Tabela 8 - Parque Habitacional do Município do Porto

Freguesia/União de Freguesia	Bairro/Lugar	Nº de Fogos	Blocos /Fogos alienados	N.º Pessoas
Paranhos	Bairro da Agra do Amial	181	8 blocos	362
	Bairro do Bom Pastor	274	10 blocos	679
	Bairro do Carriçal	258	11 blocos	581
	Bairro do Carvalhido	264	14 blocos	643
	Conjunto Habitacional Monte de S. João	55	3 blocos	138
	Bairro do Outeiro	418	13 blocos	956
	Bairro do Regado	722	23 blocos	1359
	Urbanização de Santa Luzia	645	75 blocos	1428
	Bairro do Vale Formoso	64	Foram alienados 2 fogos	140
União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	Agrupamento Habitacional da Pasteleira	350	Foram alienados 21 fogos	845
	Bairro de Bessa Leite	223	Foram alienados 209 fogos	38
	Bairro do Bom Sucesso	128	6 blocos Foram alienados 44 fogos	197
	Bairro do Dr. Nuno Pinheiro Torres	428	11 blocos	1108
	Bairro de Lordelo	179	4 blocos	435
	Bairro da Mouteira	336	12 blocos	745
	Conjunto Habitacional Parceria e Antunes	54		122
	Bairro da Pasteleira	606	27 blocos	1514
	Agrupamento Habitacional das Condominhas	84	3 blocos Foram alienados 39 fogos	106
	Casas Dona Leonor	70	Construído em 2019. É considerado o "melhor bairro municipal do país.	148
União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde	Agrupamento Habitacional da Rainha D. Leonor	90	habitações unifamiliares	196
	Bairro de Aldoar	396	16 blocos	1030
	Bairro da Fonte da Moura	638	28 blocos	1566
Freguesia de Campanhã	Agrupamento Habitacional das Antas	156	5 blocos	338
	Agrupamento Habitacional do Falcão	172	Foram alienados 7 fogos	386
	Bairro de Contumil	254	6 blocos	626
	Bairro do Cerco do Porto	892	34 blocos	2059
	Bairro do Eng.º Machado Vaz	272	13 blocos	597
	Bairro do Falcão	397	15 blocos	886
	Agrupamento Habitacional do Ilhéu	128		350
	Bairro do Lagarteiro	446	13 blocos	1157
	Bairro do Monte da Bela	236	7 blocos	530
	Bairro de Pio XII	124	6 blocos	308
	Bairro de S. João de Deus	706	28 blocos 144 moradias	162
	Bairro de S. Roque da Lameira	435	21 blocos	998

Freguesia/União de Freguesia	Bairro/Lugar	Nº de Fogos	Blocos /Fogos alienados	N.º Pessoas
	Bairro de S. Vicente de Paulo	18	bloco único	49
Freguesia de Ramalde	Bairro das Campinas	900	Distribuídos por 31 blocos	1969
	Grupo de Moradias Populares dos Choupos	24		57
	Bairro Central de Francos	132	6 blocos Foram alienados 85 fogos	117
	Bairro de Francos	522	15 blocos	1179
	Bairro do Pereiró	60	2 blocos	100
	Bairro de Ramalde	272	7 blocos	674
	Agrupamento Habitacional do Viso	254		570
Freguesia do Bonfim	Bairro Duque de Saldanha	117		201
	Bairro de Fernão Magalhães	346	18 blocos Foram alienados 34 fogos	650
	Conjunto Habitacional das Fontaínhas	21	6 fogos cedidos a Instituições de Solidariedade Social	55
União das Freguesias do Centro Histórico/ União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória	Agrupamento Habitacional da Fontinha	28		59
	Conjunto Habitacional Travessa de Salgueiros	40		100
	Carvalheiras	7	Profundamente reabilitado em 2021	
	Empreendimento Lapa	29	Construído em 2021 diversas tipologias	55
	Empreendimento das Musas			
	Total	**11693**	**Total**	**19893**

Fonte: Elaboração própria com base em www.domussocial.pt/bairros-lista

Conforme podemos verificar na tabela anterior, e de acordo com a Diretora de Gestão do Parque Habitacional, a Domus Social - EM tem, sob sua gestão, cinquenta bairros e cerca de treze mil fogos, onde residem cerca de trinta mil pessoas (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 5), em regime de arrendamento apoiado.

O Porto ocupa a primeira posição no país no que respeita à percentagem de população que reside em habitação pública municipal em regime de renda apoiada, com um peso de cerca de 13% (Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Porto[133], P. 2).

De referir que o número de fogos no concelho do Porto, em regime de renda apoiada, apurado no mapeamento realizado na fase inicial desta investigação, era de 14 086 e no decorrer da

[133] Regulamento aprovado em reunião do Executivo Municipal de 22 de janeiro de 2019 e por deliberação da Assembleia Municipal de 28 de janeiro de 2019.

entrevista a profissional esclareceu que o IHRH, também dispõe de fogos no mesmo regime e com gestão própria, o que justifica a diferença (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 25-26).

Ainda relativamente à evolução do número de fogos de habitação social existentes no município do Porto podemos verificar, no quadro seguinte, que desde o ano de 2009 até 2012 a tendência foi de diminuição do número de fogos, tendo no ano de 2015 registado o valor mais alto (14 250). De referir que, conforme identificado no registo do parque habitacional, a alienação tem sido uma medida adotada pelo município, o que justifica a diminuição de fogos em regime de renda apoiada[134].

Tabela 9 – Evolução do Número de Fogos de Habitação Social - Porto

Local	2009	2011	2012	2015
Porto	14159	14095	14086	14250

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social 2009 e 2011

5.7.2. Âmbito da intervenção municipal na habitação

No âmbito da política municipal de habitação social, o município do Porto, desde o ano 2000, através da EM Domus Social, além da gestão do parque de habitação pública municipal tem por objeto a promoção da cidade do Porto na área da habitação, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais, bem como a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social.

Efetivamente, a preocupação com habitação para as classes sociais mais desfavorecidas na cidade do Porto, tem uma longa história. Como Matos (1994) referencia, são vários os autores que remetem essa intervenção para finais do século XIX, face à degradação e segregação de algumas áreas habitacionais, particularmente o aparecimento das ilhas, a extensão da superfície edificada, associada a uma população crescente, resultante do êxodo rural. Primeiro, com iniciativas mais ou menos pontuais, de cariz filantrópico, caso dos bairros de O Comércio do Porto, e mais tarde com medidas de maior impacto, quer pela Câmara, quer pelo Estado, e que se traduzem na construção de bairros sociais, primeiro,

[134] Disponível em: www.gaiurb.pt/pages/894

constituídos por alojamentos unifamiliares (as colónias operárias e as casas económicas) e, mais tarde, por blocos plurifamiliares (os bairros sociais construídos nas décadas de 40 e 50) (Matos, 1994 p. 694).

Esta informação está de acordo com o referido pela profissional entrevistada, quando remete o histórico da construção de habitação em regime de arrendamento apoiado, ao longo de mais de um século:

> comemoramos este ano 116 anos, da conclusão da primeira fase de uma iniciativa que foi pioneira no país, que foi promovida pelo Jornal "O Comércio do Porto" e pela CM do Porto, com a cedência de terrenos para a construção dos primeiros empreendimentos de habitação para realojamento de populações que eram insolventes da cidade do Porto, que foi o Bairro Operário de Monte Pedral. Portanto, os Bairros Operários digamos que assumem a primeira configuração daquilo que hoje nós vulgarmente chamamos de habitação social (…). Depois, entre 1914 e 1917 foram construídas mais quatro colónias operárias e o primeiro bairro de habitação municipal foi construído em 1940 - o Bairro Duque de Saldanha, inserido em pleno centro da cidade, na freguesia do Bonfim e a partir daí começa então um longo período de construção de habitação social. Em 1944, um outro modelo de construção, também pioneiro no país, com a construção de cento e quarenta e quatro casas unifamiliares numa outra freguesia – Campanhã. Entre 1956 e 1966 foram edificados mais treze bairros e falamos em mais seiscentas casas em bairros mais localizados na periferia. É entre os anos 70 e 80 que nós identificamos a construção mais massiva de habitação, ou seja, cerca de 50% da habitação social ou dos bairros municipais foram construídos até ao final da década de 70. Tivemos depois o famoso PER, na década de 90, que no Porto, entre final da década de 90 e o ano 2000 foram construídos mais mil e quatrocentos fogos e digamos que, em termos de construção de edificado de fogos de habitação municipal, o Porto conclui a construção massiva de fogos, registando em 2008, ainda no âmbito do PER a construção de cerca de mais quatrocentas casas. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 9)

No entender da dirigente entrevistada a política de habitação deve ser integrada e tem de contemplar um conjunto de vertentes, não só ao nível do edificado, mas a questão da intervenção no espaço público e outras questões de índole mais urbanística. No mesmo sentido, alude a uma política de habitação integrada nos instrumentos de gestão territorial que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social.

> De nada chega continuarmos a ter bairros reabilitados, se estão completamente confinados e são guetos (…) eu defendo que os bairros sejam abertos para o exterior, não defendo, ao contrário de outras teorias, a materialização de equipamentos sociais dentro dos bairros, entendo que é muito importante que os residentes dos bairros procurem, como qualquer munícipe, os diferentes tipos de serviços e espaços que precisam (…) defendo respostas sociais que sejam abertas a públicos e não só residentes nos bairros. Pessoalmente, defendo mesmo a ideia de *mesclar,* a questão intergeracional, portanto. Os bairros não podem ser diferenciadores daquilo que é a habitação em contexto urbano. São mais um tipo de habitação e que faz parte do tecido social da cidade, por isso, quando falamos em intervenção no espaço público, falamos realmente em dignificar aqueles locais, é com muito agrado que muitas vezes eu passo com os

> meus filhos ou com alguém e perguntam "o que é ali?", "ali é um bairro", "ah, mas não parece", ainda bem, é bom que não pareça. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 34)

As políticas de gestão habitação devem ser adaptadas a cada realidade e tempo concreto e no caso do município do Porto foram evoluindo ao longo dos tempos, quer em termos de arquitetura, quer em termos de ajuste das medidas ao perfil dos inquilinos:

> (…) há vinte anos atrás quando um arquiteto projetava um bairro, não havia particular cuidado com os materiais ou com o desenho do bairro, porque era "casa para pobres". Felizmente, hoje construímos bairros ou reabilitamos casas em que há lugar para estacionar o carro, porque quem reside em habitação social pode ter carro. Hoje reabilitamos casas e há espaço de jardim, as pessoas podem cultivar e ter o seu jardim, ou seja, é necessário mudar aqui a mentalidade que nós conhecemos do que foi a necessidade emergente de construir habitação social na década de 60 e 70, porque havia problemas sociais emergentes e a construção era em altura e com determinadas caraterísticas, para famílias numerosas e com dimensões exíguas, hoje a construção não deve de ter esse perfil. Hoje é com muito agrado que discuto com o projetista os materiais, a durabilidade, a resistência, porque a arquitetura pode ser bonita e funcional, ou seja, não tem de ser cinzenta, nem construída com materiais de menor qualidade. (…) e fico muito agradada por esta evolução, o município do Porto recebeu até prémios internacionais de arquitetura, por pequenos edifícios que foram reabilitados e que houve esse cuidado, dos materiais a utilizar, da cor, de dignificar, da luminosidade, porque realmente isso faz toda a diferença. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 34)

Figura 49 - Bairro Duque de Saldanha - Porto

Fonte: www.domussocial.pt

Concretamente, em matéria de gestão dos bairros sociais, o município do Porto tem vindo a desenvolver uma política integrada, que articula as dimensões mais específicas da gestão habitacional e urbanística. Para a intervenção no domínio social existem alguns projetos que se revestem de particular significado, designadamente o projeto "ConDomus", e que se encontra já consolidado como uma dimensão estruturante da política municipal, o projeto "Porto. Importa-se" dirigido à população idosa e o projeto "Porto Solidário" que se traduz num fundo de emergência social para apoio no pagamento da renda.

Além destas iniciativas, o município tem adotado outras medidas que considera adequadas para responder às necessidades emergentes. Conforme referido pela dirigente entrevistada, as famílias tendem a ser menos numerosas, pelo que a reabilitação e reconversão das habitações, alterando a tipologia das casas, permite aumentar a qualidade e o conforto:

> Não temos construído nova habitação para arrendamento apoiado, o que temos feito é reconverter alguma da habitação construída. São exemplo as habitações unifamiliares São João de Deus, que eram cento e quarenta e quatro, e hoje estamos a finalizar um projeto de reconversão, em que dessas cento e quarenta e quatro casas, no final vamos ter noventa casas. E porquê? Porque à data da construção, eram habitações de dimensões muito pequenas e que estavam muito degradadas e numa política de melhorar a qualidade de vida das pessoas, as casas foram reconvertidas, por exemplo um T3 deu lugar a dois T1, o mesmo modelo foi aplicado também noutro bairro muito parecido que era o Rainha Dona Flor (…) a nossa política tem sido a de demolir até alguns bairros e requalificar. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 9)

Figura 50 - Bairro de S. João de Deus - Porto

Fonte: www.domussocial.pt

A grande aposta na reabilitação/requalificação, nas palavras da profissional entrevistada, tem sido uma medida estrategicamente pensada e já enquadrada na ELH, não estando previstas novas construções:

> … porque o município do Porto, para além dos bairros, tinha património disperso que estava muito degradado, nomeadamente no Centro Histórico da cidade e tem havido um esforço muito grande para requalificar, reabilitar prédios devolutos, maximizando assim as habitações devolutas, melhorando a qualidade de vida, mas também permitindo fixar novos públicos numa zona do centro da cidade, mas que estava muito desertificada. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 9)

Nos últimos anos, esta medida de reabilitação permitiu a *"reocupação de cerca de cinquenta edifícios no centro da cidade"* (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 9). Alguns destes novos inquilinos são pessoas que, no passado tinham sido desalojadas dessas casas, por falta de condições de habitabilidade e que agora tiveram oportunidade de regressar às suas habitações originais. A política habitacional definida pelo município e explanada na ELH, já aprovada pelo IHRU, não prevê a construção de novos edificados ou mais bairros, mas sim a reconversão e a reabilitação de casas, adianta a Domus Social.

Um processo de gestão de atribuição de habitação social está revestido de alguma complexidade e não se limita à gestão do edificado e à gestão das pessoas, mas numa intervenção de proximidade, que vá acompanhando os desenvolvimentos emergentes, detetando as necessidades e a ausência de respostas para determinadas situações. Esse conhecimento concreto da realidade permite a construção de respostas mais adequadas através da participação ativa em todas as fases do processo:

> a definição de critérios, as orientações ao nível do processo de atribuição, de ocupação, da definição de regras, de utilização das habitações e dos espaços é, sem dúvida, para mim, enquanto profissional, um reconhecimento daquilo que deve ser o processo de gestão e de atribuição de habitação social. Claro que também a questão de podermos participar ativamente na definição dos processos de reabilitação, na gestão do espaço público, a própria dimensão, quando podemos optar pela edificação de habitação em determinados locais, perceber a densidade da construção de habitação social, propor orientações distintas ao nível de não permitir mais aglomerados de maior concentração de bairros sociais, ter a possibilidade de encontrar formas alternativas para a resolução dos problemas de habitação, é este o nosso grande desafio. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 29)

Na leitura da dirigente entrevistada esta complementaridade e dinâmica permite que sejam encontradas diferentes formas alternativas e soluções inovadoras para colmatar e adequar às necessidades e carências habitacionais:

> Tivemos a sorte de conseguir junto dos órgãos dirigentes e do Executivo, por exemplo, de conseguir implementar, desde 2016, uma forma alternativa à questão da institucionalização dos idosos e à falta de condições habitacionais ao implementarmos o projeto das residências partilhadas. Já temos oito, onde residem cerca de vinte e cinco idosos que viviam em muito más condições de habitabilidade, isolados, e, portanto, melhoramos a qualidade de vida destas pessoas, temos já mais residências partilhadas para implementar ao longo dos próximos dois anos, ou seja, encontramos algumas formas diferentes de colmatar os problemas e as carências habitacionais. Estamos sensíveis e sempre acompanhamos as dinâmicas daquilo que são os problemas sociais que emergem no seio da cidade, uns mais de índole nacional, outros mais a nível territorial, e acautelamos, por exemplo, a questão da emergência de fenómenos como a violência doméstica ou dos menores em risco. (…) A nossa função é acompanhar essas tendências e encontrar formas diferentes e alternativas para resolver essas questões. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 29)

Relativamente ao enquadramento organizacional, a Domus Social - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM, foi constituída em 2000 e é uma empresa local, com natureza municipal, de responsabilidade limitada. Para o desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, a empresa tem como funções a aquisição, promoção, gestão, construção, reabilitação e renovação do parque habitacional do município, a execução de programas de habitação a custos controlados e a implementação e concretização de programas de reabilitação, renovação ou reconstrução de habitações degradadas. No âmbito da sua missão, a Domus Social assegura a gestão do parque de habitação pública municipal, nomeadamente as ações de aquisição, atribuição e transferência de habitações, a correta e legítima ocupação de fogos, o processo administrativo de fixação, atualização e cobrança de rendas e as obras de manutenção de edifícios e habitações[135].

De acordo com o site institucional da Empresa Municipal, a gestão da habitação social no município do Porto está acometida/ligada à empresa municipal de habitação que é a Domus Social

> "(…) inicialmente este serviço estava integrado no Departamento Municipal de Habitação e depois foi criada a EM que passou a assegurar a gestão dos bairros e fogos de habitação social e mais equipamentos e infraestruturas municipais, ou seja, é também responsável pela manutenção de tudo o que é património municipal." (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 4)

Em termos da própria organização interna, a Domus Social, EM tem um Conselho de Administração e está dividida em várias áreas de atuação: Direção de Projetos e Obras, "*responsável pela grande requalificação e pela intervenção e execução das obras nos*

[135] Disponível em: www.domussocial.pt/

bairros e nas habitações devolutas" (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 6); Direção Financeira; Direção Jurídica; Direção de Manutenção; Direção de Atendimento Geral e Sistemas de Informação e Direção da Gestão do Parque Habitacional. A Gestão de Ocupações, Gestão Processual e Fiscalização, Gestão de Condomínios e a Gestão Administrativa são serviços/setores da gestão do parque habitacional[136].

Quanto ao financiamento dos projetos que estão em curso, de acordo com a dirigente entrevistada, é exclusivamente feito a partir de recursos próprios do município. No entanto, existem outros projetos

> no caso do projeto «Porto Importa-se», o projeto dirigido a idosos isolados, ele iniciou exclusivamente com fundos próprios, mas no âmbito de fundos comunitários, entre 2017 e 2020, a candidatura foi elegível e portanto houve um apoio ao financiamento, mas ainda que não tivesse existido, o município teria assumido a prossecução deste projeto, ou seja, quando nos candidatamos a uma iniciativa, é sempre com fundos próprios, não estamos dependentes ou não deixamos de implementar projetos por falta de financiamento. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 21)

5.7.3. Domínios e eixos de intervenção sociourbanística nos Bairros de Habitação Social

O município do Porto tem orientado a intervenção para incrementar o sentido do coletivo e a participação dos moradores e a sua implicação na gestão dos espaços comuns e na preservação do património público municipal. Neste âmbito, o município reconhece como determinante e fundamental aliar a dimensão habitacional às dimensões de intervenção social, educacional e sociocultural.

Neste sentido, assumem-se como principais eixos e domínios de intervenção social da Domus Social nos bairros sociais, o envelhecimento, a educação, a saúde, a solidariedade e o ambiente, através do desenvolvimento de diversos projetos sociais abaixo descritos.

Projeto ConDomus

Tem como objetivo envolver os inquilinos nos processos de gestão dos espaços comuns dos prédios municipais, à semelhança do que acontece num condomínio convencional. Atendendo às caraterísticas dos bairros sociais o projeto afigura-se fundamental e tem em vista promover a organização das entradas dos edifícios públicos; contribuir para que os inquilinos municipais se identifiquem com os locais onde residem; incrementar a

[136] Disponível em: www.domussocial.pt/files/uploads/cms/domus/1/files/1657293134-dY6IQKKbNC.pdf

participação dos moradores e a sua implicação na gestão dos espaços comuns; fomentar a preservação do património público municipal e incrementar o sentido do coletivo e da participação[137].

A gestão de entradas nos bairros sociais do Porto é efetuada pelos moradores, através da implementação do Projeto ConDomus. Conforme referido anteriormente, a metodologia do projeto subentende a implementação de um modelo de gestão e administração dos espaços comuns nos prédios municipais, com a participação dos inquilinos, modelo esse que pressupõe, não só a execução de um serviço de limpeza das zonas comuns, mas também, e sobretudo, a gestão do espaço no seu todo[138].

Como forma de consolidar o modelo, é nomeado um interlocutor privilegiado, que é eleito entre os diversos inquilinos residentes na entrada, e que fará a mediação entre os inquilinos municipais e a empresa municipal, denominado por **Gestor de Entrada.**

As atividades de proximidade desenvolvidas com os Gestores de Entrada têm contribuído para fortalecer as redes de vizinhança e o espírito de comunidade, potenciando o desenvolvimento de ações de apoio e solidariedade, sobretudo às pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade (*Instrumentos de Gestão Previsional 2019-202, pp. 17).*

Como sublinha a dirigente da Empresa Municipal, o projeto ConDomus surge da necessidade emergente de requalificação dos bairros sociais

> O ConDomus surge porquê? O município do Porto, mais ou menos a partir de 2004/2005, entendeu pela necessidade emergente de requalificação dos bairros sociais, ou seja, os bairros sociais construídos na década de 60/70 nunca tinham tido uma operação de requalificação pelo exterior, (…) de intervenção de "envelope": coberturas, fachadas, caixilharias, encerramento das zonas comuns, colocação de porta de entrada com campainhas, intercomunicadores, encerramento de galerias para dignificar e para dar melhor qualidade de vida e conforto e questões de segurança aos nossos inquilinos. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 12)

De facto, a proximidade permite acompanhar as vivências dos moradores e diagnosticar os problemas que vão emergindo nos bairros. Neste contexto, as parcerias afiguram-se

[137] Disponível em: www.domussocial.pt/projetos-sociais/condomus-1
[138] Disponível em: www.porto.pt/pt/noticia/gestao-de-entradas-nos-bairros-sociais-do-porto-e-feita-pelos-moradores

fundamentais e a forma de encontrar respostas adequadas, através do apoio a organizações locais, no sentido de uma "intervenção conjunta/partilhada":

> procuramos, com outros parceiros, sensibilizar e encontrar formas também de resposta aos problemas sociais que vão emergindo, a questão de apoiar instituições que dinamizam projetos de acolhimento ou apartamentos de autonomização. Nos últimos dois anos, cedemos seis casas a entidades que desenvolvem projetos, por exemplo, na área da autonomização de jovens, ou seja, não nos limitamos à gestão do edificado, à gestão das pessoas, temos de nos preocupar com uma intervenção que vá acompanhando os desenvolvimentos emergentes. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 29)

Porto. Importa-se

Trata-se de um projeto criado em 2017 pela empresa municipal Domus Social, em parceria com o Instituto Superior de Serviço Social do Porto, que assegura a intervenção técnica e social direta dos idosos em situação de isolamento que vivem nos bairros municipais do Porto.

Nos quarenta e oito bairros municipais geridos pela Domus Social, residem cerca de trinta mil moradores, dos quais aproximadamente 6,57% são idosos isolados. Os inquilinos sozinhos com mais de setenta anos e os casais com mais de setenta e cinco anos estão entre os que mais sofrem com o isolamento, situação que se agravou com a pandemia. Neste contexto, o projeto tem especial relevância no combate ao isolamento desta população mais vulnerável, ativando as redes alargadas de parceiros e promovendo os serviços de proximidade, contando para o efeito com a parceria das Juntas de Freguesia e estruturas locais de solidariedade social[139].

Na leitura da dirigente entrevistada, trata-se de um projeto que surgiu do trabalho diário de proximidade dos técnicos das equipas que percorrem os bairros e da identificação de situações limite de pobreza e de isolamento social:

> é um acompanhamento permanente que fazemos aos agregados isolados que residem em habitação social, com mais de setenta anos ou casais isolados com mais de setenta e cinco anos. Esta preocupação surgiu no âmbito do trabalho que fazemos diariamente na rua, nomeadamente os Fiscais de Habitação que eram confrontados com situações limite de pobreza, de isolamento social, de situações de insalubridade, acumuladores, alguns problemas de doença mental que os nossos inquilinos apresentam e que mereceu da nossa parte uma especial atenção e um acompanhamento permanente. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 16)

[139] Disponível em: www.domussocial.pt/projetos-sociais/porto-importa-se-2

De referir que o projeto partiu do mapeamento de todos os idosos que vivem sozinhos nos bairros sociais da cidade, o que possibilitou um conhecimento profundo da realidade desta população que serve de base a um trabalho, realizado em rede, que transforma as políticas sociais, nomeadamente na área da habitação. Acompanhar as pessoas com mais idade que vivem nos bairros sociais da cidade e promover maior qualidade de vida a esta população idosa que vive sozinha são os principais objetivos do projeto. Na primeira fase de intervenção, esta abordagem permitiu identificar duzentos e oito casos considerados de isolamento social severo, que passaram a receber acompanhamento regular. A intervenção direcionada para estas situações mobilizou a realização de várias reuniões com agentes locais, identificando-se como principais áreas de intervenção acionadas a saúde, as respostas sociais diversas, os recursos económicos, a monitorização pelas estruturas locais e o acompanhamento jurídico. O projeto conta ainda com o apoio do Departamento Municipal de Coesão Social da Câmara do Porto e da Santa Casa da Misericórdia do Porto para a instalação de cerca de cento e cinquenta equipamentos de assistência tecnológica e humana, contribuindo também desta forma para a diminuição do isolamento destes idosos. Pelo trabalho já desenvolvido, o "Porto. Importa-se" foi distinguido em 2018 como boa prática por promover a qualidade do envelhecimento na zona norte do país, no encontro *Ageing Summit*[140].

Porto Solidário

O Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social materializa-se através da Domus Social e traduz-se num apoio efetivo à renda suportada no mercado livre de arrendamento. De acordo com o documento *Instrumentos de Gestão Previsional 2019-2021* já foram apoiadas aproximadamente 2350 famílias[141].

> o caso do «Porto Solidário», em que nós apoiamos mil e duzentas famílias por mês, com apoio à renda, durante dois anos, porque estas famílias o problema é terem capacidade económica para se manter no mercado normal de arrendamento, mas as casas têm boas condições, as famílias estão enraizadas nessas casas, portanto, o município apoia para que elas se mantenham no mercado normal de arrendamento e sem que haja estrangulamento financeiro da parte dessas famílias. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 31)

[140] Disponível em: www.domussocial.pt/noticias/porto-importa-se-combate-isolamento-dos-idosos-nos-bairros-sociais-da-cidade
[141] Disponível em: www.domussocial.pt/files/uploads/cms/domus/26/files/1602601359-xrKzY9FLpn.pdf

O Porto Solidário é um projeto que apoia famílias com dificuldades financeiras ou que se encontram em situação de emergência habitacional[142] através do apoio à renda ou da prestação bancária tendo o município do Porto investido até agora, desde 2014, treze milhões de euros, exclusivamente com fundos próprios (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 12).

Além dos referidos projetos foram realizadas atividades e ações de sensibilização de Proteção e Segurança e Educação Ambiental junto dos moradores residentes em habitação pública municipal (*Instrumentos de Gestão Previsional 2019-202, pp. 19).*

5.7.4. Lógicas de ação e estratégias de intervenção

A lógica de ação e de intervenção da CM do Porto, na vertente da habitação, privilegia a diversidade de apoios/medidas/instrumentos/programas para responder às situações concretas de cada caso apresentado. A dinâmica de ajustamento de resposta a cada necessidade concreta da gestão das habitações que vão ficando devolutas é a chave para aumentar o número de respostas adequadas. Trata-se, efetivamente, de uma política de gestão eficaz que trabalha para equilibrar a oferta e a procura de alojamento.

> nós temos vindo a conseguir manter e dar resposta às situações habitacionais na cidade, com a questão de assegurar uma boa gestão de quem lá está, ou seja, só se deve manter em habitação social quem, efetivamente, apresenta carência económica. Porquê? Porque no caso do Porto, até já temos outros programas como se fosse um trampolim, por exemplo, tem havido um incremento enorme na questão da renda acessível, há um conjunto de agregados que residem hoje em regime de renda apoiada e que podem transitar para a renda acessível, ou seja, subir no patamar (…) a habitação social deve ser ocupada por quem, efetivamente, em determinado momento evidencia uma carência económica e habitacional. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 31)

A política de gestão do parque habitacional tem sido eficaz na medida em que têm sido criadas/adaptadas novas medidas/respostas/soluções para as necessidades que vão sendo diagnosticadas.

> temos uma média de quatrocentas casas por ano que ficam devolutas por algum motivo, ou por morte ou por transferência ou porque renunciam e encontram alternativa habitacional e essas quatrocentas casas ao serem reabilitadas permitem o realojamento de novas famílias, ou seja, se nós tivermos uma política de gestão eficaz (…) se tivermos outras respostas alternativas (…) com esta gestão equilibrada e sustentada ao nível destes projetos não precisamos de mais construção, o que é necessário é, efetivamente,

[142] Disponível em: www.domussocial.pt/projetos-sociais/porto-solidario-16

> uma boa gestão da realidade e dos processos. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 31)

O facto de existirem várias medidas de apoio à habitação, permite, por um lado, dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência económica, avaliando e ponderando a urgência das situações de maior carência social e habitacional, sendo a Renda Apoiada calculada com base nos rendimentos dos agregados no âmbito da legislação em vigor e a resposta adequada é a habitação social.

Por outro lado, através de programas municipais de atribuição de habitação com renda acessível, com oferta de habitação para arrendamento a preços reduzidos e compatíveis com os rendimentos dos agregados familiares, em termos da sua taxa de esforço e tipologia, é possível colmatar as necessidades habitacionais das famílias cujo nível de rendimento é superior ao que usualmente confere o acesso à habitação em regime de renda apoiada, mas não lhes permite aceder ao mercado de arrendamento habitacional.

Outra das estratégias adotadas é a par das obras de reabilitação, intervir com as pessoas, proporcionando a capacitação e aquisição de competências

> Ora, são conhecidas as teorias de que quando algo está danificado, vandalizado, há uma tendência natural para continuar ou para potenciar essa degradação, mas o inverso também se aplica que é, quando nós reabilitamos pelo exterior, quando nós dignificamos os bairros sociais, quando nós conseguimos que haja um projeto de intervenção dentro de um espaço público, por exemplo, como tratar os jardins, criar vias de atravessamento nos bairros, claramente a qualidade de vida das pessoas melhora e dignifica e também tira o estereótipo ou o estigma de residir num bairro de habitação social. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 12)

Para este desiderato, há uma equipa que integra a direção, que é constituída por um conjunto de técnicos que *"assim que termina um processo de reabilitação de um determinado bairro, de imediato os técnicos vão ao local e vão reunir com cada uma das entradas que constituem o novo bairro"* (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 12).

As reuniões de acompanhamento dos Gestores de Entrada são fundamentais e através de técnicos da Domus Social são realizadas regularmente deslocações para acompanhar os gestores de entrada e aferir a completa aplicação do programa. Para cumprir as metas estipuladas pelo projeto, é realizada uma reunião com os diversos inquilinos residentes de uma entrada, onde são apresentadas as vantagens do projeto e as responsabilidades individuais e coletivas de cada morador. É durante esta reunião, por votação, que os

inquilinos elegem o seu representante – **o gestor de entrada** – que fica responsável pela mediação entre os moradores do edifício e a empresa municipal, através de uma linha especificamente criada para o efeito.

Na leitura da profissional entrevistada trata-se de uma estratégia implementada há mais de uma década e que se afigura muito eficaz, na medida em que permite celeridade na manutenção e reparação das zonas comuns. De acordo com a dirigente entrevistada o projeto iniciou em 2008 e, atualmente, falta apenas terminar as obras de requalificação em dois bairros para ter mil e cem entradas organizadas, com gestores de entrada, eleitos.

> Nós elegemos, o mandato é por dois anos e depois anualmente nós vamos às entradas verificar quais são as condições, se algo mudou, se o gestor quer continuar ou se é necessário eleger outro, mas é um projeto que realmente tem dado muitos frutos, o gestor de entrada é uma figura muito importante e porque é muito importante para nós, no âmbito do AIIA - Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa, que decorreu entre 2017 e 2020, um projeto a que o município do Porto se candidatou, promovendo ações de informação, sensibilização, mas acima de tudo capacitação em áreas que eles próprios identificaram como pertinentes e que para nós também assumiram uma particular relevância. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 12)

O Gestor de Entrada é, de facto, a figura central do ConDomus, não só pela proximidade que é promovida entre este e os técnicos da equipa Domus Social, mas também pelo papel decisivo que representa nas dinâmicas e vivências entre os moradores residentes na entrada. É neste contexto que nasceu "Um gestor, uma história "que é uma série documental que tem como protagonistas os moradores que zelam pelas entradas dos bairros da cidade e que acabam por assumir um papel de grande destaque em cada episódio[143].

Como referido durante a entrevista, este trabalho resulta do Programa - Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa, no qual o município do Porto participou com o objetivo de apoiar e fomentar o desenvolvimento de iniciativas inovadoras para a inclusão social e combater as assimetrias sócio territoriais na cidade do Porto. Inicialmente foi cofinanciado pelo Programa NORTE2020 – Programa Operacional Regional do Norte.
Este é um trabalho que fomenta a participação dos inquilinos e que a profissional entrevistada explica o seu funcionamento com detalhe:

> O processo de realojamento é dinâmico, ou seja, é um concurso por inscrição permanentemente aberto, diariamente recebemos pedidos de habitação e

[143] Disponível em: www.domussocial.pt/projetos-sociais/condomus-1

> diariamente realojamos famílias em habitação municipal. Em cada processo de realojamento, para além do normal processo administrativo de celebração de um contrato, o técnico da área da gestão de condomínios tem também um momento com cada uma das famílias realojadas, porque ele vai para um aglomerado e para um edifício onde já está implementado o Condomus e faz-se uma sessão de apresentação do modelo de funcionamento daquela entrada, indicando quem é o gestor de entrada, quais são as regras, por exemplo, para a questão da limpeza das zonas comuns e dá-se uma panorâmica geral do funcionamento do bairro. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 14)

No entender dos profissionais, esta relação de proximidade com o gestor de entrada prepara o processo de integração de novos moradores no bairro, porque comunica nesse mesmo dia que, *"hoje foi realojada a família representada por… que vai ocupar aquela casa"* (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 14), ou seja, há desde logo a partilha de informação para que quem chega se sinta bem recebido.

> Depois de explicada a dinâmica e uma breve caraterização dos moradores, segue-se a sensibilização: Se realojamos um idoso, informamos que há crianças no prédio e que às vezes há um bocadinho mais de barulho (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 14), ou seja, há a preocupação de sensibilizar para minimizar e evitar situações de conflito.

Nas palavras da profissional entrevistada, esta metodologia revela-se adequada e são notórios os bons resultados:

> Ao longo dos anos percebemos que o perfil de denúncias, devido à perturbação das regras de sossego, da sujidade das zonas comuns, reduz substancialmente (…) ao longo destes anos reduziu muito a tipologia deste tipo de registo de ocorrências, porque, efetivamente, a metodologia que está a ser adotada tem tido sucesso, dá bons frutos. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 14)

É um trabalho de capacitação dos inquilinos que promove a autonomização e aquisição de competências ao mesmo tempo que são resolvidos problemas de forma mais célere e com menores custos:

> fomos identificando, um dado quantitativo, muito simples e muito fácil de dar o exemplo, todas as entradas têm luz nas zonas comuns, ou seja, têm lâmpadas, têm sete, oito, dez lâmpadas, uma das formas que nós encontramos para minimizar a necessidade do gestor de entrada contactar a Domus Social, solicitar a substituição de uma lâmpada, haver um técnico que tem de ir ao armazém buscar a lâmpada, meter-se no carro, ir à entrada e (…) substituir uma lâmpada que está fundida, então nós sabemos qual é o tempo médio de vida das lâmpadas que temos nos nossos bairros, o gestor de entrada no início de cada mandato recebe oito/dez lâmpadas e nós sabemos que, regra geral ao fim de alguns meses a lâmpada pode fundir, o gestor tem em sua casa a lâmpada, a pessoa só toca à campainha e substituiu de imediato, isto é um dado que pode parecer irrelevante, mas num universo de treze mil casas faz diferença (…) também o facto de nós termos uma linha de apoio técnico e podermos ter num bloco oito famílias a ligar a dizer que o intercomunicador avariou, se o gestor tem um telemóvel de onde pode ligar

> em que o pedido é automaticamente registado, é um pedido/uma ocorrência, que é tratada de imediato. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 24)

Ainda quanto às lógicas de intervenção importa referenciar o trabalho em parceria:

> eles foram formados pela Cruz Vermelha Portuguesa, por exemplo, na área do suporte básico de vida, com formação, com acreditação, na área da gestão de conflitos, porque muitas vezes o gestor de entrada é chamado a resolver conflitos entre vizinhos, na área da limpeza, da gestão de resíduos, na área da segurança, portanto nós envolvemos inúmeros, mais de metade dos gestor de entrada nestas ações, no sentido também de os motivar e de os capacitar, por um lado para continuarem a desenvolver, com sucesso, esta intervenção, mas por outro lado, também para reforçar as suas próprias competências pessoais e isso dignifica muito a vida em bairro social. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 12)

Na Freguesia do Bonfim, mais concretamente no Conjunto Habitacional das Fontaínhas, dos vinte e um fogos sob a gestão da Domus Social, cinco encontram-se cedidos à Sociedade de Reabilitação Urbana Porto Vivo (no âmbito do Protocolo de Colaboração para revitalização urbana do Centro Histórico) e um encontra-se cedida no âmbito do Projeto Incentivo - Integração de Jovens no Mercado Habitacional Municipal, através de protocolos com Instituições de Solidariedade Social. Esta é também uma estratégia de intervenção aplicada em parceria e que permite apoiar situações concretas de forma mais eficaz.

A parceria com o Instituto Superior de Serviço Social do Porto, formalizada há vários anos, afigura-se como fundamental em vários domínios e recentemente, aquando da pandemia COVID-19, foi determinante para intervir ao nível do isolamento sobretudo de idosos em situação de vulnerabilidade:

> o Instituto Superior de Serviço Social do Porto, uma parceria que já dura há vários anos (…) então assinamos um protocolo em que nós identificamos quais são os agregados constituídos pelo nosso público e eles fazem uma avaliação de risco através da aplicação de uma grelha de avaliação e que permite identificar se, eventualmente, aquelas pessoas estão ou não em situação de isolamento severo, portanto, com esse trabalho, já identificamos quase trezentas situações graves, de isolamento grave e, obviamente, com base nesse estudo e nessa avaliação desenvolvemos um trabalho excelente em parceria com as instituições locais, as respostas sociais existentes nos terrenos, no sentido de acompanharem os idosos. Temos esta preocupação também com alguns grupos socialmente vulneráveis, no caso os idosos, o projeto foi muitíssimo importante aquando a pandemia que veio reforçar e agravar a situação de isolamento. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 16)

Um papel importante é igualmente conferido às **Associações de Moradores** e que ao longo da revisão de literatura foi possível aferir que tem um longo histórico na cidade do Porto[144]. Nas palavras da dirigente entrevistada:

> As Associações de Moradores que existem, na generalidade, estão sediadas em espaços que são cedidos por nós, ou seja, nós cedemos muitos espaços, quer a Associação de Moradores quer a outras Associações ou entidades que prosseguem fins culturais, sociais, desportivos e que estão nos bairros sociais, eles são sempre nossos parceiros quando nós desenvolvemos atividades junto daquelas pessoas, ou seja, há atividades, como quando foi, por exemplo, esta questão das ações de capacitação para os moradores, ora, muitos dos moradores que residem naquele aglomerado integram a Associação de Moradores, nós utilizamos a sede da Associação de Moradores para fazer sessões, nós utilizamos os espaços cedidos para dinamizar até outro tipo de ações, acabam por ser nossos parceiros permanentes, assim como também quando promovem ações também convidam a Câmara, a Domus Social e outras entidades para a participação, portanto, digamos que é um processo dinâmico (…) temos mais de quatrocentos espaços não habitacionais que estão cedidos a diferentes tipos de entidades e de associações e, claro são nossos parceiros ativos no trabalho diário. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 19)

Conforme referido anteriormente, no âmbito dos processos de reabilitação de um determinado bairro, existe simultaneamente o investimento na participação dos moradores através da presença de proximidade dos profissionais.

> Depois da sessão, ao fim de tarde ou à noite, reúnem com todos os moradores e fazemos quase uma sinopse daquilo que é viver em habitação social, quais são as regras para utilização das habitações, das zonas comuns, quais são os direitos dos arrendatários e nesse momento são definidas questões fundamentais: qual é o modelo de limpeza das zonas comuns, os inquilinos escolhem de que forma querem que a sua entrada seja limpa, ou seja, a manutenção do espaço que se quer asseado, limpo, que pode ser pagar mensalmente e informalmente a alguém que vai lá limpar, outros assumem que, por patamar, todas as semanas há uma grelha de limpeza que é afixada e que cada família é responsável por limpar o seu patamar, até ao patamar abaixo, isto tudo também mediante a eleição da figura do gestor de entrada que é eleito pelos seus pares, é escolhido de entre os moradores e digamos que passa a ser a figura que tem acesso privilegiado a contactar a Domus Social. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 12)

A Diretora Municipal refere com algum entusiasmo e orgulho o resultado que tem obtido com a adoção de metodologias participativas:

> já fizemos vários encontros com todos os gestores, o último que fizemos o ano passado com a presença do executivo, do Senhor Presidente da Câmara no Super Barcarena, portanto, num local emblemático da cidade do Porto, em que foram convidados novecentos gestores de entrada a estar presentes, todo o dia, numa ação dinamizada como ações *Team Building*, também por um lado, para dignificar mas também para os ouvir… o que é que podemos fazer melhor, o que é que está bem, o que é que está menos bem, portanto, um processo realmente participativo, claro que não podemos acolher

[144] A 14 de maio de 1975 foram aprovados os estatutos da "Associação de Moradores do Bairro.

> todas as sugestões, mas ficamos sensíveis àquilo que é e também é com muito agrado que ouvimos que este papel é importante, a intervenção da Domus é importante, temos canais que nos deixam ouvir, que nos deixam falar e realmente tem sido um programa com muito sucesso e que é para continuar. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 12)

A dirigente entrevistada salientou, ainda, ações que considera boas práticas ao nível da participação, da transmissão da informação e do envolvimento dos moradores nas dinâmicas do bairro. Destacou a existência de uma sessão pública sempre que se inicia um projeto de requalificação de um bairro social para explicar aos moradores quais são as intervenções que vão ser feitas:

> para além do ConDomus, nós temos também práticas que estão muito instituídas e que me parecem muito importantes (…) ouvir as preocupações, os seus anseios, sempre que partimos para o início de um projeto de requalificação de um bairro social, nós convidamos todos os moradores a estar presentes, numa sessão pública de apresentação das obras que vão decorrer. Normalmente está presente o Vereador da Habitação, o Presidente da Câmara, a equipa dos arquitetos e projetistas que vão desenvolver o projeto e apresentam a todos os moradores a maquete das obras que vão ser realizadas, o *timing* das obras, as principais alterações que vão decorrer (…) há uma tentativa de envolver e de disponibilizar informação aos residentes, do que é que vai mudar, a configuração, às vezes a colocação de um elevador, a configuração do espaço e a intervenção no espaço público. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 16)

Além da participação, a ideia de *"trabalhar com (e não para) as pessoas"* parece estar bastante presente na intervenção da Domus Social. Esta metodologia exige uma abertura e presença que gera confiança, aprendizagem e vontade.

> em todos os encontros de gestores que já promovemos, de alguma forma nós recolhemos sempre os contributos dos gestores, recolhemos, tratamos e devolvemos, ou seja, através de atividades mais dinamizadas e convidamos sempre os *expert* na matéria que sabem como dinamizar, como apresentar as questões, depois acabamos por recolher, umas nós trabalhamos em sede para que todos saibam aquilo que todos pensam, não é, por exemplo, no último tentámos recolher informações de "O que é que gostaria de ver implementado no seu bairro?", "Se tivesse oportunidade o que é que melhoraria? O que é que está a funcionar ou o que é que correu melhor nos últimos tempos?" e devolvemos também essas questões, depois da nossa parte fizemos o restante trabalho que foi agrupar o conjunto de questões pelos diversos temas. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 24)

Efetivamente, há uma clara aposta na gestão dos inquilinos, pelo que o **sistema *Business Intelligence*** da Domus Social é uma ferramenta inovadora de gestão de habitação pública municipal que agrega todos os dados socioeconómicos e demográficos dos moradores e dos edifícios municipais de habitação do Porto, em tempo real. A relação com os munícipes/inquilinos municipais é um dos pilares estratégicos da EM, pelo que a

disponibilização de dados da empresa ao cidadão enquadra-se nesse desígnio ao promover e assegurar a sua participação, transparência e escrutínio. Esta ferramenta permite o acesso em tempo real e articulação entre as brigadas e pedidos de intervenção. Nas palavras da profissional entrevistada há um trabalho sistemático no que diz respeito

> à gestão daqueles que já residem em fogos municipais, no sentido de avaliar as alterações da titularidade, as transferências, as atribuições de habitação, as reavaliações de renda, ou seja, tudo aquilo que tenha a ver com movimentos habitacionais no parque habitacional e claro, também, a área menos bonita que é a da resolução dos contratos de arrendamento, vulgarmente os despejos. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 6)

Outra estrutura relevante é o **Gabinete do Inquilino Municipal,** que permite um acompanhamento mais eficiente face às necessidades dos inquilinos. Neste Gabinete integram-se vários serviços onde os inquilinos podem efetuar os pedidos de acordo com as suas necessidades e situação social e económica. São exemplo o pedido de atualização do agregado familiar, de transferência, de mudança de titularidade, de reavaliação da renda ou de pagamento de renda por débito em conta.

Outra medida criada em articulação com o Gabinete do Inquilino é o **Observatório de Habitação Social do Município do Porto**, que surge em 2020, na sequência do quadro de crescente dificuldade de acesso das famílias a uma habitação digna e a preços compatíveis com os seus rendimentos. Entende o Conselho de Administração da Domus Social que importa refletir sobre as respostas necessárias para delinear uma política habitacional consistente e duradoura, capaz de enfrentar de forma estratégica as questões habitacionais com que a cidade se confronta. Com o mesmo objetivo e na mesma linha de pensamento, em setembro de 2021, foi formalizada uma parceria com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), através do SINCLab – Social Inclusion Laboratory.

O principal objetivo do Observatório passa por fornecer sustentação empírica adicional para o planeamento estratégico das políticas de habitação da cidade do Porto. Foram apresentados os resultados preliminares do Observatório, nomeadamente os números que dizem respeito à caraterização social, económica e familiar dos arrendatários e o perfil da habitação e dos

requerentes de habitação social. O projeto pretende culminar na criação de uma plataforma online aberta a toda a comunidade[145].

5.7.5. Avaliação e monitorização

No que diz respeito à avaliação e monotorização, a Diretora de Gestão refere que é permanente e de tipo qualitativo

> o que fizemos, o que encaminhamos, o que orientamos, portanto, esta é a nossa forma de colher alguns contributos para melhorar a intervenção, mas a nossa monitorização e avaliação é permanente, ou seja, a partir do momento em que nós todos os dias nos deslocamos aos bairros, todos os dias ouvimos os moradores, promovemos reuniões nas entradas com todos os moradores estamos a avaliar e a monitorizar, claro que depois também nos temos de socorrer de outros dados, por exemplo, o número de ordens de trabalho ou de ocorrências que foram registadas ou as oportunidades de melhoria (…) mas isto são os dados quantitativos que, obviamente podem ser divulgados e podem ser avaliados, mas o nosso trabalho realmente de avaliação permanente é o menos visível e menos quantificável, realmente é um trabalho permanente de avaliação e de monitorização… do nosso trabalho. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 24)

No entanto, através da informação disponível no site institucional, foi possível apurar que desde 2008 até à data da entrevista, o projeto ConDomus já foi implementado em 964 entradas, de 44 aglomerados habitacionais municipais[146].

Em termos quantitativos, o município do Porto, através da EM Domus Social, entregou 401 fogos durante o ano de 2021 a famílias à espera de habitação. As tipologias das habitações concedidas ilustram a diversidade da composição dos agregados familiares contemplados. A tipologia mais atribuída foi T2, com 141 habitações. 137 dos fogos entregues foram de tipologia 1, 102 de tipologia 3 e foram ainda atribuídos 21 apartamentos de tipologia 4[147].

No que diz respeito à avaliação e monotorização do Projeto Porto.Importa-se dos cerca de três mil inquilinos a quem se destina o projeto, 1.913 são pessoas que vivem isoladas e 1.006 são casais com mais de 75 anos. Na primeira fase de intervenção, esta abordagem permitiu identificar 208 casos considerados de isolamento social severo que passaram a receber acompanhamento regular. A intervenção direcionada para estas situações mobilizou a realização de várias reuniões com agentes locais, identificando-se como principais áreas de

[145] Disponível em: www.domussocial.pt/habitacao/observatorio
[146] Disponível em: www.domussocial.pt/projetos-sociais/condomus-1
[147] Disponível em: www.domussocial.pt/noticias/municipio-do-porto-atribuiu-em-media-mais-de-uma-casa-por-dia-em-2021

intervenção acionadas a saúde, as respostas sociais diversas, os recursos económicos, a monitorização pelas estruturas locais e o acompanhamento jurídico. O projeto conta ainda com o apoio do Departamento Municipal de Coesão Social da Câmara do Porto e da Santa Casa da Misericórdia do Porto para a instalação de cerca de 150 equipamentos de assistência tecnológica e humana, contribuindo, também desta forma, para a diminuição do isolamento destes idosos[148].

5.7.6. Perspetivas quanto às Políticas de habitação e intervenção social e urbanística

É desígnio da CM do Porto continuar a investir nos bairros sociais do concelho, quer através da participação de todos os intervenientes que podem contribuir para o efeito, quer por meio da requalificação dos próprios fogos e do meio envolvente. A par desse propósito, através do Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Município do Porto, CM e a Domus Social é desenvolvida uma gestão rigorosa de atribuição das habitações. O referido Regulamento constitui um instrumento central para que as habitações sejam atribuídas a quem delas necessita, seja gerida e monitorizada permanentemente a ocupação das mesmas e promovida a sua desocupação, sempre que exista incumprimento.

> "Continuaremos a dar prioridade a uma política de grandes intervenções nos bairros existentes, investindo nomeadamente no conforto e na eficiência energética a par da manutenção preventiva para evitar a degradação severa. Mas estamos a investir e queremos investir ainda mais noutras áreas, nomeadamente no espaço público dos bairros, requalificando-o e integrando-o no espaço de cidade e promover uma maior envolvência dos inquilinos municipais e das associações de moradores. Estamos a desenvolver mais programas sociais de apoio às pessoas, a combater alguma delinquência e manteremos firmeza no combate à utilização das habitações para outros fins que não os habitacionais, nomeadamente o tráfico de droga. Queremos humanizar ainda mais os bairros sociais e melhorar as condições de vida dos seus moradores. Para isso é fundamental a colaboração de todas e de todos" (Regulamento de Gestão do Parque Habitacional do Porto, P. 2).

A perspetiva defendida pela profissional entrevistada quanto às políticas de habitação e intervenção social e urbanística é de continuidade da orientação que tem vindo a ser preconizada, ou seja:

> Tenho a sorte, primeiro, de ser Assistente Social de formação, de trabalhar nesta empresa municipal há dezoito anos e depois de poder contribuir permanentemente para a questão daquilo que deve ser um processo de gestão de habitação social que é muito mais do que o simples processo de atribuição de uma casa (…). A minha perspetiva na

[148] Disponível em: www.domussocial.pt/noticias/porto-importa-se-combate-isolamento-dos-idosos-nos-bairros-sociais-da-cidade

> intervenção é que não nos limitamos à gestão do edificado, à gestão das pessoas, temos de nos preocupar com uma intervenção que vá acompanhando os desenvolvimentos emergentes, das necessidades, das realidades, da ausência de respostas para determinadas situações-problema e a nossa função é acompanhar essas tendências e encontrar formas diferentes e alternativas para resolver essas questões. (Entrevista EM Domus Social - Porto, Pos. 29)

Recorde-se que um dos objetivos do Executivo Municipal expressos no Plano Diretor Municipal é precisamente o reforço da oferta de habitação existente na cidade.

Até 2026, a empresa municipal Porto Vivo, SRU, vai promover a reabilitação de 146 casas e disponibilizá-las para arrendamento acessível, "com rendas, pelo menos, 20% inferiores aos valores praticados no mercado". Segundo a Câmara do Porto, no âmbito do arrendamento acessível, a empresa vai continuar a promover o programa Porto Solidário.

5.8. Santa Maria da Feira

5.8.1. Parque habitacional e distribuição territorial

O concelho de Santa Maria da Feira fica situado no distrito de Aveiro, localiza-se na região Norte (NUT II), no Entre Douro e Vouga (NUT III) e faz parte integrante da AMP desde janeiro de 2005. Conta com uma população de 136 674 habitantes (Censos 2021) sendo constituído por 31 freguesias com características muito heterogéneas quanto à densidade populacional. De acordo com informação disponível no site institucional do município, o património habitacional é composto por um conjunto de 773 fogos disseminados por várias freguesias e lugares:

Tabela 10 - Parque Habitacional do Município de Santa Maria da Feira

Freguesia/União de Freguesias	Bairro / Lugar	Nº de Fogos
Argoncilhe	S. Domingos / Rua do Bairro de S. João	34
Arrifana	Adoufe / Rua de Adoufe	24
	Manhouce / Rua Visconde Santa Maria deArrifana	1
	Outeiro / Rua Campo Verde	1
Escapães	Godinha / Rua Padre Américo Dias Pereira	24
Fiães	Ferradal / Rua Almeida Garrett	40
	Ferradal / Rua Alexandre Herculano	24
	Souto / Rua Dr. Mário de Castro	32
Lourosa	Vila Verde / Largo Xanana Gusmão	10
	Cadinha / Rua do Bairro Social	32

Freguesia/União de Freguesias	Bairro / Lugar	Nº de Fogos
Milheirós de Poiares	Palhaça / Rua António José Bastos	12
	Palhaça / Rua da habitação Social	18
Mozelos	Fundão / Bairro Nossa Senhora de Fátima	21
	Fundão / Travessa da Cooperativa	3
	Ermilhe / Travessa de Ermilhe de Cima	24
Nogueira da Regedoura	Pousadela / Rua José Delfim	36
Paços de Brandão	Regadas / Rua Rio Maior	42
	Laranjeira / Rua Quinta de Baixo	13
	Sobreira / Avenida da Sobreira	1
Rio Meão	Monte do Outeiro / Rua N.º 7 da Zona Industrial	22
	Canto / Bairro de Santo António	15
Sanguedo	Mualdo / Rua da Boa Nova	46
Santa Maria de Lamas	Salgueirinha /Rua da Ribeirinha	3
	Valada / Rua S. José	12
	Igreja / Rua de Santa Maria	4
S. João de Ver	São Bento / Praceta das Caniças	27
S. Paio de Oleiros	Concharinha / Travessa da Concharinha	30
União das Freguesias de Caldas S. Jorge e Pigeiros	Sé (Caldas S. Jorge) / Rua da habitação Social	24
União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior	Mirante (Canedo) / Rua do Rio Douro	24
União das Freguesias de Lobão,Gião, Louredo e Guisande	Zona Desportiva (Guisande) / Rua da Zona Desportiva	18
	Igreja (Lobão) / Rua da habitação Social	36
União das Freguesias de SantaMaria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo	Balteiro (S. M. Feira) / Rua Ribeiras de Cáster	48
	Picalhos (S. M. Feira) / Rua D. Afonso Henriques	5
	Picalhos (S. M. Feira) / Rua Luis de Campos	12
	Picalhos (S. M. Feira) / Rua dos Moinhos	2
	Cavaco (S. M. Feira) / Praça Dr. Horácio Alvim	3
	Relva (Feira) / Rua dos Combatentes	2
	Barrela (Travanca) / Rua Manuel do Monte	18
União das Freguesias de Souto e Mosteiro	Talegre (Souto) / Rua da Habitação Social	30
	Total	**773**

Fonte: https://cm-feira.pt/documents/20142/0/Anexo+1+-+Parque+Habitacional.pdf/b5565e38-37b3-0225-bc2d-1bb0d9599205

Conforme podemos verificar na tabela anterior, e de acordo com a informação facultada pelos GAP as setecentas e setenta e três habitações estão inseridas em dezanove Freguesias/UF, distribuídas por trinta e quatro lugares do concelho, atribuídas em regime de arrendamento apoiado (Entrevista Santa Maria Feira, Pos. 12).

Os fogos foram construídos ao abrigo de diversos programas de apoio[149], sendo de destacar pela sua dimensão o Programa de Realojamento e a intervenção do Fundo Fomento da Habitação – IGAPHE.

No que se refere concretamente ao Programa de Realojamento, ele permitiu a execução, entre 1999 e 2003, de 687 fogos abrangendo todas as freguesias do município de Santa Maria da Feira. De destacar a preocupação de distribuir a habitação social em 23 pequenos núcleos, variando o seu número de fogos entre os 10 e os 64 fogos. Desta forma, procurou-se atender às carências que existiam nas diferentes freguesias e, simultaneamente, evitar o impacto físico e o estigma social tantas vezes associados aos grandes bairros sociais (ELH de Santa Maria da Feira, P. 16-17).

As 31 freguesias do concelho apresentam características muito heterogéneas e o grau de urbanização pode ser considerado de alta, média e baixa densidade:

- com mais de 1500 habitantes por Km^2 - a Freguesia de Lourosa;
- com densidade populacional entre 400 a 1500 habitantes por Km^2 - Argoncilhe, Arrifana, Escapães, Santa Maria da Feira, Fiães, Fornos, Gião, Lobão, Milheirós de Poiares, Mosteiro, Mozelos, Nogueira da Regedoura, São Paio de Oleiros, Paços de Brandão, Rio Meão, Sanfins, Sanguedo, Santa Maria de Lamas, São João de Ver, Caldas de São Jorge, Souto e Travanca;
- com densidade compreendida entre 100 e 400 habitantes por Km^2 - Canedo, Espargo, Guisande, Louredo, Pigeiros, Romariz, Vale e Vila Maior.

Efetivamente, nós temos duas realidades: freguesias mais urbanas e freguesias mais rurais, e essa ruralidade faz com que o nosso empreendimento esteja mais disperso em termos de concentração do edificado, na cidade mesmo só temos um empreendimento (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 14).

Relativamente ao histórico e ao itinerário das políticas de habitação social na CM de Santa Maria da Feira, no seu depoimento, a profissional do GAP entrevistada refere o seguinte:

[149] Disponível em: http://rede-social.cm-feira.pt/rede-social/instrumentos-de-diagnostico-e-planeamento/documentos/estrategia-local-de-habitacao

> Temos, na cidade Feira, um só empreendimento - o Balteiro, depois temos um empreendimento que foi construído no âmbito do PER, depois temos empreendimentos que foram construídos no âmbito da Cooperativa de Habitação - CDH – Contrato de Desenvolvimento para a Habitação e do então IGAPHE, mas aí já são só fogos. Temos ainda os fogos de construção direta e ainda alguns fogos que foram transferidos do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 14)

> No passado, em Santa Maria da Feira houve vários programas que tiveram na origem da habitação social e dos fogos que, entretanto, foram transferidos para o património da Câmara. (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 16)

Concretamente, o domínio da habitação está integrado no Departamento de Desenvolvimento Social, Saúde e Habitação que, em concertação com a Rede Social concelhia e a Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida, garantem o atendimento / acompanhamento no âmbito da procura de habitação, com vista à respetiva análise / diagnóstico das carências sociohabitacionais e ao equacionamento de respostas neste domínio, em consonância com os programas e políticas nacionais no domínio da habitação. De acordo com a informação recolhida "o número de habitações municipais não tem vindo a aumentar" (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 22).

No que diz respeito à distribuição territorial, "os bairros têm poucos moradores que são inquilinos da Câmara. O nosso maior bairro tem 94 fogos". (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 76). Esta afirmação permite-nos concluir que ao longo dos anos, a autarquia não optou por concentrar os fogos no mesmo local, mas antes, por distribuir o número de fogos destinados a habitação social, através de edificado disperso pelo concelho.

5.8.2. Âmbito de intervenção municipal na habitação

No que diz respeito à orientação geral da política de habitação, o município de Santa Maria da Feira, consciente de que uma habitação adequada constitui condição fundamental para o pleno exercício da cidadania e para um padrão de vida adequado, desenvolve um programa de promoção de habitação social desde 2001.

Apesar da dispersão dos fogos destinados a habitação social, a autarquia tem desenvolvido uma política integrada que articula as dimensões mais específicas da gestão habitacional com a reabilitação dos edifícios propriedade do município e das áreas envolventes, e também com a área social, conforme aludimos no decorrer deste ponto.

Neste contexto, no dia três de junho de 2022, foi apresentado o Plano de Ação da Operação Integrada do Território de Intervenção da AMP Sul, seguido da assinatura do acordo entre a AMP e os cinco municípios abrangidos[150]. Foi, assim, dado um importante passo para o apoio às comunidades desfavorecidas do concelho de Santa Maria da Feira. No referido plano constam respostas de proximidade, articuladas e eficazes para minimizar as diferentes vulnerabilidades das comunidades desfavorecidas, consubstanciadas em ações e intervenções focadas não só na redução da pobreza e da exclusão, mas também na promoção e qualificação dos recursos e das parcerias institucionais e na diminuição dos impactos sociais, económicos e de saúde provocados pela pandemia de COVID-19[151].

O referido Plano de Ação vem complementar a reabilitação de um conjunto de empreendimentos de habitação social, que foi executada por meio de uma operação que resultou de uma candidatura, conforme se pode ler no site institucional do município tendo presente o quadro de investimentos do PEDU enquadrado na prioridade de investimento - Apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais, incluída no Eixo Prioritário 5 – Sistema Urbano do POR NORTE 2020, submeteu candidaturas para a reabilitação dos seguintes empreendimentos de habitação social: Milheirós de Poiares (30 fogos), Paços de Brandão (42 fogos), Caldas de S. Jorge (24 fogos), Canedo (24 fogos), Escapães (24 fogos), Fiães (64 fogos - Ferradal), Fiães (32 fogos - Souto), Guisande (18 fogos) e Lourosa (32 fogos - Cadinha).

Esta estratégia de desenvolvimento urbano do concelho teve como elo de ligação e estruturação as realidades territoriais, sociais e económicas do concelho, o PDM - Plano Diretor Municipal, a EIDT - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da AMP e o PROT Norte - Programa Regional de Ordenamento do Território, com o intuito de capacitar e reconverter o concelho num "Concelho Sustentável", em harmonia com o documento "Cidades Sustentáveis 2020" e as políticas atuais para a Europa 2020, as linhas orientadoras do desenvolvimento, organização e gestão dos territórios regionais e municipais – na prossecução de um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Assim, nesta operação de reabilitação do edificado propriedade do município pretende-se:

[150] Arouca, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, São João da Madeira e Vale de Cambra.
[151] Disponível em: https://cm-feira.pt/-/mais-de-8-2-milhoes-de-euros-para-apoio-a-comunidades-desfavorecidas-do-concelho

- reabilitar os nove empreendimentos habitacionais, com um total de duzentos e noventa fogos, abrangendo cerca de seiscentos e setenta e cinco indivíduos, melhorando a sua envolvente (fachadas, cobertura, outros elementos da envolvente térmica, entre outros de menor relevância) e assim favorecer a imagem, funcionalidade e, simultaneamente, a eficiência térmica dos edifícios.
- desenvolver intervenções que garantam acessibilidades para moradores com mobilidade condicionada, através da remodelação da configuração interior e arranjos exteriores, em vinte e um fogos habitacionais, distribuídos por cinco empreendimentos sociais.
- reabilitar os edifícios, introduzindo soluções e equipamentos mais eficientes que permitam a redução de consumos finais e o subsequente apoio à economia das famílias residentes, aumentando a eficiência energética no sector habitacional e consequente redução de emissões de carbono.
- gerar espaços destinados à realização de práticas de subsistência, destinadas à população residente, designadamente potencializar hortas e criar churrasqueiras e revitalizar os espaços verdes e jardins.

Desta forma, será reforçada a coesão socioeconómica, evidenciando uma preocupação de intervir junto da população mais vulnerável, visando, fundamentalmente a formulação de uma estratégia global, que assuma como meta a consolidação de Santa Maria da Feira como um território urbanisticamente qualificado e socialmente justo e solidário, promovendo a melhoria efetiva da qualidade de vida dos seus cidadãos[152].

Por outro lado, o Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas (PACD) da AMP[153] está concebido para seis territórios de intervenção, sendo que o concelho de Santa Maria da Feira está integrado na AMP – Sul, com mais quatro concelhos limítrofes (PACD-AMP, pp 17).

Associados à conceção e desenvolvimento do PACD da AMP, foram definidos os seguintes três objetivos estratégicos:

[152] Disponível em: https://cm-feira.pt/reabilita%C3%A7%C3%A3o-do-edif%C3%ADcio-pr%C3%B3prio-do-munic%C3%ADpio
[153] Disponível em: http://portal.amp.pt/media/documents/2022/01/28/PACD_AMP_Aprovado.pdf

1. Reduzir a pobreza e a exclusão, promovendo o acesso à habitação, ao espaço e aos serviços públicos, à saúde e bem-estar e à qualidade de vida. O acesso à habitação e o direito à cidade e ao lugar, a fruição do espaço público, da "vida de bairro" e da convivência alargada e plural, o acesso a equipamentos e serviços públicos e, muito em especial, a cuidados de saúde, a provisão de oportunidades de melhoria do bem-estar e da qualidade de vida para todos constituem dimensões essenciais do fomento da participação cidadã e são pré-requisitos do combate à pobreza e à exclusão social.

2. Valorizar e ampliar as competências e aumentar a resiliência das comunidades.

3. Promover e qualificar os recursos e as parcerias institucionais para a inclusão e a inovação social (PACD, pp 22-23).

Relativamente à calendarização a primeira fase do plano de ação decorrerá entre 1 de janeiro de 2022 e 31 de agosto de 2026, contemplando outras datas limite para determinadas atividades.

No que diz respeito ao território concelhio e do ponto de vista da habitação, verifica-se a presença de uma dinâmica mais forte de aumento do número de famílias unipessoais. Esta informação estatística[154] coloca três questões principais: o reconhecimento da existência de novas necessidades associadas à tendência de aumento do número de famílias residentes; a importância da adaptação das soluções habitacionais às transformações na estrutura etária da população e na dimensão média das famílias; finalmente, a necessidade de reflexão em torno das relações entre as transformações no emprego e a habitação (ELH, SMFeira, pp. 8, 9).

Figura 51 - Estratégia Local de Habitação do Concelho de Santa Maria da Feira

Fonte: http://rede-social.cm-feira.pt/rede-social/conselho-local-de-accao-social-1/copy_of_plenarios-2019/apresentacao-da-estrategia-local-de-habitacao-para-o-municipio-de-santa-maria-da-feira

[154] Esta dinâmica está relacionada com o fenómeno da diminuição da dimensão média das famílias, que passou sucessivamente de 3,6 (em 1991), para 3,1 (em 2001) e para 2,8 (em 2011), valor ainda assim superior à média nacional nos mesmos períodos (3,1; 2,8 e 2,6, respetivamente), cf. ELH; SMFeira, pp.8,9.

De salientar que estas questões foram debatidas no âmbito da apresentação da ELH ao CLAS em 10 de março de 2020. A metodologia adotada para elaboração da ELH do concelho de Santa Maria da Feira apoiou-se numa abordagem integrada baseada, num primeiro momento, no levantamento de informação sobre o parque habitacional do concelho, de forma a conhecer os recursos habitacionais públicos disponíveis e o seu modo de utilização, seguindo-se a verificação "in loco" do estado de conservação e utilização do património habitacional municipal, depois o tratamento e análise de informação recolhida, relativa às diferentes características e problemáticas do mercado de habitação e de reabilitação do concelho de Santa Maria da Feira, assim como avaliação e sistematização de índices e indicadores locais de carências habitacionais, e posterior análise dos principais documentos estratégicos e operacionais vigentes no território (PDM, ARU's e outros planos territoriais e setoriais). Num segundo momento, foi possível auscultar os principais interlocutores da CM de Santa Maria da Feira sobre as soluções preconizadas para fazer face às carências habitacionais, quantitativas e qualitativas, existentes, assim como os meios financeiros a mobilizar e a respetiva calendarização de ações e medidas a executar (ELH, SMFeira).

No que diz respeito ao financiamento, as intervenções serão cofinanciadas a 100%, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PACD, pp 44).

No geral, a estratégia de intervenção definida no PACD, além da melhoria das condições de habitabilidade, da qualificação dos espaços públicos e de utilização coletiva, traduz-se na capacitação das comunidades, mediante o seu envolvimento em ações de natureza social. Assim, a par das operações de requalificação urbana, a CM de Santa Maria da Feira, no âmbito da intervenção na habitação social municipal, tem vindo igualmente a desenvolver projetos de intervenção social de base comunitária, designadamente os GAP, enquadrados na Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida.

5.8.3. Domínios e eixos de intervenção sociourbanística nos bairros de habitação social

O município tem orientado a sua atuação através de uma política social de intervenção descentralizada e de proximidade através dos GAP que funcionam nas instalações das 21 Juntas de Freguesia e/ou Uniões de Freguesia.

No entender da autarquia, falar de "comunidades desfavorecidas" – não significa falar simplesmente em "bairros" ou "contextos" específicos, nem significa referir somente a "taxa

de pobreza" ou o "risco de exclusão social": implica falar de pessoas mais velhas; implica falar de crianças e jovens em risco; implica falar mais de mulheres do que de homens; implica falar de doença, de dependência e de isolamento social; implica falar de desemprego de longa duração ou de emprego precário; implica falar de pessoas sem-abrigo e sem acesso a habitação condigna; implica falar de pessoas com deficiência e incapacidades; implica falar de pessoas sem suporte social e sem acesso aos benefícios do Estado-providência; implica falar de trabalho informal e de economia subterrânea; implica falar de falta de mobilidade e de acesso à cultura e à educação permanente e ao longo da vida. Em síntese: implica falar de complexidade (PACD-AMP[155], p.5).

A partir da exploração das formas de expressão territorializada das diferentes situações-problemas e dos grupos sociais nelas implicados, os perfis de vulnerabilidade identificados para o território da AMP – Sul (onde se integra o concelho de Santa Maria da Feira) são diversificados.

Os níveis de escolaridade da população são genericamente baixos. Para os trabalhadores mais velhos, esta circunstância intensifica os riscos do desemprego e as dificuldades de requalificação e reinserção profissional. No entanto, em matéria de ensino e formação, os indicadores de retenção e desistência são baixos e verifica-se forte atratividade do ensino profissional entre os mais jovens. Os problemas de pobreza e exclusão evidenciam-se sobretudo junto dos idosos. Os baixos rendimentos comprometem o bem-estar e a qualidade de vida deste segmento da população. Essa vulnerabilidade é redobrada pelas dificuldades e incapacidades motoras e cognitivas, nomeadamente em territórios rurais mais periféricos. Desta forma, o desfavorecimento económico e social potencia situações de maior fragilidade em matéria de saúde e segurança. As problemáticas associadas ao alcoolismo e ao tabagismo e a modos de vida pouco saudáveis apresentam-se relevantes neste contexto metropolitano. O setor da saúde é estratégico em termos de intervenção social, dados os níveis de longevidade e a carência de recursos humanos em matéria de cuidados e de apoio social. A vulnerabilidade na infância e na juventude manifesta-se de forma dispersa. Deve ser dada especial atenção às crianças e jovens em risco e aos adultos jovens com baixa escolaridade/qualificação profissional, por isso muito sujeitos a situações de precariedade.

[155] http://portal.amp.pt/media/documents/2022/01/28/PACD_AMP_Aprovado.pdf

As desigualdades de género manifestam-se ao nível dos salários e numa maior dificuldade das mulheres em acederem aos mercados de trabalho (PACD-AMP, p.18).

Nos GAP o atendimento é abrangente a todas as áreas da ação social, articulado e complementar

> quer ao nível dos inquilinos, quer ao nível da comunidade em geral. Porque os Gabinetes servem especificamente para isso, e quando os munícipes vêm ter connosco nos gabinetes, é no sentido de solicitar alguma resposta, nomeadamente no âmbito da habitação, seja na procura habitacional seja nos diversos programas que a Câmara disponibiliza e quando a questão não é diretamente o nosso serviço fazemos a ponte com os outros, seja ele de que área for, seja emprego ou outra área. (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 32-33)

Na perspetiva da responsável do GAP, trata-se de um trabalho em permanência e que abrange tantas temáticas quantas os problemas apresentados pelos munícipes e que vai ao encontro da realidade concreta de cada bairro.

> os nossos bairros também são um bocadinho diferentes, nós quando falamos que a realidade não é como a do Porto ou Gaia, os nossos bairros são pequenos (…) muitos dos nossos problemas derivam muito das relações de conflitualidade entre inquilinos, o cumprimento de normas e regras dos espaços comuns, não é? (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 48)

Neste contexto, através dos projetos abaixo mencionados, o município articula os diversos eixos e domínios de intervenção social no sentido de responder às problemáticas identificadas.

GAP - Gabinetes de Proximidade Local

A habitação promove novas condições de vida, mas não erradica totalmente os processos de pobreza e exclusão social, razão pela qual o realojamento deve ser acompanhado de iniciativas que promovam a integração social e que proporcionem espaços de vivência coletiva e de desenvolvimento pessoal. Foi neste contexto que foram criados os GAP que privilegiam uma política social de intervenção descentralizada e de proximidade e funcionam nas instalações das 21 Juntas de Freguesia e/ou Uniões de Freguesia[156].

> O grande objetivo foi ter um atendimento próximo, evitando que as pessoas tivessem que recorrer à sede dos serviços na cidade, aqui na Feira, porque o concelho é muito disperso, há freguesias que ficam longe e entendeu-se que quanto mais próximo estivéssemos melhor seria esse trabalho. (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 26)

[156] Ver mais em: https://cm-feira.pt/web/guest/gabinete-de-proximidade-local-gap-s-

Estes gabinetes prestam um serviço de atendimento/acompanhamento social à população residente no parque habitacional e à comunidade em geral, com enquadramento dos problemas sociais nos programas/medidas e políticas na área social. Foram implementados quase todos ao mesmo tempo, após fazermos o realojamento em 2003 – 2004, à volta disso, passámos a ter este atendimento mais próximo (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 24). Estes gabinetes são assegurados por nós, Assistentes Sociais, que fazemos o acompanhamento à população que está realojada nos fogos do município e também à que não está (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 8).

Tendo por principal objetivo a promoção da inserção social e comunitária das famílias residentes no Parque Habitacional Municipal, a Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida desenvolve uma gestão integrada do parque habitacional de arrendamento social (gestão social e gestão patrimonial).

> Neste momento a nossa equipa é constituída por uma equipa de Gestão Social. Nós fazemos o acompanhamento ao Parque Habitacional de uma forma integrada, ou seja, o Sector Social, com o Sector da Manutenção e o Sector jurídico. Aqui no Sector de Gestão Social, somos 6 colegas e cada empreendimento/ território está distribuído pelos 6 técnicos/as. Os GAP funcionam nas sedes de Juntas de Freguesias locais. (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 6)

De salientar que o município dispõe do *Regulamento "concelho solidário" - Programa de apoio a estratos sociais desfavorecidos*[157] que prevê três medidas:

A – Medida de Apoio a Situações de Emergência Social de Carácter Pontual e Temporário a Estratos Sociais Desfavorecidos (Capítulo II);

B – Medida de Apoio Excecional no Domínio da Habitação (Capítulo III);

C – Medida Cartão Concelho Solidário (Capítulo IV).

Conforme detalhado no referido regulamento, os apoios previstos são de natureza pontual e temporária, considerando que a participação do município tem como objetivo intervir numa área específica do bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos isolados ou inseridos em agregado familiar desfavorecido.

[157] Disponível em: https://cm-feira.pt/documents/20142/0/Concelho+Solid%C3%A1rio.pdf/d1ee926e-146b-0a69-999b-84667d86eed3

Com este programa, o município pretende atenuar as consequências da diminuição dos rendimentos familiares, assim como complementar as medidas de política social em vigor. Os apoios são concedidos tendo em conta os princípios da subsidiariedade e prevendo uma ação concertada, preventiva e de integração, no sentido de responder eficazmente ao carácter multidimensional dos fenómenos de pobreza e exclusão social. O trabalho em parceria, a cooperação, a partilha de responsabilidades, a reciprocidade e o compromisso de cooperação com as iniciativas desenvolvidas pela Rede Social do concelho são princípios presentes no diploma.

A questão do trabalho em parceria foi uma constante ao longo de toda a entrevista realizada às técnicas do GAP:

> mesmo que os projetos não tenham uma ação direta do município, naquele bairro, a partir do momento que versam sobre a comunidade, nós tentamos sempre ao máximo (…) integrá-las nas respostas existentes. O único projeto que neste momento temos mais relacionado é o MIDAS. (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 60)

Projeto MIDAS

Figura 52 - Projeto MIDAS

Fonte: https://cm-feira.pt/midas

O município, tendo presente o quadro de investimentos do PEDU, e associado ao objetivo temático 9 – Promover a inclusão social e combater a pobreza e qualquer tipo de discriminação, criou o Projeto MIDAS - Mudança para a Inclusão e Desenvolvimento Artístico e Social, que tem a duração de 36 meses e é realizado em parceria com o CASTIIS – Centro de Assistência Social para a 3ª Idade e Infância de Sanguedo e a Cooperativa Casa dos Choupos.

Este projeto contempla o desenvolvimento de ações imateriais de inclusão social, intervindo num conjunto de cinco comunidades desfavorecidas identificadas no PEDU/PAICD de Santa Maria da Feira, designadamente: Canedo, Sanguedo, Comunidade da Baralha (acampamento cigano em Sanguedo), Fiães (Almeida Garrett) e de Lourosa (Cadinha),

promovendo uma abordagem para a inclusão ativa através da arte e da capacitação para a empregabilidade e para estimular os saberes endógenos da comunidade.

O projeto centra-se em 3 eixos de Intervenção, que integram ações que, por sua vez, se repercutem nas atividades do projeto:

- **Inclusão pela Arte -** promover a literacia e alfabetização; proporcionar a públicos infantil / juvenil, experiências que levem à descoberta da música como universo de prazer, conhecimento, comunicação e inclusão social; despertar, motivar, entusiasmar e incluir públicos não familiarizados com a arte e cultura; reforçar sentidos de pertença, mobilizando as memórias e os atores relevantes para cada comunidade;

- **Empregabilidade -** promover o autoemprego e empreendedorismo de base local, em particular a produção e comercialização de produtos endógenos da cultura das comunidades; promover oportunidades iguais, a participação ativa e a melhoria da empregabilidade;

- **Capacitação da Comunidade de Etnia Cigana -** melhorar as condições habitacionais do acampamento (através da auto-organização dos residentes); estimular os saberes endógenos da comunidade, através da experimentação de saberes tradicionais (oficina de liteiros e cestaria); promover e proteger o seu património cultural e imaterial[158].

Conforme informação disponível no site do município, este projeto foi promovido e coordenado pela CM de Santa Maria da Feira em parceria com duas entidades que intervêm na área social e comunitária: a Casa dos Choupos – Cooperativa Multissetorial de Solidariedade Social, CRL e com o CASTIIS – Centro de Assistência Social a Terceira Idade e Infância de Sanguedo.

A "Carrinha MIDAS Móvel" é parte do projeto MIDAS. Trata-se de um veículo que iniciou, no dia 26 de março de 2022, a sua atividade de prestação de serviços de proximidade aos bairros sociais de Canedo, Fiães - Souto, Fiães - Ferradal, Sanguedo e Lourosa[159].

[158] Disponível em: https://cm-feira.pt/projetos-de-desenvolvimento-comunit%C3%A1rio
[159] Disponível em: www.diarioaveiro.pt/noticia/80914

Figura 53 - Carrinha MIDAS Móvel

Fonte: https://cm-feira.pt/carrinha-midas

Assume-se como um espaço de encontro, de criação, de aprendizagens e de partilha de conhecimentos e saberes, capaz de estimular a criatividade e a participação de todos os que a frequentem. Equipada com material informático e com acesso à internet, está, em cada dia da semana, num dos empreendimentos habitacionais que integra a zona de intervenção do projeto, esta carrinha disponibiliza às populações o acesso a diversos serviços públicos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade[160].

Os serviços que esta viatura disponibiliza comtemplam o apoio na capacitação digital para todos os que pretendam aprender ou aperfeiçoar os seus conhecimentos sobre as novas tecnologias e uso da internet, através do Programa Emili@; acesso a diferentes serviços municipais, nomeadamente nas áreas da Ação Social, Ambiente Cultura, Educação, Emprego, Rede de Bibliotecas, Saúde, entre outros, aproximando, desta forma, a autarquia dos seus munícipes; ações e iniciativas em diferentes áreas, assentes na aprendizagem, partilha, convívio e lazer.

Na perspetiva do GAP o MIDAS é desenvolvido com a população dos bairros,

> no âmbito da Ação Social (…) e tem uma ação que tenta elevar a nível de emprego e da literacia da comunidade cigana, que é uma comunidade que temos também aqui no concelho e está aqui a ter esta intervenção com estes dois eixos e que de uma forma

[160] Disponível em: https://cm-feira.pt/noticias/-/noticias/NoticiasListagemPortlet_IN

> mais comunitária, mais informal tenta também agarrar esta população. (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 64)

De salientar que o projeto MIDAS teve uma edição anterior, resultado de uma candidatura financiada pelo Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020 (NORTE 2020), que visava promover, através de parcerias inovadoras, mecanismos de integração e de inserção de grupos mais vulneráveis na sociedade. Esta edição resultou de uma parceria entre o município de Santa Maria da Feira e o Centro de Formação Profissional para o Artesanato e Património e dinamizou a oficina "Execução de Tapeçarias Simples" na antiga escola do Mirante, em Canedo (cf. Publicação na página de facebook do município de Santa Maria da Feira em 14 de Janeiro de 2019).

Figura 54 - Projeto Execução de Tapeçarias Simples

Fonte: Página de facebook do Município de Santa Maria da Feira em 14 de Janeiro de 2019

5.8.4. Lógicas de ação e estratégias de intervenção

No que diz respeito às estratégias de intervenção nos bairros sociais, o município incorpora uma proporção mais abrangente, atendendo à sua integração na AMP e à sua dispersão em termos territoriais, o PACD da AMP, dada a complexidade e multidimensionalidade dos

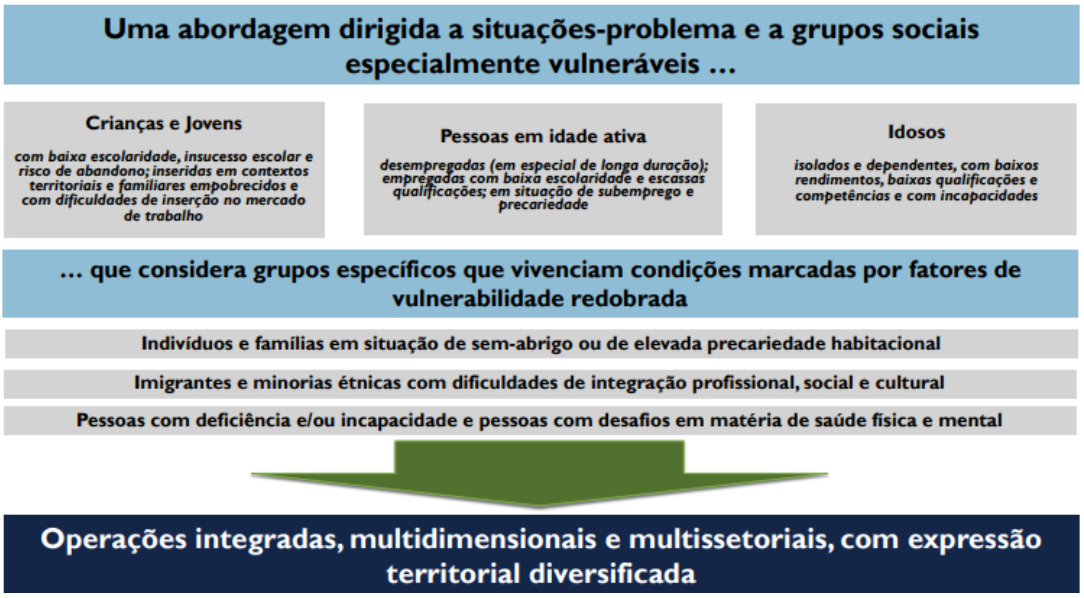
fatores de vulnerabilidade e desfavorecimento, suscita a conceção de políticas e programas dirigidos às especificidades dos grupos e aos fragmentos territoriais em que eles se localizam e, simultaneamente, o desenvolvimento de uma abordagem integrada, resultante do cruzamento e das articulações a dinamizar em cada território. Neste âmbito, deve conferir-se particular atenção ao planeamento e articulação multinível e multissetorial, aos modelos de governança a adotar e à sua legitimação, à capacitação institucional e, ainda, à participação e ao envolvimento das populações no desenho e na implementação das operações integradas de base territorial, previamente a qualquer delimitação estrita de "comunidades desfavorecidas" (PACD-AMP, p.9.).

Na leitura do GAP, a dimensão da proximidade e das parcerias sobressaem como estratégias da gestão social nos bairros.

> Nos bairros, nos GAP, nós temos duas realidades, ou seja, nós atendemos os inquilinos que vêm do parque habitacional que trazem todas as questões relacionadas, por exemplo, com a gestão contratual, ou então algumas dimensões da ação social. Se bem que tudo o que versa sobre a ação social, fazemos em parceria com os nossos parceiros, nomeadamente os SAS, não há aqui duplicação do acompanhamento, trabalhamos todos em equipa, integrados. (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 30)

O modelo de abordagem proposto destaca a conceção de operações efetivamente integradas, multidimensionais e multissetoriais (PACD-AMP, p.8).

Figura 55 - Modelo de abordagem às situações problema e grupos sociais vulneráveis



Fonte: PACD-AMP, p.8

Esta intervenção desenvolve-se segundo um modelo de acompanhamento dos indivíduos, através de uma abordagem dirigida a situações-problema e a grupos sociais especialmente vulneráveis. Foi neste contexto que a autarquia enquadrou os GAP no sentido de adequar a intervenção às especificidades do território concelhio.

Esta estratégia de intervenção é bem articulada entre os parceiros e como nos refere uma das profissionais do GAP:

> o âmbito do CLDS não está connosco diretamente, está com a Cooperativa Local Casa dos Choupos. Mas sim, mesmo que os projetos não tenham uma ação direta naquele bairro, a partir do momento que versam sobre a comunidade, nós tentamos sempre ao máximo que as famílias que nós identificamos, quer nós, quer os colegas que acompanham no âmbito do SAAS, vulneráveis, nós tentamos sempre integrá-las nas respostas existentes. (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 60)

Relativamente às parcerias, a Casa dos Choupos, Cooperativa Multissectorial de Solidariedade Social, CRL afigura-se muito importante na medida em que, para além do CLDS, dinamiza o projeto designado por – Manutenção Habitacional, que tem como objetivo a reparação, manutenção e apoio técnico às habitações dos empreendimentos sociais e a pessoas da comunidade em situação de maior vulnerabilidade e isolamento[161]. Esta cooperativa foi fundada em 2008, no concelho de Santa Maria da Feira, e tem como missão estruturar e implementar respostas à medida para a resolução de necessidades e problemas sociais, fomentando o progresso e a sustentabilidade de forma integrada, inovadora e diferenciada.

Além do referido projeto, mais ligado à habitação, a cooperativa promove e dinamiza outras iniciativas/atividades de apoio e intervenção social, nomeadamente a estruturação e implementação de respostas para a satisfação de necessidades sociais, sua promoção e integração, através da cooperação e entreajuda dos seus membros, em obediência aos princípios cooperativos, visando, sem fins lucrativos, a concessão de bens e a prestação de serviços, nos seguintes domínios: i) Apoio a grupos vulneráveis, promovendo a sua inserção, em especial crianças, jovens, pessoas com deficiência, incapacidade, vítimas de violência e idosos; ii) Apoio a famílias e comunidades, em especial às socialmente desfavorecidas, com vista à melhoria da sua qualidade de vida e inserção sócio económica. Desenvolvendo as seguintes atividades: a) Promover e apoiar o desenvolvimento de programas de inovação

[161] Disponível em: Casa dos Choupos - Projetos - Manutenção Habitacional

social e empreendedorismo social; b) Promover e apoiar respostas de desenvolvimento das comunidades locais, direcionadas para grupos alvo específicos; c) Atendimento e acompanhamento social; d) Ajuda Alimentar; e) Centro de Apoio à Vida; f) Promover o acesso à educação, formação, atendimento ocupacional, integração profissional e empreendedorismo; g) Promover a proteção da saúde nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; h) Promover respostas e programas que fomentem boas práticas na área da igualdade de género; i) Promover respostas que estimulem as práticas agrícolas na comunidade; j) Prestação de serviços na área social, cultural, educação, animação sócio educativa e desporto; k) Prestação de serviços na área da formação; l) Prestação de serviços na conservação e manutenção habitacional e espaços exteriores, reparação, limpeza e outras atividades conexas[162].

Outro parceiro relevante para o trabalho desenvolvido pelo município é o CASTIIS, Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguêdo, que é uma IPSS, sem fins lucrativos, sediada em Sanguêdo, no concelho de Santa Maria da Feira. Desde 1987, tem disponibilizado serviços, no âmbito social, ajustados às necessidades da comunidade envolvente. Paralelamente, o CASTIIS tem desenvolvido diversos projetos no âmbito social, educacional, cultural e profissional, destinados a públicos diferenciados. Conta com uma equipa multidisciplinar (cerca de 90 de colaboradores), qualificada e especializada em diversas áreas de atuação (gestão, educação, serviço social, psicologia, medicina, enfermagem, nutrição e alimentação, geriatria, serviços gerais, qualidade, manutenção e ocupação de tempos livres). Conforme referido no site institucional, trata-se de uma Instituição que procura, diariamente, proporcionar bem-estar, atender a necessidades específicas e contribuir para o desenvolvimento pessoal, social e comunitário, encarando cada dia como uma oportunidade para fazer melhor, procurando sempre ouvir as pessoas[163].

5.8.5. Avaliação e monitorização

A operacionalização do Plano de Ação Metropolitano é diferenciada relativamente a cada um dos eixos de intervenção previstos, de acordo com a natureza dos projetos e dos investimentos, sendo que a primeira fase do Plano de Ação decorre desde 1 de janeiro de

[162] Disponível em: www.racius.com/casa-dos-choupos-cooperativa-multissectorial-de-solidariedade-social-crl/
[163] Disponível em: https://castiis.pt/#

2022 até 31 de agosto de 2026. O PACD-AMP apresenta uma dotação orçamental de 121.500.000 € em que 50% são para as intervenções de natureza imaterial e 50% para as intervenções de natureza material / infraestrutural (PACD-AMP, p.40-44).

De salientar que o Plano de Ação prevê a constituição de Unidades Técnicas Locais, que são responsáveis pelo "desenho do *mix* de intervenções, pela sua implementação e acompanhamento, articulando quer com as intervenções da responsabilidade dos municípios (e.g. intervenções no espaço público), quer da responsabilidade das diversas políticas setoriais (e.g. saúde, educação, emprego e segurança social, segurança pública, acolhimento de migrantes, combate às discriminações; igualdade de género e combate à violência doméstica;) quer, ainda, da mobilização de entidades locais não governamentais (e.g. IPSS, ONGD, Misericórdias, Associações de Moradores) " (PACD-AMP, p.38).

No que diz respeito à avaliação e monotorização dos GAP, a profissional entrevistada refere-se a uma avaliação geral evidenciada no relatório municipal anual.

> Atualmente não temos propriamente uma métrica específica. Inicialmente sim, fazíamos mais essa questão quantos atendimentos fazíamos, a mesma família quantas vezes vem, mas neste momento não fazemos essa medição tão especifica (...) fazemos um relatório anual, mas é do Departamento, são dados mais gerais que vamos retratando no relatório geral do município, não temos tempo para essa monitorização tão específica. (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 36-40)

Relativamente à avaliação da Casa dos Choupos, Cooperativa Multissectorial de Solidariedade Social, CRL, em 2021 estiveram envolvidos cinco mil e quinhentos participantes nos projetos que dinamiza. Obteve 440.000€ de financiamento para executar as atividades e intervir nos seus territórios (40% de fundos municipais, locais e nacionais; 54% provenientes de fundos comunitários e 6% resultante de serviços e donativos). A Casa dos Choupos concretizou 1500 ações no âmbito da intervenção e apoio social; 1827 relacionadas com emprego, formação e empreendedorismo; 1804 sob a temática da Igualdade de género e oportunidade e 400 relacionadas com arte, cultura e ambiente. No que diz respeito ao investimento, foi direcionado para a procura de soluções em quatro eixos de intervenção: Intervenção e Apoio social – 111 000 €; Emprego formação e empreendedorismo - 185 000 €; Igualdade de género e oportunidades - 74 000 € e Arte,

cultura e ambiente - 70 000 €. Com estes resultados, entende a Casa dos Choupos que, no ano de 2021, cumpriu a sua missão e está no caminho da mudança e da inovação social[164].

5.8.6. Perspetivas quanto às políticas de habitação e intervenção social e urbanística

O posicionamento dos profissionais relativamente às perspetivas das políticas de habitação e intervenção social e urbanística evidencia algumas preocupações e sublinha aspetos relacionados com o planeamento das políticas de habitação, nomeadamente a reabilitação e nova construção.

> No âmbito da estratégia, uma das nossas soluções propostas será efetivamente a construção, e não sei se a construção não passará na mesma pela propriedade horizontal, não é? Todos aqui sabemos os constrangimentos, mas não sei se conseguimos ultrapassar o facto de ser a propriedade horizontal, não é? Até porque é uma perspetiva muito mais económica para o município (…) e tudo conta. (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 48)

No que diz respeito à reabilitação, é sublinhado o seguinte: nós temos tido a reabilitação de alguns empreendimentos, não sei se futuramente iremos ter disponível ou não, portanto a esse nível conta (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 48). A profissional entrevistada sublinha também preocupação com a importância do processo constante no que diz respeito às políticas a nível nacional

> Estamos ainda muito restritos na aplicação das diversas necessidades aos nossos munícipes, portanto e esse é um dos maiores constrangimentos que temos sentido, nas várias políticas que são disponibilizadas a nível nacional, em termos de resposta direta e imediata, é muito reduzida, no nosso município. (Entrevista CM Santa Maria da Feira, Pos. 44)

Apesar do constrangimento identificado pela profissional, foi possível apurar que o município adquiriu vinte casas destinadas ao arrendamento, no regime apoiado, a famílias identificadas na ELH. O município explicou que o investimento terá um teto máximo de 2,43 milhões de euros e que as casas já devem estar construídas e reunir as condições de habitabilidade adequadas, "independentemente de se encontrarem prontas a habitar ou que careçam de obras de reabilitação prévias, para posterior atribuição no âmbito do 1º Direito - programa de Apoio ao Acesso à Habitação". O programa do procedimento decorreu no

[164] Disponível em: https://www.casadoschoupos.com/

Departamento de Desenvolvimento Social, Saúde e Habitação da CM de Santa Maria da Feira e a notícia foi avançada pelo Jornal de Notícias em 16 de setembro de 2022[165].

Por outro lado, também podemos ler no site institucional que, até 2025, só em Santa Maria da Feira vão ser implementadas quarenta e três ações de intervenção integrada, de combate às desigualdades sociais, pobreza e exclusão social, nas suas múltiplas dimensões, num investimento superior a 8,2 milhões de euros. O Plano de Ação da Operação Integrada do Território de Intervenção da AMP Sul está alinhado com os objetivos do PACD da AMP que resultou da candidatura da AMP ao Plano de Recuperação e Resiliência – Programa Integrado de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas[166].

5.9. São Brás de Alportel

5.9.1. Parque habitacional e distribuição territorial

O concelho de São Brás de Alportel, do distrito de Faro, localiza-se no Algarve (NUT II e NUT III). É limitado a oeste pelo concelho de Loulé, a norte e este por Tavira, a sul por Faro e a Sudeste por Olhão. Ocupa uma superfície de 150,1 km^2, sendo constituído por apenas uma freguesia: São Brás de Alportel. Conta com uma população de 11 248 habitantes (Censos 2021).

Tabela 11 - Parque Habitacional do Município de São Brás de Alportel

Freguesia/União de Freguesias	Bairro / Lugar	Nº de Fogos
Freguesia de São Brás de Alportel	Bairro Social João Rosa Beatriz	38
	Dispersos (por seis núcleos)	22
	Total	**60**

Fonte: Elaboração própria

Conforme podemos verificar na tabela anterior, e de acordo com a Educadora Social do SAS da CM de São Brás Alportel, o parque habitacional municipal é composto por sessenta fogos. Dessas habitações, atribuídas em regime de arrendamento apoiado, trinta e oito, situam-se

[165] Disponível em: www.jn.pt/local/noticias/aveiro/santa-maria-da-feira/camara-da-feira-vai-comprar-20-casas-para-arrenda-las-a-familias-15170400.html
[166] Disponível em: https://cm-feira.pt/-/mais-de-8-2-milhoes-de-euros-para-apoio-a-comunidades-desfavorecidas-do-concelho

no bairro social e as restantes vinte e duas, estão dispersas pela freguesia (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 7). No nosso concelho, existe um núcleo de vila, mas existe depois toda uma zona mais rural e temos sete núcleos (…) o núcleo da vila, que é localizado exatamente no Bairro Social, e os outros são aqui nas zonas à roda da vila (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 5).

Pela pesquisa realizada, foi possível apurar que no ano de 2017 o parque habitacional do município era composto por cinquenta fogos de habitação social. Várias notícias dessa data relatam preocupação permanente da autarquia em desenvolver esforços para alargar o seu parque de habitação social e melhorar as condições das habitações do Bairro Social. Numa dessas notícias pode ler-se: "estão a ser substituídas janelas do Bairro Social. «A par do contínuo trabalho que é realizado pelos serviços da CM na manutenção regular dos 50 fogos de habitação social do município, há investimento fundamental para ampliar e renovar o parque habitacional», diz a Câmara de São Brás de Alportel[167].

Relativamente ao itinerário das políticas de habitação social e ao histórico do bairro e de acordo com a profissional entrevistada:

> Inicialmente o bairro foi construído em 1986, se não estou em erro e eram cento e um fogos, todos propriedade do município, que, entretanto, alguns foram alienados e ao lado, foi construída, nos anos 90, uma urbanização a custos controlados, portanto, apesar de serem só trinta e oito fogos do município, aquela zona toda eram fogos de habitação social e de custos controlados. Depois temos todos os outros que são fogos dispersos. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 7)

5.9.2. Âmbito de intervenção municipal na habitação

A habitação é um eixo fundamental da política municipal que tem motivado o investimento na ampliação e na renovação do parque de habitação social e outras estratégias de parceria com o mesmo objetivo. São exemplos o protocolo de colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de São Brás de Alportel, que permite ao município criar novos fogos de habitação social, através da adaptação de imóveis devolutos da Santa Casa e a parceria com a Junta de Freguesia, para apoiar a concretização de obras de melhorias no *Bairro Graça a Deus*, propriedade da Junta de Freguesia. Em complemento, o município desenvolve o programa "Mão Amiga" que apoia as famílias que não vivem em habitação social, mas que

[167] Disponível em: Casas de habitação social de São Brás estão a ser melhoradas (sulinformacao.pt)

precisam de ajuda para realizar obras essenciais que garantam a dignidade e o conforto do lar de quem menos tem[168].

Quanto à orientação geral da política de habitação, nomeadamente, em termos de abordagens e de medidas previstas na ELH do município, a profissional entrevistada refere o seguinte:

> Neste momento nós temos em curso a nossa ELH que prevê, efetivamente, o aumento do número de habitações disponíveis, do município. A política nessa altura era alienar, neste momento nós já não alienamos fogos, já não os vendemos. Continuam a ser propriedade do município, até porque a procura, como deve saber, cada vez é maior e mais diferenciada, já não é só a pessoa que tem carência habitacional, no sentido de viver em condições indignas, mas muitas das vezes é motivada a inscrição por fracos recursos económicos para fazer face a uma renda no mercado regular. Neste momento, a ELH considera, sim, também a construção de fogos, mas também muito nesta lógica da habitação dispersa, não dos aglomerados tipo bairro social. Temos o Projeto que prevê a reabilitação de fogos dispersos no concelho, aquisição e reabilitação para depois os disponibilizarmos ao abrigo do Arrendamento Apoiado… A construção de fogos "género bairro", só mesmo num terreno perto do bairro e que será para aumentar, mas não de uma forma… A própria Estratégia, (...) em cooperação com os nossos colegas das Obras, da Divisão Técnica, permitiu-nos fazer um mapeamento também de um conjunto de fogos devolutos que havia no concelho e começámos por aí. Por um lado, os Serviços Sociais foram fazendo o levantamento das necessidades e os outros colegas foram fazendo o levantamento das respostas existentes no concelho, o que é que haveria aqui devoluto que nós pudéssemos adquirir, reabilitar e depois disponibilizar em termos de arrendamento apoiado ou arrendamento a custos mais acessíveis. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 9)

No âmbito da gestão do Bairro de habitação social, o município tem vindo a desenvolver uma política integrada que articula as dimensões da gestão e da reabilitação dos edifícios com a intervenção social, no sentido de promover a inclusão social dos residentes. Foi esse o objetivo, da construção do Espaço Multiusos João Rosa Beatriz, que veio complementar o Espaço Desportivo já existente no bairro social e que permite a realização de um conjunto diversificado de atividades e o acompanhamento social, de proximidade, de todo este complexo habitacional.

Figura 56 - Espaço Multiusos João Rosa Beatriz - São Brás de Alportel

[168] Disponível em: www.cm-sbras.pt/pt/noticias/6200/municipio-de-sao-bras-de-alportel-investe-na-ampliacao-e-renovacao-do-parque-de-habitacao-social.aspx

Fonte: Bem Me Quer (cm-sbras.pt)

O espaço acolhe também atividades de tempos livres para jovens, fundamentais para o seu saudável e harmonioso desenvolvimento[169]. Efetivamente, trata-se de uma medida de política bastante adequada no sentido de combater a segregação. Este edifício cria uma nova centralidade na medida em que permite ser frequentado/utilizado por pessoas não residentes no bairro.

Na perspetiva do GAS, esta estratégia de intervenção comunitária é adequada, uma vez que os problemas diagnosticados no bairro são residuais. A técnica salienta, no entanto, o estigma associado ao bairro social por parte da restante comunidade:

> o que há é tudo muito pontual, não temos, não temos aquelas situações… que eu antes de trabalhar aqui neste bairro, trabalhava noutros bairros num município maior, portanto, a realidade é um bocadinho diferente, não temos esse conflito constante, existem situações pontuais, as pessoas reclamam umas das outras, mas a coisa é muito pontual, não é significativa. O bairro é um bairro pequeno, os problemas não estão localizados só ali no bairro, os problemas que temos, à semelhança com outros municípios certamente, não só no bairro, não me parece que o bairro seja assim um foco de problemas. Existe sempre um estigma associado ao bairro, ao nome bairro social, não é, esse estigma é de quem não reside no bairro, mas também é das pessoas que residem no bairro por sentirem isso e pensarem …se digo que moro no bairro, secalhar…" e isso nem tem a ver com problemas no próprio bairro. Não é um bairro problemático, tem situações como todos os outros, mas pontuais e que existem no resto da vila. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 13)

Quanto ao enquadramento organizacional a CM de São Brás de Alportel, tem a Divisão de Desenvolvimento Social depois a Unidade de Serviços Sociais onde se enquadra o SAS. Esta informação consta no *site* institucional onde está disponível o organograma e é também confirmada pela profissional entrevistada quando afirma:

[169] Disponível em: www.cm-sbras.pt/pt/noticias/6200/municipio-de-sao-bras-de-alportel-investe-na-ampliacao-e-renovacao-do-parque-de-habitacao-social.aspx

> Este projeto está inserido na Unidade de Serviços Sociais, que tem também o Serviço de Habitação… existe a Divisão de Desenvolvimento Social e nós somos uma unidade dentro dessa Divisão e somos nós que temos à nossa responsabilidade também a dinamização e a organização de um conjunto de projetos de intervenção social e de animação comunitária, nomeadamente, o Bem me Quer, que é um deles, são sete núcleos no concelho todo.
>
> … não sei se teve oportunidade de verificar o nosso concelho, existe um núcleo de vila, mas existe depois toda uma zona mais rural e nós temos sete núcleos, sendo que o projeto Bem me Quer é o núcleo da vila, que é localizado exatamente no Bairro Social, depois todos os outros são aqui nas zonas à roda da vila. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 5)

Relativamente ao financiamento e organização, o projeto *Bem Me Quer* é promovido pela CM de São Brás de Alportel, através dos Serviços Sociais do Município / Gabinete Municipal de Intervenção Comunitária, com a colaboração de diversas entidades locais e regionais, como salienta a profissional entrevistada "é exclusivo do município (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 25).

Conforme já foi referido anteriormente, "a construção do Espaço Multiusos João Rosa Beatriz foi financiada pelo PRODER" (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 23).

A Carta Social de São Brás de Alportel 2015-2020[170] foi aprovada a 15 de janeiro de 2015 em sede de CLAS. A sua elaboração resultou de um trabalho de parceria entre o município e a associação *In Loco*, com a colaboração de todas as entidades que integram a Rede Social e a participação da comunidade do concelho de São Brás de Alportel, em diferentes fóruns realizados sobre diversas temáticas. A autarquia refere-se a um documento fundamental de diagnóstico e planeamento, elaborado com base numa análise exaustiva do território e das dinâmicas da população, com recurso aos mais diversos agentes e atores locais, com vista a definir as ações prioritárias para o desenvolvimento social do município. Foi realizado o diagnóstico do concelho em termos da sua população, educação, dinâmicas económicas, saúde, equipamentos sociais e grupos vulneráveis e a territorialização dos problemas sociais; e numa segunda fase foram definidos os mecanismos de resposta a esses problemas, tendo em consideração os recursos e as potencialidades locais existentes.

Para cumprir os seus objetivos, a Carta Social de São Brás de Alportel orienta o seu programa de ação a partir de três Eixos Estratégicos:

[170] Disponível em: www.cm-sbras.pt/pt/menu/801/carta-social.aspx

Eixo 1 - Promover e estimular o empreendedorismo, a economia e o emprego local;

Eixo 2 - Atuar de forma integrada sobre grupos e territórios de exclusão;

Eixo 3 - Consolidar as respostas sociais existentes.

Efetivamente, o município procura realizar uma intervenção integrada para responder às situações de pobreza e de vulnerabilidade social e promover o desenvolvimento social sustentado. São exemplo desta orientação o projeto "Bem Me Quer" e o projeto "Raízes".

5.9.3. Domínios e eixos de intervenção sociourbanística nos bairros de habitação social

Relativamente aos domínios e eixos de intervenção sociourbanística trata-se de uma intervenção abrangente a todas as áreas da ação social, articulada e complementar e concretizada através do desenvolvimento dos projetos abaixo descritos.

Projeto "Bem Me Quer"

O projeto de animação e intervenção comunitária Bem Me Quer, que tem sede neste espaço, nasceu em 2014 e é responsável por um programa de atividades diversificadas, que envolvem moradores e outros participantes, num convívio muito salutar que permite dar toda uma nova dinâmica ao bairro, cada vez mais atrativo e mais feliz.

De acordo com informação disponível no site institucional do município, trata-se de atividades facilitadoras do desenvolvimento de competências pessoais e sociais, pensadas para melhorar a qualidade de vida e o bem-estar dos participantes, promover a ocupação dos seus tempos livres e combater o isolamento social. Destina-se sobretudo à população residente no Bairro Social e na sua zona de influência, mas as suas portas estão abertas a toda a comunidade são-brasense. A Ginástica, as artes, as histórias e os contos, a culinária, os passeios, as sessões de informação, entre outras ações, preenchem o plano mensal de atividades que são oferecidas neste espaço e que resultam de um trabalho em parceria, que envolve diversas entidades locais e regionais.

Este projeto visa, fundamentalmente, representar uma resposta social integrada, capaz de contribuir para a inclusão social dos moradores do Bairro Social e do Bairro João Rosa Beatriz. Pretende-se que o mesmo possa contribuir de forma efetiva para a valorização e dignificação dos moradores, elevando a sua autoestima, melhorando a sua qualidade de vida

e bem-estar, e promovendo um real combate ao isolamento social, numa perspetiva de abertura do bairro à comunidade envolvente.

O calendário de atividades é bastante diversificado e procura dar resposta aos gostos, necessidades e curiosidades da população que frequenta o Espaço Multiusos de forma regular são exemplo dessas atividades:

- a "Biblioteca fora de si", com contos e propostas de leitura para ajudar a refletir e a estimular a memória;
- sessões com a Associação das Terras e das Gentes da Dieta Mediterrânica para apresentarem novas curiosidades sobre receitas e ingredientes que nos fazem crescer água na boca;
- sessões informativas de variados temas, com especial atenção para as áreas da saúde, bem-estar, da gestão doméstica e do desenvolvimento de competências pessoais e sociais;
- sessões sobre artes que transformam o Espaço Multiusos num ateliê onde a cada ponto se conta uma história e se partilham aprendizagens. Desde a pintura ao crochet, passando pelas mais diversas ideias de reaproveitamento de materiais, todos os saberes encontram neste ateliê o local perfeito para serem desenvolvidos e partilhados;
- prática desportiva como promoção da saúde[171].

Figura 57 - Projeto Bem Me Quer

[171] Disponível em: www.cm-sbras.pt/pt/menu/968/bem-me-quer.aspx#as-atividades

Fonte: Bem Me Quer (cm-sbras.pt)

A CM refere que o projeto Bem Me Quer surgiu no Espaço Multiusos João Rosa Beatriz, na sequência do trabalho que já era desenvolvido junto da população infantil e juvenil pelo *Projeto Linka-te*, mas a profissional entrevistada complementa essa informação, referindo a origem e os objetivos da construção de uma estrutura para utilização da comunidade residente e não residente no bairro.

> Eu não estava cá nessa altura, mas já estava quando o projeto começou. A informação que tenho é que terá partido de uma Tese de Mestrado em Saúde Comunitária, em que fizeram um levantamento das necessidades dos moradores neste bairro social e que, entretanto, depois deu origem a uma candidatura apresentada ao PRODER, em 2013, de onde surgiu depois aqui a construção de um equipamento comunitário, que é o Espaço Multiusos João Rosa Beatriz que é o espaço que acolhe o Projeto Bem me Quer (…). Já houve outros projetos a serem desenvolvidos no bairro, nomeadamente o (Projeto) Escolhas e pretendia-se que este espaço fosse um espaço de partilha (…). E a ideia é sempre levar as pessoas da vila também ao bairro, não fechar só aos moradores do bairro, mas sim abrir. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 11)

Outro projeto mais recente articulado com o eixo 2 da Carta Social da CM de São Brás de Alportel é o "Projeto Raízes". Integrado no Programa Bairros Saudáveis promovido, em parceria com várias entidades/instituições, sob coordenação da IPSS Local, pretende envolver toda a comunidade.

Figura 58 - Projeto Raízes integrado no Programa Bairros Saudáveis

Fonte: Jornal A VOZ DO ALGARVE - 2022-02-04

A construção de projetos de vida e a integração social e profissional são objetivos do Projeto «Raízes» que também está a ser implementado no Espaço Multiusos do Bairro Social João Rosa Beatriz. Promover o desenvolvimento das competências dos participantes, apoiando-os na construção do seu projeto de vida e na sua integração social e profissional são metas que se pretendem alcançar. O trabalho de educação social e motivação é um processo de conhecimento e utilização de recursos, individualmente e em grupo, que visa a capacitação dos participantes para que se tornem agentes da sua própria mudança. Esta missão é prosseguida em seis atividades, nomeadamente: GPS – Gerar Percursos de Sucesso; Contas à vida – Educação Financeira e Gestão Doméstica; Saber com Sabor – Promoção da Saúde e da qualidade de vida; Voz Ativa – Participação Cívica e Voluntariado; Horta Solidária – Da Terra para a mesa; e, Mercado das Trocas – Economia Social e Solidária. O projeto é dirigido a pessoas em situação de vulnerabilidade /exclusão social por diferentes motivos, desde os baixos níveis de escolaridade a situações de trabalho precário ou desemprego, assim como baixa condição socioeconómica, a indefinição ou inexistência de projetos de vida ou ainda a baixa participação cívica/ vazio ocupacional[172].

[172] Disponível em: https://avozdoalgarve.pt/d/so-brs-de-alportel-avana-com-projeto-social-razes/59850

Figura 59 - Atividades do Projeto Raízes

Fonte: https://www.cm-sbras.pt/pt/noticias/12129/sao-bras-de-alportel

Uma das medidas que poderá contribuir para o sucesso desta estratégia de intervenção comunitária poderá estar relacionada com o facto de o Espaço Multiusos estar aberto às pessoas não residentes no bairro para frequentar as atividades e sessões aí desenvolvidas. Este intercâmbio certamente será facilitador da inclusão social e contribuirá para diminuir o preconceito e estigma muitas vezes associado aos bairros sociais. No Espaço Multiusos são realizadas diversas atividades e de variadas temáticas:

> no sentido de abranger desde pessoas seniores, a pessoas em idade ativa que não estão a trabalhar, temos atividades desenvolvidas pela equipa do município que tem de facto a responsabilidade de organização do cronograma das atividades, mas também é por parte da equipa do RSI, uma vez que há alguma prevalência desses beneficiários a residir e sempre foi numa lógica, nunca de fechar o bairro às pessoas do bairro, mas de levarmos outras pessoas da vila para o bairro (…) são atividades diversas, desde ateliers, sessões de informação, sessões de esclarecimento, artes, atividade física também gratuita, estas atividades decorrem com periodicidade semanal (…) dependendo das parcerias que se conseguem estabelecer, há outro tipo de atividades nomeadamente as sessões de esclarecimento com outras entidades - Deco, APAV, um conjunto de entidades, porque a ideia é sempre levar as pessoas da vila ao bairro (…). (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 11)

A profissional entrevistada salientou também a seguinte inquietação:

> preocupação com os contextos de violência doméstica, com as questões dos direitos do consumidor (…) a Deco é uma instituição que está muito próxima e que faz com alguma

> regularidade atividades, as questões da saúde, da alimentação saudável, da importância de beber água, do exercício físico, até porque uma parte da população que frequenta as atividades é uma população sénior. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 15)

5.9.4. Lógicas de ação e estratégias de intervenção

A estratégia de intervenção no Bairro Social passa pela diversidade de atividades e o envolvimento dos moradores do bairro assente numa metodologia participativa.

A população é o ponto de partida para todas as iniciativas que têm lugar no Espaço Multiusos, propondo temas que gostaria de ver debatidos e enriquecendo o projeto com ideias e saberes que tem para partilhar[173].

Na leitura da Técnica Superior do GAS da CM de São Brás de Alportel, a dimensão da "rentabilidade" do Espaço Multiusos do Bairro Social João Rosa Beatriz emerge como uma das orientações-chave

> acontecem no Espaço Multiusos outras atividades também, nomeadamente Acompanhamentos Psicológicos, por parte daqui dos Serviços do município também que utilizam esse Espaço, a equipa de Protocolo do RSI também dinamiza lá algumas atividades direcionadas aos beneficiários do RSI, a equipa do Projeto Bairros Saudáveis também tem dinamizado lá algumas atividades, algumas delas direcionadas para os beneficiários do Projeto Bem me Quer, outras não, portanto aquilo tentamos que também seja um espaço aberto às outras entidades e às outras iniciativas para poderem usá-lo. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 25)

> Depois também temos, não só em termos de habitação social, mas em tudo o que é social, nós trabalhamos num sítio juntos, trabalhamos todos os serviços sociais do município… e não só. Com exceção da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, estamos sediados no mesmo edifício, portanto a pessoa que vem para o acompanhamento na Equipa do Protocolo do RSI, um sénior que tem acompanhamento pelo Grupo de Intervenção Sénior, a pessoa que vem solicitar o Subsídio de Desemprego aqui no Centro de Emprego, nós trabalhamos todos no mesmo edifício, portanto é muito mais fácil (…) trabalhar com as famílias quando trabalhamos sentados à mesma mesa e conseguimos todos olhar e ter assim uma perspetiva mais holística da coisa. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 29)

No que diz respeito a parcerias, a Associação *IN LOCO* é referida pela CM em vários projetos. Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos, criada legalmente em 1988. Foi reconhecida em 1991 como associação de desenvolvimento pelo IEFP, acreditada como Entidade Formadora em diversos domínios de intervenção desde 1998, considerada Pessoa

[173] Disponível em: www.cm-sbras.pt/pt/menu/968/bem-me-quer.aspx#as-atividades

Coletiva de Utilidade Pública em 2001 e acreditada como Entidade Gestora de um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

O Centro de Saúde (Unidade de Cuidados na Comunidade UCC Al-Portellus) complementa o trabalho realizado pelo programa "Mais Viver Mais Aprender", desenvolvido em parceria com a CM.

Quanto ao projeto Raízes, integrado no Programa Bairros Saudáveis, é promovido em parceria pela freguesia e pelo município de São Brás de Alportel, sob coordenação da IPSS local, Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da CM e da Junta de Freguesia de São Brás de Alportel. Juntam-se à parceria, o Núcleo local do Exército de Salvação e a Associação *In Loco*.

> Plataforma Saúde em Diálogo, que é uma Associação sediada em Faro e que tem um projeto, penso que financiado pelo CRESC Algarve, e que faz atividades direcionadas a seniores e têm feito aqui muitas atividades, em parceria connosco, também no âmbito da nutrição, direcionado às questões da saúde, inclusivamente atividades também de exercício físico, de Ioga e Pilates e que têm feito em todos os núcleos, incluindo o *Bem me Quer*. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 21)

Outra estratégia de intervenção implementada na altura da pandemia foi uma linha telefónica e que a Técnica Superior do GAS valoriza de forma enfática:

> Foi criada uma Linha da Amizade em que, ou diariamente ou semanalmente contactávamos com as pessoas por telefone, para saber se estava tudo bem, se precisavam de alguma coisa e ainda bem que o conseguimos manter e espero que dure muitos anos, vai ser sempre o projeto menino dos meus olhos. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 44)

Na leitura da entrevistada, as dimensões da participação e da proximidade emergem como uma das orientações-chave da intervenção: acabamos por ter aqui uma relação muito próxima com os moradores no bairro social, nas casas de habitação social e não só (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 17).

> as pessoas que nos ajudam a definir as atividades e o que vamos fazer em cada ano letivo, são do bairro e não só, é um grupo, é um núcleo… de início até pensámos que seria uma boa iniciativa criar uma Associação de Moradores, de os reunirmos, mas nunca foi nada que nenhum deles também sentisse que houvesse necessidade. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 19)

5.9.5 Avaliação e monitorização

Quando questionamos a profissional entrevistada acerca da avaliação e monotorização do projeto

> durante este período de pandemia e tendo em conta que a população era maioritariamente sénior, nós tivemos as atividades fechadas, portanto tudo aquilo que eu poderia ter aqui, de alguma forma, são coisas antigas que já não estão atualizadas. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 27)

No entanto, ao longo da entrevista, foi possível apurar que os participantes das atividades se revelam cada vez mais participativos e interessados. O sucesso das iniciativas desenvolvidas no Espaço Multiusos João Rosa Beatriz é comprovado pelas novas presenças que surgem em cada atividade e pelos participantes residentes e não residentes no bairro. Os desempregados procuram, neste tipo de sessões e atividades, uma forma de ocupação do seu tempo livre, assim como um momento de aprendizagem e convívio.

5.9.6. Perspetivas quanto às políticas de habitação e intervenção social e urbanística

O posicionamento da profissional entrevistada relativamente às perspetivas das políticas de habitação e intervenção social e urbanística evidencia alguma expetativa na ELH e sublinha aspetos relacionados com o planeamento das políticas de habitação.

> eu acho que a intervenção do município, em termos de habitação social, é muito positiva. Nós temos conseguido (…). Nós temos a dimensão exata para trabalhar estas questões, porque temos um município pequeno, conseguimos estar próximos. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 29)

> Agora é um desafio a ELH, colocá-la em prática, foi aprovada recentemente, portanto começámos agora neste empurrão grande que tem de ser dado e esperamos que as nossas ambições para esta estratégia se concretizem, nomeadamente, a possibilidade de, como lhe disse ainda há pouco não criar assim núcleos que possam ser segregados futuramente, é espalhar (…) porque certamente que a inclusão é muito mais fácil… não se sabe, não há um rótulo de que é um bairro social, não há um rótulo de que é uma casa da Câmara, portanto, a nossa ideia é essa, é tentar fazê-lo de forma dissimulada na vila e foi a nossa ideia quando criámos a ELH… não voltar a criar núcleos. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 31)

A profissional entrevistada realça a importância da habitação na vida humana e sublinha também alguma preocupação com a gestão dos fogos, na medida em que a oferta é inferior à procura:

> Se a pessoa não tiver um lar, tudo o que a gente possa dar, apoio alimentar, o que seja, não é, todos os outros apoios que possam existir, se a pessoa não tiver um teto, um teto

> não no sentido de abrigo, no sentido de lar, acaba por existir sempre um vazio. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 38)

> Estar na iminência de ficar sem casa e se esta angústia é prolongada no tempo, quando a pessoa sabe e que não tem outra resposta (…) mas depois a habitação social também tem alguns constrangimentos, quando nós atribuímos uma habitação social, normalmente é para a vida e depois nós também não conseguimos fazer crescer habitações ao ritmo que crescem as necessidades e então acabamos por viver isso, a angústia das pessoas e a angústia do lado da gestão, também não é fácil, não conseguimos replicar habitações, a varinha mágica ou uma varinha de condão. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 42)

Outra preocupação manifestada pelo GAS é o mercado livre de arrendamento, ou seja, o valor do arrendamento aumentou significativamente e as pessoas não conseguem pagar as rendas aos preços atuais de mercado. De acordo com a entrevistada a situação alterou, porque antes a habitação social era a resposta para situações indignas:

> … é complicado perceber que o mercado regular de arrendamento e de venda está de uma forma, que nos deixa a nós com a responsabilidade de dar respostas, mas com a dificuldade, porque não conseguimos criar casas de um dia para o outro, e deixa as pessoas numa situação muito delicada, de muita vulnerabilidade (…). E se nos primórdios a habitação social era para as condições indignas e da pessoa viver sem condições habitacionais, hoje em dia ainda há algumas situações dessas, sim, mas provavelmente já não são a maioria, há é um conjunto de pessoas que até podem ter algum rendimento, só que esse rendimento não é suficiente para que arrendem uma casa, para que comprem uma casa, para que vivam, em termos habitacionais, de uma forma independente. Portanto, o que nos tem chegado nestes últimos anos tem sido também muito essa realidade, um conjunto de pessoas que, por força dos rendimentos baixos e das rendas altas se encontram numa situação habitacional muito delicada. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 42)

No sentido de colmatar essa dificuldade dos munícipes, a CM tem diversificado e adequado as respostas para apoio à habitação:

> O município a esse nível tem tentado criar algumas respostas, nomeadamente, o desenvolvimento de programas de apoio ao arrendamento jovem, em que disponibilizamos, neste momento acho que são cinco fogos que estão alocados a este programa, portanto… é uma renda muito reduzida, é por candidatura e estes casais ou estes jovens podem ficar… os contratos são até três anos, portanto, é um período de passagem para que possam juntar aqui algum dinheiro ou de alguma forma, pagar uma renda a um custo reduzido para depois podem dar um salto na vida deles. E o outro, é um programa de apoio ao arrendamento, que aí sim é um subsídio mensal, também renovável anualmente, até três anos, em que a pessoa apresenta o pagamento da renda e nós pagamos esse apoio, as candidaturas também são anualmente, portanto, há um conjunto de bolsas e durante esse ano são atribuídas. Estes programas foram criados, de facto, porque percebemos que muitas das vezes o problema da pessoa não é a carência habitacional em termos de não ter condições, é não ter capacidade financeira para pagar ao fim do mês. (Entrevista CM São Brás de Alportel, Pos. 42)

Ainda no que diz respeito às perspetivas quanto às questões das famílias e da habitação, segundo a Câmara de São Brás de Alportel, o orçamento municipal para 2023 é de 18,8 milhões de euros, que contempla «o reforço necessário para apoiar a comunidade e a economia local, em tempo de crise», mas que também inclui projetos na área da habitação, de renovação urbana e de eficiência hídrica e energética. O município vai aproveitar «as oportunidades de financiamento do Portugal 2030 e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)» e apostar forte «na habitação, na eficiência hídrica e energética, na educação, cultura e desporto, mantendo os investimentos necessários na manutenção de equipamentos e infraestruturas».

O principal eixo do orçamento para 2023 é a habitação, apontada pela CM como «a grande prioridade nas políticas sociais do município», enquadrada na ELH, que, «até 2026, conta com um investimento de 8.826.000 euros, a que se soma um investimento de mais de meio milhão de euros, que vai permitir dar continuidade a apoios e respostas sociais» (Jornal Sul Informação, 16 de janeiro de 2023).

O documento contempla «um novo pacote de medidas para apoiar as famílias em contexto de crise, os programas de apoio ao arrendamento, o projeto de promoção de inclusão, o reforço dos apoios para as famílias através da Loja Social e do Fundo Social de Emergência, a continuidade dos programas "Mão Amiga" e "Mão Amiga Inclusivo" e ainda o lançamento do novo programa de promoção de igualdade no acesso a produtos de higiene feminina para jovens»[174].

[174] Disponível em: www.sulinformacao.pt/2023/01/apoio-a-populacao-e-empresas-e-habitacao-sao-prioridades-de-sao-bras-de-alportel-em-2023/

CAPÍTULO 6 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo pretende-se ensaiar, através de uma perspetiva de análise comparativa e integrada, quer um aprofundamento da análise destas iniciativas sociais e urbanísticas em contextos habitacionais municipais apresentados no capítulo anterior, quer a discussão dos principais resultados empíricos na sua relação com as referências teóricas consideradas. Visa-se deste modo identificar regularidades, semelhanças e contrastes entre medidas de política municipal em resposta aos desafios suscitados nestes *habitat* por via do modelo que, em regra, tem presidido à sua conceção, construção, distribuição e gestão. Do mesmo modo, pretende-se contribuir para uma visão compreensiva de fatores, dinâmicas e lógicas que subjazem a este conjunto de programas e projetos municipais.

Face ao propósito do presente capítulo importa ter em consideração os municípios no qual se inscrevem o que, de forma simplificada, podemos designar de programas e medidas de gestão e intervenção social nos contextos de habitação social que constituem a amostra deste estudo.

Tabela 12 - Indicadores sociodemográficos dos municípios da amostra

Município	Habitantes 2021	N.º de Bairros	N.º Freguesias/UF	Parque Habitação Social Municipal
Aveiro	80 954	20	10	586
Braga	193 324	4	37	572
Covilhã	46 455	3 e 11 núcleos	21	719
Leiria	128 603	14	18	111
Mealhada	19 348	2	6	38
Nazaré	14 881	1	3	84
Porto	231 800	50	7	11 693
Santa Maria da Feira	136 674	1 e 34 lugares	31	773
São Brás de Alportel	11 248	1 e 6 núcleos	1	60

Fontes: Pordata (2021) e informação institucional dos municípios

Como se pode observar na tabela anterior trata-se de realidades sociodemográficas distintas podendo considerar-se três principais subconjuntos. Um primeiro, de municípios de grande dimensão, com uma população superior ou próxima dos 200 000 habitantes, casos do Porto e Braga. Um segundo, de municípios de média dimensão, como Santa Maria da Feira, Leiria e Aveiro e, ainda que numa escala distinta Covilhã. E um terceiro subconjunto de municípios

de pequena dimensão populacional como Mealhada, Nazaré e São Bráz de Alportel. A Tabela 12 permite, ainda, constatar que não existe uma relação direta entre a componente demográfica dos territórios municipais e a dimensão do parque de habitação social o que remete para a necessidade ter em conta outras variáveis tais como as características sociourbanísticas dos territórios na sua relação com os fatores que influenciam as necessidades de habitação, a orientação da política municipal no contexto do mercado local de habitação. Note-se que, como já assinalado no Capítulo 2, no que respeita à promoção de habitação social, Portugal se enquadra no que Ghekiere (2007) designa de modelo residual, representando a habitação social entre 2 a 3% do parque habitacional, constituindo deste modo um contingente de habitação social limitado comparativamente com outros países europeus[175].

No que diz respeito à distribuição territorial das habitações sociais nos municípios da amostra, observam-se características diferenciadas, sendo de assinalar que em alguns casos, mormente em Santa Maria da Feira e Leiria, se regista uma significativa dispersão espacial. Em Santa Maria da Feira, no conjunto dos 773 fogos, existe apenas um bairro social (com 94 fogos) estando os demais fogos distribuídos por 34 lugares e, em Leiria, os 111 fogos distribuem-se por 14 bairros. Esta situação contrasta com a dos demais municípios onde se observa a tendência de concentração da oferta de habitação social em conjuntos habitacionais de média ou grande dimensão. A esta característica de escala dos empreendimentos de habitação social acresce a sua construção, regar geral, na periferia das cidades, onde os terrenos são mais baratos, numa lógica de planeamento urbanístico que promove grandes urbanizações para as classes sociais de menor poder económico, contribuindo assim para a segregação e "guetização" social (Pinto e Gonçalves, 2000). O Bairro das Andorinhas, no município de Braga, constitui um exemplo típico dessa segregação, encontrando-se fora da malha urbana da cidade, em que a má iluminação dos territórios alimenta o estigma e a representação social do bairro como um local de risco. Situação que se verifica também no município de Leiria, em que a localização na periferia da cidade, do Bairro da Cova das Faias dificulta a integração social dos seus habitantes,

[175] Reino Unido | 18%; França | 17%; Irlanda | 8,7%; Bélgica | 7%; Itália | 5,3%; Alemanha | 5%. Disponível em: https://rededesolidariedade.wordpress.com/2017/03/14/habitacao-social-europa-portugal-lisboa/

gerando desigualdades territoriais e sociais. Trata-se de conjuntos habitacionais servidos por uma rede de transportes públicos deficiente, criando dificuldades à mobilidade e acesso aos serviços e equipamentos por parte dos seus habitantes, bem como à fruição e participação na vida social e cultural dos municípios, gerando, de um modo geral, um fechamento destes *habitat* humanos.

O modelo construtivo dos bairros e a sua localização tem contribuído para a segregação urbanística e social destes bairros. Na verdade, o modelo adotado a partir dos anos sessenta do século passado, constituiu um elemento gerador de muitos e graves problemas em vez de ser uma resposta para as carências habitacionais. Os grandes conjuntos residenciais – bairros sociais foram construídos onde geralmente não há serviços, lojas nem equipamentos, coexistindo com a falta de espaços verdes. Edifícios em altura, construídos com materiais baratos e de fraca qualidade, com design pobre e repetitivo. A este modelo de *habitat* acresce a homogeneidade social em termos de população sem que estes programas tenham sido acompanhados de programas integrados de ação social e desenvolvimento local. Por outras palavras, tratou-se essencialmente de operações de construção de habitações, o que resultou no surgimento crescente de um conjunto de problemas sociais e na degradação dos bairros.

Na verdade, muitas vezes a política de habitação para grupos socialmente desfavorecidos reduziu-se à atribuição de uma casa o que se tem mostrado muito insuficiente, numa análise multidimensional na promoção pessoal e social das famílias e na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Neste contexto, sendo um dos principais objetivos da política de habitação a satisfação de uma das necessidades básicas da população e a efetivação do direito a uma habitação condigna, esse desígnio não tem sido alcançado, pois como (Sen, 1993) e (Sen, 2000), se a resposta às necessidades humanas é uma condição indispensável para combater a privação, a pobreza e a exclusão social, essencial é também a forma como essas necessidades são satisfeitas, conferindo ou não às pessoas as capacidades de que necessitam para funcionar.

Assim, poderá sustentar-se que a amostra estudada se apresenta congruente com a orientação histórica da política de habitação social como "habitação especializada para pobres" (cf. Capítulo 1).

Uma outra dimensão a ter em consideração numa análise comparativa das experiências municipais de gestão e intervenção social em contextos de habitação social "críticos" (adjetivação a que se recorre por analogia com a designação consagrada pelo Programa Bairros Críticos, para significar a existência nestes contextos de um conjunto de problemas sociais e culturais complexos) respeita ao(s) contexto(s) histórico(s) em que teve lugar a sua construção. Como podemos observar na Tabela seguinte, com exceção do Porto, em que na sua maioria os atuais bairros foram construídos no âmbito do Plano de Melhoramentos da cidade do Porto promovido pelo Estado Novo em resposta à crise urbanística e social então registada (cf. Capítulo 2), todos os bairros sociais nos municípios abrangidos por este estudo foram construídos depois de 1974.

Tabela 13 - Histórico de construção de habitação social nos municípios da amostra

Município	Período de construção
Aveiro	Lançamento da 1.ª fase de construção do Plano Integrado de Aveiro em 1973. Construção do Bairro de Santiago em 1983
Braga	Construção dos bairros entre 1976 e 1998
Covilhã	Construção dos bairros entre 1998 e 2002
Leiria	Construção dos bairros entre 1986 e 1993
Mealhada	Construção dos bairros em 1982
Nazaré	Construção dos bairros entre 1997 a 2009
Porto	Construção dos bairros entre 1940 a 2008
Santa Maria da Feira	Construção dos bairros entre 1999 a 2003
São Brás de Alportel	Construção dos bairros a partir de1986

Fonte: Elaboração própria

No caso do município de Aveiro, o qual, com a revisão do III Plano de Fomento para o período 1971/73 foi selecionado como área de intervenção prioritária em termos de habitação social (PAICD, p.17), o Bairro de Santiago, obedecendo ao modelo dos Planos Integrados promovidos pelo FFH viria igualmente a ser construído com início em 1983.

Pode-se assim considerar que, ainda que beneficiando de um novo contexto político e de diversos programas que visaram impulsionar a oferta de habitação social no Portugal democrático, as lógicas subjacentes à sua promoção e as suas características estruturantes,

não representaram uma rutura com uma conceção de habitação social sem qualidade e seletiva (Bengtsson, 2001). Um claro exemplo desta orientação pode ser observado no âmbito do PER, o qual, sem prejuízo de aspetos positivos[176] que lhe são atribuídos, (veja-se a análise sobre o PER no Grande Porto - Loureiro (2004) [e o seu impacto em termos de edificação de habitação] 31 mil fogos entre 1994 e 2005), se lhe assinalam claros limites enquanto modelo de promoção habitacional com potencial inovador. Assim, da análise de (Santos *et al.*, 2014, p. 27):

> o PER revelar-se-ia, contudo, muito controverso enquanto instrumento de política habitacional e urbanística. Desde logo, pela sua génese e objetivos, por se tratar de uma iniciativa mais centrada na resposta a uma situação de grave carência habitacional (as barracas) do que numa resposta situada no quadro de uma política inclusiva de habitação social. (...). Por último, na medida em que revelou a *persistência de um modelo de promoção habitacional direta ultrapassado,* assente na construção de bairros isolados de habitação social concentrada, periféricos à malha urbana consolidada e, em muitos casos, situados em zonas desqualificadas e desprovidas de infraestruturas. Aliás, o manifesto défice no planeamento e provisão de equipamentos sociais e coletivos nos bairros, evidenciaria o facto de o *"realojamento"* ser, *em sentido absolutamente estrito*, o objetivo essencial, quase exclusivo, deste programa. (itálico adicionado).

Deste modo, como Loureiro de Matos (2004) assinala, reportando-se ao Porto, mas com validade para a maioria de outros contextos nos municípios abrangidos pelo estudo e no restante país é hoje por todos reconhecido o fracasso dos bairros sociais construídos nas décadas de 60/70, constituídos por grandes empreendimentos massificados de habitação coletiva, muitas vezes inacabados (no que toca a espaços exteriores e equipamentos de apoio à habitação), localizados nas periferias, em áreas mal servidas em transportes, quase sempre

[176] Entre os aspetos positivos do Programa a autora salienta o facto de ter permitido quer aos políticos, quer aos técnicos uma reflexão conjunta sobre a questão da qualidade dos bairros, entendida de forma mais alargada, incluindo não só o interior dos alojamentos, como também os espaços exteriores e equipamentos de apoio; a maior preocupação com a inserção social das populações a realojar; a melhoria das condições de habitabilidade das famílias, eliminando uma parte substancial dos bairros de barracas e outros alojamentos precários, contribuindo para a requalificação dos espaços construídos; o incentivo e melhoramento das relação entre as estruturas locais e a administração central e a possibilidade de criação de parcerias com instituições diversificadas e utilização de outros programas complementares (IORU, Integrar, Horizon, …), com vista a atuar sobre um conjunto de problemas sociais que afetavam as famílias realojadas.

desinseridos da malha urbana construída e segregados de outros tipos de habitação, isolados sobre si próprios (Loureiro, 2004, p. 4).

Este modelo de construção tem dado origem a graves problemas sociais, em vários bairros onde foram alojadas populações com hábitos e necessidades que não se adaptavam, quase sempre, ao anonimato da construção em altura, com graves carências económicas e vários problemas sociais (muitos deles agravados pela dificuldade crescente de inserção no mercado de trabalho e aumento dos fenómenos de venda e consumo de droga) o que levou à constituição de *ghettos* e à rápida degradação física e vivencial destes bairros (Loureiro, 2004, p. 5).

Assim, a resposta à questão da habitação focada na resposta à carência de alojamento e baseada numa conceção estrita de realojamento, ignorando que "o realojamento não é apenas um processo de construção e dádiva de um novo alojamento, [pois] implica também alterações de modos de vida, de formas de estar e de habitar, (…)" (Matos, 1994 p. 4) deu lugar a uma questão social e cultural complexa na maioria dos conjuntos de habitação social, como é assinalado na literatura (Augusto, 2000; Ferreira, 1994; Guerra, 1994; Moretti, 2017; Pinto e Gonçalves, 2000) e referido pelos profissionais e responsáveis autárquicos entrevistados.

Nos depoimentos destes sujeitos está-se face a "territórios caraterizados por fenómenos de *pobreza e de exclusão social* associados ao elevado número de famílias em acompanhamento social e beneficiárias de medida de proteção social, um elevado número de agregados familiares de imigrantes e de minorias étnicas, essencialmente, famílias provenientes das ex-colónias e de etnia cigana" (PAICD, p.36, itálico adicionado). "Situações de exclusão, marginalidade, dependências e pobreza persistente. Empregos precários, também *economias paralelas* e pouco legais (…) *questão da droga* também. (Entrevista CM Nazaré, Pos. 18, itálico adicionado).

Outra situação evidenciada nas entrevistas realizadas com a responsável da Ação Social da BragaHabit e com a coordenadora do Projeto Giro Ó Bairro, reporta-se à *problemática da integração social da etnia cigana*, mas trata-se de uma questão transversal, ainda que, com expressão diferenciada nos vários contextos.

Em Braga, Covilhã e Leiria assinala-se a *fraca preservação e conservação das habitações e espaços comuns* e é referida a necessidade de consciencializar os moradores para a preservação dos espaços públicos e para o respeito das zonas envolventes do bairro, corrigindo comportamentos desadequados enquanto moradores que coabitam o mesmo espaço, sujeito a regras e cumprimento de obrigações, relativamente a hábitos de higiene e de reciclagem (Bairros Saudáveis, 2020).

Em Leiria, no Bairro Cova das Faias são assinalados problemas de segurança, sendo reportado o aumento da *"criminalidade e tráfico de estupefacientes* e a persistência de elevada taxa de abandono escolar, quando comparada com os outros bairros sociais*"*. Nas palavras da profissional entrevistada "a precária rede de contacto com a restante cidade, a própria desvalorização da sua cultura, a ausência de oportunidades, do isolamento geográfico, é muito flagrante" (Entrevista Associação InPulsar - Leiria, Pos. 16, itálico adicionado).

Paralelamente, os habitantes dos bairros sociais enfrentam também problemas de estigmatização e rotulagem. Para muitas pessoas, viver nestes bairros envolve imagens negativas de marginalidade, delinquência e ou indesejabilidade. Representações sociais associadas ao facto de se alojarem nestes bairros, maioritariamente, populações em situação de risco, socialmente desfavorecidas ou grupos étnicos minoritários em situação de exclusão e desqualificação social. O estigma de viver num bairro social e a conotação de marginalização, tendem a produzir identidades negativas geradoras de comportamentos desviantes e/ou desqualificação social e a descrença em si próprios e nos poderes públicos.

Assim, os graves e complexos problemas sociais e culturais que atualmente caraterizam a maior parte destes bairros estão associados aos processos de realojamento que não tiveram em consideração as "lições e prevenções" que a experiência dos bairros de realojamento social em Portugal e noutros países como Ferreira (1994, pp. 8-9) preconizava em vésperas do arranque do Programa PER, de forma a não se continuar a "trabalhar e investir para criar problemas, em vez de os solucionar" (p. 9).

É aos impactos destas expressões das questões urbana, social e étnica (Castel, 2009) e aos desafios complexos suscitados pelo cumprimento do direito à habitação que os programas ou projetos municipais (e também nacionais), de natureza sociocultural e urbanística

ensaiam responder. Aparentemente consideram a orientação consagrada na recente Lei de Bases da Habitação quando prescreve que a garantia do direito à habitação compreende a existência de um *habitat* que assegure condições de salubridade, segurança, qualidade ambiental e integração social, permitindo a fruição plena da unidade habitacional e dos espaços e equipamentos de utilização coletiva e contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e para a constituição de laços de vizinhança e comunidade, bem como para a defesa e valorização do território e da paisagem, a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores culturais e ambientais (cf. Artigo 14º).

Trata-se de programas e projetos que com diferentes graus de desenvolvimento e continuidade no tempo, desenvolvidos na linha de orientação das iniciativas europeias URBAN (entre 1994 e 2006) (Guerra, 2008, p. 54) com objetivo promover modelos inovadores para a regeneração urbana e metodologias de intervenção em parceria, bem como do programa "Bairros Críticos" em 2008, apesar do seu carácter de programa experimental e limitado em termos da sua aplicação no território nacional e ainda às várias gerações do Programa Bairros de Intervenção Prioritária / Zonas de Intervenção Prioritárias (BIP/ZIP) da CM de Lisboa desenvolvidos na perspetiva de uma ação multidimensional (urbana, social, cultural…) e descentralizada com recurso, designadamente a Equipas Locais de Projeto (Pato e Pereira, 2013).

Um dos âmbitos de intervenção que é comum a praticamente todos os municípios é o da melhoria das condições de habitabilidade dos fogos e dos espaços comuns dos prédios, domínio que assume particular relevância face aos baixos *standards* de qualidade registados na construção dos bairros de habitação social. Em alguns casos, este tipo de operações de reabilitação e requalificação dos bairros municipais têm-se alargado aos espaços envolventes, como nos casos de Aveiro, da Mealhada e Santa Maria da Feira, bem como, por exemplo, no município de Braga onde se tem vindo a apostar na reabilitação dos edifícios, dotando-os de condições físicas e características estéticas que visam esbater a diferenciação da imagem arquitetónica dos bairros, reduzindo o estigma existente relativamente aos bairros sociais e diminuindo as "barreiras" que o mesmo gera entre os moradores dos bairros e a restante população.

Apesar deste esforço existem situações de difícil resolução dadas as caraterísticas instaladas e enraizadas como é o caso do Bairro Social das Enguardas em Braga, que foi construído na

década de setenta do século passado, reunindo neste novo conjunto habitacional moradores de um bairro que foi demolido, moradores de habitações sociais das antigas Caixas de Previdência e moradores de etnia cigana, que foram alojados nos prédios mais recuados do Bairro. Este processo de realojamento, ao agregar no mesmo agrupamento humano realidades distintas e situações de grande complexidade e vulnerabilidade social, deu origem a um processo de guetização e exclusão social, que se mantém até aos dias de hoje. Situação idêntica verifica-se no Bairro Cova das Faias em Leiria, neste caso por via de uma fortíssima homogeneização social, já que entre 90 e 95% dos residentes são de etnia cigana.

Efetivamente a localização e a dimensão dos bairros sociais são duas dimensões determinantes a estar presentes na conceção e planeamento da política de habitação social. A este respeito, Santa Maria da Feira pode ser considerado um município que adotou uma orientação mais adequada, dado que a maior oferta de habitação social tem aderência às zonas de maior concentração de população (ELH Santa Maria da Feira, p.21).

Por seu turno, o município de São Brás de Alportel, apresenta-se como um bom exemplo da articulação das dimensões de gestão e de reabilitação dos edifícios com a inclusão social, através da construção de um Espaço Multiusos que permite a realização de atividades para os moradores e residentes de zonas envolventes, proporcionando e facilitando a interação e a proximidade de toda a comunidade. Numa escala menos abrangente, a construção de um forno comunitário e de jardins de cheiros no bairro das Nogueiras no Teixoso – Covilhã, permitiu a organização de atividades intergeracionais gerando dinâmicas mais ricas de socialização.

Existe da parte da maioria dos concelhos que compõem esta amostra, a intervenção junto dos moradores dos bairros e da restante comunidade o que potencia a crescente aproximação de ambas as partes, contribuindo, assim, para a desconstrução de preconceitos. É de destacar a intervenção do município de São Brás de Alportel, que através do Espaço Multiusos gerou nova relação de centralidade – periferia do bairro de habitação social. A estratégia de criar nestes bairros equipamentos e serviços que sejam utilizados por pessoas não residentes, afigura-se uma estratégia positiva de combate à segregação destes *habitat*.

O exemplo mais inovador, pelas formas de democracia participativa desenvolvida e com resultados bastante positivos é o *Laboratório Cívico de Santiago*. Os cidadãos do Bairro

tiveram oportunidade de partilhar os problemas que os afetam e foram chamados a pensar em formas colaborativas para dar respostas às dificuldades identificadas no bairro. Com o envolvimento e participação dos moradores, colaboradores e mediadores foi possível debater ideias para melhorar o bairro e o bem-estar dos moradores. A implementação das propostas no bairro gerou várias dinâmicas de desenvolvimento comunitário e teve um impacto muito positivo destacado pela Diretora da IPSS Florinhas do Vouga como "uma experiência fabulosa". De salientar, que da avaliação final deste projeto ressalta: i) a importância de mobilizar os cidadãos em torno de atividade coletivas para o bem comum, encontrando gerando a motivação e as formas de organização necessárias; ii) o valor do Bairro enquanto espaço privilegiado para a resolução dos problemas, provido de recursos nem sempre visíveis nem valorizados, mas determinantes para a transformação coletiva e a concretização de iniciativas.

Também o *Projeto Tecer a DiverCidade* dinamizado na cidade da Covilhã e nas freguesias onde residem um grande número de população migrante e de famílias de etnia cigana visa fomentar o respeito pela diversidade e promover o diálogo intercultural e inclusivo. Apesar de não ter sido possível aferir resultados concretos, o desenho do projeto radica na criação de pontes relacionais, sociais e educativas entre as referidas comunidades, as instituições sociais e a restante população e têm sido publicadas/divulgadas as ações realizadas. No caso de Aveiro, através do *Projeto Formar Pra'habitar,* têm sido dinamizadas um conjunto de ações temáticas diversificadas (no âmbito da saúde, da segurança das relações de vizinhança, da família, da gestão doméstica, entre outras) com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar competências sociais e pessoais, assim como prevenir comportamentos de risco.

Em articulação com este domínio de intervenção, em todos os municípios que compõem a amostra é evidenciada a adoção de metodologias participativas, nomeadamente através da promoção e incentivo à participação dos moradores na gestão social da habitação e do bairro e na organização de atividades recreativas e culturais. Neste plano pode destacar-se a existência de uma Assembleia de Moradores, do município de Braga, com a realização de reuniões mensais entre a direção da Empresa Municipal BragaHabit e os representantes das comunidades de residentes, enquanto espaço de partilha e de oportunidades de debate e discussão, com vista à melhoria das condições de habitabilidade e socialização nos bairros de habitação municipal. Também o Conselho Municipal de Habitação onde estão

representadas as associações de moradores, surgiu com a necessidade de implementar modalidades de uma gestão mais eficaz da política de habitação municipal, entre as quais uma instância de participação com fins consultivos, procurando dar voz a todos os parceiros sociais do setor da habitação. O projeto ConDomus, implementado no município do Porto, afigura-se como um bom exemplo no que toca ao envolvimento e à participação dos inquilinos dos prédios municipais. A metodologia deste projeto subentende a implementação de um modelo de gestão e administração dos espaços comuns dos prédios, passando a execução deste modelo pela nomeação de um interlocutor, ou Gestor de Entrada, responsável pela mediação entre os inquilinos e a empresa municipal. No caso da Mealhada o projeto de intervenção comunitária Gente do Meu Bairro, não obstante a relevância dos seus objetivos, apenas se concretizou na realização de uma sessão temática e algumas ações de sensibilização.

Em Braga, o Projeto MAPA, no Bairro das Enguardas, permite aos jovens desenvolver competências e conhecimentos através da dimensão artística e da cultura. Procura estimular os jovens residentes no Bairro para uma consciência mais coletiva cooperante e produtiva. Também o programa Viva o Bairro, numa lógica do orçamento participativo, aprovou dez projetos de melhoria e/ou requalificação propostos por associações de moradores ou outras entidades com intervenção local com o objetivo de responder a necessidades identificadas pelas comunidades visando o desenvolvimento local, fomentar a cidadania ativa, a capacidade de auto organização e procura coletiva de soluções, através do envolvimento e da participação da população na melhoria das suas condições de vida.

Outras iniciativas de natureza participativa têm tido lugar no âmbito do *Programa Bairros Saudáveis* visando a melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida em territórios vulneráveis, nomeadamente nos bairros sociais (cf. referido no Capítulo 3. Dos municípios que integram este estudo, em Aveiro foram dinamizados cinco Projetos, um em Braga, quatro na Covilhã, oito no Porto e um em São Brás de Alportel. Nos territórios municipais da Mealhada, de Leiria, da Nazaré e de Santa Maria da Feira não foram dinamizados projetos no âmbito dos Bairros Saudáveis.

Nos municípios que compõem a amostra, a gestão da habitação nestes bairros está a cargo dos próprios municípios ou de empresas municipais que foram criadas/constituídas para o efeito. Refira-se que, com a Lei nº 58/98 de 18 de agosto, passou a ser possível aos

municípios criarem Empresas Municipais de Habitação, cujas funções passam pela gestão do parque habitacional municipal existente, articulação e coordenação quer dos programas que visam a construção de novas habitações, quer dos relativos à reabilitação do parque, à organização de programas de execução e mecanismos de acompanhamento, articulados com programas sociais locais de apoio às famílias. Neste sentido, nos casos de Braga e Porto a gestão é realizada por delegação dos municípios em Empresas Municipais. Os municípios da Mealhada, Nazaré e São Brás de Alportel assumem diretamente a gestão da habitação social e os municípios de Aveiro, Covilhã, Leiria e Santa Maria da Feira, simultaneamente, promovem uma política de proximidade com os moradores através de convénios estabelecidos com entidades parceiras. No caso de Aveiro a IPSS Florinhas do Vouga – Bairro de Santiago; na Covilhã a Beira Serra e a CooLabora – Bairro das Nogueiras, Bairro do Cabeço e Bairro Quinta da Alampada; em Leiria a Associação de Desenvolvimento Comunitário InPulsar — Bairro Cova das Faias e em Santa Maria da Feira a Casa dos Choupos e o Centro de Assistência Social e Terceira Idade e Infância de Sanguedo que intervém através de ações imateriais em cinco comunidades desfavorecidas. Este modelo que congrega esforços de vários parceiros especializados em domínios específicos no âmbito do desenvolvimento local e comunitário e /ou cultural poderá inscrever-se no que (Pato e Pereira, 2013, p. 12) designam de modelo apoiado na supervisão à distância e na sequência da consolidação das parcerias locais, tendência igualmente associada ao processo de alienação de habitações por parte de alguns municípios e entidades públicas. No entanto, atualmente, nos municípios objeto deste estudo, esta medida não se regista.

Paralelamente, regista-se em vários municípios a preocupação de desenvolver modelos de gestão de proximidade com os moradores dos bairros através da criação de Gabinetes Locais. No caso de Santa Maria da Feira os GAP refletem a política social de intervenção descentralizada adotada pelo município e funcionam nas instalações das vinte e uma freguesias do concelho. Na Nazaré o Gabinete está orientado para a Gestão do Bairro de Habitação Social e visa fomentar a intervenção multidisciplinar concertada, integrada e articulada entre as entidades/instituições. Na Covilhã, os Gabinetes Locais de Ação Social funcionam nos bairros sociais do Tortosendo, Teixoso e Boidobra e são responsáveis pelo atendimento e acompanhamento dos inquilinos de habitação social e famílias em situação de maior vulnerabilidade e risco social. O Gabinete do Inquilino Municipal, no Porto, integra

vários serviços e gere pedidos relacionados com a habitação e a situação social e económica dos moradores.

Foi também possível apurar que nos nove municípios que integram o estudo são desenvolvidos projetos em diferentes âmbitos, nomeadamente no domínio da saúde (Olhos Solidários na Mealhada), do desporto (Bike Atitude em Braga), das artes e da cultura (Sob o mesmo Céu e Daqui Pra Cá, em Leiria; MAPA, em Braga e MIDAS, em Santa Maria da Feira), na vertente dos comportamentos aditivos e dependências (Giros na Rua em Leiria). De referir que em todos os municípios o trabalho é realizado em parceria com outras instituições nos diferentes territórios. De destacar a importância que estes projetos têm para a capacitação da comunidade, para o desenvolvimento de competências pessoais e de cidadania, bem como para o empoderamento dos residentes, tendo em vista a emancipação e o bem-estar dos habitantes. Alguns destes projetos integram consórcios do Programa Escolhas ou dos CLDS.

Para além das iniciativas de intervenção social e urbanística concretizadas nos vários projetos e programas sociais desenvolvidos nos bairros existe um outro conjunto de apoios no domínio da habitação. No Porto, o Fundo Municipal de emergência social concretiza-se através de apoio ao arrendamento e pagamento da prestação bancária. No caso da Mealhada, o Fundo extraordinário de intervenção social visa satisfazer as necessidades nas áreas da saúde e habitação e outras situações eventuais de emergência, decorrente da falta de recursos económicos.

O Observatório de Habitação Social do Município do Porto pretende fornecer sustentação empírica para o planeamento estratégico das políticas de habitação do Porto. No mesmo sentido, a Domus Social utiliza uma ferramenta inovadora de gestão de habitação pública - o sistema Business Intelligence que permite agregar todos os dados socioeconómicos e demográficos dos moradores e dos edifícios municipais de habitação em tempo real.

Uma análise global sobre as medidas políticas e iniciativas que os municípios que integram este estudo têm desenvolvido em resposta às questões e desafios que afetam estes *habitat* podem identificar-se um conjunto de orientações presentes, em diferentes graus e efetividade, no desenho e implementação dos programas e projetos de intervenção sociourbanística, sociocultural, educativa e recreativa:

1) Melhoria dos *standards* das habitações e implementação de medidas de conservação das habitações e espaços comuns.
2) Qualificação dos espaços exteriores envolventes e equipamentos urbanos e recreativos.
3) Requalificação da imagem arquitetónica e estética dos *habitat* e da sua relação com o território envolvente.
4) Criação de estruturas permanentes, com diferentes graus de formalização, de participação dos moradores.
5) Criação de estruturas e modalidades de gestão de proximidade (equipas locais, serviços descentralizados, ...).
6) Participação dos moradores na gestão social da habitação e do bairro e na organização de atividades recreativas e culturais.
7) Promoção da apropriação sustentável dos espaços comuns e exteriores.
8) Desenvolvimento pessoal e social dos moradores e o exercício da cidadania com a dinamização de atividades socioeducativas e lúdicas junto da população, nomeadamente de grupos específicos e considerados mais vulneráveis (crianças e jovens, idosos…) ou pessoas com dificuldades de inserção socioprofissional.
9) Promoção do diálogo e convivência intercultural.
10) Promoção do trabalho em parceria em processos de desenvolvimento integrado e participado de forma a fortalecer redes sustentáveis de apoio e inclusão social (trabalho integrado, envolvimento de parceiros e rentabilização de recursos locais).

Assim, pode-se considerar que estas iniciativas têm introduzido dinâmicas que estão mais próximas das conceções de habitação como necessidade humana analisadas no capítulo 1, particularmente por Doyal & Gough (1991), Max-Neef (1993), Amartya Sen (1993), Martha Nussbaum (2000) e Robert Costanza (2006).

A informação recolhida nos nove municípios da amostra permitiu verificar que a prática de monitorização e avaliação destes projetos e programas apresenta limitações e fragilidades acentuadas, igualmente, no período da pandemia COVID-19 que condicionou o normal desenvolvimento de várias atividades. Desta forma, e sobretudo com exceção de ações abrangidas por programas europeus e/ou nacionais que implicam processos de avaliação, não se recolheram evidências suficientes sobre os resultados e impactos destas projetos e

ações na alteração estrutural e qualificação destes *habitat* e na resposta às questões sociais e étnicas que os afetam.

No caso da monitorização do Programa Bairros Saudáveis com projetos em vários concelhos, no âmbito da intervenção em bairros sociais, esta encontra-se sob a responsabilidade da equipa de coordenação nacional, que conta também com o suporte das equipas de coordenação regional e das entidades promotoras dos projetos financiados, que procura averiguar a situação do programa em cada uma das fases, *on going*, ao longo de todo o processo, de modo a assegurar uma análise rigorosa e correta da avaliação da necessidade de incluir medidas alternativas/retificações (Bairros Saudáveis, 2022).

As entrevistas realizadas com responsáveis e profissionais dos municípios e das estruturas parceiras com responsabilidade na intervenção nos Bairros de Habitação Social permitem, no entanto, identificar aspetos críticos a referenciar. A gestão do parque habitacional social nem sempre está articulada com a intervenção social. São vários os departamentos dos municípios (ação social, cultura, saúde e educação, urbanismo, ...) com intervenção neste âmbito e que, em muitos casos, não trabalham de forma articulada nem planeada. No município de Aveiro, a Diretora Técnica da IPSS Florinhas do Vouga, refere a necessidade de envolver as pessoas no processo de planeamento das habitações.

De facto, as iniciativas e projetos, para responder aos problemas emergentes nos Bairros de Habitação Social não seguem uma linha de continuidade, o planeamento não é regular e muitas vezes, quando os resultados começam a surgir o projeto termina, e os técnicos que, entretanto, tinham adquirido experiência, são dispensados. Trata-se, sem dúvida, de iniciativas meritórias que fomentam e potenciam a participação dos membros da comunidade e o envolvimento dos habitantes e dos agentes locais, como forma de alcançar objetivos comuns que promovem a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades e a correção desigualdades sociais que marcam a vida destes *habitat*, mobilizando os recursos disponíveis a nível local.

A dependência de financiamentos incertos torna-se, muitas vezes, uma ameaça, uma vez que este financiamento tem prazos limite e há sempre o risco de os projetos terminarem por falta de recursos. É também referida como fragilidade, a falta e rotatividade de recursos humanos. A supervisão e a avaliação/monotorização, quando exercida, realiza-se à distância, sem contribuir para a redefinição de políticas e interesses dos moradores. Perante problemas

urbanísticos e sociais reportados aos bairros sociais, normalmente com forte visibilidade mediática, os municípios respondem através dos parceiros, mas de forma descontinuada, incidindo sobretudo sobre os sintomas e não sobre as causas (Pato e Pereira, 2013, p. 13).

A complexidade e gravidade dos problemas urbanísticos, sociais e étnicos que se registam nestes bairros de habitação social, e as dificuldades e desafios enfrentados pelos programas e projetos de intervenção sociourbanística face às características estruturais destes *habitat* tem vindo a conduzir, nos anos mais recentes, a uma reorientação das políticas municipais de promoção de habitação de carácter social. Assim, o estudo permitiu apurar que os municípios de Aveiro e da Mealhada consideram existir a necessidade de diversificar as respostas habitacionais. No caso da Mealhada os *"*apartamentos espalhados*"* são indicados para evitar problemas concentrados e como elemento facilitador, em termos de integração na comunidade. Em Aveiro sugerem-se outras formas de dar resposta (mais dinâmicas e diversificada e atendendo sempre à localização destas habitações), reconhecendo-se que a construção de grandes empreendimentos de habitação social, *"*distantes de tudo*",* levanta muitos problemas para quem lá vive e, cabe a quem gere, encontrar resposta para os problemas sociais aí suscitados. Os municípios de Braga, da Mealhada e da Nazaré sugerem deste modo a não existência de bairros específicos de habitação social, sendo a alternativa apresentada pelo município de Braga, a construção de pequenos condomínios e de diversos aglomerados de condomínios de pequena dimensão. Os municípios do Porto e de São Brás de Alportel, no âmbito da intervenção municipal na habitação, não preveem a construção de novos edificados, mas sim a reconversão e reabilitação de habitações dispersas. Assim, por exemplo, o município de São Brás de Alportel tem adotado estratégias de parceria no sentido de uma oferta de novos fogos destinados a habitação social, através da adaptação de imóveis devolutos da Santa Casa da Misericórdia e da Junta de Freguesia. Assim, a opção pela construção de habitações dispersas e integradas nos aglomerados humanos já existentes no território facilitam a criação de novos laços e redes de socialização determinantes para a autonomia e integração social. Estas medidas podem ser consideradas formas alternativas e soluções inovadoras de promoção habitacional, substitutivas da construção dos tradicionais bairros sociais. De facto, a concentração no mesmo bairro de pessoas com perfil social e económico semelhante parece ter gerado uma cultura de pobreza e tendo o papel da habitação como fator de integração e mobilidade social ficado comprometido (Guerra, 1994).

CONCLUSÃO

A presente investigação estabeleceu como objetivo principal conhecer e analisar o itinerário das políticas de habitação social em Portugal e as iniciativas de intervenção social e urbanística que os municípios em Portugal, na atualidade, têm vindo a adotar como resposta às questões urbanas, sociais e étnicas inscritas nos processos de desqualificação social destes *habitat*.

Em termos de pesquisa empírica, a investigação consistiu, numa primeira fase, no mapeamento dos programas e projetos de intervenção social e urbanística em bairros sociais municipais no território de Portugal continental, abrangendo, neste caso, os 278 municípios do Continente, com recurso, no essencial, à análise documental (procedimento detalhado no capítulo 4). Numa segunda fase, foram selecionados os projetos que viriam a constituir a amostra do estudo detalhado, constituída com base na diversidade e abrangência de dimensões de intervenção junto das comunidades e residentes nos conjuntos de habitação social, bem como pelo critério de conveniência. Neste âmbito, procedeu-se ao levantamento e análise de uma diversidade de fontes documentais e à realização de entrevistas a dirigentes e outros profissionais municipais e membros de organizações da rede de parceiros ou outros atores envolvidos, considerados informadores privilegiados, tendo sido analisadas as experiências de intervenção em contextos de habitação social de nove municípios, nomeadamente de Aveiro, Braga, Covilhã, Leiria, Mealhada, Nazaré, Porto, Santa Maria da Feira e São Brás de Alportel.

O itinerário de investigação, nas suas vertentes analítica, operacional e empírica, permite identificar contributos pertinentes para a orientação de uma política social de habitação, bem como perspetivas quanto às medidas de política municipal que podem contribuir para contrariar e/ou mitigar processo de desqualificação social dos *habitat* de habitação social.

I

As propostas de conceptualização das necessidades humanas revelam a existência de diferenças significativas, quer quanto ao seu carácter essencial, quer quanto às dimensões em que se estruturam, quer ainda quanto aos mecanismos e processos para alcançar a sua satisfação. No entanto, apesar das diferenças assinaladas, a habitação é considerada em todas as abordagens e entendida como uma necessidade básica associada à proteção e

sobrevivência humana, ainda que a sua satisfação possa variar em função dos contextos sociais e culturais nos quais se incluem os sistemas políticos. Dadas as suas caraterísticas enquanto bem económico e social, a realização desta necessidade humana está, em muitas circunstâncias, dependente do reconhecimento pelas sociedades da habitação como um direito social.

II

A habitação apresenta um caráter indivisível e interdependente de todos os direitos humanos, pelo que as pessoas mais vulneráveis, que não têm acesso aos direitos económicos e sociais, como a educação, saúde, moradia etc., também não podem exercer efetivamente os direitos civis e políticos, estando, além disso, frequentemente excluídas dos mecanismos legais para exigir os seus direitos fundamentais.

A habitação como um direito social é reconhecida em diversas abordagens teóricas sobre os direitos de cidadania, ainda que a justificação para o seu reconhecimento enquanto tal possa variar, designadamente quanto à obrigação da intervenção do Estado.

São vários os diplomas nacionais e internacionais que refletem e reconhecem o direito a uma habitação, entre os quais se destacam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Carta dos Direitos Fundamentais da UE e a Carta Social Europeia. Em Portugal, a Constituição da República não só prevê expressamente este direito, como também determina que a habitação possua uma dimensão adequada e condições de higiene e conforto capazes de preservar a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

III

Em Portugal, a promoção pública de habitação é residual, representando pouco mais de 2% do parque habitacional. O investimento do Estado em habitação é reduzido comparativamente com os outros setores, representando o investimento na habitação social uma pequena percentagem (16% do investimento entre 1987 e 2011, segundo o IHRU, 2015). Em 2014, o orçamento para a construção e manutenção da habitação social representava uma parte muito reduzida do PIB (0,7%), o que em parte justifica a existência de habitação social degradada e com vários problemas infraestruturais e sociais.

IV

O modelo de política de habitação social em Portugal orientou-se para a necessidade de disponibilizar uma oferta pública de habitação para os grupos mais vulneráveis, ainda que em quantidade e qualidade insuficientes, seguindo uma lógica de (re)alojamento, mas descurando as demais necessidades humanas requeridas para o desenvolvimento socioeconómico e cultural dessas comunidades humanas.

Em termos urbanísticos, os Bairros de Habitação Social continuaram, ao longo do tempo, e apesar da acumulação de evidência quanto aos resultados deste tipo de políticas públicas, a constituir guetos, quer pela sua dimensão, quer pela concentração de populações vulneráveis e socialmente excluídas e/ou etnicamente não equilibradas, quer pela sua desinserção urbanística, constituindo-se, assim, como um problema e não como um dos fatores de solução e satisfação das necessidades humanas e aspirações dos seus habitantes.

Como se assinalou (capítulo VI), um claro exemplo desta orientação pode ser observado no âmbito do Programa PER (1994-2005), o qual, sem prejuízo dos seus aspetos positivos, designadamente a eliminação de muitos bairros de barracas e construções precárias e impacto em termos de edificação de habitação, tratou-se mais de uma iniciativa centrada na resposta a uma situação de grave carência habitacional do que a uma resposta situada no quadro de uma política inclusiva de habitação social.

V

Os efeitos sociais perversos assinalados estiveram na base do lançamento de programa europeus e nacionais de regeneração económica e social destes conjuntos habitacionais, de que são exemplos os Programas Urban I e Urban II e o Programa Bairros Críticos. Inovadores na sua metodologia e abordagem (intervenção multidimensional, trabalho de parceria, envolvimento e participação das populações, equipas técnicas locais, ...) estas intervenção tiveram um carácter experimental, não se estendendo ao conjunto dos Bairros de Habitação Social e zonas urbanas deprimidas, tendo-se constituído, essencialmente, como um referencial inspirador para o desenvolvimento de intervenções socioterritoriais integradas, cuja influência se observa nos programas BIP/ZIP, da CM de Lisboa, e no Programa Bairros Saudáveis.

É aos impactos destas expressões da questões urbana, social e étnica e aos desafios complexos suscitados pelo cumprimento do direito à habitação, que os programas ou projetos municipais (e também nacionais) de natureza sociocultural e urbanística ensaiam responder, aparentemente considerando a orientação consagrada na recente Lei de Bases da Habitação, quando prescreve que a garantia do direito à habitação compreende a existência de um *habitat* que assegure condições de salubridade, segurança, qualidade ambiental e integração social, permitindo a fruição plena da unidade habitacional e dos espaços e equipamentos de utilização coletiva e contribuindo para a qualidade de vida e bem-estar dos indivíduos e para a constituição de laços de vizinhança e comunidade, bem como para a defesa e valorização do território e da paisagem, a proteção dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores culturais e ambientais (cf. Artigo 14º).

Numa análise global sobre as medidas políticas e iniciativas que os municípios que integram este estudo têm desenvolvido em resposta às questões e desafios que afetam estes *habitat,* podem identificar-se um conjunto de orientações presentes, em diferentes graus e efetividade, no desenho e implementação dos programas e projetos de intervenção sociourbanística, sociocultural, educativa e recreativa. Assim, esses programas e projetos passam pela melhoria dos standards das habitações e implementação de medidas de conservação das habitações e espaços comuns; qualificação dos espaços exteriores envolventes e equipamentos urbanos e recreativos; requalificação da imagem arquitetónica e estética dos *habitat* e da sua relação com o território envolvente; criação de estruturas permanentes, com diferentes graus de formalização, de participação dos moradores; criação de estruturas e modalidades de gestão de proximidade (equipas locais, serviços descentralizados, ...); participação dos moradores na gestão social da habitação e do bairro e na organização de atividades recreativas e culturais; promoção da apropriação sustentável dos espaços comuns e exteriores; desenvolvimento pessoal e social dos moradores e o exercício da cidadania com a dinamização de atividades socioeducativas e lúdicas junto da população, nomeadamente de grupos específicos e considerados mais vulneráveis (crianças e jovens, idosos…) ou pessoas com dificuldades de inserção socioprofissional; promoção do diálogo e convivência intercultural e promoção do trabalho em parceria em processos de desenvolvimento integrado e participado de forma a fortalecer redes sustentáveis de apoio e

inclusão social (trabalho integrado, envolvimento de parceiros e rentabilização de recursos locais).

Trata-se, sem dúvida, de iniciativas meritórias que fomentam e potenciam a participação dos membros da comunidade e o envolvimento dos habitantes e agentes locais como forma de alcançar objetivos comuns que promovam a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades e a correção de desigualdades sociais que marcam a vida destes *habitat*.

VII

Identificaram-se, no entanto, aspetos críticos a referenciar. A gestão do parque habitacional social nem sempre está articulada com a intervenção na esfera social e cultural, sendo vários os departamentos municipais com intervenção neste âmbito e, em muitos casos, sem articulação. De particular relevância é a questão da continuidade destes programas e projetos. A dependência de financiamentos incertos é um dos fatores de risco que impende sobre o seu impacto, bem como a supervisão e avaliação/monotorização exercida à distância, a delegação em entidades parceiras, sem prejuízo da sua competência e especialização em áreas relevantes para a intervenção e, ainda, a rotatividade do corpo técnico afeto às iniciativas.

VIII

Os resultados deste estudo não podem, naturalmente, ser generalizados quer quanto às potencialidades dos programas de reconversão urbana e desenvolvimento social, quer quanto aos seus limites, mas permitem questionar se poderão, sem prejuízo dos seus propósitos e resultados, constituir uma resposta sustentada com impacto face às características estruturais destes *habitat*.

Neste sentido, é relevante assinalar que a complexidade e gravidade dos problemas urbanísticos, sociais e étnicos que se registam nestes bairros de habitação social, as dificuldades e desafios enfrentados pelos programas e projetos de intervenção sociourbanística têm vindo a conduzir, nos anos mais recentes, a uma reorientação das políticas municipais de promoção de habitação de carácter social, sendo, de alguma forma, uma resposta dos municípios à interrogação suscitada. Assim, o estudo permitiu apurar a necessidade sentida pelos municípios em diversificar as respostas habitacionais quer pela

descontinuidade na construção de bairros específicos de habitação social, quer através de uma maior dispersão das habitações de carácter social, quer, ainda, com a construção de pequenos condomínios. Outro foco será o da reconversão e reabilitação de habitações dispersas através da adaptação de imóveis devolutos e a construção de habitações dispersas e integradas nos aglomerados humanos já existentes no território.

IX

A questão da habitação voltou a assumir, recentemente, uma particular centralidade na sociedade portuguesa face, nomeadamente, à crise manifesta da oferta de habitação a preços acessíveis, ao aumento dos custos da habitação para arrendamento e, decorrente dos sucessivos aumentos das taxas de juros, dos custos da aquisição de habitação própria.

Neste contexto, a aprovação da Lei de Bases em 2019, e o investimento previsto no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência no domínio da habitação perspetivam, senão o desígnio anunciado de erradicação do problema da carência habitacional no país até aos 50 anos do 25 de Abril, a resolução de alguns dos principais problemas e estrangulamentos que afetam a sociedade portuguesa, sendo, no entanto, de referir, atendendo ao objeto do presente estudo, que as novas propostas para a habitação se pautam pela ausência de novos modelos de construção e não contemplam qualquer resposta para os problemas sociais complexos que afetam muitos dos Bairros de Habitação Social em Portugal.

As construções novas previstas no âmbito do 1.º Direito e do Programa Renda Acessível deverão situar-se em áreas urbanizadas das cidades, dotadas de todas as infraestruturas básicas e de redes de transportes coletivos. Estas novas construções devem ser integradas ou próximas de outros empreendimentos com habitação familiar. Parece-nos que este discurso tenta acautelar alguns dos problemas atuais nos bairros sociais, mas resta saber se será suficiente para que esses espaços habitacionais não se venham a transformar, à semelhança de muitos dos atuais bairros de habitação social, em *habitat* sem qualidade.

X

O presente estudo apresenta um conjunto de limitações que importa referenciar. Por um lado, a abrangência do estudo em termos de iniciativas sociourbanísticas, quer pela natureza amostral do estudo, quer pela impossibilidade de incluir todos os municípios inicialmente

selecionados. Por outro lado, por se ter revelado de difícil concretização uma maior profundidade na análise dos programas e projetos estudados, nomeadamente pela ausência de auscultações dos moradores dos bairros e outros atores relevantes, aspetos que deverão ser ponderados em futuros estudos a realizar.

BIBLIOGRAFIA

Agarez, R. C. C. (2018). *Habitação cem anos de Políticas Públicas em Portugal - 1918-2018* (I. d. H. e. d. R. Urbana, Ed. 1022643 ed.). Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/publicacao_100anos

Allardt, E. (1993). Having, Loving, Being: An Alternative to the Swedish Model of Welffare Research In M. Nussbaum & A. Sen (Eds.), *The Quality of Life* (pp. 88-94). Clarendon Press.

Allegra, M. T., Simone. (2019). O estado da habitação: introdução ao dossier. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, *38*.

Allen, J.*, et al.* (2004). *Housing and Welfare in Southern Europe*. Blackwell Publishing Ltd.

Amaro, M. I. (2015). *Urgências e Emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão na contemporaneidade* (2.ª ed.). Universidade Católica Editora.

Antunes, G. (2018). *Políticas de Habitação - 200 Anos* (Caleidoscópio, Ed.). https://doi.org/http://doi.org/10.306.18/978-989-658-538-9

Antunes, G. (2019). Política de habitação social em Portugal: de 1974 à actualidade. *Fórum Sociológico*. https://doi.org/10.4000/sociologico.4662

Araújo, S. (2020). Habitação como um Direito. *Rediteia 52*

Augusto, N. (2000). Habitação social – da intenção de inserção à ampliação da exclusão. In I. C. P. d. Sociologia (Ed.).

Baptista, L. V. (2001, Dez. 2001). Cidade e Políticas de Habitação. Armadilhas Conceptuais e Metodológicas. *Cidades - Comunidades e Territórios*, *n.º 3*, 71-81.

Barreto, R. d. O.*, et al.* (2010). As limitações das políticas de habitação portuguesas: reflexões sobre a importância da intersetorialidade. *FGV EBAPE*, *8*(4), 17.

Bengtsson, B. (2001). Housing as a social right: implications for welfare state theory. *Scandinavian Political Studies*, *24(4)*, 255-275.

Blaikie, N. (2000). *Designing Social Reaserch Cambridge* (Polity Press ed.).

Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*.

Braga, M., & Palvarini, P. (2013). *Social Housing in the EU*. Brussells: European Parliament Retrieved from https://www.nuigalway.ie/media/housinglawrightsandpolicy/Social-Housing-in-EU-European-parliament-(1).pdf

BragaHabit. (2023). *Projetos Sociais*. https://www.bragahabit.com/projetos-sociais

Butler, R., & Noisette, P. (1983). *Le logement social en France 1815-1981 De la cité ouvrière au grand ensemble*.

Campos, A. P. (2013). *Habitação Social no Concelho da Covilhã - Inclusão ou Exclusão?* [Tese de Mestrado, Universidade da Beira Interior]. Covilhã. https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/2836/1/Habita%c3%a7%c3%a3o%20Social%20no%20Concelho%20da%20Covilh%c3%a3.pdf

Carreiras, M. (2018). Intervenção Socioespacial dos Bairros de Habitação Social na Área Metropolitana de Lisboa: Evidências de Micro Segregação *Finisterra LIII*, 67-85. https://doi.org/10.18055/Finis11969

Castel, R. (2009). *La Montée des incertitudes* Seuil.

Costanza, R., *et al.* (2007). Quality of life: An approach integrating opportunities, human needs, and subjective well-being *Elsevier*, (61), 267-276.

Dominelli, L. (2004). *Social work : theory and practice for a changing profession*. Polity Press. http://dro.dur.ac.uk/2429/

Doyal, L., & Gough, I. (1991). *A Theory of Human Need*. McGrawHill.

Ferreira, A. F. (1994). Habitação Social: Lições e Prevenções para o PER. *Sociedade e Território*, *20*, 8-10.

Ferreira, J. M. C., *et al.* (2001). *Manual de Psicossociologia das Organizações*. McGrawHill.

Ferreira, J. P., *et al.* (2019). O preço da Habitação: as determinantes do valor na área metropolitana de Lisboa. In A. C. Santos (Ed.), *A nova questão da habitação em Portugal* (pp. 171-195). Actual Editora.

Fitzpatrick, S., *et al.* (2014). Rights to Housing: reviewing the Terrain and Exploring a Way Forward *Housing, Theory ans Society*, *31*, 447-463. https://doi.org/10.1080/14036096.2014.923506

Flick, U. (2009a). *Intodução à Pesquisa Qualitativa* (Artmed, Ed. 3 ed.). Artmed

Flick, U. (2009b). *An Introduction to Qualitative Research* (fourth edition ed.). SAGE Publications Ltd

Freitas, M. J. (2005). [Interview]. Solidariedade. Jornal da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.

Freitas, M. J., *et al.* (2012). Estudo sobre "Habitação, Reabilitação Urbana e Inovação Social no Quadro da Política de Coesão Pós 2013".

Ghekiere, L. (2007). Le dévelopement du Logement Social dans l'Union européene - L'essentiel de l'ouvrage. In CECODHAS (Ed.), *Colletion Europe*.

Gil, A. C. (1999). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (Atlas, Ed. 5 ed.).

Giovanni, C. F. D. (2018). Uma História do Habita: como se faz um coletivo ativista. In A. Carmo, E. Ascensão, & A. Estevens (Eds.), *A Cidade em Reconstrução Leituras Críticas 2008-2018* (pp. 19-28). Le Monde Deplomatique, Outro Modo, Habita.

Giuiliani, F. E. (2006). La procédure de l'entretien individualisé dans le travail d'accompagnement: quand usagers et intervenants sociaux ont à organiser l'expérience de situations sans qualité. In (pp. 195-212). Paris.

Goerne, A. (2010). *The Capability Approach in social policy analysis. Yet another concept?* Edinburgh: RECWOWE, Publication Retrieved from http://www.socialpolicy.ed.ac.uk/recwowepudiac/working_papers/

Gómez, E. E. (2021). Desenhos de investigação Qualitativa. In S. P. Gonçalves, J. P. Gonçalves, & C. G. Marques (Eds.), *Manual de Investigação Qualitativa* Pactor

Goodchild, B. (2003). Implementing the Right to Housing in France: Strengthening or Fragmenting the Welfare State? *Housing, Theory and Society 20*(2), 86-97. https://doi.org/10.1080/14036090310001895

Gough, I. (2002). Lists and Thresholds: Comparing our Theory of Human Need With Nussbaum's Capabilities Approach Promoting Women's Capabilities: Examining Nussbaum's Capabilities Approach Cambridge

Gros, M. C. (1982). *O Alojamento Social sob o Fascismo*. Afrontamento.

Guerra, I. (1994). As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas. *Sociedade e Território*, *20*, 11-16. http://periferiesurbanes.org/wp-content/uploads/2012/04/Sociedade-e-Territorio-20-1994.pdf

Guerra, I. (2008). Europa e Políticas Habitacionais. Mudanças em curso. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, *17*(N.º 17), 47-61. https://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9278

Guerra, I. (2011). As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, *22*(22), 41-68. http://revistas.rcaap.pt/cct/article/view/9098/6545

Guerra, I.*, et al.* (2008). *Contributos para o Plano Estratégico de Habitação 2008/2013, Sumário Executivo para Debate Público.* http://habitacao.cm-lisboa.pt/documentos/1234211038E9kPG7ew2Zz82AW0.pdf

Guerra, I.*, et al.* (2001). Políticas de Habitação, À Procura de Novas Problemáticas. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 53-69.

Hesterberg, C., & Stiffler, M. (2015a). *EU 2020 and the Question of Social Housing*. Budapeste, Hungary: Central European University

Hesterberg, C., & Stiffler, M. (2015b). *EU 2020 and the Question of Social Housing*. H. f. Humanity.

Kimhur, B. (2020). How to Apply the Capability Approach to Housing Policy? Concepts, Theories and Challenges. *Housing,Theory and Society*, (3), 1-21. https://doi.org/https://doi.org/10.1080/14036096.2019.1706630

King, P. (2000). Can we use Rights to Justify Housing Provision? *Housing, Theory and Society*, *17*, 27-34.

King, P. (2003, September 2003). Housing as a Freedom Right. *Housing Studies*, *18*(5), 661-672. https://doi.org/10.1080/02673030320000134637

Lameira, G., & Rocha, L. (Eds.). (2019). *Mapa da Habitação: Guia para uma terminologia específica em Arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal [1910-1974]*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. www.mappingpublichousing.up.pt.

Loureiro, F. (2004). Algumas reflexões sobre o PER no grande Porto.

Marshall, T. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Zahar.

Martins, S. F. L. (2017). *Segregação socio-espacial em Braga: o caso de estudo do Bairro das Andorinhas* [Dissertação de Mestrado em Geografia- Área de Especialização em Planeamento e Gestão do Território, Universidade do Minho- Instituto de Ciências Sociais]. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/54435/1/Sara%20Filipa%20Lopes%20Martins.pdf

Maslow, A. (1970). *Motivation and Personality*. Harper & Row (1.ª edição: 1954).

Matos, F.*, et al.* (2020). O Acesso à Habitação e as Políticas Públicas In.

Matos, F. L. d. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956 *Análise Social*, *XXIX*, 677-695.

Max-Neef, M. (1993). *Desarrollo a Escala Humana: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones*. Editorial Nordan-Comunidad.

Mendes, L. (2020). Nova Geração de Políticas de Habitação em Portugal: Contradições entre o Discurso e as Práticas no Direito à Habitação. *Finisterra*, *LV*(114), 77-104. https://doi.org/10.18055/Finis19635

Moisés, I. M. C. N. (2012). *Casal da mira, um bairro de dinâmicas protagonizadas pelas mulheres: modelos e estratégias de intervenção do serviço social* [Tese de doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa].

Moretti, C. (2017). Social housing mediation: education path for social workers. *European Journal of Social Work*, *20*, S429–440. https://doi.org/10.1080/13691457.2017.1314934

Neves, V. (2018). A Questão Habitacional em Portugal: Velhos e Novos Problemas. In A. Carmo, E. Ascensão, & A. Estevens (Eds.), *A Cidade em Reconstrução Leituras Críticas, 2008-2018* (pp. 39-45). Outro Modo Cooperativa Cultural

Nussbaum, M. (2000). *Women and Human Development. The Capabilities Approach*. Cambridge University Press.

Nussbaum, M. (2012). *Crear Capacidades: propuestas para el desarrollo humano* (1 ed.). Editorial Paidós.

ONU. (2002). *O Direito Humano a uma Habitação Condigna*. Comissão Nacional para as Comemorações do 50.º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria Geral da República.

Oro, A. V., & Roseta, H. (2020). O Programa Bairros Saudáveis e o desafio de chegar a quem precisa. O que podemos aprender com o processo de consulta pública? *Rediteia*, (52), 11-26.

Parliament, E. (1996). *La politique du logement dans les États membres*. Retrieved julho from https://www.europarl.europa.eu/workingpapers/soci/w14/summary_pt.htm

Pato, I., & Pereira, M. (2013). Habitação Social na Área Metropolitana de Lisboa. Tendências da gestão municipal contemporânea. *Revista Cidades, Comunidades e Territórios, n.º 26*, 1-15.

Pereira, D. D., & Ferreira, F. P. (Eds.). (2018). *Transcrever: Ações Participativas nos Bairros Sociais de Braga*. Município de Braga, Space Transcribers.

Pereira, N. T. (1994). Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário. *Análise Social*, *xxix (127)*(3), 509-524.

Pereira, P. (2005). A utilidade da pesquisa para o serviço social. *Serviço Social e Saúde*, *4*. https://doi.org/https://doi.org/10.20396/sss.v4i1.8634975

Pinto, T. C. (1994). A Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: o Gosto pela Casa e o Desgosto pelo Bairro. *Sociedade e Território*, *20*, 36-43. http://periferiesurbanes.org/wp-content/uploads/2012/04/Sociedade-e-Territorio-20-1994.pdf

Pinto, T. C., & Gonçalves, A. (2000). Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmo: Imagens, conflitualidades e insegurança. *Cidades- Comunidades e Territórios 1*, 101-111

Pittini, A.*, et al.* (2017). *The State of Housing in the EU 2017*.

Poirier, J.*, et al.* (1999). *Histórias de Vida: Teoria e prática* (Celta, Ed. 2 ed.).

Portas, N. (2014). O Processo SAAL - Arquitetura e participação 1974–1976. *25 Serralves 15*, *Roteiro PT2*.

Rodrigues, F. (1999). *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal* (I. D. Editorial & CPIHTS, Eds. 1 ed.).

Santos, A. C.*, et al.* (2014). Finança e habitação em Portugal. 61.

Scanlon, K.*, et al.* (2014). *Social Housing in Europe* (John Wiley ed.).

Sen, A. (1993). Capability and Well-Being. In M. Nussbaum & A. Sen (Eds.), *The Quality of Life* (pp. 30-66). Clarendon Press.

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como Liberdade* (L. T. Motta, Trans.). Companhia das Letras.

Sen, A., & Motta, L. T. (2018). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras. https://books.google.pt/books?id=ohlfDwAAQBAJ

Serra, N. (2002). *Estado, Território e Estratégias de Habitação* (Q. Editora, Ed.).

Teixeira, M. C. (1992). As estratégias de habitação em Portugal, 1880-1940. *Análise Social*, *Vol. 27*(No. 115 (1992)), 65-89. https://www.jstor.org/stable/41010899

Teresa Costa Pinto*, et al.* (2010). *À Tona de Água - Necessidades em Portugal Tradição e Tendências Emergentes* (Vol. 1). Tinta da China.

Vala, J. (2014). A Análise de Conteúdo. In A. S. Silva & J. M. Pinto (Eds.), *Metodologia das Ciências Sociais* (16.ª ed., pp. 101-128). Edições Afrontamento.

Vilaça, E. (2001). O "Estado da Habitação": Medidas sem Política num País Adiado. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 83-92.

Whitehead, C., & Scanlon, K. (2007). *Social Housing in Europe*. School of Economics and Political Science. http://www.iut.nu/wp-content/uploads/2017/07/Social-Housing-in-Europe-I.pdf

Yin, R. K. (1994). *Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos* (Bookman, Ed. 2 ed. ed.). http://maratavarespsictics.pbworks.com/w/file/fetch/74440967/3-YIN-desenho%20e%20metodo_Pesquisa%20Estudo%20de%20Caso.pdf

APÊNDICES

Apêndice A - Fontes jurídicas do direito a uma habitação condigna no direito internacional

Apêndice B - Programas / Legislação sobre Habitação [1910 - 1974]

Apêndice C - Programas / Legislação sobre Habitação [1974 - 2019]

Apêndice D - Habitação Social nos Países da União Europeia

Apêndice E - BDPMHHS - Base de Dados da Política Municipal de Habitação e Habitação Social

Apêndice F - Guião de entrevista a diretores, dirigentes e técnicos das iniciativas de intervenção social e urbanística em contexto de bairros de habitação social

Apêndice A

Fontes jurídicas do direito a uma habitação condigna no direito internacional[177]

O estatuto jurídico do direito à habitação explanado em vários documentos que foram adotados e proclamados pelas Nações Unidas, reconhecendo explicitamente o direito a uma habitação condigna:

CONVENÇÕES E PACTOS INTERNACIONAIS

- Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 2200 A (XXI), de 16 de dezembro de 1966, entrou em vigor em 3 de janeiro de 1976; em junho de 1992 contava com 106 Estados Partes. A aplicação do Pacto pelos Estados é controlada pelo Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais. Em 31 de Outubro de 2001, o Pacto contava com 145 Estados Partes e foi aprovado, em Portugal, pela Lei n.º 48/78, de 11 de julho.
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), adotada pela Assembleia Geral na sua Resolução 2106 A (XX) de 21 de dezembro de 1965, entrada em vigor a 4 de janeiro de 1969; 130 Estados Partes em janeiro de 1992. A aplicação da Convenção pelos Estados é controlada pelo Comité para a Eliminação da Discriminação Racial. Em 22 de Outubro de 2001, a Convenção contava com 159 Estados Partes. A Convenção foi aprovada, em Portugal, pela Lei n.º 7/82, de 29 de abril.
- Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1979), adotada pela Assembleia Geral na sua Resolução 34/180, de 18 de dezembro de 1979, entrada em vigor em 3 de setembro de 1981; 99 Estados Partes em janeiro de 1992. A aplicação da Convenção pelos Estados é controlada pelo Comité para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. O n.º 2 do artigo 14.º. Em maio de 2001, a Convenção contava com 167 Estados Partes. A Convenção foi aprovada, em Portugal, pela Lei n.º 23/80, de 26 de julho.
- Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), adotada pela Assembleia Geral na sua Resolução 44/25, de 20 de novembro de 1989, O Direito Humano a uma

[177] Adaptado de: (ONU, 2002).

Habitação Condigna. Em maio de 2001, a Convenção contava com 167 Estados Partes. A Convenção foi aprovada, em Portugal, pela Lei n.º 23/80, de 26 de julho. Entrada em vigor em 2 de setembro de 1990; 69 Estados Partes em janeiro de 1992. A aplicação da Convenção pelos Estados é controlada pelo Comité dos Direitos da Criança. Em maio de 2001, a Convenção contava com 191 Estados Partes. A Convenção foi aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 12 de setembro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 49/90, de 12 de setembro.

- Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951), adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e das Pessoas Apátridas, convocada pelas Nações Unidas, entrada em vigor em 22 de abril de 1954. A Convenção foi aprovada, em Portugal, pelo Decreto-Lei n.º 43 201, de 1 de outubro de 1960, alterado pelo Decreto-Lei n.º 281/76, de 17 de abril.
- Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das Suas Famílias (1990), adotada pela Assembleia Geral na sua Resolução 45/158 de 16 de dezembro de 1990 e ainda não em vigor.

DECLARAÇÕES E RECOMENDAÇÕES INTERNACIONAIS

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução 217 A (III) de 10 de dezembro de 1948.
- Declaração dos Direitos da Criança (1959), proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 1386 (XIV) de 29 de novembro de 1959. Publicada no DR, I Série A, n.º 57/78, de 9 de março.
- Recomendação 115 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o alojamento dos trabalhadores (1961), adotada na 44.ª sessão do organismo diretor da OIT, em 7 de junho de 1961.
- Declaração sobre Progresso e Desenvolvimento Social (1969), proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 2542 (XXIV) de 11 de dezembro de 1969.
- Declaração de Vancouver sobre Estabelecimentos Humanos (1976), adotada pela Conferência das Nações Unidas sobre os Estabelecimentos Humanos em 1976. A Secção I (8) e o Capítulo II (A.3).

- Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (1986), adotada pela Assembleia Geral na sua Resolução 41/128 de 4 de dezembro de 1986. O n.º 1 do artigo 8.º.

SELECÇÃO DE RESOLUÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS

- Resolução 41/146 da Assembleia Geral, intitulada "Realização do direito a uma habitação condigna", adotada em 4 de dezembro de 1986.
- Resolução 42/146 da Assembleia Geral, intitulada "Realização do direito a uma habitação condigna", adotada em 7 de dezembro de 1987.
- Resolução 1987/62 do Conselho Económico e Social, intitulada "Realização do direito a uma habitação condigna", adotada em 29 de maio de 1987.
- Resolução 1986/36 da Comissão dos Direitos Humanos, intitulada "Realização do direito a uma habitação condigna", adotada em 12 de março de 1986.
- Resolução 1987/22 da Comissão dos Direitos Humanos, intitulada "Realização do direito a uma habitação condigna", adotada em 10 de março de 1987.
- Resolução 1988/24 da Comissão de Direitos Humanos, intitulada "Realização do direito a uma habitação condigna", adotada em 7 de março de 1988.
- Resolução 1993/77 da Comissão de Direitos Humanos, intitulada "Expulsões Forçadas", adotada em 10 de março de 1993.
- Resolução 14/6 da Comissão sobre os Estabelecimentos Humanos, intitulada "O direito humano a uma habitação condigna", adotada em 5 de maio de 1993.
- Resolução 1991/12 da Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e a Proteção das Minorias, intitulada "Expulsões Forçadas", adotada em 28 de agosto de 1991.
- Resolução 1991/26 da Subcomissão para a Prevenção da Discriminação e a Proteção das Minorias, intitulada "Promover a realização do direito à habitação condigna", adotada em 29 de agosto de 1991.

Apêndice B

Programas / Legislação sobre Habitação [1910-1974] [178]

	Programa	Legislação	N.º Obras	Exemplos
1	*Bairro de Casas Económicas [BCE].*	Decreto-Lei 4137, de 25 de abril de 1918	***3***	Bairro Social da Arrábida / Bairro Sidónio Pais/ Bairro de Casas Económicas da Arrábida, Massarelos, Porto, 1919. Bairro da Ajuda/ Bairro dos Mortos da 1ª Guerra/ Bairro da Boa-Hora, Ajuda, Lisboa, 1918. Bairro de Casas Económicas de Viana do Castelo / Bairro de Aires d'Abreu / Antigo Bairro das Ursulinas [demolido], Monserrate, Viana do Castelo, 1918.
2	*Bairro Social [BS].*	Decreto-lei 4137, de 25 de abril de 1918	***4***	Bairro Social do Arco do Cego, São João de Deus, Lisboa, 1919. Bairro social da Covilhã, Conceição, Covilhã, 1919. Bairro Social de Alcântara [demolido], Alcântara, Lisboa, 1919. Bairro Social da Ajuda [demolido], Ajuda, Lisboa, 1919.
3	*Regime das Casas Económicas [RCE].*	Decreto-Lei 16055, de 22 de outubro de 1928	***7***	Bairro da Seguradora "O Trabalho", Paranhos, Porto, 1928. Bairro da Polícia de Segurança Pública / Bairro da PSP, Bonfim, Porto, 1930. Bairro Municipal Presidente Carmona, Alto do Pina, Lisboa, 1927. Bairro Municipal de Casas Económicas de Arcela / Bairro da Câmara, Costa, Guimarães, 1931. Bairro Operário José Luís, Cascais, 1932 | SEGURADO, Jorge (1898-1990). Bairro Monte Alperche, Lisboa, 1930 | [s.n.]. Bloco de Casas Económicas da rua Heróis de Quionga, Lisboa, 1934.
4	*Casas Económicas [CE].*	Decreto-Lei 23052, de 23 de setembro de 1933	***70***	Bairro de Casas Económicas do Amial (Fase 1) / Bairro do Amial / Bairro da Telheira, Paranhos, Porto,1934. Bairro de Casas Económicas em Viana do Castelo / Bairro da Abelheira / Bairro do Jardim (Fase 1), Santa Maria Maior, Viana do Castelo, 1932. Bairro de Casas Económicas da Encarnação / Bairro da Encarnação, Olivais, Lisboa, 1939. Bairro de Casas Económicas da Horta da Cavalinha / Bairro Engenheiro Duarte Pacheco, Olhão, 1945. Bairro de Casas Económicas em Bragança, Bragança, 1934. Bairro de Casas Económicas em Portimão (Fase 1), Portimão, 1934. Bairro de Casas Económicas na Covilhã / Bairro dos Penedos Altos (Fase 1), Conceição, Covilhã, 1934. Bairro de Casas Económicas em Portalegre, São Lourenço, Portalegre, 1949. Bairro de Casas Económicas no Entroncamento (Fase 2) / Bairro do Entroncamento, São João Baptista, Entroncamento, 1959. Bairro de Casas Económicas na Marinha Grande (Fase 1), Marinha Grande, Leiria, 1959. Bairro de Casas Económicas de S. José / Bairro do Rossio ao Sul do Tejo, Rossio ao Sul do Tejo, Santarém, 1962. Bairro da Companhia Nacional de Caminhos de Ferro, Eiras, Coimbra, 1936. (+ inf.)

[178] Adaptado de: "Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitetura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)" é um projeto de investigação co-financiado pela ERDF (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) através do COMPETE 2020 – POCI e fundos nacionais da FCT no âmbito do contrato P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014, realizado no Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo (CEAU) da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto (FAUP).

	Programa	Legislação	N.º Obras	Exemplos
5.	*Colónias Agrícolas da Junta de Colonização Interna [CAJCI].*	Decreto-Lei 27207, de 16 de novembro de 1936	***23***	Colónia Agrícola dos Milagres - Núcleo dos Milagres, Milagres, Leiria, 1926. Colónia Agrícola de Martim Rei, Sabugal, Guarda, 1937. Colónia Agrícola da Gafanha, Gafanha, Ílhavo, 1950. Colónia Agrícola de Pegões - Núcleo de Figueiras, Pegões, Montijo, 1943. Colónia Agrícola da Boalhosa - Núcleo de Vascões, Vascões, Paredes de Coura, 1956. (+ inf.)
6	*Casas Desmontáveis [CD].*	Decreto-Lei 28912, de 12 de agosto de 1938	***7***	Bairro de Casas Desmontáveis da Quinta da Calçada [demolido], Campo Grande, Lisboa, 1937. Bairro de Casas Desmontáveis da Boavista (Fase 1, 2 e 3) [demolido], Benfica, Lisboa, 1938. Bairro da Relvinha [demolido], Eiras, Coimbra, 1940. Bairro de Casas Desmontáveis das Sete Fontes / Bairro de Casas Económicas de Celas, Celas, Coimbra, 1944. Bairro de Casas Desmontáveis das Furnas [demolido], São Domingos de Benfica, Lisboa, 1945. Aglomerado de Casas para Pobres da Corujeira / Bairro S. Vicente de Paula [demolido], Campanhã, Porto, 1945. Aglomerado de Casas Desmontáveis no Carvalhido [demolido], Ramalde, Porto, 1946.
7	*Casas para Famílias Pobres [CP].*	Decreto-Lei 28912, de 12 de agosto de 1938	***91***	Bairro de Casas para Famílias Pobres Rainha D. Leonor / Bairro das Sobreiras (Fase 1), Foz do Douro, Porto, 1952. Bairro de Casas para Famílias Pobres de Ferreira do Alentejo, Ferreira do Alentejo, Beja, 1949. Bairro de Casas para Famílias Pobres de Albergaria-a-Velha / Bairro da Misericórdia de Albergaria-a-Velha, 1952. Bairro de Casas para Famílias Pobres de Castelo Branco / Bairro da Horta de Alva, Castelo Branco, 1949. Bairro de Casas para Famílias Pobres da Guarda / Bairro Salazar / Bairro 25 de Abril, Sé, Guarda, 1950. Bairro de Casas para Famílias Pobres da Marinha Grande / Bairro de Santa Isabel, Marinha Grande, Leiria, 1945. Bairro de Casas para Famílias Pobres de Almeirim / Bairro de São João Baptista, Almeirim, Santarém, 1955. Bairro de Casas para Famílias Pobres de Alijó / Bairro do Hospital, Alijó, 1947. (+ Info)
8	*Casas de Renda Económica [CRE].*	Lei 2007, de 7 de maio de 1945, implementado via Habitações Económicas / Federação de Caixas de Previdência [HE/FCP]	***128***	Agrupamento em S. Mamede de Infesta / Bairro da Caixa Têxtil de Matosinhos, 1951. Agrupamento em Aveiro / Bairro Senhor das Barrocas, Aveiro, 1959. Agrupamento em Barcelos / Bairro de Santa Marta, Barcelos, 1958. Agrupamento em Guimarães (Fase 1) / Bairro do Tarrafal, Guimarães, 1953. Agrupamento em Bragança (Fase 1) / Bairro do Toural, Sé, Bragança, 1961. Agrupamento em Bencatel / Bairro 25 de Abril, Bencatel, Vila Viçosa, 1962. Agrupamento em Loulé / Bairro Municipal de Loulé / Bairro Frederico Ulrich, Loulé, 1964. (+ Info)

	Programa	Legislação	N.º Obras	Exemplos
9	*Casas para Pescadores [CP].*	Decreto-Lei 35732, de 4 de julho de 1946	***61***	Bairro de Casas para Pescadores da Torre em Cascais (Fase 2), Cascais, 1965. Bairro de Casas para Pescadores na Fuseta, Fuseta, Olhão, 1945. Bairro de Casas para Pescadores na Costa da Caparica (Fase 1), Costa da Caparica, Almada, 1946. Bairro de Casas para Pescadores em Buarcos, Buarcos, Figueira da Foz, 1945. Bairro de Casas para Pescadores em Ferragudo, Ferragudo, Lagoa, 1946. Bairro de Casas para Pescadores de Santa Luzia, Santa Maria Tavira, Tavira, 1948. Bairro de Casas para Pescadores em Vieira de Leiria [demolido], Vieira de Leiria, Marinha Grande, 1950. (+ Info)
10	*Casas com Renda Limitada [CRL].*	Decreto-Lei 36212, de 7 de abril de 1947	***4***	Conjunto Habitacional na Avenida Infante Santo, Lapa, Lisboa, 1949. Bairro das Estacas, Alvalade, Lisboa, 1949. Bairro de Alvalade - Edifícios cruzamento Av. EUA e Av. de Roma, Lisboa, 1951. Edifícios na Avenida dos Estados Unidos da América, Alvalade, Lisboa, 1954.
11	*Plano de Melhoramentos da Cidade do Porto [PMP].*	Decreto-Lei 40616, de 28 de maio de 1956	***30***	Grupo de Moradias Populares do Bom Sucesso, Massarelos, Porto, 1956. Grupo de Moradias Populares do Carvalhido, Paranhos, Porto, 1957. Grupo de Moradias Populares de Agra do Amial, Paranhos, Porto, 1958. Grupo de Moradias Populares de São Roque da Lameira, Campanhã, Porto, 1959. Grupo de Moradias Populares do Engenheiro Machado Vaz, Campanhã, Porto, 1963. Agrupamento de Moradias Populares de Aldoar, Aldoar, Porto, 1965. (+ inf.)
12	*Construídas Através de Empréstimo : Casas do Povo [CCE-CP].*	Lei 2092, de 9 de abril de 1958	***49***	Bairro da Casa do Povo em Vilarelhos, Vilarelhos, Alfândega da Fé, 1966. Bairro da Casa do Povo em Favaios, Favaios, Alijó, 1958. Bairro da Casa do Povo em Barqueiros, Barqueiros, Mesão Frio, 1972. Bairro da Casa do Povo de Aldeia de Cima / Bairro do Seixo, Aldeia de Cima, Armamar, 1968. Bairro da Casa do Povo em Esmolfe, Esmolfe, Penalva do Castelo, 1969. Bairro da Casa do Povo em Salvaterra de Magos, Salvaterra de Magos, 1963. Bairro da Casa do Povo em Abela, Abela, Alcácer do Sal, 1953. Bairro da Casa do Povo em Reguengos de Monsaraz / Bairro de S. José, Reguengos de Monsaraz, Évora, 1961. Bairro da Casa do Povo em Vila Nova de Baronia, Vila Nova de Baronia, Alvito, 1972. (+ inf.)

	Programa	Legislação	N.º Obras	Exemplos
13	*Casas Construídas Através de Empréstimo : Empresas Contribuintes [CCE-EC].*	Lei 2092, de 9 de abril de 1958	***13***	Conjunto Habitacional de Pataias, Pataias, Alcobaça, 1969. Bairro Operário de Gouveia / Bairro de Farvão, São Julião, Gouveia, 1950. Bairro Operário de Moimenta da Serra, Moimenta da Serra, Gouveia, 1950. Bairro Operário de Alhandra / Bairro Novo da Figueira, Alhandra, Vila Franca de Xira, 1950. Agrupamento em Torres Novas, São Pedro, Torres Novas, 1964. Agrupamento de Manteigas, Manteigas, 1958. (+ inf.)
14	*Casas Construídas ou Adquiridas Através de Empréstimo [CCAAE]*	Lei 2092, de 9 de abril de 1958	***31***	Habitação João Duarte Gomes, Tamel, Barcelos, 1958. Habitação Manuel Caetano de Azevedo, Gondomar, 1958. Habitação Alexandre Pedrosa Pires de Lima, Margaride, Felgueiras, 1958. Habitação António Fanha Vieira, Tramagal, Abrantes, 1958. Habitação Álvaro Garcia Ferreira Grilo, S. Domingos de Rana, Cascais, 1958. Habitação Silvino Resende, Paço de Arcos, Oeiras, 1958. Habitação Manuel Luís Pereira, Torres Vedras, 1958. (+ inf.)
15	*Movimento Nacional de Auto-Construção [MONAC].*	Lei 2092, de 9 de abril de 1958	***2***	Bairro de Casas para Famílias Pobres de Lorvão, Lorvão, Penacova, 1949. Bairro dos Tesos [demolido], Cantanhede, 1948.
16	*Plano de Construção de Novas Habitações [PCNH].*	Decreto-Lei 42454, de 18 de agosto de 1959	***14***	Bairro de Olivais Norte - Plano de Urbanização, Olivais, Lisboa, 1955. Bairro de Chelas - Plano de Urbanização, Marvila, Lisboa, 1962. Bairro da Musgueira Sul, Lumiar, Lisboa, 1967. Bairro da Cruz Vermelha / Bairro das Seis Marias, Lumiar, Lisboa, 1963. Bairro da Quinta do Ourives (Fase 1), Beato, Lisboa, 1973. (+ inf.)
17	*Plano de Realojamento dos Sinistrados [PRS].*	Decreto-Lei 48240, de 17 de fevereiro de 1968	***14***	Bairro Calouste Gulbenkian de Vialonga, Vialonga, Vila Franca de Xira, 1969. Bairro Calouste Gulbenkian de Alenquer, Santo Estevão, Alenquer, 1968. Bairro Calouste Gulbenkian de Sacavém, Sacavém, Loures, 1968. Bairro Calouste Gulbenkian de Odivelas, Odivelas, 1968. Bairro Calouste Gulbenkian de Alhandra, Alhandra, Vila Franca de Xira, 1969. (+ inf.)
18	*Fundo de Fomento da Habitação [FFH].*	Decreto-Lei 49033, de 28 de maio de 1969	***8***	Conjunto Habitacional do Alto do Zambujal, Buraca, Amadora, 1974. Conjunto da Bela Vista, São Sebastião, Setúbal, 1974. Cooperativa Águas Férreas (Bairro da Bouça, SAAL), Cedofeita, Porto, 1973. Novo Bairro da Relvinha (Fase 1) (SAAL), Coimbra, 1974. Bairro da Abrótea, Lagos, 1970. Bairro da PSP, Viseu, 1970. Bairro de Bensafrim, Bensafrim, Lagos, 1971. Bairro Mexilhoeira da Carregação, Estômbar, Lagoa, 1971.

	Programa	Legislação	N.º Obras	Exemplos
19	*Gabinete da área de Sines [GAS].*	Decreto-Lei 270, de 19 de junho de 1971	***3***	Bairro 1º de Maio, Sines, 1971. Bairro Soeiro Pereira Gomes, Sines, 1971. Bairro Azul, Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém, 1971.
20	*Serviço de Apoio Ambulatório Local [SAAL].*	Despacho de 6 de agosto de 1974		SAAL/ALGARVE Bairro de Aljezur, Aljezur, Faro, maio 1976. Bairro de Estômbar, Lagoa, Faro, março 1976. Bairro da Mexilhoeira da Carregação, Lagoa, Faro, janeiro 1976 SAAL/LISBOA e CENTRO SUL Bairro Esperança, Beja, agosto 1974. Bairro do Pelame, Beja, agosto 1974. Bairro do Castelo, Ferreira do Alentejo, Beja, setembro 1975. SAAL/NORTE Bairro de Cortegaça, Ovar, Aveiro, dezembro 1974. Bairro do Poço de Baixo, Ovar, Aveiro, novembro 1974. Bairro de S. Pedro da Cova, Gondomar, Porto, novembro 1974. (+ inf.)

Apêndice C

Programas / Legislação sobre Habitação [1974 e 2019][179]

Enquadramento/Programa	Legislação
Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)	Despacho Ministerial, Diário República de 06 de agosto de 1974
Construção de habitações a custos controlados (Acordos de Colaboração)	Construção de habitações a custos controlados (Acordos de Colaboração) D. L. 658/74, de 23 de novembro; D. L. 6/84, de 06/01; D. L. 393/84, de 24/12; Port. 987-A/84, de 28/12; D. L. 105/88, de 30/03; D. L. 385/89, de 8/11; D. L. 110/85, de 14/4; Port. 221/85, de 14/4; D. L. 366/85, de 11/9; D. L. 226/87, de 6/6; D. L. 225/88, de 28/6; D. L. 220/83, de 26/5; Port. 860/84 de 15/11; D. L. 222/84, de 5/7; D. L. 87/95, de 5/5; D. L. 30/97, de 28/1
Programa de Recuperação de Imóveis Degradados (PRID)	D. L. 704/76, de 30 de setembro de 1976; D. L. 449/83, de 26/12; D. L. 386/84, de 5/12; Port. 373/86, de 21/7; Port. 889/84, de 5712
Programa Especial de Realojamento (PER) - Erradicação de construção abarracadas	D. L. n. º 163/93 de 7 de maio; Lei 34/96 de 29/9; D. L. 272/93, de 4/8; Portaria 782/93, de 6/9; Portaria 775/93, de3/9
Programa de Construção de Habitações Económicas (PCHE) no âmbito do PER	D. L. 164/93 de 7 de maio; Portaria 766/93 de 4/8; Portaria 717/93 de 4/8; D. L. 166/93, de 7/5; D. L. 167/93, de 7/5; D. L. n. º 63/95
PER-Famílias - compra para famílias a residir em construções abarracadas	D. L. nº 79/96 de 20 de junho; D. L. 271/2003 de 27 de outubro

[179] Adaptado de: (Matos *et al.*, 2020).

Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA)	D. L. 4/88 de 14/11; Port. 182/88 de 24/3; Port. 914/92 de 22/9
Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD)	Desp. 1/88 de 20/1; Desp. 23/90 de 21/11
Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH)	D. L. 105/96 de 31/7
Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA)	D. L. 105/96 de 31/7
Programa de Solidariedade de Apoio à Recuperação de Habitação (SOLARH)	D. L. 7/99
Programa de financiamento para acesso à habitação (PROHABITA)	D. L. 135/2004 com a redação dada pelo DL 54/2007; Portaria n.º 696/2006, de 10 de julho; Desp. SEH 34/92-XII, de 30 de setembro
Incentivo ao Arrendamento Jovem (IAJ) substituído pelo Programa Porta 65 - Jovens	D. L. 162/92 de 5 de agosto; D. L. n.º 308/2007, de 3 de setembro; Portaria n.º 1515-A/2007, de 30 de novembro; Portaria n.º 249-A/2008, de 28 de março; D. L. n.º 61-A/2008, de 28 de março; Dec.-Ret. n.º 30/2008, de 26 de maio; Despacho n.º 4966/2009, de 11 de fevereiro; D. L. n.º 43/2010, de 30 de abril; Portaria n.º 277-A/2010, de 21 de maio; Dec.-Ret. n.º 22/2010, 20 de julho; Lei n.º 87/2017, de 18 de agosto; Portaria n.º 4/2018, de 4 de janeiro
Regime de renda condicionada	Lei n.º 80/2014, de 19 de dezembro
Regime de arrendamento apoiado	Lei n.º 81/2014 de 19 dezembro; Lei n.º 32/2016 de 24 de agosto

Aprovar a Estratégia Nacional para a Habitação (ENH) para o período de 2015-2031	Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015 - Diário da República n.º 136/2015, Série I de 2015-07-15
Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH)	Resolução de Conselho de Ministros n.º 50-A/2018 de 2 de maio
Programa Chave na Mão - Programa de Mobilidade Habitacional para a Coesão Territorial	RCM n.º 57/2018 (Diário da República n.º 88/2018, Série I de 2018-05-08)
Porta de Entrada - Programa de Apoio ao Alojamento Urgente	D. L. n.º 29/2018 de 4 de maio (Diário da República n.º 86/2018, Série I de 2018-05-04)
1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação	D. L. n.º 37/2018 de 4 de junho (Diário da República n.º 106/2018, Série I de 2018-06-04)
Regime extraordinário e transitório para proteção de pessoas idosas ou com deficiência que sejam arrendatárias e residam no mesmo locado há mais de 15 anos	Lei n.º 30/2018 de 16 de julho (Diário da República n.º 135/2018, Série I de 2018-07-16)
Lei de Bases da Habitação	Lei nº83/2019 de 3 de setembro (Diário da República n.º 168/2019, Série I de 2019-09-03)

Apêndice D

Habitação Social nos Países da União Europeia

País	Missão	Beneficiários - Critérios		Provisão/Gestão	Modelo de Financiamento	Modelo de ocupação Venda/arrendamento	Fatores de calculo/tipo de apoio
		Elegibilidade	Prioridade				
Alemanha	Habitação para pessoas excluídas do mercado imobiliário; providenciar habitação para famílias com médio e baixo rendimento para acesso a casa própria	Valor de renda máxima decidida por cada estado + atribuição direta pelo município	Famílias vulneráveis e com necessidades	Setor privado lucrativo	Subsídios para taxas de juros atribuído pelo Estado Federal e/ou o Estado	Permitida a venda através de propostas	Valor da renda calculado com base nos rendimentos (em parte da Alemanha) /Renda com valor máximo fixo + subsídios para habitação
Áustria	Providenciar habitação decente para as pessoas abaixo de determinado rendimento	Valor da renda máxima decidida a nível das províncias	Critérios sociais adicionais	Autoridade local, empresa pública/órgão público independente, cooperativa, outros privados com ou sem fins lucrativos	Estratégias das províncias para promover doações e empréstimos públicos para habitação	Direito de compra	Valor da renda calculada com base nos rendimentos + subsídios para a habitação
Bélgica	Providenciar habitação decente para as famílias com baixos rendimentos	Com base nos rendimentos e que não sejam proprietários de habitação (combinado com a Tipologia da casa) + grupos-alvo	Critérios adicionais de prioridade baseados em emergência e necessidade	Autoridade local, público gerida por empresa e/ou outros privados sem fins lucrativos	Subsídios e garantias públicas consoante a região	Direito de Compra. Não permitida a venda de habitação social para arrendamento	Valor da renda calculada com base nos rendimentos
Bulgária	Providenciar habitação para grupos vulneráveis e necessitados	Baixos rendimentos, não ser proprietário de outra habitação, residência permanente no município	Prioridade para pessoas com necessidades especiais + inquilinos com a casa penhorada	Autoridade local	Providenciado diretamente pelo município ou com orçamento da autoridade local	Permitida a venda a quem já habita a casa	

País	Missão	Beneficiários - Critérios		Provisão/Gestão	Modelo de Financiamento	Modelo de ocupação Venda/arrendamento	Fatores de calculo/tipo de apoio
		Elegibilidade	Prioridade				
Chipre	Providenciar habitação para as famílias com baixos rendimentos e refugiados	Migrantes e refugiados + (novo esquema) famílias com baixos rendimentos, famílias numerosas e deficientes		Governo Central			
Croácia (Entrou na UE em 2013)	Habitação para pessoas vulneráveis e socialmente desfavorecidas	Famílias com baixos rendimentos	Prioridade aos idosos	Autoridade local	Fornecido diretamente pelo município ou orçamento da autoridade local	Não é permitida a venda de habitação social	
Dinamarca	Providenciar habitação para todos os precisam	Inscrição na lista de espera, não absolutamente restringido	Prioridade por categorias e baseada em condições locais	Autoridade local, cooperativa e/ou outros privados sem fins lucrativos	Empréstimos públicos e garantias públicas por município	Não permitida a venda de habitação social	Valor da renda calculada com base nos rendimentos + subsídios para habitação
Eslováquia	Habitação para pessoas com baixos rendimentos, particularmente para os que dependem de benefícios sociais	Varia de acordo com os municípios	Prioridade com base nas necessidades	Autoridade local	Subsídios e empréstimos do Estado		Valor da renda calculada com base nos rendimentos + subsídios para habitação
Eslovénia	Habitação para pessoas com médios e baixos rendimentos	Renda máxima (pessoas com baixos rendimentos, mas ainda capazes de pagar renda) e habitação com condições para pessoas pobres	Critérios sociais adicionais	Autoridade local e entidades não lucrativas	Fornecido diretamente através do município / Empréstimos públicos do Fundo de Habitação da República da Eslovénia	Permitida a venda aos inquilinos	

País	Missão	Beneficiários - Critérios		Provisão/Gestão	Modelo de Financiamento	Modelo de ocupação Venda/arrendamento	Fatores de calculo/tipo de apoio
		Elegibilidade	Prioridade				
Espanha	Habitação para pessoas com baixos rendimentos e com necessidades especiais	Renda máxima e pessoas sem habitação própria	Pessoas inativas e dependentes; os critérios de prioridade são estabelecidos pelas Comunidades Autónomas com base na situação local	Autoridade local, Independente; público gerido por empresa; Cooperativa; privado com fins lucrativos	Taxa de juros e subsídios; complementar financiamento (subvenções) do governo regional	Permitida a venda aos inquilinos	
Estónia	Habitação para pessoas com necessidades (grupos vulneráveis)	Pessoas com baixos rendimentos e incapazes de resolver a sua necessidade de habitação	Famílias mais necessitadas como idosos, pessoas com casa penhorada e deficientes	Autoridade local		Permitida a venda através de propostas	
Finlândia	Providenciar habitação para todos os que precisam	Com base nas necessidades sociais e urgência		Órgão público independente; empresas públicas e/ou outros privados sem fins lucrativos	Subsídios para taxas de juros e garantias públicas através do Centro de Financiamento e Desenvolvimento Habitacional da Finlândia	Permitida a venda através de propostas	Valor da renda calculado com base nos rendimentos + subsídios para a habitação
França	Habitação para famílias com determinado rendimento e minorias	Com base nos rendimentos	Estabelecida prioridade de acesso aos sem abrigo e outras pessoas baseado em critérios de emergência e necessidade por uma organização não governamental que luta pelo direito a habitação	Órgão público independente; público-privado; Empresa e/ou outros privados sem fins lucrativos	Subsídios do Estado e / ou da autoridade local e empréstimos públicos	Permitida a venda através de propostas	Valor da renda calculada com base nos rendimentos/valor da renda com teto máximo + subsídios para a habitação

País	Missão	Beneficiários - Critérios		Provisão/Gestão	Modelo de Financiamento	Modelo de ocupação Venda/arrendamento	Fatores de calculo/tipo de apoio
		Elegibilidade	Prioridade				
Grécia	Habitação para grupos vulneráveis (refugiados, desastres naturais, calamidades…); habitação para funcionários que contribuem financeiramente	Trabalhadores e funcionários + programas especiais para grupos vulneráveis		Órgão público independente / público-privado	Subsídios do governo		
Hungria	Habitação para pessoas com baixos rendimentos e grupos sociais vulneráveis	Sem regulação central, mas geralmente renda com limites e para pessoas que não possuam habitação própria	Sem regulamento central, mas geralmente prioridade para famílias com crianças	Autoridade local			Valor da renda calculado com base no custo do arrendamento + subsídios para a habitação
Irlanda	Habitação para pessoas com baixos rendimentos e grupos desfavorecidos	Renda máxima	Critérios sociais determinados pela vulnerabilidade	Autoridade local, Cooperativa, outros privados sem fins lucrativos e/ou privados com fins lucrativos	Empréstimos públicos de autoridades locais	Permitida a venda para a inquilinos	Valor da renda calculada com base nos rendimentos; subsídios (não em habitação social, mas no setor de arrendamento privado)
Itália	Arrendamento social para pessoas com baixos rendimentos; acesso social para aquisição de casa própria	Renda máxima, ocupacional ou residencial	Sistema baseado nas condições da habitação e pelo número de crianças dependentes	Autoridade local, órgão público independente; público-privado, cooperativa e/ou privados sem fins lucrativos	Subsídios e taxa de juros; subsídios regionais para a habitação	Permitida a venda para a inquilinos	Valor da renda calculada com base nos rendimentos; Renda máxima com valor fixo + subsídios para a habitação

País	Missão	Beneficiários - Critérios		Provisão/Gestão	Modelo de Financiamento	Modelo de ocupação Venda/arrendamento	Fatores de calculo/tipo de apoio
		Elegibilidade	Prioridade				
Letónia	Habitação para pessoas vulneráveis e socialmente desfavorecidas	Famílias com baixos rendimentos	Prioridade para idosos	Autoridade local	Fornecido diretamente Através do município / orçamento da autoridade local	Não é permitida a venda de habitação social	Renda máxima com valor fixo + subsídios para a habitação
Lituânia	Habitação para as pessoas que precisam	Grupos vulneráveis		Autoridade local	Fornecido diretamente pelo município ou orçamento da autoridade local	Não é permitida a venda de habitação social	
Luxemburgo	Habitação para pessoas com baixos rendimentos	Renda máxima e sem habitação própria		Autoridade local, público e/ou público gerido por empresa	Subsídios do Estado		Valor da renda calculada com base nos rendimentos
Malta	Habitação para pessoas com baixos rendimentos e grupos vulneráveis			Governo central, outros privados sem fins lucrativos	Subsídios de habitação		
Países Baixos – Holanda	Habitação para pessoas com baixos rendimentos e grupos intermédios	Varia consoante as regiões e os municípios; atualmente aplica-se renda máxima	Famílias com rendimentos relativamente baixos	Privados sem fins lucrativos	Garantias públicas da central governo	Permitida a venda aos inquilinos	Cálculo da renda com base nos rendimentos e no valor mensal a pagar pela habitação + subsídios para a habitação
Polónia	Providenciar arrendamento de habitação para famílias com rendimentos médios	Varia consoante os municípios	Sem abrigo, famílias com baixos rendimentos e com ação de despejo	Autoridade local, cooperativas e entidades privadas não lucrativas		Permitida a venda aos inquilinos	Cálculo da renda com base nos rendimentos

País	Missão	Beneficiários - Critérios		Provisão/Gestão	Modelo de Financiamento	Modelo de ocupação Venda/arrendamento	Fatores de calculo/tipo de apoio
		Elegibilidade	Prioridade				
Portugal	Habitação e realojamento de pessoas com baixos rendimentos	Varia de acordo com os diferentes programas	Famílias monoparentais, vítimas de violência doméstica, idosos, portadores de deficiência	Municípios, Institutos e empresas públicos, Cooperativas, Santas Casas da Misericórdia, IPSS. Propriedade do Estado, dos municípios e de IPSS	Governo Central Autoridades locais	Permitida a venda aos inquilinos	Renda base fixa Renda apoiada
Reino Unido	Habitação para pessoas com necessidades	Pessoas/famílias com necessidade e ligação residencial ao município	Prioridade para os sem abrigo e outras com base em critérios de emergência e necessidade	Autoridade local, órgão público independente, empresas públicas, cooperativas, outros privados lucrativos e não lucrativos	Subsídios do governo	Direito à compra	Valor da renda calculada com base nos rendimentos + subsídio para a habitação
República Checa	Habitação social: para famílias com rendimentos baixos e médios; habitação pública: regulamentada	Varia de acordo com os diferentes tipos de habitação	Geralmente para pessoas com baixos rendimentos	Autoridade local, cooperativas e outros privados com ou sem fins lucrativos	Providenciado diretamente pelo município ou com orçamento da autoridade local		Valor da renda calculada com base nos rendimentos
Roménia	Habitação para grupos vulneráveis	Varia consoante os municípios, geralmente para baixos rendimentos + (desde 2009) jovens profissionais e famílias em Roma	Grupos desfavorecidos e inquilinos em restituído propriedades	Autoridade local	Fornecido diretamente através municipal / local orçamento de autoridade; transferir de Orçamento do Estado		

País	Missão	Beneficiários - Critérios		Provisão/Gestão	Modelo de Financiamento	Modelo de ocupação Venda/arrendamento	Fatores de calculo/tipo de apoio
		Elegibilidade	Prioridade				
Suécia	Habitação para pessoas com baixos rendimentos, particularmente para os que dependem de benefícios sociais	Varia de acordo com os municípios	Prioridade com base nas necessidades	Autoridade local	Subsídios e empréstimos do Estado		Valor da renda calculada com base no custo do arrendamento + subsídios para a habitação

Fonte: Adaptado de: CECODHAS (2007), CECODHAS (2012) (Braga e Palvarini, 2013)

Nota: Atualmente fazem parte da UE 27 países. Contam 28 países porque o Reino Unido está incluído, apesar de ter saído da UE em janeiro de 2020

Apêndice E

BDPMHHS - Base de Dados da Política Municipal de Habitação e Habitação Social

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
Aveiro	Águeda	1- Apoio à construção no concelho de Águeda de CDH's (Habitações a custos controlados para venda); 2 - Apoio para a construção e beneficiação de habitações próprias; 3- Apoios em pequenos arranjos nas habitações de pessoas idosas; 4- Programa de subsídio ao arrendamento; 5- Apoio na elaboração de candidaturas aos programas do Portal da Habitação; 6- Realojamento dos munícipes, quando não é possível enquadrar a situação em nenhum dos apoios supra citados e existem habitações disponíveis para o efeito.	O Parque habitacional da autarquia é composto por 41 fogos, distribuídos pelas Freguesias de Águeda (37) e Recardães (4).	75	1 - Bairros Ciganos de Vale Domingos e Gravaço - freguesia de Águeda e Borralho; - "Entre o chão e o telhado: o bem-estar e a cidadania como alvos de cuidado"; 2 - Freguesia Trofa, Segadães e Lamas do Vouga. - "Balneários/WC Comunitários".	2		https://www.cm-agueda.pt/pages/139
Aveiro	Albergaria-a-Velha	1- Apoio ao arrendamento para fins habitacionais - regulamento; 2- Normas de Incentivos e Benefícios Fiscais das Áreas de Reabilitação ou Urbana de Angeja e da Central da Cidade de Abergaria-a-Velha (Fomentar a reabilitação dos edifícios; (Re)Povoar/ (re)urbanizar o centro histórico; Manter a matriz urbanística; Garantir a qualidade urbana do centro histórico; Manter a expressão construtiva, os materiais, a paleta de cores, o desenho, a composição característica de elementos dos edifícios e reverter as situações indesejáveis; Melhorar a qualidade dos estabelecimentos comerciais; Criação de condições para garantir e fixar mais e melhores atividades económicas.); 3- Melhorar as condições de habitabilidade da população com necessidades económicas; 4- Apoiar os indivíduos/famílias ao nível do apoio ao arrendamento urbano para fins habitacionais; 5- Requalificar e garantir a manutenção ao nível das habitações sociais municipais; 6- Projeto de Eficiência Energética nos Bairros Sociais Eugénio Ribeiro e Napoleão - A intervenção preconizada visa a implementação de soluções que permitem a redução do consumo energético e consequente redução de emissões de CO2 e fatura de energia elétrica nos Bairros Sociais.	A CM é proprietária de 6 blocos habitacionais, implantados nas freguesias de Albergaria-a-Velha e Vale Maior, que contemplam um total de 154 habitações: Bairro das Lameirinhas (32 fogos de habitação social), Bairro do Jogo (2 fogos de habitação social), Bairro de Napoleão- Alto de Assiló (10 fogos de habitação social), Bairro de Napoleão – Assilhó Estes blocos habitacionais (16 fogos de habitação social), Rua Eugénio Ribeiro (6 fogos de habitação social) e Açores (4 habitações Sociais).	72				https://www.cm-albergaria.pt/viver/acao-social/apoios/apoio-ao-arrendamento-urbano-para-fins-habitacionais

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
Aveiro	Anadia	1 - Melhoria habitacional- consiste na atribuição de apoios, sob a forma de prestação de serviços ou outras, a agregados familiares desfavorecidos, económica e socialmente, residentes em habitações que não reúnam as condições mínimas de habitabilidade ou de acessibilidade; 2- Apoio ao arrendamento urbano para fim habitacional: consiste na atribuição de um benefício para apoio ao pagamento da renda, destinado a agregados familiares desfavorecidos, económica e socialmente.	"SRPHS"	17				https://www.cm-anadia.pt/
	Arouca	1 - «Reabilitar Para Arrendar» Financia Obras em Áreas de Reabilitação Urbana. O Município de Arouca pretende implementar o Programa de Apoio ao Arrendamento. Este programa pretende subsidiar o arrendamento no mercado privado a famílias com dificuldades económicas, evitando o desalojamento devido a ações de despejo, ser uma alternativa à habitação social e ter um carácter temporário, ajudando à reorganização socioeconómica do agregado familiar. Bairro Social De Pade (ALVARENGA) em Requalificação.	O Parque habitacional da autarquia é composto por 2 Bairros Sociais. Bairro Social S.Pedro (Arouca) : 16 Fogos; Bairro Social de Pade (Alvarenga) : 8 Fogos	24	1- Bairro dos Pobres - Freguesia de Arouca e Burgo - "Projeto LAR - Liderar, Aproximar, Revitalizar"	1		https://www.cm-arouca.pt/municipio/areas-de-atuacao/acao-social/habitacao-social/
Aveiro	Aveiro	1 - Atribuição de Habitação Social - Renda em Regime de Arrendamento Apoiado: O arrendamento apoiado é o regime aplicável às habitações detidas, a qualquer título, por entidades das administrações direta e indireta do Estado, das regiões autónomas, das autarquias locais, do setor público empresarial e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, que por elas sejam arrendadas ou subarrendadas com rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam; 2- Obras de Reabilitação das Habitações Sociais. Tendo em consideração a idade dos edifícios, verificou-se a necessidade de realização de obras de reabilitação que assegurem resultados satisfatórios a longo prazo, corrigindo anomalias e eliminando as suas causas; 3- Mercado Social de Arrendamento, surgiu no âmbito do "Programa de Emergência Social" e procura dar resposta às famílias ao nível da habitação. Consiste na disponibilização de imóveis, através do Fundo de Investimento Imobiliário para Arrendamento Habitacional,	O património de habitação social do Município é composto por 576 fogos, os quais se distribuem pelas freguesias do Concelho da seguinte forma: Freguesia de Aradas -1; Freguesia de Cacia – 20; União de Freguesias de Eixo e Eirol - 28; Freguesia de Esgueira – 30; Freguesia de Glória e Vera-Cruz- 440; Freguesia de Oliveirinha – 6; Freguesia de Santa Joana- 25; Freguesia de São Jacinto – 26.	894	1- Bairro de São Tiago – UF Glória e Vera Cruz - "Mulheres em Construção!" 2- Bairro Cigano dos Ervideiros - Freguesia de Esgueira - "Levantar a pedra para construir Pontes" 3- Bairro de São Tiago - UF Glória e Vera Cruz - "Entre Janelas para além delas" 4- Freguesia de Eixo e Eirol - Projeto Reação - Judo e Igualdade 5- União das Freguesias de Glória da Vera Cruz - Da Terra à Mesa - um sal(to) que nos tempera	5	Formar pr'Habitar integra um conjunto de ações subordinadas a temáticas diversificadas, como a saúde, segurança, relações de vizinhança, família, gestão doméstica, economato e a horticultura, tendo por objetivo a otimização dos recursos das famílias, o desenvolvimento e aperfeiçoamento das suas competências sociais e pessoais, e prevenção de comportamentos de risco. A CM Aveiro tem vindo a desenvolver um conjunto de obras de reabilitação no sentido da adequação das habitações às reais necessidades dos inquilinos, da valorização do parque de habitação social, provendo os fogos de melhores condições de habitabilidade, nomeadamente: PEDUCA - numa 1ª fase foram reabilitadas 56 habitações sociais, numa 2ª mais 18 e numa 3ª fase a recuperação de outras 24 habitações. Foram abrangidos fogos do Município nas urbanizações de Santiago, Cacia, Eixo e Cova do Ouro e Novo Empreendimento do Caião, os quais permitiram a atribuição de 42 habitações sociais, através de concurso	https://www.cm-aveiro.pt/servicos/habitacao-social/patrimonio

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		denominado "Solução Arrendamento", gerido pela Norfin SGFII, SA - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, onde são integrados os imóveis que progressivamente venham a ser disponibilizados pelas entidades que a integram. Aos imóveis integrados neste Fundo, estão igualmente associados, imóveis do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P..					público e a transferência de inquilinos municipais para outras tipologias/habitações por motivos de saúde, dificuldades de locomoção, etc.	
Aveiro	Castelo de Paiva	1- Subsídio ao arrendamento- Apoios económicos para apoio a arrendamento, com valor mensal máximo de 100 €/mês, a fim de facilitar o acesso ao arrendamento para habitação para residência permanente, quando não seja possível garantir a resposta de alojamento em habitação social por parte da CM visando também atenuar as despesas económicas de indivíduos isolados ou inseridos em agregados familiares mais desprovidos de recursos financeiros, promovendo a melhoria das condições de habitabilidade daqueles. Este subsídio tem natureza pontual e caráter temporário, sendo atribuído pelo período de doze meses, após a aprovação da candidatura, renovável por igual período, caso se mantenham as condições de carência económica, não podendo ultrapassar o limite dos 24 meses consecutivos ou intercalados, excetuando-se situações devidamente fundamentadas pelo GAS da CM.	O parque habitacional municipal da autarquia é constituído por três empreendimentos sociais que, de acordo com dados do Retrato Quantitativo de Castelo de Paiva, albergam 38 agregados familiares.	42	1- Bairro de Couto Mineiro do Pejão - Freguesia de Raiva, Pedorido e Paraíso-"Ó (B)izinha anda cá ver isto!"	1		https://www.cm-castelo-paiva.pt/pt/acao-social
Aveiro	Espinho	1- Programa 1º Direito: promove soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada; 2- Porta 65 Jovem: para jovens entre os 18 e os 35 anos, apoia na comparticipação das despesas de arrendamento durante 12 meses; 3- Programa de Arrendamento Acessível (PAA) possibilita a existência de oferta de rendas mais baixas compatíveis com os rendimentos das famílias; 4- Arrendamento Apoiado: consiste em arrendar habitações do estado, das autarquias locais, do setor público empresarial e dos setores empresariais regionais, intermunicipais e municipais, com	Na UF de Anta e Guetin existem em Anta 99 fogos de Habitação Social, em Guetin, 22 fogos. Na freguesia de Paramos 160 fogos de habitação multifamiliar. Na freguesia de Silvade 155 fogos.	779	1- Bairro da Marinha de Silvalde - Freguesia de Silvalde - " Hortas do Mar" 2- Freguesia de Espinho- "Bem Guardado"	2		https://acaosocial.espinho.pt/pt/landing-pages/habitacao-social-municipal/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		rendas calculadas em função dos rendimentos dos agregados familiares a que se destinam.						
Aveiro	Estarreja	1- Casa Melhor – Programa de Apoio Financeiro, de âmbito concelhio, que visa apoiar agregados familiares carenciados económica e socialmente, na recuperação das suas habitações: contempla obras no interior e no exterior do edifício e podem candidatar-se os agregados familiares que não possuam capacidade financeira para custear a realização de obras e preencham os requisitos fixados no regulamento do Programa; 2- PROHABITA – Prevê a construção de fogos de habitação social, nas freguesias de Avanca, Pardilhó e Salreu e a reabilitação de 115 fogos na Urbanização da Teixugueira, onde 42 são propriedade da CM e 73 da Associação de Solidariedade Estarrejene, com apoio financeiro do IHRU; 3- Programa Habitação Freguesias: apoio concedido pela CM para famílias económica e socialmente desfavorecidas, na execução de pequenas obras de melhoramento das condições habitacionais; 4- Apoio ao arrendamento habitacional: destina-se a famílias residentes no município, em situação de carência económica, para facilitar o acesso e/ou a permanência na habitação arrendada, contribuindo para minimizar os encargos familiares mensais. A medida consiste na atribuição de um apoio económico não reembolsável.	O Parque habitacional da autarquia é composto por 49 habitações sociais, localizadas na Urbanização da Teixugueira (UF Beduido e Veiros), distribuídas por três edifícios.	48				https://www.cm-estarreja.pt/habitacao
Aveiro	Ílhavo	1- Apoio à melhoria das condições de habitabilidade, mediante o financiamento de materiais e de mão de obra para obras de beneficiação; 2- Apoio ao arrendamento de habitação, com uma durabilidade mensal, que pode ser prorrogado até vinte e quatro meses; 3- Apoio ao empréstimo à habitação (com o período de carência da instituição bancária já requerido, em curso ou já concluído); 4- Apoio no pagamento das quotas de condomínio de habitação social, quando o valor da quota de condomínio for maior que o da renda mensal e sempre que as rendas se encontrem regularizadas; 5- Apoio às obras de manutenção das frações de habitação social, devidamente tipificadas pela CM e da responsabilidade do/a arrendatário/a; 6- Comparticipação no pagamento da fatura	O parque habitacional de cariz social da autarquia é constituído por um total de 135 fogos de habitação social, distribuídos do seguinte modo: Venda (Custos Controlados) - Lagoa (Ílhavo) - 78 fogos; Arrendamento (Renda Apoiada) -Lagoa (Ílhavo) - 15 fogos; Venda- Bebedouro (Gafanha da Nazaré) - 18 fogos; Arrendamento- Bebedouro (Gafanha da Nazaré) - 12 fogos; Venda- Ílhavo- 6 fogos; Arrendamento- Habitações dispersas pelo Município- 6 fogos.	41				https://www.cm-ilhavo.pt/viver/areas-de-intervencao/acao-social-e-saude/fundo-municipal-de-apoio-a-familias-e-individuos-carenciados

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		relativa a água, saneamento e resíduos sólidos; 7- Comparticipação em situações pontuais, excecionais e extemporâneas, tentando colmatar a situação de crise, fazendo face às despesas mais prementes para o bem-estar do indivíduo/ família, por um período máximo de três meses.						
Aveiro	Mealhada	1- Divulgação e informação aos munícipes do PIRPEC de âmbito municipal de apoio à reabilitação, nomeadamente o Porta 65, RECRIA, RECRIPH, PIRPEC, REHABITA, SOLARH e PROHABITA. Reabilitação e requalificação dos bairros municipais e espaços envolventes.	Bairro Social do Canedo 24 Habitações (1 devoluta) N.º de Agregados: 23 (73 pessoas) Bairro Social da Póvoa da Mealhada 14 Habitações da CMM (9 ocupadas, 5 devolutas) N.º de Agregados: 9 (24 pessoas)	38			Projeto de Intervenção Comunitária -"Gente do Meu Bairro": No âmbito das atividades do Setor de Ação Social da CM, e na sequência da reabilitação física do Bairro Social do Canedo, foi iniciado em Setembro de 2013 o Projeto de Intervenção Comunitária "Gente do Meu Bairro" que pretende dar continuidade ao processo de reabilitação social, desenvolvendo ações de intervenção comunitária dirigidas aos seus residentes, apelando a uma maior participação de todos na vida coletiva do Bairro. Um dos objetivos é criar uma Comissão de Moradores capaz de promover o exercício da Cidadania, através da promoção de atitudes, hábitos e comportamentos que facilitem a boa convivência, as relações afetivas e cívicas e um maior envolvimento de todos na vida do Bairro. Esta Comissão assumir-se-á como um mediador privilegiado entre os moradores e a CM para a resolução de problemas e necessidades diagnosticadas. O projeto engloba a dinamização de sessões de sensibilização/informação, preparadas e dinamizadas pelos Técnicos do Setor de Ação Social, com a exploração de temáticas como Cidadania Responsável, Responsabilidade Familiar e Parental, Relações de Vizinhança, Resolução de Conflitos, entre outros temas considerados relevantes.	https://www.cm-mealhada.pt/menu/368/habita%C3%A7%C3%A3o-social
Aveiro	Murtosa	1- Programa de apoio municipal ao arrendamento habitacional - visa auxiliar as famílias mais desprovidas de recursos financeiros do Concelho no acesso ao arrendamento de habitação. No ano transato, a CM apoiou 60 agregados Murtoseiros ao abrigo deste programa, que se apresenta como um mecanismo complementar a outras vertentes de apoio municipal no domínio da Habitação Social, nomeadamente o programa de realojamento e a atribuição de lotes para	O parque habitacional do município é constituído por 8 bairros sociais, entendidos como alojamento de famílias desfavorecidas, que estão inseridos maioritariamente, na freguesia da Torreira: Bairro dos Pescadores de iniciativa da Junta Central das Casas de Pescadores (24 fogos), Bairro localizado na Rua Prof. Firmino Aresta (12	133				https://www.cm-murtosa.pt/pages/474

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		autoconstrução, implementados pela CM, no sentido de criar respostas para as famílias que revelam necessidade de uma habitação condigna. O programa de apoio ao arrendamento habitacional pretende igualmente, introduzir um dinamismo acrescido no mercado local de arrendamento, estimulando, por via do incremento na procura, o aumento da oferta; 2- Atribuição de Lotes para autoconstrução.	fogos vendidos), Bairro que converge para a Rua 10 de Junho e Rua Salvadores do Nathalie (19 fogos de rés-do-chão); Bairro Maria Augusta da Cruz Barbosa (74 fogos), Bairro Social (30 fogos de casas pré-fabricadas); Bairro da Rua João Carlos Vaz da Cunha (11 fogos vendidos), Bairro da Rua 10 de Junho – Habitação Social a Custos Contro (30 fogos vendidos); Urbanização do Depósito de Água (10 habitações de rés-do-chão e 1.º andar). Entretanto aumentou o número das famílias mal alojadas, o que levou à proliferação de anexos e barracas junto de alguns destes bairros, onde passaram a residir famílias jovens. Nestas condições, estão contabilizadas 78 barracas, segundo dados do INH. (De acordo com os últimos dados fornecidos pelo Pré-Diagnóstico Social do Concelho de Murtosa que constam no seguinte site: https://docplayer.com.br/14529583-Pre-diagnostico-social-do-concelho-da-murtosa.html)					
	Oliveira de Azeméis	1- Habitação Social; 2- Apoio ao Arrendamento- O acesso à solução plasmada no presente regulamento será sempre subsidiário e assumirá caráter temporário, e conter-se-á nos limites das respostas àquelas situações que não encontrem eco na legislação aplicável em vigor para o setor. Ficam excluídos/as da atribuição do apoio os/as arrendatários/as que tenham como senhorios parentes ou afins na linha reta ou até ao 3.º grau da linha colateral. Pessoas vítimas de violência doméstica mesmo que sejam proprietárias de um bem imóvel; 3- Melhorias na Habitação.	O parque habitacional de cariz social da autarquia é constituído por um edificado composto por rés-do chão e três andares com dois apartamentos por piso integrado na "Urbanização Quinta de Lações" com 380 fogos.	52				https://www.cm-oaz.pt/acao_social.352/habitacao.565.html
Aveiro	Oliveira do Bairo	1-Apoio ao Arrendamento- Regulamento; 2- Apoio à Habitação -Obras de construção de habitações; Obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas, incluindo ligação às redes de abastecimento de água, eletricidade e saneamento; Ampliação de habitações ou conclusão de	O Município de Oliveira do Bairro abriu no dia 2 de novembro de 2020, e pelo prazo de 10 dias úteis, um concurso por classificação para atribuição de uma habitação T1 em regime de renda apoiada.	6				https://www.cm-olb.pt/pages/1020

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		obras; Melhoria das condições de segurança e conforto de pessoas em situação de dificuldade ou risco relacionado com a mobilidade e ou segurança no domicílio, decorrente do processo de envelhecimento ou de doenças crónicas debilitantes.						
	Ovar	1- Apoio ao arrendamento urbano para fins habitacionais- consiste na comparticipação financeira de 50% do valor de renda, até um limite mensal definido anualmente pela autarquia a atribuir pelo período de doze meses, renovável por igual período, caso se mantenham as condições de carência económica, desde que não ultrapasse o cômputo de sessenta meses; o apoio ao arrendamento atribuído a munícipes com idade igual ou superior a 65 anos, ou com idade inferior, portadores de deficiência, de incapacidade permanente e definitiva (invalidez absoluta), não está sujeito ao limite máximo de duração mencionado anteriormente. 2- Apoio à Recuperação e Melhoria das Condições Habitacionais.	"SRPHS"	234	1- Freguesia de Esmoriz-" ProximIDADE MAIOR"	1		https://www.cm-ovar.pt/pt/menu/387/habitacao.aspx
Aveiro	Santa Maria da Feira	1- Programa de Realojamento: Instrução de processo social junto dos serviços da Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida ou nos GAP; 2- Programa de Autoconstrução- Apoio para a resolução da carência habitacional de agregados familiares de baixos recursos económicos, residentes no concelho, nomeadamente munícipes que possuindo habitação devoluta ou terreno, pretendem recuperar ou construir a sua própria habitação. Acompanhamento e direção de fiscalização da obra, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, e isenção de pagamento de taxas de urbanização e licenciamento. Este programa de apoio baseia-se no Decreto de Lei n.º 44645, de 25 de outubro de 1962, e na alínea d) do n.º 1 do artigo 63.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (isenção do pagamento das taxas a pessoas singulares a quem seja reconhecida insuficiência económica); 3- Apoio Excecional no Domínio da Habitação – Capítulo III do Regulamento Concelho Solidário- Comparticipação financeira ou apoio em materiais concedido a agregados familiares residentes no concelho com baixos	O parque habitacional da autarquia é constituído pelos seguintes empreendimentos de habitação social: Milheirós de Poiares (30 fogos), Paços de Brandão (42 fogos), Caldas de S. Jorge (24 fogos), Canedo (24 fogos), Escapães (24 fogos), Fiães (64 fogos - Ferradal), Fiães (32 fogos - Souto), Guisande (18 fogos) e Lourosa (32 fogos - Cadinha).	795			Tendo por principal objetivo a promoção da inserção social e comunitária das famílias inquilinas, residentes no Parque Habitacional do Município, a Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida desenvolve uma gestão integrada das componentes sociais, jurídico-financeiras, de manutenção e conservação, que promovam a sustentabilidade social, económica e construtiva do parque habitacional de arrendamento social. Os GAP privilegiam uma política social de intervenção descentralizada e de proximidade por forma a contribuir para a inclusão económica e social dos grupos mais desfavorecidos, preconizada pela dinamização de 21 GAP. Estes gabinetes prestam um serviço de atendimento/acompanhamento social à população residente e não residente no parque habitacional e respetivo enquadramento dos problemas sociais nos programas/medidas e políticas na área social;	https://cm-feira.pt/web/guest/habitacao

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		rendimentos, a residir em habitação própria degradada, para realização de pequenas obras de beneficiação (conservação, ampliação e adaptação), em articulação com parcerias locais. Este apoio prevê exceções para agregados familiares com indivíduos portadores de deficiência ou em situação de dependência que implique para os mesmos um acentuado esforço financeiro, bem como para os casos em se verifiquem situações de doenças crónicas graves que impliquem despesas avultadas de saúde ou outras, devidamente comprovadas.						
Aveiro	São João da Madeira	1- Habitação social em regime de arrendamento apoiado a agregados familiares em situação de pobreza e exclusão social, onde a ação social receciona as candidaturas, promove o estudo socioeconómico das famílias e procede à seleção para entrega de habitação, em articulação com a Habitar S. João E.M.; 2- Programa de apoio às famílias- Reforço do apoio às famílias intervencionadas no âmbito da Rede Social em situação de vulnerabilidade social e económica, nomeadamente, nas áreas de despesas de habitação, saúde, educação, transporte e bens alimentares; 3- Programa 1º Direito: visa a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.	O património de Habitação Social do Município de São João da Madeira é de 1237 fogos distribuídos por diversos bairros, que são geridos pela Empresa Habitar S. João, dos quais 610 arrendados em regime de renda apoiada (cf. Plano Atividades e Orçamento 2023 da EM Habtitar S. João, p.9-10.)	626	1- Complexo de Habitação Social de Fundo de Vila/ Orreiro - freguesia de São João da Madeira - "Tinta de Limão"	1		https://www.cm-sjm.pt/pt/cidadao-habitacao

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
Aveiro	Sever do Vouga	1- Programa CASA +: Regulamento de apoio à recuperação de habitação própria - Apoio Económico, através da concessão de materiais para obras de beneficiação e ampliação ou de pequenas reparações, quando se verifique estarem comprometidas as condições mínimas de habitabilidade, após vistoria e respetivo parecer dos Serviços Técnicos da CM; 1.1- Apoio orientado noutros domínios, em situações excecionais, devidamente caracterizadas e justificadas; 1.2- Prestação de Serviços: Elaboração de projetos (arquitetura e especialidades), quando essa seja a resposta adequada à situação apresentada e a apoiar; 1.3- Acompanhamento técnico na elaboração e execução de projetos de melhoria e beneficiação habitacionais, com a realização de vistorias pelos Serviços Técnicos da CM.	O conjunto Habitacional do Bairro Social de Sever do Vouga (Bairro Social da Bela Vista), localizado no lugar do Calvário, é constituído por um conjunto de 4 blocos, dois geminados e dois isolados, com 3 pisos e garagens, num total de 48 fogos (Destes, atualmente 29 estão vendidos, 18 estão arrendados e um encontra-se reservado para situações de emergência social (porto de abrigo) - 7 são de tipologia T2 e os restantes de tipologia T3; o Porto de Abrigo é também de tipologia T2).	20				https://www.cm-sever.pt/pages/708
Aveiro	Vagos	1-Apoios económicos para arrendamento de habitação; 2- Apoios em materiais de construção para melhoria de habitação própria, para autoconstrução de habitação.	A CM de Vagos dispõe de um parque de habitação social composto por 42 apartamentos, situados na vila de Vagos. O Bairro da Corredoura, cuja construção data dos anos 80, agrega 4 blocos habitacionais, de 4 apartamentos cada. Neste complexo habitacional são propriedade da Câmara 6 apartamentos de tipologia T3, 2 de tipologia T4 e 4 de Tipologia T2. O Bairro Dr. Pedro Guimarães era constituído, de começo, por casas unifamiliares, que foram, entretanto, demolidas e deram lugar aos 5 blocos habitacionais atualmente existentes. Os blocos compreendem 6 apartamentos cada, sendo 24 de tipologia T2 e 6 de tipologia T3.	46				www.cm-vagos.pt/pages/148

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
Aveiro	Vale de Cambra	1- Apoio a situações de emergência social, com caráter pontual e temporário; 2- Apoio no domínio da qualificação habitacional, com caráter pontual e excecional; 3- Acolhimento temporário de pessoas em situação de vulnerabilidade social.	"SRPHS"	2				https://www.cm-valedecambra.pt/pages/758
Beja	Aljustrel	1-Realização de melhorias habitacionais de conservação, beneficiação e/ou adaptação; 2-Aquisição de equipamento doméstico básico, bem como as adaptações necessárias a habitações de pessoas com deficiência para habitações próprias, ou cedidas, dirigido a agregados familiares desfavorecidos. Trata-se de um subsídio a fundo perdido que não deverá exceder o equivalente a 20 vezes o valor do IAS, por objeto de intervenção só podendo ser efetivada por meio de materiais e/ou mão-de-obra; 3-SOLARH (Programa de Solidariedade e e Apoio à Recuperação de Habitação) Destina-se a conceder apoio financeiro especial, sob a forma de empréstimo sem juros, a indivíduos ou a agregados de fracos recursos, para a realização de obras de beneficiação e de conservação em habitação própria permanente ou habitações devolutas em prédios arrendados; 4-RECRIA; 5-REHABITA.	"SRPHS"	28				https://www.mun-aljustrel.pt/menu/350/habitacao.aspx
Beja	Almodôvar	1-Programa que se traduz no apoio financeiro a fundo perdido, à realização de obras ou, no caso de pequenas obras de beneficiação ou conservação, na realização direta de obras em habitações de indivíduos e agregados familiares mais desfavorecidos.	"SRPHS"	10				https://cm-almodovar.pt/atividades/acao-social/obras-habitacoes-individuos-agregados-familiares-desfavorecidos/
Beja	Alvito	1- Concurso por classificação para atribuição de habitação Social em Regime de Renda Apoiada.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 5 Bairros de Habitação Social, distribuídos pelas duas freguesias: Na freguesia de Alvito inserem-se 3 dos Bairros Sociais: - Bairro da Tapada do Lucas; Bairro D. Dinis; Bairro Padre Américo e na freguesia de Vila Nova da Baronia encontram-se os restantes 2 Bairros de Habitação Social: - Bairro da Casa do Povo; -Bairro	26	1- Freguesia de Alvito Encontros em Comunidade - " Encontros em Comunidade"	1		www.cm-alvito.pt/pt/menu/303/habitacao-social.aspx

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
			da Cardosa. A habitação no concelho de Alvito pauta-se, assim, por problemas estruturais que decorrem da antiguidade e degradação dos edifícios.					
Beja	Barrancos	1- Programa Casa Jovem – Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento Jovem e de Incentivo ao Mercado de Arrendamento Local: O programa municipal constitui, também, uma alternativa à habitação social, que o município não possui; carácter temporário de ajuda à reorganização socioeconómica do agregado familiar. Os jovens casais, ou famílias monoparentais, com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos, residentes em Barrancos, que não sejam proprietários ou usufrutuários de prédios urbanos podem usufruir de apoio financeiro, limite 20% do montante do IAS no ano da candidatura. Renovado de 12 em 12 meses num máximo de 3 anos (depende do valor da renda e do rendimento mensal bruto do agregado familiar).	O Município de Barrancos não dispõe de Parque de Habitação Social, salvo o caso de oito habitações (casas) arrendadas a famílias que, à data, apresentavam grande carência económica e social localizadas: Rua do Passeio, Bairro da Adua, Rua Dr. Mendes Ribeiro, Rua Dr. Mendes Ribeiro, Bairro da Rua de Angola, Rua do Pinhão, Travessa da Preguiçosa, Rua Dr. Leite de Vasconcelos.	8	1- Freguesia de Barrancos- "Raízes"	1		https://cm-barrancos.pt/menu/167/programa-casa-jovem
Beja	Beja	1- Conservação/ Recuperação das Habitações Propriedade da Autarquia: Intervenções da responsabilidade do proprietário (CM de Beja): Restauro de rede de águas, de esgotos e eletricidade, cujas anomalias estejam relacionadas com a durabilidade dos equipamentos/ materiais. Intervenções da responsabilidade do arrendatário: Anomalias decorrentes do mau uso/ fruição de: portas, janelas, armários de cozinha, pavimentos, acessórios de canalização, como torneiras, misturadoras, autoclismos; Na rede de eletricidade, a substituição de interruptores e tomadas; 2- Conservação/ Recuperação de Espaços Comuns: Os espaços comuns de cada edifício deverão permanecer limpos e arrumados de forma a permitir a livre circulação de pessoas e bens; 3- Gestão Social do Edificado: Monitorização das formas de ocupação, adequação do alojamento às especificidades do agregado familiar, cobrança efetiva de rendas, responsabilização dos inquilinos na conservação do locado e espaços comuns; 3- Regulamento de Arrendamento de Habitação Acessível a Agregados Familiares Jovens do Município de Beja; 4- No âmbito do	"SRPHS"	366	1- Bairro das Pedreiras-União das Freguesias de Beja e União das Freguesias de Salvador e Santa Maria da Feira- "Contentores2021" 2- Bairro das Pedreiras- Freguesia de Beja e União das Freguesias de Salvador e Santa Maria da Feira- "SOU CAPAZ" 3- Bairro da Salvada- União das Freguesias da Salvada e Quintos- "A Voz da Comunidade" 4- Localidade de Traseiras do Monte Sovina- União das Freguesias da Salvada e Quintos- "Traseiras do Monte Sovina" 5- Freguesia de Cuba- "CUBA SOLIDÁRIA" 6- Centro Histórico de Beja - Freguesia da Beja e União das Freguesias de Salvador e Santa Maria da Feira- "BEJACOLHE - Cultura e Diversidade"	6		https://cm-beja.pt/pt/menu/856/habitacao.aspx

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		Programa de Emergência Social desenvolve-se a iniciativa governamental designada por Mercado Social de Arrendamento. São aderentes a esta iniciativa o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e várias entidades bancárias devidamente indicadas.						
Beja	Castro Verde	1- Concurso de atribuição da habitação em regime de renda apoiada. O fogo a atribuir a cada candidato será o adequado às necessidades do seu agregado familiar, sendo apenas atribuído o direito ao arrendamento de um só fogo; 2- Considera-se adequada às necessidades do agregado familiar do concorrente, a habitação cuja tipologia se situa entre os critérios seguintes em relação à composição daquele agregado, com base no Decreto Regulamentar nº 50/77, de 11 de agosto.	O parque habitacional do Município é composto pelo total de 51 habitações, localizadas na sede do Concelho, à exceção de um fogo habitacional localizado em Casével.	49				https://cm-castroverde.pt/pt/menu/992/habitacao-social.aspx
Beja	Cuba	1- Recuperação e melhoramento da habitação e do apoio social a famílias carenciadas - Regulamento; 2- Estratégia de Habitação Local - Questionário à população.	"SRPHS"	60				www.cm-cuba.pt/pdf/accaoSocial/RegApoioMelhoriasHabitacao.pdf
Beja	Ferreira do Alentejo	1- Regulamento concede apoio social às famílias desfavorecidas- população residente 65 ou mais anos; Pessoas portadoras de deficiência ou em famílias com menores rendimentos, beneficiárias de rendimento social de inserção ou de medidas de ação social; 2- ELH; 3- Serviço de Desenvolvimento e de Habitação.	"SRPHS"	MSHS				https://ferreiradoalentejo.pt/viver/acao-social/apoio-melhoria-habitacoes/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
Beja	Mértola	1- Regulamento Municipal do Programa de Apoio Social/Melhoramentos Habitacionais: Visa a melhoria das condições básicas dos agregados familiares em situação económica desfavorecida, através dos seguintes tipo de apoio: obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas incluindo ligação as redes de abastecimento de água, eletricidade e esgotos; melhoria das condições de segurança e conforto de pessoas em situações de dificuldade ou risco relacionado com a mobilidade e ou segurança no domicilio; remodelação, construção ou ampliação de habitações; 2- SOLARH- Concessão de apoio financeiro especial e, destina-se a financiar sob forma de empréstimo, sem juros, a realização de obras de conservação ordinária ou extraordinária e de beneficiação em habitação própria permanente de indivíduos e agregados familiares economicamente carenciados; 3- Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão do Parque Habitacional de Arrendamento Social; 4- ELH do Concelho de Mértola 2022-2026 e medidas a ser implementadas; 5- Áreas de Reabilitação Urbana.	O Parque de Habitação Social do município de Mértola é composto por 46 fogos. (cf. ELH Mértola, p. 17).	47	1- Freguesia da Santana de Cambas- "JARDINS TERAPÊUTICOS: Quem planta seus males espanta!" 2- Freguesia da Santana de Cambas- "PERCURSOS ACOMPANHADOS – Projeto de intervenção social e comunitária" 3- Freguesia da Alcaria Ruiva- "Desenhar a Terra Futura"	3		www.cm-mertola.pt/viver-em-mertola/acao-social/habitacao
Beja	Moura	1- Regulamento de concessão de apoio a estratos sociais desfavorecidos do Município de Moura (possibilita a realização de melhorias habitacionais); 2. Atribuição de habitação social; 3. Acompanhamento social das famílias residentes em habitação social da CM (gabinete de apoio às famílias e ATL para as crianças).	A candidatura aprovada permite ao município reabilitar quatro habitações, da sua propriedade, localizadas na 1.ª Rua da Mouraria, na Rua da Romeira, na Rua da Carneira e no Bairro 25 de Abril.	47	1- Bairro do Espadanal e Bairro do Vale do Touro - freguesia de Moura (Santo Agostinho e São João Baptista) e Santo Amador - "NÓMADA 3.0"	1		www.cm-moura.pt/acao-social-saude-e-educacao/
Beja	Odemira	O Executivo Municipal assume a Habitação como uma das prioridades, promovendo soluções que visem responder aos problemas do concelho neste âmbito, mas simultaneamente tornando o território mais atrativo para todos os que procurem Odemira para residir. Assim, a ELH assume-se como um instrumento de planeamento que visa dar respostas concretas e de forma estruturada. 1- ELH; 2- Apoio à Habitação; 3- Odemira Reabilita; 4- Alienação de Lotes Municipais; 5- O 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação; 6- Bolsa de imóveis	"SRPHS"	26	1- Vila de Odemira, Freguesia de São Salvador e Santa Maria- "Moeda VEGetal" 2- Freguesia de São Teotónio / Freguesia da Boavista dos Pinheiros / Freguesia de São Salvador e Santa Maria- "Mulheres Numa Só Voz" 3- Freguesia de São Teotónio- "PLAYSPOTS - VAMOS BRINCAR?"	3		www.cm-odemira.pt/pages/242

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		para arrendamento a famílias vulneráveis; 7-1.º Direito – Apoio a beneficiários diretos para a construção e reabilitação; 8-Regulamento Municipal de acesso à Habitação. Bolsa de imóveis para arrendamento a famílias vulneráveis. ELH de Odemira – Apoio a beneficiários diretos para a construção e reabilitação						
Beja	Ourique	1-Renda Apoiada: a habitação social destina-se a todos os cidadãos residentes no concelho de Ourique, desde que não tenham habitação própria. (Decreto – Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro)	Parque Habitacional composto por 40 habitações.	50				http://cm-ourique.pt/pt/menu/112/habitacao-social.aspx
Beja	Serpa	1-PMARCH – Programa Municipal de Apoio à Reabilitação da Habitação no Concelho de Serpa: edifício degradado; obras de conservação; obras de recuperação; obras de beneficiação; destina-se a todos os munícipes; apoios financeiros: 30% no momento do início da obra; 30% decorrido metade do prazo previsto para conclusão; os restantes 40% até 10 dias após a data de vistoria que confirme que a obra foi executada conforme aprovado; 2-Programa municipal de habitação jovem: este programa prevê a cedência de lotes para construção de habitação a custo reduzido para jovens, em todo o concelho.	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-serpa.pt/pt/menu/251/programa-municipal-de-habitacao-jovem.aspx
Beja	Vidigueira	1- Regulamento de Apoio ao Arrendamento para famílias carenciadas - O apoio económico traduz-se em um subsídio que é atribuído mensalmente, por um período de doze meses. Para tal, o beneficiário deverá dispor de habitação arrendada e com contrato de arrendamento; 2- Apoio ao Arrendamento para Famílias Carenciadas- Trata-se de um subsídio destinado a famílias carenciadas residentes no concelho de Vidigueira, cujo valor máximo não poderá ultrapassar 50 por cento do valor mensal da renda paga (que não deverá exceder os 300 euros/mês); 3-Melhorias Habitacionais - Os apoios concedidos destinam-se às obras de construção, reconstrução, conservação, beneficiação ou adaptação, através de apoios económicos - fornecimento de materiais necessários à realização das obras e/ou	"SRPHS"	MSHS				www.cm-vidigueira.pt/index.php?cMILID=SUS552BEF3E6B66F&cMILL=3&mIID=SUS552BEE31DD4E9&mIN=Apoios+Sociais&mILA=&cMILID1=SUS552BE4A5EBCC0&mIID1=SUS552BE494AC6FD&mIN1=Atividade+Municipal&cMILID2=SUS552BEF360687A&mIID2=SUS552BEE25B8969&mIN2=A%E7%E3o+Social&cMILID3=SUS552BEF3E6B66F&mIID3=SUS552BE

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		fornecimento de mão-de-obra, redução de taxas, entre outros.						E31DD4E9&mIN3=Apoios+Sociais
Braga	Amares	1-Subsidio para arrendamento e fornecimento de material de construção para melhorias habitacionais; Aprovada Estratégia Local de Habitação de Amares em Janeiro de 2023.	"SRPHS"	MSHS				http://www.cm-amares.pt/download.php?info=YTozOntzOjU6ImFjY2FvIjtzOjg6ImRvd25sb2FkIjtzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM5OiJtZWRpYS9maWNoZWlyb3Mvb2JqZWN0b19vZmZsaW5lLzkwNC5wZGYiO3M6NjoidGl0dWxvIjtzOjIyOiJyZWd1bGFtZW50bytkZWNhc18yMDE2Ijt9
Braga	Barcelos	1- Programa de Apoio à Habitação Social: apoios aos munícipes de menores recursos, considerados como segmentos da população mais vulnerável; 2- Programa de Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Barcelos.	O Parque habitacional da autarquia é composto por 2 Bairros de Habitação Social: Bairro do Arcozelo e Bairro Fundação Salazar.	149	1- Comunidade Cigana de Barqueiros - Acampamento das Andorinhas "Casinhas" - Freguesia de Barqueiros - "TREVO" 2- União de Freguesias de Alvito (S. Pedro, S. Martinho) e Couto / União de Freguesias de Campo e Tamel S. Pedro Fins- "Laços Em Corrente (LEC)"	2		https://www.cm-barcelos.pt/viver/coesao-social-saude-publica/habitacao-social/
Braga	Braga	1- Apoio à habitação prestado pela BRAGAHABIT é feito no âmbito dos quatro regimes que se seguem: arrendamento apoiado: subarrendamento apoiado: apoio direto ao arrendamento; residência partilhada; 2- O RADA é o regime de apoio à habitação que consiste na atribuição de um subsídio destinado a comparticipar o pagamento mensal da renda no âmbito de contratos de arrendamento para habitação em regime de renda livre; 3- O Regime de Residência Partilhada é o regime de apoio à habitação que consiste na cedência, a cada um dos beneficiários, do gozo sobre um quarto de dormir, com partilha dos compartimentos e instalações comuns da respetiva habitação, detida a qualquer título pela BRAGAHABIT, acompanhada de um apoio social permanente prestado pelos respetivos serviços.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 600 fogos de habitação social, distribuídos por: Bairro Social Andorinhas (134), Bairro Social Enguardas (78), Bairro Social Ponte Falcões (24), Complexo Habitacional Picoto (50), Bairro Social Santa Tecla (181), Habitações Dispersas pela Cidade (133); São Vitor: O bairro tem 483 habitantes (339 de etnia cigana), e uma população bastante jovem: 194 tem menos de 30 anos (destes 151 menores de idade). Com poucos recursos, baixos níveis de escolaridade e elevado índice de desemprego; Bairro Social das Andorinhas.	643	1- Bairro Social de Santa Tecla - freguesia de São Vitor - "Crescer Comum" 2 - Bairro Social das Andorinhas - freguesia de Braga (São Vicente) - "Projeto AS	2	Iniciativa Brag@brinca- Consiste numa unidade móvel dotada de equipamentos multimédia, livros, jogos pedagógicos e outros materiais, destinada às crianças e jovens que residem nas zonas mais vulneráveis e carenciadas do Concelho de Braga, com vista a combater o insucesso escolar, a promover estratégias preventivas no combate da incidência de problemas sociais, a incutir hábitos de conservação e de preservação dos espaços e a melhorar a qualidade de vida da população residente. Projeto (Re)escrever o Nosso Bairro- É cofinanciado pela UE e tem como objetivo principal promover a inclusão social e combater a pobreza, bem como qualquer tipo de discriminação. Sessões de Formação e Sensibilização destinadas à população residente nos Bairros Sociais que visam sensibilizar para a importância da adopção de comportamentos ambientais sustentáveis, de hábitos de vida saudável, da organização da vida familiar e dos valores de cidadania, bem como dos cuidados a ter com a habitação e o espaço envolvente. Atividade de Capacitação de Lideranças	http://www.bragahabit.pt/pt/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
							Locais, promovida por parte das entidades Bragahabit/ PASEC- Pretende conferir sustentabilidade à intervenção física realizada nos territórios através do envolvimento das comunidades locais, mediante a capacitação de mediadores e de líderes locais ao nível da dinamização de processos de inclusão inteligente que envolvam de forma direta a sua comunidade de pertença, pelo que pretende-se dotar as comunidades de mediadores locais, que facilitem os processos de relação institucional entre organismos centrais e as populações.	
Braga	Cabeceiras de Basto	1- Apoio à construção/ reconstrução/ampliação de habitação própria; 2- Redução do IMI; 3-Apoio habitacional a estratos sociais desfavorecidos; 4-Pagamento em prestações.	"SRPHS"	21				https://cabeceirasdebasto.pt/files/14/14402.pdf
Braga	Celorico de Basto	1- Ao nível municipal, a ELH de Celorico de Basto (dezembro de 2021) apresenta um diagnóstico das carências habitacionais e define um plano de ação que responda a essas necessidades. A reabilitação urbana consiste na intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado, incluindo a reabilitação do edificado, de forma a melhorar o seu estado de conservação ou a adaptá-lo a novas funções, bem como a remodelação ou beneficiação das infraestruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços de utilização coletiva.	"SRPHS"	MSHS				https://www.mun-celoricodebasto.pt/viver/habitacao-e-reabilitacao-urbana/estrategia-local-de-habitacao/
Braga	Esposende	1-PROHABITA; 2-Habitação Social; 3-Porta 65 jovem; 4- Requalificação Habitacional; 5-AMAReMAR; 6- Habita + Apoio ao Arrendamento	No presente momento, existem 355 fogos de habitação social nas várias freguesias do concelho, sendo a CM proprietária de 62 fogos.	62	1- Esposende - zona sul (incluindo bairros sociais) - União das Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra - "SEMEAR AFETOS" 2- União das Freguesias de Esposende, Marinhas e Gandra- "Esposende, comunidade amiga das pessoas com demência"	2		www.municipio.esposende.pt/pages/361
Braga	Fafe	1-Programa municipal para a melhoria de habitação de agregados familiares carenciados. Podem candidatar-se aos apoios, os proprietários, comproprietários, usufrutuários ou arrendatários da habitação sujeita a intervenção, desde que: o seu rendimento per capita mensal seja inferior a 75% do salário mínimo nacional; não possuam, a qualquer título, qualquer outra	O Município de Fafe tem a seu cargo a gestão do património do Bairro da Cumieira que é constituído por 214 fogos, dos quais 49 estão vendidos.	191	1- Freguesia de Paços - "Aldeia + Saudável e Feliz ... a vez do ... ESPAÇO S+"	1	O 'Projeto Ei!' é uma iniciativa de impacto social, com foco centrado na inclusão de crianças e jovens de um contexto socioeconómico vulnerável em Fafe: o Bairro da Cumieira, construído no final da década de 70 para alojar pessoas de perfil social de desfavorecido. É um projeto que procura contribuir para a promoção de um crescimento inteligente, sustentável e	https://cm-fafe.pt/artigo/habitacao

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		habitação; no caso dos comproprietários ou arrendatários, os mesmos se encontrem devidamente autorizados.					inclusivo e para a coesão económica, social e territorial. A autarquia de Fafe considera que não é suficiente requalificar os espaços físicos, pelo que considera ser necessário continuar a apostar e a reforçar este tipo de intervenção, de forma a dar as capacidades às pessoas para que possam integrar-se na vida comunitária e ter as mesmas oportunidades.	
Braga	Guimarães	1- Habitação Social; 2- Residência Partilhada (famílias unipessoais, constituídas por uma só pessoa). Gestão social, patrimonial e financeira está ao cargo da CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães; 3- Subsídio Municipal ao Arrendamento (SMA); 4- Programa Porta 65 Jovem; 5- Programa 1º Direito.	Encontram-se sob a gestão da CASFIG 493 habitações, 1 edifício Sede e 5 salas de condomínio. O número de habitações distribui-se por 9 empreendimentos, 2 bairros antigos e um conjunto de habitações dispersas pelo Concelho de Guimarães.	1544	1- Bairro da Emboladoura - freguesia de Gondar "Palácio da Imaginação" 2- Freguesia de Creixomil- "Distâncias Off" 3 - Empreendimento de Urgezes - freguesia de Urgezes - "7Bairros Capitais_7Bairros Culturais" 4- União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil- "CriativaMente"	4		www.cm-guimaraes.pt/pages/1433?news_id=2610
Braga	Póvoa de Lanhoso	1- Regulamento atribuição de subsídio ao arrendamento a estratos sociais desfavorecidos: município vai atribuir um apoio económico ao arrendamento de habitações, quando não seja possível garantir resposta de alojamento em habitação social; 2- HabitaLanhoso – Este programa destina-se a financiamento para obras de conservação, reparação, beneficiação, ampliação ou conclusão de obras de habitação própria do individuo e/ou agregado familiar economicamente desfavorecido. Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social: O GAS e Saúde da CM da Póvoa de Lanhoso desenvolve um conjunto de respostas tendentes à resolução das diferentes problemáticas que afetam as famílias do Concelho da Póvoa de Lanhoso, numa perspetiva multidimensional, interinstitucional e de articulação, que é o caso dos apoios à melhoria das habitações – Câmara e Programa Solarh; 3- ELH apresentada à Ministra da Habitação, Marina Gonçalves em março de 2023.	"SRPHS"	38	1- Bairro em Regime de Arrendamento Apoiado de Garfe - freguesia de Garfe - "Habitar para Agir"	1		www.povoadelanhoso.pt/atividade-municipal/acao-social-saude/habitacao/
Braga	Terras de Bouro	1- Regulamento Municipal de Concessão de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade — Habitação Condigna; 2- Programa Porta 65 Jovem; 3- Atribuição de lotes destinados à construção de habitações unifamiliares, nos termos e condições fixadas no Regulamento.4 - ELH	"SRPHS"	21				https://www.cm-terrasdebouro.pt/index.php/atividade-municipal/noticias/2710-municipio-reune-com-as-juntas-de-freguesia-para-apresentacao-e-

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
								definicao-da-estrategia-local-de-habitacao-de-terras-de-bouro?highlight=WyJoYWJpdGFcdTAwZTdcdTAwZTNvIl0=
Braga	Vieira do Minho	1- Programa Municipal de Apoio à Habitação e Outros, Atribuição de Habitações Sociais Municipais: 1.1- Habitação Social- comparticipa as famílias mais carenciadas do concelho, que vivem em espaços sem condições mínimas de higiene e conforto. Este programa incluirá quatro projetos: 1.2- Reparação de imóveis; 1.3- Reconstrução – destina-se às casas degradadas e desejem executar obras de beneficiação e melhoramento necessárias à criação de condições de segurança, higiene e conforto; 1.4- Ampliações – necessitam de as ampliar a fim de preservar a intimidade e privacidade; 1.5- Apoio à construção – agregados familiares que possuam terreno próprio, e que pretendam iniciar a construção de habitação ou que já tenham iniciado a construção de habitação.	Bairro Nossa Sra. Da Fé	102				https://cm-vminho.pt/wp-content/uploads/2019/04/MOD-ASE-15-R1-check-list-Habita%C3%A7%C3%A3o-Social-1.pdf
Braga	Vila Nova de Famalicão	1- Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional, o qual consagra e disciplina os princípios gerais e as condições de acesso às comparticipações financeiras a fundo perdido e ao apoio técnico a conceder pela autarquia, visando a melhoria das condições básicas dos agregados familiares mais carenciados e desfavorecidos do município.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 98 fogos distribuídos pela Urbanização dos Moinhos de Vento- Valdossos (45 fogos para arrendamento social); Urbanização das Bétulas-Largo da Estação (35 fogos para arrendamento social); Urbanização das Austrálias; Outeiro- Requião (12 fogos para arrendamento social), Urbanização da Gábila; S. Vicente (4 fogos para arrendamento social) e Carreira (Casa Solidária) e Seide. S. Miguel (2 fogos para arrendamento social).	373				https://www.famalicao.pt/apoio-a-estratos-sociais-desfavorecidos
Braga	Vila Verde	1- Habitações Sociais- O município dispõe de habitação social.	O município dispõe de 23 fogos ocupados: 9 apartamentos de tipologia T3 na freguesia de Vila Verde, 8 moradias individuais na freguesia de Barbudo e 6	23				https://www.cm-vilaverde.pt/viver/apoio-social/habitacao/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
			habitações em banda na freguesia de Parada de Gatim.					
Braga	Vizela	1- Habitação social, ao abrigo do PER. Este programa tem por objetivo o realojamento, em regime de renda apoiada, de famílias de menores recursos económicos e que vivem sem o mínimo de condições de habitabilidade. O projeto tem continuidade, sendo complementado, numa perspetiva integrada, por um programa de informação, acompanhamento e apoio social às famílias, tendo em vista um maior sucesso do programa de realojamento. Esta intervenção pretende, por um lado, garantir, em especial às famílias mais carenciadas, condições que lhes permitam reorganizar o seu projeto de vida em função das exigências decorrentes da nova situação habitacional e, por outro, criar uma dinâmica de participação que favoreça a constituição de condomínios capazes de gerirem e organizarem os espaços comuns. Entretanto, e com vista a atualização dos dados recolhidos em 2000, enquadrado na atual legislação, a CM efetuou novo levantamento habitacional no decorrer do ano de 2006/2007, com vista à conclusão dos restantes 23 fogos, agora, ao abrigo do PROHABITA.	O parque habitacional da autarquia conta com 41 fogos de habitação social. O Município de Vizela dispõe de um programa de informação, acompanhamento e apoio social às famílias, tendo em vista um maior sucesso do programa de realojamento. Esta intervenção pretende, por um lado, garantir, em especial às famílias mais carenciadas, condições que lhes permitam reorganizar o seu projeto de vida em função das exigências decorrentes da nova situação habitacional e, por outro, criar uma dinâmica de participação que favoreça a constituição de condomínios capazes de gerirem e organizarem os espaços comuns.	18				www.cm-vizela.pt/servicos-municipais/acao-social/habitacao-social/
Bragança	Alfândega da Fé	1- Regulamento de utilização habitações sociais; 2- Fundo Social de Apoio à Habitação; 3- ELH | Programa 1º Direito.	Bairro Social Trás do Castelo.	43	1- Freguesia da Alfândega Da Fé / Sambade/ UF de Parada e Sendim da Ribeira/UF de Sendim da Serra e Ferradosa- "Nutrir Para Reabilitar"	1		https://www.cm-alfandegadafe.pt/pages/572
Bragança	Bragança	1- Habitação Social e Melhorias Habitacionais: este serviço presta apoio aos bairros sociais que pertencem ao município, bem como promove o apoio a melhorias habitacionais de particulares residentes no concelho em situação de comprovada carência socioeconómica	A CMB possui atualmente 3 Bairros Sociais: Bairro Social da Coxa; Bairro Social da Mãe d'Água; Bairro Social da Previdência; Propriedade municipal na sua totalidade (40 edifícios); Parcialmente propriedade do município (12 edifícios).	264	1- Bairro da Coxa - freguesia de Sé, Santa Maria e Meixedo - "Integra (Ação)" 2- Bairros Sociais da Cidade de Bragança - freguesia de Sé, Santa Maria e Meixedo - "Centro de Estudos no Bairro - "Vitamina Mentes"	2		www.cm-braganca.pt/pages/204
	Carrazeda de Ansiães	1- Oficinas domiciliárias- Cinco reparações domésticas não excedendo o valor de 150€ 2 - A ELH de Carrazeda de Ansiães visa beneficiar 134 agregados habitacionais (331 pessoas) que atualmente vivem em condições indignas e sem recursos que lhes permitam fazer face às suas necessidades habitacionais. Esta estratégia do município de Carrazeda de Ansiães foi definida com base no	"SRPHS"	5	1- Pinhal do Norte / Carrazeda de Ansiães- Freguesia de Carrazeda de Ansiães- "Cuidar Carrazeda: saúde mental em contexto de pandemia"	1		https://www.cm-carrazedadeansiaes.pt/servicos/acao-social-18

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		levantamento e na caracterização das necessidades dos munícipes, que identificou no concelho 134 agregados familiares que atualmente vivem em condições consideradas "indignas".						
Bragança	Freixo de Espada à Cinta	1-Fundo Social de Apoio à Habitação, financia obras de recuperação de habitação própria (a habitação tem de ser própria e única, o beneficiário não pode possuir empréstimos) e financia obras especificas de primeira necessidade até ao montante de € 3741.00.	"SRPHS"	50				http://www.cm-freixoespadacinta.pt/ver.php?cod=0E0A0B
Bragança	Macedo de Cavaleiros	1- Programa "Macedo Habitar" contempla ainda o apoio financeiro ao arrendamento e à recuperação de habitações degradadas. Estas duas iniciativas encontram-se em fase de análise de candidaturas. É uma iniciativa do município que tem como objetivo contribuir para minimizar as dificuldades das famílias ao nível da habitação social; 2- ELH: permite o reforço do planeamento e da intervenção dos Municípios em matérias de habitação e de inclusão social.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 2 Bairros de Habitação Social: Bairro da Alegria – dispõe de 32 fogos e o Bairro de S. Francisco de Assis – constituído por 146 fogos.	133	1- Freguesia de Macedo de Cavaleiros- "Dar CorAção à Vida"	1		www.cm-macedodecavaleiros.pt/pages/953?news_id=2994
Bragança	Miranda do Douro	Regulamento sobre a atribuição de apoios ao nível da habitação a estratos sociais desfavorecidos: 1- Subsídio ao arrendamento: comparticipação financeira a fundo perdido, destinada a apoiar o pagamento da renda mensal devida pela celebração de contrato de arrendamento; 2- Subsídio para obras: comparticipação financeira e/ou em materiais de construção e/ou em mão -de -obra, destinada à realização de obras na habitação propriedade do requerente, de modo a conferir à mesma condições condignas de habitabilidade; 3- Arrendamento de habitação social: atribuição, em regime de arrendamento, de uma habitação social ao requerente, ficando o mesmo condicionado à existência de habitação social disponível, e no qual a renda a fixar fica dependente do rendimento do agregado familiar. Pode revestir a modalidade de habitação social partilhada; 4- ELH| Programa 1º Direito.	"SRPHS"	17				www.cm-mdouro.pt/pages/123
Bragança	Mirandela	1- O município de Mirandela dispõe de habitação social; 2- Regulamento dos Apoios Económicos que inclui a vertente da habitação; 3- ELH do concelho de Mirandela.	A Autarquia é proprietária de 61 fogos de habitação social. Estas habitações sociais estão localizadas nos seguintes locais: Bairro Operário com 19 fogos; Avenida Eng.º Camilo Mendonça-	190				https://www.cm-mirandela.pt/pages/963

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
			Bloco do MAP e do GAT com 26 fogos; Rua Dr. José Bacelar com 4 fogos; Rua Dr. Paulo Mendo-Vale da Azenha com 12 fogos.					
Bragança	Mogadouro	O 1º Eixo - Mougadouro Apoia - visa garantir uma oferta adequada de habitação social e fomentar a coesão e integração da população desfavorecida, nomeadamente a reabilitação do Bairro do FFH; 2- Habitação para jovens, em regime de arrendamento acessível.	"SRPHS"	40				https://www.mogadouro.pt/pages/800?folders_list_75_folder_id=337
Bragança	Torre de Moncorvo	1- Habitação Social: Integradas nas medidas de habitação Social do Estado e Poder Local, a habitação Social, constitui-se como uma resposta destinada a uma franja da população com menores recursos económicos, permitindo-lhes o acesso a uma habitação que reúna as condições necessárias ao seu desenvolvimento e melhor qualidade de vida; 2- O Serviço de Ação Social Habitação e Cantinas tem como objetivo promover o bem-estar das populações em particular daquelas que pela sua condição social e económica estão mais vulneráveis aos fatores de pobreza e exclusão social, dotando-os de recursos/competências que lhes permitam reduzir/suprir as desvantagens sociais. É neste entendimento que o Serviço de Ação Social Habitação e Cantinas em conjunto com os parceiros da Rede Social, trabalha no sentido de corrigir algumas desigualdades sociais; 3- ELH do Município de Torre de Moncorvo - Programa 1º Direito.	O Município de Torre de Moncorvo dispõe de dois bairros de habitação social. O Bairro de Santo Cristo, construído na década de 70 pelo Fundo de Fomento de Habitação, foi transferido para o Município no ano 2003 e é constituído por 150 fogos de tipologias T2, T3 e T4, tendo sido alienados 102 fogos a custos reduzidos na sua maioria aos proprietários, existindo ainda 42 fogos em regime de arrendamento. O Bairro Fonte de Carvalho construído no ano 2007, ao abrigo do PER, é constituído por 30 fogos de tipologias T1, T2 e T3.	90				https://www.cm-moncorvo.pt/pages/584
Bragança	Vila Flor	1- Programa SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação; 2- Apoio à política municipal no âmbito de apoio à habitação, através do Regulamento de Apoio à melhoria das condições habitacionais de munícipes carenciados; 3- Apoio à política municipal de habitação social.	"SRPHS"	32				www.cm-vilaflor.pt/pages/409
Bragança	Vimioso	1- Regulamento para o Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos que inclui apoio no âmbito da Habitação. O IMI está nos patamares mínimos e a autarquia está também a vender terreno já com projeto aprovado com os mesmos benefícios para construir a própria habitação.	"SRPHS"	40				www.cm-vimioso.pt/pages/121

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
Bragança	Vinhais	1- Restauração ou construção de instalações sanitárias, incluindo a ligação às redes públicas de abastecimento de eletricidade, água e saneamento; 2- Adaptações em habitações de deficientes; 3- Reparação ou construção de telhados, paredes interiores e exteriores, pavimentos degradados; 4- Arranjo/recuperação de janelas e portas interiores e exteriores; 5- Obras de beneficiação interior e ou ampliação; 6- Pequenas obras de melhoria e conservação das habitações; 7- Regulamento de Apoio aos Estratos Sociais Mais Desfavorecidos que inclui Apoio ao Arrendamento Habitacional; 8- Regulamento Municipal de Atribuição de Habitação Social em Regime de Renda Apoiada Propriedade do Município de Vinhais.	"SRPHS"	51	1- Bairro da Formiga - freguesia de Penhas Juntas - "Formiga de ASA" (Apoiar, Socializar, Autonomizar)	1		https://www.cm-vinhais.pt/cmvinhais/uploads/writer_file/document/2997/regulamento_de_apoio_aos_estratos_sociais_mais_desfavorecidos.pdf
Castelo Branco	Belmonte	1- Foi assinado no dia 25 de Janeiro, enquanto Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIMBSE), um protocolo único e pioneiro no país, assinado com o Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana e que resulta de uma estratégia conjunta dos 15 municípios da CIMBSE, este protocolo tem como objetivo dotar este território de habitação com todo o conforto e as comodidades dos nossos tempos, nomeadamente ao nível da eficiência energética, a preços acessíveis e controlados; 2- Áreas de Reabilitação Urbana - ARU.	"SRPHS"	MSHS				https://cm-belmonte.pt/tipo-de-documento/acao-social/
Castelo Branco	Castelo Branco	1- Habitação Social: Considerando o direito constitucional segundo o qual todos os Cidadãos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar (Art.º 65º da CRP) a CMCB desenvolve um conjunto de medidas, que visam apoiar os munícipes com carências habitacionais que, frequentemente, se traduzem em condições de vida degradantes. O Município, através dos serviços da Divisão de Desenvolvimento Social, gere a atribuição de habitações municipais destinadas a habitação social. Os serviços do Município disponibilizam um serviço de atendimento social no âmbito da habitação, orientando e apoiando socialmente indivíduos e famílias em situação de carência ou disfunção,	O parque habitacional municipal de Castelo Branco é constituído por 332 fogos de habitação social distribuídos do seguinte modo: Bairro S. Tiago (118 fogos), Bairro Ex-Car (41 fogos), Bairro Horta D'alva (39 fogos), Bairro da Sapateira (14 fogos), Bairro do Cansado (43 fogos), Zona Histórica (68 fogos), Edificados dispersos pela cidade (8 fogos), Alcains (1 fogo).	300				www.cm-castelobranco.pt/municipe/areas-de-acao/acao-social/habitacao-social/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		mobilizando recursos próprios ou comunitários, encaminhando para programas, equipamentos ou serviços; 2- Programa Habitar Castelo Branco Solidário – Programa Municipal de Apoio à Realização de Obras em Habitações Degradadas, que visa apoiar agregados familiares carenciados, para a realização de obras nas respetivas habitações, que restaurem as condições de segurança e de conforto; 3- Habitar Castelo Branco: Programa Habitar Castelo Branco – Programa Municipal de Apoio à Realização de Obras em Habitações Degradadas, que visa dinamizar a reabilitação de prédios urbanos, com uso eminentemente habitacional, propriedade de pessoas individuais, na área do Município, cuja construção tenha sido concluída há pelo menos 30 anos, e que necessitem de intervenções que lhes confiram adequadas características de desempenho e de segurança.						
Castelo Branco	Covilhã	1- O município da Covilhã dispõe de Habitação Social; 2- Habitação de emergência social a munícipes que designadamente vejam a sua habitação destruída ou gravemente afetada pela ocorrência anómala e imprevisível, de um acidente grave ou catástrofe, assim como a vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores, criando-se, assim, mais um instrumento de realização das atribuições do município no domínio da ação social e do exercício das competências deste município. A CM da Covilhã, numa perspetiva de reorganização e modernização do serviço de ação social e habitação, considera importante uma maior aproximação aos inquilinos/munícipes do concelho, através da implementação de GLAS, rede de gabinetes de atendimento nos Bairros Sociais que, a partir do mês de maio e numa fase inicial, se distribuirá pelas freguesias de Tortosendo, Teixoso e Boidobra.	Existe Habitação social no Bairro do Património na Covilhã, no Bairro da Alâmpada, na Boidobra e no Bairro do Cabeço, no Tortosendo.	693	1- Bairro das Nogueiras - freguesia de Teixoso e Sarzedo - "Pontes" 2- Bairro do Património - freguesia da Covilhã e Canhoso - "Melhor Idade" 3- Bairro Social do Cabeço - Freguesia do Tortosendo - "Saudinha" 4- Bairro dos 80 Fogos- Urbanização Quinta da Alâmpada- Freguesia de Covilhã- "Pátio dos 80"	4	A CM da Covilhã considera importante uma maior aproximação aos inquilinos/munícipes do Concelho, através da implementação de GLAS, rede de gabinetes de atendimento nos Bairros Sociais das freguesias de Tortosendo, Teixoso e Boidobra. Integração do Município da Covilhã nos consórcios estabelecidos com os Projetos financiados pelo Programa Escolhas no território, sendo nas Freguesias da Boidobra e Teixoso: "Talentos E6G" promovido e gerido pela Beira Serra e na Freguesia do Tortosendo: "Ser Mais E6G" promovido pelo Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto e gerido pela Coolabora. Os GLAS funcionarão em articulação com a intervenção que estes projetos desenvolvem nos Bairros sociais.	www.cm-covilha.pt/?cix=840&tab=792&curr=817&lang=1
Castelo Branco	Fundão	1- PROHABITA- A criação de condições de acesso a uma habitação condigna por parte dos estratos populacionais de menores recursos económicos constitui uma prioridade, não só da política do Governo	Site não está em funcionamento	17				https://www.cm-fundao.pt/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		para o setor da habitação, como das Administrações Local e Regional que se propõem combater as situações de grave carência habitacional existentes; 2- Mercado Social de Arrendamento- O Município do Fundão celebrou, um protocolo com o Fundo de Investimento Imobiliário para o Arrendamento Habitacional, com o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana e com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, no âmbito do Mercado Social de Arrendamento. Esta é uma medida do Programa de Emergência Social, dirigida a classes sociais que apresentando rendimentos superiores aos que permitem a atribuição de uma habitação social, não apresentam, contudo, capacidade financeira para arrendarem um imóvel em mercado livre. A medida consiste na disponibilização para o mercado social de arrendamento de imóveis no concelho, por parte de entidades bancárias aderentes, com valores de renda mensais inferiores a 30% relativamente aos valores médios praticados em mercado livre; 3- Porta 65 Jovem.						
Castelo Branco	Idanha-a-Nova	1- Áreas de Reabilitação Urbana - ARU; 2- ELH: é composta por seis programas de acesso à habitação: 2.1 Programa de Arrendamento e Reabilitação de Habitação, Própria e Secundária (destinatários: população jovem e população em geral – construção/aquisição/reabilitação); 2.2 Programa de Requalificação e Adaptação Funcional de Habitação (destinatários: população idosa/necessidades específicas); 2.3 Programa de Apoio à Habitação para Estudantes do Ensino Superior (aquisição de imóvel para reabilitação para Residência de Estudantes); 2.4 Programa Integrado de Apoio (destinatários: população em situação de risco e de exclusão social – construção/reabilitação); 2.5 Programa de Apoio à Manutenção e Reabilitação de Habitação Própria (apoio em obras de reabilitação/conservação de famílias carenciadas); 2.6 Gabinete de Apoio ao Munícipe, constituído por uma equipa especializada para disponibilização de informação sobre a ELH e apoios financeiros disponíveis.	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-idanhanova.pt/areas/habita%C3%A7%C3%A3o.aspx

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
Castelo Branco	Oleiros	1- Existência de uma medida que se destina à criação de habitação própria no concelho e será instituída nos seguintes apoios: no caso de compra (em fração ou em edifício), a comparticipação será de 5000 euros, será entregue após a celebração da escritura de compra e venda do mesmo; no caso de construção (quando o terreno for propriedade dos beneficiários), a comparticipação será de 2500 euros, dividido em duas tranches: 2500 euros por altura da emissão de licença de construção e a segunda, por altura da emissão da licença de habitabilidade; 2- ELH.	"SRPHS"	MSHS				https://cm-oleiros.pt/acao-social/#
Castelo Branco	Penamacor	1- Regulamento municipal destinado à melhoria das condições habitacionais dos agregados familiares mais carenciados do concelho.	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-penamacor.pt/servicos-municipais/acao-social/apoios-sociais
Castelo Branco	Proença-a-Nova	1- Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – PERU - Regulamento do Programa de Incentivos à Reabilitação Urbana. 2 – Beneficiação de Habitações	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-proencanova.pt/802/beneficiacao-de-habitacoes
Castelo Branco	Sertã	1- Regulamento Municipal de Apoio a Agregados Familiares com Dificuldade Sócio Económicas: Podem requerer os apoios, no âmbito do regulamento, os indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, ou inferior desde que se encontrem m situação de autonomia económica; 2- ARU - Áreas de Reabilitação Urbana.	"SRPHS"	MSHS				https://cm-serta.pt/viver/m-acao-social/120-acao-social/351-apoio-agregados-familiares
Castelo Branco	Vila de Rei	1- Regulamento de Atribuição e Gestão de Habitação a Custos Controlados do conjunto dos 36 Fogos, em Vila de Rei; 2- Porta 65 Jovem.	Parque habitacional constituído por 36 fogos de habitação social.	37				www.cm-viladerei.pt/images/acao_social/habitacao/AlterRegulamentoHabSocial.pdf
Castelo Branco	Vila Velha de Ródão	1- Apoio ao Arrendamento Jovem; 2-Apoios à habitação: podem passar pelo apoio à: Construção, Aquisição ou Recuperação; 3- Apoio ao Arrendamento a Famílias Numerosas.	As Normas de Acesso e Gestão do Parque Habitacional do Município podem ser consultadas no Serviço de Atendimento e no GAS da CM. Dois imóveis arrendados.	MSHS				https://www.cm-vvrodao.pt/viver/viver-em-rodao/habitacao.aspx
Coimbra	Arganil	1- Habitação Jovem- Regulamento Municipal; 2- Programa "Conforto Habitacional para Pessoas Idosas"; 3- A ELH de Arganil visa identificar os principais problemas habitacionais do território, com vista a qualificar o tecido urbano e potenciar o bem-estar social, assegurar o acesso a uma habitação condigna a todas as famílias, dar prioridade às operações de reabilitação do	"SRPHS"	8	1- Bairro São Vicente Paulo - freguesia de Arganil - Projeto "Arco Íris" - " Vem Dar Cor à Tua Vida"			https://www.cm-arganil.pt/balcao-online/regulamento-municipal-de-habitacao-jovem-2/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		parque habitacional e gerar nova habitação adaptada a suprir carências especificas, promover o mercado de arrendamento e apostar num modelo de gestão habitacional inteligente e mais próximo dos munícipes.						
Coimbra	Cantanhede	Apoio no âmbito da Habitação: 1- obras de melhoria/adequação habitacional: - Reconstrução de habitação; 2- Ampliação de habitação; 3- Melhorias habitacionais e obras de conservação; 4- Erradicação de barreiras arquitetónicas e obras de melhoramento de condições de segurança e conforto de indivíduos com mobilidade reduzida; 5- Ramais de água, baixadas elétricas, ligação à rede de saneamento e gás; 6- Elaboração dos projetos legalmente exigidos no âmbito do presente apoio, bem como o custeamento das despesas inerentes às certificações necessárias; 7- Programa SOLARH: tem como finalidade a concessão de apoio financeiro especial, sob a forma de empréstimo.	"SRPHS"	11				https://www.cm-cantanhede.pt/mcsite/pagina/1031/programas-de-apoio
Coimbra	Coimbra	1- Arrendamento apoiado - Projeto de Regulamento Municipal tem como objetivo primordial garantir o acesso à habitação de forma justa e equitativa, definindo o respetivo procedimento de atribuição e prevendo o estabelecimento prévio de critérios de hierarquização e de ponderação transparentes, objetivos e uniformes. O Planalto do Ingote em Coimbra agrega cinco bairros três dos quais são municipais com características sociais: Bairro da Rosa, Bairro do Ingote (ex FFH ou ex IGAPHE) e Bairro António Sérgio.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 8 bairros sociais: Bairro da Rosa (Tipologias – T1, T2, T3 e T4) – 222 habitações; Bairro do Ingote (Tipologias – T1 e T3)- 145 habitações; Bairro da Misericórdia (Tipologias – T1, T2, T3 e T4)- 29 habitações; Bairro da Fonte do Castanheiro (Tipologias – T2 e T3)- 72 habitações; Bairro da Fonte da Talha (Tipologias – T2 e T3)-71 habitações; Bairro do INGOTE – Ex –IGAPHE (Tipologias – T3)- 73 habitações; Bairro da Conchada (Tipologias – T1, T2, e T3)- 28 habitações; Bairro de Celas (Tipologias – T2 e T3)-100 habitações.	863	1- Assafarge e Antanhol, Coimbra - freguesia de Assafarge e Antanhol - "CULTIVAR FUTUROS" 2-Bairro da Relvinha - freguesia de Eiras e São Paulo de Frades - "Vamos pôr a Relvinha no Centro!" 3- Bairro da Rosa, Bairro do Ingote (ex FFH ou ex IGAPHE) e Bairro António Sérgio - freguesia de Eiras e São Paulo de Frades - "Bairros ConVida" 4- Freguesia da Eiras e Loreto- "Famílias em ação: em busca de contextos de vida salutogénica"	4	Bairro do Ingote - Freguesia – União das Freguesias de Eiras e S. Paulo de Frades. O projeto surgiu na sequência de um Protocolo celebrado, em 2004, entre a CM de Coimbra e a Escola Superior Agrária de Coimbra. São compostas por 25 talhões, com cerca de 150 m2, distribuídos por três núcleos. Cada talhão possui um compostor, uma arrecadação, um recipiente para a recolha de águas pluviais e uma tomada de água. Tem como objetivos: o reforço do orçamento familiar e minimização das situações de pobreza, promoção da segurança alimentar, integração social e ocupação dos tempos-livres e requalificação do espaço urbano. Desde 2004 que o INOVINTER integra o Consórcio do Trampolim, o projeto do programa escolhas e que tem a sua intervenção nos bairros sociais na cidade de Coimbra mais precisamente no Bairro da Rosa, Ingote e agora na 6ª geração no parque habitacional do campo do Bolão. O Consórcio é constituído pela CM de Coimbra (entidade promotora); CASPAE 10 (entidade gestora); CPCJ de Coimbra; IPDJ, I.P; Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel; Agrupamento de Escolas Coimbra Centro; UF de Eiras e S. Paulo de Frades;	https://www.cm-coimbra.pt/areas/viver/habitacao/habitacao-social

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
							Inovinter; Cearte e Cáritas Diocesana de Coimbra. Tem como destinatários diretos, crianças e jovens de idades compreendidas entre os 6 e os 24 anos. O projeto tem a duração de 3 anos cujo início foi em março de 2015 e o fim previsto para dezembro de 2018. Os objetivos são os seguintes: diminuir comportamentos de risco e promover estilos de vida saudáveis fomentar a valorização e o interesse pela escola; contribuir para a transição na vida através da capacitação e/ou certificação de competências.	
Coimbra	Condeixa-a-Nova	1- Áreas de Reabilitação Urbana - ARU; 2- ELH: Programa 1º Direito. A CM de Condeixa aceitou a transferência, proposta pelo Governo, de um conjunto de novas competências à exceção das referentes à habitação social e gestão de praias, esta última por não ter aplicação no concelho.	"SRPHS"	19				https://cm-condeixa.pt/noticia/2497/
Coimbra	Figueira da Foz	1- Áreas de Reabilitação Urbana - ARU; 2- Figueira Domus: empresa municipal, tem por objetivo promover e gerir a habitação social do Concelho; 3- Reabilitar Para Arrendar: tem como objetivo o financiamento de operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos, que após reabilitação deverão destinar-se predominantemente a fins habitacionais. Estas frações destinam-se a arrendamento em regime de renda condicionada.	O Parque habitacional é composto por 565 casas. Ver mais em: https://figueiradomus.pt/bairros	564	1- Bairro Social de Brenha (Fonte Nova) - freguesia de Alhadas - BRENHA + "SASTIPEN" (palavra Saúde no ROMANI - língua cigana)"	1		https://www.cm-figfoz.pt/
Coimbra	Góis	1- Reabilitação urbana (ARU) de Góis corresponde à vila de Góis, incluindo o centro da vila – núcleo histórico – e as zonas de expansão, essencialmente para norte, e sobretudo ao longo da margem direita do rio Ceira. Esta área engloba ainda o troço da EN 2 (que se desenvolve paralelamente ao rio, na margem esquerda, e que toma aqui o nome de rua Doutor Padre António Dinis), assim como parte do Bairro de São Paulo e da zona do castelo; 2- Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI); 3- ELH de Góis.	"SRPHS"	6	1- Bairro Cristina Rodrigues- Freguesia Góis- "O Nosso Bairro"	1		https://www.cm-gois.pt/
Coimbra	Lousã	1- PARHD – Programa de apoio à recuperação de habitações degradadas aprovado em fevereiro de 2001: melhorar as condições de habitabilidade; contribuir para o bem-estar dos agregados familiares e para a sua autonomia; prevenir situações de	"SRPHS"	7				https://cm-lousa.pt/atividades-municipais/acao-social/recuperacao-de-habitacoes/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		promiscuidade e insalubridade nas habitações; dignificar as condições de vida de grupos socialmente mais vulneráveis; corresponsabilizar a própria família na resolução do seu problema habitacional, e cuja habitação é própria: famílias vítimas de calamidade pública; famílias sem condições mínimas de habitabilidade; famílias onde a promiscuidade seja permanente, com crianças em situação de risco ou outros problemas associados, alcoolismo, desorganização psicossocial e familiar e problemas de saúde; indivíduos ou agregados familiares com rendimento per capita inferior ao valor do RSI; indivíduos ou agregados familiares que não sejam alvo de outros apoios; 2-ELH: Programa 1º Direito.						
Coimbra	Mira	1- Regulamento de atribuição de lotes de terreno para construção de habitação própria na urbanização da Videira Norte; 2- O Município de Mira avança com um investimento de cerca de 11 milhões de euros para a construção de habitações com arrendamentos a custo acessível no concelho.	"SRPHS"	MSHS	1- Lugares de Seixo, Cabeças Verdes e Marco Soalheiro- Freguesia de Seixo- "SEIXO, Comunidade FIS - Feliz, Inclusiva e Saudável" 2- Lentisqueira- Freguesia de Mira- "Vamos Caminhar Juntos"	2		www.cm-mira.pt/node/2895
Coimbra	Miranda do Corvo	1- Programa do Fundo de Emergência Social- os apoios têm sempre carater excecional e estão contempladas despesas com habitação; 2- Unidade Móvel de Saúde e Apoio ao Cidadão- Para além desta viatura estar vocacionada para a prestação de cuidados de saúde primários, também presta apoio social aos munícipes. Neste sentido, esta unidade é acompanhada por um Assistente Social que presta atendimento personalizado na viatura, efetua visitas domiciliárias e executa relatórios sociais. Este serviço possibilita igualmente um apoio à população a nível de serviços camarários, levando informações e recebendo sugestões/pretensões de várias ordens, nomeadamente: pavimentos danificados, alerta para maus cheiros, pedido de contentores ou anéis de proteção dos mesmos, alerta para habitações em estado avançado de ruínas, etc.	"SRPHS"	MSHS				https://cm-mirandadocorvo.pt/menu/207/acao-social
Coimbra	Montemor-o-Velho	1- Habitação Degradada- Encontra-se em fase de elaboração o Regulamento Municipal de Apoio à Habitação Degradada, no sentido de proporcionar um apoio efetivo às famílias, com baixos recursos económicos, que residem em imóveis sem quaisquer condições	"SRPHS"	4				https://www.cm-montemorvelho.pt/index.php/estrategia-local-de-habitacao

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		de habitabilidade e salubridade; 2- Áreas de Reabilitação Urbana - ARU; 3-ELH: Programa 1º Direito.						
Coimbra	Oliveira do Hospital	1- Casa Digna – Programa Municipal de Apoio à Recuperação ou Criação de Habitabilidade. Poderão candidatar-se a este apoio os agregados familiares em situação de comprovada carência económica, moradores no concelho de Oliveira do Hospital há pelo menos um ano e que reúnam as condições de acesso previstas no regulamento, que define as regras aplicáveis à atribuição de subsídios ou apoios destinados à melhoria das condições habitacionais básicas dos agregados familiares mais carenciados do município, no que se refere às seguintes áreas: Obras de conservação, beneficiação, alteração ou ampliação de habitação própria e permanente; Eliminação de barreiras arquitetónicas; Licenciamento de obras para a habitação própria e permanente.; O Programa municipal Casa Digna foi lançado em 2015 com o objetivo de apoiar a recuperação de casas e a criação de condições de habitabilidade a pessoas com dificuldades sócio-económicas, pelo que já contribuiu para a recuperação de 40 habitações de famílias do concelho de Oliveira do Hospital que se candidataram a este programa; 2- Área de Reabilitação Urbana (ARU) da cidade de Oliveira do Hospital; 3- ELH: Programa 1º Direito.	Bairro Social João Rodrigues Lagos - Em causa está a realização de obras de reabilitação nas 21 habitações, a criação de hortas urbanas nos logradouros bem como a requalificação urbanística do espaço público deste bairro social construído nos finais da década de 50 pelo benemérito João Rodrigues Lagos. Refira-se ainda que esta operação contemplou também a reconstrução de mais quatro habitações daquele bairro social, propriedade do Município de Oliveira do Hospital.	40				https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/municipio/item/967-programa-casa-digna-%E2%80%93-candidaturas
Coimbra	Pampilhosa da Serra	1- Programa SOLARH - Apoio à Recuperação de Imóveis SOLARH - Destinatários: Proprietários de habitação própria e permanente ou de habitações devolutas; 2- PCHI - Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas- O Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas, inserido no Plano Nacional de Ação para a Inclusão, visa o melhoramento das condições básicas de habitabilidade e mobilidade de pessoas idosas que usufruam de serviços de apoio domiciliário, pretendendo assim evitar a sua institucionalização e dependência. O programa destina-se a pessoas com mais de 65 anos, com rendimentos mensais per capita iguais ou inferiores ao valor indexante aos apoios sociais e que vivam em habitação	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-pampilhosadaserra.pt/pages/469

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		própria, usufruam de apoio domiciliário e que residam sozinhas ou coabitem com pessoas idosas, menores ou portadores de deficiência. Este programa tem como objetivo financiar a fundo perdido, até ao montante de 3500 Euros por fogo, a realização de obras de conservação ou beneficiação das habitações nas quais residam idosos que cumpram as condições de acesso predefinidas; 3- Porta 65 - Arrendamento Jovem.						
Coimbra	Penacova	1- Apoio habitacional através do acompanhamento processual e desenvolvimento de programas de apoio, nomeadamente: levantamento das situações de carência habitacional no concelho; realização de propostas de realojamento de famílias em situação emergência social; arrendamento apoiado em habitação municipal; 2-Apoio e acompanhamento psicossocial de famílias residentes nas habitações de arrendamento social da Câmara; apoio na aquisição de equipamento doméstico para a habitação em situações de comprovada carência económica; 3- Integração, acompanhamento e apoio financeiro de munícipes que apresentam candidaturas ao fundo social de apoio à habitação (FSAH). Os apoios concedidos através do FSAH destinam-se à comparticipação de obras necessárias para garantir as condições mínimas de conforto, segurança e salubridade, nas habitações de famílias carenciadas residentes no concelho de Penacova.	"SRPHS"	11				http://www.cm-penacova.pt/pt/pages/habitacao
Coimbra	Penela	1- Diagnóstico de situações de carência habitacional; 2- Apoio e enquadramento das situações sócio-familiares na melhoria das suas condições de habitabilidade: Apoio à candidatura de projetos de financiamento - Programa SOLARH; 3- Apoio na elaboração de projetos de construção; Apoio em pequenas obras de conservação e recuperação; 4- Programa 1º Direito; 5- Penela Jovem é um programa de iniciativa municipal, tem como principal objetivo estimular e incentivar a fixação de jovens famílias. Este incentivo incide no apoio à construção ou aquisição de habitação própria	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-penela.pt/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		através da atribuição de um subsídio; 6- Programa de Arrendamento Acessível.						
Coimbra	Soure	1- Regulamento de Incentivos à Conservação de Fachadas de Imóveis na Zona Histórica de Soure; 2- Áreas de Reabilitação Urbana - ARU.	"SRPHS"	17				https://www.cm-soure.pt/
Coimbra	Tábua	1- Apoio Municipal ao Arrendamento Habitacional (AMAH)- apoio na renda de casa, pago mensalmente por transferência bancária para a conta do beneficiário. O apoio tem uma duração de um ano, podendo ser renovável até ao máximo de 3 anos, enquanto a situação de carência do beneficiário o justificar; 2- Divulgação do Programa Porta 65 Jovem; 3- ELH de Tábua.	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-tabua.pt/viver/acao-social/estrategia-local-de-habitacao/
Coimbra	Vila Nova de Poiares	1- A CM de Vila Nova de Poiares dispõe de habitação social. O Bairro Dr. Martins Vicente e o Bairro de Vale Gião são os mais recentes exemplos de habitação social, modernos e completamente infraestruturados, que culminaram em 40 moradias unifamiliares com o objetivo de apoiar as famílias mais carenciadas e proporcionar uma oportunidade para resolver as carências habitacionais da população jovem concelhia.	Bairros de habitação social: Bairro Dr. José Morais (S. Miguel de Poiares); Bairro Dr. Augusto Simões; Bairro Dr. Sá Carneiro; Bairro Dr. Martins Vicente; Bairro de Vale Gião.	MSHS	1- Aldeia do Carvalho- Freguesia de Arrifana- "Integrar - Estilos de vida saudáveis" 2- Freguesia de Poiares (Santo André) - "Circular - A Loja Colaborativa da EN2"	2		https://cm-vilanovadepoiares.pt/habitacao
Évora	Alandroal	1- Regulamento Municipal de Apoio Social a Melhorias Habitacionais no Concelho de Alandroal; 2- Apoio à Fixação de Residência em Habitação Própria. O site encontra-se indisponível, para manutenção na área da habitação.	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-alandroal.pt/municipe/areas-de-acao/habitacao/
Évora	Arraiolos	1- Programa Municipal de apoio à reabilitação de habitações degradadas para estratos sociais desfavorecidos: incentivo à realização de obras de conservação, reparação ou beneficiação em habitações degradadas ou em mau estado, de cidadãos social e economicamente desfavorecidos comparticipando os respetivos custos, dotando as habitações de conforto, salubridade e segurança. O apoio destina-se exclusivamente a pessoas singulares constituídas em agregados familiares cuja situação sócio económica não lhes permita proceder às intervenções necessárias à consecução dos fins previstos neste Regulamento.	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-arraiolos.pt/wp-content/uploads/2020/07/regulamentoprogramamunicipaldeapoioreabilitaodehabitaesdegradadasparaestratossociaisdesfavorecidas.pdf
Évora	Borba	1- Arrendamento de Habitações Sociais- Regulamento Municipal; 2- Área de	"SRPHS"	16				https://www.cm-borba.pt/municipe/ar

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		Reabilitação de Borba (ARU) de Borba; 3 - Casa Social de Borba- Casa de Acolhimento Temporário- Esta intervenção enquadra-se nos PAICD, com o objetivo de promover a inclusão social em territórios desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social. Esta Casa de Acolhimento Temporário pretende atuar numa fração populacional específica com problemáticas sociais adjacentes e situações críticas que necessitam de intervenção urgente. A instalação deste equipamento de utilização coletiva, servirá de apoio às famílias com necessidades de realojamento por períodos não superiores a 4 meses e pressupõe um trabalho de inclusão e de desenvolvimento social com estas famílias a ser desenvolvido pelo Serviço de Ação Social do Município de Borba; 4 - ELH: tem por objetivo promover a adequação dos instrumentos de política nacionais às especificidades locais e a adoção de uma abordagem integrada e estratégica na sua implementação, garantindo que as soluções habitacionais a desenvolver são conducentes à integração socioterritorial das comunidades.						eas-de-acao/acao-social/habitacao/
Évora	Estremoz	1- ARU da Cidade de Estremoz- visa fomentar a reabilitação do edificado, mas também gerar a revitalização urbana, com ações de natureza social e económica. Uma intervenção integrada compreendendo a qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços de utilização coletiva. Confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações direito a apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana.	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-estremoz.pt/noticias/1-o-direito
Évora	Évora	1- Habévora- tem por principal objetivo a promoção da habitação social do município de Évora e a gestão social, patrimonial e financeira dos prédios da empresa, podendo adquirir e vender prédios urbanos ou lotes para construção, promover a construção de casas de habitação e proceder ao seu arrendamento ou à sua venda. 2- PER - A CM de Évora, ao abrigo de um Acordo de Colaboração celebrado com o IHRU disponibilizou 136 novas habitações	Bairro da Cruz da Picada: 265 fracções habitacionais; Bairro da Malagueira: 197 fogos (habitações unifamiliares); Bairro Horta das Figueiras 1: 171 fogos- prédios da Ex-Fundação Salazar e os prédios situados na Praceta Natália Correia e nas Ruas Amadeu Sousa Cardoso, Francisco Alberto Cutileiro, General Humberto Delgado,	806	1- Bairro Malagueira / Bairro António Sérgio/ Bairro Cruz da Picada/ Bairro Sra. da Glória/ Bairro de Santa Maria - freguesia de Malagueira e Horta das Figueiras - "Parque Urbano de S. Sebastião" 2- Bairro da Cruz da Picada/ Bairro de Santa Maria - freguesia de Malagueira e Horta das Figueiras - "Ringue da Cruz da Picada" 3-Bairro Cruz da Picada, Santa Maria, Malagueira, Fontanas, Escurinho e Horta das	7		http://www.habevora.pt/objeto-social.html

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		destinadas a realojamento de agregados altamente carenciados, que residiam em barracas ou casas abarracadas. Este programa beneficiou as pessoas mais desprotegidas e garantiu a prossecução de uma política ativa de habitação no Concelho de Évora, através da atribuição de um lar condigno aos munícipes residentes em barracas ou casas abarracadas; 3- Programa 1º Direito; 4- Programa Arrendamento Acessível; 5- Programa Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível; 6- Porta 65 Jovem.	Thomáz de Mello, Henrique Pousão e Alexandre Rosado; PER – 1º fase: A CM de Évora, ao abrigo de um Acordo de Colaboração celebrado com o IHRU, disponibilizou 136 novas habitações destinadas a realojamento de agregados altamente carenciados; Bairro do Escurinho: 58 habitações; Bairro da Câmara: 15 fogos de habitação social; Bairro Garcia de Resende e São João de Deus: 38 frações habitacionais; Bairro Sra. da Saúde e Horta das Figueiras 2 (2ª Fase): 82 frações habitacionais; Localizações Diversas: 3 fogos dispersos, situados no Centro Histórico- Rua dos Peneireiros e Travessa das Canastras.		Figueiras -freguesia de Malagueira e Horta das Figueiras - "Construindo Futuros" 4 - Bairro da Malagueira, Bairro da Torregela, Bairro de Santa Maria, Bairro da Senhora da Glória, Bairro do Gancho - freguesia de Malagueira e Horta das Figueiras - "Ribeira da Torregela Viva e Vivida" 5 - Bairro da Comenda / Bairro da Senhora da Saúde - Freguesia de Bacelo e Senhora da Saúde - "Bairros na Linha" 6- Bairros da Malagueira e Horta das Figueiras - freguesia de Malagueira e Horta das Figueiras - "Sempre Ligados" 7 - Bairro da Malagueira - freguesia da Malagueira e Horta das Figueiras - "Espaço Multi-recreativo do Largo da Nora"			
Évora	Montemor-o-Novo	1-"MOR SOLIDÁRIO": gestão integrada e requalificação dos fogos sociais do município; parcerias Câmara/ proprietários para disponibilização de habitação para fins sociais, e tem como objetivos principais: aumentar significativamente a cobertura das necessidade de habitação social; incentivar o uso de habitação devoluta, a requalificação de habitação e o mercado de arrendamento; requalificar o parque do município destinado a habitação social; garantir uma gestão integrada e homogénea do parque habitacional do município; 2- Programa Casa Eficiente 2020 – financiamento através de empréstimos em condições mais favoráveis face às de mercado para intervenções de melhoria do desempenho ambiental dos edifícios (acrescentaria o que segue) com especial enfoque na eficiência energética e hídrica, bem como na gestão dos resíduos urbanos; 3- Nova Geração de Política de Habitação – 1º Direito – dirigido a famílias em situação de grave carência habitacional e a viver em condições consideradas inadequadas com apoios financeiros para a reabilitação de casa própria e permanente; 4- ELH de Montemor-o-Novo – para além da integração de políticas públicas municipais de apoio ao acesso à habitação, viabiliza também o acesso ao programa 1º Direito	No Concelho de Montemor-o-Novo existem 36 habitações propriedade de entidades do sector social localizadas na Cidade (21) e em Lavre (15), atribuídas a pessoas e famílias em situação de carência financeira e vulnerabilidade social, que não conseguem aceder a uma habitação no mercado livre. A quase totalidade destas habitações (33) apresentam deficientes condições de habitabilidade, não dispondo as entidades proprietárias de meios financeiros para a sua reabilitação. Estas habitações são, de acordo com as entidades proprietárias, insuficientes para responder às necessidades, já que, sempre que uma habitação fica disponível, o número de requerentes é muito elevado. A Fábrica da Igreja da Paróquia de Nª Sª da Vila é proprietária de 11 habitações, todas localizadas na Cidade (Anexos 1 e 5), são atribuídas a custo zero ou por valores simbólicos, com base em critérios como a carência económica dos	64	1- União das Freguesias de Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras- "Verde Bairro"	1		https://www.cm-montemornovo.pt/municipe/areas-de-acao/habitacao/estrategia-local-de-habitacao/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		pelos proprietários privados"e Minorar em 15% a taxa de IMI, em imóveis para habitação própria e permanente, nas zonas urbanas das freguesias, com exceção da cidade de Montemor-o-Novo; Minorar em 10% a taxa de IMI, em imóveis arrendados para habitação própria e permanente, nas zonas urbanas das freguesias e na cidade de Montemor-o-Novo, fora das ARU aprovadas; Reduzir em 50% a taxa de IMI, em prédios urbanos arrendados para habitação própria e permanente, com contrato de arrendamento igual ou superior a 5 anos, que cumpra as regras aplicáveis às Rendas Condicionadas ou arrendados ao abrigo do Programa de Arrendamento Acessível; Isentar de IMI proprietários jovens entre os 18 e 35 anos, com residência permanente em habitação própria nas ARU aprovadas, durante 5 anos; Isentar parcialmente as transmissões onerosas para prédios urbanos arrendados, caso o 1º contrato de arrendamento seja celebrado no prazo máximo de 12 meses após a data de aquisição. 5- IFRRU- Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas – Os pedidos de financiamento (sob a forma de empréstimos mais favoráveis face às existentes no mercado), são dirigidos, no concelho às seguintes entidades: Banco Santander Totta, BPI e Millennium BCP.	requerentes e a adequação das características da habitação aos agregados familiares.					
Évora	Mora	1- Regulamento do Programa de apoio à recuperação de habitações degradadas.	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-mora.pt/municipe/areas-de-acao/habitacao/
Évora	Mourão	1- ARU da Vila de Mourão; 2- Regulamento de Acesso e Atribuição de Habitação Municipal de Mourão; 3- ELH de Mourão.	"SRPHS"	8				https://www.cm-mourao.pt/municipe/areas-de-acao/habitacao/
Évora	Portel	1- Apoio para pinturas de habitação; 2- ELH de Portel.	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-portel.pt/estrategia-local-de-habitacao-do-municipio-de-portel/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
Évora	Redondo	1- Reabilitar para Arrendar: Está disponível uma linha de Crédito, gerida pelo IHRU, que consiste num empréstimo de longo prazo, destinado ao financiamento de operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos, que após a reabilitação se destinem predominantemente a fim habitacional, devendo as frações habitacionais e respetivas partes acessórias destinar-se a arrendamento em regime de renda apoiada ou condicionada ou em qualquer outro regime de arrendamento, desde que o valor da renda praticada não exceda o valor da renda condicionada do fogo, nos termos do regulamento; 2- Programa Municipal de Apoio a Melhorias Habitacionais no Concelho de Redondo; 3- ARU da Vila de Redondo e ARU da Vila de Montoito.	"SRPHS"	30				https://www.cm-redondo.pt/
Évora	Reguengos de Monsaraz	1- O município de Reguengos de Monsaraz dispõe de habitação social. Ao nível da habitação social em regime de renda apoiada o trabalho realizado orienta-se para: atendimento a todos os munícipes/famílias com carências ao nível habitacional; atribuição dos fogos vagos; acompanhamento social dos agregados familiares que residem no parque habitacional do município; pequenas obras de beneficiação nas habitações sociais; atualização das rendas das habitações: Concurso para Atribuição de Habitação com Renda Apoiada 2022; 2- Regulamento Municipal da Missão "Mais pelos Jovens", que visa definir dentro de cada eixo de apoio do Programa, destinado a jovens com idades entre os 18 e os 35 anos, e que inclui Apoio à Habitação.	"SRPHS"	35				https://www.cm-reguengos-monsaraz.pt/municipe/areas/acao-social/habitacao-social/
Évora	Vendas Novas	1- Regulamento Municipal de Habitação Social (RMHS); 2- Oscar - Oficina Solidária em Casa - Apoio nas Reparações.	"SRPHS"	55				https://www.cm-vendasnovas.pt/municipe/areas-de-acao/accao-social/habitacao-social/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
Évora	Viana do Alentejo	1- Regulamento Municipal de atribuição de lotes de terreno para construção de habitação; 2- ELH: Programa 1º Direito.	"SRPHS"	MSHS	1- Freguesia de Viana do Alentejo / Freguesia de Alcáçovas / Freguesia de Aguiar- "Gente Rija"	1		https://www.cm-vianadoalentejo.pt/estrategia-local-de-habitacao-elh-acordo-de-colaboracao-com-o-instituto-da-habitacao-e-reabilitacao-urbana-ihru/
Évora	Vila Viçosa	1- O município de Vila Viçosa dispõe de habitação social; 2- Apoio para pequenos arranjos habitacionais: Resultado da celebração de um protocolo entre a CM de Vila Viçosa, a Cáritas Paroquial de Nossa Senhora da Conceição e a Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa. Este apoio visa apoiar famílias carenciadas na realização de pequenos melhoramentos habitacionais, como por exemplo, a reparação de goteiras, isolamento de paredes, combate e pequenas infiltrações, reparações de portas ou janelas, entre outras. O apoio económico a prestar não poderá ultrapassar, de acordo com o estipulado no protocolo estabelecido, o montante de 500 euros.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 28 fogos de habitação social em Bencatel e 38 em Vila Viçosa.	79				https://www.cm-vilavicosa.pt/municipe/areas-de-acao/acao-social/habitacao-social-e-apoio-a-arranjos-habitacionais/
Faro	Albufeira	1- Regime de Arrendamento em Renda Apoiada; 2- Regime de Arrendamento em Renda Convencionada; 3- Regulamento de Atribuição de Subsídio ao Arrendamento (RASA); 4- Projeto "ENCONTROS" - pequenos grupos de inquilinos têm a oportunidade de esclarecer e debater vários assuntos, tais como: saúde, segurança pessoal e habitacional, alimentação, higiene pessoal e habitacional, gestão orçamental, entre outros. Ao mesmo tempo, estes "ENCONTROS" permitem ainda dar atenção a questões relacionadas com a auto-estima de cada um dos intervenientes.	"SRPHS"	114			Administração dos Condóminos efetuada pelos moradores com apoio dos Técnicos: Reuniões de condomínios com os residentes de habitação social: reuniões anuais, com a presença dos técnicos de habitação, que possibilitam a definição de regras sobre direitos e deveres dos moradores, bem como no que respeita ao envolvimento, ao nível da responsabilização dos moradores e das relações entre eles. Desta forma pretende-se fomentar as relações sociais, de forma dinâmica e harmoniosa, mesmo no que respeita à gestão de conflitos e promoção de uma gestão adequada dos espaços comuns. Estas reuniões servem também para atenuar alguns conflitos latentes nas relações de vizinhança, apresentando-se como um importante momento para expor e debater assuntos do interesse geral; Levantamento e visitas domiciliárias das situações habitacionais precárias: este trabalho passa igualmente por identificar a composição destes agregados familiares, bem como a localização geográfica em que estão	https://www.cm-albufeira.pt/content/habita-o-social

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
							inseridos e os seus rendimentos. O levantamento permite uma tomada de consciência das preocupações habitacionais em Albufeira e uma possível estruturação de possíveis tomadas de decisão dentro deste âmbito; Instrução e preparação dos processos tendo em vista o cálculo dos valores das rendas de habitação social: Todos os anos, os inquilinos de habitação social, tem de prestar provas dos seus rendimentos anuais por forma a atualizar o valor da renda apoiada. Os serviços analisam as situações socioeconómicas dos agregados familiares e procedem à elaboração conjunta de planos de pagamento das dívidas, em caso de atraso no pagamento das rendas.	
Faro	Alcoutim	1- Apesar de não existir referência ao Parque habitacional municipal, pode ler-se no setor notícias: atribuição de seis fogos de habitação social municipal em regime de renda apoiada; 2- ELH de Alcoutim.	"SRPHS"	MSHS				https://cm-alcoutim.pt/upload_files/1/1/Atividade%20Municipal/ELH/ELHA_2_2_Estrategia_20210707.pdf
Faro	Aljezur	1- Apoiar a melhoria das condições habitacionais de munícipes com comprovada carência económica, com ou sem parceria com outras entidades. Os apoios destinam-se à realização de pequenas obras que sejam consideradas essenciais para a satisfação das necessidades básicas de habitabilidade e contemplam, entre outras, as seguintes: reparação ou construção de instalações sanitárias, incluindo ligação às redes públicas de abastecimento de água, esgotos/fossa e eletricidade; reparação ou construção de telhados e ou pavimentos em estado de ruína; adaptações em edifícios com deficientes; reparação e ou construção de rede de água interior e ramais de água; instalações elétricas interiores, ramais e baixadas elétricas; arranjo/ recuperação de janelas e portas exteriores; obras de beneficiação interior e ou ampliação; obras de simples beneficiação e conservação das habitações; melhoria das condições de segurança das habitações; 2-Apoio ao arrendamento a custos controlados; 3- Apoio à autoconstrução em loteamentos municipais	O parque habitacional da autarquia abrange o Bairro Car, o Bairro 25 de Abril e o Bairro Rua das Ceifeiras, além de outros fogos de arrendamento social dispersos, num total de 41 fogos propriedade do município para arrendamento a custos controlados.	45	1- Freguesia de Bordeira- "ESCOLANOVA - Centro de Artes da Bordeira			www.cm-aljezur.pt/pt/menu/200/apoio-na-habitacao.aspx
Faro	Castro Marim	1- Porta 65 Jovem: Apoio ao arrendamento jovem. Este programa do governo apoia o arrendamento de habitações para residência,	O município de Castro Marim é proprietário de 74 fogos de arrendamento:	74				https://cm-castromarim.pt/site/c

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		atribuindo uma percentagem do valor da renda como subvenção mensal e tem como objetivo regular os incentivos aos jovens, de forma a proporcionar: estilos de vida mais autónomos aos jovens, sozinhos, em família ou em coabitação jovem; reabilitação de áreas urbanas degradadas; dinamização do mercado de arrendamento; 2- Habitação Social.	Urbanização Cercado do Poço da Ordem, em Castro Marim (48 fogos); Urbanização das Laranjeiras, em Altura (24 fogos); Urbanização das Laranjeiras, em Altura (8 fogos); Rua João de Deus, em Castro Marim (4 fogos); Cerro do Enho (1 fogo)					onteudo/habitacao-social
Faro	Faro	1- O município de Faro dispõe de habitações em regime de arrendamento apoiado; 2- Apoio à Recuperação/Beneficiação de Habitações Degradadas de Estratos Sociais Desfavorecidos; 3-Apoio ao Arrendamento Urbano Privado para Fins Habitacionais, por Pessoas Singulares.	O município de Faro conta atualmente com 447 fogos de habitação social, dos quais 399 arrendáveis, estando os restantes cedidos a título precário.	454	1- Ilha da Culatra- UF da Sé e São Pedro- "Requalificação da Tenda Multiusos do Núcleo Piscatório da Ilha da Culatra" 2- Ilha da Culatra- UF da Sé e São Pedro- "Culatra Responsável" 3- Rua Professor Alberto Uva (Acampamentos da comunidade cigana) / Avenida Cidade de Hayward / Lejana de Cima- UF da Sé e São Pedro- "Romani Tehara (Ciganas de Amanhã) - Rumo ao Empowerment feminino nas comunidades ciganas" 4- Acampamento Cigano- Monte João Preto- Freguesia de Loulé- "Môçes da nossa Terra"	4		https://www.cm-faro.pt/pt/menu/1185/concursos-habitacao.aspx
Faro	Lagoa	1- O município de Lagoa dispõe de apoio à habitação promovido pela Administração Central, efetuando sempre que necessário através dos seus serviços um acompanhamento, organização de processos e entrevistas sociais de forma a verificar a viabilidade de concessão de incentivos à recuperação de habitação privada no concelho de Lagoa por parte do IHRU; 2- Incentivo à promoção de habitação a custos controlados no concelho; 3- Apoios ao arrendamento de habitação própria permanente por parte dos jovens e/ou agregados familiares carenciados.	O parque habitacional do Município de Lagoa é constituído por quatro bairros de cariz social, localizados nas freguesias de Porches, Carvoeiro, Lagoa e Estômbar: Porches – Bairro Municipal de Porches: 67 fogos Carvoeiro – Bairro Municipal Jacinto Correia: 65 fogos; Lagoa – Bairro Municipal Zeca Afonso: 17 fogos; Estômbar – Bairro Municipal das Marinhas: 15 fogos e Ferragudo – Sítio da Passagem: 2 fogos.	170			Gabinete de Apoio ao Morador- Uma vez por semana, num período de 2 horas, os munícipes residentes nos Bairros Municipais terão a oportunidade de agilizar assuntos que dizem respeito aos apoios disponibilizados pela Unidade de Ação Social e Saúde. Deste modo, atenuam-se os custos de deslocação dos utentes, reaproxima-se o município das dinâmicas e necessidades da população e rentabilizam-se todos os recursos humanos e físicos. Atividades Lúdico-Pedagógicas- Uma vez por semana (durante o período letivo), num período de 2 horas, o GIS desenvolve em cada bairro atividades de cariz lúdico e pedagógico de forma organizada, planeada e estruturada e, deste modo pretende aumentar o nível de autonomia das crianças e jovens. As atividades serão realizadas de acordo com as épocas festivas e de acordo com as motivações dos participantes. Para além disso, não serão esquecidas as atividades de cariz ecológico, empreendedor e inovador. No período de férias escolares, o GIS passará mais tempo nos Bairros Municipais e	https://www.cm-lagoa.pt/viver/acao-social-e-educacao/acao-social/habitacao

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
							possibilitará idas ao exterior (e.g., visitas, caminhadas, etc.).	
Faro	Lagos	1- Conservação e gestão do património habitacional Municipal. A gestão e conservação do património habitacional municipal assenta em critérios de equidade e sustentabilidade social, de forma a elevar a dimensão social e cívica da população residente e, desta forma, contribuir para uma imagem positiva e agradável em termos de vivência social; 2- Empreendimentos em regime de arrendamento; 3- Empreendimentos em regime de sub-arrendamento; 4- Programação de respostas habitacionais: a programação de respostas habitacionais assenta em diagnósticos dinâmicos e objetivos, resultantes da análise e aferição dos níveis de procura em termos de necessidades qualitativas e quantitativas registadas no Serviço de Habitação Municipal; 5- Auto-construção: o segmento da auto-construção conta com níveis de procura atualizados, os quais permitem-nos a programação de novos loteamentos, em áreas estratégicas em termos de desenvolvimento e revitalização das freguesias com índices de envelhecimento preocupantes; 7- Processo de atribuição de fogos e lotes: O processo de atribuição de fogos e lotes municipais assenta em critérios de equidade e solidariedade social decorrentes das disposições legais em vigor; 8-Uso e manutenção da habitação e dos espaços exteriores: componentes informativas e pedagógica, desenvolvidas junto das famílias arrendatárias, com vista a um melhor uso e manutenção das habitações que lhes são atribuídas, bem como dos espaços comuns e exteriores.	O parque habitacional municipal em regime de arrendamento é constituído por 291 fogos: Bairro dos Moinhos (56 fogos), Urbanização Municipal de 72 fogos do Chinicato (73 fogos), Santo Amaro (16 fogos), Bairro Operário (2 fogos), Bairro dos Pescadores (23 fogos), Bairro 25 de Abril- Lagos (24 fogos), Localizações Dispersas (3 fogos), Urbanização Chesgal - 2.ª Fase (7 fogos), Urbanização Municipal de Odiáxere (9 fogos), Urbanização de Bensafrim (32 fogos),Urb. Lacóbriga - Bensafrim (9 fogos), Urb. das Amendoeiras (13 fogos), Urb. Rossio das Eiras (24 fogos). Em regime de sub-arrendamento o parque habitacional da autarquia é constituído por 94 fogos: Urbanização do Chinicato - "B" (29 fogos), Moradias Unifamiliares do Chinicato - "A" (16 fogos), Urbanização do Chinicato – "C" (4 fogos), Rua Filarmónica 1.º de Maio - Lote D (7 fogos), Urbanização Rossio das Eiras (22 fogos) e Urbanização Lacóbriga (16 fogos).	377				www.cm-lagos.pt/areas-de-atuacao/intervencao-social/habitacao
Faro	Loulé	1- Apoio à Recuperação Habitacional de Estratos Sociais Desfavorecidos- Regulamento; 2-Parque Habitacional e Gestão Social; 3- Acompanhamento social de todos os munícipes com carências ao nível habitacional.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 327 fogos: Bairro Municipal (47 fogos), Bairro Ex-Car (52 fogos), Edifício de Santa Luzia (31 fogos), Agrupamento Habitacional dos 56 Fogos, Empreendimento 6 fogos Salir, Agrupamento Municipal da Abelheira (64 fogos), Edifício Amendoeira (20	417	1- Prédio da Amendoeira / Bairro Social da Abelheira - Freguesia de Quarteira - "Afro Gypsy Costura" 2- Aldeias, montes e sítios- Freguesia de Alte- "ASAS- Aldeia dos Saberes e dos AfetoS"	2	No que concerne à Gestão Social desenvolvem-se as seguintes ações/atividades: Constituição de Condomínios; Elaboração de Regulamentos de Arrendamento e Gestão Habitacional; Identificação e resolução de situações de sobrelotação e sublocação; Resolução, através de atendimentos em conjunto com os inquilinos envolvidos, de situações de más relações de vizinhança; Identificação e	www.cm-loule.pt/pt/menu/414/habitacao.aspx

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
			fogos) e Realojamento Disperso (51 fogos)				resolução de situações de dívidas, através de acórdãos que permite ao inquilino liquidar a dívida em prestações mensais.; Promoção de programas de apoio ao nível de economia doméstica, higiene, alimentação, relações de vizinhança, entre outros.	
Faro	Monchique	A CM de Monchique tem vindo a equacionar e a implementar, em articulação com outras entidades, diversas respostas e projetos de intervenção social, que percorrem várias áreas, nomeadamente a da Habitação. É neste âmbito que se enquadra: 1- Regulamento de Apoio a Estruturas Sócias Desfavorecidas ou Dependentes, ao abrigo do qual a autarquia tem vindo a apoiar a recuperação/beneficiação de habitações de agregados familiares com carências sócio-económicas, desde o início de 2004; 2- Habita Jovem- Aquisição de Habitação Própria Permanente; Reconstrução (com ou sem ampliação), conservação, beneficiação ou recuperação de habitação própria permanente para os jovens residentes na circunscrição municipal e/ou a Jovens que pretendam fixar -se no concelho de Monchique.	"SRPHS"	MSHS				https://cm-monchique.pt/pt/menu/353/habita-jovem.aspx
Faro	Olhão	1- O município de Olhão dispõe de Habitação Social; 2- Habitação a custos controlados.	O parque habitacional da autarquia é constituído por um total de 852 fogos: 731 fogos arrendados, 112 fogos vendidos e 9 fogos cedidos para equipamentos sociais.	794	1- Bairro Fundo Fomento à Habitação - freguesia de Quelfes - "Bairro Cool"	1		https://cm-olhao.pt/menu/612/habitacao
Faro	Portimão	1- O município de Portimão dispõe de Habitação Social - Regulamento; 2- ELH; 3- Habitação a Custos Controlados no Vale de Lagar.	O património habitacional do Município de Portimão é constituído por cinco Bairros de Habitação Social e habitações dispersas, num total de 721 fogos.	665	1- Bairro da Cruz da Parteira - freguesia de Portimão - "Bairro Con(s)Ciência" 2 - Bairro da Cruz da Parteira - freguesia de Portimão- "No coração do Bairro - Intervenções a crianças com necessidades educativas especiais e famílias" 3 - Bairro da Cruz da Parteira - freguesia de Portimão- "PorTiArtista"	3		https://cm-portimao.pt/menus/servicos/habitacao
Faro	São Brás de Alportel	1- Regulamento de Habitação Social do Município de São Brás de Alportel; 2- Programa de Apoio ao Arrendamento Geral; 3- Programa de Apoio ao Arrendamento Jovem; 4- ELH: Programa 1º Direito; 3- Programa Mão Amiga.	"SRPHS"	42	1- Freguesia de São Brás de Alportel- "Projeto "Raízes"	1	Bem Me Quer- Projeto de animação e de intervenção comunitária no Espaço Multiusos João Rosa Beatriz, localizado no Bairro Social. Esta iniciativa integra diversas atividades (como a Ginástica, as artes, as histórias e os contos, a culinária, os passeios, as sessões de informação, entre outras ações, são exemplos das atividades oferecidas neste espaço e que resultam de um trabalho em parceria) que	https://www.cm-sbras.pt/pt/menu/336/habitacao.aspx

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
							visam o desenvolvimento de competências pessoais e sociais, promovendo a ocupação dos tempos livres e combatendo o isolamento social. Destina-se maioritariamente à população residente no Bairro Social e na sua zona de influência, mas os serviços encontram-se igualmente ao dispor de toda população, de modo a tornar-se possível a aproximação da população em geral aos bairros. www.cm-sbras.pt/pt/menu/968/bem-me-quer.aspx	
Faro	Silves	1- O município de Silves dispõe de habitação social para agregados familiares ou elementos isolados com carência habitacional e com fracos recursos económicos; 2- ELH de Silves : Programa 1.º Direito.	No Bairro da Caixa D´Água residem 320 pessoas, sendo que cerca de uma centena são crianças e jovens, enquanto no bairro do Progresso vivem 170 pessoas.	112	1- Freguesia de Silves (São Bartolomeu De Messines, Silves / freguesia de Portimão) - "Pulsando a Saúde - Projeto Integrado, Perspetiva Biopsicossocial de Promoção Saúde e Bem Estar"	1	"O Bairro é Meu"- Projeto de intervenção que visa trazer uma nova vida a dois bairros da cidade de Silves. Esta iniciativa envolve cerca de vinte entidades locais, num conjunto de iniciativas e medidas inovadoras, que têm como missão a inclusão de toda a comunidade residente e melhorar a relação com a restante população da cidade. O objetivo desta iniciativa é que sejam os próprios moradores a desenvolverem melhores condições de vida, e ainda se pretende "desconstruir" ideias estereotipadas, de modo a superar o estigma associado aos bairros sociais e combater a marginalização dos seus moradores.	https://www.cm-silves.pt/pt/menu/467/habitacao-social.aspx
Faro	Tavira	1- Atribuição de habitações municipais em regime de arrendamento apoiado; 2- ELH de Tavira: Programa 1.º Direito.	O parque habitacional do município é constituído por 594 habitações. Os Bairros de Atalaia, Jara, Horta do Carmo, Porta Nova e Bela Fria apresentam elevadas vulnerabilidades sociais, económicas e sanitárias, marcados pela instabilidade laboral, precariedade, sazonalidade, baixas qualificações escolares e baixos salários	594	1- Freguesia de Tavira (Santa Maria e Santiago) - "Projeto SEMENTE" 2- Freguesia de Cachopo e Tavira- "Recriar em Comunidade - Espaço Intergeracional e Comunitário" 3- Tavira Zona Urbana- UF de Tavira (SANTA MARIA E SANTIAGO) - "Projeto "Voltar a Sorrir" 4- Bairros da Porta Nova, Horta do Carmo e Eduarda Lapa e na envolvente da Escola Básica Horta do Carmo, do Concelho de Tavira na UF de Santa Maria e Santiago- Freguesia de Tavira- "Sigapé pela Saúde"	4		https://cm-tavira.pt/site/acao-social/habitacao-social/
Faro	Vila do Bispo	1- Regulamento Municipal de Atribuição de Habitação Social em Regime de Arrendamento Apoiado. 2- Regulamento Municipal para Alienação de 6 Lotes para Autoconstrução de Habitação Própria e Permanente, no Loteamento Municipal Portela da Igreja — Barão de São Miguel.	"SRPHS"	27				https://www.cm-viladobispo.pt/pt/menu/1809/habitacao.aspx
Faro	Vila Real de Santo António	1- Regulamento Municipal de Acesso, Atribuição e Gestão do Parque Habitacional de Habitação Social; 2- Programa de Arrendamento Acessível; 3- Regulamento	"SRPHS"	487				https://www.cm-vrsa.pt/pt/menu/224/apoio-ao-

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		Municipal Apoio ao arrendamento habitacional: a atribuir a agregados familiares com comprovada carência económica e que reúnam os parâmetros definidos em regulamento para a atribuição. O apoio consiste na atribuição mensal de uma comparticipação financeira para o pagamento da renda mensal do imóvel arrendado, durante o período de 12 meses; 4- ELH do Concelho de VRSA, baseada nos princípios orientadores do Programa 1º. Direito.						arrendamento-habitacional.aspx
Guarda	Aguiar da Beira	1- Programa Melhoria Habitação Degrada e Apoio ao Arrendamento: apoio para a requalificação de habitação própria degradada e para arrendamento habitacional, destinado a indivíduos ou agregados familiares carenciados, que reúnam as condições previstas no regulamento municipal; Regulamento de atribuição e gestão de fogos de renda social.	"SRPHS"	6				https://cm-aguiardabeira.pt/index.php/acao-social/servicos-e-programas-municipais/apoio-habitacao-degradada-e-renda
Guarda	Almeida	1- O município de Almeida dispõe de Programa de Habitação Social no Centro Histórico de Almeida; 2- Regulamento do Cartão Social Municipal que inclui apoios na vertente da habitação.	"SRPHS"	55				https://www.cm-almeida.pt/sem-categoria/habitacao-social/
Guarda	Celorico da Beira	1- Candidaturas a apoios financeiros a fundos perdidos | Acessibilidades para pessoas com deficiência em habitações; 2- Apoio nas candidaturas IFRRU 2020 – instrumento financeiro para a reabilitação e revitalização urbanas; 3- ELH de Celorico da Beira: Programa 1º Direito.	"SRPHS"	15				https://www.cm-celoricodabeira.pt/habitacao-social/
Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	1- Apoio à reabilitação urbana – instrumento financeiro para a reabilitação e revitalização urbana (IFRRU), financiamento de operações de reabilitação urbana circunscritas a áreas de reabilitação urbana e com planos de ação de regeneração urbana. Os tipos de projetos suscetíveis de financiamento são: reabilitação integral de edifícios de habitação que estejam na área do PARU e que tenham idade igual ou superior a 30 anos, ou um nível de conservação igual ou inferior a 2, avaliado de acordo com o decreto-lei nº 266-B/2012, de 31 de dezembro e que constará do parecer prévio a emitir pelo município que é necessário para a candidatura; reabilitação integral de edifícios não habitacionais (incluindo atividades económicas, equipamentos de utilização coletiva ou	"SRPHS"	12				https://cm-fcr.pt/apoio-reabilitacao-urbana/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		outros) que estejam na área da ARU e que tenham idade igual ou superior a 30 anos, ou um nível de conservação igual ou inferior a 2, avaliado de acordo com o decreto-lei nº 266-B/2012, de 31 de dezembro e que constará do parecer prévio a emitir pelo município que é necessário para a candidatura. O IFRRU 2020 apoia ainda medidas de eficiência energética complementares às operações de reabilitação urbana, que sejam identificadas pelo perito qualificado no certificado energético que é necessário para instruir a candidatura; 2- Regulamento Municipal de Atribuição e Ocupação das Habitações Sociais.						
Guarda	Fornos de Algodres	1- O Município de Fornos de Algodres iniciou em 1990 um programa de realojamento de famílias carenciadas residentes no concelho, com base em diversos acordos de colaboração celebrados com o INH, o IGAPHE, e no âmbito do PROHABITA; 2- ELH: Programa 1º Direito.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 18 fogos no Bairro do Ténis, sendo 10 de tipologia T2, 5 de tipologia T3, e 3 de tipologia T4.	18				https://www.cm-fornosdealgodres.pt/institucional/servicos-municipais/acao-social/habitacao-social/
Guarda	Gouveia	1- Gouveia + Solidária: Comparticipação no valor da renda; Redução das tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos; 2- "Gouvijovem" - Destina-se a jovens até aos 35 anos, e dispõem de apoio à fixação de residência na modalidade de arrendamento; Apoio à fixação de residência na modalidade de aquisição de edifício ou fração autónoma de edifício; Redução das tarifas de água, saneamento e resíduos sólidos; 3- Projeto "Gouveia Reabilita"- prestação de apoio técnico e na comparticipação financeira destinada à melhoraria das condições de habitabilidade de pessoas isoladas e/ou agregados familiares em situação socioeconómica vulnerável, cujas habitações necessitam ser qualificadas com vista ao melhoramento das condições básicas de habitabilidade e mobilidade; 4- Atribuição de Apoios Económicos à Habitação a arrendatários afetados pelos incêndios.	"SRPHS"	21				www.cm-gouveia.pt/apoios-sociais/
Guarda	Guarda	1- Regulamento Municipal de Atribuição de Habitação Social, 2- Regulamento Municipal de Apoio à Reconstrução da Habitação de Estratos Sociais Desfavorecidos; 3- IHRU e Município da Guarda disponibilizam habitações para arrendamento- conjunto de habitações destinadas ao mercado social do	"SRPHS"	81	1- Freguesia de Vila Fernando- "SAUDAR – Projeto Associativo de Consciencialização em Saúde Pública" 2- Freguesia da Guarda (inclui todos os bairros da Freguesia) - "Bairro a brincar"	2		https://www.mun-guarda.pt/municipio/governacao/acao-social/habitacao/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		arrendamento, com o objetivo de dar resposta às necessidades de habitação das famílias que não encontram resposta no mercado livre de arrendamento; 4- ELH: Programa 1º Direito.						
Guarda	Manteigas	1- O município de Manteigas dispõe de Habitação Social.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 30 fogos sociais.	40				https://cm-manteigas.pt/balcao-online/concurso-inscricao-atribuicao-habitacao-sociais/
Guarda	Mêda	1- O projeto "Meda Solidária" apoia a recuperação de habitações degradadas devido a carência socioeconómica ou dependentes; 2-ELH de Mêda: Programa 1º Direito.	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-meda.pt/avisos-categoria/aberturas-das-candidaturas-para-apoio-a-recuperacao-de-habitacoes-degradadas-devido-a-carencia-socioeconomica/
Guarda	Pinhel	1- O município de Pinhel dispõe de Habitação Social; 2- Programa Municipal de apoio à recuperação de habitações degradadas de pessoas carenciadas do Município de Pinhel.	A autarquia dispõe de 40 fogos de habitação, sendo um reservado a situações de emergência social.	39				https://www.cm-pinhel.pt/areas-de-acao/acao-social/habitacao/
Guarda	Sabugal	1- Apoio na habitação- Apoios financeiros: Reparação ou construção de instalações sanitárias; Reparação ou construção de telhados e ou pavimentos em estado de ruína; Adaptações em edifícios com deficientes; Reparação e ou construção de rede de água interior e ramais de água; Instalações elétricas interiores, ramais e baixadas elétricas; Arranjo/recuperação de janelas e portas exteriores; Obras de beneficiação interior e ou ampliação; Obras simples de beneficiação e conservação das habitações; Melhoria das condições de segurança das habitações; Aquisição do mobiliário e ou dos eletrodomésticos; 1.1- Apoios e serviços: Fornecimento de projetos tipo ou elaboração de projetos simples de arquitetura e de especialidades; Acompanhamento técnico na execução das obras; 1.2 — Bolsa de Imóveis: CM poderá adquirir imóveis, com o objetivo de efetuar realojamentos; 2-Áreas de Reabilitação Urbana - ARU.	"SRPHS"	MSHS				www.cm-sabugal.pt/wp-content/uploads/regulamento-municipal-apoios_sociais.pdf
Guarda	Seia	1- Programa Seia Reviva- concessão de apoios a proprietários, inquilinos ou condomínios enquanto medida de incentivo à	"SRPHS"	7				https://cm-seia.pt/viver/acao-

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		recuperação de fachadas dos imóveis. O Município contribui com os materiais destinados ao tratamento das fachadas dos edifícios; 2- Programa REMAESD- comparticipações financeiras a fundo perdido e ao apoio técnico a conceder pelo Município de Seia, visando a melhoria das condições básicas dos agregados familiares mais carenciados e desfavorecidos do município. Os apoios destinam-se a obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas, incluindo ligação às redes de abastecimento de água, esgotos e eletricidade; Ampliação de moradias ou conclusão de trabalhos; Melhoria das condições de segurança e conforto de pessoas em situação de dificuldade ou risco relacionado com a mobilidade e/ou segurança no domicilio; Apoio na formalização de pedidos de licenciamento ou de autorização de obras particulares, incluindo a elaboração dos respetivos projetos, quer se trate de obras de construção, remodelação ou ampliação de habitações; 3- Programa RECRIA- visa apoiar a execução das obras que permitam a recuperação de fogos e imóveis em estado de degradação, mediante a concessão de incentivos pelo Estado e Municípios; 4- Programa RECRIPH-prevê o acesso de administrações de condomínio que procedam a obras nas partes comuns dos condóminos que, sendo pessoas singulares, procedam a obras nas frações autónomas de prédios urbanos. As comparticipações a fundo perdido, destinam-se à realização de obras de conservação ordinária e extraordinária nas partes comuns dos prédios; 5- Programa SOLARH- concessão de um apoio financeiro especial, sob a forma de empréstimo sem juros, a agregados a familiares com fracos recursos económicos, a Municípios, instituições particulares de solidariedade social e cooperativas de habitação e construção.						social/apoio-a-habitacao/
Guarda	Trancoso	1- IFRRU2020 – Instrumento financeiro para a reabilitação e revitalização urbanas. Reabilitação integral de edificios com idade igual ou superior a 30 anos; Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas; Intervenções em edifícios de habitação social	Atualmente, o município dispõe de seis habitações sociais e de três imóveis (tipologia T3), na Rua das Courelas- Bairro Senhor dos	11	1- Aldeias da Serra da Broca- Freguesia de Trancoso- "Assembleia Geradora - Da Construção Participativa ao Empoderamento da Mulher Rural"	1		https://www.cm-trancoso.pt/outras-categorias/ifrru2020-instrumento-financeiro-reabilitacao-

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		que sejam alvo de reabilitação integral. O IFRRU 2020 apoia medidas de eficiência energética complementares às intervenções de reabilitação urbana; Habitação Social; Mercado Social de Arrendamento (MSA).	Aflitos para Mercado Social de Arrendamento (MSA).					revitalizacao-urbanas/
Guarda	Vila Nova de Foz Côa	1- ELH de Vila Nova de Foz Côa; Contrato de comparticipação para acompanhamento técnico - 1º direito; 2- Regulamento do Fundo de Emergência Social que inclui apoios na área da habitação.	"SRPHS"	MSHS				www.cm-fozcoa.pt/index.php/servicos-municipais/docs-online-2/camara-municipal/acao-social/programa-1-direito/2613-estrategia-local-de-habitacao/file
Leiria	Alcobaça	1- Regulamento de Atribuição de Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado; 2- ELH de Alcobaça.	O parque habitacional da autarquia é constituído por um fogo habitacional no Bairro Social de São Martinho do Porto (T2), com a capacidade máxima para 4 pessoas.	69				https://cms.cm-alcobaca.pt/upload_files/client_id_1/website_id_2/Atividade_Municipal/Acao_Social/habitacao%20social/Regulamento%20444%202017.pdf
Leiria	Alvaiázere	1- Regulamento de Atribuição e Utilização das Habitações Sociais do Município de Alvaiázere; 2- Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas (PCHI), tem por base uma política social de incremento das condições de vida das pessoas idosas, nomeadamente através da melhoria do conforto das suas habitações, por forma a permitir que estas permaneçam, o mais tempo possível, no seu meio habitual de vida. Estas melhorias traduzem-se em obras ao nível do edificado e na aquisição de equipamento indispensável; 3- SOLARH; 4- RECRIPH: regime para prédios em regime de propriedade horizontal, podem candidatar-se administradores de condomínio e condóminos de edifícios.	"SRPHS"	32				https://www.cm-alvaiazere.pt/pages/1012
Leiria	Ansião	1- Programa SOLARH (Programa de Solidariedade à Recuperação de Habitação): realização de obras de conservação e de beneficiação, através da atribuição de apoio financeiro, sob a forma de empréstimo sem juros, a conceder pelo IHRU. A CM presta atendimento à população ao nível deste programa, cabendo à autarquia a receção das candidaturas que, depois de verificar a regularidade e elegibilidade das mesmas,	"SRPHS"	1				https://www.cm-ansiao.pt/PT/municipes-areas-de-atividade/acao-social/estrategia-local-de-habitacao-do-concelho-de-ansiao-elh

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		remete os processos para o IHRU, cabendo a este organismo a aprovação das candidaturas e a concessão dos empréstimos; 2- ELH do Concelho de Ansião.						
Leiria	Batalha	1- Programa de apoio habitacional a estratos sociais desfavorecidos-cedência de materiais para a realização de obras que sejam consideradas essenciais para a satisfação das necessidades básicas de habitabilidade e que contemplam as seguintes situações: reparação ou construção de instalações sanitárias; sistema de distribuição predial de águas e respetivos ramais; rede interna de gás; instalações elétricas interiores, ramais e baixadas elétricas; reparação ou construção de coberturas, paredes, tetos e pavimentos; eliminação de barreiras arquitetónicas; substituição e reparação de janelas e portas; obras de beneficiação e pequenas reparações; aquisição de equipamento doméstico básico; 2- SOLARH - Programa de Solidariedade à Recuperação de Habitação proporciona às famílias mais carenciadas a facilidade de realizarem obras na sua habitação própria e permanente, sem sobrecarregarem as suas despesas mensais. O programa permite o acesso à concessão de empréstimos sem juros destinados a obras de conservação e beneficiação da habitação, nos seguintes casos: Em habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares que preencham as condições previstas no Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de Fevereiro; Em habitações devolutas de que sejam proprietários os municípios, as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa que prosseguem fins assistenciais, e as cooperativas de habitação e construção; Em habitações devolutas de que sejam proprietárias pessoas singulares.	"SRPHS"	1				www.cm-batalha.pt/areas-de-intervencao/accao-e-apoio-social/programas-de-intervencao-social/apoio-habitacional
Leiria	Bombarral	1- Regulamento Municipal de Acesso e Atribuição de Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado; 2- O município do Bombarral dispõe de Habitação Social.	O Município do Bombarral dispõe de dois complexos sociais habitacionais, que se situam na localidade de Vale Covo e Salgueiro, totalizando 21 fogos.	21				https://www.cm-bombarral.pt/
Leiria	Caldas da Rainha	1- A CM das Caldas da Rainha dispõe de habitação, destinada a pessoas com vulnerabilidade económica, a pagar uma renda social. Igualmente, o Serviço de Ação	"SRPHS"	63	1- Bairro dos Arneiros - freguesia de Santo Onofre e Serra do Bouro - "Reflexo do nosso Bairro"	1		https://www.mcr.pt/webcenter/portal/oracle/webcenter/page/scopedMD/s3cb489d

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		Social faz a articulação com o IHRU, com vista a obter informação relativa aos fogos disponíveis, assim como, efetua a articulação com vista à necessidade de intervenção nos fogos arrendados e que são propriedade do IHRU; 2-IFRRU: Instrumento Financeiro Reabilitação e Revitalização Urbanas.						d_3d2a_4d93_b095_c496cec0b515/PortalHome.jspx?wc.contextURL=%2Fspaces%2Fmcr&_afrLoop=10363421765821959&_adf.ctrl-state=ny8bhx7rl_43&lado=esquerda&hide=s
Leiria	Castanheira de Pêra	1- Promover a organização de processos respeitantes ao parque de habitação social municipal.	"SRPHS"	16				https://www.cm-castanheiradepera.pt/
Leiria	Figueiró dos Vinhos	1- Regulamento do Programa de Incentivos à "Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila"; 2- Regulamento Municipal de Habitação - Figueiró Habita +; 3-ELH: 1.º Direito.	"SRPHS"	9	1- Bairro São João Batista - freguesia de Figueiró dos Vinhos e Bairradas - "Casas do Bairro ... com Dign(IDADE)"	1		https://www.cm-figueirodosvinhos.pt/images/viver/urbanismo/URBANISMO-REGULAMENTOS/2011_Reg_Programa_Incentivos_Recuperacao_Habitacoes_na_Zona_Historica_da_Vila.pdf
Leiria	Leiria	1- Promover a melhoria da qualidade de vida, de indivíduos e famílias em situação de carência económica, permitindo o acesso a uma habitação adequada e que reúna todas as condições de habitabilidade; 2- Acompanhamento regular da ocupação dos fogos municipais; 3- Promover a avaliação socioeconómica de agregados candidatos a habitação social.	O parque habitacional da autarquia é constituído por um total de 109 fogos de habitação social, distribuídos por: Barbosa (3 fogos), Barreira (5 fogos), Coimbrão (1 fogo), Leiria (19 fogos), Maceira (5 fogos), Marrazes (27 fogos); Monte redondo (3 fogos), Ortigosa (3 fogos), Parceiros (5 fogos) e Santa Eufémia (38 fogos).	112			Giró Bairro- Projeto de intervenção local que passa por promover a inclusão social de Crianças/jovens e famílias residentes no Bairro Social Cova das Faias, através de uma estratégia de intervenção social, assente em quatro eixos (apoio social a crianças; apoio ao processo escolar; integração social de jovens em risco; apoio a famílias), que potencie a emancipação dos próprios beneficiários. Il Trovatore- Os Roma do Lis- Projeto de natureza cultural e artística que utiliza a Música como uma via para a socialização, promovendo a educação, a aquisição de competências e desenvolvimento de estratégias facilitadoras da integração social da comunidade residente em bairros de habitação social, em especial crianças e jovens.	https://www.cm-leiria.pt/pages/423
Leiria	Marinha Grande	1- Regulamento Municipal de Habitações Sociais do Município da Marinha Grande; 2- Redução do IMI para Habitação Própria e Permanente; 2- ELH da Marinha Grande.	"SRPHS"	276				https://www.cm-mgrande.pt/frontoffice/pages/350?news_id=892
Leiria	Nazaré	1-Regulamento de Habitação Social em Regime de Arrendamento Apoiado.	"SRPHS"	84			O Gabinete de Gestão Municipal dos Bairros de Habitação Social do Concelho da Nazaré, a criar por despacho do Presidente da CM tem, entre outras, as seguintes funções: Deter	https://www.cm-nazare.pt/servicos/acao-

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
							uma base de dados permanentemente atualizada com a caracterização de todos os agregados familiares residentes no concelho da Nazaré; Assegurar o atendimento no âmbito da Ação Social e na Área Jurídica; Controlar o pagamento das rendas e o relacionamento entre os Serviços de Taxas e Licenças e os Serviços do GAS da CM da Nazaré; Mediar os conflitos entre arrendatários; Efetuar ações de supervisão; Promover e realizar ações de formação e de sensibilização. A CM acompanha socialmente a população realojada, com o intuito de contribuir para a integração das famílias com menores recursos nos novos espaços habitacionais, no âmbito de uma política social inclusiva. O Gabinete de Gestão do Bairro de Habitação Social deu início à atividade "O Bairro à Conversa", que tem como objetivo intervir junto dos indivíduos e famílias em situação de exclusão, marginalidade e pobreza. Trata-se de um espaço informal de partilha e reflexão, entre os moradores do Bairro Social, onde se procura encorajar os seus moradores a identificar e a refletir sobre os aspetos da sua experiência pessoal e comunitária, promover o diálogo crítico e o conhecimento sobre a comunidade onde estão inseridos e ajudá-los a desenvolver e a reconhecer as suas competências, como contributo para a promoção de uma identidade mais positiva.	social/arrendamento-apoiado
Leiria	Óbidos	1- Programa RE-HABITAR: Duas Dimensões: Realojamentos e Reabilitações: O Programa Re-Habitar tem por objetivos a construção, requalificação e regulação da habitação social do concelho, tendo em vista a melhorar as condições de vida das pessoas que residem em situações de precariedade. Através deste programa tem sido possível promover intervenções no âmbito da reabilitação habitacional, que têm permitido inverter as condições de habitabilidade mais frágeis, promovendo assim a qualidade de vida e preservação do património arquitetónico do Concelho de Óbidos, através obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas; 2- Regulamento para Atribuição de Apoios	"SRPHS"	11				https://www.cm-obidos.pt/viver/coesao-social/habitacao-social

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		Sociais a Munícipes Desfavorecidos que inclui a vertente da habitação; 3- Reabilitação Urbana - ARUs.						
Leiria	Pedrógão Grande	1- Regulamento de Habitação Social do Município de Pedrógão Grande; 2- Estratégia Loca de Habitação: 1.º Direito.	"SRPHS"	25				https://www.cm-pedrogaogrande.pt/images/stories/servicos/regulamentos/regulamentohabitacaosocial.pdf
Leiria	Peniche	1- De modo a fazer face às situações de grave carência habitacional no Concelho de Peniche, o Município apresentou em 2008 uma candidatura ao PROHABITA. A candidatura irá abranger um total de 469 habitações, das quais 297 dizem respeito a situações de reabilitação e 172 a construção de novos fogos; 2- A tipologia de fogos está desadequada relativamente aos atuais padrões legais e de conforto de habitabilidade; 3- Existe um sub-aproveitamento da área de implantação do bairro, havendo a possibilidade de aumentar a oferta habitacional do município, de modo a proporcionar respostas a pedido de habitação; 4- Criação de equipamentos sociais de apoio à integração social das famílias; 5- Oportunidade de qualificação urbanística favorecendo a integração o tecido urbano, com construção de edificado ambientalmente sustentável.	O parque habitacional da autarquia é constituído por um total de 417 fogos sociais (88 fogos vendidos e 329 fogos arrendados): Sítio do Calvário (Fundação Salazar Velha) - 40 fogos, 35 vendidos e 5 arrendados; Rua das Redes/ Rua dos Covos (Fundação Salazar Nova) - 59 fogos, 31 vendidos e 27 arrendados; Bº dos Funcionários Municipais - 33 fogos, 22 vendidos e 11 arrendados; Bº Valverde - 48 fogos, 0 vendidos e 47 arrendados; Bº Fernão de Magalhães - 48 fogos, 0 vendidos e 46 arrendados; Edifício Coosofi - 42 fogos, 0 vendidos e 42 arrendados; Bº do Calvário - 147 fogos, 0 vendidos e 136 arrendados.	643	1- Bairro de Santana- Freguesia de Peniche- "Rua Mais"	1	A intervenção a nível do edificado irá ser conciliada com uma intervenção a nível social, que visa o acompanhamento ao realojamento e o apoio à integração social das famílias a abranger no âmbito da candidatura. A intervenção de apoio à integração social destina-se a ser desenvolvida através do projeto GPS – Gestão de Proximidade para a Sustentabilidade, que foi criado pelo Município e está a ser implementado no terreno desde o 1º semestre de 2009. Promovido pela CM, o Programa GPS conta com uma parceria alargada composta por diferentes entidades ligadas à intervenção social Concelhia, apostando no fomento do trabalho em Rede. Proposta de Regeneração do Bairro Calvário- Esta proposta visa a reorganização da disposição arquitetónica do bairro, a construção de mais 142 fogos de habitação social, a construção de equipamento social, residencial assistida, de acordo com as necessidades da população residente e a construção de pequenos espaços comerciais – lojas de bairro - (dinamização de empreendorismo inclusivo). Para além disso, prevê-se igualmente a reabilitação do restante parque habitacional camarário (Coosofi, Fernão Magalhães e Valverde), com vista à melhoria das condições de habitabilidade e da qualidade de vida das famílias residentes, ao combate à exclusão social e à reprodução de modelos de dependências e de problemas sociais. www.cm-peniche.pt/viver/desenvolvimento-social/habitacao-social/galeria	https://www.cm-peniche.pt/viver/desenvolvimento-social/habitacao-social
Leiria	Pombal	1- Promover a melhoria da qualidade de vida, de indivíduos e famílias em situação de carência económica, permitindo o acesso a uma habitação adequada e que reúna todas as condições de habitabilidade; 2- Proceder ao	O parque habitacional da autarquia é constituído por 2 bairros sociais: Bairro Social São João de Deus (80 fogos, tipologias T0, T1, T2 e T3) e o Bairro Social	136			(2018/2019) Projeto 3I's – Intervir, Inovar, Incluir, para, nomeadamente, promover o combate ao insucesso escolar e abandono escolar precoce das crianças e jovens residentes nos bairros Margens do Arunca e	https://www.cm-pombal.pt/accao-social/habitacao-social/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		acompanhamento regular da ocupação dos fogos municipais; 3- Promover a avaliação sócio-económica de agregados candidatos a habitação social; 4- Proceder ao realojamento de agregados em habitação social, definindo e atualizando o valor mensal da renda, conforme o previsto na lei; 5- Proceder a avaliações sócio-económicas de agregados que solicitem obras de beneficiação nas habitações, ligações de ramal de água e saneamento a título gratuito, bem como de todas isenções previstas em regulamento aplicável; 6- Proporcionar aos agregados mais carenciados a facilidade de realizarem obras nas suas habitações, através da concessões de subsídios a definir pelo município.	Margens do Arunca (55 fogos, tipologias T2 e T3).				São João de Deus. Esta iniciativa integra um conjunto de atividades destinadas a crianças e jovens, dos 6 aos 30 anos, oriundos das comunidades ciganas de Pombal e residentes nos bairros sociais mencionados, com vista à inclusão social da comunidade cigana e à promoção de oportunidades que reforcem as capacidades e os interesses de cada um, tendo por base a inclusão socioprofissional da comunidade cigana, através da redefinição de projetos de vida.	
Leiria	Porto de Mós	1-Regulamento para a atribuição de apoios à habitação degradada; 2- Apoios à Habitação Degradada; 3- ELH de Porto de Mós.	"SRPHS"	7				www.municipio-portodemos.pt/cmportomos/uploads/document/file/1266/regulamento_n__581_2017___regulamento_para_atribuicao_de_apoios_a_habita___1180.pdf
Lisboa	Alenquer	1- Programa de Apoio à Habitação Degradada no Município de Alenquer: Considerando que cada vez mais é necessária a participação dos municípios no âmbito da ação social, com vista à progressiva inserção social e à melhoria das condições de vida das pessoas e famílias carenciadas, a CM de Alenquer, de acordo com o quadro legal das atribuições e competências dos municípios, aprovou o Regulamento de Apoio à Habitação Degradada no Município de Alenquer. Este regulamento disciplina os princípios gerais e as condições de acesso na cedência de materiais necessários à realização das obras de reparação ou beneficiação de habitações degradadas, a título gratuito, num montante correspondente ao máximo de duas vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais, em vigor à data de entrada dos pedidos de apoio social e sempre que a condição do município justifique a realização da mesma.	"SRPHS"	20				https://www.cm-alenquer.pt/pt/default.aspx
Lisboa	Amadora	1- Regulamento de Acesso e de Atribuição de Habitação Municipal; 2- Programa de	O Parque Habitacional Municipal da CM da Amadora é, atualmente,	3085	1- Bairro da Cova da Moura - freguesia da Buraca - "A Ciência Chegou ao Bairro: a	3		www.cm-amadora.pt/images/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		incentivo municipal aos estudantes do ensino superior – RENDU; 3- Programa de Apoio ao Auto Realojamento — PAAR+; 4- Programa Retorno. A Damaia possui um conjunto de edifícios de construção antiga e sem recurso a elevadores.	constituído por 2098 fogos distribuídos por 213 edifícios. Casal da Boba - Empreendimento construído na Freguesia da Mina de Água com 700 fogos, dos quais 502 acolheram famílias oriundas de bairros inscritos no PER, 188 foram alvo de concurso de venda a custos controlados e 10 utilizados para outros realojamentos. Casal da Mira - Empreendimento construído na Freguesia da Encosta do Sol com 760 fogos que acolheram famílias oriundas de bairros inscritos no PER. Casal do Silva - Empreendimento construído na Freguesia da Falagueira-Venda Nova com 284 fogos que acolheram famílias oriundas de bairros inscritos no PER. Unidades Residenciais - Edifícios Z2 e Z3 - Empreendimentos com um total de 101 fogos de realojamento.		inclusão social através da promoção da literacia digital e ambiental" 2- Bairro da Estrada Militar do Alto da Damaia - freguesia da Damaia - "VôCrescer - uniões que não envelhecem" 3- Bairro do Alto da Cova da Moura - freguesia da Buraca - "(Re)Qualificar a Cova da Moura – Processo participativo, sozinhos não mudamos a Cova da Moura"			MUNICIPIO/BOLETIM_MUNICIPAL/2018/bm_separata23.pdf
Lisboa	Arruda de Vinhos	1- Regulamento de Atribuição e Ocupação das Habitações Sociais do Município de Arruda dos Vinhos; 2- ELH de Arruda dos Vinhos.	"SRPHS"	68				www.cm-arruda.pt/CustomPages/ShowPage.aspx?pageid=01887ddc-f34c-4211-85e5-f5f20f958ab0&q=habita%C3%A7%C3%A3o%20social
Lisboa	Azambuja	1- Requalificação de Habitações de Estratos Sociais Desfavorecidos: No âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, são concedidos apoios em termos de entrega de materiais de construção civil a agregados familiares residentes no concelho de Azambuja. Trata-se de agregados com carências económicas e cujas residências próprias permanentes não reúnem as condições mínimas de habitabilidade; 2- PER: atribuição de fogos de habitação social em regime de renda apoiada: Podem candidatar-se a habitação social municipal os residentes no concelho de Azambuja há mais de 1 ano, com idade igual ou superior a 18 anos e que residam em habitação inadequada	"SRPHS"	78				https://www.cm-azambuja.pt/servicos/acao-social/habitacao

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		à satisfação das necessidades do seu agregado familiar, sendo o fogo arrendado destinado exclusivamente a habitação permanente do arrendatário e do seu agregado familiar, estando proibida a hospedagem, sublocação total ou parcial ou a cedência a qualquer título do fogo arrendado. Nenhum elemento do agregado familiar pode: 2.1- Ser proprietário, comproprietário, usufrutuário, promitente-comprador ou arrendatário de imóvel ou fração habitacional em território nacional que possa satisfazer as respetivas necessidades habitacionais; 2.2- Ser ex-arrendatário municipal com ação de despejo transitada em julgado, ou ex-arrendatário que tenha abandonado um fogo municipal; 2.3- Estar a usufruir de apoios financeiros públicos para fins habitacionais; 2.4- Ter dívidas de qualquer natureza para com o Município.						
Lisboa	Cadaval	1- O Programa "Habitar Bem" é uma medida de incentivo e apoio à recuperação de habitações próprias permanentes, cujo proprietário não possui meios financeiros próprios para a realizar; 2- Programa de Apoio ao Acesso à Habitação – ELH - 1º Direito no concelho do Cadaval.	"SRPHS"	2				www.cm-cadaval.pt/719/estrategialocaldehabitaoprogramadeapoioaoacessohabitao1direito
Lisboa	Cascais	1- Programa Municipal de Habitação Social - a autarquia, através do Regulamento Municipal de Habitação Social criou o Cascais - Observatório Local de Habitação no sentido de privilegiar o conhecimento do fenómeno da carência habitacional no concelho de Cascais, realizando diagnósticos atualizados desta problemática, com vista à criação de respostas alternativas adequadas à realidade concelhia, à sustentabilidade do processo e à identificação de novas soluções; 2- Promoção da Habitação: Atualmente o município detém importantes atribuições e competências no âmbito da habitação, designadamente, ao nível da promoção da habitação social e da gestão do respetivo património municipal, nos termos conjugados da alínea i), do n.º 1, do artigo 13.º e do artigo 24.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro. No âmbito da promoção de habitação, a CM de Cascais nos últimos anos planeou e promoveu os seguintes programas de habitação: PER (1993-2011);	A CASCAIS ENVOLVENTE – Gestão Social da Habitação, E.M., S.A., é a designação atual da empresa municipal "EMGHA - Gestão da Habitação Social de Cascais, E.M. S.A.". "SRPHS"	2325	1- Bairro do Fim do Mundo (B. Novo do Pinhal) - freguesia de Cascais e Estoril - "Transformar o Fim do Mundo" 2- Bairro da Torre - freguesia de Cascais e Estoril - "Torre PLSTIK" 3- Bairro da Adroana - freguesia de Alcabideche - "GREEN MIND GREEN ADROANA" 4-Bairro de Alcoitão - freguesia de Alcabideche - "Bairro Restaurativo de Alcoitão" 5- Bairros da Torre, Cruz da Guia e Assunção- freguesia de Cascais e Estoril - "Vida Melhor"	5		www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/pmhas.pdf

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		Candidaturas para Venda de Habitação a Custos Controlados (2002-2008); Realojamentos PROHABITA (2008-2011); Programa de Habitação Jovem ; Programa de Gestão de Mobilidades; 3- Gestão do parque habitacional: A CM de Cascais procura intervir no âmbito da gestão do parque de habitação social do concelho, procurando resolver e atenuar os fenómenos de pobreza, exclusão social e consequentemente dignificar as condições de vida das pessoas e famílias com menores recursos. Estas situações são legalmente enquadradas ao abrigo dos contratos de arrendamento social, sob o regime de renda apoiada. A gestão do parque habitacional é da responsabilidade da Cascais Envolvente.						
Lisboa	Lisboa	1- Regulamento do Regime de Acesso à Habitação Municipal é um programa através do qual os interessados se podem candidatar, em qualquer altura, à atribuição de uma casa municipal com renda adequada aos seus rendimentos. As candidaturas são pontuadas e classificadas por ordem decrescente de acordo com a situação de carência socioeconómica e habitacional dos requerentes. As casas municipais devolutas e com condições de habitabilidade são atribuídas aos candidatos melhor posicionados, de acordo com a tipologia adequada aos seus agregados familiares; 2- ELH (2019-2024); 3- Programa Renda Acessível; 4- Programa de Arrendamento Apoiado; 5- Habitar Centro Histórico.	**Gebalis** - Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM, SA. Gerimos 66 bairros em Lisboa, de habitação pública municipal, cerca de 23 mil fogos, localizadas nas 24 freguesias da cidade e com uma população residente estimada em cerca de 64 mil pessoas. São mais de 3 200 prédios e 1 200 elevadores. Ver mais em: https://www.gebalis.pt/Paginas/default.aspx	26625	1-Bairro da Picheleira / Beato e Bairro do Portugal Novo - freguesia de Beato; Areeiro (Alto do Pina, São João de Deus) - "RIDE - Rede de Informação sobre Drogas e Educação de pares"; 2- Bairro de Benfica- Freguesia do Benfica- " Escuta o Bairro!"; 3- Bairro da Quinta do Cabrinha - Alcântara/Bairro da Quinta do Loureiro - Campo de Ourique/ Bairro da Liberdade e Bairro da Serafina - Campolide - Freguesia de Alcântara, freguesia de Campo de Ourique e freguesia de Campolide - "Viver em Igualdade - Prevenção da violência contra as mulheres em bairros sociais de Lisboa"; 4- Bairro 2 de Maio - Bairro de Intervenção Prioritária - freguesia da Ajuda - "Pharmácia Popular da Ajuda"; 5- Alta de Lisboa Sul,Rua Raul Rego; PER 11 e Sete Céus - Santa Clara (Ameixoeira, Charneca) - freguesia de Santa Clara (Ameixoeira, Charneca) - "AlimentarMente"; 6-Bairro do Condado - freguesia de Marvila - "Viver a Ciência no Bairro: promover a literacia científica e ambiental no Bairro do Condado"; 7- Bairros do Vale de Alcântara Loureiro e Cabrinha- Freguesia de Alcantara; Campo de Ourique (Santa Isabel, Santo Condestável)- "+ Saúde no Bairro"; 8- Bairro Alfredo Bensaúde -freguesia de Santa Maria dos Olivais - "AC/DC Fator M é a Solução!"; 9- Bairro Padre Cruz - freguesia de Carnide - "Biblioteca Viva"; 10-Bairro do Condado freguesia de Marvila - "Nutrimovere"; 11-	37	BIP ZIP: Bairros de Intervenção Prioritária (BIP) e Zonas de Intervenção Prioritária (ZIP) Desporto Mexe Comigo- Este programa visa a inclusão social da população infantil e juvenil de Lisboa considerada em risco de exclusão social, preferencialmente residentes em Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária, através de um conjunto de atividades desportivas como modalidades coletivas, individuais, adaptadas e educação física.	https://habitarlisboa.cm-lisboa.pt/ords/f?p=100:13::::::

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
					Bairro das Murtas - freguesia de Alvalade - "MACS: Mães Ativas / Crianças Saudáveis"; 12- freguesia de Arroios (Anjos, Pena, São Jorge De Arroios) - "Arroios é de Todos"; 13- Bairro da Flamenga (ex-Zona N1, Chelas) - freguesia de Marvila - "comUN1DAde"; 14- Bairro dos Loios/ Bairro da Flamenga/Bairro do Armador/ Bairro das Amendoeiras/Bairro do Condado/ Bairro dos Alfinetes/Salgadas - freguesia de Marvila - "Abraça o teu Bairro - Diz Não à Violência"; 15- Bairro Liberdade, Serafina - freguesia de Campolide - "Em rede"; 16- Bairros Alfinetes/ Salgadas/Quinta do Marquês de Abrantes e Quinta do Chalé - freguesia de Marvila - "Espaço Comunitário 4 Crescente"; 17- Lumiar, Santa Clara, Camarate- freguesia de Santa Clara (Ameixoeira, Charneca)- "Fica Bem Entre Linhas"; 18- Alto do Lumiar- Freguesia de Lumiar- "Binas na Alta"; 19- Parque da Bela Vista- Freguesia da Marvila- "Desporto no Bairro"; 20- Alta de Lisboa- Freguesia de Lumiar- "Alternativamente"; 21- Bairro do Castelo- Freguesia da Santa Maria Maior (Castelo, Madalena, Mártires, Sacramento, Santa Justa, Santiago, Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel, São Nicolau, Sé e Socorro)- "Rádio Pavão"; 22- Freguesia do Parque das Nações- "URBE HORTIS"; 23- Bairros da JF Arroios - Habitações sobrelotadas e com condições deficientes- Freguesia de Arroios (Anjos, Pena, São Jorge De Arroios) "Saúde para a Comunidade" Projecto direccionado para a saúde e bem estar das comunidades imigrante, Bairros da JF Arroios - Habitações sobrelotadas e com condições deficientes; 24-Freguesia da Misericórdia- "Mobil.Idade"; 25- Freguesia de Arroios (Anjos, Pena, São Jorge De Arroios)- "Namaste Portugal"; 26- A Quinta do Olival- Freguesia de Lumiar- "Cuidar da Ca(u)sa Olival"; 27- Freguesia de Arroios (Anjos, Pena, São Jorge De Arroios)- "Rizoma Cooperativa Integral"; 28- Ameixoeira/PER, Galinheiras e Qt. da Torrinha- Freguesia da Santa Clara (Ameixoeira, Charneca) - "COMVIV-20 - Comunidade Viva!"			

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
					29- Freguesia da Misericórdia (Encarnação, Mercês, Santa Catarina, São Paulo)- "Foco Mental"; 30- Bairro do Casalinho da Ajuda- Freguesia da Ajuda- "SuperCasalinho - Comunidade Local"; 31- Jardim da Cerca da Graça- Freguesia de São Vicente (Graça, Santa Engrácia, São Vicente de Fora)- "Um Jardim para Todos"; 32- Bairro de gestão municipal João Nascimento Costa e bairros vizinhos da área urbana da Picheleira, bairros contíguos (Lavrado, Horizonte, Portugal Novo) - freguesia de Beato - "Academia Juntos pelo Desporto no Bairro"; 33- Freguesia de Arroios (Anjos, Pena, São Jorge De Arroios)- "Coobi - Cooperativa de bicicletas"; 34- Alta de Lisboa / PER 7- Freguesia de Santa Clara (Ameixoeira, Charneca)- "ESPAÇO COMUNIDADE"; 35- Mouraria (antigo QREN Mouraria)- Freguesia de Santa Maria Maior (Castelo, Madalena, Mártires, Sacramento, Santa Justa, Santiago, Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel, São Nicolau, Sé e Socorro)- "A Mourada de todas e todos"; 36- Freguesia de São Vicente (Graça, Santa Engrácia, São Vicente de Fora)- "Crescer em Casa,"; 37- Freguesia do Parque das Nações- "PeN - Parque das Nações".			
Lisboa	Loures	1- Regulamento de Habitação do Município de Loures; 2 - Aprovada candidatura para Alojamento Urgente e Temporário em Loures; 3- Criadas novas vagas de habitação para pessoas em situação de sem-abrigo; 4- PARU; 5- ELH: Acordo de colaboração com o IHRU permite soluções habitacionais para 2300 agregados familiares.	"SRPHS"	2585	1- Bairro Caar Zambujal - freguesia de Santo Antão e São Julião do Tojal - "Zambujal +" 2- Catujal e Camarate - freguesia de Camarate, Unhos e Apelação - "Vidas Ubuntu Saudáveis" 3-Catujal, Unhos - freguesia de Camarate, Unhos e Apelação - "Projeto Fénix" 4- Bairro da Torre, abrange os bairros sociais onde foram realojadas 56 famílias - freguesia de Camarate, Unhos e Apelação - "Dar as Mãos - Futuro Saudável" 5- Bairro de Terraços da Ponte - freguesia de Sacavém e Prior Velho- "Cuidar com Afecto" 6- Quinta do Mocho - freguesia de Sacavém e Prior Velho - "Comunidade Ativa 21" 7- Freguesia de Santo António dos Cavaleiros e Frielas- "MALMEQUER"	7		https://www.cm-loures.pt/Conteudo.aspx?DisplayId=13543
Lisboa	Lourinhã	1- Atribuição de Habitação Social - A atribuição de uma habitação social em regime de arrendamento apoiado efetua-se mediante concurso por classificação. É imputada "aos indivíduos ou agregados familiares que, de	O parque habitacional da autarquia é constituído por 8 Bairros Sociais, num total de 130 fogos, alojando cerca de 323 pessoas. Estes bairros distribuem-	130	1- Bairro S. Francisco de Assis - freguesia de Lourinhã e Atalaia - "Próxima Paragem""	1		https://cm-lourinha.pt/menu/1972/habitacao

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		entre os que concorram no período fixado para o efeito, obtenham melhor classificação em função dos critérios de hierarquização e de ponderação estabelecidos para o efeito" (Lei nº81/2014 de 19 de dezembro com alterações introduzidas pela lei nº32/2016 de 24 de agosto 2016). 2 - Projeto de eficiência energética na habitação social.	se por cinco freguesias e situam-se nas localidades de Areia Branca, Atalaia, Casal Novo, Miragaia, Moita dos Ferreiros, Moledo, Reguengo Grande e São Bartolomeu dos Galegos.					
Lisboa	Mafra	1- O município dispõe de habitação Social - Regulamento de Utilização das Habitações Sociais de Gestão Municipal; 2- Mercado Social de Arrendamento: inscrita como uma das várias medidas do Programa de Emergência Social; 3- Regulamento para Apoio ao Arrendamento Habitacional do Município de Mafra: Considerando o número de pedidos de apoio no âmbito das respostas de habitação, consubstanciados por um lado na lista de agregados interessados em integrar uma vaga em habitação social, e por outro, em solicitações paralelas, decorrentes de dificuldades económicas e precariedade habitacional, o Município de Mafra pretende, visando o complemento e reforço dos apoios já prestados, continuar a apoiar as famílias através da atribuição de um apoio pecuniário para o arrendamento habitacional (Programa ARRENDAR).	O parque habitacional do Município é constituído por 112 habitações, distribuídas por dois bairros sociais, situados em Mafra e na Malveira e por algumas habitações dispersas.	120	1- Funchal, Lugar dos Moínhos,Vale Figueira,Ribeira dos Tostões, Granja da Ramada, Ramilo, Valverde, Juncal-Freguesia de Igreja Nova e Cheleiros "CSPIN+perto"	1		https://www.cm-mafra.pt/pages/585
Lisboa	Odivelas	1- Plano Local de Habitação do Concelho de Odivelas afigura-se como um instrumento estratégico de diagnóstico, planeamento, gestão e monitorização da realidade socio-habitacional do concelho de Odivelas, visando um Modelo de Intervenção que concorre para um ajustamento entre a oferta e procura habitacionais e para um (re)aproveitamento do stock habitacional existente neste concelho, bem como para a inclusão social de segmentos populacionais que não conseguem ter a acesso a uma habitação condigna sem o apoio público/municipal; 2- O PER foi criado através do decreto-lei nº 163/93, de 7 de maio, o seu maior e principal objetivo era/é a erradicação dos núcleos de construção precárias nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Embora os agregados familiares recenseados no PER, em 1993, ainda residentes nos núcleos de construção precárias do concelho constituam a	Em termos do parque habitacional de propriedade municipal, o cenário atual regista um total de 402 fogos 36, com maior implantação nas freguesias de Odivelas (207 = 51%) e U.F. de Pontinha e Famões (131 = 33%). Em terceiro lugar, surge a U.F. de Sto. Adrião e Olival Basto com 60 fogos (15%), sendo que a restante UF de Ramada e Caneças assume um peso mais residual (4 fogos = 1%), cf. Plano Local de Habitação do Concelho de Odivelas, 2016, p. 80.	981	1- PER AMEIXOEIRA/Qta Grafanil / Urmeira/Vale do Forno- Freguesia de Santa Clara (Ameixoeira, Charneca) / Odivelas- "MIXOEIRA_INOVA - Vizinhança Saudável e Solidária"	1	Numa perspetiva de descentralização dos serviços, a CM criou os Gabinetes de Intervenção Social (GIS) que visam proporcionar e assegurar maior rapidez e eficácia no acompanhamento social das famílias carenciadas que vivem no concelho de Odivelas, incluindo as recenseadas no PER. Os técnicos municipais presentes nos GIS estão disponíveis para prestar informação, apoio e acompanhamento a todos os agregados familiares carenciados que se dirijam até lá.	https://www.cm-odivelas.pt/pages/823

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		prioridade de realojamento para CM de Odivelas não existe neste momento financiamento para a construção de fogos, sendo que a atribuição de habitação municipal se faz de acordo com a disponibilidade de fogos existentes no parque municipal; 3- ELH: 1.º Direito; 4- Gestão do Parque Habitational Municipal.						
Lisboa	Oeiras	1- Regulamento da Habitação em Regime de Arrendamento Apoiado do Município de Oeiras; 2- Habitação solidária e Reabilitação de edifício para Programa Habitação jovem; 3- Plano Municipal de Habitação de Oeiras 20/30: Providenciar o acesso a uma habitação digna e a incentivos à promoção do mercado de arrendamento privado. Até 2026, o Município de Oeiras prevê ter concluída a construção de 562 novas habitações municipais, distribuídas por vários empreendimentos. O Município, consciente de que nem todas as situações de extrema carência habitacional se circunscreviam aos bairros de barracas e às famílias que neles habitavam criou, em 1995, o Observatório da Habitação. Este Programa consiste não só no levantamento de situações familiares de carência habitacional, social e económica, mas também no registo dos pedidos de habitação que diariamente chegam à Autarquia.	O site refere 3393 fogos em regime de arrendamento, distribuidos pelos seguintes bairros de iniciativa municipal: Alto da Loba: 155; Alto dos Barronhos: 364; Bento de Jesus Caraça: 91; Bugio: 89; Casal da Medrosa: 24; Dr. Francisco Sá Carneiro: 181; Encosta da Portela: 296; Laveiras-Caxias: 64; Luta pela Casa: 18; Moinho das Rolas: 180; Navegadores: 417; Outurela-Portela: 111; Pátio dos Cavaleiros: 372; Pombal: 336; Quinta da Politeira: 147; Ribeira da Lage: 158; S. Marçal: 319; Terrugem: 11; Unidade Residencial Madre Maria Clara: 60.	3576	1- Bairro do Alto dos Barronhos - freguesia de Carnaxide e Queijas - "910 fogos — espaços mentais, espaços reais" 2- Bairro Outurela - Portela, Carnaxide e Queijas/ Bairro dos Navegadores -freguesia de Carnaxide e Queijas e freguesia de Porto Salvo - "Marca um Golo para o Teu Futuro! 3- Bairro do Alto dos Barronhos - freguesia de Carnaxide e Queijas - "Barronhos Project"	3	No Bairro dos Navegadores, na freguesia de Porto Salvo, está a ser desenvolvido o projeto "Oeiras tem Kick", que oferece às crianças e jovens com mais de 7 anos de idade ali residentes a possibilidade de praticar Kickboxing nos seus tempos livres, não escolares, o que contribui para potenciar o sucesso dos alunos, reduzindo o abandono escolar e constituir uma rede de apoio e interajuda que envolve as famílias, os atletas e a comunidade.	https://www.oeiras.pt/habitacao
Lisboa	Sintra	1- A Missão do município de Sintra neste domínio tem como principal objetivo criar condições de vida favoráveis aos cidadãos e às famílias, integrar as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade, risco de pobreza e exclusão social, reforçando a coesão territorial especialmente nos centros urbanos e em zonas de baixa densidade. Para concretizar esta Missão as áreas da Habitação e da Reabilitação apresentam-se como fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das populações, para que os territórios construídos se tornem mais qualificados e atrativos, bem como para que seja assegurada a sustentabilidade do desenvolvimento urbano. Em janeiro de 2022 foi aprovada a ELH do município de Sintra, que prevê a adequação das políticas de habitação do Município à NGPH, com o desenvolvimento de cerca de 40 projetos na	O parque habitacional municipal é composto por 1620 habitações, das quais 113 encontram-se devolutas ou em mau estado de conservação. Estas habitações vão ser recuperadas a curto e médio prazo, de acordo com o custo da intervenção, de forma a rapidamente estarem disponíveis para habitar. Ver mais em: https://cm-sintra.pt/atualidade/solidariedade-social/camara-de-sintra-reabilita-habitacao-social	1783	1- AUGI 48 Casal do Brejo - UF de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar - "Posto Comunitário" 2- Bairro do Pendão - freguesia de Queluz e Belas - "PIC - Projeto de Intervenção com a Comunidade" 3- Bairro do Pendão- freguesia de Queluz e Belas - "Conscient(mente)" 4- Tapada das Mercês - freguesia de Algueirão-Mem Martins - "Colo 100 Horas" 5- Bairro do Pendão - freguesia de Queluz e Belas - "P.E.M. Saudável"; 6-Tapada das Mercês - freguesia de Algueirão-Mem Martins - "Sintoniza-T - canal de comunicação comunitário" 7- Tapada das Mercês- Freguesia de Algueirão-Mem Martins- "Ringue Saudável" 8 - Serra das Minas - freguesia de Rio De Mouro - "Centro de Recursos Digitais"	9		https://cm-sintra.pt/atualidade/solidariedade-social/habitacao

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		área da reabilitação, construção, intervenção social e modernização administrativa. 1.1- PER; 1.2- Regulamento Municipal de Atribuição de Habitação Regime Renda apoiada e de gestão das Habitações propriedade do Município; 1.3- Programas Habitacionais Municipais; 1.4- Vistorias de Segurança e Salubridade ao Parque Habitacional Privado.			9- Agualva e Mira-Sintra, Sintra- Freguesia de Sintra			
Lisboa	Sobral de Monte Agraço	No dia 09 de fevereiro de 2022 decorreu na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal de Sobral de Monte Agraço mais uma reunião de trabalho para elaboração da ELH do Município de Sobral de Monte Agraço. A ELH é um documento que tem como objetivo definir a intervenção do Município nas matérias relacionadas com a habitação. Na sequência do trabalho iniciado em 2019, foram realizadas 2 sessões com temáticas diversas, no âmbito do grupo de trabalho da Rede Social que aborda o atendimento integrado, visando garantir uma intervenção concertada no que concerne ao atendimento social no concelho, nomeadamente: a ARU da Vila de Sobral de Monte Agraço com 19,90 ha, inclui o núcleo antigo da vila e sua envolvente, abrangendo as áreas e edificações mais antigas e características da vila que são também as mais degradadas e com maior necessidade de intervenção. Esta delimitação visa dar continuidade à estratégia de reabilitação dos espaços públicos que o município tem vindo a implementar nos últimos anos, nomeadamente com intervenções no Cineteatro e sua envolvente, na Praça Dr. Eugénio Dias e na Praceta 25 de Abril.	"SRPHS"	MSHS				http://www.cm-sobral.pt/reuniao-de-trabalho-para-elaboracao-da-estrategia-local-de-habitacao-do-municipio-de-sobral-de-monte-agraco/
Lisboa	Torres Vedras	1- Reabilitação de Fogos e Realojamentos - Resolver as carências habitacionais mais graves; permitir que famílias economicamente carenciadas tenham acesso a uma habitação condigna; contribuir para a promoção social das mesmas; 2- Habitações degradadas: Programa para a Comparticipação em Obras de Conservação, Reparação ou Beneficiação de Habitações Degradadas; 3- Programa de Apoio ao Arrendamento.	O Parque Habitacional Municipal é constituído por 71 fogos de habitação social, localizados na Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães. No Bairro da Boavista/Olheiros contabilizam-se 56 apartamentos de tipologias T1, T2 e T3 (distribuídos por cinco edifícios), outros oito localizam-se na Urbanização do Hilarião e sete habitações encontram-se dispersas pela Cidade de Torres Vedras. O Bairro da Boavista/Olheiros	71	1- Bairro Social da Boavista - freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães - "Bairro em movimento" 2- Zona norte da cidade de Torres Vedras, Encosta de S. Vicente, o bairro da Floresta, Bairro Reis,Bairro Barreto e o Bairro dos Ameais - freguesia de Torres Vedras (São Pedro, Santiago, Santa Maria do Castelo e São Miguel) e Matacães - "Somos Comunidade" 3- Freguesia de Torres Vedras (São Pedro, Santiago, Santa Maria do Castelo e São	3	Projeto "+ Boavista" - implementado entre 2012 e 2014, consistiu num programa de ação multidisciplinar, produzido e posto em prática por diversos setores da CM que levou a cabo um levantamento pormenorizado do edificado e das suas principais necessidades e uma recolha de informações junto dos moradores em habitação social localizada no Bairro da Boavista Olheiros. Teve como principiais objetivos: Promover a participação ativa dos residentes na requalificação e manutenção dos edifícios, melhorando a qualidade de vida da	https://www.cm-tvedras.pt/habitacao/habitacao-social

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
			constitui o mais extenso conjunto habitacional social e situa-se na periferia da Cidade de Torres Vedras.		Miguel) e Matacães- "GAPI - Gabinete de Apoio Psicossocial pela Igualdade"		população residente; assegurar a manutenção destes melhoramentos, implementando a criação de um condomínio organizado, gerido pelos próprios moradores; fomentar o desenvolvimento de um relacionamento mais forte entre vizinhos e um maior envolvimento pessoal e responsável nas tarefas de gestão do espaço. O projeto compreendeu uma intervenção profunda ao nível do edificado, procurando colmatar as deficiências de solidez e segurança das edificações. Neste sentido, foram requalificados 5 blocos habitacionais completos, incluindo interiores dos fogos, espaços comuns e zonas envolventes (criação de espaço comum de lazer).	
Lisboa	Vila Franca de Xira	1- Regulamento de Habitação Municipal; 2- A CM de Vila Franca de Xira assegura a gestão do seu parque habitacional; promovendo os trabalhos de beneficiação ou conservação das frações e dos edifícios que integram o parque habitacional, afeto à habitação social; desenvolvendo as ações necessárias ao realojamento das famílias carenciadas; assegurando a alienação do parque habitacional e património afeto, de acordo com políticas municipais definidas; 3- ELH: Programa 1º Direito.	Atualmente o parque habitacional municipal é constituído por 1101 fogos, dos quais 129 são geridos pela Cooperativa Promocasa. Os fogos estão distribuídos por 28 bairros, situados em todas as Freguesias|União das Freguesias do Concelho.	1122	1- Bairro Olival de Fora / Bairro Nascente do Cabo - freguesia de Vialonga - "INterlig@-te ao Emprego - Literacia digital e a promoção da empregabilidade em Vialonga" 2-Bairro Nascente do Cabo - freguesia de Vialonga - "The Guardians" 3- Freguesia de Alhandra, São João dos Montes e Calhandriz- " 4- Freguesia de Vila Franca De Xira - "Crash"A GALINHA DA VIZINHA"	4	Centros Comunitários- O Objetivo fundamental deste Centros é contribuir para melhorar a qualidade de vida das populações, através de uma intervenção integrada que envolva as áreas da habitação, organização dos moradores/dinamização associativa, acompanhamento social às famílias, animação sócio-educativa, dinamização sócio-cultural, educação, saúde, ambiente e integração sócio-profissional.Os Gabinetes de Intervenção Local são infra-estruturas, dependentes da Divisão de Desenvolvimento Social, que procuram dar uma resposta integrada aos múltiplos problemas dos bairros camarários, numa perspetiva de proximidade relativamente às populações aí residentes. Projeto “ART FOR ALL – Inclusão pela Arte” - Este projeto pretende promover a inclusão social através da arte, mobilizando assim o interesse da população do Bairro do PER, da Quinta da Piedade, na Póvoa de Santa Iria e da comunidade em geral. Na prossecução de uma política de proximidade esta operação abrange 13 atividades, gratuitas, dirigidas à população que reside e frequenta o Bairro Municipal do PER, da Quinta da Piedade, mas também a outras pessoas da comunidade em geral, a desenvolver com o apoio técnico especializado, na área das ciências sociais, por uma equipa multidisciplinar. As atividades envolvem Ações de Capacitação,	https://www.cm-vfxira.pt/pages/396

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
							Atividades de Apoio à Inclusão Social (Oficinas Artístico-Culturais), Campanhas de Sensibilização, Informação Divulgação e Promoção (Cidadania Ativa, Dignilândia, Bairro dos Afetos Ações, Tertúlias da Saúde, Não Sejas um Peão na Relação e Igualdade em Ponto Pequeno), Conceção de Produtos, Ferramentas e/ou Materiais Encontros, Seminários, Workshops, Ações de Divulgação (Seminário do Bairro e Assembleia do Bairro).	
Portalegre	Alter do Chão	1- ARU de Alter do Chão; 2- Regulamento do Concurso de Atribuição de Fogos de Habitação Social em Regime de Renda Apoiada; 3- Regulamento de Apoio Habitação Degradada para Estratos Sociais Desfavorecidos.	"SRPHS"	60				https://cm-alter-chao.pt/
Portalegre	Arronches	1- Programa de Incentivos à Recuperação de Habitações no Centro Histórico; 2- A ARU do Centro Histórico; 3- ELH: Programa 1º Direito.	"SRPHS"	82				https://cm-arronches.pt/menu/342/estrategia-local-de-habitacao
Portalegre	Avis	1- O programa de Apoio à Recuperação da Habitação, mediante vários apoios específicos, vem permitir a melhoria das condições habitacionais dos agregados familiares comprovadamente mais carenciados. Estes apoios baseiam-se, nomeadamente, na cedência de acompanhamento técnico, na isenção de custas, isenção ou redução de taxas e num apoio monetário para aquisição de materiais de construção. Fogos de habitação social estão a ser construídos no Loteamento de São Bento, num compromisso que o Município havia assumido para com a população. 2 - ELH	"SRPHS"	MSHS				https://cm-avis.pt/avis-aprovou-estrategia-local-de-habitacao/
Portalegre	Campo Maior	1- ELH do município de Campo Maior; 2- O município de Campo Maior adjudicou recentemente a empreitada para a reabilitação de um edifício situado no centro histórico que permitirá disponibilizar 4 fogos para arrendamento com apoio social. O Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU) define que a reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana é promovida pelos municípios, resultando da aprovação da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) a concretizar através da	"SRPHS"	50	1- Aldeia de Ouguela- Freguesia de São João Baptista- "Ouguela Convida"	1		https://cm-avis.pt/avis-aprovou-estrategia-local-de-habitacao/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		apresentação de uma estratégia de reabilitação urbana ou de um programa estratégico de reabilitação urbana a aprovar através de instrumento próprio ou de plano de pormenor de reabilitação urbana. O programa "Viver em Campo Maior" é um projeto idealizado pelo Município de Campo Maior que visa a recuperação e requalificação do edificado histórico de Campo Maior e a sua dinamização económica, social e cultural.						
Portalegre	Castelo de Vide	1- Áreas de Reabilitação Urbana - ARU; 2- HABITAÇÃO MUNICIPAL: Dinamizar uma política de aumento de qualidade de vida das famílias e da população do Concelho; Gestão social do parque habitacional propriedade do Município para que o mesmo seja organizado e mantido com sucesso. 3- ELH	"SRPHS"	15				https://www.cm-castelo-vide.pt/4030/iniciar-a-semana-a-planear-a-execucao-da-estrategi
Portalegre	Crato	1- Crato ajuda no arrendamento de habitação através do programa Porta 65 Jovem; 2- Regulamento Municipal de Alienação dos Lotes Municipais para Promover a Habitação no Concelho do Crato; 3- Regulamento Municipal de Alienação dos Lotes Municipais para Promover a Habitação no concelho do Crato. Já se iniciaram as obras de requalificação urbana do Bairro D. Maria Inocência Lemos de Sá Nogueira para fazer nascer uma nova zona da vila do Crato. 3- ELH	"SRPHS"	36				https://cm-crato.pt/estrategia-local-de-habitacao-do-municipio-do-crato/
Portalegre	Elvas	1- O Cartão da Idade de Ouro é um cartão que atribui ao seu utilizador apoios em diversas áreas, tais como: Habitação: acesso ao programa "Câmara – Mão Amiga", para execução de trabalhos de manutenção no domicílio; 2- Programa Da Habitação ao Habitat- Este programa integrado na NGPH prevê intervenções no Bairro de São Pedro que têm como objetivo a promoção da coesão e a integração socioterritorial dos bairros públicos de arrendamento, com vista à melhoria global das condições de vida dos moradores, através de uma resposta integrada ao nível das diferentes políticas setoriais, nomeadamente habitação, educação, emprego, ação social, saúde, cultura, segurança, cidadania e igualdade; 3- O projeto municipal de habitação para os jovens traduz-se na reabilitação de prédios no centro	"SRPHS"	317				https://www.cm-elvas.pt/?s=habita%C3%A7%C3%A3o

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		histórico e novas habitações, destinados a esta faixa etária, a custos controlados, quer para aquisição, quer para arrendamento; 4- Programa Reabilitar Para Arrendar – Habitação Acessível: é um dos programas integrados no IFRRU 2020, para apoio à reabilitação e revitalização urbanas, incluindo a promoção da eficiência energética. São cofinanciáveis projetos localizados no centro histórico, com edifícios de idades iguais ou superiores a 30 anos e unidades industriais abandonadas com vista à sua reconversão.						
Portalegre	Fronteira	Sem referência à Política de Habitação Municipal.	"SRPHS"	68				https://www.cm-fronteira.pt/
Portalegre	Gavião	1- Apoio à Fixação de Famílias Jovens: Pretende-se que o presente Apoio complemente as apostas na Habitação Social e nos Loteamentos Urbanos Municipais para Auto-construção, estimule a inserção social das gerações mais jovens da nossa Comunidade e introduza princípios de competitividade que possam atrair gente de Municípios vizinhos; 2- Apoios Municipais Prestados: 1.ª Infância; Habitação: Quando o terreno é da propriedade dos beneficiários, concede-se um apoio dividido em duas tranches de 1250,00€ cada; Quando se trata de aquisição de edifício ou fração autónoma de edifício, concede-se um apoio em momento único de 2500,00€; 3- Regulamento de Atribuição de Habitações Sociais do Município de Gavião.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 7 fogos de habitação social localizados na Zona Histórica da vila (três T1, dois T2 e dois T3).	5				https://www.cm-gaviao.pt/viver/acao-social/apoio-fixacao-de-familias-e-jovens/habitacao-social/
Portalegre	Marvão	1 – Habitação Municipal; 2 – Marvão Solidário; 3 – Parque habitacional Municipal; 4 – Estratégia Local de Habitação	"SRPHS"	MSHS				www.camara-municipal.pt/municipio-marvao.html
Portalegre	Monforte	1- A CM de Monforte realizou uma sessão pública para apresentação do PARU do Centro Histórico de Monforte. Anúncio que a CM poderia aceitar, a título gratuito, a transferência da propriedade de todo esse património habitacional e, assim, passar a oferecer outras vias para solucionar o problema que os afeta desde 2013, quando foram surpreendidos com a atualização descomunal das rendas que nunca tinham sofrido alterações conforme previa o Decreto-Lei nº166/93 ou, então, deveriam comunicar, dentro de determinado prazo, a intenção em comprar os respetivos imóveis.	Os inquilinos dos 55 fogos ocupados, dos 57 que constituem o parque habitacional do IHRU existente no Concelho de Monforte e que se distribui pelas freguesias de Monforte, Santo Aleixo e Vaiamonte.	68				https://www.cm-monforte.pt/servicos/acao-social-e-habitacao/servico-de-acao-social-e-habitacao/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		Recorde-se que os primeiros arrendatários ocuparam as suas casas em 1982.						
Portalegre	Nisa	1- A Autarquia dispõe de 7 habitações sociais, 4 habitações com regime de renda apoiada habitada por pessoas de etnia cigana, duas habitações cedidas a casos sociais graves e uma habitação para utilização em casos de emergência social, localizada no centro histórico de Nisa, com normas de cedência e utilização.	A Autarquia dispõe de 7 habitações sociais, 4 habitações com regime de renda apoiada habitada por pessoas de etnia cigana, duas habitações cedidas a casos sociais graves e uma habitação para utilização em casos de emergência social, localizada no centro histórico de Nisa, com normas de cedência e utilização.	3				https://www.cm-nisa.pt/index.php/imagem/noticias/233-noticias-2018/487-restauro-e-conservacao-em-predio-de-habitacao-social-no-bairro-da-cevadeira-2
Portalegre	Ponte de Sôr	1- A CM de Ponte de Sor dispõe de Habitação Social.	O Município de Ponte de Sor, numa política de apoio às famílias dispõe de 56 habitações, de diferentes tipologias.	22				https://www.cm-pontedesor.pt/viver/accao-social/habitacao-social/
Portalegre	Portalegre	1- Regulamento Municipal de Apoio a Arrendatários Camarários e seu Agregado Familiar Portadores de Doenças Crónicas ou Incapacitantes; 2- Regulamento para Alienação de Fogos Municipais Propriedade da CM de Portalegre; 3- Regulamento para Arrendamento Social da CM de Portalegre; 4- Apoio nas candidaturas do Programa de Arrendamento Jovem | Porta 65; 5- ELH do concelho de Portalegre.	A CM de Portalegre, no âmbito do Programa de Concurso por classificação para atribuição do direito de Arrendamento de habitações em regime de Arrendamento Apoiado 2020, entregou mais quatro fogos a famílias, situados no Bairro dos Assentos e no Outeiro da Forca. Esta entrega de imóveis propriedades do município insere-se na estratégia de reabilitação e renovação urbana da habitação social que, desde 2016, através deste programa, atribuiu fogos a 26 famílias.	485	1- Bairro do Outeiro da Força e Espaços Verdes e de Lazer - freguesia da Sé e São Lourenço - "O Nosso querido Bairro"	1		https://www.cm-portalegre.pt/municipes/habitacao-social/
Portalegre	Sousel	1- Regulamento de Atribuição de Fogos de Habitação Social; 2- Regulamento de Atribuição de Fogos de Habitação Jovem 3- Serviço de Elaboração Estratégica Local de Habitação, no âmbito do Primeiro Direito, Do Concelho de Sousel.	"SRPHS"	52				www.cm-sousel.pt/sou-municipe/acao-social/habitacao-social/
Porto	Amarante	1-A atribuição do direito à habitação social do Município de Amarante depende da verificação cumulativa dos requisitos: Ter residência permanente no concelho de Amarante; Não beneficiar de medidas locais ou nacionais cujo âmbito seja o mesmo que os apoios municipais a que se candidata; Encontrar-se em situação de grave vulnerabilidade e de carência económica; Assumir o compromisso, formal e expresso,	"SRPHS"	244				www.cm-amarante.pt/pt/habitacao-social

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		de subscrever e prosseguir um plano de acompanhamento, definido entre o Município e o agregado familiar, nas vertentes do emprego, formação profissional, educação, saúde, habitação e outras que se revelem pertinentes; Fornecer todos os meios de prova que sejam solicitados no âmbito da instrução de processo, nomeadamente ao nível da situação familiar e económica; Permitir que sejam efetuadas as diligências necessárias para o apuramento da veracidade das declarações prestadas, sempre que existam dúvidas fundadas; 2-Programa: Subsídio ao Arrendamento; 3-Programa 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.						
Porto	Baião	1- Habitação; 2- ELH: Programa 1º Direito. 3- O Alojamento de Emergência Social (AES) uma resposta social, destinada ao acolhimento transitório e emergente de indivíduos adultos de ambos os sexos ou famílias vítimas de maus tratos, desalojamento, entre outras, que se encontrem em situação de emergência ou vulnerabilidade social no Concelho de Baião.	"SRPHS"	3				https://www.cm-baiao.pt/viver/assuntos-sociais/gabinete-apoio-familia/#habibaiao
Porto	Felgueiras	1- Ao abrigo do Decreto-Lei nº 226/87, de 6 de junho, entre o Instituto de Gestão Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), o INH e a Autarquia, foi efetuado o acordo de colaboração para a construção de 114 fogos, destinados a arrendamento, no regime de renda apoiada, para famílias residentes em barracas e/ou situações similares. Objetivos: Atenuar a pobreza e a exclusão social no município de Felgueiras; proporcionar melhores condições de vida às famílias carenciadas e promover a inserção social. Neste sentido, foram construídos e atribuídos 83 fogos sendo 42 de tipologia T2 e 41 de tipologia T3, distribuídos pelos núcleos de Margaride, Sº Jorge de Várzea e Sº Vicente de Sousa.	Existem 83 fogos sendo 42 de tipologia T2 e 41 de tipologia T3, distribuídos pelos núcleos de Margaride, Sº Jorge de Várzea e Sº Vicente de Sousa.	180				https://cm-felgueiras.pt/viver/coesao-e-acao-social/habitacao/
Porto	Gondomar	1- O Programa de Apoio ao Arrendamento visa o arrendamento de habitações públicas, com aplicação de rendas inferiores às praticadas no mercado de arrendamento privado, pelo que, ao abrigo deste Programa, é aplicada uma taxa de redução de 30%. O Município é detentor de um legado, no que se refere à habitação social Municipal, com uma	O parque habitacional da autarquia é constituído por 29 conjuntos habitacionais, distribuídos por todas as freguesias que integram o concelho, que albergam aproximadamente 9500	3182	1- Fânzeres- Freguesia de Fânzeres e São Pedro da Cova- "Ó Vizinho!" 2- Freguesia de Rio Tinto- "Incluir"	2		www.cm-gondomar.pt/atividade-municipal/habitacao/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		importância inegável para Gondomar e a sua população. Cerca de 9500 munícipes, distribuídos por 3356 habitações, estão atualmente alojados em 29 Conjuntos Habitacionais, distribuídos por todas as freguesias que compõem o concelho.	munícipes, distribuídos por 3356 fogos.					
Porto	Lousada	1- O Serviço de Apoio à Família pretende, apoiar a família nos percalços e dificuldades quotidianas, decorrentes das constantes mudanças culturais, políticas, sociais e económicas da sociedade, colocando-se assim o grande desafio de adaptação a essas mesmas mudanças. Desta forma, o SAF tem como finalidade fomentar a adaptação aos novos contextos, recursos e necessidades de forma a contribuir para os Projetos de Vida de cada indivíduo e de cada família. O serviço de habitação social tem como objetivo principal a promoção da habitação social e a gestão social, patrimonial e financeira dos Empreendimentos e colaboração nos outros fogos do IHRU.	O património habitacional do município é composto por um conjunto de fogos, num total de 90, que se encontram dispersos por três freguesias do Concelho, distribuindo-se da seguinte forma: Empreendimento Social do Maninho (Meinedo) – 32 frações; Empreendimento Social da Ramada (Cernadelo) – 18 frações; Empreendimento Social de Penas (Lustosa) - 40 frações.	267				https://www.cm-lousada.pt/p/habitacao
	Maia	1- Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitação Pública; 2- RECRIMAIA: Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis da Maia, tem como objetivo apoiar a execução de obras de conservação e beneficiação que permitam a reabilitação de fogos e imóveis em estado de degradação.	O parque habitacional do município é constituído por 12 bairros sociais distribuídos pela Rua 5 de Outubro, Rua Arregadas, Rua Bajouca, Rua Figueiras, Rua Gil Eanes, Rua Lagielas, Rua Maninhos, Rua Moreira, Rua Outeiro, Rua do Paço, Rua Rodrigo Gonçalves Lage, Rua do Sobreiro.	2447	1- Alameda João de Deus, PER Bajouca, Maia- Freguesia de Maia- "Alameda João de Deus, PER Bajouca, Maia"	1		https://www.cm-maia.pt/desenvolvimento-social-e-demografia/habitacao-social-municipal
Porto	Marco de Canaveses	1- Programa porta de Entrada - é um programa que permite disponibilizar uma habitação a pessoas que ficaram sem casa, de forma temporária ou definitiva, ou estejam em risco iminente de ficar nessa situação, em resultado de acontecimento imprevisível ou excecional, nomeadamente movimentos migratórios. Este regime excecional destina-se às pessoas deslocadas da Ucrânia a quem tenha sido concedida Proteção Temporária, independentemente da condição financeira; 2- A habitação é um bem essencial e o Município reconhece a necessidade urgente de disponibilizar casas para as famílias e cidadãos que enfrentam carências habitacionais no concelho. É com base nessa premissa que a CM tem em andamento desde 2020 a sua ELH, ao abrigo da qual vai	"SRPHS"	82	1- Freguesia de Paredes de Viadores e Manhuncelos- "“Bairros Saudáveis: incluir para melhorar”	1		https://www.cm-marco-canaveses.pt/?s=habita%C3%A7%C3%A3o

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		construir no concelho habitação acessível para um total de 241 famílias; 3- ARU - A reabilitação urbana tem vindo a assumir -se como uma premissa obrigatória da estratégia de vida própria das cidades e naturalmente da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional.						
Porto	Matosinhos	1- MatosinhosHabit -Engloba os apoios prestados à população mais vulnerável no acesso à habitação. Esses apoios passam por rendas de valores reduzidos em habitações do Parque Habitacional da MatosinhosHabit. O objetivo é proporcionar aos munícipes com carências habitacionais ou problemas sociais uma melhor integração na sociedade; 2- Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento: centra-se em apoiar indivíduos que revelem dificuldade no pagamento dos seus arrendamentos privados, potenciando assim a reorganização e capacitação sócio-económicas da família no seu dia-a-dia. Os seus pacotes de apoio compreendem três tipos de escalões, num mínimo de €75,00 e um máximo de €125,00 por mês; 3- Matosinhos Solidário: engloba o serviço de reparações domiciliárias para idosos portadores do cartão Matosinhos Sénior, sob a tutela da MatosinhosHabit. Dentro da ação deste programa, inserem-se pequenas intervenções domésticas como montagem e transporte de móveis, substituições de peças, acompanhamento a compras e consultas, ligações de equipamentos, levantamento de receitas, etc.; 4- Reabilitar para Arrendar - Habitação Acessível: Com apoio do Banco Europeu de Investimento e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, este programa compreende uma linha de financiamento de operações de reabilitação de edifícios com idade igual ou superior a 30 anos, que, após a intervenção, se destinem a arrendamento em regime de renda condicionada; 4- ELH: Programa 1º Direito.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 51 conjuntos habitacionais localizados nas freguesias de Matosinhos (13 conjuntos), Custóias (8 conjuntos), Perafita (6 conjuntos), Guifões (2 conjuntos), São Mamede de Infesta (7 conjuntos), Senhora da Horta (7 conjuntos), Leça do Balio (2 conjuntos), Leça da Palmeira (2 conjuntos), Santa Cruz de Bispo (3 conjuntos) e Lavra (1 conjunto).	4311	1- Conjunto Habitacional do Seixo freguesia de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora - "SAFE - Saúde, Arte, Formação, Educação" 2- Conjunto Habitacional Recarei/Conjunto Habitacional Custió- freguesia de Custóias, Leça do Balio e Guifões - "100 limites" 3- Conjunto Habitacional Bairro dos Pescadores - freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira - "Os Leixões das Memórias" 4- Conjunto Habitacional da Guarda - freguesia de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo - "Mãos à Ópera" 5- Conj. Hab. Seara/ Conj. Hab. Bairro Pescadores/ Conj. Hab. Carcavelos I e II/ Conj. Hab. Cruz de Pau (25 abril) / Conj. Hab. Cruz de Pau Austrália/ Conj. Hab. Estádio do Mar I, II, III/Conj. Hab. Biquinha - 1ª, 2ª, 3ª fase, Antiga/ Conj. Hab. Cruz de Pau - freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira; São Mamede de Infesta e Senhora da Hora - "Bairros SEM Bullying" 6- Bairro da Biquinha - freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira - "O2 - Oportunidades para Tod@s" 7- Conjuntos Habitacionais da Estação, Caixa Têxtil e Laranjeiras - freguesia de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora - "Viver com Diabetes" 8- Conjunto Habitacional de S. Gens - freguesia de Custóias, Leça do Balio e Guifões - "(Com) Vida S. Gens Histórias do meu Bairro" 9- Cruz de Pau- freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira - "Incentivar a Partilha na Cruz de Pau (CIaP)" 10- Conjunto Habitacional do Seixo - Freguesia de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora - "Eu, Tu, Nós... Somos Seixo." ;	18	"Projetos de Intervenção Social" e o Projeto Vizinhos – "Prevenir é o Melhor Remédio" dirigido a pessoas idosas residentes nos Conjuntos Habitacionais de Matosinhos"	https://www.matosinhoshabit.pt/pages/911

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
					11 - Conjunto Habitacional do Seixo- Freguesia de São Mamede de Infesta e Senhora da Hora "Matosinhos à volta da mesa" 12- Comunidade Piscatória da Praia de Angeiras - União das Freguesias de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo- "SeaShore ANGEIRAS" 13- Cruz de Pau - freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira - "O Bairro está IN(clusivo)" 14- Ribeiras I e II - freguesia de Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo - "Ribeiras + Inclusiva" 15- Conjunto habitacional de Gatões, conjunto habitacional de São Gens e nas escolas do agrupamento Irmãos Passos - freguesia de Custóia,Leça do Balio e Guifões - "Stayaway Cancro" 16- Freguesia Perafita, Lavra e Santa Cruz do Bispo- "MATOSINHOS, + Movimento + VIDA 2021" 17- Bairro do Monte Xisto- Freguesia de Custóias, Leça do Balio e Guifões- "Entre a Natureza e a Cidade: Percursos Pedonais do Monte Xisto" 18- Conjunto Habitacional Bairro dos Pescadores / Conjunto Habitacional Biquinha (1ª, 2ª, 3ª, Ant, N) /Conjunto Habitacional Carcavelos (I e II) - freguesia de Matosinhos e Leça da Palmeira - "Conservar Afetos Femininos"			
Porto	Paços de Ferreira	Sem referência à Política de Habitação Municipal	"SRPHS"	233				https://www.cm-pacosdeferreira.pt/
Porto	Paredes	1- Com o objetivo de responder às necessidades habitacionais das famílias com menos recursos económicos que não têm possibilidade de recorrer ao mercado normal de arrendamento ou de aquisição, a CM de Paredes dispõe de cinco empreendimentos de habitação social. Deste modo, todos os munícipes residentes no concelho de Paredes há mais de dois anos e com idade igual ou superior a 18 anos, podem candidatar-se a uma habitação, desde que comprovem manifestamente as dificuldades sentidas.	Bairro "O Sonho" tem 106 fogos e 8 espaços não habitacionais, dispersos por 5 blocos; Empreendimento Camarário "O Sonho" constituído por 18 fogos; Empreendimento Camarário de Cristelo constituído por 55 fogos; Empreendimento Camarário de Gondalães constituído por 25 fogos; Empreendimento Camarário de Lordelo constituído por 24 fogos	165				www.cm-paredes.pt/pages/462
Porto	Penafiel	1- A CM de Penafiel procura na sua gestão do Parque Habitacional Social intervir junto dos indivíduos que, por razões de ordem económica, apresentam dificuldades de acesso ao arrendamento privado e que vivem em precárias condições de habitação no	Registam-se 482 habitações sociais - alojamentos no parque público habitacional. Dos 64 edifícios de habitação social, 8 são propriedade da CM, 20 são propriedade do IRHU, e 36 têm	266				https://www.cm-penafiel.pt/viver/habitacao/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		sentido de dignificar as condições de vida dos mesmos. A gestão do parque habitacional abrange, entre outras, funções de organizar e executar os processos de aquisição, atribuição e venda de fogos, assegurar a sua correta ocupação e utilização, promovendo todo o procedimento administrativo de cobrança de rendas devidas pela utilização, elaborar propostas de criação e atualização de taxas e rendas e assegurar a ligação com as entidades promotoras de habitação. O acesso a um fogo municipal está regulado pelo Regime de Acesso à Habitação Municipal, que foi aprovado em Assembleia Municipal a 28 de abril de 2014 e que entrou em vigor a 30 de maio de 2014; 2- PENAFIEL HABITA – Apoio ao Arrendamento: Esta medida visa apoiar o arrendamento no mercado privado a famílias com dificuldades económicas evitando o desalojamento devido a ações de despejo; 3- ELH - Regulamento Municipal do Direito à Habitação em Penafiel.	outros proprietários (cf. Diagnóstico Social Penafiel 2014, p.62).					
Porto	Porto	1- A Domus Social - Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto EM, constituída em 2000, é uma empresa local, com natureza municipal, de responsabilidade limitada, nos termos do artigo 19º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. A Domus Social tem por objeto a promoção da cidade do Porto na área da habitação, a gestão do parque de habitação pública municipal, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais, bem como a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social; 2- Porto Amigo: O Município do Porto está empenhado em dar resposta às necessidades mais prementes no âmbito da melhoria das condições de habitabilidade, nomeadamente na reabilitação das edificações degradadas pertencentes a agregados familiares carenciados e na criação de soluções de alojamento para pessoas em situação de sem-abrigo. para além de permitir melhorar a condições de habitabilidade dos seus destinatários, permite ainda que estes permaneçam no seu meio social, reforçando o sentimento de pertença ao território onde vivem, combatendo o sentimento de	O parque habitacional da autarquia é constituído por 50 bairros.	14086	1-13 bairros sociais, freguesia de Campanhã - BARRELA SOCIAL "Brigada de Intervenção em Salubridade Habitacional e Higienização" 2- Bairro do Carriçal - Paranhos/ Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres - freguesia de Paranhos; freguesia de Lordelo do Ouro e freguesia de Massarelos - "FAP no Bairro" 3- Freguesia do Bonfim- "Tempo para Cuidar 2.0_Bonfim" 4- Freguesia de Campanhã- "Tempo para Cuidar 2.0_Campanhã" 5- Granja, aglomerado de baixa densidade com cerca de 30 edificações, confinando com o Bairro do Lagarteiro - freguesia de Campanhã - "Desenvolvimento comunitário participado através de obra de dois fogos para renda acessível" 6- Zonas habitacionais do Cerco, Lagarteiro, Falcão, Corujeira e S. Roque da Lameira - freguesia de Campanhã - "Crescer Saudável" 7- União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, São Nicolau e Vitória-"Tempo para cuidar 2.0_Sto.Ildefonso" 8- Freguesia de Paranhos- "Percursos de Cidadania - Alfabetização Solidária e Literacias | Paranhos"	8	Programas: 1- Casa Como Nova: Programa de auto manutenção que procura envolver os inquilinos municipais no esforço de conservação do interior das habitações que lhes estão concessionadas, assegurando-lhes o acesso a materiais de maior procura a preços cerca de 75% mais baixos do que o preço de mercado, promovendo o reforço de atitude coletiva de preservação de um património que é de todos e, em primeira linha, do próprio inquilino municipal. 2- ConDomus: Este projeto social visa incrementar a participação dos moradores e a sua implicação na gestão dos espaços comuns; melhorar o uso e fruição das zonas comuns e espaços exteriores envolventes aos edifícios de habitação municipal; potenciar a conservação e manutenção do edifício municipal, prevenindo a sua deterioração e aumentar o grau de satisfação, comodidade e segurança dos inquilinos residentes em habitação municipal; 3- Porto Solidário - Fundo Municipal de Emergência Social é composto por 3 eixos, correspondentes às 3 áreas de intervenção identificadas como Versão Final prioritárias pela CMP: (i) Apoio à Habitação; (ii) Apoio e inclusão dos cidadãos com deficiência; (iii) Apoio a IPSS	https://www.domussocial.pt/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		isolamento e solidão. Podem aderir ao programa Porto Amigo pessoas residentes no concelho do Porto, em habitação não municipal, que se encontrem em situação de comprovada carência económica ou que integrem no seu agregado familiar cidadão com grau de incapacidade igual ou superior a 60%.					e outras instituições sem fins lucrativos. 4- "Porto. Importa-se"- Este projeto procura ir ao encontro dos idosos em situação de isolamento que vivem nos bairros municipais do Porto. O conhecimento profundo da realidade desta população serve de base a um trabalho, realizado em rede, que transforma as políticas sociais, nomeadamente na área da habitação.	
Porto	Póvoa de Varzim	O setor de habitação inserido no pelouro da coesão social tem nos últimos anos assentado essencialmente em 4 grandes linhas estratégicas de ação: 1- erradicação das barracas no concelho e consequente realojamento das famílias que foram objeto do levantamento efetuado pela autarquia em 1993/94; 2- promoção de habitação a custos mais acessíveis para as classes médias e média baixa, bem como, para os jovens; 3- reabilitação e requalificação dos agrupamentos municipais e espaços envolventes; 4- divulgação e informação aos munícipes de programas de âmbito nacional de apoio à habitação, nomeadamente a Porta 65, RECRIA, RECRIPH, REHABITA, SOLARH, PROHABITA e 1º Direito.	O parque habitacional da autarquia é constituído por um total de 629 fogos de habitação social, distribuídos do seguinte modo: o Bairro de Nova Sintra (100 fogos), o Agrupamento Habitacional de Barreiros (12 fogos), o Agrupamento Habitacional Soares da Costa (192 fogos), Agrupamento Habitacional da Urbanização Social (46 fogos), o Agrupamento Habitacional do Passeio da Bela Vista (20 fogos), o Agrupamento habitacional das Cardosas (67 fogos), o Agrupamento habitacional da Incons (94 fogos), o Agrupamento habitacional do Loteamento de Sousa (52 fogos) e o Agrupamento Habitacional Silveira Campos (46 fogos).	478				https://www.cm-pvarzim.pt/territorio/coesao-social/habitacao/
Porto	Santo Tirso	1- IFRRU 2020 - IFRRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas: O IFRRU 2020 é um instrumento financeiro destinado a apoiar investimentos em reabilitação urbana, que tem como objetivo financiar a reabilitação integral de edifícios através de produtos financeiros com condições mais vantajosas face às praticadas no mercado, vocacionados especificamente para apoiar a reabilitação urbana e, complementarmente, a eficiência energética na habitação. Para potenciar o investimento, o IFRRU 2020 reúne diversas fontes de financiamento, quer através de fundos europeus do PORTUGAL 2020, quer fundos provenientes de outras entidades como o Banco Europeu de Investimento e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa, conjugando-os com fundos da banca comercial; 2- Subsídio ao arrendamento:	O Parque Habitacional Municipal é constituído por 417 fogos habitacionais distribuídos por quinze freguesias do concelho.	522	1- Freguesia de Santo Tirso- "Saúde, Urbanístico"	1		www.cm-stirso.pt/pages/2155

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		representa uma medida de apoio financeiro às famílias, apoiando-as no pagamento da sua renda mensal. A comparticipação varia entre 50 euros e 150 euros de acordo com os rendimentos e valor da renda mensal. Os agregados familiares considerados jovens ao abrigo do regulamento municipal beneficiarão de uma comparticipação majorada em 20% sobre o escalão que lhe for atribuído; 3- Projeto SOS Casa. O Gabinete de Habitação, funciona no Departamento de Desenvolvimento Local, nas instalações do Antigo Quartel, e encontra-se disponível para prestar todos os esclarecimentos necessários e colaborar no próprio processo de candidatura. Posteriormente, os serviços competentes apreciam a sua elegibilidade e remetem-na, acompanhada de relatório técnico dos serviços, ao IHRU.						
Porto	Trofa	1- O Programa de Realojamento, lançado pelo Pelouro de Acão Social da CM da Trofa, é um programa estratégico da política social de habitação, através do qual o município procura dar resposta a uma multiplicidade de necessidades e exigências, tanto mais que a habitação é um sistema complexo, contribuindo também para a promoção da melhoria urbanística e requalificação urbana, revitalizando os espaços exteriores, dotando-os de maior harmonia, maior segurança, de novas zonas de lazer e de desporto para os seus moradores. O Município tem como um dos seus desígnios estratégicos, assegurar o acesso de todos os trofenses a uma habitação condigna, tendo assim, no terreno, o Programa Municipal de Realojamento, que consiste no realojamento de famílias de menores recursos económicos. Este programa surgiu depois de a autarquia ter assinado um Protocolo com o IHRU, que criou, no concelho, um Parque Habitacional Social com 124 fogos; 2- Subsídio ao Arrendamento: Apesar do forte empenho da CM da Trofa, subsistem estratos da população que, por motivos de ordem socioeconómica, dificilmente conseguem aceder a uma habitação dotada de condições mínimas de salubridade. Consequentemente, o Município prossegue a promoção de apoios na área da habitação para os trofenses	O Parque Habitacional Municipal é constituído por 126 fogos, distribuídos pelo Empreendimento Habitacional de S. Martinho, com 84, Empreendimento Habitacional de S.Romão, com 39 e Urbanização da Barca com 3 fogos.	124				https://mun-trofa.pt/menu/208/habitacao-social https://mun-trofa.pt/menu/850/estrategia-local-de-habitacao

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		carenciados, tendo em conta a relevância da habitação como espaço de vivência familiar e comunitária, nomeadamente o subsídio ao arrendamento como medida de combate à pobreza e à exclusão social, através da atribuição mensal de um apoio para o pagamento de renda da casa. Este subsídio contribui para a responsabilização dos agregados familiares, fomenta a sua independência e permite uma resposta mais célere.						
Porto	Valongo	A Câmara Municipal de Valongo tem perspetivado ao longo dos anos uma política social de habitação alicerçada nas pessoas, de forma a promover e valorizar a qualidade de vida e o bem-estar dos/as munícipes. A atribuição de uma habitação apresenta-se como um elemento importante e fundamental para a mudança e promoção habitacional das famílias, mas não é, por si só, suficiente para a melhoria e qualidade de vida e para a promoção pessoal e social global. Torna-se assim, necessário redesenhar estratégias integradas de intervenção social que aproveitem as potencialidades de intervenção destas populações, e que possibilitem e promovam as suas capacidades de resposta a estes desafios de mudança e transformação. Habitação Social Destina-se a todos/as os/as munícipes que procuram habitação social e que pretendam instruir Processo de Procura de Habitação Social em Regime de Arrendamento, desde que satisfaçam os seguintes critérios: Parque Habitacional Atualmente, o Parque Habitacional Municipal é constituído por 18 Empreendimentos Habitacionais dispersos pelo Concelho, num total 1143 habitações. 2- ELH Valongo 1º Direito	Atualmente, o Parque Habitacional Municipal é constituído por 18 Empreendimentos Habitacionais dispersos pelo Concelho. Núcleo Habitacional de Outeiro do Linho possui 11 entradas com um total de 16 fogos dos quais 10 de tipologia T2 e 6 de tipologia T3. Para além dos Empreendimentos de Habitação Social acima descritos foram transferidos do IGAPHE, atual IHRU, para a Empresa Municipal de Habitação - Vallis Habita, 3 Bairros Sociais, sendo que 1 localiza-se na freguesia de Ermesinde – Bairro das Saibreiras – e 2 na freguesia de Valongo – Bairro das Pereiras e Bairro do Calvário, comportando na globalidade 424 fogos. Os três Bairros foram equipados com Polidesportivos, contando, ainda, com Salas disponibilizadas aos/às residentes para Reuniões e outras iniciativas. O Bairro das Saibreiras com Auto de Cessão de 2004 possui 225 fogos. O Bairro do Calvário com Auto de Cessão de 2004 possui 144 fogos. O Bairro das Pereiras com Auto de Cessão de 2004 possui 55 fogos. É constituído por 4 blocos – 2 de propriedade resolúvel (acesso à propriedade pelos/as respetivos/as	697	1- Empreendimento de Habitação Social das Saibreiras - freguesia de Ermesinde - "Saibreiras - Pintar o Futuro Maior" 2- Freguesia de Gandra e Ermesinde- "Gand(r)a Ação"	2	Projeto O Meu Bairro Não Tem Paredes- Implementação de ações de capacitação, sensibilização e workshops temáticos, destinadas aos residentes em 7 Bairros Sociais, em parceria entre o Município de Valongo, o Centro Social e Paroquial de Alfena, o Centro Social de Ermesinde e o Centro Social e Paroquial de Sobrado, com vista a promoverem a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação.	https://www.cm-valongo.pt/diretorio-de-servicos/areas-de-intervencao/intervencao-social/acao-social/habitacao-social https://www.cm-valongo.pt/diretorio-de-servicos/areas-de-intervencao/intervencao-social/estrategia-local-de-habitacao

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
			moradores/as através de prestações constantes ou progressivas durante 25 anos) e 2 de arrendamento. Na globalidade, o Bairro é constituído por 88 fogos, sendo que à parte arrendada, a parte transferida para a Empresa Municipal de Habitação – Vallis Habita, na sequência do Auto de Cessão celebrado com o IGAPHE, correspondem 55 fogos (dois blocos).					
Porto	Vila do Conde	1- Após um rigoroso processo de identificação e caracterização das situações de carência de alojamento desenvolvido em todo o Concelho, iniciaram-se as primeiras empreitadas e os investimentos têm vindo a suceder-se gradualmente, dispersando os meios e recursos existentes pela totalidade das nossas freguesias. Dos 909 fogos habitacionais considerados necessários aquando do início do PER, encontram-se concluídos 767, o que corresponde a uma taxa de execução na ordem dos 85 por cento. Apesar das restrições financeiras impostas à capacidade de endividamento das autarquias pelos últimos governos, e que obrigaram a uma significativa moderação no ritmo de desenvolvimento do programa de Habitação Social, serão lançados a concurso, os conjuntos habitacionais projetados para Aveleda (22 fogos), Gião (13), Retorta (14) e Touguinha (13). A totalidade destes conjuntos habitacionais permitiu já o realojamento de mais de 2 mil pessoas, num processo que terá continuidade futura, dando resposta aos casos sociais que, entretanto, vão atualizando a listagem inicial de necessidades; 2- Programa 1º Direito: promove a construção de 122 soluções habitacionais, procurando dar resposta a famílias carenciadas e contemplação da requalificação de um conjunto alargado de habitações que integram o "Parque Habitacional Municipal" e que se encontram bastante degradadas.	816 fogos distribuídos por 18 locais/bairros.	897				www.cm-viladoconde.pt/pages/152
Porto	Vila Nova de Gaia	1- As políticas sociais de Habitação implementadas pelo Município de Gaia assentam na inclusão social, dignidade	O município de Gaia disponibiliza 31 empreendimentos de habitação social, distribuídos por todas as	3631	1- Empreendimento Social Gaiurb (Eusébio da Silva Ferreira) - freguesia de Serzedo e	5	Nos empreendimentos sociais estão instalados 28 Gabinetes de Apoio Social, dinamizados por uma equipa de técnicos	www.cm-gaia.pt/pt/cidade/habitacao/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		habitacional e melhoria da qualidade de vida das famílias mais desfavorecidas. Gaia disponibiliza 31 empreendimentos de habitação social, distribuídos por todas as freguesias, construídos ou adquiridos na sequência da erradicação de centenas de barracas, numa lógica de cumprimento do Acordo Geral PER. O parque habitacional social de Gaia garante o realojamento de 3.308 famílias e representa um investimento global superior a 142 milhões de euros, a que acrescem mais 15 milhões de euros aplicados na reabilitação de 18 empreendimentos sociais. Nos empreendimentos sociais estão instalados 28 GAS, dinamizados por uma equipa de técnicos altamente qualificados, especializados na intervenção e acompanhamento social das famílias realojadas; 1.1- MERCADO SOCIAL DE ARRENDAMENTO: O Município desenvolve um programa de incentivo ao mercado social de arrendamento, pioneiro no País e replicado pelo Governo a nível nacional: Programa Arco-Íris - Novos Horizontes para o Arrendamento. Visa a criação de oportunidades de habitação para jovens casais ou famílias da classe média que não se enquadram na tipologia com direito a habitação social, mas também não possuem rendimentos suficientes para aquisição de casa própria. O modelo resulta de uma parceria entre o Município de Gaia, através da Gaiurb, a Fundimo e a Caixa Geral de Depósitos, e assenta no reaproveitamento de prédios inacabados ou devolutos, impondo-se como exemplo de responsabilidade social e racionalidade económica. O Programa Arco-Íris disponibiliza condições diferenciadas e vantajosas no acesso à habitação, uma vez que cria oportunidades para arrendar casas a preços 25% inferiores aos do mercado de habitação tradicional.	freguesias, construídos ou adquiridos na sequência da erradicação de centenas de barracas, numa lógica de cumprimento do Acordo Geral PER. A Gaiurb tem sob a sua gestão, atualmente, 3123 habitações sociais, num total de 3025 agregados familiares que correspondem a cerca de 7935 indivíduos.		Perosinho - "Serzedo e Perosinho: A união faz o bairro. O Bairro combate o isolamento" 2- Empreendimento Social Gaiurb (Alberto Martins Andrade) - freguesia de São Felix Da Marinha - "São Félix na orla da cidadania" 3- Empreendimento Social Gaiurb (Crasto) - freguesia de Sandim, Olival, Lever e Crestuma - "O Crasto de janelas abertas à solidariedade" 4- Bairro tutelado pela GAIURB e IRHU, nomeadamente o Bairro Cabo Mor - freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso - "AMAR para INTERVIR +" 5- Empreendimento Social Gaiurb (Ruy de Carvalho) - freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso - "Ruy de Carvalho sobe ao Palco (da cidadania)"		altamente qualificados, especializados na intervenção e acompanhamento social das famílias realojadas. O Meu Bairro, Minha Rua- É um projeto da CM de Gaia que visa contribuir para a criação de uma nova forma de viver em comunidade, através de um trabalho muito próximo das pessoas, das famílias e das instituições, procurando garantir que as suas preocupações sejam sinónimo de um processo de revitalização permanente e participado por todos.	
Santarém	Abrantes	1- Projeto Porta 65 Jovem; 2- Atribuição de habitações em regime de arrendamento apoiado; 3- ELH: Programa 1º Direito.	A CM de Abrantes dispõe de 24 fogos de habitação social e encontram-se todos ocupados. A "Encosta da Barata" é um bairro composto por 13 blocos habitacionais plurifamiliares, onde reside cerca de 3% da população total do concelho, tem instalados	26	1- A "Encosta da Barata" - freguesia de Abrantes e Alferrarede - "Encosta Viva"	1		http://cm-abrantes.pt/index.php/pt/component/content/article/301-intervencao-social/acao-social-e-saude/408-habitacao?highlight

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
			32 estabelecimentos comerciais diversos e uma escola pública de ensino pré-escolar e 1º ciclo					=WyJoYWJpdGFjYW8iLCJzb2NpYWwiLCJoYWJpdGFjYW8gc29jaWFsIl0=
Santarém	Alcanena	1- ELH de Alcanena; 2- PARU de Alcanena. 3- PERU: Programa Estratégico de Reabilitação Urbana das Operações de Reabilitação Urbana Sistemática de Louriceira, Malhou, Espinheiro e Minde. 4- IFRRU 2020: Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbanas	"SRPHS"	89				http://cm-alcanena.pt/images/Regulamentos/Regulamento_Habita%C3%A7%C3%A3o_Social.pdf
Santarém	Almeirim	1- A autarquia tem desenvolvido um trabalho articulado, de visitas domiciliárias aos agregados que solicitam apoio para melhorias das condições habitacionais, com vista à avaliação da possibilidade da concessão do apoio; Efetua inscrições para habitação social; Gestão do Parque Habitacional pertença da Autarquia.	"SRPHS"	56	1- Freguesia de Fazendas de Almeirim/ Freguesia da Carregueira/ Freguesia da Raposa/Freguesia de Benfica do Ribatejo/Freguesia da Chamusca e Pinheiro Grande- "ReSense – Memórias com Sentido(s)"	1		www.cm-almeirim.pt/actividade-municipal/acao-social/item/657-habitacao
Santarém	Alpiarça	1- A CM de Alpiarça apoia famílias com baixos recursos económicos que residem em habitações com poucas condições de habitabilidade, nomeadamente com a cedência de alguns materiais de construção, e apoio às candidaturas de obras de conservação ou beneficiação de habitação própria e permanente; 1.1- Materiais de Construção: No concelho de Alpiarça existem famílias com baixos recursos económicos que residem em habitações com poucas condições de habitabilidade. Após solicitação de ajuda, junto do Gabinete de Acão Social, e averiguação por parte dos técnicos deste gabinete da situação socioeconómica, é realizado um relatório. Com base nesse relatório, o Gabinete Técnico, analisa a situação e realiza os procedimentos necessários para identificar os materiais necessários para efetuar melhorias na casa. Como resposta às solicitações de ajuda, e indo além do que é a sua competência, a CM de Alpiarça cede, de forma gratuita e em situações excecionais, os materiais para melhoria das habitações; 1.2 - Solarh: Nas situações em que se verifica que um pedido de ajuda para melhoria das condições de habitabilidade requer uma intervenção que não é possível só com a cedência de alguns materiais, os Técnicos do	"SRPHS"	24				www.cm-alpiarca.pt/areas-de-atividade/acao-social/item/175-habita%C3%A7%C3%A3o

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		Gabinete de Acão Social encaminham as famílias para o Programa SOLARH. Este programa tem como principal objetivo financiar, através do IHRU, obras de conservação ou beneficiação de habitação própria e permanente, para agregados com fracos recursos económicos.						
Santarém	Benavente	1- Regulamento Municipal para atribuição e Gestão de Habitações Sociais; 2- Regulamento Municipal dos Apoios Sociais que inclui a vertente da habitação; 3- ELH de Benavente.	"SRPHS"	128				https://www.cm-benavente.pt/downloads/acao-social/6902-regulamento-municipal-para-atribuicao-e-gestao-de-habitacoes-sociais-1/file https://www.cm-benavente.pt/downloads/acao-social/9315-regulamento-municipal-de-apoios-sociais-1/file https://www.cm-benavente.pt/downloads/acao-social/8514-estrategia-local-de-habitacao-de-benavente/file
	Cartaxo	1- Habitação: divulgar programas habitacionais da Administração Central e criar novas respostas locais no âmbito das necessidades diagnosticadas; 2- IFRRU 2020.	"SRPHS"	4				https://www.cm-cartaxo.pt/Investir/IFRRU2020/Paginas/default.aspx
Santarém	Chamusca	1- O município dispõe de Habitações Sociais: Regulamento Municipal de Atribuição e Gestão de Habitação; 2- O Plano Estratégico de Habitação Local (EHL) do concelho da Chamusca 2020-2026 foi apresentado recentemente em reunião de Câmara, contempla um investimento de cerca de nove milhões de euros e já foi discutido em Assembleia Municipal; 3- Apoio nas candidaturas ao Programa Porta 65 Jovem (Apoio ao Arrendamento Jovem).	O concelho da Chamusca tem atualmente 60 fogos de habitação social, distribuídos por 10 núcleos habitacionais, albergando, um total de 60 famílias (149 pessoas) em regime de renda apoiada.	71				https://www.cm-chamusca.pt/autarquia/gestao-administrativa-e-financeira/regulamentos/regulamentos-municipais/regulamento-municipal-de-atribuicao-e-gestao-de-habitacao/3198-aviso-n-233-2015/file

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
Santarém	Constância	O Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação efetua o acompanhamento e integração da população realojada, efetua a gestão dos pedidos de habitação e promove, sempre que necessário e possível, novos concursos de atribuição de habitação social. Habitação em regime de renda apoiada.	"SRPHS"	21				http://www.cm-constancia.pt/index.php/pt/viver/acao-social/habitacao
Santarém	Coruche	1- Regulamento do Programa Municipal de Apoio à Melhoria de Conforto Habitacional. O Programa visa a atribuição de materiais de construção, destinados à reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de habitações de agregados familiares carenciados, sendo excluídos todos os apoios destinados a obras que se pretendam efetuar em garagens, arrecadações, muros ou outro tipo de edificações não destinados a habitação; 2-Regulamento Programa Casas com Gente: Este programa pretende promover o incentivo ao arrendamento ou aquisição de imóveis habitacionais no centro histórico da vila de Coruche como forma de renovação e recuperação de áreas degradadas. Podem ser beneficiários deste programa os arrendatários detentores de contrato de arrendamento válido, de imóveis habitacionais destinados a habitação própria permanente, situadas no centro histórico da vila de Coruche. Pode ainda ser beneficiário deste apoio quem adquiriu (ou pretende adquirir), há menos de um ano relativamente à data da candidatura, um imóvel no centro histórico da vila de Coruche; 3- Regulamento de Habitação Social do Município de Coruche: Pretende regular de forma justa, adequada e proporcional, a atribuição dos fogos de habitação social propriedade da Câmara. Tem por objetivo, proporcionar a agregados familiares com fracos recursos económicos, a possibilidade de melhorarem a sua qualidade habitacional e, consequentemente, a sua qualidade de vida. Os fogos destinam-se aos agregados familiares que reúnam cumulativamente as seguintes condições: não possuam habitação	O parque habitacional da autarquia é constituído por 2 Bairros sociais: Bairro Novo e o Vale das Estacas.	47	1- Bairro Nossa Senhora do Castelo-Freguesia de Lisboa e Vale do Tejo-"Requalificação de Moradias - Bairro Nossa Senhora do Castelo"	1		www.cm-coruche.pt/atividade-municipal/acao-social/habitacao

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		própria; a habitação em que residam não seja adequada à satisfação das necessidades do seu agregado familiar, designadamente, seja degradada ou esteja sobrelotada; tenham um rendimento per capita igual ou inferior ao salário mínimo nacional e não possuam bens móveis ou imóveis suscetíveis de gerarem rendimentos significativos.						
Santarém	Entroncamento	1 - Atribuição de Habitação Social; 2- Parque Habitacional; 3 – Tipologia das Famílias; 4 - ELH do Entroncamento. 5- Regulamento de Atribuição e Gestão de Fogos de Renda Social	O parque habitacional da CM do Entroncamento é composto por dois bairros com características bastante diferenciadas. O Bairro Frederico Ulrich, de maior dimensão, constituído por 120 fogos, cuja tipologia dominante é o T-3. É o mais antigo (data dos anos 50). Os Blocos (4), localizados ao longo da Rua General Humberto Delgado são de construção recente e desenvolvem-se em quatro pisos com quatro fogos por piso, perfazendo 64 fogos, cujas tipologias dominantes são o T-1 e o T-2.	184				https://www.cm-entroncamento.pt/pt/investir/reabilitacao-urbana#estrat%C3%A9gia-local-de-habita%C3%A7%C3%A3o https://www.cm-entroncamento.pt/pt/viver/acao-social#habita%C3%A7%C3%A3o-social https://www.cm-entroncamento.pt/images/CME/Regulamentos/2021/Regulamento_Habitaes_Regime_Arrendamento_Apoiado_Municpio_Entroncamento_atulizado_18_10_2017.pdf
Santarém	Ferreira do Zêzere	1- Regulamento de Luta contra a Pobreza e Inserção Social que inclui a vertente da habitação; 2- ELH: Programa 1º Direito; 3- Apoio nas candidaturas ao Programa Porta 65 e IFRRU 2020.	"SRPHS"	8				www.cm-ferreiradozezere.pt/mfz-municipio/pesquisa?q=habita%C3%A7%C3%A3o&x=0&y=0&Itemid=1092
Santarém	Golegã	1 - Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos em Matéria Habitacional (SUSPENSO); 2- Habitação Social	"SRPHS"	36	1- Freguesia de Azinhaga- "SOL DAS LEZÍRIAS"	1		https://www.cm-golega.pt/areas-de-actividade/accaosocial/item/1154-habitacao-social

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
Santarém	Mação	1 -Na área da habitação compete: Informar, elaborar candidaturas ao Programa de Solidariedade e Apoio à recuperação de habitação-SOLARH e ao Incentivo ao Arrendamento Jovem.	"SRPHS"	37				http://www.cm-macao.pt/
Santarém	Ourém	1- Existe um conjunto de programas que permitem resolver ou minorar os problemas habitacionais: 1.1- RECRIA: Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados. Destina-se à recuperação de imóveis de arrendamento. Consiste numa comparticipação a fundo perdido concedida pelo INH e pela CM onde se situa o imóvel e ainda a possibilidade da concessão de um financiamento para a parte não comparticipada; 1.2- RECRIPH: Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal. Visa apoiar financeiramente a execução de obras de conservação e de beneficiação que permitam a recuperação de imóveis antigos constituídos em regime de propriedade horizontal; 1.3- REHABITA: Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas. Tem por objetivo apoiar a execução de obras de conservação, de beneficiação ou de reconstrução de edifícios habitacionais e as ações de realojamento provisório ou definitivo daí decorrentes, no âmbito de operações municipais de reabilitação dos núcleos urbanos e históricos que sejam declarados como áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística; 1.4- SOLARH: Programa de Apoio Financeiro Especial. Destina-se a financiar sob a forma de empréstimo, sem juros, a conceder pelo INH, a realização de obras de conservação ordinária ou extraordinária e de beneficiação nos seguintes casos: em habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares que preencham condições previstas na lei; 1.5- PROHABITA: Programa de Financiamento para Acesso à Habitação. Este programa tem como objetivo a resolução global das situações de grave carência habitacional de agregados familiares residentes no território nacional; 1.6- Programa Conforto Habitacional para	"SRPHS"	1				https://www.ourem.pt/areas-de-acao/gestao-urbanistica/reabilitacao-urbana/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		Pessoas Idosas: visa a qualificação das habitações com o objetivo de melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas que usufruam de serviços de apoio domiciliário, de forma a prevenir e evitar a institucionalização; 1.7- Programa PORTA 65 JOVEM: é um sistema de apoio financeiro ao arrendamento por jovens, com idade igual ou superior a 18 anos e inferior a 30 anos (no caso de casais de jovens, um dos elementos pode ter até 32 anos), sem capacidade económica sustentada para o recurso à solução do arrendamento, e tem como objetivo regular os incentivos aos jovens arrendatários, estimulando estilos de vida mais autónomos (por parte de jovens sozinhos, em família ou em coabitação jovem), a reabilitação de áreas urbanas degradadas e a dinamização do mercado de arrendamento. Este programa apoia o arrendamento de habitações para residência, atribuindo uma percentagem do valor da renda como subvenção mensal.						
Santarém	Rio Maior	1 - Apoio à melhoria das condições habitacionais de estratos sociais desfavorecidos: Os munícipes residentes há mais de cinco anos em Rio Maior, com um rendimento per capita bruto anual igual ou inferior a 12 vezes o SMN e proprietários ou co-proprietários da habitação que ocupam, podem candidatar-se ao apoio do Município para a execução de pequenas obras. As obras a realizar podem abranger as seguintes situações: Reparação e/ou construção de instalações sanitárias, incluindo ligação às redes públicas de abastecimento; Reparação e/ou construção de telhados e/ou pavimentos em estado de ruína; Adaptação de edifícios para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; Reparação e/ou construção da rede de água interior e ramais-de-acesso; Reparação ou instalação de rede elétrica interior, ramais ou baixadas elétricas; Substituição ou recuperação de janelas e portas exteriores; Execução de obras de beneficiação interior e/ou ampliação das habitações; Execução de obras de simples beneficiação e/ou conservação das habitações; Melhoria das condições de segurança das habitações, decorrentes do	O parque habitacional municipal é constituído por 24 fogos com contrato de arrendamento: Bairro Social Mãe d´Água (8 fogos) e Bairro Social do Espadanal (16 fogos). https://www.cm-riomaior.pt/images/repositorio/AcaoSocial/DiagSocial_RioMaior.pdf	41				www.cm-riomaior.pt/atividade-municipal/acao-social2/item/168-habitacao

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		processo de envelhecimento ou doenças crónicas debilitantes dos indivíduos candidatos e/ou elementos do seu agregado familiar. O apoio disponibilizado pelo Município, com um valor limite correspondente a três vezes o salário mínimo nacional, pode concretizar-se por uma ou várias das seguintes modalidades: Atribuição de subsídio pecuniário a fundo perdido; Disponibilização de materiais de construção; Disponibilização de mão-de-obra especializada; Isenção do pagamento de taxas. 2 - Atribuição de fogos de habitação social em regime de renda apoiada: Podem candidatar-se a habitação social municipal os residentes no concelho de Rio Maior há mais de 5 anos, com idade igual ou superior a 18 anos e que residam em habitação inadequada à satisfação das necessidades do seu agregado familiar, sendo o fogo arrendado destinado exclusivamente a habitação permanente do arrendatário e do seu agregado familiar, estando proibida a hospedagem, sublocação total ou parcial ou a cedência a qualquer título do fogo arrendado. Nenhum elemento do agregado familiar pode: Ser proprietário, comproprietário, usufrutuário, promitente-comprador ou arrendatário de imóvel ou fração habitacional em território nacional que possa satisfazer as respetivas necessidades habitacionais; Ser ex-arrendatário municipal com ação de despejo transitada em julgado, ou ex-arrendatário que tenha abandonado um fogo municipal; Estar a usufruir de apoios financeiros públicos para fins habitacionais; Ter dívidas de qualquer natureza para com o Município.						
Santarém	Salvaterra de Magos	1- Considerando que a habitação constitui um dos problemas do Concelho de Salvaterra de Magos, a CM apoia, através da atribuição de habitação a custos controlados, as famílias com menores recursos financeiros e que apresentam situações precárias a nível habitacional, possibilitando, consequentemente, a melhoria da sua qualidade de vida. Atendendo aos princípios de igualdade, da justiça e da legalidade, constitucionalmente consagrados, as condições de acesso e a gestão dos fogos estão definidas em regulamento.	A CM de Salvaterra de Magos possui três bairros de habitação social: - Bairro Social da 3ª Idade (constituído por 38 habitações T1); - Bairro dos 80 Fogos (constituído por 14 habitações T2 e T3); - Bairro Nª Sra. da Conceição (constituído por 12 habitações T2 e T3).	63				https://www.cm-salvaterrademagos.pt/actividademunicipal/accaosocial/item/991-habitacao-social

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
Santarém	Santarém	1- Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídio para Execução de Obras em Habitação Própria; 2- Regulamento Municipal de Atribuição de Subsídio ao Arrendamento a Estratos Sociais Desfavorecidos; 3-Regulamento para Atribuição de Imóveis Municipais com Fins Habitacionais a Jovens Residentes no Concelho de Santarém;4- Regulamento de Gestão e Utilização das Partes Comuns dos Prédios do Parque Habitacional Social do Município de Santarém; 5- Centro de Acolhimento Temporário para Pessoas em situação de sem Abrigo; 6- ELH: Programa 1º Direito.	"SRPHS"	313				www.cm-santarem.pt/servicos-municipais/acao-social-saude/regulamentos
Santarém	Sardoal	1- No âmbito da habitação municipal, o trabalho realizado pelo Setor de Saúde e Ação Social orienta-se para: Divulgar, informar e esclarecer os munícipes sobre os diferentes recursos de apoio/acesso à habitação; Gerir o parque de habitação social do município, nomeadamente: atualização de rendas; instruir e atualizar permanentemente os processos dos inquilinos, efetuar o acompanhamento das famílias problemáticas, gerir conflitos entre vizinhança; Levantar e inventariar as carências habitacionais do concelho. Para além da habitação destinada ao arrendamento social, a autarquia possui um fogo destinado a emergência social, onde atualmente se encontram a residir a título precário duas famílias; 2- Apoio ao Programa "Reabilitar para Arrendar" é um programa criado pelo IHRU para dinamizar ações de reabilitação urbana, em especial as destinadas à recuperação de edifícios antigos de habitação para arrendamento.	"SRPHS"	40				www.cm-sardoal.pt/index.php/pt/viver/acao-social/servico-de-acao-social#habita%C3%A7%C3%A3o
Santarém	Tomar	1- Estudar critérios, propor as formas e elaborar processos de atribuição ou venda de habitação social; Programar, promover, projetar, executar e fiscalizar as iniciativas municipais de habitação; Promover a gestão e recuperação do parque habitacional; Manter atualizado o cadastro das habitações sociais pertencentes ao município; Colaborar, na medida das disponibilidades, na beneficiação de habitações de pessoas de fracos recursos económicos; Estabelecer os contactos e relações com os órgãos da administração central e associações com competências na	O parque municipal da autarquia é constituído pelo Bairro 1º Maio.	168				http://www.cm-tomar.pt/index.php/pt/intervencao-social#habita%C3%A7%C3%A3o-social

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		área da habitação social; Este programa enquadra-se no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) de Portugal, estando enquadrado no investimento TC-C13-i01 – Eficiência Energética em Edifícios Residenciais da Componente C13 – "Eficiência Energética em Edifícios; Apoio nas candidaturas ao Programa do Vale Eficiência que é operacionalizado pelo Fundo Ambiental. Nesta 1ª fase, pretende-se entregar 20.000 destes Vales a famílias economicamente vulneráveis no valor de 1.300 € + IVA cada, "para que estas possam investir na melhoria do conforto térmico da sua habitação, quer por via da realização de intervenções na envolvente, quer pela substituição ou aquisição de equipamentos e soluções energeticamente eficientes"; 3- ELH: Programa 1º Direito.						
Santarém	Torres Novas	1- Projeto de Habitação Social "Habitar Bem, Viver Melhor" – PROHABITA: Elaboração e Reavaliação do Cálculo da Renda Social Apoiada. Atendimento e Acompanhamento ao Inquilino: Sessões de esclarecimento sobre o uso, manutenção e valorização dos espaços (interior e exterior) e zona envolvente; Identificação das suas dificuldades, valorizando as suas competências e capacidades; Visita ao local de residência de origem; Entrevistas individualizadas com cada família; Realização e aplicação de Inquéritos por Questionário; Visitas à nova casa como forma de aprender a conhecer e a criar ligações ao espaço construído e zona envolvente; Reunião de moradores em pequenos grupos (por bloco), proporcionando: expressão das várias identidades e uma rede de informação/comunicação; Dinamização das novas relações de vizinhança e da criação de estruturas organizativas; Negociação e esclarecimentos relativos às regras de habitar. Dinamização de atividades socioculturais a partir do equipamento instalado, em articulação com instituições e forças locais (Centro Comunitário ROSTO); Recenseamento Habitacional / Atualização (Levantamento e estudo das condições socioeconómicas e habitacionais do	O parque habitacional da autarquia é constituído pelo Bairro da Calçada António Nunes (10 fogos de habitação social).	87				https://cm-torresnovas.pt/index.php/acao-social/habitacao-social-municipal

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		concelho); Atendimento e Recenseamento dos Munícipes; Averiguação das condições habitacionais para efeitos de elegibilidade – Avaliação e Triagem; 2 - Gestão dos fogos transferidos do património do Ex-IGAPHE para a CMTN: Gestão dos fogos transferidos do património do IGFSS (Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social) para a CMTN; Averiguação de anomalias, triagem e avaliação de reclamações relativas aos fogos; 3 -Programa SOLARH – Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação; 4 -Colaboração no Projeto URBNOVAS – Projeto de Reabilitação Urbana de Torres Novas.						
Santarém	Vila Nova da Barquinha	Vila Nova da Barquinha assina Acordo de Colaboração para Projetos de Habitação a Custos Acessíveis. Os Acordos de Colaboração têm por objetivo garantir o desenvolvimento de projetos de habitação a custos acessíveis, para construção ou reabilitação de habitações nos concelhos do Médio Tejo. Estas habitações, a edificar na região do Médio Tejo, destinam-se a oferta habitacional com rendas acessíveis para famílias, que não encontram respostas no mercado tradicional por incompatibilidade entre os seus rendimentos e os valores de renda praticados. Em Vila Nova da Barquinha serão construídos dois edifícios, na Rua D. Maria II, junto da Santa Casa da Misericórdia, que permitirá a construção de 12 fogos, representando um investimento total com IVA de 2.142.940,00€.	"SRPHS"	20				http://www.cm-vnbarquinha.pt/index.php/pt/noticias/227-urbanismo/587-vila-nova-da-barquinha-assina-acordo-de-colaboracao-para-projetos-de-habitacao-a-custos-acessiveis?highlight=WyJoYWJpdGFcdTAwZTdcdTAwZTNvIl0=
Setúbal	Alcácer do Sal	1- Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico de Alcácer do Sal; 2- Apoios municipais: Isenção de taxas municipais relacionadas com obras de reabilitação, designadamente: 2.1 - Taxas referentes ao licenciamento, comunicação prévia e autorização das operações urbanísticas; 2.2-Taxas referentes à emissão de alvarás que titulam as operações referidas; 2.3- Taxas devidas por ocupação de domínio público, motivada por aquelas intervenções; 2.4 - Taxas pela realização de vistorias; 3- Redução da Taxa Municipal de realização, manutenção e reforço de infraestruturas	"SRPHS"	90				www.cm-alcacerdosal.pt/pt/municipio/viver-em-alcacer/habitacao/habitacao-e-conforto-das-familias/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		urbanísticas em 50%, nas situações em que haja lugar à sua tributação; 4- IFRRU 2020; 5- Porta 65 Jovem; 6- ELH: Programa 1º Direito.						
Setúbal	Alchochete	1- Ações Desenvolvidas no âmbito da Habitação: Plano de manutenção da Habitação Social; Acompanhamento social das famílias realojada; Condomínios; Atualização das rendas das habitações sociais; Organização dos processos de realojamento; Promoção de parcerias com outras instituições e serviços que intervêm na comunidade, no sentido de racionalizar e operacionalizar a intervenção social nas comunidades realojadas; Dinamização e auto-organização da população realojada em associações ou grupos, no sentido de potenciar as capacidades de intervenção e gestão dos moradores, envolvendo-os numa participação ativa do seu próprio desenvolvimento. A programação de novos realojamentos tem como âmbito de intervenção a receção, tratamento e análise das necessidades habitacionais.	"SRPHS"	75				www.cm-alcochete.pt/pages/172
Setúbal	Almada	1- Pedido de atribuição de uma habitação, propriedade da CM, por pessoas com carência habitacional e de baixos rendimentos. O pedido de habitação dá início a um processo que fica registado na Divisão de Habitação, mas não confere direito a concurso de habitação social. A atribuição de habitação está sujeita à avaliação do processo por parte da CM, e à disponibilidade existente de fogos camarários. Quem pode requerer: Elemento(s) do agregado familiar, residentes em habitação camarária, devidamente autorizado(s), com legitimidade legal para o efeito, na qual o titular do contrato de arrendamento tenha deixado de residir; 2- Com uma visão assente na oferta de habitação digna para todos no seu território, tem o objetivo de melhorar e potenciar uma variedade de áreas associadas à vida e o lar dos seus cidadãos. Sob a sua ELH, a CMA tem como objetivo: - Gerir o parque habitacional municipal, no que diz respeito à sua preservação e ocupação; - Disponibilizar fogos com rendas adequadas a agregados familiares com menores rendimentos; - Promover o realojamento de	A CM vai «complementar» a estratégia pública com a aposta na reabilitação do parque habitacional municipal que integra 2.300 fogos dispersos por todo o concelho, promete Inês Medeiros, lembrando, contudo, que 20% dessas casas «precisam de obras urgentes ou muito urgentes».	4780	1- Bairros do Segundo Torrão, Cova do Vapor, Primeiro Torrão, Madame Faber e vila da Trafaria - freguesia de Caparica e Trafaria - "2T/2825" 2- Bairro 1º Torrão - freguesia de Caparica e Trafaria - "Passa a Palavra" 3- Bairro do Fundo do Fomento - freguesia de Caparica e Trafaria - "Espaço Inspir_Ação+ – Projeto Comunitário para um Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável" 4- Trafaria - nas margens do rio Tejo entre o Bico da Calha e o Portinho da Costa - freguesia de Caparica e Trafaria - "Há margem" 5- Bairro Branco, Urbanização N.ª Sr.ª da Conceição (ex-Asilo 28 Maio) e áreas circundantes / Bairro Cor de Rosa) - freguesia de Caparica e Trafaria; freguesia de Almada, freguesia de Cova da Piedade, freguesia de Pragal e Cacilhas - "MK 2.0 - Democracia Digital no Monte Kapta Caparica e Trafaria" 6- Freguesia de Laranjeiro e Feijó- "RICA VIDA: Resposta Informativa de Capacitação	7	2018 - Habitar é Conservar-Com o objetivo de promover a imagem do concelho, qualificando o seu edificado, a CM de Almada tem em curso a campanha Habitar é Conservar, que contempla um conjunto de incentivos e de penalizações. Esta campanha pretende chamar a atenção dos proprietários para a importância de manterem os seus edifícios em bom estado, garantido igualmente a sua habitabilidade, destacando-se nesta campanha os incentivos atribuídos aos proprietários em zonas delimitadas que façam obras na fachada dos seus edifícios. Também através desta campanha a autarquia agiliza/facilita os munícipes que pretendam fazer pinturas no seu edifício, não sendo necessário pagar as taxas de ocupação do espaço público. Almada- A minha Casa- A CM de Almada pretende promover a qualidade do espaço público divulgando e intervindo nas três componentes da requalificação urbana: 1 - Regeneração urbana através de estudo urbano aprovado pela CM de Almada, admite-se a possibilidade de novos edifícios incluindo por substituição, ou ampliação, respeitando	https://www.cm-almada.pt/viver/habitacao

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		residentes em habitação precária, informal e/ou localizada em área de risco; 3- ELH: os beneficiários do 1.º Direito serão 450 famílias residentes em barracas e casas no Torrão, na Trafaria, cerca de 50 agregados familiares das Terras de Lelo e Abreu, nas Terras da Costa, Costa de Caparica e 10 agregados familiares residentes nas traseiras da Escola da Trafaria.			e Aprendizagem para Hábitos de Vida Saudáveis" 7 - Bairros Sociais da Freguesia da Caparica - "Um Café com Asas"		as características fundamentais das construções existentes no local, como objetivo de intervir em edifícios em mau estado de conservação; 2- Áreas de Reabilitação Urbana; 3 - Conservação Urbana - Campanha Habitar é Conservar; Espaços Exteriores em Bairros de Habitação Social Municipal- Este projeto visa a qualificação dos espaços exteriores do bairro de habitação social da Madame Faber na Trafaria, intervindo ao nível da estabilização dos taludes, criação de zonas de estadia, pavimentos, plantação de espécies vegetais, drenagem e iluminação pública, de modo a: a) - Melhorar e qualificar espaços públicos nos territórios, criando condições para o desenvolvimento de atividades de animação sociocultural de cariz desportivo; b) - Melhorar a qualidade de vida urbana nos Bairros de Habitação Social, promovendo intervenções nos espaços exteriores que possam contribuir para a regeneração física e social das comunidades alojadas nestes bairros.	
Setúbal	Barreiro	1- O parque habitacional de cariz social do Município do Barreiro, é composto na totalidade por 285 fogos de habitação. Estes fogos encontram-se distribuídos entre o Bairro da Quinta da Mina, composto por 13 edifícios e 119 fogos, adquirido pela Autarquia no âmbito do PER, o Bairro Alves Redol, cuja construção data da década de 40, composto por 92 fogos, e os restantes, pelas várias freguesias do Concelho do Barreiro. O processo de atribuição de habitação, realiza-se mediante concurso público, nos termos do Regulamento Municipal sobre o Regime Jurídico, Regras de Acesso, Atribuição e Gestão das Habitações Sociais do Município do Barreiro, aprovado em setembro de 2010.	O parque habitacional de cariz social do Município do Barreiro, é composto na totalidade por 285 fogos de habitação. Estes fogos encontram-se distribuídos entre o Bairro da Quinta da Mina, composto por 13 edifícios e 119 fogos, adquirido pela Autarquia no âmbito do PER, o Bairro Alves Redol, cuja construção data da década de 40, composto por 92 fogos, e os restantes, pelas várias freguesias do Concelho do Barreiro. O território da Cidade Sol, situado na freguesia de Santo António da Charneca, concelho do Barreiro, foi palco de realojamento social, sobretudo de população de etnia cigana e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. É um território de intervenção prioritário do concelho.	339	1- Território da Cidade Sol - freguesia de Santo António Da Charneca - "Unir Comunidades" 2- Bairro das Palmeiras - freguesia de Barreiro e Lavradio - "RENASCER o Bairro das Palmeiras" 3- Barreiro Velho- Freguesia de Barreiro e Lavradio- "Laboratório de Inovação Comunitária - LIC"	3		www.cm-barreiro.pt/pages/538
Setúbal	Grândola	1- O Atendimento Social é dirigido a todos os munícipes que estejam em situação de vulnerabilidade social, habitacional e/ou	Atualmente, o Município de Grândola possui na freguesia de Grândola 3 Bairros Habitacionais	155				www.cm-grandola.pt/pages/588

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		económica; 2- ProHabita; 3- Porta 65; 4- Programa 1º Direito.	destinados a habitação Social, nomeadamente Largo Zeca Afonso, Horta do Côxo, Bairro da Esperança e 6 moradias unifamiliares na localidade de Azinheira dos Barros. O número total de fogos existentes no Município destinados à habitação social é de 153, maioritariamente de tipologia T2.					
Setúbal	Moita	1- ELH do Município da Moita: PER; Novo Regime de Arrendamento Urbano; RECRIA; REHABITA; RECRIPH; SOLARH; Subsídio de Renda; IAJ/Porta 65; Renda Condicionada.	A CM da Moita regista um total de 165 agregados / 509 residentes nas habitações públicas municipais.	871				www.cm-moita.pt/pages/1045
Setúbal	Montijo	1 - A CM do Montijo elaborou o "Regulamento de Atribuição, Ocupação e Gestão das Habitações Sociais da CM do Montijo", o qual entrou em vigor a 21 de junho de 2018, após publicação em Diário da República. Bairros de Habitação Social do Município do Montijo: Projetos Complementares existentes nos Bairros de Habitação Social, dinamizados pela autarquia. Concursos para atribuição de habitação social (fogos de habitação em regime de arrendamento).	O parque habitacional do município é constituído por 6 Bairros Sociais, distribuídos por: Bairro do Esteval (206 fogos de habitação social- T1 (3 fogos), T2 (88 fogos), T3 (83 fogos), T4 (32 fogos); Bairro Novo do Esteval (100 fogos de habitação social)- T0 (14 fogos), T1 (24 fogos), T2 (36 fogos), T3 (18 fogos), T4 (8 fogos); Bairro da Caneira (130 fogos de habitação social)- T1 (12 fogos), T2 (52 fogos), T3 (51 fogos), T4 (15 fogos); Bairro do Afonsoeiro (31 fogos de habitação social)- T2 (14 fogos), T3 (15 fogos), T4 (2 fogos); Bairro da Lançada (12 fogos de habitação social)- Este bairro é composto por 2 prédios de 3 pisos e 12 fogos das seguintes tipologias: T2 (6 fogos) e T3 (6 fogos) e o Bairro da Atalaia (12 fogos de habitação social)- Este bairro é composto por 2 prédios de 3 pisos e 12 fogos das seguintes tipologias: T2 (6 Fogos) e T3 (6 Fogos).	544			PAICD - O município desenvolve o planeamento e a execução de ações integradas nas comunidades desfavorecidas, partindo da caracterização e da identificação das necessidades efetivas das comunidades residentes, integrando respostas adequadas nas dimensões física, económica e social. Este plano incide nas unidades territoriais dos Bairros do Esteval, Caneira e Afonsoeiro, visando a atuação em situações críticas de pobreza e exclusão social, baixo nível de instrução, insucesso e abandono escolar e degradação do ambiente e dos alojamentos.	www.mun-montijo.pt/pages/648
Setúbal	Palmela	1- A CM de Palmela assume, como uma das prioridades para a melhoria das condições de vida da população e o garante para a sua plena integração social, o acesso a uma habitação condigna, encontrando-se este, dependente da existência de políticas gerais de habitação e de urbanização.	O Parque Habitacional do Município dispõe de 28 fogos, propriedade da CM de Palmela, tendo a sua constituição decorrido da aplicação do estabelecido pelo Decreto-Lei nº 163/93 de 7 de maio cujo objetivo foi a erradicação das barracas	28				www.cm-palmela.pt/pages/1840

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		Os fogos estão sujeitos às normas atualmente definidas pela Lei nº 81/2014, de 19 de dezembro, que determina tanto as regras para a sua atribuição, como o regime de arrendamento a que estão sujeitas – regime de arrendamento apoiado. A par das ações de realojamento das famílias no âmbito do regime de renda apoiada, está subjacente uma política social, que prevê e contempla, não só o acesso a um alojamento com boas condições de habitabilidade, mas que investe sobretudo no acompanhamento social e na relação de ajuda, a estabelecer com estas famílias; 2- ELH: Programa 1º Direito; 3- Regime de arrendamento apoiado para habitação e atribuição de habitações.	existentes nos municípios das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mediante o realojamento das famílias que então nelas residiam.					
Setúbal	Santiago do Cacém	1 - Regulamento de apoio para a realização de obras em habitações de indivíduos e famílias em situação de comprovada carência económica; 2- ELH: Programa 1º Direito.	O parque habitacional municipal é constituído por 40 fogos.	156				www.cm-santiagocacem.pt/acao-social/apoio-em-reparacao-de-habitacoes/
Setúbal	Seixal	1- PER: este programa tem como objetivo proceder ao realojamento das famílias residentes em barracas e a erradicação destas, em todos os núcleos de habitação degradada existentes no concelho, identificados e numerados pela CM do Seixal em 1993. O PER destina-se aos residentes já referidos que, também em 1993, foram identificados pelos serviços de habitação da autarquia. As câmaras podem promover a construção nova, a aquisição de fogos ou a reabilitação, com a comparticipação financeira de 50 por cento a fundo perdido, através do IHRU – parceiro deste programa, sendo os restantes 50 por cento da responsabilidade da autarquia; 2 - Subprograma PER - Famílias: Este programa permite o realojamento dos agregados familiares identificados no PER, a erradicação das barracas e a aquisição de habitação (a preço máximo controlado por portaria publicada anualmente pelo Governo), com comparticipação financeira do IHRU, no valor de 40 por cento, e da Câmara, no valor de 10 ou 20 por cento, o restante valor é suportado pelas famílias. O PER – Famílias destina-se às famílias inscritas/identificadas no PER, permitindo-lhe a aquisição de casa onde quiserem, de	O Parque Habitacional Municipal é composto por 227 fogos, cf. Plano Municipal de Habitação do concelho do Seixal 2021 - 2026, p. 27.	735	1- Quinta das Lagoas - Rua C (Bairro de Sta. Marta) - freguesia de Corroios - "Raízes Baobá" 2- Quinta da Princesa - freguesia da Amora - "Na Quinta da Princesa As Mulheres Contam" 3- Bairro da Jamaica - freguesia da Amora - "Há Centro na Periferia: Saber, Saúde e Saudade no Bairro da Jamaika" 4- Bairro da Jamaica- Freguesia de Seixal- "Saúde no Bairro"	4		www.cm-seixal.pt/habitacao/habitacao http://www.cm-seixal.pt/habitacao/realojamento http://www.cm-seixal.pt/habitacao/recuperacao

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		acordo com condições de preço atrás referidas e outras pré-definidas. Realojamentos efetuados PER – Famílias: 72 fogos; Candidaturas aprovadas: 76; Agregados familiares: 79; 3- Plano Municipal de Habitação do concelho do Seixal 2021 - 2026.						
Setúbal	Sesimbra	1 - O Gabinete de Habitação Social é responsável por diversas competências nesta área, nomeadamente, a gestão do Parque de Arrendamento Habitacional Municipal, ao nível da gestão contratual e da gestão social, a receção e análise dos pedidos dos munícipes relativamente à habitação, o desenvolvimento e acompanhamento dos projetos de construção de habitação a custos controlados para venda e para arrendamento, o apoio à recuperação e criação de melhores condições de habitabilidade de edificações localizadas na área do município (RMARH) e a promoção e dinamização de processos no âmbito do RECRIA; 2- ELH do município de Sesimbra.	298 fogos municipais de cariz social sociais geridos pelo Município, dos quais: 135 fogos ocupados e 1 fogo devoluto com necessidade de reabilitação; 15 fogos ocupados e 5 fogos vagos deverão ser demolidos, cf. ELH, p. 18.	283				www.sesimbra.pt/pages/1215
Setúbal	Setúbal	1- Regulamento de Acesso e Atribuição de Habitação Municipal; 2- Reabilitação de Edifícios de Habitação Pública Municipal.	A CM de Setúbal gere cerca de 2300 fogos, isto se aos bairros transferidos para o município for associada a primeira fase da Alameda das Palmeiras (bairro municipal desde a construção, em 1992, com 216 fogos para 709 moradores) e as urbanizações do PER.	2301	1- Bela Vista e Zona Envolvente - freguesia de Setúbal (São Sebastião) - "Oficinas de Organização e Ação do Programa "Nosso Bairro, Nossa Cidade" 2- Zona urbana da antiga Freguesia da Anunciada- Freguesia de Setúbal (São Julião, Nossa Senhora da Anunciada e Santa Maria da Graça) - "À PESCA"	2		https://www.mun-setubal.pt/categories/habitacao/
Setúbal	Sines	1- A CM é a interlocutora IFRRU 2020 no concelho. Cabe-lhe prestar esclarecimentos, emitir o parecer de enquadramento de cada projeto e dar apoio no processo de licenciamento. Para permitir a escolha das melhores soluções para aumentar a eficiência energética do imóvel a reabilitar, um perito qualificado realizará a certificação energética. O pedido de empréstimo é realizado num balcão da rede comercial de qualquer um dos bancos selecionados; 2- ELH: Programa 1º Direito.	O Bairro onde se incide o projeto, é um bairro de imigrantes constituído por 65 lotes, que teve como primeiros moradores, a 1ªvaga de imigrantes vindos das ex-colónias, abrindo uma tradição de integração de novos moradores imigrantes até aos dias de hoje.	189	1- Bairro Amílcar Cabral - Freguesia de Sines - Associação e Bairro Amílcar Cabral - (Com)vivência Intercultural"	1		www.sines.pt/frontoffice/pages/396?news_id=918
Viana do Castelo	Arcos de Valdevez	1- Realojamento em Habitação Social. Apresentam critérios preferenciais no acesso ao arrendamento apoiado as pessoas que se encontrem nas seguintes condições: residam em edificações sem condições de habitabilidade; residam em condições de	O parque de habitação social municipal é constituído por 69 fogos, integrados em 12 unidades habitacionais, atribuindo fogos em regime de arrendamento apoiado.	101				www.cmav.pt/pages/871

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		sobrelotação dos alojamentos; se encontrem numa situação decorrente de calamidade pública, intempéries ou outros desastres naturais; famílias monoparentais que tenham menores a cargo; pessoas com deficiência e pessoas com idade igual ou superior a 65 anos; vítimas de violência doméstica; 2- Apoio à Recuperação Habitacional: presta apoio económico na realização de pequenas obras de melhoria da habitação própria. Podem aceder ao apoio no âmbito da recuperação habitacional as pessoas que residam, na área do Município de Arcos de Valdevez há, pelo menos, três anos; sejam proprietários e residam em permanência na habitação inscrita para o apoio; não possuam, qualquer outro bem imóvel destinado a habitação, na área do Município; sejam considerados "indivíduos ou agregados familiares desfavorecidos".						
Viana do Castelo	Caminha	1- CaminHabita: Programa de Apoio à Recuperação de Habitação Degradada no Concelho de Caminha, pretende apoiar os indivíduos e agregados familiares desfavorecidos que não possuem os meios necessários para proceder à realização de obras de conservação, beneficiação e reparação das suas habitações. Destinam-se a indivíduos ou agregados que residam permanentemente em casa própria; não sejam proprietários de outro prédio urbano ou titular de rendimentos prediais; 2- ELH: Programa 1º Direito.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 3 Bairros de Habitação Social: Bairro Social de Caminha (63 Fogos distribuídos por 6 blocos de habitação coletiva, com 36 frações, em 2003, existiam 23 moradores em ocupação normal de arrendamento e 13 proprietários.); Bairro dos Pescadores de Vila Praia de Âncora (30 Fogos, divididos por 5 frações, em 2013, existiam 28 proprietários e 2 inquilinos e o Bairro de Coura Seixas (24 Fogos pré-fabricados, 8 edifícios, em 2013 existiam 24 Proprietários).	21				www.cm-caminha.pt/pages/965
Viana do Castelo	Melgaço	1- Habitação Social: O Município de Melgaço dispõe de habitação para agregados familiares do concelho em situação de comprovada carência económica. Estes agregados, excluídos do acesso ao mercado imobiliário tradicional, beneficiam, assim, de condições de habitabilidade condignas a custos comportáveis face aos seus rendimentos. A habitação social do município caracteriza-se pela particularidade de estar dispersa por várias freguesias do concelho, de forma a manter integrados no seu ambiente de origem, os beneficiários da	O Município de Melgaço é proprietário de 18 habitações sociais, arrendadas em regime de renda apoiada. A habitação social do município caracteriza-se pela particularidade de estar dispersa por várias freguesias do concelho, de forma a manter integrados no seu ambiente de origem, os beneficiários da mesma, pelo que as 18 habitações unifamiliares apresentam tipologias diversas: T2, T3 e T4.	18				https://www.cm-melgaco.pt/viver/areas-de-atividade/acao-social/apoio-social-para-habitacao/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		mesma; 2- Apoio à criação de condições de habitabilidade: O município apoia, nas situações de carência económica comprovada, a criação de condições de habitabilidade em habitações particulares próprias, com vista à melhoria da qualidade de vida da população. Os apoios a conceder abrangem apenas situações que manifestamente se destinem à melhoria, através de obras de conservação, remodelação ou beneficiação, das condições de habitabilidade de imóveis destinados a habitação, e que possuam tipologias adequadas às características do agregado familiar, não sendo de contemplar construções anexas, beneficiações que não sejam consideradas essenciais, ou obras que manifestamente não contribuam para a resolução dos problemas existentes.						
Viana do Castelo	Monção	1- Apoiar a beneficiação de habitações de agregados familiares com dificuldades económicas tem sido uma prática constante do executivo monçanense que já subsidiou a recuperação de mais de uma centena de habitações em diferentes pontos do concelho. Este apoio municipal, vocacionado para a reposição de condições mínimas de habitabilidade e salubridade em edifícios degradados, privilegia proprietários idosos e famílias com dificuldades de acesso aos regimes de crédito à habitação praticados pela banca. Os trabalhos de reconstrução consistem na colocação de novos telhados, portas e janelas exteriores e interiores, instalação de mosaico no chão, substituição dos sistemas de tubagem e eletricidade, e reboco das paredes. Apenas beneficiam destes apoios, os proprietários que estejam em manifesta carência económica. Além de apoiar a recuperação de habitações, o executivo local ajuda igualmente a encaminhar processos referentes a programas habitacionais de âmbito nacional, tendo, inclusive, visto ser aprovadas várias candidaturas ao Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitações (SOLARH); 2- Habitação Social | Município de Monção.	"SRPHS"	132				https://concelho.moncao.pt/pt/menu/296/habitacao.aspx
Viana do Castelo	Paredes de Coura	1 - Regulamento de Apoio à Habitação degradada para Estratos Sociais	"SRPHS"	MSHS				www.paredesdecoura.pt/wp-

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		Desfavorecidos do Município de Paredes de Coura. No sentido de incentivar e programar políticas de resolução dos problemas de degradação habitacional e social, promover a preservação de saúde pública e o desenvolvimento social, o Município aprovou o Regulamento de Apoio à Habitação Degradada para Estratos Sociais Desfavorecidos.						content/uploads/2017/10/REGULAMENTO_APOIO_HABITACAO.pdf
Viana do Castelo	Ponte da Barca	1 - A autarquia tem procurado igualmente o realojamento das pessoas ou famílias carenciadas que não dispõem de habitação própria ou que residem em barracas ou em habitações de tal forma degradadas que não se justifica a intervenção. No âmbito da candidatura ao abrigo do Decreto-lei n.º 226/87 de 06 de junho, foi celebrado em 17 de abril de 1997 o Acordo de Colaboração entre o Município de Ponte da Barca e o INH para a construção de 50 fogos.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 31 fogos distribuídos do seguinte modo: Urbanização de Agrelos (24 fogos de habitação social, distribuídos por três Blocos de 8 fogos cada) e Quinta Bairro de Santo António (7 habitações sociais). Atualmente está também a ser efetuada a transferência do património do IGAPHE para a autarquia.	131				www.cmpb.pt/ver.php?cod=0B0E0B0B
Viana do Castelo	Ponte de Lima	1 - Na tentativa de resolução dos problemas habitacionais de famílias residentes em barracas, o Município de Ponte de Lima, celebrou um protocolo com o INH, em 1997, para a construção de 86 fogos de habitação social, destinados à população residente em barracas e habitações similares, de todo o concelho, em regime de renda apoiada, ao abrigo do Decreto Lei nº 226/87 de 6 de junho, do Decreto Lei nº 30/97 de 28 de janeiro e do Decreto Lei 166/93 de 7 de maio. Assim, em 2000, foram realojadas 48 famílias, distribuídas por 7 blocos residenciais do Bairro da Poça Grande, em 2003, foram realojadas 20 famílias na Urbanização do Castelhão, na freguesia de Freixo, em habitações em banda, e, em 2004, procedeu-se à última fase de realojamentos que abrangeu 18 famílias, distribuídas por 3 blocos residenciais, no Bairro da Poça Grande, em Arcozelo. O processo de realojamento das famílias obedece a vários critérios de seleção, sendo priorizadas as situações de maior vulnerabilidade das condições habitacionais, insuficiência de recursos económicos, baixo escalão etário das famílias e baixo nível de proteção social.	O parque habitacional da autarquia de Ponte de Lima é constituído por dois Bairros sociais: o Bairro da Poça Grande (66 fogos habitacionais) e a Urbanização do Castelhão – Freixo (20 fogos habitacionais), num total de 86 habitações.	188				www.cm-pontedelima.pt/pages/512

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
Viana do Castelo	Valença	1- Ao abrigo de um acordo de Colaboração celebrado, em 1994, entre o IGAPHE e a CM, foram construídas 72 habitações de tipologia T2, T3 e T4, distribuídas por cinco núcleos, S.Pedro da Torre (16), Bogim (25), Friestas (19) e Passos (12). Este programa tinha como objetivo o realojamento de agregados familiares com baixos rendimentos e que simultaneamente apresentassem más condições habitacionais; 2- Regulamento Municipal para a Recuperação de Habitações Degradadas.	O parque habitacional da autarquia é constituído por um total de 212 fogos de habitação social, distribuídos pelas seguintes freguesias: Areosa- Urbanização Municipal do Malhão- 48 fogos (T2- 24 e T3-24) e Urbanização Municipal do Lugar do Meio (32 fogos); Perre- Urbanização Municipal da Felgueira (32 fogos); Castelo do Neiva- Bairro Social de Sendim de Baixo (12 fogos); Barroselas- Urbanização Municipal do Lugar do Souto (12 fogos); Alvarães- Bairro de S. José (10 fogos) e Urbanização Municipal da Costeira de Alvarães (24 fogos); Darque- Urbanização Municipal do Lugar da Areia (42 fogos).	87				www.cm-valenca.pt/habitacao-social
Viana do Castelo	Viana do Castelo	Ao longo dos anos o seu amplo envolvimento, nas questões relacionadas com o combate à pobreza e à exclusão social, tem passado pela adoção e desenvolvimento de medidas, que visam apoiar os munícipes com carências habitacionais que, frequentemente, se traduzem em condições de vida degradantes. Deste modo, o Município de Viana do Castelo, procura minimizar o risco de reprodução geracional de ciclos de pobreza, através da intervenção direta junto de um dos principais responsáveis pela proliferação deste fenómeno – a habitação: 1- HABITAÇÃO SOCIAL / RENDA APOIADA; 2- OUTRAS HABITAÇÕES PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO; 3- Projeto-Tipo para Habitação em Regime de Autoconstrução: Destinado a munícipes em situação de carência económica e habitacional que pretendam: Construir; Ampliar; Legalizar. Compete à Divisão de Ação Social informar e apoiar na organização do processo, cabendo ao candidato formalizar o requerimento na Divisão de Licenciamento de Obras. 4- Apoio para obras de beneficiação de Habitações Particulares. Esta Medida destina-se a apoiar intervenções pontuais, que requeiram a comparticipação em obras de reparação ou beneficiação de	Areosa: Urbanização Municipal do Malhão - 48 fogos (24 -T2 + 24 -T3) - Realojamento de 48 famílias em Agosto de 1998; Urbanização Municipal do Lugar do Meio - 32 fogos (16-T2 + 16-T3) - Realojamento de 32 famílias em Junho de 1995; Perre - Urbanização Municipal da Felgueira - 32 fogos (16-T2 + 16-T3) - Realojamento de 32 famílias em Outubro de 2001; Castelo do Neiva - Bairro Social de Sendim de Baixo - 12 fogos (6-T2 + 6-T3) - Realojamento de 12 famílias em Dezembro de 1994; Barroselas - Urbanização Municipal do Lugar do Souto - 12 fogos (6-T2 + 6-T3) - Realojamento de 12 famílias em Dezembro de 2003; Alvarães - Bairro de S. José - 10 fogos (1-T5 + 3-T4 + 6-T3) - Realojamento de 10 famílias em Setembro de 1992; Urbanização Municipal da Costeira de Alvarães - 24 fogos (12-T2 + 12-T3) - Realojamento de 24 famílias em Dezembro de 2004; Darque - Urbanização Municipal do Lugar da Areia- 42	445				www.cm-viana-castelo.pt/pt/habitacao-social

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		habitações degradadas que, pelas suas características, não oferecem as condições mínimas de habitabilidade ou que, tenham sido danificadas em consequência de sinistros, pertencentes a agregados familiares comprovadamente desfavorecidos.	fogos (21-T2 + 18-T3 + 3-T4) - Realojamento de 42 famílias em Junho de 2004; Outras Habitações Propriedade do Município: Darque - Edifício Mira Lima - 3 fogos - IHRU - 8 fogos; Monserrate: IHRU - 4 fogos; Meadela: IHRU - 2 fogos. Nas Urbanizações Municipais, residem 229 famílias, num número aproximado de 1000 pessoas.					
Viana do Castelo	Vila Nova de Cerveira	1- Acesso à habitação social: A atribuição de um fogo social não é a finalização do processo de melhoria de condições habitacionais, mas sim o início de um processo de socialização e de melhoria da qualidade habitacional dos munícipes. É a garantia do acesso à uma habitação a população mais carenciada ou aos agregados familiares em risco de exclusão social. Destinatários: A habitação social destina a todos os cidadãos residentes no concelho de Vila Nova de Cerveira, desde que não tenham habitação própria, nem bens e/ou rendimentos que permitam a aquisição de habitação, própria ou de arrendamento, no regime de renda livre; 2- Regulamento Municipal de Promoção à Construção de Habitação Própria e à Reabilitação de Habitação Degradada para Estratos Sociais Desfavorecidos.	O património habitacional do município é composto por um conjunto de fogos sociais que se encontram dispersos por três bairros: Bairro Social da Mata Velha, Freguesia de Loivo, Bairro Alto das Veigas e Bairro da Calçada, ambos na freguesia de Vila Nova de Cerveira.	63				www.cm-vncerveira.pt/pages/124
Vila Real	Alijó	1 - O Município além dos fogos inseridos nos bairros sociais, dispõe ainda de outras habitações para os mesmos fins, respetivamente um bairro constituído por 3 pavilhões pré-fabricados, onde realoja 3 famílias e um prédio em regime de comodato com a REFER, com 8 fogos onde realoja mais 8 famílias, totalizando um realojamento de 123 famílias; 2 - Apoio á Habitação a Famílias de fracos recursos - AHFFR- Tem por base uma política social de investimento na melhoria da qualidade de vida e conforto habitacional das famílias carenciadas ao nível do edificado e do equipamento. Este apoio consiste na cedência de materiais sendo a mão-de-obra da responsabilidade das respetivas famílias de forma a responsabilizá-las e a implicá-las no processo de mudança e melhoria da sua	O parque habitacional municipal de Alijó é constituído por um total de 13 Bairros de Habitação Social e 123 fogos habitacionais.	143				https://www.cm-alijo.pt/servicos/acao-social/habitacao-social

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		qualidade de vida; 3- ELH: vai permitir o alargamento do parque habitacional municipal, através da aquisição e reabilitação de novos fogos, assim como a reabilitação de habitações sociais já existentes. Além destas intervenções, o Município vai apoiar na elaboração de candidaturas a agregados familiares com habitação própria que vivem em condições precárias.						
Vila Real	Boticas	1 - Regulamento de Apoio à Conservação de Habitações Degradadas de Pessoas Carenciadas do Município de Boticas.	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-boticas.pt/
Vila Real	Chaves	1- Apoio à Renda: A situação excecional que se vive e por força das circunstâncias da suspensão temporária da atividade económica, revela-se imprescindível flexibilizar e adaptar a resposta social de apoio à renda, quer no âmbito do reforço da dotação financeira, quer no incremento do prazo do apoio económico (5 anos), como forma de minimizar os efeitos negativos da pandemia; 2- Melhorias Habitacionais: O Programa analisa, em parceria com as juntas de freguesia, todas as candidaturas realizadas por agregados familiares que não têm meios para garantir condições de habitabilidade mínimas, para o conforto e bem-estar do seu lar. Esta medida de apoio às famílias, com graves carências na sua habitação e sem meios para fazer face a essas despesas, é uma forma de ajudar os que mais necessitam, num Concelho onde ainda existem algumas assimetrias sociais, tornando-o mais justo e solidário. O apoio poderá ser realizado através da compra de material até ao limite de 3 000,00€; 3-1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.	A Estratégia de Habitação de Chaves engloba várias modalidades de atuação, no horizonte temporal de seis anos, nomeadamente a reabilitação de 300 habitações existentes, a aquisição e reabilitação de 10 habitações no Centro Histórico, a reabilitação de 14 habitações em edifícios municipais, bem como a construção de uma nova habitação.	260				https://www.chaves.pt/pages/870.pdf
Vila Real	Mesão Frio	1 - A CM de Mesão Frio, tem como um dos seus objetivos estratégicos assegurar o acesso de todos os mesão-frienses a uma habitação condigna, tendo assim, no terreno, o Programa Social de Apoio à Habitação que visa a qualificação habitacional, devolvendo às famílias mais carenciadas a dignidade de poderem usufruir de habitações que garantam as condições de habitabilidade compatíveis com as exigências do presente e do futuro; 2- Regulamento Municipal do Programa Social de Apoio à Habitação do Município de Mesão Frio.	"SRPHS"	4				www.cm-mesaofrio.pt/pages/616

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
Vila Real	Mondim de Basto	1- Atribuição de Habitação Social em Regime de Renda Apoiada e de Gestão das Habitações Propriedade do Município de Mondim de Basto; 2- Projeto de Reabilitação Energética do Edifício de Habitação Social- A intervenção no edifício de habitação social do município de Mondim de Basto, construído nos anos 80, constituído por 42 habitações, prevê uma reabilitação no âmbito da eficiência energética, cujas ações previstas para a execução da obra são: a intervenção nas paredes exteriores e cobertura ao nível do isolamento térmico, a substituição de vãos envidraçados, que visam a melhoria de desempenho energético e outras intervenções gerais. Este projeto detém como principal objetivo a melhoria das condições de vida dos inquilinos do imóvel de habitação social, proporcionando-lhes um maior conforto das habitações, bem como contribuir para a melhoria estética da área urbana que apresenta algumas patologias devido ao seu estado de degradação. https://municipio.mondimdebasto.pt/index.php/1433-apresentacao-do-projeto-de-reabilitacao-energetica-do-edificio-de-habitacao-social.html	O Município tem a seu cargo a gestão de 42 fogos habitacionais, em regime de renda apoiada, procedendo à organização e gestão do aglomerado habitacional. Sendo que é composto por 7 blocos, nomeadamente, 6 fogos - T2; 30 fogos - T3 e 6 fogos - T4.	42				https://municipio.mondimdebasto.pt/images/stories/balcao-unico/regulamentos-e-taxas/Reg_Atribuicao_Habitacao_Social.pdf
Vila Real	Montalegre	1- No concelho de Montalegre existem dois parques habitacionais de Habitação Social, um situado na freguesia de Montalegre, na localidade do Bairro do Crasto, e um segundo, sito nas Minas da Borralha, freguesia de Salto, Bairro Novo da Borralha. O parque habitacional do Bairro do Crasto agrega três conjuntos de habitações. O primeiro conjunto, denominado Agrupamento Habitacional Ex – CAR, tem 86 habitações unifamiliares. Estas habitações estão a ser vendidas aos arrendatários que nelas habitem permanentemente a preços simbólicos e pagas em 36 prestações mensais. Atualmente, o Município detém apenas a propriedade de 12 destas habitações que continuam atribuídas em regime de arrendamento. O segundo conjunto habitacional do Bairro do Crasto é constituído por um edifício com 3 blocos de 8 habitações cada, construídas ao abrigo do Programa de Desenvolvimento de Construção de Habitação a Custos	No concelho de Montalegre existem dois parques habitacionais de Habitação Social (um situado na freguesia de Montalegre, na localidade do Bairro do Crasto, e um segundo, sito nas Minas da Borralha, freguesia de Salto, Bairro Novo da Borralha). O parque habitacional do Bairro do Crasto agrega três conjuntos de habitações. O primeiro conjunto, denominado Agrupamento Habitacional Ex – CAR, tem 86 habitações unifamiliares. O segundo conjunto habitacional do Bairro do Crasto é constituído por um edifício com 3 blocos de 8 habitações cada, construídas ao abrigo do Programa de Desenvolvimento de Construção de Habitação a Custos Controlados (CDH), sendo quase todas, atualmente, propriedade dos	22				www.cm-montalegre.pt/pages/736

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		Controlados (CDH), sendo quase todas, atualmente, propriedade dos seus ocupantes. O terceiro conjunto, composto por um edifício com 18 alojamentos – Edifício Albino Fidalgo resulta do testamento de um benemérito do concelho. Estas habitações foram atribuídas em regime de comodato por cinco anos, de acordo com a vontade testamentária. Está em fase de acabamentos o segundo prédio Albino Fidalgo, situado no Cerrado, com 18 alojamentos – II Edifício Albino Fidalgo. No âmbito deste mesmo testamento, o Município prevê ainda construir um edifício na Freguesia de Salto que comportará 12 alojamentos. O parque habitacional situado na localidade da Borralha, freguesia de Salto e denominado Bairro Novo da Borralha, era constituído por 141 habitações, Face à precaridade em que as pessoas (antigos mineiros) ocupavam estas habitações, o Município adquiriu-as e, posteriormente, deliberou cedê-las gratuitamente a todos os agregados familiares que comprovadamente delas fizessem a sua habitação única e permanente. Atualmente este bairro tem apenas 136 habitações pois 5 delas foram demolidas, 113 foram cedidas a título gratuito e 23 foram vendidas, a preço simbólico e em hasta pública, a residentes na localidade, sem habitação própria. Dado o estado de degradação avançada de algumas destas habitações, o Município tem atualmente um programa específico de ajuda à reconstrução das habitações deste bairro, que sejam ocupadas por famílias carenciadas.	seus ocupantes. O terceiro conjunto, composto por um edifício com 18 alojamentos – Edifício Albino Fidalgo. O parque habitacional situado na localidade da Borralha, freguesia de Salto e denominado Bairro Novo da Borralha é constituído atualmente por 136 habitações.					
Vila Real	Murça	1- O Programa Apoios à Habitação inscreve-se nos apoios aos munícipes de menores recursos, considerados como segmentos da população mais vulnerável. Este apoio aos residentes do concelho de Murça, visa proporcionar melhores condições de habitabilidade, de conforto e dignidade habitacional, em diversas modalidades: 1.1- Recuperação de habitação,1.2- Obras na habitação,1.3- Habitação Social; 1.4- ELH de Murça.	"SRPHS"	48				www.cm-murca.pt/viver/acao-social-e-educacao/acao-social/apoios-sociais
Vila Real	Peso da Régua	1- Apoio aos Bairros Sociais Camarários; 2- Apoio às candidaturas de: requalificação da habitação – SOLARH; Programa conforto habitacional para pessoas idosas;	O parque habitacional de habitação social do Município do Peso da Régua é constituído por 7 núcleos habitacionais: 5 dos	341	1- Bairro da Junta Autónoma das Estradas/ Bairro Av.ª Diocese de Vila Real/ Juncal-Corgo/ Bairro da Azenha - freguesia de Peso da Régua e Godim -"Régua é D'Ouro"	1	A retrospetiva do trabalho desenvolvido pelo Programa CLDS+ em Peso da Régua, junto dos Bairros Sociais, demonstra uma forma de atuação eficaz, assente no envolvimento	https://www.cm-pesoregua.pt/pages/627

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		Arrendamento jovem – Porta 65; 3- IFRRU; 4- Programa 1º Direito: ELH. A retrospetiva do trabalho desenvolvido pelo Programa CLDS+ em Peso da Régua, junto dos Bairros Sociais, demonstra uma forma de atuação eficaz, assente no envolvimento da população residente. Após ter-se verificado que as áreas comuns e os espaços exteriores à habitação eram esquecidos pelos residentes, que as transformavam em depósitos de lixo, este programa assentou na criação de condomínios informais, que constituíram a resposta social pretendida. No Bairro da Azenha - bairro piloto desta intervenção - os moradores organizaram-se por entrada e, conjuntamente, definiram estratégias de limpeza e manutenção. Com este programa, para além do Bairro ter-se tornado mais asseado e limpo, também as relações de vizinhança foram resgatadas, conferindo uma amplitude maior ao trabalho de intervenção social realizada.	núcleos são propriedade da CM: Edifício do Antigo Hotel Vilhena, Bairro da Junta Autónoma de Estradas, Bairro Avenida Diocese de Vila Real, "Bairro Branco", Bairro Quinta da Azenha e 2 dos núcleos são propriedade do IHRU: Bairro Das Alagoas e o Bairro Fundo Fomento Habitação (Sacadura Cabral).				da população residente. Após ter-se verificado que as áreas comuns e os espaços exteriores à habitação eram esquecidos pelos residentes, que as transformavam em depósitos de lixo, este programa assentou na criação de condomínios informais, que constituíram a resposta social pretendida. No Bairro da Azenha - bairro piloto desta intervenção - os moradores organizaram-se por entrada e, conjuntamente, definiram estratégias de limpeza e manutenção. Com este programa, para além do Bairro ter-se tornado mais asseado e limpo, também as relações de vizinhança foram resgatadas, conferindo uma amplitude maior ao trabalho de intervenção social realizada. https://www.cm-pesoregua.pt/pages/749?news_id=71	
Vila Real	Ribeira de Pena	1 - Regulamento Habitação Social. O Município de Ribeira de Pena vai aplicar mais de 1 milhão de euros para garantir o acesso a uma habitação digna a 18 famílias do concelho, num total de 31 pessoas que vivem em condições precárias. Este investimento vai ser implementado no âmbito do "1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação".	"SRPHS"	40				www.cm-rpena.pt/social/?id=17
Vila Real	Sabrosa	1- Habitação Social - Acompanhamento de situações de carência económica e de habitação degradada; Comparticipação financeira na reabilitação de habitações; Protocolos e parcerias com as Instituições de Segurança Social para situações de emergência e calamidade pública; 2- ELH do Município de Sabrosa.	O Município de Sabrosa possui 3 bairros de habitação social14 - Bairro da Mata da Soalheira, Bairro Monte Ribeiro e Bairro João Paulo II, com um total de 55 fogos, aos quais se juntam três habitações (habitação da Escola Vilela, Habitação da Escola Fetais e Habitação Donelo), com um acréscimo de três fogos. No total existem no concelho 58 fogos de habitação social geridos pela autarquia, cf. ELH do município de Sabrosa, p. 24.	63	1- Freguesia de Souto Maior- "Saúde Cuidada, Vida Conservada"	1		https://www.sabrosa.pt/pages/691
Vila Real	Santa Marta de Penaguião	1- São objetivos, entre outros, das políticas de habitação da autarquia, o reduzir e eliminar fatores de conflitualidade e colaborar na promoção social dos indivíduos; promover a qualidade de vida dos agregados	"SRPHS"	71				www.cm-smpenaguiao.pt/apoio-a-habitacao/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		residentes nos Bairros de Habitação Social e garantir a integração dos indivíduos e uma correta utilização das habitações. O GAS da Autarquia intervém junto dos agregados residentes na habitação social propriedade do Município. O acompanhamento bio-psico-social das famílias que residem nestes espaços é muitas vezes realizada em parceria com entidades concelhias, tendo em conta as várias dimensões de intervenção. O fomento da corresponsabilização pelo gosto e limpeza do espaço que é de todos e o contribuir para a solidificação das redes sociais de vizinhança, incentivando as mesmas pela participação positiva e integrada nas tarefas quotidianas relacionadas com o edifício onde residem, é também um dos objetivos dessa intervenção/acompanhamento; 2 - Programa Bem-estar Habitacional para Pessoas Carenciadas- O PBEHC visa a qualificação habitacional com o objetivo de melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade, em particular dos mais idosos, de forma a prevenir e evitar a sua institucionalização. No entanto, podem beneficiar deste programa, não só os idosos e pensionistas como também outros agregados familiares com comprovada carência económica; 3- ELH: Programa 1º Direito.						
Vila Real	Valpaços	1- A Divisão da Ação Social gere e acompanha, a nível psicossocial as 49 famílias que residem no Bairro de Habitação Social, onde anualmente são analisadas e atualizadas as rendas das casas; 2- Porta 65 Jovem.	O parque habitacional da autarquia é constituído por um Bairro Social, que contempla 49 agregados familiares.	41				https://valpacos.pt/pages/395
Vila Real	Vila Pouca de Aguiar	1- Regulamento para Atribuição de Habitações Municipais em Regime de Arrendamento apoiado.	"SRPHS"	25	1- Alto-Tâmega- Freguesia de Bornes De Aguiar- "Serviço de Proximidade"	1		https://cm-vpaguiar.pt/wp-content/uploads/2020/11/REGULAMENTO-ARRENDAMENTO-APOIADO-DR.pdf
Vila Real	Vila Real	1- A Vila Real Social, E.M., S.A, assume-se como uma empresa que busca a melhoria da qualidade de vida dos munícipes de Vila Real, cumprindo a orientação estratégica traçada pelo Município, através da implementação de políticas de habitação social, estacionamento e reabilitação urbana,	O parque habitacional da autarquia é constituído pelo Bairro de Parada de Cunhos (140), Bairro da Laverqueira, Bairro Dr. Francisco Sá Carneiro (448), Bairro S. Vicente de Paula (128),	616	1- Freguesia de Vila Marim, aldeias de Agarez, Arnal, Galegos da Serra, Muas, Ramadas, Quintela e Vila Marim- "Dar vida aos anos'. Um hino à população idosa da Freguesia de Vila Marim. 2- UF de Mouçós e Lamares- "Renascer das Borboletas"	2		https://cm-vilareal.pt/vilarealsocial/index.php/habitacao/gestao-habitacional

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		desde o início dos processos até à sua conclusão, utilizando, para tal critérios de gestão que permitam obter a qualidade definida, respeitando a especificidade socioeconómica dos seus clientes e controlando os custos; 2- ELH: Programa 1º Direito.	Bairro dos Ferreiros (4), Bairro de Vila Nova (64).					
Viseu	Armamar	1- Programa Conforto Habitacional Para Pessoas Idosas (PCHI); 2- Promoção do Programa SOLARH; 3- Programa de concessão de apoios à beneficiação de Habitação em obras de Conservação, Alteração no interior de edifícios em Escassa relevância urbanística; 4- Apoio nas candidaturas ao Programa Porta 65 Jovem.	"SRPHS"	3	1- Freguesia de Aldeias- "Projeto TOC TOC - Multi Serviços Porta a Porta" 2- Localidades da Freguesia de Aldeias (Aldeia de Cima e Aldeia de Baixo) - "AproxiM@ster - Respostas Comunitárias de Tutoria Sénior" 3- UF de Arícera e Goujoim- "Saúde Drive-in"	3		https://www.cm-armamar.pt/pages/621
Viseu	Carregal do Sal	1 - Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 226/87 de 6 de junho foi realizado um acordo de colaboração entre o IGAPHE, o INH e o Município de Carregal do Sal, para a construção de habitações de custo controlado. O Município de Carregal do Sal, procedeu à construção de 40 fogos, concluídos em 2000, os quais estão atribuídos a 40 famílias das então sete freguesias do Concelho, em regime de renda apoiada. A atribuição das habitações teve em conta as famílias mais carenciadas e a respetiva situação habitacional. Ao Setor de Ação Social cabe acompanhar estas 40 famílias que se encontram distribuídas por nove Agrupamentos Habitacionais. O grande objetivo da construção destes agrupamentos habitacionais assentou na melhoria das condições de habitação das famílias mais carenciadas do Concelho privilegiando-se, igualmente, as relações familiares e de vizinhança uma vez que todas as freguesias foram contempladas tendo, em consideração fundamentalmente este facto.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 40 fogos de habitação social distribuídos por nove agrupamentos habitacionais: Beijós (4 fogos- T3), Cabanas de Viriato (6 fogos- T3), Carregal do Sal (6 fogos- T3), Oliveira do Conde (6 fogos- T3), Póvoa da Arnosa (4 fogos- T3), Póvoa das Forcadas (4 fogos T3), Póvoa de Santo Amaro (4 fogos: T2- 2 fogos; T3- 2 fogos), Sobral (2 fogos- T3) e Vila Meã (4 fogos- T3) .	51				https://www.cm-carregal.pt/
Viseu	Castro Daire	1- Regulamento Municipal de Apoio à Melhoria Habitacional; 2- Regulamento Cartão Jovem Municipal que inclui a vertente da Habitação.	O Município de Castro Daire, construiu, nas décadas de 70 e 80, alguns bairros de habitação social, todos eles na vila de Castro Daire: Bairro das Casas Pré-fabricadas (Quinta da Regada); Bairro das Eiras; Bairro da Ferraria e Bairro do Castelo. No entanto, atualmente, apenas algumas	9				https://www.cm-castrodaire.pt/images/stories/pdf/regulamentos/regmelhoriahabitacional.pdf https://www.cm-castrodaire.pt/images/stories/pdf/regula

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
			habitações, do Bairro da Ferraria, são pertença do Município.					mentos/RegulCartaoJovemMunicipal.pdf
Viseu	Cinfães	1- Regulamento do Programa de Apoio ao Arrendamento; 2- Atribuição de Ajudas para Melhoria das Condições Habitacionais; 3- Áreas de Reabilitação Urbana - ARU; 4- Regulamento do Fundo Social de Emergência que pode incluir apoio ao Alojamento; 5- NGPH: Programa 1º Direito. A CM renovou o apoio ao arrendamento, para o ano de 2023, a 71 agregados familiares residentes no Concelho no valor global de €51.638,23. A medida, que consiste na atribuição de uma comparticipação financeira para o apoio às rendas de habitação, teve início em 2013 e até ao final do ano passado apoiou 651 famílias, o que representa um investimento de €365.900,00.	"SRPHS"	21				https://cm-cinfaes.pt/acao-municipal/reabilitacao-urbana
Viseu	Lamego	1- Habitação social ou habitação de interesse social é um tipo de habitação destinada à população cujo nível de renda dificulta ou impede o acesso à moradia através dos mecanismos normais do mercado imobiliário. Empreendimentos habitacionais de interesse social são geralmente de iniciativa pública e têm como objetivo reduzir o déficit da oferta de imóveis residenciais de baixo custo, dotados de infraestrutura (redes de abastecimento d'água, esgotamento sanitário e energia elétrica) e acessibilidade.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 98 fogos habitacionais destinados a habitação social, existindo três bairros sociais, todos eles situados na freguesia de Almacave, atualmente freguesia de Lamego: Bairro de Nazes (2 fogos habitacionais), o Bairro da Feira (6 habitações) e o Bairro de Alvorações (29 fogos habitacionais). Para além dos fogos habitacionais existentes nos Bairros, existem ainda alguns distribuídos por outras zonas da cidade, nomeadamente na Rua Nova (1 fogo habitacional), Rua Eng. Eugénio do Valle Teixeira Júnior (7 fogos habitacionais), Rua de Fafel-Ponte de Pau (3 fogos habitacionais), Meia Laranja (2 fogos habitacionais) e Quinta de Santo António (48 fogos habitacionais). file:///C:/Users/estagiario.ssocial/Downloads/DIAGN%C3%93STICO%20SOCIAL%20ATUAL.pdf	87	1- Bairro da Quinta de Santo António - freguesia de Lamego (Almacave e Sé) - "CASA (Comunidade, Afetos, Sonhos, Ambições) – Juntos construímos a nossa casa!"	1		www.cm-lamego.pt/rede-social/habitacao-social
Viseu	Mangualde	1- O concelho de Mangualde confronta-se com grandes carências no domínio da habitação, é sobre esta situação que já vimos atuando e intervindo com determinação em	No Concelho de Mangualde a Habitação Social divide-se entre dois bairros: Bairro Nossa Senhora do Castelo (Existem mais	91	1- Bairro Nossa Senhora do Castelo - freguesia de Mangualde, Mesquitela e Cunha Alta - "LIGA-TE!"	1		https://www.cmmangualde.pt/atividade-municipal/acao-social/habitacao/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		três grandes linhas orientadoras: 1.1- Gestão Social dos Bairros Municipais: Diagnóstico e caraterização sócio económica atualizada dos agregados familiares residentes em fogos municipais; Gestão patrimonial; Requalificação do Bairro Nossa Sr.ª do Castelo. Dos mais de 100 núcleos habitacionais existentes neste bairro, restam muito poucos aqueles que ainda não sofreram qualquer obra de recuperação. A intervenção engloba a recuperação total das habitações, a beneficiação de parte das habitações e a entrega de materiais para recuperação e beneficiação; 1.2- Regulamento para a Atribuição de Apoio Habitacional a Estratos Sociais Desfavorecido: estabelece o acesso às comparticipações financeiras a fundo perdido e ao apoio técnico a conceder pela CM de Mangualde, visando a melhoria das condições básicas dos agregados familiares mais carenciados e desfavorecidos do município. Os apoios destinam-se a contemplar: Obras de conservação, reparação ou beneficiação de habitações degradadas, incluindo ligações às redes de abastecimento de água, eletricidade e esgotos; Ampliação de moradias ou conclusão de obras; Melhoria das condições de segurança e conforto de pessoas em situação de dificuldade ou risco relacionada com a mobilidade e ou segurança no domicilio, decorrente do processo de envelhecimento ou de doenças crónicas debilitantes; Formalização de pedidos de licenciamento ou de autorização de obras particulares, incluindo a elaboração dos respetivos projetos, quer se trate de obras de construção, remodelação ou ampliação de habitações; 1.3- Promoção de Programas de Apoio à Habitação Particular em Colaboração com o IHRU: acompanhamento, organização de processos e entrevistas sociais no âmbito dos programas do IHRU de forma a verificar a viabilidade de concessão de incentivos à recuperação de habitação privada no concelho por parte da administração central e eventualmente da administração local, conforme o Programa; 1.4 - Programa Solarh (suspenso até indicação do IRHU): Financiamento sem juros para a recuperação de habitação própria	de 100 núcleos habitacionais) e o Bairro Municipal (20 os fogos habitacionais disponíveis).					

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		permanente a famílias carenciadas, bem como habitações devolutas destinadas ao arrendamento para habitação própria permanente, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 39/2001, de 9 de fevereiro o qual se destina a proporcionar às famílias mais carenciadas a facilidade de realizarem obras de conservação e de beneficiação, através da atribuição de apoio financeiro, sob a forma de empréstimo sem juros, a conceder pelo INH, para: Habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares; Habitações devolutas de que sejam proprietários os municípios, as instituições particulares de solidariedade social, as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa que prosseguem fins assistenciais e as cooperativas de habitação e construção; Habitações devolutas de que sejam proprietários pessoas singulares.						
Viseu	Moimenta da Beira	1 - O município dispõe de habitação social.	O parque habitacional da autarquia é constituído por 36 fogos, distribuídos pelas freguesias de Moimenta da Beira, Leomil, UF de Peva e Segões e UF de Paradinha e Nagosa.	39				www.cm-moimenta.pt/pages/1131
Viseu	Mortágua	Política Social de Habitação: Possuir uma habitação em condições de higiene e conforto é um direito de todos os cidadãos, para si e para a sua família, segundo o artigo 65º da CRP. Contudo, por razões de ordem económica, social, cultural e política, muitas vezes o direito de acesso a uma habitação em condições de higiene e conforto torna-se difícil senão impossível de conquistar. Viver numa habitação degradada é evidenciado como um factor negativo quer do ponto de vista social quer económico, é ainda um meio privilegiado para o desenvolvimento da exclusão social por parte da sociedade e de auto exclusão daqueles que com esta situação são confrontados.	O conjunto habitacional do Bairro de Habitação Social da Gandarada, é constituído por 10 Blocos multifamiliares de 3 Pisos. Compreende um total de 58 fogos com tipologias T1 (2), T2 (40), T3 (12) e T4 (4). A população residente é constituída por 58 famílias, num total de 169 indivíduos.	58				https://www.cm-mortagua.pt/servicos/acao-social-saude-protecao-e-inclusao/bairro-de-habitacao-social
Viseu	Nelas	Possuir uma habitação em condições de higiene e conforto é um direito de todos os cidadãos, para si e para a sua família, segundo o artigo 65º da CRP. Contudo, por razões de ordem económica, social, cultural e política, muitas vezes o direito de acesso a uma habitação em condições de higiene e	O Município de Nelas tem a seu cargo a gestão de 46 fogos habitacionais distribuídos pelas freguesias de Nelas, Senhorim e Canas de Senhorim, em regime de arrendamento, procedendo ao acompanhamento das famílias residentes, organização e gestão	45				www.cm-nelas.pt/viver/acao-social/habitacao-social/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		conforto torna-se difícil senão impossível de conquistar.	dos prédios e dos respetivos espaços verdes, existindo: 2 fogos-tipologia 1; 9 fogos-tipologia 2; 35 fogos- tipologia 3.					
Viseu	Oliveira de Frades	Viver numa habitação degradada é evidenciado como um factor negativo quer do ponto de vista social quer económico, é ainda um meio privilegiado para o desenvolvimento da exclusão social por parte da sociedade e de autoexclusão daqueles que com esta situação são confrontados.	"SRPHS"	24	1- Bairros da Devesa e Remolha - freguesia de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães - "Sem Adubos - Sustentabilidade e Economia Circular" 2- Freguesia de Benfeitas e União das Freguesias de Destriz e Reigoso- "Benfeitas: BenViver, BenEnvelhecer"	2		https://cm-ofrades.pt/
Viseu	Penalva do Castelo	1- Regulamento de Habitação Social do Município de Penalva do Castelo; 2- Regulamento de apoio social a famílias carenciadas do município de Penalva do Castelo: visa estabelecer uma série de fatores de melhoria das condições de vida dos cidadãos em situação de carência extrema, nomeadamente em termos de realização de obras de conservação e melhoria nas habitações. Condições de acesso: Indivíduos isolados ou inseridos em agregado familiar com pública e comprovada dificuldade económica que pretendam realizar pequenas obras de conservação ou recuperação nos prédios que utilizem como habitação; que possuam problemas de mobilidade ou segurança no domicílio, decorrentes do processo de envelhecimento ou de doenças crónicas debilitantes. Para que a candidatura seja aprovada é imperativo residirem e serem recenseados no concelho e fornecerem todos os elementos comprovativos de carência económica. O apoio concebido poderá ser financeiro, técnico e/ou através da disponibilização de materiais para apoio a pequenas obras de reparação ou restauro, nomeadamente de mobiliário considerado de primeira necessidade.	"SRPHS"	26				www.cm-penalvadocastelo.pt/accao-social/apoio-a-habitacao
Viseu	Penedono	1 - A CM de Penedono pretende, com a criação deste regulamento, apoiar munícipes carenciados o que, na maior parte das vezes, se traduz em apoios à recuperação de habitações degradadas ou sem as mínimas condições de habitabilidade, nomeadamente, no que concerne à sua segurança, higiene e salubridade.	"SRPHS"	MSHS				http://cm-penedono.pt/apoio-social/habitacao/
Viseu	Resende	1- Fundo de Solidariedade Social: O Fundo de Solidariedade Social contempla, entre outras, as seguintes situações:	"SRPHS"	MSHS				https://cm-resende.pt/acao-social-e-

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		Comparticipação no pagamento de alojamento e alimentação em casos pontuais de força maior; Comparticipação em pequenas obras necessárias à satisfação das necessidades básicas de habitação; Cedência, pelo Município, de projetos tipo para construção de casas de habitação; Elaboração, pelo Município, de projetos de ampliação ou recuperação de casas de habitação; isenção de custas, em processo de ligação domiciliária de água, incluindo, a ligação de contador, quando a melhoria habitacional passe por dotar a habitação desta infraestrutura; Isenção de custas em pedido de prolongamento de conduta, quando a ligação de água exija este tipo de ação; Isenção de custas em pedido de ligação ao saneamento, quando se mostre imprescindível no garante de condições de salubridade mínimas; Isenção de taxas em processo de obras, cujos projetos tenham sido fornecidos ou elaborados pelos serviços da CM e tenham por objetivo facilitar a auto construção e/ou a melhoria das condições habitacionais a famílias economicamente carenciadas; Comparticipação na instalação de eletricidade ao domicílio; 2- PERUs (Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana de Resende).						emprego/fundo-de-solidariedade-social/
Viseu	Santa Comba Dão	1- SOLARH - Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação: O Programa SOLARH prevê a concessão de um apoio financeiro especial, sob a forma de empréstimo sem juros, a conceder pelo IHRU, a agregados familiares de fracos recursos económicos, destinado a apoiar a realização de obras de conservação ordinária ou extraordinária e de beneficiação nas habitações de que são proprietários e que constituem a sua residência permanente. Destina-se à realização de obras em Habitação própria permanente de indivíduos ou agregados familiares (extensível às obras nas partes comuns dos prédios urbanos em regime de propriedade horizontal) Habitações devolutas propriedade dos Municípios, IPSS, pessoas coletivas de utilidade pública administrativa que prosseguem fins assistenciais e as cooperativas de habitação e construção e Habitações devolutas	"SRPHS"	98	1- Gestosa, Gestosinha e Cruz da Pedrosa- Freguesia de Santa Comba Dão e Couto do Mosteiro- "Vamos dar vida à Gestosa"	1		https://cm-santacombadao.pt/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		propriedade de pessoas singulares; 2- A ELH integra um diagnóstico global atualizado das carências habitacionais existentes no território, a caracterização do atual contexto, bem como a definição de soluções habitacionais e respetiva programação. No serviço de atendimento on line pode efetuar: Pedido de apoio social a famílias carenciadas e Pedido de habitação social por famílias carenciadas.						
Viseu	São João da Pesqueira	1 - Programa Municipal de Apoio Social à Beneficiação Habitacional: Neste sentido e privilegiando um trabalho de parceria, a CM tem vindo a intervir no presente domínio por intermédio de programas destinados à melhoria das condições habitacionais dos grupos mais desfavorecidos do concelho, designadamente, idosos, portadores de deficiência, dependentes e famílias com comprovada carência económica. Este Programa em vigor desde fevereiro de 2009, abrange toda a área do concelho de S. João da Pesqueira e consiste na realização de obras de conservação nas habitações, pequenos arranjos domésticos e na eliminação de barreiras arquitetónicas. Podem candidatar-se ao Programa os Titulares do Cartão Social do Idoso e os Grupos mais desfavorecidos: as pessoas idosas; as pessoas dependentes de assistência de terceiros; as pessoas portadoras de deficiência; famílias com comprovada carência económica.	O parque habitacional da autarquia dispõe de Habitações Sociais sitas no Concelho de S. João da Pesqueira, designadamente: - Antigo "Bairro de Cidrô" - S. João da Pesqueira – 31 habitações sociais; - Rua do Caneiro – S. João da Pesqueira – 5 habitações sociais; - Rua Dr. Luís Maria Tavares – Ervedosa do Douro – 8 habitações sociais; - Rua do Rossio – Sarzedinho, Ervedosa do Douro – 1 habitação social.	45	1- Pereiros- Freguesia de Vilarouco e Pereiros- "CENTRO DESPORTIVO INTERGERACIONAL DO S. SALVADOR DO MUNDO"	1		https://www.sjpesqueira.pt/p/habita%C3%A7%C3%A3o%20municipal
Viseu	São Pedro do Sul	1- Habitação Social: Considerando a existência de agregados familiares a viver em condições desfavoráveis, ou mesmo desumanas, numa sociedade que se pretende solidária e onde a habitação representa uma condição imprescindível na qualidade de vida do munícipe, a CM de S. Pedro do Sul, de acordo com as suas atribuições, pretende intervir nesta área, dar resposta a situações de grave carência habitacional, com vista à melhoria das condições habitacionais dos agregados familiares, comprovadamente carenciados; 2 - Banco de Materiais, Mão de Obras e Mobiliário: O Banco de materiais, mão-de-obra e mobiliário irá recolher e distribuir produtos na área da construção civil e mobiliário e apoiará pessoas carenciadas do	"SRPHS"	MSHS	1- Freguesia do Pinho- "Mosteirinho Melhor = Território Melhor" 2- Freguesia do Figueiredo de Alva constituída pelas localidades Ladreda, Ucha, Cigana, Fermontelos e Figueiredo- "Teto MAíOR"	2		https://www.cm-spsul.pt/conteudo.asp?idcat=102

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		concelho, já sinalizadas pela CM, com apoio aprovado pelo FSAH, mas que não têm condições para, por meios próprios, aplicar os materiais que lhes foram atribuídos, ou que pela dimensão dos arranjos necessários os 3000 euros que a Câmara atribui de apoio aos materiais não sejam suficientes para dotar a habitação de condições de habitabilidade. Serão desenvolvidas parcerias no domínio da solidariedade social, sendo prova da preocupação das empresas para com a população mais desfavorecida; 3- Oficina Domiciliária- No âmbito da Habitação Social diagnosticou-se a dificuldade que alguns munícipes revelam ter para resolver/consertar pequenas avarias/estragos nas suas habitações. S. Pedro do Sul tem uma elevada percentagem de população idosa (27% in Censos 2011) com poucos recursos económicos, sem capacidade para individualmente conseguir suprir essas necessidades/dificuldades que vão surgindo no dia-a-dia. Nesta lógica, serão desenvolvidas parcerias no domínio da solidariedade social, sendo prova da preocupação das empresas para com a população mais desfavorecida: donativos em produtos, serviços ou materiais, disponibilização de pessoal técnico, que pretendem lutar contra o desperdício, recuperando excedentes, para os disponibilizar a quem tem carências habitacionais, mobilizando pessoas e empresas; 5 – ELH de São Pedro do Sul.						
Viseu	Sátão	Regulamento de Ação Social para a Melhoria das Condições de Vida das Famílias que inclui a área da Habitação.	"SRPHS"	10				https://www.cm-satao.pt/media/1222/regulamento-de-ac%C3%A7%C3%A3o-social-para-a-melhoria-das-condi%C3%A7%C3%B5es-de-vida-das-fam%C3%ADlias-06_mai_2009.pdf
Viseu	Sernancelhe	ARU - A reabilitação urbana assume -se hoje como uma componente indispensável da política das cidades e da política de habitação, na medida em que nela convergem os objetivos de requalificação e revitalização	"SRPHS"	MSHS				https://www.cm-sernancelhe.pt/index.php/aru.html

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		das cidades, em particular das suas áreas mais degradadas, e de qualificação do parque habitacional, procurando-se um funcionamento globalmente mais harmonioso e sustentável das cidades e a garantia, para todos, de uma habitação condigna.						
Viseu	Tabuaço	1 - PCHI 2011 - Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas; 2- Regulamento Municipal de Atribuição e de Gestão das Habitações Sociais em Regime de Renda Apoiada; Apoio na divulgação do Programa Porta 65 Jovem.	"SRPHS"	17				www.cm-tabuaco.pt/index.php?info=YTo0OntzOjQ6Im1lbnUiO3M6MzoiY2FtIjtzOjM6Im1pZCI7YToyOntpOjA7czozOiIzMTkiO2k6MTtzOjM6IjMyMyI7fXM6MzoiY2lkIjtzOjM6IjMyMyI7czoxMzoidmVyc2FvX3RhYmVsYSI7czo2OiJvbmxpbmUiO30=&info2=YToxOntzOjU6ImlkX2ZzIjtzOjM6IjU1OCI7fQ==
Viseu	Tarouca	1- O Município de Tarouca no ano 1975 construiu, com o apoio do FFH, 38 alojamentos de habitação social. Destes alojamentos alguns foram alienados, contando, atualmente, com 10 fogos, os quais estão arrendados ao abrigo do regime de renda apoiada. No ano de 2002 este Município realoja 12 famílias nos fogos de habitação construídos ao abrigo do PER, do então designado INH. Os agregados propostos para o realojamento foram devidamente considerados pelo Conselho Diretivo do INH e o cálculo das rendas efetuado nos termos do Dec. Lei n.º 166/93 de 7 de maio. Atualmente, o Município de Tarouca dispõe de 22 fogos de habitação social, os quais se encontram arrendados. Apoios: licenciamento de obras para habitação própria e permanente; recuperação, conservação e beneficiação, alteração e ampliação de habitação própria.	O Município de Tarouca dispõe de 22 fogos de habitação social, os quais se encontram arrendados.	22				www.cm-tarouca.pt/pages/157
Viseu	Tondela	1- O SOLARH é um programa, que vem responder a um segmento de população que não beneficiava de qualquer apoio do estado, no domínio da habitação, nomeadamente proprietários idosos e agregados familiares	"SRPHS"	33				https://www.cm-tondela.pt/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		com dificuldades em acederem aos regimes de crédito à habitação em curso na banca. Trata-se de um financiamento sob a forma de empréstimo, a conceder pelo Instituto Nacional da Habitação, com vista à realização de obras de conservação e de beneficiação de imóveis degradados, que venha a constituir residência própria e permanente do agregado familiar que se candidata; 2- O PROHABITA visa promover a resolução de situações de grave carência habitacional de agregados familiares e incentivar a reabilitação de habitações como soluções alternativas para o alojamento daqueles agregados. O acordo entre o Município de Tondela e o INH prevê a atribuição, no período de 2004/2006, de habitações condignas, integradas em empreendimentos de custos controlados, a 70 famílias residentes no Concelho; 3- Programa Municipal de Apoio à Reconstrução de Habitações não Permanentes afetadas pelos incêndios de 2017; 4- ELH de Tondela.						
Viseu	Vila Nova de Paiva	1- Regulamento de Atribuição de Fogos de Habitação Social em Regime de Renda Apoiada; 2- Programa Realojamento - Acordo de Colaboração efetuado no ano 2000 com o INH para a construção de 28 fogos no concelho, destinados a agregados que habitam em condições de extrema precariedade. Atualmente já estão concluídos 24 fogos, na freguesia de Vila Nova de Paiva. Atribuição por parte do INH do 1.º prémio INH, atualmente designado por IHRU, ao empreendimento dos 24 fogos, sitos no Outeiro do Facho, com base na promoção de Habitação a Custos Controlados; 3- Alienação de habitações sociais, sitas no Bairro Mártir São Sebastião freguesia de Vila Nova de Paiva e requalificação das habitações e espaço envolvente.	A Habitação Social do Município está concentrada em 2 bairros sociais: Bairro Martir São Sebastião e Bairro Outeiro do Facho, com 31 fogos de propriedade municipal, cf. ELH, p. 47.	31				http://cm-vnpaiva.pt/index.php/index.php?option=com_content&view=article&id=1432:habitacao-social&catid=45:geral
Viseu	Viseu	1- A HABISOLVIS – Empresa Municipal de Habitação Social de Viseu, EM – é uma empresa do Município de Viseu, responsável pela gestão social, patrimonial e financeira dos empreendimentos e fogos de habitação social do Município. Para além disso, é também da sua competência a gestão dos programas habitacionais, municipais e nacionais, nomeadamente o VISEU	No que respeita ao Parque Habitacional, a HABISOLVIS tem a seu cargo a gestão de 436 fogos habitacionais no Município de Viseu. Estes fogos encontram-se repartidos por diversos bairros sociais, na sua maioria por cinco grandes bairros: Bairro Municipal de Viseu - 100 habitações, tipo T2	284	1- Bairro Social da Paradinha - freguesia de Repeses e São Salvador 1 - "Mentores Romani" 2 - Bairro Social de Paradinha- Freguesia de Repeses e São Salvador- "Bairro ComVida"	2		https://cm-viseu.pt/pt/areas-servicos/habitacao-municipal/parque-habitacional/

Distrito	Concelho	Política de Habitação Municipal	Parque de Habitação Social	INE 2015	Bairros Saudáveis (Bairro/local/Freguesia + designação do Projeto)	N.º Projetos	Iniciativas Socio-Urbanísticas	Site Institucional
		HABITA, programa de apoio à reabilitação de habitações. Atualmente, a HABISOLVIS gere 433 fogos habitacionais, espalhados por 10 bairros e/ou zonas habitacionais no Município. A gestão do parque habitacional por parte da empresa abrange também a execução das obras necessárias à manutenção das diversas habitações; 2- Viseu Solidário - o apoio extraordinário a conceder pelo Município de Viseu consubstancia-se num Plano de Apoio a Pessoas e Famílias, regulamentado pelo Programa Viseu Solidário, que visa melhorar a condição de vida dos munícipes, com especial atenção a áreas mais sensíveis como acompanhamento social, saúde, alimentação, habitação, água e saneamento. 3- A ELH incorpora a NGPH, bem como as Orientações Estratégicas Locais já definidas e articula-se com o Plano Diretor Municipal de Viseu, tendo em conta o Programa 1º Direito.	e T3, geminadas e construídas em banda; Bairro da Balsa - constituído por 169 fogos habitacionais, sendo que 83 deles são propriedade do Município de Viseu; Bairro Social de Paradinha - 104 fogos habitacionais, sendo que 99 são propriedade do município. Bairro da Quinta da Pomba, com tipologias de T1 a T4, todas as 91 habitações aqui localizadas são propriedade do Município. Bairro 1ª de Maio - é constituído por 158 fogos habitacionais, alguns espaços de arrumos, comércio e serviços, e situa-se junto à zona da Balsa. O Município de Viseu é responsável pela gestão e administração de 40 destas habitações, de tipologias T1 a T4, transferidas à autarquia pelo IGFSS. Calçada de Viriato - 2 habitações. Bairro do Liceu - 1 Habitação. Bairro Municipal, Bloco B - 20 Habitações.					
Viseu	Vouzela	1- Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento Habitacional.	O parque habitacional no Município de Vouzela é composto por 18 fogos situados em 6 locais distintos. De salientar que 6 destes fogos são para demolir e reabilitar.	15				www.cm-vouzela.pt/
TOTAL	**278**			**110244**		**246**	**28**	

Apêndice F
Guião de entrevista a diretores, dirigentes e técnicos das iniciativas de intervenção social e urbanística em contexto de bairros de habitação social

Assunto	Tópicos / Questões	Observações
I. Legitimação da entrevista	- Apresentação do propósito e delimitação da entrevista - Obtenção do consentimento informado - Autorização de gravação	Em caso de autorização de gravação deve ser iniciada a gravação com a repetição do pedido de autorização para efeito do seu registo áudio
II. Enquadramento histórico das iniciativas de intervenção social e urbanística em contexto dos Bairros de Habitação Social da CM__	- Departamento(s) responsável(eis) na estrutura organizacional - Breve histórico da habitação social (data/s, número de bairros, se estão inseridos na malha urbana…) - Itinerário das políticas de habitação social, mormente em matéria de abordagens integradas e de reconversão de bairros de habitação social - O que esteve na base da adoção deste tipo de iniciativas	Procurar saber que problemas foram diagnosticados
III. Intervenção social e urbanística nos Bairros de Habitação Social da CM__, na atualidade	- Identificação das tendências e lógicas de ação presentes nas iniciativas de intervenção social e urbanística em contexto de Bairros de Habitação Social municipal em processo de desqualificação social - Especificação dos principais domínios/eixos de intervenção e indicação de projetos específicos - Indicação das estratégias adotadas (a questão da participação e das parcerias) - E em termos de sustentabilidade, e de financiamento	Procurar saber qual a relação da intervenção com a comunidade e também da intervenção com os inquilinos, moradores e organizações Procurar saber o número de fogos de habitação social, atualmente
	- Avaliação e monitorização dos projetos e da intervenção nos Bairros de Habitação Social - Qual a perspetiva enquanto profissional no contexto de habitação social	Procurar saber se existem constrangimentos no desempenho das funções
IV. Intervenção social e urbanística nos Bairros de Habitação Social, no futuro	- Perspetivas de intervenção futura acerca da intervenção social e urbanística nos Bairros de Habitação Social	Fundos comunitários
V. Encerramento da entrevista	- Questão final: Gostaria de referir mais algum aspeto sobre as políticas habitacionais e/ou a intervenção social e urbanística em contexto de Bairros de Habitação Social - Inquirir sobre a relevância e pertinência desta investigação - Agradecimento	